



DESAFIOS E CAMINHOS DA TEORIA E DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA 2016

Flávia Florentino Varella
Karina Anhezini
(Organizadoras)

Coleção Concurso SBTHH



Desafios e caminhos da teoria e
da história da historiografia
2016

Coleção Concurso SBTHH

Flávia Florentino Varella
Karina Anhezini
(Organizadoras)

Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia 2016



Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

Editoração e projeto gráfico

João Carlos Furlani

Capa

Flávia Florentino Varella

Imagem da capa

Vetor Triangle Pattern (<http://dryicons.com/free-graphics/preview/triangle-pattern>)

Diretoria (2015-2018)

Presidente:

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Vice-Presidente:

Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Secretária Geral:

Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Secretário Adjunto:

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Tesoureira:

Flávia Florentino Varella (UFSC)

Conselho fiscal

Arthur Oliveira Alfaix Assis (UnB)

Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)

Sérgio da Mata (UFOP)

Diretora de publicações

Karina Anhezini (UNESP)

Conselho científico e editorial de publicações

Presidente:

Temístocles Cezar (UFRGS)

Membros:

Carlos Fico (UFRJ)

Cássio Fernandes (UNIFESP)

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Hans Ulrich Gumbrecht

(Stanford University)

João Paulo G. Pimenta (USP)

Luiz Costa Lima (PUC-Rio)

Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

Marcia Barbosa Mansor D'Alessio

(UNIFESP)

Marcia de Almeida Gonçalves (UERJ)

Revisão

Os autores

FICHA CATALOGRÁFICA

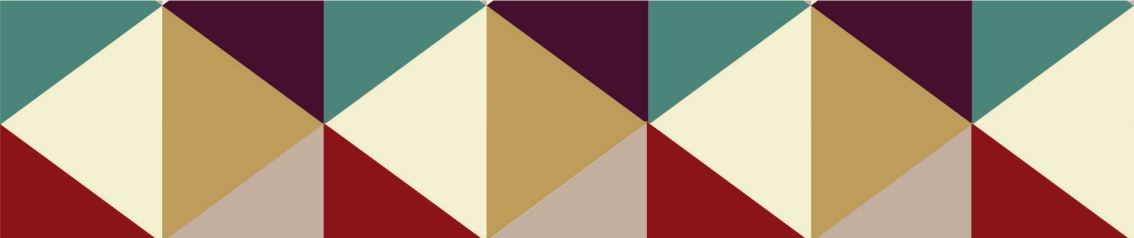
Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia: 2016 / Organizadoras: Flávia Florentino Varella, Karina Anhezini - Mariana: SBTHH, 2018. 806 p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-69703-03-7

1. História da historiografia. 2. Teoria da história. I. Varella, Flávia Florentino. II. Anhezini, Karina. III. SBTHH

CDD - 900



SUMÁRIO

Apresentação
Flávia Florentino Varella
Karina Anhezini

7

MONOGRAFIAS História da historiografia geral

A operação historiográfica em *Meus elementos de História de Portugal* de Alfredo Pimenta (1935)
Alesson Ramon Rota

13

Teoria

O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy
Carla Baute

65

DISSERTAÇÕES História da historiografia brasileira

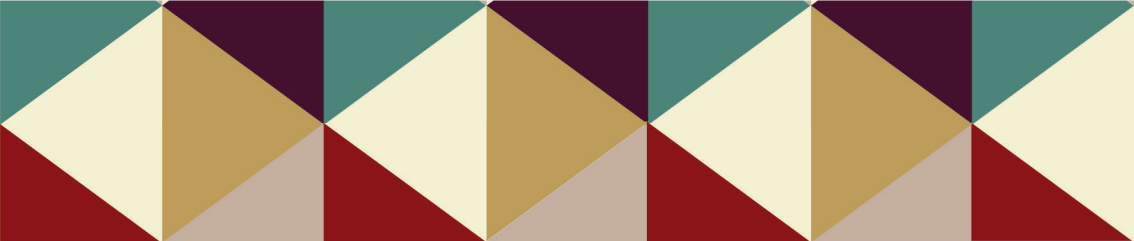
Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história
(1932-1945)
Gabriela D'Avila Brönstrup

135

Teoria

A condução de si e dos outros através de uma
acontecimentalização da história em Michel Foucault
Gabriela Jaquet

283



TESE
História da historiografia brasileira

Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília
Westphalen, 1950-1998
Daiane Vaiz Machado

433

Apresentação

Flávia Florentino Varella

Karina Anhezini

Tornou-se quase piegas dizer que os jovens são o futuro. Em um campo de pesquisa recente como a teoria e a história da historiografia a metáfora que liga o futuro à juventude ainda possui algum poder de alerta. Ela não apenas ressalta que devemos olhar com cuidado para a geração de novos pesquisadores, mas que também esse novo campo de pesquisa no Brasil é, ele mesmo, resultado do cuidado de outros pesquisadores com gerações mais novas. Os antigos somos nós, não por sermos superiores à geração passada, como evoca a querela, mas pela irrefreável passagem do tempo que torna a própria história memória e solidifica os laços e afetos. Essa relação de proximidade e cuidado vem marcando a relação entre os pesquisadores envolvidos no campo da teoria e da história da historiografia, que busca por meio de iniciativas coletivas fortalecer a trama que sustenta o próprio campo. Nada mais importante do que reconhecer e promover a pesquisa desenvolvida por aqueles que ainda figuram como desconhecidos, mas que serão os futuros ilustres da área.

A coleção *Concurso SBTHH* lança, com grande entusiasmo, o livro *Desafios e caminhos da teoria e história da historiografia* –

2016, resultante da terceira edição do “Concurso de Teses, Dissertações e Monografias” defendidas nas áreas de Teoria, História da historiografia geral e História da historiografia brasileira, entre 2014 e 2016. Agradecemos os 17 trabalhos inscritos nas categorias *História da historiografia geral* (2 monografias; 3 dissertações; 1 tese), *História da historiografia brasileira* (3 dissertações; 4 teses) e *Teoria da História* (2 monografias; 1 dissertação; 1 tese). O significativo número de inscritos, não apenas na presente edição, mas também nas anteriores, mostra que, ao comemorar o 9º ano da SBTHH, a comunidade de historiadores e historiadoras dedicadas à área pode celebrar a consolidação e pujança de seu trabalho.

Para o sucesso desta terceira edição contamos com o trabalho rigoroso de 8 bancas compostas por profissionais de diversas universidades espalhadas pelo país. Agradecemos o pronto aceite e a disponibilidade destes professores e professoras que compuseram as seguintes bancas: *História da historiografia geral – Monografia* - Marcelo de Mello Rangel (UFOP), Marlon Salomon (UFG), Flávia Varella (UFSC); *Dissertação* - Cássio da Silva Fernandes (UNIFESP), Arthur Alfaix Assis (UNB), Cláudia Wasserman (UFRGS); *Tese* - Helena Mollo (UFOP), Teresa Malatian (UNESP), Alexandre Avelar (UFU); *História da Historiografia Brasileira – Dissertação* - Ângela de Castro Gomes (UFF), Fernando Nicolazzi (UFRGS), Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ); *Tese* - Temístocles Cezar (UFRGS), Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ), Fábio Franzini (UNIFESP); *Teoria da História – Monografia* - Carlos Oiti Berbert Jr. (UFG), Julio Bentivoglio (UFES), Rodrigo Turin (UNIRIO);

Dissertação - Pedro Caldas (UNIRIO), Hélio Rebelo Cardoso Júnior (UNESP), Valdei Lopes de Araujo (UFOP); *Tese* - Jurandir Malerba (UFRGS), Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio), Estevão de Rezende Martins (UNB).

O resultado do concurso foi de extrema riqueza temática e de perspectivas teóricas. Tivemos na categoria *História da historiografia geral* a premiação da monografia “A operação historiográfica em *Meus elementos de História de Portugal* de Alfredo Pimenta (1935)” de Alesson Ramon Rota, orientada por Jussemar Weiss Gonçalves (UNICAMP) e da dissertação “Da “crise na razão” à “razão na crise”: a presença do Círculo de Viena no cenário intelectual francês da década de 1930 e o alvorecer de uma epistemologia histórica e uma história filosófica das ciências” de Hallhane Machado, orientada por Marlon Salomon (UFG).

Na categoria *História da historiografia brasileira* foram premiadas a dissertação “Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da história (1932-1945)” de Gabriela D’Avila Brönstrup e a tese “Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998” de Daiane Vaiz Machado, ambas orientadas por Karina Anhezini (UNESP).

Na categoria *Teoria da História* foram premiadas a monografia “O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy” de Carla Baute, orientada por Fábio Franzini (UNIFESP) e a dissertação “A condução de si e dos outros através de uma *acontecimentalização* da história em Michel Foucault” de Gabriela Jaquet, orientada por Fernando Nicolazzi (UFRGS).

Apresentação

Salvo o trabalho de Hallhane Machado, premiado também com a publicação por outra editora, os demais estudos laureados por nosso concurso estão neste volume, que busca, além de divulgar as pesquisas de excelência produzidas em teoria e história da historiografia no Brasil, incentivar para que tantas outras possam florescer nos anos vindouros.

Monografias

História da
historiografia geral

A operação historiográfica em *Meus elementos de História de Portugal* de Alfredo Pimenta (1935)

Alesson Ramon Rota

A primeira questão que salta à vista neste trabalho é a escolha do autor problematizado. Ele ocupou espaços de destaque durante o Estado Novo português, trabalhou no principal arquivo do país – sob indicação de Antônio Salazar –, e escreveu livros de história tanto para o público acadêmico, quanto para o escolar. Apesar de ser desconhecido no Brasil e pouco estudado em Portugal, Alfredo Pimenta oferece a possibilidade de reflexão sobre a escrita da história dentro da experiência autoritária.

A proposta desse trabalho foi questionar a obra *Meus Elementos de História de Portugal* (1935), com as ferramentas da hermenêutica ricoeuriana, a fim de enxergar as vivências de Alfredo Pimenta no seu contexto. Trata-se do que Paul Ricoeur chamou de *via longa* (RICOEUR, 1988: 12), um caminho que parte da linguagem e mergulha na história para chegar a existencialidade humana. Em outras palavras, a compreensão do homem se dá através da linguagem textual formuladora de enredo; nessa narrativa estão implícitas as vivências humanas com suas contradições, conflitos, esperanças, ações, reflexões e outras características que nos constitui.

O *Meus Elementos de História de Portugal* foi interpretado de modo a perceber a existência de três pilares que o fundamentam: *a prática historiográfica; as apropriações teórica-históricas e filosóficas; e o ensino de História*. Estas categorias surgem de outras subcategorias de modo que foi criada uma hierarquização de ideias para entender o livro. Na seção intitulada *A prática historiográfica* demonstrei os conceitos utilizados por Alfredo Pimenta no processo de investigação. A problemática do capítulo está voltada para a prática envolvida no processo de escrita da história. Na parte seguinte – *As apropriações teórico-históricas e filosóficas* – apresentei os conceitos basilares da história de Alfredo Pimenta. Já no último percurso, o *Ensino de História*, as reflexões versaram sobre a finalidade de tal disciplina para a época.

A resolução dessas perguntas dá a perceber a forma com que Pimenta experimentava o mundo, sobretudo, como ele utilizava a história para oferecer um caminho para a correção dos problemas que enxergava.

Alfredo Pimenta e o Estado Novo Português

O autor escolhido possui publicações historiográficas tanto para o público acadêmico quanto para o público escolar. A obra selecionada para a análise foi levada a público em 1935. Nesse contexto, Portugal vivia sob um regime de centralização – o conhecido Estado Novo – sob o comando de Antônio Salazar. As políticas educacionais voltaram-se para a construção de uma identidade pautada na tríade *Deus, Pátria e Família*. Conforme

estudo de Carvalho (2001), o Estado Novo português se utilizou de materiais didáticos para propagandar sua ideologia; houve a contratação de professores para a tarefa e a avaliação era feita pelo auto escalão do governo. Mas, embora houvesse uma História oficial a ser seguida pelos historiadores contratados, os escritores discordavam sobre o sentido dela. Essa problemática ficou evidente no episódio que envolveu Martins Afonso e Antônio Mattoso. Segundo Luís Reis Torgal, ambos os historiadores foram influentes autores de livros didáticos. Martins Afonso produziu o livro único *Organização Política e Administrativa da Nação* para ser utilizado nos liceus.¹ Já Antônio G. Mattoso, além de produzir o livro único *Compendio de História Portugal* (1938) e *Compendio de História Universal* (1939), foi o autor mais influente da época nas escolas (TORGAL, 1996: 476).

O litígio destes autores teve como principal palco o *Boletim Liceus de Portugal*, que foi uma revista de publicações periódicas sob responsabilidade do governo. Nesta revista eram publicados informativos para os liceus. O início da briga ocorreu em 1941, quando Afonso propôs correções de caráter pedagógico e científico ao Mattoso (TORGAL, 1995: 476). Posteriormente, as discussões vão desaguar na publicação de dois livros em que cada autor procurou justificar os erros do adversário. Mattoso publicara *Erros de Erros de História. Resposta a um crítico* (1945) e Afonso *Erros de História e ... plágios de tudo. Lição a um acusador* (1945). Após Mattoso

¹ A procura da padronização dos livros utilizados em sala de aula, para melhor fiscalização, levou o Estado Novo proibir a existência de mais de um livro de cada disciplina para cada ano do liceu, assim, todo as escolas do país deveriam utilizar os mesmos livros (Lei n. 1 941, de 11 de Abril de 1936, Base X). No mesmo ano em que foi a provada a Lei, o livro *Elementos de História de Portugal* recebeu a licença para circulação nas escolas.

recorrer ao Ministro da Educação Mário de Figueiredo, Martins Afonso é obrigado a retirar um dos seus livros de mercado, sob o argumento de que ele infringiu a lei do *livro único*. Na leitura de Torgal o que estava em pauta era o cumprimento das leis. Nas suas palavras o que era uma “mera discussão científica-pedagógica se passou por uma polêmica pessoal e mesmo política. A questão melindrosa que se formulava era a lealdade ao regime” (TORGAL, 1996: 479). Da mesma maneira que houveram conflitos de interpretação entre Mattoso e Afonso, o autor aqui estudado se envolveu em discussões. Alfredo Pimenta fez parte de diversas polêmicas ao longo da sua vida, uma delas ocorreu com a publicação do livro didático *Elementos de História de Portugal* (1934). A obra foi criticada em vários aspectos, principalmente o pedagógico. Cansado de responder as críticas, Alfredo Pimenta escreveu outro livro chamado *Meus Elementos de História de Portugal* (1935), o qual ele vai utilizar para justificar a existência do livro *Elementos de História*.

*A prática historiográfica*²

O autor Alfredo Augusto Lopes Pimenta, mais conhecido como Alfredo Pimenta, foi uma personalidade que marcou a

² O título do trabalho faz menção a um conceito desenvolvido pelo autor Michel de Certeau. Tal conceito propõe reflexões sobre *o lugar, a prática e a escrita* do historiador. Esse ponto de vista faz parte do que Nora (1993: 11) chamou de “idade historiográfica”, isto é, o reconhecimento que toda escrita da História é parcial, discursiva, subjetiva etc. Apesar de Certeau ser uma grande influência para as minhas reflexões sobre a história, não fiz pude compreender Pimenta a partir de um *lugar, uma prática e uma escrita* pois seria necessário um trabalho de mais folego.

primeira metade do século XX em Portugal. Foi poeta, jornalista, filósofo e historiador. Ganhou notoriedade a partir de 1931 quando foi nomeado 2º Conservador da Torre do Tombo,³ o que possibilitou um emprego estável e tempo para escrever seus livros. Antes dos louros, Pimenta tivera dificuldades financeiras trabalhando como colunista em jornais e advogando. Apesar de se formar em direito pela Universidade de Coimbra, em 1908, não escondeu que o seu grande prazer era a escrita.

O autor Biógrafo de Alfredo Pimenta, Barroso da Fonte (2014), assinalou que houveram diversas fases ideológicas durante a trajetória de Alfredo Pimenta.⁴ Ainda na graduação era anarquista. Nos anos finais do seu curso de Direito ele teve um contato estreito com a sociologia comtiana. As novas leituras de Alfredo Pimenta o fizeram defender a República sob o prisma do partido Evolucionista. Contudo, por volta de 1915 uma última virada ocorrera em direção à Monarquia. A última ruptura durou até o final da sua vida. A sua paixão pela Monarquia fez com que

³ Arquivo Nacional Torre do Tombo ou simplesmente Torre do Tombo é um dos maiores arquivos públicos de Portugal. Fundado ainda no período medieval, por volta de 1387, o arquivo é uma das mais antigas instituições ainda em funcionamento do país lusitano.

⁴ A palavra ideologia possui inúmeros significados atribuídos a ela ao longo do tempo. Apenas dentro do materialismo histórico há Karl Marx, Karl Mannheim, Antônio Gramsci e outros que usam esta terminologia. Para não fazer confusão com o sentido amplo da palavra adotarei a definição de Michel Löwi devido a aplicação intelectual que seu conceito possibilita. Para ele, as ideologias são *visões sociais de mundo*. Para cunhar esse termo, Löwi procurou reunir no mesmo termo uma distinção feita por Mannheim entre ideologia e Utopia: ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida”, [enquanto as utopias] “são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura” (LÖWI, 2008: 13).

publicasse inúmeros livros subsidiando-a, mesmo no contexto do Estado Novo (FONTE, 2014: 27-30).

O autor Fonte (2014: 29) interpretou as mudanças ideológicas de Pimenta como uma “resposta à sua vocação” [que] “levou-o para os campos da Política, da História, da crítica literária e filosófica”. Neste contexto semântico, entendo por “vocação” a leitura, a escrita e a crítica, mas discordo dessa terminologia para compreender as guinadas ideológicas de Alfredo Pimenta. Na verdade, Pimenta precisou desenvolver ao longo dos anos habilidades para dar preenchimento a cada contexto específico. ele se tornou um exímio medievalista pesquisando o histórico de Portugal e as ações políticas da Família Real para construir livros com argumentos políticos para explicar o porquê Portugal precisava de uma *Solução Monárquica* (1915). E antes de se tornar um medievalista precisou contribuir em inúmeros jornais para sustentar suas ideias e ganhar visibilidade como advogado.

Os caminhos de Alfredo Pimenta com a história começaram a se entrelaçar a partir de seu contato com o *Cours de Philosophie* de Augusto Comte. Para Fonte (2014: 41): “Comte empurrou-o para um terreno que até aí não pisara: o da História erudita, porque o que até aí pisara fora o da filosofia da História”. A história erudita possui o sentido reflexivo sobre o passado, enquanto as filosofias da história, “podem ser entendidas, na sua definição mais irredutível, como um gênero filosófico que produz uma reflexão ou especulação sobre a História” (BARROS, 2011a: 117).

Augusto Comte inaugurou um estudo do campo social nos moldes das ciências da natureza para explicar suas “leis” de

funcionamento, o que ficou conhecido como positivismo. Seu objetivo era encontrar as leis de regimento da sociedade para desenvolver o progresso. O pensamento comtiano teve por essência caráter filosófico e sociológico,⁵ contudo, é inegável a influência positivista em outras áreas do saber, como na história. Gardiner (1995: 89) analisou o método comtiano da seguinte forma:

Tal como Condorcet e Saint-Simon, Comte associou uma teoria progressiva da História a um interesse prático pelos problemas de organização social e política: e acalentou o ideal de aplicar o método científico ao estudo da sociedade de uma maneira ainda mais radical e incondicional do que a deles.

Comte pensou na “evolução do processo histórico” no sentido de uma marcha em direção ao progresso. Isto ocorreria porque o método científico aplicado ao campo social levaria a descoberta das leis de funcionamento das sociedades, então poder-se-ia tomar as medidas políticas necessárias para efetivar a evolução. A sociologia comtiana buscou a “evolução do processo histórico” por meio do estudo do social como um *fato* verificável, o que não significa que os positivistas tenham desenvolvidos conceitos e métodos para a história. Comte não se propôs a escrever uma teoria da história, entretanto abriu espaço para outros intelectuais projetarem as premissas positivistas dentro do campo historiográfico. Inegavelmente Alfredo Pimenta possui muitos resquícios positivistas que perduraram ao longo da sua vida.

⁵ Comte chamava a sociologia de Física-Social.

Na obra *Meus Elementos de História de Portugal* a influência positivista é latente com a irredutibilidade da verdade contida nos fatos; conforme diz “quem guia a minha mão e dá inflexão à minha voz — são os fatos” (PIMENTA, 1935: 10). Por outro lado, em certos momentos aflorou o Relativismo Histórico à lá Droysen,⁶ que aproximou Pimenta mais do historicismo do que do positivismo. Contudo, não se pode observar Pimenta como um sujeito puramente contraditório; ele faz parte de um contexto histórico complexo e esta complexidade deve acompanhá-lo durante minhas análises. Para entender o mundo de ideias que Pimenta está submerso questionarei a proeminência conceitual na sua prática historiográfica. Cabe saber, antes de tudo, como Pimenta constrói sua história com os conhecimentos que ele tem à mão.

No livro *Meus elementos de História de Portugal* é possível encontrar discussões que tangem à *interpretação*, à *objetividade*, à *bibliografia*, à *revisão historiográfica* e às *discordâncias ideológicas*. Fiz estas divisões em categorias para entender melhor o pensamento do autor analisado.⁷

As categorias constituem uma prática historiográfica realizada para atingir uma finalidade. A *interpretação* quer dizer a interpretação filosófica da fonte; a *objetividade* é a exposição nua e

⁶ O Relativismo Histórico é um conceito cunhado por José D’assunção Barros (2011b: 156-160) para explicar os movimentos Historiográficos que surgiram na virada do século XIX para o XX. A principal contribuição desta nova fase da escrita da história é o reconhecimento da subjetividade e o fim da narrativa absoluta.

⁷ Estes conceitos foram cunhados a partir de categorias construídas analiticamente. Procurei traduzir por meio de algumas palavras o pensamento constituinte de Pimenta, por isso adotei expressão como discordância ideológica e revisão historiográfica que não aparecem no livro, mas que expressam tal sentido.

crua dos fatos realizada por um historiador no seu ato narrativo; a *bibliografia* é o referencial teórico e prático da qual o historiador se utiliza como subsídio para acessar o conhecimento histórico; já a *revisão historiográfica* é o processo de reescrita da história; por último, as *discordâncias ideológicas* estão ligadas a um conflito de interpretações a respeito de algo. As categorias enunciadas são desproporcionais dentro do livro, algumas permeiam o texto do início ao fim, como a objetividade, outras são raramente citadas como a revisão historiográfica.

O que chama a atenção é a busca incessante pela objetividade em Alfredo Pimenta; no decorrer de sua obra ele reafirmou várias vezes a objetividade pautada no fato e atestada por meio de uma fonte histórica. É prudente perguntar: qual a relação desta afirmação com a premissa comtiana? Existe algum tipo de positivismo histórico ao qual Alfredo Pimenta possa fazer parte?

Para Pimenta (1935: 77):

Sem querer levantar outra vez, depois de tantas o ter feito algures, o problema do em que consiste a História, lembrarei que nesta há fatos e interpretações. Os factos são independentes de qualquer subjetivismo: existem. Como realidades, o homem de estudo nada tem a fazer além de procurar a prova positiva da sua existência.

Ele definiu que na matriz da história existem “factos e interpretações”. Os factos são confirmados positivamente por meio das fontes históricas. Cabe ao historiador procurar os factos no passado para trazê-los ao presente. Os fatos emanam sua própria verdade, eles possuem um objetivismo externo à qualquer temporalidade, eles falam por si desde que resgatados

pelos historiadores; já a interpretação é um sentido atribuído pelo sujeito à fonte. Contudo, para Pimenta a interpretação do sentido da fonte não é propriamente um trabalho do historiador, mas sim do filósofo da história. Nas suas palavras: “Quando a História cai nessa interpretação deixa de ser e chama-se filosofia da História. E então, como toda filosofia, é devaneio, capricho, romance” (PIMENTA apud FONTE, 2014: 266).

Pimenta não abre mão da objetividade, mas há uma complexidade que o faz fugir do positivismo comtiano. Acontece que Comte nunca se propôs a escrever uma teoria da história a qual fosse possível construir uma narrativa histórica a partir dos seus conceitos. Ele fez uma teoria social e filosófica de grande influência no campo da Política. Conforme já ressaltado, Pimenta embarcou nesta linha de raciocínio quando estava próximo ao término da sua graduação em Direito. Com o viés comtiano escreveu diversos livros de cunho político como *Política Portuguesa* (1914), ainda em sua fase republicana, e *Política Monárquica* (1917) na fase monarquista. Pensando em um evolucionismo da sociedade, seus estudos sobre a Monarquia o fizeram buscar argumentos no campo da história. Mas, é somente a partir de 1930 que ele entrará no campo da escrita da história após conseguir um emprego estável na Torre do Tombo. Antes disso, inúmeros problemas financeiros não permitiram Pimenta fazer pesquisas no campo da história. O emprego de 2º Conservador na Torre do Tombo⁸ “garantiu tempo, predisposição e meios logísticos para se dedicar à História” (FONTE, 2014: 270).

⁸ A nomeação foi feita por Antônio Salazar em 1931. Posteriormente, Salazar nomeou Pimenta ao cargo de Primeiro Conservador (1948) e a Diretor (1949) (FONTE, 2014: 272).

Com o contato com a história as referências de mundo de Pimenta ampliaram-se: diversificou-se os autores que lia, a maneira de enxergar as pessoas, as percepções sobre a realidade, mas uma certeza permaneceu – a convicção que a Monarquia era a solução para Portugal. Em um livro publicado em 1946 – chamado *Idade Média (Problemas e Soluções)* – Pimenta revelou ter seis mestres fundamentais: “António Caetano Amaral, Alexandre Herculano, Gama Barros e Alberto Sampaio; o alemão Th.Mommsen e o francês Fustel de Coulanges” (FONTE, 2014: 272). Os quatro primeiros foram historiadores da história de Portugal, enquanto Fustel de Coulanges foi um dos principais nomes da historiografia profissional francesa do século XIX.⁹ Ele pertenceu à antiga geração da escola metódica, o que fazia dele um contemporâneo do positivismo na sua forma mais primitiva. As influências positivistas em Coulanges lhe permitem afirmar: “não sou eu que falo, é a História que fala através de mim” (COULANGES apud BARROS, 2011b: 101), por outro lado, o absorvimento do relativismo historicista é notável: “Não há definitivo em História, porque esta está sujeita a revisões

⁹ A Escola Metódica organizou-se a partir da *Revue Historique* em 1876. Sobre sua fundação, Matos constatou que “a Escola Metódica, francesa, fundada por Charles Langlois e Charles Seignobos, ligou-se em parte à proposta do positivismo, uma corrente mais conservadora que ao invés de métodos, passava a estabelecer leis. Afirmava que a História era uma ciência positiva, que o historiador deveria ser imparcial para reproduzir a História “verdadeira e absoluta”(cf. Comte). Durante algum tempo, apesar de sempre ter havido historiadores em busca de novas abordagens, esta fora a corrente predominante da historiografia” (MATOS, 2015: 88). A Escola Metódica recebeu ainda influências de alguns dos setores mais avançados do Relativismo Histórico alemão, mas Fustel de Coulanges era ainda bastante devoto de positivismo (BARROS, 2011b: 101). De outra parte, José Carlos Reis (1996: 15-17) procurou demonstrar que o Escola Metódica francesa se formou a partir da influência da Escola Metódica alemã, com a diferença que oculta a Filosofia de Comte ao invés da de Hegel.

constantes; novos documentos, novas perspectivas” (FONTE, 2014: 268). Agora que estão reveladas algumas das referências do pensamento historiográfico de Alfredo Pimenta posso defini-lo como um Metodico e não simplesmente como um positivista. Contudo, a princípio, não se pode observar uma teoria da história como uma camisa de força, em que um determinado autor deve seguir todas as premissas. Cada autor desenvolve suas singularidades em meio aos paradigmas existentes. Difícil seria encontrar autores que expressam justamente o contrário, como, por exemplo um metodismo ou historicismo genuíno. Não é de se estranhar que Pimenta misture o metodismo francês com o historicismo alemão e ao mesmo tempo oculte uma filosofia de história comtiana.

Ainda pensando nas outras influências de Alfredo Pimenta não se pode deixar de falar de Alexandre Herculano e Theodor Mommsen. O primeiro foi um historiador português que pertenceu ao movimento romancista do país, enquanto o segundo é um alemão pertencente ao historicismo, premiado com o Nobel de Literatura pelo livro *História de Roma*. Herculano possui sua formação alicerçada na tradição de Mabillon, Niebuhr, Guizot, Savigny e Ranke. Ele é para a história portuguesa uma ponte entre o romance histórico e a história científica (CATROGA; TORGAL; MENDES, 1996: 50-51). A ele é atribuído o conceito de história *Ad Usum Delphini*,¹⁰ que neste contexto significa a história como conselheira política. “No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o

¹⁰ *Ad Usum Delphini* pode ser traduzido livremente “para o uso de Delfim”, este que foi filho de Luís XIV, Rei da França. Ocorre que Delfim foi educado **politicamente** com textos clássicos do latim e do grego.

mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio” (HERCULANO, 1843, VII: 12 apud CATROGA; TORGAL; MENDES, 1996: 49). Com destaque ao nacionalismo na história em Herculano, Alfredo Pimenta percorreria o mesmo caminho no que se refere à devoção à pátria, mas deixou claro que a história *Ad Usum Delphini* não era um bom caminho a seguir, sobretudo porque possui interpretação política.

As referências bibliográficas são hoje meio pelo qual os historiadores têm acesso as diversas interpretações sobre o passado podendo saber o que já foi escrito e como foi escrito (BARROS, 2012). Na obra de Alfredo, a referência bibliográfica é um assunto menos proeminente do que a objetividade e a interpretação. Ocorre que Pimenta considera menos importante as bibliografias do que as fontes históricas. Segundo sua ótica é melhor trazer os fatos propriamente constatados pelas fontes do que a história escrita por outros autores. Quando o livro didático *Elementos de História de Portugal* (1934) foi publicado, a crítica o considerou demasiado longo para ser usado nas escolas porque tinha quase 600 páginas e citações em latim. Pimenta se justificou: “parti do princípio de que estava tudo por fazer. Não copiei. Fui-me as fontes originais, e delas me servi para as minhas conclusões” (1935: 9). Segundo esta ótica o trabalho de citação está relacionado a repetição. E o que Alfredo gostaria de fazer é algo novo, o que ninguém ainda fez. É claro que essa postura de Pimenta denota uma visão extremamente tradicional sobre a história que procura “a fonte inédita”, “a História inédita” ou qualquer outra característica ligada ao imaginário do incrível,

mas isto não significa que ele tenha aberto mão de bibliografias para escrever seu trabalho.¹¹

Na obra de Pimenta a revisão historiográfica segue uma linha de pensamento muito próxima à bibliografia. Esta categoria tem como finalidade expressar o pensamento de Pimenta sobre a necessidade de rever certos conceitos de história. Era preciso reescrever determinados contextos históricos para desfazer o “erro” de escrita de outros autores; ele enxerga muitas a existência histórias nebulosas que destruíram gerações, principalmente aquelas pautadas no liberalismo. Para estas Pimenta (1935: 10) escreve: “Não invento: limito-me a pôr a nu, a trazer à superfície, a iluminar o que a falsa História, o que a mentira histórica sepultara, escondera e amesquinhara. Nada mais”.

Alfredo Pimenta mostrou profunda preocupação com o que as novas gerações liam e o impacto de uma obra ruim –

¹¹ Em vários embates com outros autores, Pimenta questiona a autoridade das referências bibliográficas sobre os assuntos discutidos. Há a procura pelo descredenciamento da bibliografia do adversário seja porque o autor que a escreveu não é especialista no assunto, ou está defasado ou não colabora para a História. A exemplo disso, é possível perceber a desconstrução da legitimidade de uma bibliografia quando Pimenta discorda do posicionamento do Padre Miguel de Oliveira sobre a História do cristianismo: “A minha posição é ao lado dos teólogos pontíficos; a do Snr. Padre Miguel de Oliveira é ao lado de João de Paris, de Bossuet e da Carta da Igreja de Liège, — contra o Papado. Quem não é inteiramente hospede nestas coisas, sabe que esse texto de S. Bernardo foi arma que João de Paris, primeiro, e Bossuet, depois, ao defender o Galicanismo, manejaram contra a supremacia papal — a única, repito, logica. Se eu fosse teólogo medieval, estaria com Gil de Roma, Hugo de S. Victor e Jacques de Viterbo, e contra o autor do Rex pacificus, e João de Paris e ... o Sr. Padre Miguel de Oliveira. Teólogo, hoje, se fosse, hoje, teólogo, defenderia a tese de que a substancia doutrinal dos Dictatus Papas e da Unam Sanctam devia ser o limite matemático da política pontificia” (PIMENTA, 1935: 40).

segundos seus critérios – na vida deles. Ele utilizou suas obras de história para rebater as ideologias rivais: o republicanismo, o liberalismo, o comunismo entre outras, e reafirmar a necessidade da educação espiritual cristã e da volta da Monarquia. Na década de 1930 o Estado Novo não está consolidado, havendo ainda o temor de outras teorias políticas. Temor que fez Alfredo Pimenta se configurar em um conservador. De um anarquista à um monarquista – um longo e contraditório trajeto a se percorrer que somente a vida de Alfredo Pimenta pode aliviar as tensões. E são justamente as tensões nos campos das ideias que me levam à última categoria: a discordância ideológica.

Nas discordâncias ideológicas é possível ver a denotação dos conflitos existenciais de Alfredo Pimenta. O autor observa a escrita da história desfigurada pelo posicionamento de alguns historiadores:

A História de Herculano, na sua subjetividade, era um instrumento de racionalismo iconoclasta e de filosofismo liberal que os tradicionalistas não podiam deixar de receber hostilmente. Surgiu, depois, a História de Oliveira Martins, destituída, essa de qualquer espírito científico. História folhetinesca, sem fontes ou indícios delas, alastrou como veneno corrosivo numa sociedade sangrada e corrompida pelo derrotismo liberalista, desnacionalizador e anárquico (PIMENTA, 1935: 8).

Apesar de reconhecer o Herculano como um mestre de história, Pimenta não deixa de ter suas críticas a sua história. Para ele, A história feita por Herculano era pautada em métodos científicos, mas em dados momentos ele abria mão da neutralidade para usar a interpretação, com a finalidade

de empregar seu “subjativismo” na escrita, isto é, sua visão de mundo. Pimenta acreditou que o método poderia isolar a subjetividade para a construção da história e que uma história com subjetividade não era história, mas sim filosofia. Contudo, o legado de Herculano o credenciaria como um grande historiador. Ademais, o próprio Pimenta admitiu haver “filosofia” no livro *Elementos de História de Portugal*.

Oliveira Martins¹² é outro autor deslegitimado por Pimenta enquanto historiador. Em um trecho do *Meus Elementos* Pimenta observa o prejuízo que Martins causou a sua juventude: “Fui uma vítima desse estado de coisas. A minha mocidade ficou presa ao desvaio semeado por Oliveira Martins, e os meus vinte anos inocentes pensavam e falhavam pelas monstruosidades que Oliveira Martins lhes ensinara” (PIMENTA, 1935: 9). Percebo que Pimenta, aos 53 anos de idade, observa a história ensinada na sua época de Liceu como um dos fatores responsáveis pela derrocada do presente. Em um outro trecho do livro *Subsídios para a História de Portugal* (1937)¹³ Pimenta se lamenta pelos

¹² Oliveira Martins ficou conhecido por escrever uma História crítica a respeito de Portugal. O autor procurou analisar o passado a fim de perceber quando e porque o país começou a entrar em decadência, no entanto, esta tese foi bastante contestada na época.

¹³ “Os tempos são outros. Não há hoje Reis em Portugal, porque a canalhocracia instaurou, há vinte e sete anos, o regime da Democracia e do Sufrágio popular, sem máscaras ou disfarces, em toda a sua hedionda pureza. Dar-me-á Deus tempo e forças para eu tornar real o meu sonho e o meu desejo? [...] Do alto agreste destes cinquenta e cinco anos que a minha certidão de idade acusa, posso encarar o que vivi e o como vivi, que não tenho que cerrar os olhos de pejo ou de remorso, embora mos toldem lágrimas de dom. São um triste mundo confuso esses cinquenta e cinco anos, cemitérios de ilusões, de sonhos, de quimeras, de nuvens, onde encontrei amizades esplendentes como sóis e facínoras odientos como chacais” (PIMENTA, 1937: 271).

caminhos que Portugal trilhara; mas a angustia não intimidou o autor, ela o incentiva a escrever. O conflito existencial de Pimenta, entre outras coisas, acontece por ele enxergar Portugal em derrocada e, ao mesmo tempo, possuir ideias que podiam melhorá-lo; o conflito aqui observado sob a ótica ricoeuriana¹⁴ é uma desproporção entre sentimentos: como a visão de mundo ideal e a visão de mundo real de Pimenta. Para colocar fim nesta desproporção, Alfredo escreve seus livros com a finalidade de construir um país melhor.

A prática historiográfica de Pimenta me permitiu classificá-lo como um historiador da escola metódica, ainda que ele tenha algumas características diferentes. As características comuns a Pimenta são a objetividade, a exaltação da fonte, a verificação da historicidade, a verdade histórica entre outras características. Há uma outra característica que foge a categorização que fiz, mas que permeia toda a escrita do autor: o patriotismo. Pimenta

¹⁴ O conflito ricoeuriano surge no homem por causa da sua desproporção interior. São dicotômicas, por exemplo, de amor e ódio, tristeza e alegria, que remetem a conosco próprio, mas também, à todas as outras relações no mundo em que vivemos. Entretanto, não pode-se ver essa conflituidade como algo negativa, aliás, ela é inerente ao ser humano. A conflituidade deve ser vista como um motor de produtividade em diversos sentidos, não somente na violência e no sentimento trágico. O sentimento trágico toca profundamente o homem, onde estão os conflitos mais agoniantes do homem como, por exemplo, o fim e o começo, a vida e a morte, o desespero e a esperança. Mas esse mesmo sentimento faz o sujeito tomar decisões na vida privada e pública, obrigando à ação, ao movimento, ao posicionamento. Essas deliberações fazem com que o homem construa soluções revogáveis, porque não é possível construir um compromisso somente a partir da argumentação puramente racional. Em outras palavras, o homem é um sujeito que busca uma mediação dos conflitos, seja interno ou externo. Dessa forma, pode-se ver as soluções buscadas em sociedade como alguns instantes de “equilíbrio refletido”; ou então a mediação feita entre paradigmas rivais que levam ao desenvolvimento de interpretações rivais (ABEL, OLIVIER; PORÉE, JÉRÔME, 2010: 57-60).

construiu sua História de Portugal para valorizar a nação – desfazendo o “erro” de outros historiadores - e para orientar a mesma nação ao progresso. O patriotismo pimentiano pautado no “povo devoto pelas causas da nação” não deixa de ter características metódicas. Ver-se-á a característica nacionalista na diferenciação e aproximação entre o historicismo e a Escola Metódica feita pelo autor José Carlos Reis (1996: 15).

Os positivistas Franceses praticaram os mesmos princípios defendidos por Ranke, mas traduzidos para o espírito francês. Se Ranke esconde Hegel, a filosofia da História implícita na historiografia metódica francesa será a iluminista. Não é o Espírito que produz a História, mas o povo-nação e os seus líderes instalados no Estado. O Iluminismo que sustentará esta historiografia será aquele evolucionista, progressista, gradualista, anti-revolucionário, mas atualizado pela filosofia comtiana e seu “espírito positivo”, bem como influenciado pelo evolucionismo darwiniano.

Esta citação permite observar que a rejeição das filosofias da história pelas teorias não foi bem sucedida, tendo em vista que ambos resguardam traços tanto de Hegel como de Comte. Mas a escola metódica francesa avança sobre a proposta do historicismo alemão com uma visão mais abrangente da sociedade, porque o destino da nação está nas mãos do estadista e do seu povo e não no Espírito como líder que produz a história.

Pimenta não escondeu o seu desejo de restaurar a Monarquia durante o regime do Estado Novo. Ele nunca escondeu de Antônio Salazar o seu sonho monárquico, o que aparentemente poderia significar um conflito, mas as características autoritárias

salazaristas afastavam as ideias republicanas, liberais, comunistas que Alfredo Pimenta temia. Em cartas trocadas com Salazar,¹⁵ Pimenta afirma que o Estado Novo é um governo importante para afastar os inimigos da nação, mas o salazarismo deve ser encarado como um governo transitório entre a desordem e a Monarquia. Em suas palavras, o futuro político “só estará assegurado com a Monarquia hereditária que, por natureza, por definição, implica a censura permanente, o Parlamento orgânico, e a liberdade suprimida – por isso não é regime de opinião” (Carta 37, 1938). As expectativas de Pimenta e Salazar se fundem em um horizonte autoritarista onde os inimigos a serem combatidos eram comuns. Mesmo com diferenças políticas entre a tríade do Estado Novo – alicerçada por *Deus Pátria e Família* – e a tríade monarquista de Alfredo Pimenta – *Deus, Pátria, Rei* – elas coexistem por algum tempo sem maiores conflitos.¹⁶

Na imagem abaixo (Figura 1) pode ser visualizada, novamente, a prática historiográfica de Pimenta.

¹⁵ Desde a nomeação de Alfredo Pimenta para trabalhar na Torre do Tombo em 1931 até sua morte em 1950 as cartas trocadas com Salazar nunca estancaram. São conhecidas por volta de 476 cartas privadas trocadas entre ambos sobre inúmeros assuntos em diversos contextos. Neste trabalho, analisei 15 correspondências seriadas circunscritas entre os anos de 1931 e 1936. A carta 37 não entrou nessa contabilização por estar deslocada temporalmente, mas foi incluída no enredo por conta do seu valor histórico. O padrão de citação adotado foi: (Carta X, DATA), sendo X o número da carta publicada por CRUZ (2008).

¹⁶ Alfredo Pimenta foi censurado em diversos momentos pelo departamento de Censura do Estado Novo, principalmente em colunas jornalísticas. Mas, como Pimenta gozava de ampla confiança de Salazar nunca houve grandes retaliações. Na grande maioria das vezes, ao se reportar a Salazar, Pimenta conseguia fazer suas vontades prevalecerem sobre os censores (FONTE, 2014: 177-178).

Figura 1 - A prática historiográfica e sua finalidade



Fonte: Elaboração própria.

A interpretação foi incluída como um dos pilares de sustentação da finalidade – a efetivação de uma *nação patriótica* – porque Alfredo Pimenta admitiu utilizar do seu pensamento nacionalista para desfazer a história antipatriótica que ele criticou. Já os conflitos ideológicos não constam no quadro porque Pimenta não os reconhece como processo natural da escrita da história. Para Pimenta, os conflitos existem no *Meus Elementos de História de Portugal* para constatar o “erro” das visões de mundo de quem ele desconsidera; agora se estes historiadores abrissem mão do seu “subjetivismo”, não haveriam conflitos, porque os fatos extraídos dos documentos falam por si mesmos.

A história proposta por Alfredo Pimenta revelou profundo desgaste da escola metódica durante a década de 1930. Nesta época o historicismo já havia se renovado com Wilhelm Dilthey e Max Weber, mas Pimenta não dialoga com estes autores no campo da história. O contexto português rogava por autores nacionalistas e autoritários, o que explica o porquê da devoção de Pimenta à escola metódica. Ainda em Portugal procurava-se valorizar um líder para pôr fim às inúmeras tentativas de golpe e contragolpe ocorridas durante a década de 1920.

O desgaste da escola metódica é evidente quando surgem conflitos no ofício do historiador, o principal deles gira em torno da objetividade e da interpretação. Vejo que Pimenta se contradiz quando crê em poder chegar à história por meio dos fatos subsidiados pelas fontes, ao mesmo tempo que admite sua história – e de outros conhecidos historiadores – possuir interpretação, isto é, ter elementos considerados subjetivos. Contudo, no contexto de Alfredo Pimenta, a necessidade de uma história patriótica fez com que as contradições fossem amortecidas por uma necessidade do momento.

As apropriações teórico-históricas e filosóficas

Na presente seção discutirei como Pimenta pensa a epistemologia da história, são os conceitos basilares utilizados pelo autor para subsidia-la: o significado de história, de verdade, de fonte e outras definições. No quadro anterior, assumi que Alfredo Pimenta possui influências do positivismo na sua forma

mais tradicional, mas enquanto historiador fundamenta-se substancialmente na escola metódica. Fiz questão de afirmar que não existe uma teoria da história positivista, mas retomarei esta discussão neste capítulo. Na realidade, as definições de historicismo e positivismo são um pouco controversas, sem haver consenso aceito.

Para José D'assunção de Barros (2011b: 64-65), os paradigmas historicista e positivista ajudaram a legitimar o profissional da história como um intelectual que estuda as experiências humanas, cada paradigma a sua maneira, sem conviver harmoniosamente:

A oposição fundamental entre Positivismo e Historicismo dá-se em torno de três aspectos fundamentais: a dicotomia Objetividade/Subjetividade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a Leis Gerais válidas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à História (de acordo com o modelo das ciências naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social).

Percebo que com estas características Pimenta se aproxima do positivismo em relação à neutralidade e à objetividade. Mas por que ele foi caracterizado como historiador metódico na seção anterior? Ocorre que Barros entende que a escola metódica faz parte de uma ala mais avançada do positivismo, de uma mutação

daquele positivismo comteano que trouxe ideias que dialogam até mesmo com algumas vertentes do historicismo.¹⁷

A ideia que trago neste trabalho ao ver a escola metódica como uma teoria diferente do positivismo é tomada para diferenciar os momentos históricos que estas teorias tiveram. O positivismo foi aquele pensamento sociológico e filosófico associado a Augusto Comte, enquanto a escola metódica foi uma teoria da história com influência positivista que produz história em um ambiente profissional. Com a escola metódica francesa os historiadores possuíam um lugar para as suas produções assim como critérios específicos para a confecção de suas histórias: são métodos para fontes, conceitos de fontes e elaborações teóricas. Desta forma, historiadores como Fustel de Coulanges, Charles Seignobos e Chales Langlois são definidos como metódicos.

Para Reis (1996: 5), quando os historiadores do século XIX se referem ao “conhecimento positivo” estão apelando para “relações de causa e efeito, expressas de forma matemática”, isto é, de maneira linear. É interessante trazer Reis para este diálogo porque ao invés de diferenciar a historiografia francesa da alemã ele fez comparações aproximando-as: o que aproxima elas são a busca pela objetividade, o uso do método crítico aplicado às fontes, a neutralidade e a negação das filosofias da história:

A ideia de que a História era mera exemplificação de formas gerais do ser ou de leis de eterno retorno foi abandonada pelo princípio da individualidade histórica,

¹⁷ Barros (2011: 65) reconhece as controvérsias nestas conceituações: em uma nota de rodapé cita que as dificuldades de definição de Historicismo já eram notadas em 1922 por Heussi. Em outro momento, também em uma nota de rodapé, afirma a existência de traços positivistas em Rank, Boekl, Niebuhr (BARROS, 2011b: 67).

irredutível a qualquer princípio absoluto. A História não será uma ciência de leis e essências, pois não há modelos supra-históricos dados *a priori* que garantiriam a racionalidade e inteligibilidade do processo histórico efetivo (REIS, 1996: 67).

Reis (1996: 15) percebe que a rejeição das leis gerais é feita por causa de uma crítica profunda à metafísica. Os historiadores buscam a partir do século XIX rejeitar as filosofias da história porque elas estão mais preocupadas com a especulação no mundo das ideias sobre o futuro do que com a pesquisa sobre o passado. As fontes históricas levariam o historiador à empiria, procurando, neste contexto, entender o presente através do passado, sem consultar ideias e especulações sobre o futuro. Porém, a semelhança entre a historiografia francesa e a alemã não se deu de maneira gratuita. Reis atesta que “muitos mestres da época – Monod, Lavissee, Seignobos – haviam estudado na Alemanha e ensinavam a história científica alemã”. Isto quer dizer que o método alemão é levado para a França constituindo as bases da história profissional do país, por isso não se pode simplesmente chamar de história positivista.

Ainda sobre o historicismo e o positivismo, Barros (2011b: 129) faz uma diferenciação no processo constituinte destes paradigmas:

Ao examinar a obra de diversos historiadores oitocentistas, podemos identificar em alguns deles traços que de alguma maneira parecem lembrar os ideais positivistas de neutralidade. Para se compreender isto, é preciso ter sempre em conta que – ao contrário do Positivismo, que praticamente já está formado na primeira década de século

XIX em virtude de ter herdado do Iluminismo os seus principais fundamentos (embora os aplicando para um uso conservador) – já o Historicismo irá construir passo a passo os seus fundamentos no decurso do século XIX.

O que Barros está nos dizendo é que o positivismo já nasce pronto enquanto o historicismo se forma ao longo do século XIX. Mas, quando se enxerga a escola metódica não totalmente associada ao positivismo percebe-se que esta corrente francesa, ainda com influências comtianas, esteve em movimento, em transformação. Da mesma forma que o historicismo rankeano – ou tradicional – teve mutações com Droysen e Dilthey, a escola metódica francesa alterou-se constantemente. “Os metódicos acompanharam os positivistas no que concerne ao entendimento da história como ciência, mas, rigorosamente falando, não estarão empenhados em busca de Leis Gerais” (BARROS, 2011: 11). O abandono das leis gerais esteve associado à rejeição da filosofia da história iniciada por Ranke, porque quando se admite o determinismo sobre o futuro pressupõe-se igualmente o passado, e os historicistas prezavam pela autonomia e singularidade do documento. Portanto, os metódicos perceberam que “não há modelos supra-históricos dados a priori que garantiriam a racionalidade e inteligibilidade do processo histórico efetivo” (REIS, 1996: 67).

Em nenhum momento de *Meus Elementos de História* Pimenta apelou para as ditas leis gerais, mas sempre fez questão de reafirmar a verdade contida nas fontes. Para o autor, “a História é um conjunto de fatos averiguados mediante fontes positivas” (PIMENTA, 1935: 33). Com este conceito de história destacam-se nuances daquelas características como o apelo rigoroso ao

documento, a aproximação das ciências naturais e a objetividade. Em relação à aproximação das ciências naturais, é perceptível a empiria dada a história com a definição acima: é como se a história fosse verificável em uma realidade objetiva, por meio das fontes seria possível observar o que aconteceu em outros tempos, delas emanam o conhecimento Histórico e isto não está posto para debate.

É interessante notar que estas reflexões sobre a epistemologia da história que Pimenta fez, foram desencadeadas contraposição ao Padre Miguel de Oliveira, um dos autores da Revista Novidades.¹⁸ Certamente Pimenta se sentiu profundamente provocado com as polêmicas, tendo em vista que quase todas as definições que aparecem no livro se referem ao “o que é a história” e estão ligadas a fontes, quanto maior o contato com as fontes, mais absoluta é a verdade.¹⁹ Mas, a fonte, mesmo que

¹⁸ A *Revista Novidades* era um veículo de comunicação pertencente aos Prelados portugueses. As primeiras discussões foram iniciadas em 1929, quando tal revista já não fazia oposição nenhuma à República, o que era uma contradição para Alfredo Pimenta, pois não havia como se separar Estado de Religião na visão do autor (FONTE, 2014: 238). Para Pimenta, “As Novidades são órgãos dos Padres Mariolas, pletóricos de ódio, e dos Padres Migueis de Oliveira [...] mas atascados de veneno, no sangue, no coração, no espírito, nos nervos, nos pés, nas mãos” (PIMENTA, 1935: 6). As discussões que inicialmente tinham caráter político, social, religioso, entre outras leituras da realidade humana, ganham um sentido ofensivo. A escrita do livro *Meus Elementos*, para Alfredo, é mais do que uma justificativa científica para *Elementos de História*, é, sobretudo, uma comprovação da sua moral e da sua intelectualidade.

¹⁹ Veja que Alfredo Pimenta escreveu este livro em 1935, portanto, após a crise de paradigmas de 1920 que Arno Wehling descreve. Segundo Wehling (1992: 148), no que tange a crise, “a principal consequência para o conhecimento científico foi a perda de um referencial que parecera absoluto: o questionamento de verdades que haviam sido tidas como inquestionáveis por dois séculos - leis, indução, objetividade, recorte do objeto”. Então, pode-se perceber que Pimenta não dialoga com as novas reflexões paradigmáticas do momento compartilhadas pelo movimento dos Annales, mas esta ausência ocorre apenas no âmbito da História,

considerada como atestadora de verdade, traz um acontecimento específico, por isso seria necessário reunir vários fatos para escrever a história. Em certo momento Pimenta diz (1935: 41): “O todo que formam os fatos juntos, quer dizer, ligados, concatenados, é a História, segundo os métodos científicos”. A união destes fatos para fazer surgir a história não se trata de uma explicação processual não linear de causas e consequências de um dado fenômeno, mas sim da reunião de diversas narrativas factuais em um livro. Exemplificando com o livro *Elementos de História de Portugal*, as diversas histórias contidas dentro dos capítulos não são “azeitadas” entre si, como uma narrativa processual, na realidade cada capítulo se estanca na vida de uma personalidade, seja um rei ou algum outro político considerado importante. Claro que se alguém procurar um sentido comum dentro deste livro encontrará uma História de Portugal – mesmo que seja uma história da política –, contudo, estas narrativas factuais são diferentes daquelas processuais propostas pelo Movimentos dos Annales que procuram nas mentalidades as rupturas e permanências dentro dos acontecimentos históricos.²⁰

pois, como será visto ainda neste capítulo, Alfredo Pimenta oculta uma Filosofia da História bastante relativista em sua formação intelectual.

²⁰ Philippi Ariès (2011: 273) em suas reflexões sobre a História das Mentalidades descreveu o porquê este gênero histórico possui suas raízes ancoradas na História Econômico e Social, o que corresponde as duas primeiras gerações dos Annales. “A história tradicional se interessava quase exclusivamente por indivíduos, por camadas superiores da sociedade, por suas elites [...] A história social, ao contrário, interessava-se pela massa da sociedade, deixada de lado pelos poderes [...] Descobriu-se que eles [os dados econômicos e sociais das massas] eram observáveis e que a *série* contínua de dados numéricos por eles oferecida permitiria uma leitura não anedótica da vida humana”. Este reconhecimento de novas fontes e novas maneiras de interpretá-las, acrescido das reflexões sobre os processos de Longa Duração por Fernand Braudel, permitiram a estruturação da História das Mentalidades.

Ainda analisando a última citação, percebo que Pimenta não deixou de explicitar os métodos científicos como pertencentes à história. Os elementos constituintes destes métodos não ficam bem claros em *Meus Elementos de História*. Contudo, quando o autor justifica as fontes utilizadas para escrever o período medieval de Portugal, ele dá importância para a autenticidade da fonte e para sua situação cronológica. Segundo ele, diversos erros na escrita da história já foram cometidos porque as fontes não foram devidamente situadas no seu contexto ou referenciadas da maneira correta. Nesse sentido, o que torna uma história verdadeira ou falsa é a legitimidade da fonte (PIMENTA, 1935: 67).

Pimenta não deixou de demonstrar sua frustração com as diversas discussões paradigmáticas do seu período. No seu entender, essas novas formas de pensar vinham por fazer “confusões” à maneira tradicional de se fazer história. Dizia ele: “Aborrecem-me certas distinções de escola que só servem para documentar a pobreza de quem argumenta” (PIMENTA, 1935: 41). Ele vê com receio estas novas definições porque relativizam pressupostos que outrora eram tidos como inquestionáveis. Com a crise dos antigos paradigmas, sejam eles o positivismo ou o historicismo nas suas formas mais tradicionais, surgiram novos movimentos para solucionar os novos problemas da história.

Barros (2011: 153-154) chama as novas propostas situadas entre o final do século XIX e início do século XX de Relativismo Histórico, nela estão inclusos o historicismo de Droysen, Dilthey e Benedetto Croce, o Movimento dos *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre e o Presentismo Americano de Francis Herbert Bradley. Pimenta era um intelectual de caráter conservador e

tinha dificuldades de se adaptar às novas propostas, é provável que a sua busca pela construção de uma História de Portugal genuína e nacionalista tenha enrijecido seu pensamento sobre epistemologia na área da história.

Nos debates entre Pimenta e o Padre Miguel de Oliveira sobre a natureza do conhecimento histórico não há grandes distinções nas suas definições. Ao que parece, as oposições se deram por desavenças anteriores e o rancor tomou o lugar da reflexão. Em uma passagem de discordância, as afirmações de Pimenta lembram o relativismo histórico no reconhecimento da historicidade do trabalho do historiador, o que quer dizer que o profissional da história está mergulhado no próprio processo que estuda.²¹ Pimenta não admite o cunho do historiador pertence à história, mas não desvincular o sujeito da história é parte do caminho andado para conceituar a subjetividade como característica inerente ao ofício do historiador.

²¹ Em uma passagem do livro Alfredo cita Oliveira: “é o desenvolvimento da vida humana e do espírito humano segundo as suas diversas manifestações: factos e acontecimentos» — quanto ao objeto; «é o conhecimento científico e a exposição desse desenvolvimento» — quanto ao sujeito” (ALFREDO apud OLIVEIRA, 1935: 41). Nota-se que o que Oliveira faz é atribuir competências à História e ao Historiador, para tal tarefa faz uma distinção cartesiana entre objeto e sujeito; à Histórica cabe os factos e acontecimentos, ao Historiador a exposição do conhecimento científico. Desconsiderando tal distinção Alfredo (1935: 41) contrapõem da seguinte forma: “Não lhe enjeite a paternidade, Sr. Padre Miguel de Oliveira. Ninguém que «pese as palavras» distingue no objeto da História, vida humana de espírito humano e factos de acontecimentos”. A proposição de Alfredo não separa sujeito de objeto, o que é uma premissa comumente desenvolvida por autores da Hermenêutica, como Droysen, Dilthey, Heidegger etc. Mas, trata-se, antes de tudo, da absorção de inúmeros significado pela palavra *Geschichte*. Koselleck (2010) anota que a *Geschichte* absorveu os sentidos da História *rerum gestarum* e *res gestae* de modo que unificou o sujeito e o objeto ao longo do séculos XVI, XVII e XVIII, permitindo florescer o conceito de História como singular coletivo.

É interessante ressaltar que os paradigmas aqui citados são balizadores para entender o pensamento de Alfredo Pimenta. Como já notado, as características mais influentes em Pimenta pertencem à escola metódica, apesar de ser possível encontrar traços do historicismo, tanto o mais tradicional quanto o relativista. Mas, por que Pimenta não se enquadra plenamente em um paradigma? Porque ele constrói suas narrativas com as características que tem a mão e que fazem sentido naquele momento. Desta forma, para Alfredo é possível conciliar o nacionalismo rankeano com o metodismo francês sem escrever uma história ambígua para época. Há, ainda, em *Meus Elementos de História* nuances de um romantismo em relação ao passado Português e de uma filosofia da história de cunho personalista.

A filosofia da história de cunho personalista não se encontra demonstrada no livro de Pimenta, são poucas as construções semânticas que dão espaço para tal reflexão. Em um destes breves momentos Pimenta (1935: 42) diz:

Ora acontece que nos Elementos de História de Portugal, há uma forte dose de filosofia da História: «a minha verdade, a minha doutrina». É a sua parte frágil, porque é a sua parte discutível, a sua parte acessível aos dentes das matilhas. Tive que a elaborar para a opor à minha não-verdade que considero prejudicial ao País.

Percebo que a filosofia da história descrita por Pimenta lembra o conceito de interpretação desenvolvido na primeira seção – *A prática historiográfica*. A interpretação, para o autor, está associada a tudo aquilo que pode ser discutido, quer dizer, qualquer análise de caráter subjetivo. Para Pimenta, quem

faz interpretação é o filósofo da história e não o historiador. Esta filosofia da história apropriada por Alfredo Pimenta tem raízes no século XIX, em um momento que o positivismo e o historicismo ainda estão se formando. Mas a filosofia da história e a teoria da história possuem questionamento diferentes. Para Barros (2011: 107), “o Filósofo da História proclama: ‘esta é a minha concepção acerca da História’; nela vejo este sentido, e não aquele” [já o Historiador adere a] “um certo programa de ação que oferece à comunidade de historiadores”. A filosofia da história é entendida aqui como um ramo do conhecimento que se pergunta e especula sobre os sentidos da História de maneira individual: Kant, Herder e Hegel possuem cada um suas respectivas filosóficas de história; já as teorias da história “são de fato espaços coletivos de reflexão” (BARROS, 2011: 106) onde há a produção da história. Pimenta amalgamou várias teorias da história para escrever o livro *Elementos de História de Portugal*, mesmo que carregue no seu discurso uma boa “dose” de filosofia da história. O que aproxima Pimenta da filosofia da história é a proposição de sua verdade, mas o que distancia é possuir diálogos com outros historiadores, assim como uma produção narrativa sobre passado.

Como é possível um autor dizer que existem verdades nos fatos, mas ao mesmo tempo afirmar que ele possui suas próprias verdades? Para responder esta pergunta recorri à uma palestra ministrada por Pimenta, na Universidade de Coimbra, em 8 de maio de 1935, mesmo ano de lançamento do livro *Meus Elementos de História*.

A palestra *A Evolução dum Pensamento (Auto-biografia Filosófica)* foi dada aos alunos da Universidade de Coimbra por Pimenta com

o objetivo de se autoanalisar, mas sob o pseudônimo de Francisco de Lucena.²² Com esta autoanálise pude problematizar algumas contradições que hoje estão aparentes, mas que na época não eram perceptíveis. Para encontrar uma resposta filosófica sobre a verdade, Pimenta falou da sua trajetória intelectual: ele dividiu seu pensamento em quatro fases. A primeira é a juventude, fase de recém ingresso na universidade. Nesta época o autor confirma a preferência filosófica por Kant, Fichte, Hegel e Hartmann, na realidade confessa ler de tudo, mas na palestra observa que o que considerava realmente verdade, agora não passa de ilusão, tudo porque suas observações sobre estes autores mudaram. Pimenta (1935b: 7-8) não deixou de citar a História de Portugal de Oliveira Martins, a qual adjetivou de “Pântano Putrefato”. Foram narrativas históricas como a de Oliveira Martins que incentivaram Pimenta escrever seus *Elementos de História de Portugal*. Este incentivo parte de uma angústia existencial oriunda de experiência que Alfredo viveu. Parte destes sentimentos podem ser vislumbradas quando Pimenta (1935b: 9) exclama: “Loucura ou inépcia exigir de um espírito que chega ao mundo, capacidade crítica, conhecimentos objetivos, elementos eruditos para refutar o quer que seja em História, em Filosofia, em Ciência, em Religião”. A hesitação de Pimenta se refere ao fato dele não

²² Por isso as citações do discurso estarão em terceira pessoa. Ademais, recentemente foi publicada uma tese que trabalha as relações transnacionais entre Alfredo Pimenta, Plínio Salgado, Rolão Preto e Gustavo Barroso. Nela, Costa (2015: 65) afirma que realmente houve um Francisco de Lucena amigo de Pimenta, apesar de se basear apenas no próprio discurso do autor. A bibliografia que tive acesso juntamente com as fontes não dão parecer para tais afirmações. Contudo, sabe-se que existe um Francisco de Lucena que viveu no século XVII e que pertenceu aos cavaleiros da Ordem de Cristo. Provavelmente, Pimenta se inspirou neste nome para constituir o pseudônimo.

possuir bagagem suficiente para discernir o que posteriormente julgou como incorreto. Aos 53 anos de idade o autor refletia sobre seu passado e observava erros que poderiam ser evitados se houvesse alguém que instrísse, mas como ficou à mercê de intelectuais como Oliveira não havia nada ser feito em relação à sua geração.

Durante a fase de sua graduação, Pimenta ainda teve uma radicalização crítica em oposição ao cristianismo, talvez por isso ele veja seu conhecimento do passado como limitado, porque agora na “fase adulta” assumiu a “Fé” como umas das principais fontes de conhecimento, e foi no final da graduação que ele teve maior intimidade com o positivismo. Foi através de Comte que Alfredo “Sentiu as realidades nacionais, grupos de famílias afins, e observou a existência da sua Pátria” (PIMENTA, 1935b: 11). Neste contexto, primeira década do século XX, Portugal vivia a crise de Monarquia. Os movimentos revolucionários deste período chegaram ao extremo com o assassinato do Rei D. Carlos I e do Príncipe Real Luís Filipe e em 1910 fora instalada a República Portuguesa. O contato de Alfredo Pimenta (1935b: 12) com a positivismo ocorreu entre os anos de 1907 e 1909, porque foram os últimos anos de graduação, é aqui que ele começa a formar suas opiniões republicanas, “um republicanismo não democrático, mas ditatorial”. Com o passar dos anos, o contato com outros ramos da filosofia colocou em cheque suas antigas verdades. Até mesmo outros ramos do positivismo desestabilizaram o seu conhecimento tradicional. No trecho a seguir Pimenta relata a insegurança que tinha por não possuir mais certezas já na sua fase adulta, quando já estava casado e

com filhos, nesta altura outra variável irá integrar o raciocínio do autor: a religiosidade.

E vencido pelas agonias e dúvidas de tantos sistemas divergentes; pela impassível obstinação dos problemas essenciais da vida ante as curiosidades e canseiras das inteligências, mantendo-se herméticos e mudos; vencido pela carência do todos os sistemas, ideias, escolas, hipóteses e conjecturas, ao tratar-se de soluções positivas dadas aos problemas do espírito, o meu Amigo, levado subjetivamente por forças misteriosas do seu subconsciente, talvez, regressou à Fé Católica que lhe iluminara os primeiros anos da existência (PIMENTA, 1935b: 13).

Esta Fé católica foi no pensamento de Pimenta a única certeza encontrada frente ao novo paradigma que a filosofia apresentava na época. Foi, também, a crença em algo além do tempo mundano somando ao patriotismo que levaram Pimenta ao campo da história. É curioso que Alfredo faz uma distinção entre a filosofia, ciência e a história. Para ele, tanto a filosofia como a ciência já não possuem a verdade definitiva.²³ Mas a história, como trata de “fatos já realizados”, como diria o autor, possui sua verdade. Entendo que Alfredo Pimenta comporta-se como um filósofo da história em *Evolução dum pensamento*,²⁴ pois ele afirma que não existem mais verdades absolutas, mas ao

²³ A ciência aqui é entendida como as ciências exatas, aqueles campos como a Física e Matemática que serviram de base para as Ciências Sociais dentro do paradigma positivista.

²⁴ É interessante notar que a *Evolução dum Pensamento* é uma aula magna de Filosofia ministrada aos estudantes da Universidade de Coimbra, portanto, é uma proposta totalmente diferente de um livro produzido para ser utilizado nos liceus.

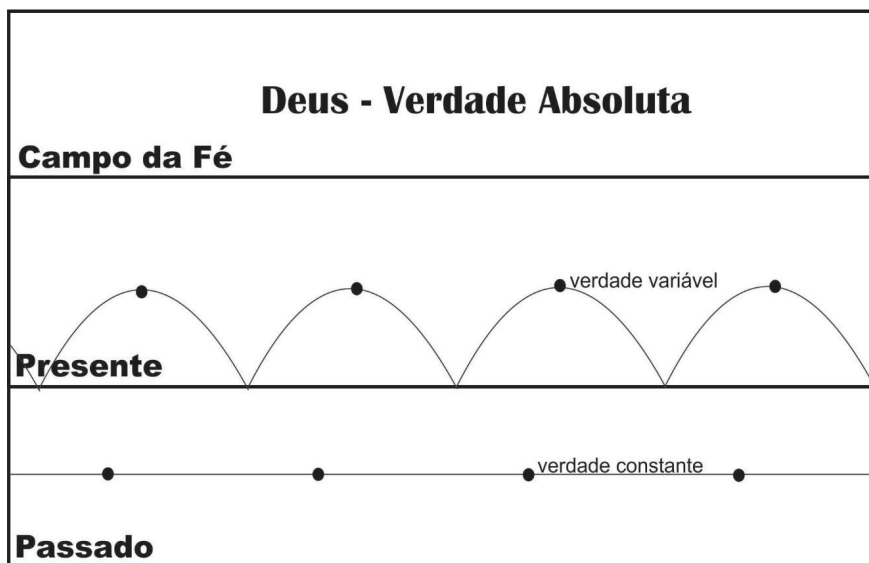
mesmo tempo, em seu presente, afirma possuir uma verdade. O que ele quer dizer é que a cada momento, a cada nova leitura, a cada nova experiência ele está em um contexto diferente: “Não há dois seres iguais no mundo; não há dois momentos iguais no tempo; não há dois instantes iguais no ser. Se os houvesse, não havia tempos. Estes são as sucessões. Sucessão implica mutação” (PIMENTA, 1935b: 14). E na página seguinte Pimenta cita nominalmente Martin Heidegger. Ora, mas como é possível um autor possuir uma filosofia com influência existencialista, que procurou refletir sobre a condição humana no mundo, mas que em seu devir historiográfico buscou a verdade dos fatos?

Como a pouco dito, Pimenta diferenciou a história das demais áreas do conhecimento, a filosofia, por exemplo, já não possuía balizas fixas, a cada nova geração de autores, a cada novo livro as coisas mudavam, já a história tratava de coisas supostamente do passado, sem nenhuma relação com o presente. Esta dicotomia imaginada por Pimenta fez com que ele percebesse a história como um campo do conhecimento neutro e ao mesmo tempo com uma verdade inquestionável. Mas, a singularização da história em relação às demais áreas do conhecimento não significa que Alfredo não ocultou influência da filosofia da história em *Meus Elementos de História*. Quando o autor cita algumas das suas causas que justificaram a escrita do livro – “um grito forte e viril em defesa de Deus, da Pátria e do Rei” – ele parece se preocupar com o destino da nação, mesmo que seja um destino distante, até mesmo porque nesta época, em 1935, o Governo de Antônio Salazar se consolidava e a Família Real portuguesa encontrava-se exilada na França desde 1910. Na verdade, Pimenta (1935: 44) é o primeiro a admitir que possui

filosofia em seu livro: “O meu livro tem um lado apologético: é o quantum de filosofia e de cultura que há”.

Pimenta atesta a existência tanto da verdade dos fatos históricos quanto a verdade pessoal, porque distingue as duas no campo temporal. A verdade filosófica de caráter personalista pertence ao presente, mas os fatos históricos não mudam, eles estão no passado. Abaixo o quadro procura representar esta distinção (Figura 2).

Figura 2 - Quadro com as distinções de verdade segundo o pensamento de Alfredo Pimenta



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à “Fé” cristã não posso encará-la como uma teologia da história, porque o autor possui uma ação pragmática em relação no presente. Em outras palavras, Pimenta compõe uma prática historiográfica para que as coisas mudem, ele não espera as ações de “deus” ou de qualquer outra metafísica para que isto aconteça.

Em suma, as reflexões de Pimenta sobre a epistemologia da história estão em um patamar que a enxerga como científica, ou verificável metodicamente. A verdade na história é completada através das fontes e a interpretação pertence à filosofia e não à história. Ademais, é possível dizer aqui, ainda, que o *ensino de história* pertence ao pensamento epistemológico da História, o que quer dizer que a história é feita para ser ensinada, dado que *Meus elementos de História de Portugal* possui ênfase sobre este assunto. A dúvida que fica é se Pimenta enxergava realmente o ensino de história como premissa incondicional para a escrita da história ou se ele tratou do assunto apenas para defender o livro *Elementos de História de Portugal*. Em todo caso, trabalho na última parte com a perspectiva de que o sentido da história existir é para ser ensinada.

O ensino de história

A seção que versa sobre o ensino traz as reflexões de Pimenta sobre este tema, no que tange à *proposta do livro didático composto por ele, à complexidade do ensino de História e sobre os juízos de valores existentes nas propostas pedagógicas*. Nesta etapa, problematizarei

Meus Elementos de História com as políticas públicas da época retomando o termo discordância ideológica e a nação patriótica.

É preciso relembrar que o livro *Meus Elementos* nasce em resposta às críticas ao livro didático *Elementos de História*, que por sua vez foi adotado como livro único nos liceus. Quando Alfredo Pimenta escreveu o livro *Elementos de História de Portugal*, o país vivia sob um regime de centralização – o conhecido Estado Novo – comandado por Salazar. As políticas educacionais voltavam-se para a construção de uma identidade pautada na tríade *Deus, Pátria e Família*. O Estado Novo utilizou do ensino como recurso para propagandear a ideologia do governo (ROMULO, 2001). Tal regime é datado de 1933, quando Antônio Salazar conseguiu aprovar a nova Constituição e teve seu fim com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.²⁵

Em 1932, Portugal regulariza o ensino de história²⁶ e em 1936 faz uma profunda reforma do sistema de ensino, que modificou desde o Ministério da Educação até a organização dos

²⁵ Desde 1928, quando ocupou o cargo de Ministro das Finanças, Salazar já era uma das principais lideranças do país.

²⁶ Decreto nº 21. 103: “**A História de Portugal** visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, o formar portugueses; por isso a sua ação **tem de ser eminentemente nacionalizadora**. Até o presente, mercê de circunstâncias conhecidas, **o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista**, [...] o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, **pode e deve definir a verdade nacional** — quer dizer, a verdade que convém à Nação [...] **no sentido de fortalecer** os seguintes fatores fundamentais da vida social: **a Família**, como célula social; **a Fé** como estímulo da expansão portuguesa por matas e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; **o Princípio da autoridade**, como elemento indispensável do progresso geral; **a Firmeza do Governo**, espinha dorsal da vida política do País; o Respeito da hierarquia, condição básica da cooperação dos valores; e a Cultura literária e científica” (*grifos meus*). Neste decreto, de 1932, já é possível perceber as principais premissas ideológicas do Estado Novo português.

Liceus. O decreto n.º 1 941, de 11 de Abril de 1936, também regulamentou os livros didáticos em Portugal. A partir de então, em todo país é “adoptado o mesmo livro de leitura em cada classe” (Decreto n.º 1 941, BASE 10). As legislações supracitadas tiveram o objetivo de centralizar no poder executivo o que seria ensinado em sala de aula com a finalidade de propagandear a ideologia de Estado.

Uma questão pertinente levantada pelo livro *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal*, organizado por autores portugueses em parceria com o programa de Pós-graduação da PUC/SP, é a abordagem sobre Pimenta. Ele é classificado como um ideólogo do Estado Novo contra o liberalismo e a república. Dizia Pimenta: “Instruir sem educar primeiro; dar uma instrução que não seja posta a serviço da educação; ensinar a ler quem não tem carácter, ensinar a ler quem não sabe distinguir o Bem do Mal [...] não, não e não!” (PARDAL; VENTURA; DIAS, 2005: 256 apud PIMENTA, 1930). As sentenças supracitadas deixam em aberto duas questões para pensar: os inimigos elegidos²⁷ pelo Estado Novo português e o que Pimenta entendia por “Instrução”. É sabido que Pimenta compartilhava de algumas ideologias produzida pelo Estado Novo, contudo, não há mensuração da influência que Pimenta exerceu nas políticas que viriam a ser aprovadas em 1932 e 1936.

Ainda sobre o item “Instrução”, vale analisar uma correspondência de Pimenta que comenta as reformas no ensino. A carta é de dezembro de 1935, na ocasião Pimenta escreve a Salazar devido às reformas no plano de carreira que poderiam

²⁷ O Liberalismo e o Comunismo.

ser alteradas. A proposta do governo de Salazar era equiparar os salários dos funcionários, conforme os anos de serviço, à titulação acadêmica; por exemplo, um funcionário que já trabalhou cerca de dez anos poderia ganhar o mesmo que um bacharel em direito. Pimenta, contrário a tudo isso, afirma: “Eu, por exemplo, sou equiparado, com o meu pobre nome e modéstia da minha obra a um segundo oficial, totalmente anônimo, e virgem de canseiras intelectuais” (Carta 9, 1935). Trata-se, portanto, de uma visão hierarquizadora da sociedade, na qual “doutos” não deveriam ser tratados igualmente como outros. Essa visão elitista coaduna com a “Instrução”, na medida que é entendida como uma forma de qualificação técnica das pessoas. O “instruído” é aquele que pode realizar um trabalho específico, sem precisar dominar grandes teorias sobre o assunto; já o “educado” é aquele possui a formação intelectual, que pode até exercer o trabalho técnico, que, sobretudo, possui capacidade para refletir sobre o assunto. Dessa forma, entendo porque Pimenta distingue claramente “instrução” de “educação” e porque é contra um plano de carreira igualitário; trata-se de uma forma de manter a verticalização social, o *status quo*, sem maiores alterações nas relações de poder.

Diversos autores integralistas contribuíram para escrever a história oficial do Estado Novo, cujo movimento Torgal chamou de *revisionismo histórico*, tendo em vista que a grande maioria dos livros eram releituras de obras já escritas. Pimenta pertencia de algum modo ao movimento integralista, entretanto, não “propriamente com uma obra histórica de regime, mas com um livro erudito de achegas e revisões (mais em um sentido historiográfico do que o revisionismo histórico-ideológico de

Sardinha ou de Ameal)” (TORGAL, 1996: 249).²⁸ A exemplo dos livros eruditos há *Subsídios para História de Portugal (Textos e Juízos Críticos)* (1937) e *Novos Estudos Filosóficos e Críticos* (1935), já o livro *Elementos de História de Portugal* é entendido por Torgal como meio termo entre a erudição e a obra de divulgação, porque é um texto de investigação densa, mas que se destinou ao público escolar.

O ensino de história tem, para Pimenta, a *orientação para a vida* e isso é inerente a qualquer história, até mesmo àquelas consideradas “folhetinescas”. Essa primeira categoria expressa que foi preciso construir um livro que fosse subsídio não somente para os anos de estudos de Liceus, mas sim para todo sempre. Mesmo que o aluno não fosse prosseguir em uma área de estudo correlata à história, “mais tarde voltara ao livro: servir-lhe-há ainda de estímulo” (PIMENTA, 1935: 50), como um livro de consulta usado ao longo da vida.

Esta proposta de história como orientadora para a vida é diferente da história *Ad Usam Delphini*, a qual se propõem ser apenas conselheira política. A história como orientadora da vida tem um sentido mais abrangente, prevendo as decisões dos sujeitos em qualquer âmbito social. Claro que as escolhas sempre estariam alinhavadas com o pensamento nacionalista, autoritário, elitista e conservador, porque o ensino de história é proposto dessa maneira. Ele deve ensinar os valores morais que Pimenta julgava correto, juntamente com os feitos da nação.

²⁸ João Meal, Caetano Beirão, Rodrigues Cavalheiro e Sardinha são exemplos de autores integralistas que fizeram parte do revisionismo histórico.

A segunda categoria observada é a *proposta pedagógica do livro*. Em primeira instância, Pimenta (1935: 12) admite que o livro carece de pedagogia porque ela “é mais uma função do Professor do que do livro de aula”. Em um segundo momento ele se justifica: “Fiz um livro para Professores e para Estudantes. As citações, as notas, certos desenvolvimentos são para os Professores. Se algum estudante se preocupar com elas — magnífico” (PIMENTA, 1935: 12). Isso explica o porquê das citações em latim e das quase 600 páginas dedicadas ao livro, a proposta foi construir um livro denso que servisse de guia para o professor e para o aluno. De outro modo, era preciso primeiro ensinar história para o professor para este repassar aos alunos.

Dada a complexidade do ensino de história discutida por Pimenta, foi necessário criar a categoria *complexidade de conteúdo*. O autor entendia que não era possível que todos os alunos tivessem o mesmo entendimento sobre o conteúdo, nem todos os alunos absorveriam o conhecimento do livro por igual. Nesse sentido, o autor prefere nivelar por cima, dando a possibilidade de quem tem interesse aprofundar.²⁹

Estas categorias apresentadas – a orientação para vida, a proposta pedagógica e a complexidade do conteúdo – traduzem parte da maneira com que Pimenta enxerga o mundo, composta por um pensamento autoritário, elitista³⁰ e nacionalista. A

²⁹ “E o estudante, embora tivesse gostado muito do que lera, quando chegasse a idade da reflexão, diria mal é o meu nome. Podia ainda, em vez dessa descrição literária, obra de imaginação e não de inteligência limitar-me a ensinar que, no ano de 1139 se dera a batalha de Ourique. O estudante banal ou cabula ficava contente porque decorava aquilo, e pronto; mas o estudante de valor esse ficava em jejum” (PIMENTA, 1935: 49).

³⁰ Sobre o elitismo, há uma carta de dezembro de 1935 na qual Pimenta questiona a

questão autoritária e elitista ficou clara quando se analisou a influência comtiana no discurso de Pimenta, mas cabe entender melhor o significado de nacionalismo neste contexto:

[...] um argumento nacionalista emerge como uma doutrina política assente em três a seções básicas: a primeira de que existe uma nação com um carácter específico; a segunda de que os interesses e valores desta nação são prioritárias a quais quer outros; e finalmente, de que a nação terá de ser tão independente quanto possível, ou seja, que haja soberania (GUARDIÃO, 2012: 2).

Os pensamentos de Pimenta possuem confluências com o pensamento político nacionalista da época, não é à toa que o mesmo possui relações com o integralismo. Obviamente essa forma de pensar a política se reflete no ensino de história, o que explica em partes a noção de história como orientadora da vida.

O que não se pode confundir é a história nacionalista de Pimenta com sua ideologia e com a forma de governo do Estado Novo. Em cartas trocadas com Salazar, Pimenta alega não ser grande adepto das políticas do governo, mas dentre as escolhas possíveis e realizáveis o apoiava: “entre governar-nos um homem com ideias diferentes das minhas, ou, na minha opinião, más, e governar-nos uma criatura sem ideias de qualquer espécie, é preferível aquele” (Carta 6, 1934). Na mesma carta o autor ainda se queixa da censura. Apesar disso, fica claro em outras correspondências que Salazar era como um

reforma no plano de carreira dos servidores públicos, porque ela equipararia salários desconsiderando o nível de graduação, e Pimenta não entendia como alguém “virgem de canseiras intelectuais” poderia estar no mesmo patamar que ele.

padrinho político de Pimenta: Em 1933 nomeou Pimenta como conservador da Torre do Tombo; em 1934 Pimenta pede para seu irmão ser admitido como funcionário público e em 1935 o autor envia a obra *Elementos de História de Portugal* para ser apreciada por Salazar. Sobre esta última carta, na parte final do livro *Meus Elementos de História Portugal*, consta a resposta do próprio Salazar sobre o livro,³¹ “que havia de ser o melhor para educar e elevar este país. Creio ser bem um grande serviço prestado” (PIMENTA, 1935: 98).

O papel de Pimenta em relação ao Estado Novo no campo político é ambíguo: se por um lado ele tem um padrinho político e possui ideias em confluência, por outro ele é mais radical à direita do que o próprio regime. Mas, no campo da escrita da história, levando em consideração apenas a proposta de *Meus Elementos* o autor é mais contido e dialoga com a proposta da história oficial. A história nacionalista de Pimenta, a qual quer construir a nação patriótica, está de acordo com o programa do governo, mas a proposta política monarquista, a qual foi reiterada em outras cartas, certamente é o ponto de afastamento entre Pimenta e Salazar.

Ainda que hajam ambiguidades entre os papéis desempenhados por Pimenta percebo confluências no seu modo de ser, quando o campo da história se misturava com a política. Na carta abaixo, é possível observar o autor dando conselhos políticos a Salazar por meio de suas experiências com a história.

³¹ Na parte final do livro há diversas cartas de críticos o saldando pelo livro *Elementos de História de Portugal*, dentre eles Salazar.

Eu falo-lhe com franqueza com que falei sempre e falo sempre ao meu Rei. O que morreu não me quis ouvir. Morreu – e a instauração da monarquia é, hoje, um problema distante. Também ele queria fazer uma Monarquia Nova, com pessoa velho liberal, democrata, maçonzado, revolucionário. Tudo falhou (Carta 15, 1936).

Essa carta versava sobre a reforma do corpo burocrático do Estado Novo, a qual Pimenta defende uma alteração total do aparato do Estado para não cometer o mesmo erro do passado. Nessa correspondência, fica claro que Pimenta vivia sua intelectualidade, concebendo a história como um campo de experiência e que pode aconselhar para a vida, inclusive na política.

Considerações finais e perspectivas

As considerações finais deste trabalho estão longe de esgotar os problemas aqui levantados. Todo o trabalho de escolha teórica, levantamento bibliográfico e análise de fontes, serviu mais como alicerce para enxergar novas possibilidades de pesquisa do que para encerrar o assunto. Contudo, algumas ponderações devem ser feitas para ficar claro de onde parti e onde cheguei.

Em primeira instância, a incorporação da teoria de Ricoeur mostrou-se fecunda no trabalho, dando grandes possibilidades reflexivas no campo da história. A *via longa* é, antes de tudo, um olhar para o sujeito. Mas, de nada adianta observar o sujeito sem possuir um pensamento analítico para decifrá-lo, por isso

Ricoeur propõe partir da linguagem para chegar à história. Ficou mais fácil perceber esse raciocínio nas categorias para explicar o que Pimenta queria dizer sobre *verdade, interpretação, objetividade* etc. É quase um trabalho de tradução de símbolos daquela época para as formas de pensar de hoje; só não é porque houve a construção de enredo que deu novos sentidos ao que Pimenta procurava escrever. Feito este trabalho de contextualização dos símbolos, percebi as desproporções existenciais de Pimenta, isto é, suas inquietações que o faziam ser conforme quis, na medida em que as possibilidades do mundo se abriam e permitiam.

Nos prefácios dos livros de Pimenta haviam pistas das suas linhas de raciocínio, no entanto, a maior revelação veio no livro *Idade Média (soluções e problemas)* (1946), quando o próprio afirmou ter como mestres Herculano, Mommsen e Coulanges. Com isto, parti do princípio que o autor possuía um pensamento bastante eclético sobre teoria. Durante as pesquisas, constatei maior afinidade com o pensamento da escola metódica francesa para a escrita da história, o que ajuda explicar um pouco da absorção de Herculano e Mommsen, dado que o movimento francês bebe de alguma maneira dos primeiros historicistas. Essas apropriações de Pimenta fazem dele um historiador que participa de um campo de debate coletivo comum as teorias da história. Entretanto, a participação dele não se dá de maneira direta, vinculando-se a um ou outro movimento, na verdade ele lê os autores e adapta as teorias às suas necessidades. Por isso, mesmo Pimenta possa ser classificado como historiador, não é possível elevar ele a um teórico da história, porque seu papel é de consumo de teorias, sem fazer grandes proposições para a comunidade coletiva de historiadores.

Com o reconhecimento do papel historiográfico de Pimenta vislumbrei a possibilidade de pensar o comportamento dele frente ao Estado Novo. As reflexões deste sujeito evidenciam que sua história não era mero produto da política de Estado, mesmo que possuísse relações claras com Salazar. Pimenta possuía autonomia de pensamento e de ações, ainda que vivesse durante um governo autoritário. Tudo isso se revelou verossimilhante dado que a história proposta pelo autor até possuía vetores de pensamento na mesma direção da legislação que regulamentava o ensino, todavia, fora do livro suas concepções eram alargadas. Pimenta sonhava com a volta da Monarquia, por isso ele dava muito valor aos reis na história medieval portuguesa, mesmo que de maneira implícita no livro *Meus Elementos*.

Por último, Pimenta teve comportamentos diferentes conforme o espaço que ocupava, demonstrando certa ambiguidade. Essa afirmação é um tanto que óbvia se analisada em sujeitos contemporâneos, tendo em vista que todo mundo se comporta, muitas vezes, de maneira contraditória. Mas na historiografia, em algumas narrativas mais tradicionais, principalmente aquelas que tratam de grandes estruturas, os sujeitos acabam sendo trabalhados de maneira linear. Ao contrário disso, Pimenta se revelou um sujeito plural: era um ideólogo a serviço do Estado no jornal, um livre pensador em sala de aula, um crítico historiográfico nos livros e um crítico de Salazar nas cartas. É curioso que nas cartas Pimenta sempre se colocou numa posição de submissão total a Salazar, quase como humilhação, mas no momento seguinte fazia críticas, sugestões e pedidos, ele utilizava da retórica para fazer suas vontades. Já como historiador ou como colunista em jornais não havia humildade, apenas

argumentos contundentes que poderiam levar às polêmicas. É notório que o autor estudado teve que ter um “jogo de cintura” para conseguir exercer sua atividade intelectual, colocando-se a favor “disso” ou “daquilo”.

Ainda em relação à ambiguidade, na parte final da *Autobiografia* ministrada na Universidade de Coimbra, Pimenta desconstruiu seu próprio pensamento político, principalmente no que tange ao Comte. No final das contas, a única verdade que restava era a Fé, mas isso ele falava como filósofo, porque como historiador afirmou a existência da “verdade dos fatos”, que estava de acordo com a “verdade do Estado”. Foi por essa mudança de postura que não é possível encontrar grandes aberturas à filosofia da história no livro *Meus Elementos*, embora a *Autobiografia* diga o contrário.

Referências

- ANDERSON. Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexão Sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Cidade do México: Fundo da Cultura econômica, 1993.
- BARROS, José D.'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a. v. 1.
- _____. *Teoria da História: os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. v. 2.

- _____. *Teoria da História: acordes historiográfico: uma nova proposta para a teoria da História*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011c. v. 4.
- _____. *Teoria da História: Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 5.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, Romulo de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Presença, 2002.
- COSTA, Luiz M. Ferreira. *Os “intelectuais-heróis” e as mitologias políticas contemporâneas: a História transnacional da produção intelectual de Alfredo pimenta, Gustavo barroso, Plínio salgado e Rolão Preto*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.
- TORGAL, Luís Reis; CATROGA, Fernando; MENDES, José M. Amado. Ensino de História. In: TORGAL, Luís Reis; CATROGA, Fernando; MENDES, José M. Amado (Org.). *História da História em Portugal: séc. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- CRUZ, Manuel Braga da Cruz. *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondências 1931-1950*. Lisboa: Verbo, 2008.

- FONTE, Barroso Da. *Alfredo Pimenta: da práxis libertária à doutrinação nacionalista*. 2. ed. Guimarães: Cidade Berço, 2014.
- GADAMER, Hans-Georg. Hermenêutica clássica e hermenêutica filosófica. In: _____. *Verdade e Método: Complemento e Índices*. Petrópolis: Vozes, 2004: 111-142. v. 2.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.
- GUARDIÃO, Ana Filipa. Nacionalismos de Oposição – Comunistas e Radicais de Direita no Período do Estado Novo Salazarista. Working Paper 18, *Observatório Político*, publicado em 17/10/2012. Disponível em: <www.observatoriopolitico.pt>.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 6. ed, Petrópolis: Vozes; Ed. Universitária São Francisco, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. *historia/História*. 2. Ed. Madrid: Trotta, 2010.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos histórico*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2006.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10: 7-28, 1993.
- MARCHI, Riccardo. As direitas radicais no Estado Novo (1945-1974). *Ler História*, n. 57: 95-110, 2009.
- PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa. Edições 70, 2011.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações*. Porto: Res, 1988.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. t. 1.

_____. *Imaginação e Bíblia*. 1982. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/biblia_imaginacao>.

ROTA, R. Alesson. Estado(s) novo(s): um estudo de educação comparada entre Brasil e Portugal (1936-1945). *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6: 1002-1013, 2013.

PARDAL, Luis Pardal; VENTURA, Alexandre; DIAS, Costa. O ensino técnico em Portugal. IN: Pós-Graduação em Educação PUC/SP (Org.). *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal*. Campinas: Autores Associados, 2005: 179-295.

PIMENTA, Alfredo. *Meus Elementos de História de Portugal*. Lisboa: Edição do autor. 1935.

_____. *Elementos de História de Portugal*. 3. ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1936.



Teoria



O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy

Carla Baute

O miolo do século XX foi um momento de grande efervescência intelectual no Ocidente. Após duas grandes guerras, uma grande crise do capitalismo e a revolução na Rússia, somente para citar os acontecimentos mais marcantes da primeira metade do século, a influência do pensamento do filósofo alemão Karl Marx ganhou novas e gigantescas proporções. Em meio à Guerra Fria, intensificaram-se os estudos de intelectuais marxistas e não marxistas das mais diversas áreas, com especial destaque ao tema das transições (cf. HOBSBAWM, 1995: 223-252; JUDT, 2007: 209-285).

É interessante pontuar a relevância que o capitalismo foi ganhando em diversos estudos. No início do século XX, Max Weber e Werner Sombart se ocuparam da temática de suas origens, com um viés que privilegiou o papel da religião (WEBER, 2004; SOMBART, 1987). Em alguns estudiosos marxistas podemos encontrar análises que entendiam que o conhecimento da transição do feudalismo para o capitalismo poderia facilitar o momento de transição do capitalismo para o socialismo – que, de acordo com eles próprios, estava acontecendo naquele momento” (cf. SWEEZY; BETTLEHEIM, 1971; VILAR apud SANTIAGO,

s/d: 39-40). Além disso, explicitava uma metodologia que por si só era crítica e de forte cunho ideológico, pois uma busca por “desnaturalizar” o capitalismo já implicava um questionamento de sua suposta naturalidade.

Foi nesse contexto que, em 1946, Maurice Dobb, um economista-historiador membro da “tradição teórica” dos historiadores marxistas britânicos – grupo de estudiosos filiados ao Partido Comunista da Inglaterra – (KAYE, 1995: 8), lançou o livro *Studies in the development of capitalism* (DOBB, 1946). Nele, apresentou um amplo panorama da história da Europa ocidental que vai desde o momento que caracterizou como o início do declínio do feudalismo, no século XIV, até o período entre guerras e crise da década de 1920 (mais tarde, a edição de 1962 traria também um pós-escrito acerca do pós-Segunda Guerra Mundial), numa abordagem que tinha nas causas do citado declínio do feudalismo, sua articulação das transformações no modo de produção e seus efeitos econômicos e sociais alguns dos pontos fundamentais de sua análise.

A obra não obteve uma grande repercussão logo após seu lançamento, com exceção da crítica escrita pelo austríaco Karl Polanyi em 1948 e de um artigo do inglês Richard H. Tawney de 1950 (cf. POLANYI, 1948; TAWNEY, 1950). Uma maior atenção à análise de Dobb não veio de seus compatriotas ingleses nesse primeiro momento. Conforme apontou ironicamente Rodney Hilton (1977: 10) na década de 1970, “os historiadores acadêmicos britânicos não gostam do Marxismo”. A leitura atenta veio de um norte-americano: Paul Sweezy, também economista-historiador e fundador do periódico *Monthly Review*, ao lado de Leo Huberman. Na primavera (do hemisfério norte)

de 1950, Sweezy (1987a: 33-56) escreveu um artigo intitulado “A critique”, publicado na revista *Science and Society*¹ – e assim se iniciava um dos mais conhecidos debates historiográficos do século XX e, indo mais além, um dos mais prolíficos debates marxistas de todos os tempos.

O conteúdo das discussões repercutiu de maneira estrondosa. Conforme escreveu Hobsbawm (1977: 201), “o problema da transição do feudalismo para o capitalismo provavelmente deu origem a discussões marxistas mais numerosas do que qualquer outro relacionamento com a periodização da história mundial”. Essa monografia entende que a proficuidade e pluralidade desse debate configura um objeto valioso no estudo da complexidade do pensamento marxista do período, por muitas vezes tido como simplista por uma historiografia posterior (cf. GUERREAU, 1980: 223; GUERREAU, 2002: 441). Não se configura como nossa intenção realizar um levantamento e análise minuciosos de todos os autores participantes do debate: nosso foco encontra-se, como anteriormente mencionado, na análise dos conceitos “feudalismo” e “modo de produção” nos autores Dobb e Sweezy.

Esta monografia não tem a pretensão de analisar o debate em toda a sua dimensão, mas sim a de aliar a metodologia da escola “skinneriana” e “koselleckiana” na busca por um melhor entendimento do pensamento desses autores. Ademais, pretendemos não perder de vista a maneira como esses homens estavam inseridos em ambientes intelectuais específicos, tanto

¹ Periódico norte americano interdisciplinar de tradição marxista, sediado em Nova Iorque, publica trimestralmente desde o ano de 1936 até os dias de hoje. Dentre os temas tratados na revista, destacamos história, ciência política, literatura, estética, estudos femininos e economia. Cf.: <<http://www.scienceandsociety.com>>. Acesso em: 20/10/2016.

quanto lidavam com referências de fundo comum, para, assim, a extrairmos de seus textos indícios do contexto de sua produção de modo a, na medida do possível, contribuir com o entendimento de uma história das ideias no século XX.

Segundo Harvey Kaye (1995: 46), é possível identificar dois tipos de vertentes da análise marxista no debate da transição, uma em Dobb e outra em Sweezy:

[...] one is decidedly *economic*, focusing on exchange relations, as in Sweezy's critique. The other is politico-economic, focusing on the *social* relations of production and directing us towards class-struggle analysis, as in Dobb's *Studies* and reply.

Nossa pesquisa investigou se essa assertiva se faz perceptível dentro desses textos originais e, através da análise dos conceitos destacados, verificar a possibilidade de serem atribuídos diferentes sentidos e usos para os mesmos termos – e quais seriam tais sentidos e usos.

Combinando as metodologias propostas pela Escola de Cambridge e da história conceitual de inspiração alemã, estudamos os textos desses autores em minúcia, porém não limitando a busca de seus significados dentro deles mesmos. Para além disso, tendo-se em vista que se tratam de intelectuais marxistas, buscar-se-á relacionar as concepções dos autores com aqueles desenvolvidos por Marx². Espera-se, com isso, compreender de maneira mais profunda o modo como esses autores expressam o seu entendimento acerca do

² Para tal, se fará uso de *O Capital – Livro I e Crítica da Economia Política*.

materialismo histórico original em suas análises de história medieval e moderna.

Para os propósitos desta pesquisa, alguns autores e trabalhos são de fundamental importância. O primeiro deles é Eduardo Mariutti, com seu *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*, de 2004 – versão publicada de sua dissertação de mestrado, defendida em 2002 –, o autor realizou uma análise de todos os autores participantes do debate até então, realçando as afinidades e distanciamentos entre eles, bem como localizar o “conjunto complexo de tendências” que esses autores articularam (MARIUTTI, 2004: 20).

No mesmo sentido, e ainda dentro da produção nacional, em uma coletânea de artigos sobre a temática da transição, Théo Araujo Santiago (s/d: 14-16) apontou que a própria definição de feudalismo providenciada por Dobb colocou em evidência “a necessidade de conceituarmos de uma forma mais rigorosa as relações de produção “feudais” como sendo “relações *servis* de produção”.

Outra visão da contribuição dos debates marxistas em torno da temática da transição pode ser verificada no trabalho de Alain Guerreau (1980). Em uma de suas obras mais conhecidas, *Feudalismo: um horizonte teórico*, de 1979, o historiador francês fez críticas à historiografia que tratou do tema. Em uma interpretação que visou a enfatizar diversos fatores que dão complexidade ao que pode ser entendido como feudalismo, propôs uma nova cronologia, na qual o sistema feudal se estenderia até o século XVIII. No que diz respeito ao objeto dessa monografia, especificamente, Guerreau questionou a interpretação de Dobb, pontuando que suas análises resultaram em uma “simplificação

que roça ao ridículo” (GUERREAU, 1980: 99-100); além disso, tratou do debate da transição, que, para ele, possuiu dois defeitos: o “economicismo” e o “instrumentalismo”.

Mais recentemente, em um estudo de 1993, o economista argentino Claudio Katz (1993: 363-365) discutiu duas interpretações do materialismo histórico: a do filósofo inglês Gerald Cohen e a de Robert Brenner. Katz defendeu que a análise de Brenner não apresenta uma resposta satisfatória para uma questão colocada por Cohen: a de entender o papel da classe no materialismo histórico.

A obra *As origens do capitalismo*, da historiadora americana Ellen Meiksins Wood, é um dos trabalhos recentes de maior fôlego na historiografia que trata do tema. Nele discutiu diferentes análises acerca da transição, com um apanhado das obras que trataram do tema, desde Weber e Sombart, passando por Dobb e Sweezy, mais tarde por Anderson e Brenner. Nessa leitura, enfatizou que tais estudos, mesmo os de influência marxista, caíram em suas próprias armadilhas e reproduziam uma explicação linear da história, na qual o capitalismo não conseguiu escapar do “naturalismo” (cf. WOOD, 2001: 13-14).

Por fim, temos o já citado livro de Harvey J. Kaye (1995: 23-69), *The British Marxist Historians*, que contém um capítulo dedicado a Dobb e o debate da transição. O historiador estadunidense fez um levantamento detalhado das ideias articuladas pelos autores participantes, destacou as divergências e afinidades da produção sobre o tema, mas conferindo maior ênfase no papel de Dobb no debate, uma vez que seu objeto de estudo é, como diz seu título, o grupo de estudiosos marxistas britânicos (cf. KAYE, 1995: 221-249).

A presente pesquisa tomou como fontes principais a obra que deu início ao debate, *Studies in the development of capitalism* de Dobb; o artigo “Critique”, de Sweezy; a resposta de Dobb, “Reply”; e as tréplicas “Rejoinder”, de Sweezy, e “Further Comment”, de Dobb – todos publicados na revista *Science and Society* entre 1950 e 1953. Efetuando a leitura dos referidos textos em seu idioma original, buscou-se um melhor entendimento da linguagem, para então concretizar a análise conceitual já mencionada sobre os conceitos “feudalismo” e “modo de produção”.

Para a análise contextual, o referencial teórico-metodológico vem da Escola de Cambridge, na qual a reflexão “desloca-se para a relação entre várias linguagens políticas que, no seu confronto sincrônico, conformam a tessitura linguística na qual diversas performances se tornam possíveis e inteligíveis” (JASMIN, 2005: 29). Um de seus principais expoentes, Quentin Skinner, apresentou suas preocupações a respeito dos aparatos teóricos e metodológicos dos estudiosos do pensamento político e social no artigo “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, publicado em 1969 (SKINNER, 1969: 3-53). Ampliando as discussões anteriormente iniciadas por John Dunn e John Pocock (1969), Skinner (1969: 10) proferiu duras críticas aos anacronismos cometidos nos estudos da história das ideias, os quais representariam um perigo que pode se desenvolver para um tipo de “concretização de uma entidade”. Em outras palavras, o historiador, ou estudioso de outra área qualquer, atribui um sentido contemporâneo à obra, incute nela impressões e sentidos que não derivam de seu contexto de produção. Para o autor, isso se dá porque o leitor está, de certa forma, contaminado pelos paradigmas de seu tempo e os aplica de maneira inconsciente em

seu objeto de estudo, resultando em “mitologias históricas” (cf. SKINNER, 1969: 7; JASMIN: 2005: 27).

Essa operação intelectual pode ajudar a evitar os erros conceituais e possibilita relacionar as declarações dos autores levando em consideração para quem ele as escreveu e o seu contexto linguístico. Justamente por conta disso, a ela combinou-se a proposta de Reinhart Koselleck (1992: 136) e sua *Begriffsgeschichte*. De acordo com essa vertente de estudos, o resultado do desconhecimento do contexto linguístico é o anacronismo. Por tal, “todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua”.

Tal perspectiva combinada se configura como um caminho possível e que pode render bons frutos no lidar com as fontes do debate da transição. “A partir de um fato linguístico, posso atuar sobre a realidade de forma concreta”, escreveu Koselleck (1992: 136). Skinner (1969: 42), por seu turno, diz que “the social context, it is said, helps to cause the formation and change of ideas; but the ideas in turn help to cause the formation and change of the social context”.

A presente monografia está dividida em três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo realizamos a análise das fontes propriamente ditas, ele está intitulado como “Os primórdios do debate”. No segundo capítulo nos detemos na análise conceitual conforme a proposta indicada, seu título é “Os conceitos em jogo”. No terceiro e último capítulo, “Trajetórias Intelectuais: Dobb e Sweezy em seus tempos”, buscamos analisar as carreiras desses pensadores, bem como suas influências e publicações. Por fim, sucede-se a conclusão. Dentro da qual buscamos fazer

um balanço dos avanços possíveis com a leitura de fontes e bibliografia desse debate intelectual tão rico.

Os primórdios do debate

A crítica de Sweezy

No ano de 1946, foi lançado o livro *Studies*,³ de Dobb, economista-historiador inglês, então professor do Trinity College de Cambridge e membro do grupo dos Historiadores Marxistas Britânicos. O autor já havia lançado obras sobre teoria econômica e desenvolvimento do capitalismo (cf. DOBB, 1937; DOBB, 1943), porém, essa foi a mais ambiciosa até então, compreendendo a análise de um período amplo, que vai desde o final do século XIV até o XX. Nesse livro apresentou um amplo panorama da história da Europa ocidental que vai desde o momento que caracterizou como o início do declínio do feudalismo, no século XIV, até o período entre guerras e crise da década de 1920 (mais tarde, a edição de 1962 traria também um pós-escrito acerca do pós-Segunda Guerra Mundial), numa abordagem que tinha nas causas do citado declínio do feudalismo, sua articulação das transformações no modo de produção e seus efeitos econômicos e sociais alguns dos pontos fundamentais de sua análise.

³ A partir de agora, nos referiremos ao livro de Dobb *Studies in the development of Capitalism* como *Studies*, e aos artigos de ambos os autores, Dobb e Sweezy, por seus títulos originais “Critique”, “Reply”, “Further Comment” e “Rejoinder”.

No ano de 1950, Sweezy publicou um artigo dedicado a comentar a obra de Dobb no periódico norte americano *Science and Society*.⁴ Intitulado justamente “A Critique”, logo em seu primeiro parágrafo o autor escrevia: “We live in the period of transition from capitalism to socialism” (SWEETZY, 1987a: 33). Essa assertiva pode incitar análises diversas. Podemos refletir sobre o seu contexto histórico, do pós-Segunda Guerra Mundial e do início da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, e também sobre a posição singular desse economista, um pensador marxista que vivia na maior potência capitalista de seu tempo.⁵

No início do texto, Sweezy mencionou como a temática da transição do feudalismo para o capitalismo teve um papel importante nos *Studies* de Dobb, uma vez que cerca de um terço da obra foi dedicado a tratar do declínio do primeiro e ascensão do segundo. Não por acaso, é nessa seção do livro que Sweezy fixou suas críticas, e a primeira delas referiu-se precisamente a um dos temas centrais de nossa análise: a definição de Dobb de “feudalismo”.

⁴ Os artigos subsequentes do debate, os quais tomamos como fonte, foram todos publicados nesse periódico. O periódico norte americano, em atividade desde 1936, é a publicação marxista mais antiga ainda em atividade. Publicando trabalhos das mais várias áreas do conhecimento, desde economia e filosofia, passando por história e estudos femininos. cf. <<http://www.scienceandsociety.com>>. Último acesso em 20/10/16. Porém, para nossa leitura dispomos da edição contida na coletânea organizada por Rodney Hilton já mencionada.

⁵ Para a importância de se pensar o lugar de produção, nos apoiamos em Michel de Certeau (2011: 47), que defendeu que “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”.

Sweezy (1987a: 33) atribuiu a Dobb uma concepção de feudalismo como sinônimo de servidão. Para ele, contudo, tal definição não identificava um sistema de produção, pois existia servidão em outros sistemas, não somente no feudal, o que o levou a caracterizar o conceito de Dobb de feudalismo como “too general to be immediately applicable to the study of a particular region during a particular period”. Assim, Dobb não teria definido, na verdade, um sistema social, mas vários, todos tendo a servidão como base. Já o feudalismo “clássico”, tal como o inglês apresentara, diria respeito, por sua vez, somente à forma como ele ocorreu na Europa ocidental (SWEETZY, 1987a: 34).

Em seguida, Sweezy (1987a: 36-37) tratou da visão de Dobb acerca do declínio do feudalismo. Para ele, os *Studies* contestavam a tese comumente aceita do impacto comercial e do ressurgimento das cidades na dissolução do feudalismo, numa perspectiva que reconhecia ser de grande importância. Ainda assim, Sweezy postulou que essa explicação era inadequada, pois ela não examinava profundamente os efeitos do comércio no feudalismo. Para fundamentar seu argumento, citou a tese do próprio Dobb de que os dados históricos apontavam que o crescimento da economia monetária levou a um recrudescimento dos laços feudais, a “segunda servidão”: se o fator decisivo fosse de fato o aumento do comércio, o resultado lógico seria a intensificação do feudalismo, não o seu fim. Portanto, a saída estava em procurar por outros fatores, e para Dobb, esses fatores estariam localizados dentro do próprio sistema feudal. Sweezy (1987a: 37) resumizou a interpretação de Dobb caracterizando a superexploração da força de trabalho como a causa do fim do feudalismo:

[...] serfs deserted the lords' estates en masse, and those who remained were too few and too overworked to enable the system to maintain itself on the old basis. It was these developments, rather than the rise of trade, which forced the feudal ruling class to adopt those experiments – commutation of labour services, leasing demesne lands to tenant farmers, etc. – which finally led to the transformation of productive relations in the countryside.

Em sua crítica, Sweezy (1987a: 38) destacou dois fatores que Dobb utilizara para exemplificar sua teoria – a desconsideração pelos interesses dos servos e a guerra e pilhagem – para apontar que não foram bem explicados, nem ofereceram suporte à sua análise, uma vez que existiram durante todo o período feudal e Dobb não ofereceu dados de que eles aumentaram no decorrer do tempo. Outro aspecto que supostamente corroboraria a teoria do inglês, mas que teria de ser estudado com mais cautela, é a questão do crescimento da nobreza. Para Sweezy, o crescimento da “classe parasita” correspondeu ao crescimento do número de servos, e não há como negar o aumento da extravagância dessa classe. No entanto, esse crescimento poderia ser explicado dentro do sistema feudal? Segundo ele, isso teria ocorrido por razões fora do feudalismo e por forte influência do crescimento do comércio.

O crítico também tratou da questão das fugas em massa dos servos mencionada por Dobb, concordando que esse foi, sim, um fator importante da crise do feudalismo do século XIV. Dobb, inclusive, fora mais além ao postular que essas fugas ocorreram por conta da opressão dos senhores (a qual, por sua vez, pode ser ligada ao crescimento da extravagância já mencionada), podendo ser explicado, da mesma forma, por causas internas ao

feudalismo – e disso Sweezy discordou. Para ele, os servos não podiam simplesmente abandonar as propriedades senhoriais: eles não tinham para onde ir. Sweezy (1987a: 39) então lançou luz em um aspecto que, para ele, foi menosprezado por Dobb: o crescimento das cidades nos séculos XII e XIII. O apelo das cidades – a possibilidade de escolher um emprego e talvez ascender socialmente – foi mais forte, e apresentava-se como um melhor argumento do que o aumento da pressão dos senhores sobre os servos.

Após enfatizar a contribuição do trabalho que criticava, Sweezy apontou que seu aspecto mais fraco residia em rebater a ideia de que a “raiz” da dissolução do feudalismo estava na ascensão do comércio. Em sua leitura, o conflito mais importante nesse impacto não seria entre a economia monetária e a economia natural, mas sim entre a produção para o mercado e a produção para uso, já que até a mais “primitiva” economia requeria algum tipo de comércio. Para explorar a relação entre feudalismo e comércio, Sweezy (1987a: 41) retomou o argumento de Henri Pirenne sobre a influência do comércio na desintegração do feudalismo, que fora rebatido por Dobb, para afirmar que a tese da influência da reabertura do Mediterrâneo e dos portos ocidentais no século XI é muito convincente.

Sweezy (1987a: 42-43) ainda apresentou quatro correntes de influência da economia de troca sobre a economia de uso. A primeira referia-se a como os bens manufaturados podiam ser comprados por preços menores do que se fossem feitos nas propriedades; a segunda, a influência da existência do valor de troca como uma tendência econômica massiva nos produtores; depois, o desenvolvimento de gostos diferenciados na classe

dominante feudal – que foi proporcionado pelo avanço do comércio que disponibilizou novos itens para consumo; e, finalmente, o crescimento das cidades, certamente a razão das fugas dos camponeses, o que, de acordo com Dobb (e reforçado por Sweezy), foi um dos fatores decisivos na dissolução do feudalismo. Esses motivos enumerados foram penetrantes e poderosos para garantir o rompimento do *sistema de produção* pré-existente.

Sweezy (1987a: 44) pontuou que Dobb estava inquestionavelmente certo em rejeitar a teoria de que a ascensão do comércio automaticamente liquidou a servidão. No entanto, mesmo concordando também que em alguns lugares o crescimento do comércio foi acompanhado pela intensificação, ao invés de um relaxamento, dos laços de servidão, essas foram, para ele, temporárias e parciais reversões, e não poderiam servir como base para questionar a “firme” substituição do trabalho servil pelo assalariado. Já para debater a problemática da “segunda servidão” proposta por Dobb, Sweezy (1987a: 45) recorreu à geografia. Para ele, o fenômeno foi mais marcante a leste do centro da então nova economia comercial; assim, reforçou seu argumento enfatizando que tal segunda servidão ocorreu na periferia da economia de troca.

De modo geral, Sweezy (1987a: 46) argumentou que, para Dobb, o feudalismo da Europa ocidental declinou porque a classe dominante superexplorou a classe trabalhadora. Em sua visão, contudo, seria “more accurate to say that the decline of western European feudalism was due to inability of the ruling class to maintain control over, and hence to overexploit, society’s labour power”.

A resposta de Dobb

A réplica de Dobb encontra-se em seu artigo “Reply”, publicado também em 1953, e fundamentou-se nas conceituações. De saída, ele disse não ter claro se Sweezy rejeitou sua definição de feudalismo ou se somente a considerou como incompleta; em seguida, abordou o que as diferentes formulações conceituais entre os dois poderiam acarretar (DOBB, 1987a: 57). Não nos aprofundaremos nesta questão aqui, porém, trataremos disso mais a fundo no capítulo seguinte, em uma seção designada para tal.

Dobb (1987a: 59) iniciou suas respostas pela discussão sobre a denominação “feudalismo da Europa ocidental”, afirmando que, embora houvesse diferenças entre as condições da Europa ocidental e da oriental, também havia similaridades impressionantes como o fato de a mais valia ser extraída dos produtores diretos. Nesse sentido, defender o “feudalismo da Europa ocidental” configurava prática comum de historiadores burgueses, com sua tendência a se concentrar principalmente em características jurídicas e apontar as diferenças entre distintos objetos de estudo.

Dobb citou uma passagem de “Critique” na qual Sweezy descreveu o feudalismo como conservador e resistente a mudanças para dele discordar, sob o argumento de que, na verdade, houve mudanças consideráveis na técnica durante o período: os últimos séculos do feudalismo testemunharam diferenças acentuadas em relação ao seu início. Em relação específica à declaração de Sweezy de que o sistema feudal não

tinha tendência a se transformar, Dobb (1987a: 59) o contestou dizendo que, de acordo com essa afirmação, a luta de classes não poderia desempenhar um papel revolucionário. Ainda que isso não significasse que a luta de classes entre os camponeses e seus senhores culminou diretamente no capitalismo, ela modificou a dependência do modo de produção feudal e, eventualmente, as relações de exploração entre senhores e camponeses.

Adentrando o ponto central das diferenças entre as análises dos dois autores, Dobb (1987a: 60) apontou que a visão de Sweezy sobre o declínio do feudalismo ter sido fruto somente da ação de forças externas ao sistema é deveras simplista. Para ele, a questão é mais complexa do que definir se as coisas foram internas ou externas: tratava-se de uma *interação* dessas duas forças, *mas* com ênfase principal nas contradições internas. Pois, “since they would, I believe, operate in any case (if on a quite different timescale), and since they determine the particular form and direction of the effects which external influences exert”.

Dobb enfatizou não negar que o crescimento das cidades e do comércio teve um papel importante na configuração da aceleração da desintegração do feudalismo. O que ele afirmou defender foi que o comércio exerceu sua influência na medida em que acentuou os conflitos internos dentro do velho modo de produção.

Quanto às causas das fugas dos servos, para Dobb evidentemente elas foram influenciadas tanto por causa da atração dos centros urbanos como pela força repulsiva da exploração feudal, o que variou em diferentes lugares e no decorrer do tempo. E, em nota de rodapé, reconsiderou a importância de se levar em conta como a possibilidade das fugas para as cidades

teve efeito nos senhores, levando-os à fazerem concessões para com os camponeses, e conseqüentemente, enfraquecendo os laços feudais (DOBB, 1987a: 60). Não concordou com Sweezy, porém, sobre a ligação entre a desintegração do feudalismo e a sua localização próxima a centros comerciais. Para ele, foi precisamente nas regiões Norte e Oeste da Inglaterra, consideradas “atrasadas”, que a servidão em sua forma mais direta desapareceu mais rápido, enquanto no Sudeste, mais “avançado” em termos de comércio, a servidão prevaleceu por mais tempo – argumentos que serviriam para rebater a ideia segundo a qual a servidão aumentou só na periferia do sistema (DOBB, 1987a: 61).

Dobb (1987a: 61) enfatizou que Sweezy centrou sua atenção somente na esfera de comércio e não nas relações de produção, sem dar atenção à transição da mão de obra servil para o trabalho assalariado. E especulou que isso se deu porque ele teria encarado essa questão como óbvia, ou então porque teria considerado que a locação de terras foi a sucessora do trabalho forçado.

Depois do feudalismo

Um outro ponto candente da discussão diz respeito ao que veio depois do feudalismo na Europa ocidental. Sweezy concordou com Dobb que, durante o século XIV, o feudalismo passou por uma grave crise. Ao mesmo tempo, defendeu que não se poderia falar em capitalismo antes da segunda

metade do século XVI. Diante de tal lacuna, trouxe à tona um questionamento que o inglês levantou em *Studies*: qual era o sistema econômico desse período? Para ele, a resposta de Dobb, apesar de hesitante, foi que o período teria sido feudal, apesar de tudo. Sua compreensão, porém, era outra: “it seems to me that to stretch the concept of feudalism in this way is to deprive it of the quality of definiteness which is essential to scientific usefulness” (SWEEZY, 1987a: 48).

Segundo Sweezy (1987a: 49), o que teria ocorrido nesse período, portanto, não era nem feudal e nem capitalista, mas um *sistema de produção* de mercadorias pré-capitalista, forte o bastante para desintegrar o feudalismo, mas ainda fraco para desenvolver uma estrutura nova. O que ele pôde fazer foi preparar o caminho para o avanço do capitalismo nos séculos XVII e XVIII (SWEEZY, 1987a: 52).

Dobb concordou em considerar o período entre os séculos XIV e XVI como de transição, no qual o modo de produção de então estava se “emancipando” da exploração feudal, mas ainda não estaria sob o jugo das relações capitalistas. Já a ideia de um modo de produção “nem feudal, nem capitalista”, como sugeriu Sweezy, seria um “procedimento impossível”. Para o inglês, esses dois séculos poderiam ser classificados, no processo de desenvolvimento histórico como “híbridos sem teto”. E foi além, enfatizando como sua teoria se diferenciava da de Sweezy:

While this sort of answer might be adequate to enough in a purely evolutionary view of historical development through successive systems or stages, I suggest that this will not do for a revolutionary view of historical development – a view of history as a succession of class systems, with social

revolution (in the sense of the transfer of power from one class to another) as the crucial mechanism of historical transformation (DOBB, 1987a: 62).

Levando isso em consideração, na visão de Dobb Sweezy falhou ao não se perguntar qual era a classe dominante do período. O norte americano reconheceu que o sistema capitalista ainda não tinha se desenvolvido, de modo que não seria a classe capitalista. Teria de ser, então, a burguesia mercantil. Para o autor dos *Studies*, a classe dominante do período de transição era feudal e o Estado ainda era o instrumento político de seu governo. Se era assim, a classe dominante dependia de sua renda advinda de métodos feudais de exploração do pequeno modo de produção, o que a definiria como feudal (DOBB, 1987a: 62-63).

Retornando a Sweezy, nas páginas finais de “Critique” suas ressalvas se voltam à duas teses apontadas por Dobb sobre a ascensão do capitalismo. A primeira delas dizia respeito à origem do capital industrial, a segunda ao processo da acumulação original. Sweezy destacou uma citação que Dobb fez do livro III d’O *Capital* de Karl Marx, em que discutiu as duas maneiras pelas quais o capital industrial se desenvolveu: “o caminho revolucionário” – no qual os produtores acumularam capital e o empregaram no comércio e no decorrer do tempo começaram a organizar uma base de produção capitalista. E uma segunda, em que a já existente classe mercantil que começou a tomar posse da produção. Para Sweezy (1987a: 52-53), Dobb se focou somente na primeira tese, mesmo depois de ter admitido a falta de provas para dar respaldo às mesmas.

Para Sweezy (1987a: 54), tratando-se da primeira tese, o problema maior não residiu na falta de provas, mas sim em uma leitura equivocada de Marx, pois na citada passagem o filósofo alemão não fez menções sobre capitalistas surgindo dos produtores artesanais. No que concerne à segunda tese, apontou que Dobb simplesmente não ofereceu nenhuma evidência da tal “fase de realização”, e terminou seu artigo enfatizando que a atenção dada a essa fase de realização que não pôde ser comprovada serviu para desviar a atenção do ótimo trabalho de Dobb ao analisar problemas essenciais do “período de acumulação original” (SWEETZY, 1987a: 55-56).

Em sua resposta, Dobb (1987a: 64) abordou o papel da “via realmente revolucionária” sob o argumento de que o capital mercantil – que, longe de sempre desempenhar um papel progressivo, era com frequência aliado da reação feudal – é a chave para entender os alinhamentos de classe durante a revolução burguesa e, em maior escala, o período ascensão do capitalismo. No que diz respeito à “fase de realização” no processo de acumulação, por sua vez, admitiu a fragilidade desse ponto em sua análise. Ainda assim, defendeu a relevância de se pensar nessas duas fases e acentuou a importância da investigação da segunda – a da realização – pelos pensadores marxistas (DOBB, 1987a: 64) visto que esse foi um período no qual houve mudanças na burguesia: se antes se investia em terras, objetos valiosos e ações, a partir daí se passou a privilegiar investimentos em meios de produção e força de trabalho (DOBB, 1987a: 67).

Os desdobramentos do debate

Em 1953, três anos após sua primeira discussão, Dobb e Sweezy voltaram a publicar artigos no periódico *Science and Society*. Desta vez, porém, além do debate direto entre ambos, eles responderam também a críticas e comentários feitos por Kohachiro Takahashi (1952: 313-345), historiador japonês, em seu artigo publicado no ano anterior na mesma revista, intitulado “The Transition from Feudalism to Capitalism: a contribution to the Sweezy-Dobb controversy”.

Dobb iniciou seu “A Further Comment” exaltando a contribuição de Takahashi ao debate, e se propôs a responder suas críticas em três breves comentários.

O primeiro deles voltava-se à crítica feita pelo japonês à pouca atenção dada à França, Itália e Espanha nos *Studies*. Dobb (1987b: 98) respondeu que optou por utilizar um método que privilegiou certos aspectos “cruciais” do desenvolvimento do capitalismo, método esse que tomou a Inglaterra como o caso “clássico” e que se limitou a pontuais referências e comparações com outros países europeus, mas somente para elucidar certas questões.

No segundo, o inglês defendeu-se da crítica de Takahashi de que teria classificado o período entre os séculos XIV ao XVI como não sendo “nem feudal e nem capitalista”. Sem deixar de reconhecer as falhas da versão final de seu trabalho, pois o texto ainda continha traços de algumas de suas visões iniciais, Dobb sustentou que o japonês se confundiu, uma vez que apontara esse problema em seu trabalho, mas o concluíra de forma diferente.

De qualquer modo, como também não deixava de indicar, sua “retificação” encontrava-se na página 20 de *Studies* e não no artigo “Reply”, conforme mencionado por seu crítico. Segue o trecho no qual discutiu o contexto da crise do século XIV:

In this crisis the feudal mode of production, based on serfdom, was seriously shaken and reached an advanced stage of disintegration, the effects of which were seen in the malaise of landlord economy in the following century. But unless one is to identify the end of Feudalism with the process of commutation [...] one cannot yet speak of the end of the medieval system, still less of the dethronement of the medieval ruling class (DOBB, 1946: 19-20).

Dobb (1987b: 99-100) defendeu ainda outra afirmação sua, sobre a desintegração do modo de produção feudal em estado avançado antes do modo capitalista se desenvolver. Comentou que Takahashi parecia concordar com ele nessa questão, colocando essa desintegração como resultado da insatisfação dos produtores com seus senhores. A única discordância entre os dois estaria nas diferentes ênfases que cada um deu a essa “auto desintegração” e ao período em que ela teria ocorrido.

O terceiro comentário diz respeito à crítica de Takahashi ao modo como Dobb relacionou as “duas vias”, “o caminho revolucionário” e a “fase de realização”, e o sistema *putting-out*,⁶ incluído na primeira via. Com isso, especificamente,

⁶ A expressão *putting-out system* refere-se, atualmente, a um sistema de subcontratação de mão de obra. Mas para o período em que estamos tratando, no século XV principalmente, ela designava um modo de trabalho doméstico no qual o trabalhador utilizava materiais brutos na confecção de produtos, tais como roupas ou sapatos, e os vendia em pequenos centros comerciais.

Dobb concordou, mas enfatizou que, em seu entendimento, tal sistema econômico não era homogêneo, e sim um “fenômeno complexo” que englobava várias formas econômicas distintas. Uma delas pode ser relacionada a grandes mercadores de couro ou tecidos, e essas ele associou à segunda via – a “fase de realização”. Outro tipo de sistema era o dos artesãos manufatureiros saídos das guildas de Londres, que Dobb não se arriscou a dizer se foi uma forma de sistema *putting-out* organizada de baixo “peculiarmente” inglesa. Terminou seu texto, de todo modo, ressaltando a importância dos “avanços cooperativos” em estudos desse tipo, como Takahashi defendera em sua crítica de 1952 (DOBB, 1987b: 100-101).

Também no ano de 1953, Sweezy contribuiu com mais um artigo ao debate, “Rejoinder”, o último de nossa seleção de fontes para esta pesquisa. Nele, o norte americano se propôs a reapresentar suas ideias de forma concisa e buscou suscitar novas discussões com Dobb e Takahashi, o que se deu sob a forma de três questões.

Na primeira delas, retomou o questionamento sobre o motor primário do feudalismo da Europa ocidental, sem deixar de notar, em nota de rodapé, que seguiria usando a expressão “feudalismo da Europa ocidental” apesar das críticas de Dobb, pois o ocorrido nessa região foi muito diferente de outros locais. Em seguida, voltou ao que seria a resposta central de Dobb para o problema levantado: o crescente aumento das demandas por receita dos senhores. Que esse aumento teria ocorrido de fato, Sweezy não discordou, o que colocou em xeque foi sua inerência ao modo de produção feudal. Em seu entendimento, ele teria mostrado motivos para duvidar dessa afirmação em “Critique”,

bem como explicado como essa demanda pode ser identificada como um subproduto do crescimento das cidades e comércio (SWEETZY, 1987b: 103).

Na sequência, respondeu às críticas de Dobb de que sua apresentação do declínio do feudalismo seria simplista e que o que ocorreu foi, de fato, uma interação das forças internas e externas. Para Sweezy (1987b: 104), isso seria “historicamente” correto: “it was an interaction of internal and external factors that determined the course of feudal development, and I never intended to deny it”. Poder-se-ia, entretanto, dizer o mesmo do desenvolvimento do capitalismo, e somente isso não devia servir como impedimento na busca pelo motor primário do sistema feudal. Também discordou da assertiva de Dobb acerca do modo “mecânico” pelo qual formulara a questão sobre esse motor. Para Sweezy (1987b: 104), tratou-se de uma questão teórica e ainda crucial para a análise do feudalismo como um todo, e o próprio Dobb não formulara a questão ou a resposta de maneira clara. Além disso, como não apresentou novos argumentos para suportar sua tese, Sweezy não se convenceu. Do mesmo modo, Takahashi contribuiu pouco para iluminar a questão.

Ainda dentro da questão número um, Sweezy (1987b: 105) respondeu também a dúvida de Takahashi, que se indagara a respeito da origem das “forças externas”:

Historical forces which are external with respect to one set of social relations are internal with respect to a more comprehensive set of social relations. And so it was the case of the Western European feudalism. The expansion of trade, with the concomitant growth of towns and markets, was external to the feudal mode of production, but it was

internal as far as the whole European-Mediterranean economy was concerned.

Para Sweezy (1987b: 105), um estudo minucioso do feudalismo da Europa ocidental teria que analisar um contexto maior, que incluísse a economia Europeu-mediterrânea, como mencionado na citação acima. De acordo com ele, isso foi feito brilhantemente por Henri Pirenne em *Economic and social history of medieval Europe* e *Mohammed and Charlemagne*, pois o belga levou em consideração a quebra do “isolamento” comercial do período feudal. Usando Pirenne, Sweezy contra-argumentou que era possível pensar o comércio como uma força externa desde o século X. Sucinta, a resposta de Sweezy (1987b: 106) para a primeira pergunta foi: “The feudal system contains no internal prime mover and when it undergoes genuine development – as distinct from mere oscillations and crises which do not affect its basic structure – the driving force is to be sought outside the system”.

A segunda questão tratou da causa do colapso do feudalismo ocidental. De maneira simples e direta, o autor reiterou, mais uma vez, que a ruína teria ocorrido por fatores externos ao sistema feudal. A maior crítica de Sweezy a Dobb e Takahashi se referiu à maneira como eles minimizaram a importância do comércio como um fator no declínio do feudalismo e não analisaram diretamente essa relação. Sweezy (1987b: 106) reconheceu as lacunas em suas críticas, principalmente no tema da “segunda servidão”, e de todo modo, defendeu seu mérito por ter se tratado de uma discussão teórica, além de manifestar o desejo de que a discussão continuasse e que outros a aperfeiçoassem.

A terceira e última questão visou discutir por que o feudalismo foi sucedido pelo capitalismo. Após a argumentação de Dobb em “Reply” a respeito da “via realmente revolucionária” proposta por Marx, Sweezy mudou sua posição e aceitou ser essa uma via legítima de interpretação, embora insistiu que ainda era necessário investir em pesquisa factual para respaldá-la. O estadunidense ficou confuso quanto à posição de Takahashi sobre o assunto, porém acreditou que ele teria concordado com o autor dos *Studies*. O último ponto desenvolvido tratou da rejeição de Dobb à proposição de que o período de transição – do século XIV ao XVI – “não foi nem feudal nem capitalista”, pois, para o inglês, como vimos, esse período teria sido feudal, mesmo que “em estágio avançado de dissolução”.

Em seguida, citou outra crítica de Dobb, aquela relativa à ausência de um questionamento sobre a classe dominante no intervalo de tempo em questão. Sweezy admitiu ser esse tema de debates sérios entre os marxistas britânicos, e que seria “imprudente” da parte dele expressar uma opinião a respeito. O que propôs apresentar, então, se traduziu na forma de uma pergunta: por que Dobb não discutiu a possibilidade de existir não uma, mas várias classes dominantes no período? Em apoio à sua interrogação, cita Friedrich Engels, que em *A Origem da família* postulou que a Guerra Civil Inglesa teria sido, de fato, a revolução burguesa, pois a classe capitalista pôde ascender sobre outras classes e controlar o Estado (SWEETZY, 1987b: 107-108).

Um balanço

Após essa extensa exposição das proposições de Dobb e Sweezy, é possível notar a pluralidade de ideias presentes nesta discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. É notável também como esses pensadores se relacionaram com o teor das críticas, ora explicando mais a fundo suas teses, ora as revendo.

De modo geral, no “Reply” de Dobb a maioria das questões levantadas por Sweezy foram respondidas, como a importância do comércio, o crescimento das cidades, a fuga dos servos, a segunda servidão, o período de transição, a ascensão do capitalismo, entre outras. Foram deixadas de lado as dúvidas do norte-americano sobre o crescimento da nobreza e a relação disso com o aumento dos laços feudais de servidão dos camponeses e a importância que a inabilidade da classe dominante em manter o controle dos trabalhadores feudais teve para o fortalecimento da mão de obra dos centros urbanos.

Em “Rejoinder”, Sweezy esteve mais propenso a reconsiderar e incorporar novos argumentos em suas assertivas iniciais, como quando apontou a fragilidade de seu argumento a respeito da segunda servidão e reconheceu a “via realmente revolucionária” como um caminho viável de análise da ascensão do sistema capitalista. Mesmo assim, o artigo forneceu espaço para a reafirmação de suas teses mais centrais, tais como o papel central das forças externas na dissolução do feudalismo e a menção de exemplos de ação dessas forças no comércio e no aumento da demanda dos senhores por receita, aspecto mencionado por Dobb

como fator interno e por ele rebatido. Outro ponto interessante refere-se a sua resposta à crítica do inglês sobre a ausência de questionamento a respeito da classe dominante do período de transição: ao mesmo tempo em que, respeitosamente, defendeu sua posição em meio ao debate sobre o caráter da Revolução Inglesa, Sweezy inquiriu Dobb sobre refletir sobre a coexistência de várias classes dominantes no período.

Pode-se dizer ter sido uma pena Dobb não responder a esse último artigo de Sweezy. De qualquer modo, os convites que ambos os autores fizeram em seus textos, para que outros estudiosos aprofundassem as pesquisas sobre temas em que seus trabalhos somente riscaram a superfície, foi seguido por um enorme número de pesquisadores das mais diferentes áreas e vertentes teóricas e prolongou-se, por décadas, como um dos debates intelectuais mais calorosos do século XX.

Os conceitos em jogo

Logo no início do artigo “Critique”, a primeira crítica endereçada a Dobb se referia à sua definição de feudalismo, a qual nos leva a adentrar em um ponto central de nossa análise, as definições conceituais. Sweezy citou o trecho dos *Studies* no qual se apresentou uma definição de feudalismo:

Virtually identical with what we generally mean by serfdom: an obligation laid on the producer by force and independently of his own volition to fulfil certain economic demands of an overlord, whether these

demands take the form of services to be performed or of dues to be paid in money or in kind (DOBB, 1946: 35 apud SWEEZY, 1987a: 34).

Sweezy seguiu seu texto criticando essa definição, considerada problemática por ser muito geral. Antes de dar prosseguimento aos aspectos criticados por Sweezy, contudo, gostaríamos de nos aprofundar na definição de feudalismo de Dobb. No segundo capítulo de *Studies*, de título “The decline of feudalism and the growth of towns”, o autor comentou sobre os conflitos em torno do uso do termo “feudalismo” na Inglaterra. Citou três definições: a primeira delas, de Peter Struve (1940: 216 apud DOBB, 1946: 33), que enfatizava a relação entre o vassalo e senhor, “a contractual but indissoluble bond between service and land grant, between personal obligation and real right”; a segunda, de Mikhail Pokrovsky, que defendia ser o feudalismo um sistema de economia natural, e seu objeto era o consumo. Essa interpretação tendeu a colocar mais peso nas relações econômicas do que nas jurídicas, fruto de sua influência marxista. Esse autor apontou que o fim do feudalismo na Rússia teria se dado no século XVI com o reavivamento do comércio. Porém, para Dobb (1946: 34), essa tese é problemática, pois nesse mesmo século houve crescimento das obrigações feudais. A terceira e última definição é a que Dobb adotou em sua obra, aquela que enfatiza não a relação jurídica entre vassalo e soberano, nem entre a produção e destino do produto, mas sim

[...] in the relation between the direct producer (whether he be artisan in some workshop or peasant cultivator on the land) and his immediate superior or overlord

and in the social-economic content of the obligation which connects them. Conformably with the notion of Capitalism discussed in the previous chapter, this definition will characterize Feudalism primarily as a “mode of production”; and this will form the essence of our definition) (DOBB, 1946: 35).

Na sequência, Dobb relacionou o feudalismo à servidão, conforme trecho selecionado por Sweezy em sua crítica, mencionado anteriormente. O que nos chama atenção é a seleção feita por Sweezy em “Critique”, pois parece que ele deixou de lado aspectos que aprofundariam a definição de Dobb do feudalismo.

É justamente esse tipo de questionamento que abre o artigo de Dobb, “Reply”, em resposta a Sweezy. De início, como também já foi dito, ele argumentou que não estava claro se Sweezy rejeitava sua definição ou somente a achava incompleta. Se a crítica dizia respeito à ideia de que o feudalismo cobria algo mais abrangente e complexo do que a forma medieval da economia europeia, Dobb estava de acordo. Porém, quando Sweezy se referiu a um “sistema de produção”, as coisas ficaram nebulosas. Dobb não compreendeu o que esse termo queria dizer, mas, em seu entendimento, esse sistema de produção embarcava as relações entre o produtor e seu mercado. Relações essas que eram cruciais para a análise de Sweezy, pois, para ele, o feudalismo configurou-se como um sistema de produção para uso. O inglês defendeu, assim, que existia uma diferença fundamental entre ele e Sweezy, pois a definição utilizada em seus *Studies* baseava-se nos termos das relações entre o produtor

direto e o seu senhor, tidas por ele como a principal característica do Feudalismo.

Sobre essa relação, Dobb (1987a: 58) continuou:

The coercive relationship, consisting in the direct extraction of the surplus labour of producers by the ruling class, was conditioned, of course by a certain level of development of the productive forces, Methods of production were relatively primitive, and (so far as the producer own subsistence, at least, was concerned) were of type of which Marx spoke as the ‘petty mode of production’, in which the producer is in possession of his means of production as an individual producing unit.

Retornando à diferença fundamental entre os dois autores, ela consistiria, de acordo com Dobb, na visão do feudalismo como um *sistema*, feita por Sweezy, em contraste com a sua defesa de um *modo de produção*. No primeiro capítulo dos *Studies*, intitulado “Capitalism”, ele retomou a definição de “modo de produção” segundo Marx:

By mode of production he [Marx] did not refer merely to a state of technique – to what he termed the state of the productive forces – but to the way in which the state of production were owned and to the social relations between men which resulted from their connections with the process of production (DOBB, 1946: 7).

Essa assertiva nos parece fundamental para refletir sobre a gama de críticas mútuas que se seguiram nos artigos trocados entre os dois autores. Mesmo que os temas mais centrais tenham tratado das causas do declínio do feudalismo, nos parece ser

extremamente fecundo aprofundarmo-nos nessa discordância inicial, em suas diferentes definições de termos.

As discussões suscitadas por esse “retorno” ao debate buscam explorar diferentes aspectos de uma florescente história econômica de meados do século XX e, indo mais além, do pensamento marxista ocidental. Buscam, também, realçar as diversas nuances das discordâncias de um debate que envolveu temas que, talvez, não despertem mais tanto entusiasmo como na época em que ocorreu, mas que nos proporciona uma fonte rica para analisar o seu contexto de escrita, aqui compreendido em sentido amplo, isto é, envolvendo a produção, difusão e apropriação de ideias. Deixando à mostra sua complexidade intelectual, este mostra-se um campo fértil para novas análises e leituras contemporâneas.

Para Ellen Wood (2001: 36), em *A origem do capitalismo*, o modo como se analisava a história do capitalismo afetou o modo de se estudar a transição do feudalismo para o capitalismo. Segundo a autora, a existência de duas “narrativas” dentro da obra de Marx abria caminho para divergências teóricas. Na primeira delas, a história aparecia como “uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, como um processo trans-histórico de avanço tecnológico e com o papel principal atribuído às classes burguesas, que teriam dado origem ao capitalismo pelo simples fato de serem libertas do jugo feudal”. Essa ideia está presente no “jovem Marx”, em obras como *A ideologia alemã* e o *Manifesto Comunista*. A segunda está presente em seus escritos da maturidade, como *O Capital*, e consistiu em analisar a história em termos de “mudanças nas relações de propriedade, especialmente na zona rural inglesa: expropriação

de produtores diretos que deu origem a nova forma de exploração e novas ‘leis de movimento’ sistêmicas” (WOOD, 2001: 36). Wood defendeu que os maiores textos marxistas derivaram dessas diferentes bases.

No caso do debate entre Dobb e Sweezy, Wood disse tratar-se de uma diferença bem clara: Sweezy defendeu a primeira narrativa e Dobb a segunda. Seguindo esse raciocínio e indo mais além nas críticas, o historiador norte americano Robert Brenner (1977) acusou Sweezy – bem como Andre Gunder Frank e Immanuel Wallerstein – de serem neosmithianos, por defenderem o modelo mercantil tal como foi delineado por Adam Smith. Já Kaye (1995: 46), conforme mencionado anteriormente, apontou ser possível identificar dois tipos de vertentes da análise marxista no debate da transição, uma em Dobb e outra em Sweezy:

[...] one is decidedly economic, focusing on exchange relations, as in Sweezy’s critique. The other is politico-economic, focusing on the social relations of production and directing us towards class-struggle analysis, as in Dobb’s *Studies* and reply.

Aqui se torna interessante retomarmos a discussão sobre o peso da reflexão histórica nos textos do debate. Dobb (1987a: 60), em “Reply”, defendeu que a visão de Sweezy era demasiadamente simplificada, uma vez que não se tratava de forças internas ou externas, mas da interação das duas. Sua ênfase principal, porém, recaiu sobre as causas internas, pois elas determinam a forma e direção das influências externas. Como já mencionamos, em “Rejoinder”, Sweezy (1987b: 104)

apontou que *historicamente* Dobb estava correto, pois se tratou, sim, de uma interação entre as causas internas e externas. O mesmo ocorrera no desenvolvimento do capitalismo, o que não impediria buscar e encontrar o “motor primário” dentro do sistema. Parece-nos que, nessa passagem, Sweezy colocou limitações à contribuição do pensamento histórico para a história do desenvolvimento do feudalismo. Nesse sentido, temos de levar em consideração a obra de Sweezy como um todo, dentro da qual podemos ver a proeminência de estudos sobre o capitalismo e suas estruturas internas, como o monopólio capitalista. É possível levantar cenários possíveis de interpretação, nos quais os desenvolvimentos primordialmente econômicos tinham lugar privilegiado na obra de Sweezy, enquanto que em Dobb o sócio- econômico ocupa lugar de destaque, bem como a luta de classes, exemplificada no constante foco nas relações entre camponeses e senhores.

Levando em consideração tais interpretações e baseando-nos na análise das fontes do debate inicial, é possível refletir sobre o peso da reflexão histórica para o pensamento desses dois autores. Se utilizarmos como ponto de partida a ideia de Michel de Certeau (2011: 47) sobre o lugar de produção, podemos trazer essa discussão para lançar luz sobre o ambiente intelectual de Dobb e Sweezy. O historiador francês defendeu que a produção intelectual se articula com as esferas, política, socioeconômica e cultural, e “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”. Nesse sentido, é interessante trazer para a discussão onde esses autores

estavam inseridos profissionalmente e traçar minimamente alguns aspectos de suas carreiras.

Após a apresentação das discussões e argumentos, acreditamos ser possível ao menos botar em xeque a afirmação de Alain Guerreau (1980: 99) sobre o debate da transição, que classificou como uma “simplificação que roça ao ridículo”. Somente na breve exposição aqui realizada foi possível tatear temas complexos e problemas profundos que esses pensadores se propuseram a tratar, além de discussões em aberto para as quais ainda podemos contribuir. Propomos seguir trabalhando na formação de um novo olhar a esse debate, e o estendemos ao pensamento marxista como um todo, não perdendo de vista que:

A obra de Marx foi frequentemente apresentada como um edifício monumental, de arquitetura impressionante, cujas estruturas se articulavam harmoniosamente, dos alicerces até o telhado. Mas não seria melhor considerá-la como um canteiro de obras, sempre inacabado, sobre o qual continuam a trabalhar gerações de marxistas críticos? (LÖWY, 1997: 30).

A historiografia que tratou do tema do debate da transição do feudalismo para o capitalismo elegeu a questão dos motivos da dissolução do feudalismo como divergência central entre Dobb e Sweezy. Após a análise das fontes do debate, elegemos como nossa preocupação específica a discordância inicial de termos entre os autores. Retomaremos aqui brevemente seus argumentos.

Sweezy (1987a: 34), no artigo inicial do debate, “Critique”, apontou que a definição de Dobb de feudalismo era muito geral.

Ao associá-lo diretamente com a servidão, Dobb estaria então “really defying is not *one* social system but a family of social systems”. Em “Reply”, Dobb (1987a: 57) disparou contra a falta de clareza de seu crítico. Também nesse artigo pontuou o uso do termo “sistema de produção” por Sweezy em diversos momentos, que, no entendimento de Dobb, embarcava a relação entre o produtor e seu mercado. Em seguida reafirmou ser central a ideia do feudalismo como um modo de produção, focando-se na relação entre o produtor direto e seu senhor (DOBB, 1987a: 58), levando-o a apontar que Sweezy abandonou princípios chave do Marxismo (cf. SHENK, 2013: 150). Sweezy (1987b: 102) nunca respondeu o que seria esse “sistema de produção”, porém, no parágrafo inicial de “Rejoinder”, ao se referir ao sistema feudal utilizou o termo “modo de produção”.

José Arthur Giannotti (1976: 162-168), em seu artigo “Notas sobre a categoria modo de produção para uso e abuso dos sociólogos”, apresentou uma crítica ao emprego do termo como se fosse um nome próprio – por exemplo, “modo de produção asiático”, “modo de produção capitalista” e outros. Criticou também aqueles que trataram de pontuar as diferenças dentre essas distinções. Nesse sentido:

Sorrateiramente passam da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito, como se tais predicados pudessem se reunir sem obedecer a uma lógica emanada do próprio objeto. E terminam por empregar “modo de produção” como um tipo ideal, arbitrariamente construído, o que pudesse nomear este ou aquele fenômeno social, selecionado o arbítrio do investigador [...] Mas assim se perde o que nos parece constituir uma das intenções mais profundas

da obra de Marx: a reflexão sobre o problema da forma do social (GIANOTTI, 1976: 163).

Em seguida, usando o exemplo justamente de “modo de produção feudal”, Giannotti (1976: 163) inferiu que não importa tanto o que esse modo de produção designa, mas sim “*como* o objeto nomeado se objetiva, se individualiza, enquanto entidade social”. Assim, ao estudar esse processo, deve-se enfocar o movimento de instauração e manutenção das relações sociais e de produção, movimento designado como um “processo de objetivação”, no sentido hegeliano de objetivação, no qual “o real” não está nem no começo e nem no final, mas sim na trajetória, no vir-a-ser (cf. HEGEL, 1992: 21-22). Nesse sentido, para Giannotti (1976: 164), “modo de produção” deve designar “a forma objetiva pela qual os homens entabulam relações sociais por meio de suas atividades produtivas. Não se trata de algo dado, mas de forma *in fieri*, objeto histórico, cuja maneira de informação é precisamente o tema a ser estudado”.

Retornando ao nosso debate, é sugestivo destacar como Dobb (1987a: 58), em “Reply”, rebateu as críticas de Sweezy a respeito de seu conceito de feudalismo, alicerçando seu pensamento no conceito de “modo de produção”, aqui o retomamos:

By mode of production he [Marx] did not refer merely to a state of technique – to what he termed the state of the productive forces – but to the way in which the state of production were owned and to the social relations between men which resulted from their connections with the process of production (DOBB, 1946: 7).

Parece-nos que a definição de Dobb é semelhante a que Giannotti apontou, à medida que ressalta as mudanças nas relações de produção e as conexões entre os homens e o processo de produção. De fato, não podemos afirmar se a crítica feita por Giannotti teve como alvo Dobb, Sweezy e o debate. Ainda assim, o que gostaríamos de apontar, a partir da leitura de *Studies* e dos artigos, é que na análise de Dobb parecem estar presentes esses esforços dialéticos para a compreensão do período feudal. Essa busca pela *forma* do social, tão almejada por Marx.

Outra crítica pertinente à definição de modo de produção é a de Jacob Gorender (1980). Em “O conceito de modo de produção”, o autor iniciou seu texto enfatizando que, no que diz respeito a estudos sobre modos de produção anteriores ao capitalismo, prevaleceu “o enfoque histórico *acontecimental* e ficou completamente arquivado o estudo teórico sistemático” (GORENDER, 1980: 43-65). Para ele, se tornara indispensável para o marxismo superar o historicismo em suas análises, mas seria necessário fazer isso sem “perder a história”, como fizeram Althusser e seus colaboradores.⁷ No entanto, nem tudo são lamúrias. Gorender (1980: 45) ressaltou que em alguns trabalhos sobre modos de produção houve um “certo

⁷ Gorender (1980: 47) criticou a divisão feita pelo filósofo francês Louis Althusser entre os “conceitos teóricos” e “conceitos empíricos”. Para ele, isso constituiu um retrocesso na teoria marxista: “a noção de conceito empírico é uma contradição em termos, pois qualquer conceito, que seja minimamente científico, minimamente objetivo, diz respeito a um aspecto da realidade, singular e concreta, e implica um grau qualquer de abstração, já não pertencendo mais ao empírico propriamente dito”. Dentre os autores brasileiros que adotaram o tipo de argumentação de Althusser, mencionamos Eduardo Fioravante (1978) e seu “Modo de produção, formação social e processo do trabalho”, e Philomena Gebran (1978), em “Introdução” In: à obra *Conceito modo de produção*.

retorno à abordagem categorial-sistemática”, como nos casos de *A Evolução Econômica de Portugal*, de Armando Castro, *A Teoria Econômica do Sistema Feudal*, de Witold Kula, e *Monopoly Capital* de Paul Sweezy e Paul Baran.

Em seguida, Gorender (1980: 48) concordou com Giannotti ao afirmar que nessa encruzilhada estamos separando o real da teorização e, “com isso, abrindo um abismo que a categoria marxista tem por fim precisamente ultrapassar”. A partir daí, enfatizou:

O modo de produção não existe empiricamente como objeto puro, isolado da vida social em sua totalidade. As relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas de relações jurídicas e, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica. Isto é particularmente evidente nos modos de produção escravistas (patriarcal e colonial) e no modo de produção feudal, nos quais a coação extra-econômica institucional é indispensável para permitir a extorsão do sobreproduto dos agentes do processo de trabalho (GORENDER, 1980: 50).

Nos textos de Dobb (1946: 43-45) pudemos perceber que a coação extra-econômica teve muito peso. Por exemplo, em um de seus argumentos acerca da dissolução do sistema feudal, elencou como central a ideia de que houve um aumento da pressão dos senhores sob os produtores diretos para obter aumento das receitas, a fim de adquirir cada vez mais mercadorias, que no contexto do aumento do comércio tinham mais variedade.

Ainda de acordo com Gorender (1980: 54),

É indispensável fundar tal estudo no material empírico, na documentação factual, submetendo-a a extensa

e profunda investigação, com rigor historiográfico. Tratando-se de modos de produção já extintos, a fundamentação nas fontes documentais constitui obrigação incondicional da metodologia da pesquisa, não uma facultativa ilustração exemplificadora.

Dentro dessa perspectiva, nos parece que o trabalho de pesquisa empreendido por Dobb (1946: VII) e que originou todo o debate, *Studies*, poderia ser considerado limitado ou até mesmo insatisfatório. Afinal, como confessou o próprio Dobb no prefácio dessa obra, sua pesquisa foi bibliográfica.

Gostaríamos de agora nos voltarmos a Marx e sua definição de modo de produção. Em seu livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx (2003: 5) delineou, em poucas linhas, os traços gerais do “fio condutor de seus estudos” acerca da sociedade civil e a economia política:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica, política e intelectual em geral. Não é a consciência que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações transformam-se no seu entrave.

Anos depois, mais precisamente em 1867 em *O Capital* – Livro I, Marx respondeu às críticas sobre sua teoria ser aplicável somente para o modo de produção capitalista, no qual predominam os aspectos materiais, e, por extensão, de que não seria válida para analisar sociedades como a romana e a feudal, pois nelas dominavam a política e o catolicismo, respectivamente. Em suma, uma crítica de seu suposto “economicismo”. Marx (2013: 157, n. 33) respondeu que,

Para começar, é desconcertante que alguém possa pressupor que essas batidas fraseologias sobre a Idade Média e a Antiguidade possam ser desconhecidas de alguém. É claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo, assim como o mundo antigo não podia viver da política. Ao contrário, era o modo como eles produziam sua vida que explica por que lá era a política, e aqui o catolicismo que desempenhava o papel principal. Além do mais, não é preciso grande conhecimento, por exemplo, da história da república romana para saber que sua história secreta se encontra na história da propriedade fundiária. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de imaginar que a Cavalaria Andante fosse igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade.

Esse tipo de crítica não ficou confinada somente ao século XIX. O nosso próprio objeto de estudo, o debate da transição do feudalismo para o capitalismo, comportou várias nuances de leitura e apropriação do arcabouço teórico de Marx para a análise de tempos mais longínquos: diferentes posturas sobre a dissolução do sistema feudal e a ascensão do capitalismo foram o centro desses estudos e até os dias de hoje não há consenso sobre esse assunto. Por isso, gostaríamos de remetermo-nos a um artigo de Sweezy de

1986. Mesmo dez anos após a morte de Dobb, nos Estados Unidos o debate continuava a ter frutos, a ponto da revista *Science and Society* publicar uma edição especial sobre o debate – justamente na qual apareceu o artigo de Sweezy, intitulado “Feudalism-to-capitalism revisited”. Nele, o autor buscou esclarecer alguns pontos de suas posições durante o debate.

Sweezy iniciou seu texto dizendo que gostaria de corrigir um erro muito comum nas interpretações de sua crítica ao *Studies*. Citou um trecho de David Laibman, no qual o autor sumarizou a posição em termos de “capitalism is the outcome of the dissolving effect of trade upon any precommercial social organization”; em seguida, defendeu que sua posição é bem diferente, para afirmar:

The trade did indeed play a major role in undermining Western European feudalism and at the same time established the necessary preconditions for the rise of capitalism. The actual emergency of capitalism in its ultimately predominant form, however, did not occur until some two centuries after the disintegration of feudalism. There was thus no significant connection between the two faces of the transition process – decline of the feudalism on the one hand, and the rise of capitalism on the other (SWEEZY, 1986: 81-82).

Depois, referindo-se à posição de Dobb de que o feudalismo se desintegrou por motivos internos, enquanto que, para ele, isso ocorreu por motivo de causas externas, Sweezy enfatizou o que acreditava ser essencial para o entendimento do materialismo histórico: “of all historically recorded social systems only capitalism is subject to what can be called ‘laws’ of

motion or development”. Marx, segundo ele, não ofereceu uma teoria do feudalismo, daí decorre o erro dos teóricos marxistas acharem que a teoria marxista sobre o capitalismo serve como um modelo adequado a qualquer sociedade (SWEEZY, 1986: 82). Nesse sentido, parece-nos apropriado aproximar sua crítica a de Giannotti discutida anteriormente.

Em seguida, Sweezy entrou no assunto que mais nos interessa nesta parte específica da pesquisa: a sua posição sobre o uso do conceito de modo de produção para o estudo do sistema feudal, bem como sobre a já mencionada “acusação” feita por Dobb de que ele teria abandonado conceitos chave do materialismo histórico. Em suas palavras:

The whole notion of feudalism as a mode of production with and independent existence and its own internal laws of motion seemed to me such a violent abstraction from – and hence distortion of – reality as to be quite useless as an aid to historical interpretation. As far as I can now recall, I was not conscious of violating any fundamental principles of historical materialism, propagating petty bourgeois circulationist heresies, or the like. I was only trying to view the subject of European feudalism in a broader and more fruitful perspective than Western Marxists were then inclined to entertain (SWEEZY, 1986: 83-84).

Ao concluir seu texto, enfatizou que foi malsucedido na tentativa de explicar sua posição, pois ela foi “misunderstood, misrepresented and dismissed” (SWEEZY, 1986: 84). Esperançoso, crente de que o “paroquialismo” do Marxismo ocidental perdera suas forças nos últimos quarenta anos, Sweezy apostou na necessidade da continuidade dessa linha

de pensamento. O que Sweezy talvez tenha querido enfatizar seria algo no sentido de que se retomem discussões como as do início do debate, entre ele e Dobb. Questões com o intuito de se argumentar sobre concepções metodológicas que visam agregar as dificuldades da pesquisa, e não no sentido de formar divisões dos especialistas entre grupos pró Dobb ou contra Sweezy, ou vice-versa.

Trajetórias intelectuais: Dobb e Sweezy em seus tempos

Maurice Herbert Dobb (1900-1976)

Maurice H. Dobb nasceu em 24 de julho de 1900 no noroeste da cidade de Londres, na Inglaterra. Filho de Walter Herbert Dobb, um pequeno empresário varejista de tecidos, e de Elise Annie Moir, vinda de uma família de mercadores escoceses decadentes, ambos presbiterianos. Dobb realizou seus estudos em escolas públicas e posteriormente em Charterhouse, um internato na cidade de Surrey, também na Inglaterra. Como ele mesmo se descreveria em um texto autobiográfico de 1965, sua trajetória foi a de “an unsuccessful school boy who showed no prowess at games and little proficiency at classics (the main subject of his education). His academic interest was only aroused when in his last year at school he was allowed to specialize in History” (DOBB, 1978: 115).

Em 1918, Dobb teve seu primeiro contato com o movimento dos trabalhadores em Londres, bem como com as ideias do

socialismo e da Revolução Russa – acontecimento então bastante recente. Também nesse momento se deparou com os escritos de Karl Marx, embora com uma leitura muito limitada – como ele mesmo admitiu, leu também John A. Hobson, Bernard Shaw e William Morris (DOBB, 1978: 115).

Estudos universitários

Nos primeiros anos de ensino superior em Pembroke College – Cambrigde, Dobb se engajou em diversos clubes e associações, como a *Socialist Society*, *Union of Democratic Control*, *Keynes's Political Economy Club*, além de ajudar a fundar a *Cambridge University Labour Club*. Além da leitura d'O *Capital*, de Marx, e de *Estado e Revolução*, de Lênin, também foi influenciado pelas leituras de Antonio Labriola, Benedetto Croce, Georges Sorel, Bertrand Russel e outros autores das guildas socialistas. Em 1922, se formou com honras, e por isso conseguiu uma bolsa de pesquisa na *London School of Economics*.

Nos anos seguintes, de 1922 a 1924, dedicou-se à escrita de sua tese, sob a orientação do professor Edwin Cannan (cf. MEEK, 1979: 61). Seu foco de estudo era a empresa capitalista, nascendo daí o trabalho *Capitalist Enterprise and Social Progress*. Foi nesse período que ele passou a considerar a si mesmo como um marxista cf. KAYE, 1995: 26). Foi nesse período também que se filiou ao Partido Comunista britânico; em suas palavras, “joining first an intellectuals’ branch called the West Central branch and the transferring to a branch in the working class district of Camden Town in North London” (DOBB, 1978: 117).

Uma vida dedicada à docência e à pesquisa

No final de 1924, Dobb retornou a Cambridge, para atuar como professor do Departamento de Economia e Política. Em uma carta escrita pouco tempo depois, relatou: “I find it rather distasteful teaching embryo exploiters how to exploit the workers in the most up-to-date and humane way” (DOBB apud HOBSBAWM, 1967: 4). Em 1925, Dobb visitou a União Soviética e, influenciado pelo que viu, publicou *Russian Economic Development since the Revolution*. Retornaria à URSS em 1929 e 1930. De volta à Inglaterra, deu várias palestras sobre o estado soviético.

Aqui é interessante refletirmos um pouco acerca do que era ser um marxista nesse período específico da história. Conforme sugerem alguns autores, Dobb se encontrava isolado dentro de Cambridge, mais especificamente no Trinity College (cf. ARESTIS, 2000: 155; HOBSBAWM, 1967: 1; HOBSBAWM, 1978: 44; SHENK, 2013: 215; MEEK, 1969: 61, entre outros). Hobsbawm, por exemplo, foi enfático ao afirmar que o clima na Inglaterra para os marxistas era “siberiano” até a década de 1930 (HOBSBAWM, 1967: 1-2). No que diz respeito à sua ligação com o CPGB – Partido Comunista da Grã-Bretanha, Hobsbawm (1967: 8) foi ainda mais enfático:

There can be no doubt that his official career has suffered from his long association both with Marxism and the Communist Party, especially as his period of maximum literary output – roughly –, the decade following the end of the Second World War – coincided with the worst years of the ideological cold war.

Mas, nem tudo foi tão solitário para Dobb na Inglaterra. Dentro do já mencionado grupo dos Marxistas Britânicos ele encontrou colegas para dialogar. Hobsbawm (1978: 43) descreveu o grupo: “was that rare, possibly unique, phenomenon in British historiography, a genuinely cooperative group, whose members developed their often highly individual work through a constant interchange among equals”. Nesse mesmo texto, ele também enfatizou a importância desse grupo de pensadores em diversas áreas do conhecimento histórico, como para a ascensão da história social como um importante campo de estudos, para a história do trabalho, para a história do século XVII e da Revolução Inglesa, além da participação ativa na fundação do importante periódico *Past and Present*, que viria a se tornar uma das mais proeminentes revistas de História do planeta (HOBBSAWM, 1978: 43).

Dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial, Dobb se manteve muito ativo politicamente, enquanto o mundo acadêmico parecia não seduzi-lo muito: “He tended at this time to do the minimum (only) of his academic duties; for exemple, took no part in the theoretical discussions among Cambridge economists at the time”, referindo-se aqui especificamente ao burburinho em decorrência do lançamento de *The General Theory of Employment, Interest and Money* de Keynes – “from all this he stood apart” (DOBB, 1978: 119). No final da década, escreveu *Political Economy and Capitalism*, mas julgou esse trabalho muito superficial, tanto que na década de 1940 praticamente o reescreveria, pois, os estudos de Michal Kalecki o influenciaram muito (DOBB, 1978: 119).

Após o término da Grande Guerra, Dobb lançou *Studies in the Development of Capitalism* em 1946, e *Soviet Economic Development Since 1917*, em 1948. Em 1951, visitou a Índia e deu palestras em diversas cidades por lá, experiência que o levou a se interessar e desenvolver estudos sobre os problemas dos países subdesenvolvidos. Em 1960, publicou *Economic Growth And Planning*.

Em meados da década de 1950, conforme já discutido, participou da viva discussão acerca de *Studies* e da transição do feudalismo para o capitalismo com Paul Sweezy, Takahashi e tantos outros na revista *Science and Society*. Na segunda metade da década, tornou-se membro do corpo editorial de importantes publicações inglesas, tais como *Modern Quarterly*, *Marxism Today and Past and Present*. Em 1967, se aposentou da universidade. Dobb recebeu diplomas honorários da *Charles University of Prague*, *University of Budapest* e *University of Leicester*, além de ser um *Fellow* da *British Academy* (DOBB, 1978: 120).

Após se aposentar, Dobb continuou a produzir obras significativas. Como *Paper on capitalism, development and planning*, de 1967, *Welfare Economics and the Economics of Socialism*, de 1969, *Socialist Planning: Some Problems*, de 1970, e seu último livro, *Theories of Value and Distribution since Adam Smith*, de 1973 (cf. ABOUZELOF, 2010: 9). Em seu já citado texto biográfico de 1965, Dobb (1978: 120) mencionou um desejo para quando se aposentasse: “He hopes after his retirement to have time to write also a book on the history of economic thought (about which he has lectured in the University for some 10 years or more), concerned specially with the problem of ideology and apologetics in Economic Theories at various times”. Cabe-nos

especular se com *Theories of Value* sua vontade se realizou, mesmo que minimamente.

De modo geral, nas análises com as quais tivemos contato, Dobb foi constantemente apontado como o mais importante economista marxista de seu tempo. Para além dessa afirmação, destacamos a característica multidisciplinar de sua obra. Harvey Kaye (1995) enfatizou esse aspecto dentro do *Studies*, pois, se a área dos estudos interdisciplinares pode hoje nos parecer lugar comum, no contexto de escrita do livro, nos anos 1940, isso não era costumeiro – e, além disso, não podemos perder de vista a Guerra Fria e o peso das disputas ideológicas naquele contexto. Em seu trabalho, como diz Kaye (1995: 67), Dobb “pushed economic history beyond economics”.

Em uma biografia de Dobb lançada recentemente por Timothy Shenk, o autor afirmou que o economista inglês sempre foi um defensor da intrínseca relação entre economia e política. Por isso, classificou seu trabalho como *economia política* e se colocou como herdeiro direto de uma tradição que remonta a Adam Smith e Marx. Shenk destacou (2013: 5):

Political economists, in Dobbs’s words, took ‘the macroscopic problems of society’ as their subject, economists by contrast, fixated on the ‘microscopic phenomena’ of markets and exchange. Again, it was a question of totalities. Political economists found truth in the whole, economists only deceptive fragments.

A partir dessa análise, com a qual concordamos, é possível estabelecer ligações com a sua posição no debate com Sweezy acerca da transição do feudalismo para o capitalismo. Na qual a

própria noção de totalidade está em jogo. Para Kaye (1995: 68), Dobb tentou se desvencilhar do modelo base-superestrutura e centrou-se nas relações de classe. Aí entendidas dentro da tradição de estudos do já mencionado grupo dos historiadores marxistas britânicos.

Paul Marlor Sweezy (1910-2004)

Paul M. Sweezy nasceu em 10 de abril de 1910 na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Filho de Everett Sweezy, então vice-presidente do *First National Bank* de Nova Iorque, e de Caroline Sweezy, formada na primeira turma da *Groucher College* em Baltimore, Sweezy tinha dois irmãos mais velhos, Everett Jr. e Alan Sweezy. Os três fizeram seus estudos no internato *Phillips Exeter Academy*, em New Hampshire, e na *Harvard University*.

Harvard e London School of Economics

No início da carreira acadêmica, Paul Sweezy seguiu os passos do irmão mais velho, Alan. Assim como o irmão o fora antes dele, Sweezy se tornou presidente do *Harvard Crimson*, um jornal estudantil. Em 1931, durante seu último ano de graduação em Harvard, seu pai faleceu, o que o obrigou a adiar sua formatura para o ano de 1932. Nesse ínterim, começou a assistir aulas da pós-graduação em Economia, quando se decidiu por largar o jornalismo e seguir seus estudos na área econômica (FOSTER, 2004). Ainda em 1932, foi para a Inglaterra para

passar um ano na *London School of Economics*, onde foi apresentado ao Marxismo.⁸ Sua ideia inicial era ter aulas com o economista conservador Friedrich Hayek, porém, impactado pela Grande Depressão de 1929 e pela ascensão do nazismo, sentiu-se cada vez mais atraído pelo Marxismo. Assistiu a aulas de Harold Laski e teve acesso à obra *A Revolução Russa*, de Leon Trotsky. Assim Sweezy (apud ARESTIS, 2000: 643) descreveu esse período de sua vida:

It was under these circumstances that I acquired a mission in life, not all at once and self-consciously, but gradually and through a practice that had a logic of its own. That mission was to do what I could to make Marxism an integral and respected part of the intellectual life of the country, or, put in other terms, to take part in establishing a serious and authentic North American brand of Marxism.

Em seu retorno a Harvard, Sweezy encontrou um ambiente acadêmico diferente de quando havia partido, um ano atrás. Novas ideias invadiram o departamento de Economia, especialmente com a chegada de Joseph Schumpeter. De acordo com John Bellamy Foster (2008: 45), o proeminente economista austríaco teve um importante papel formativo no desenvolvimento de Sweezy, chegando a ser seu assistente durante dois anos no curso de graduação de Teoria Econômica.

⁸ Assim como Dobb, que também passou a se considerar um marxista durante seus estudos na *London School of Economics* durante sua pós graduação lá no início dos anos 1920.

Durantes os anos 1930, Sweezy continuou a se engajar em debates econômicos e políticos. De acordo com Ivan Cotrim (2009: 94):

Constituiu diversos grupos de pesquisa e discussão, singularmente dinâmicos, cujas atividades teóricas e envolvimento políticos punham em revista as contradições mundiais, o bipolarismo capitalismo/socialismo, e que tinham em Harvard o centro aglutinador e difusor de sua produção. Por intermédio dessas atividades, Sweezy construiu seu próprio patamar teórico-ideológico.

É importante pontuar as suas influências nesse período. Além da já mencionada influência de Schumpeter, Sweezy também foi impactado pela obra de Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de 1936. Em 1938, tornou-se professor em Harvard. De suas anotações dos cursos de Economia Socialista ministrados na universidade saiu uma de suas obras mais conhecidas, *The Theory of Capitalist Development: Principles of Marxian Political Economy*, de 1942 (cf. FOSTER, 2004).

A Segunda Guerra e a vida fora da academia

No contexto da Segunda Guerra Mundial, Sweezy considerou insuficiente centrar-se somente em grupos locais de antifascismo e decidiu alistar-se voluntariamente. Em 1942, foi enviado à Inglaterra para contribuir com o Centro de Serviços de Estratégia Econômica. Em 1945, retornou aos Estados Unidos, mas, outra vez, encontrou um ambiente totalmente diferente do que havia dez anos antes, quando retornou da *London School*

of *Economics*: “as portas de Harvard haviam se fechado para o Marxismo” (COTRIM, 2009: 94). Sweezy não recebeu proposta de renovação de seu contrato de professor, perdendo na disputa para John Dulop. Mesmo após intervenção de Schumpeter a seu favor, o Marxismo de Sweezy pareceu contribuir negativamente para essa decisão (cf. FOSTER, 2004).

De todo modo, Sweezy já estava envolvido na criação de uma publicação mensal com Leo Huberman. Com ajuda financeira do crítico literário F. O. Matthiessen, lançaram então a revista *Monthly Review* (MR), no ano de 1949. Um marco importante na carreira de Sweezy. Diferentemente de muitas outras revistas socialistas do período, a MR sobrevive até os dias de hoje.⁹ Desde sua criação, a revista buscou servir como um espaço para o pensamento socialista independente, buscando esquivar-se de qualquer fidelidade partidária, além de fornecer um espaço de “fórum intelectual” para pensadores socialistas americanos em um ambiente de crescente histeria anticomunista (cf. ARESTIS, 2000: 644). Em sua chefia, além do próprio Sweezy, destacaram-se nomes como Paul Baran, Harry Magdoff e Harry Braverman, parceiros na revista e também coautores de muitas obras de nosso autor. Em um artigo do ano de 1994, Sweezy (1994: 3) escreveu sobre os objetivos ambiciosos dessa iniciativa, ao longo das então transcorridas cinco décadas: “using Marxist methods, historical and economic, to understand what was going on and to take positions consistent with a commitment to socialist

⁹ Em um levantamento superficial realizado em São Paulo, pudemos notar que a Biblioteca da FFLCH – USP possui o maior acervo da revista – de 1966 até 2015. E no acervo da biblioteca do IFCH da Unicamp é possível consultar exemplares datados desde 1960 até os dias atuais, porém, com muitos números faltantes.

principles”. Ao longo das décadas, a MR se tornou um “ponto focal” do desenvolvimento de teorias sobre o desenvolvimento do imperialismo, do sistema-mundo, da dependência e outras, tendo dentre seus maiores expoentes, além do próprio Sweezy e dos já citados Baran e Magdoff, nomes como Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank, Samir Amin e Oliver Cox.

No início da década de 1950, iniciou-se o debate travado com Dobb. Sobre ele não nos deteremos muito nessa seção da monografia, por concentrarmos aqui na trajetória mais ampla desses dois intelectuais. Cabe ressaltar apenas o impacto da crítica de Sweezy ao estudo de Dobb na retomada do pensamento de Marx para a reflexão dessas questões específicas da transição do feudalismo para o capitalismo.

No auge da Guerra Fria e da ascensão do Macarthismo houve um recrudescimento da repressão ideológica nos EUA, a qual afetou diretamente Sweezy e outros membros da MR. Por exemplo, Huberman, interrogado diversas vezes dentre os anos de 1953 e 1954 (cf. COTRIM, 2009: 97), ao ser confrontado pelo senador McCarthy, apelou para a primeira Emenda e o seu direito à liberdade de expressão. O caso de Sweezy foi ainda mais complicado. Depois de uma palestra na *University of New Hampshire* sobre a temática do Marxismo, o procurador-geral do estado de New Hampshire intimou Sweezy sob o pretexto de uma investigação a respeito de “atividades subversivas”. Ao responder como Huberman, Sweezy foi acusado de desacato e chegou a ter sua prisão decretada. Seu caso passou pela instância estadual e chegou até a Corte Federal, que em junho de 1957 abandonou as denúncias contra ele, episódio que foi

tido como o começo do fim da caça às bruxas do Macarthismo (cf. SIMON, 2000: 35).

Nos anos 1960, quando a repressão abrandou, Sweezy aproximou-se de Paul A. Baran. Baran foi um economista marxista norte americano de grande prestígio. Foi professor da *Stanford University* até a sua morte em 1964. Juntos visitaram Cuba e entusiasmaram-se com os efeitos da revolução na ilha. Conjuntamente escreveram *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order* que foi lançado um pouco depois da morte de Baran, em 1964 (cf. COTRIM, 2009: 99).

Durante a década de 1970, Sweezy e Magdoff criticaram as ações dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Nessa década também a *Monthly Review Press*, o braço editorial da MR, publicou vários novos autores de esquerda, aumentando o escopo de suas críticas. Dentre esses nomes estavam incluídos alguns grandes nomes sul-americanos como Eduardo Galeano e Che Guevara. Houve uma retomada de discussões sobre a classe operária revolucionária. Sweezy defendeu que havia naquele período uma grande dispersão dos trabalhadores, graças à crescente especialização e também um desbaratamento da estrutura sindical nos países desenvolvidos; nesse sentido, concluiu que se o foco deveria ser colocado nos países em desenvolvimento, mais especificamente da América Latina. Desde finais de 1950, Sweezy já tinha contato e se mostrou aliado de Salvador Allende e de suas propostas no Chile. Quando da subida ao poder de Allende, em 1970, abriu-se um canal de difusão e de defesa do governo chileno dentro da MR. Porém, Sweezy fez ressalvas e pediu cuidado ao governo chileno contra as intervenções norte-americanas na região. Um ano após a queda de Allende, em

1974, Sweezy publicou uma obra sobre esse tema em conjunto com Magdoff, de título *Revolution and Counter-Revolution in Chile* (cf. COTRIM, 2009: 99-101).

Nos anos 1980, Sweezy dedicou-se a pensar sobre os obstáculos deixados pelo stalinismo à URSS. Destaca-se aqui a obra *Post-Revolutionary Society: Essays*. Na década seguinte, o autor buscou discutir o fenômeno da globalização e seus efeitos irreversíveis ao meio ambiente, temática que já vinha ganhando crescente importância em suas análises desde finais de 1960. Em 1991, conjuntamente com Magdoff, escreveu um artigo intitulado *A Pax Americana*, no qual criticaram abertamente as intervenções imperialistas dos Estados Unidos, chegando até a invasão do Iraque no início daquela década (cf. COTRIM, 2009: 109-111).

No decorrer de sua trajetória tão longa e rica, Sweezy acumulou diversas influências. Das já anteriormente citadas Schumpeter e Keynes, além obviamente de Marx, podemos destacar também a influência de teóricos do século XX do Marxismo, conhecidos como “os práticos”. Dentre eles, podemos destacar Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács e outros. Cotrim destacou o fato de que, para Sweezy, ao contrário de Karl Kautsky e da social democracia alemã de início do século XX, a revolução nunca foi descartada como meio de se alcançar o socialismo. Ernest Mandel foi um dos maiores críticos do trabalho de Sweezy, justamente por essa influência dos “práticos” e um suposto desvio do pensamento originário de Marx. Mandel chegou a afirmar, em sua obra *O Capitalismo Tardio*, que Sweezy e Baran estabeleceram uma relação contraditória entre valor de uso e valor de troca, o que o levou a questionar

o entendimento dos autores sobre a teoria econômica de Marx (cf. COTRIM, 2009: 104-105).

Em 27 de fevereiro de 2004, Paul Sweezy faleceu na cidade de Larchmont, no estado de Nova Iorque, com 93 anos de idade. Permaneceu ativo até seus últimos anos de vida. Em sua última década trabalhou como professor convidado em universidades de prestígio como *Cornell*, *Yale*, *New School for Social Research* e *Manchester University* (cf. FOSTER, 2004). De acordo com Cotrim (2009: 111):

Revelou-se, até o final, satisfeito por ter conseguido manter a *Monthly Review* politicamente autônoma, tanto em termos partidários quanto em acadêmicos, de ter sido capaz de formar um centro de pesquisa crítico-marxista que propagou mundialmente e se disse afortunado por ter compreendido dentro do pensamento marxista o significado e o alcance da mais-valia, pois isso possibilitou indubitavelmente, ao seu empreendimento editorial tratar objetiva e criticamente o capital.

Conclusão

John Bellamy Foster, editor da MR desde 2000 até os dias de hoje, enfatizou que esses autores – Sweezy, Baran, Braverman, Huberman e Magdoff –, apesar de frequentemente esquecidos, formaram uma escola como nenhuma outra do Marxismo norte americano (cf. FOSTER, 2004).

Os autores que trataram de traçar minimamente as trajetórias desses dois intelectuais o fizeram de modo muitas

vezes apaixonado. É possível verificar a forte influência que os dois tiveram em seus meios de atuação e como isso resultou no fato de que colegas próximos se propuseram a escrever sobre eles, como Hobsbawm, no caso de Dobb, e o próprio Foster, no caso de Sweezy.

Há que se ressaltar também a proeminência desses autores dentro desses grupos nos quais se inseriram durante grande parte de suas trajetórias. Dobb e os historiadores marxistas britânicos e Sweezy e o grupo – ou escola, como defendeu Foster – em torno da MR, dentro dos quais os dois foram algo como “pais fundadores” e influenciaram o trabalho de todos os seus colegas. Gostaríamos de ressaltar também a forma como os dois autores são colocados como os “maiores e mais importantes economistas marxistas do século XX”. No que se refere à Dobb, isso é uma unanimidade. Já no que se refere a Sweezy, em alguns textos pudemos observar que a ele é dado o título de maior pensador marxista norte americano do século XX.

A partir desses apontamentos superficiais abre-se uma gama de novas questões e possibilidades de pesquisa ainda por fazer em nosso país, questões e possibilidades essas em que não pudemos investir com mais profundidade pela falta de tempo hábil e por fugirem das propostas originalmente pensadas para esta monografia. Pareceu-nos muito claro certo protagonismo do Marxismo britânico em nosso meio acadêmico, mais especificamente o historiográfico, em detrimento do Marxismo norte-americano, seja por uma questão de tradição, se assim podemos dizer, e/ou por falta dessa aproximação de grupos de pesquisas brasileiros com o tema de pesquisa do referido radicalismo.

De todo modo, o que gostaríamos de defender e também instigar o leitor neste breve espaço é a ideia de que o século XX e suas intensas transformações foram largamente analisados por intelectuais que estavam no centro dessa força capitalista transformadora, os Estados Unidos. Eles compuseram as fileiras do pensamento contestador socialista. Destacando aqui a contribuição específica dos estudiosos em torno da MR, as palavras de Paul Buhle são indicativas dessa falta mais sistemática de estudo: “Monthly Review reached mostly committed radicals. In their efforts to revive domestic Socialism, they had little immediate fortune. Their increasingly systematic view of monopoly power within the US state and economy did not yet have an audience” (BUHLE, 2013: 199). À parte do reducionismo da análise de Buhle acerca das contribuições desses intelectuais se restringirem somente aos EUA e além do exagero de presumir que esses estudos não ecoaram de alguma forma, nos parece viável postular que a assertiva é verdadeira no que diz respeito à comunidade acadêmica brasileira – mais uma vez, com ênfase na área de História, em que esses estudos ainda estão por ser feitos.

Cabe aqui destacar ainda esse ambiente intelectual como fonte importante para estudos dentro da grande temática que é a história intelectual das esquerdas nas Américas. Até mesmo na bibliografia sobre a temática do debate da transição do feudalismo para o capitalismo parece haver certa ideia de que Sweezy é somente “aquele que criticou Dobb”, cujo alcance analítico limitar-se-ia a isso. Seus diversos temas de pesquisa e variadas contribuições intelectuais, aqui minimamente apontados, não nos permitem corroborar essa postura. O mesmo pode se dizer,

em certa medida, de Maurice Dobb: ele não produziu somente nas décadas de 1940 e 1950, ao contrário, continuou pesquisando e trabalhando como professor por mais algumas décadas, embora muitas vezes pareça ser lembrado somente por isso.

Retomando o argumento de Ellen Wood (2001: 36), a existência de duas “narrativas” dentro da obra de Marx abria caminho para divergências teóricas. Na primeira delas, a história aparecia como “uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, como um processo trans-histórico de avanço tecnológico e com o papel principal atribuído às classes burguesas, que teriam dado origem ao capitalismo pelo simples fato de serem libertas do jugo feudal”. Essa ideia está presente no “jovem Marx”, em obras como *A ideologia alemã* e o *Manifesto Comunista*. A segunda, por sua vez, está presente em seus escritos da maturidade, tal como *O Capital*, e consistiu em analisar a história em termos de “mudanças nas relações de propriedade, especialmente na zona rural inglesa: expropriação de produtores diretos que deu origem a nova forma de exploração e novas ‘leis de movimento’ sistêmicas” (WOOD, 2001: 36). Para Wood, portanto, os maiores textos marxistas derivaram dessas diferentes bases.

No caso do debate em questão, a autora disse tratar-se de uma questão bem clara: Sweezy defendeu a primeira narrativa e Dobb a segunda. De acordo com ela, a teoria de Sweezy, “à primeira vista e em seus contornos principais”, era compatível com o modelo mercantil tal como foi delineado por Adam Smith (cf. WOOD, 2001: 40; BRENNER, 1977), já Dobb foi claramente contra o modelo mercantil e seu *Studies* foi um avanço nos estudos sobre a transição por situar no campo as origens do capitalismo – na já apontada relação entre senhores e produtores diretos.

A respeito deste tema – as duas “narrativas” em Marx e como nossos dois autores parecem assumir as duas diferentes correntes –, as leituras realizadas, tanto das fontes quanto da bibliografia, sugerem a sua corroboração. No que diz respeito a Dobb e sua aproximação com a segunda “narrativa”, nos parece possível argumentar que, de fato, o autor se pautou em aspectos da dialética materialista tal como delineada por Marx na pequena nota citada de *O Capital*, isto é, buscando levar em consideração a relação entre infraestrutura e superestrutura, tão cara ao pensamento de Marx, e colocando em relevo a luta de classes. No que diz respeito a Sweezy e à primeira “narrativa”, parece-nos que as análises do norte-americano contêm alguns aspectos que podem ser vistos como trans-históricos. Em seus textos, o aspecto social parece estar submetido de maneira bastante contundente às forças externas, como - no caso específico do debate da transição - o comércio.

Parece-nos, porém, que a denominação de “neo-smithiano” que Wood e Brenner deram à Sweezy é um tanto descabida e injusta. Entendemos que no desenvolver de seus estudos ele pautou-se mais nos aspectos de economia política do pensamento de Marx, aliando a esse referencial teórico muitas outras influências do campo das ciências sociais, ao mesmo tempo em que deixou um pouco de lado o caráter mais filosófico do materialismo histórico como uma abordagem metodológica cheia de aproximações e distanciamentos em relação a uma longa tradição do pensamento alemão. De todo modo, não há como negar que Marx sempre foi, ao longo da trajetória de Sweezy, um norte. Não obstante, para além de sua contribuição no debate, em seus trabalhos posteriores, por mais que seus interesses tenham sido dos mais diversos, contaram sempre com um viés contestador, crítico ao capitalismo

e com vistas à emancipação humana, calcado no materialismo histórico. Compará-lo a um liberal como Adam Smith nos parece resquício do “paroquialismo” do Marxismo Ocidental, como o próprio Sweezy escreveu em 1986.

Tratam-se, enfim, de hipóteses que nos foram suscitadas após o trabalho nessa temática. Não cremos ser possível aqui apresentar mais avanços nesse sentido, pois nos faltam tempo, amadurecimento intelectual e erudição suficientes para aprofundarmos essas questões. Deixamos em aberto essas inquietações, com a esperança de que esses textos sejam retomados por gerações e gerações de pesquisadores, pois a cada nova leitura novos desafios surgem.

Uma ideia que havíamos esboçado no início dessa pesquisa e que agora se faz mais do que pertinente diz respeito à importância do pensamento marxista para a história do capitalismo. Destacamos uma passagem de György Lukács (2003: 332-333) em seu *História e Consciência de Classe* para enfatizarmos essa questão:

Deve-se ao seu método [do materialismo histórico] a solução daqueles problemas em torno dos quais os maiores pensadores da época burguesa se debateram inutilmente, ou seja, o adequado conhecimento histórico do capitalismo, que para o pensamento burguês devia permanecer inalcançável.

Deve-se aos pensadores do materialismo histórico o questionamento e a desnaturalização do capitalismo como sistema. Pois, assim como postulou Max Horkheimer, a própria criação dos conceitos dessa crítica à sociedade capitalista – tais como a luta de classes, a crise, a mais-valia, a exploração e muitos

outros – tem no seu sentido mais intrínseco não a reprodução, mas a transformação dessa sociedade. Isso, por si só, já é muito indicativo do período histórico no qual Dobb e Sweezy se inseriram, e indo além, é um forte indicativo do caráter especulativo de um pensamento social calcado tanto na filosofia quanto na economia política. Assim, para finalizar, selecionamos um trecho de Max Horkheimer (1984: 146-147) que é preciso quanto ao “delírio mais do que pertinente” do pensamento crítico:

Esta ideia se diferencia da utopia pela prova de sua possibilidade real fundada nas forças produtivas humanas desenvolvidas. Quantos esforços foram necessários para se chegar a ela, quantas etapas foram ultrapassadas, e como pode ter sido desejada e valiosa cada etapa em si – o significado histórico desses esforços e etapas para a ideia só será conhecido depois de sua efetivação. Este pensamento tem algo em comum com a fantasia. Trata-se de fato de uma imagem do futuro, surgida da compreensão profunda do presente: determinar em tais períodos os pensamentos e ações nos quais o desenrolar das coisas aparenta afastar-se dessa imagem.

Referências

Fontes

DOBB, M. *Studies in the development of Capitalism*. London: Routledge, 1946.

_____. A reply. In: HILTON, R. et al. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1987a: 57-67.

- _____. A further comment. HILTON, R. et al. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1987b: 98-101.
- SWEEZY, P. A critique. In: HILTON, R. et al. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1987a: 33-56.
- _____. A Rejoinder. In: HILTON, R. et al. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1987b: 102-108.

Bibliografia

- ABOUZELOF, M. *Theories of Value and Economic Crisis: Revisiting Maurice Dobb*. Thesis (Master of Science) - Department of Economics, University of Utah, Salt Lake City, 2010.
- ANDERSON, P. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Passagens da Antiguidade para o feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ARESTIS, P. (Ed.). *A biographical dictionary of dissenting economists*. Cheltenham: Edward Elgan Publishing, 2000.
- BRENNER, R. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past and present*, n. 70, 1976.
- _____. Dobb on the transition from feudalism to capitalism. *Cambridge Journal of Economics*, n. 2, 1978.
- _____. The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian Marxism. *New Left Review*, n. 104, 1977.
- BUHLE, P. *Marxism in the United States*. Londres: Verso, 2013.

- CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- COTRIM, I. Paul Sweezy: Anatomia de um intelectual revolucionário. *Revista de Economia Mackenzie*, v. 7, n. 2: 91-111, 2009.
- DOBB, M. *Political Economy and Capitalism: Some essays in economic tradition*. Londres: Routledge and Sons, 1937.
- _____. Random biographical notes. *Cambridge Journal of Economics*, n. 2: 115-120, 1978.
- _____. *Soviet Economy and the War*. New York: International Publishers, 1943.
- DUNN, J. The identity of the history of ideas. In: LASLETT, P.; RUNCIMAN, W. G.; SKINNER, Q. *Philosophy, politics and society*. Oxford: Basil Blackwell, 1972.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- _____. *Underdevelopment or revolution?* *Monthly Review*, 1969.
- FOSTER, J. B. *Memorial Service for Paul Marlor Sweezy (1910-2004)*. 2004. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/commentary/memorial-service-for-paul-marlor-sweezy-1910-2004/#fn2>>. Acesso em: 18/07/2016.
- _____. Sweezy in perspective. *Monthly Review*, v. 60, n. 1: 45-49, 2008.
- GENOVESE, E. *In red and Black: Marxian explorations in southern and afro-american history*. Nova York: Vintage Books, 1972.

- _____. Slavery-The world's burden. In: OWENS, H. *Perspectives and irony in American slavery*. Jackson: University Press of Mississippi, 1976.
- GIANNOTTI, J. A. Notas sobre a categoria de “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. *Estudos Cebrap*, n. 17: 162-168, 1976.
- GORENDER, J. O conceito de modo de produção. In: LAPA, J.R. do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980: 43-65.
- GREBAN, P. (Org.). *Conceito modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GUERREAU, A. *Feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Ed. 70, 1980.
- _____. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jacques (Org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Sagrado Coração, 2002.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HILL, C. Comment. In: HILTON, R. et al. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1987.
- HILTON, R. et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1987: 57-67.
- _____. Comment. *Science and Society*, fall, 1953.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- _____. Do feudalismo para o capitalismo. In: HILTON, Rodney et al. *A Transição do feudalism para o capitalismo*. São Paulo: Paz e terra, 1977.
- _____. Maurice Dobb. In: *Socialism, capitalism and economic growth: essays presented to Maurice Dobb*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- _____. The crisis in the seventeenth century. *Past and Present*, n. 5 e 6, 1954.
- _____. The Historians' Group of the Communist Party. In: *Rebels and their causes: Essays in honour of A. L. Morton*. Londres: Lawrence and Wishart, 1978.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional, teoria crítica. In: CIVITA, Victor (Ed.). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. XLVIII.
- JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005.
- JUDT, T. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- KATZ, C. J. Karl Marx on the transition from feudalism to capitalism. *Theory and Society*, v. 22, 1993.
- KAYE, H. J. *The British Marxist Historians*. New York: St. Martin's Press, 1995.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- _____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

- LACLAU, E. Feudalism and capitalism in Latin America. *New Left Review*, 67: 19-38, 1971.
- LÖWY, M. Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, v. 3. 1997.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARIUTTI, E. *A transição do feudalismo para o capitalismo: balanço de um debate*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MEEK, R. L. Portrait: Maurice Dobb. *Challenge*, v. 22, n. 5: 60-65, 1979.
- POLANYI, K. Marxist economic thought Studies in the development of capitalism by Maurice Dobb. *The Journal of Economic History*, v. 8, n. 2, 1948.
- _____. *The history of political and social concepts: a critical introduction*. Nova York; Oxford: Oxford University Press, 1995.
- SANTIAGO, T. A. (Org.). *Capitalismo: transição*. Rio de Janeiro: Ed. Moraes, s/d.
- SHENK, T. *Maurice Dobb: Political Economist*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- SIMON, J J. Sweezy v. New Hampshire: the Radicalism of Principle. *Monthly Review*, v. 51, n. 11: 35, 2000.

- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1: 3-53, 1969.
- SOMBART, W. *Der moderne kapitalismus*. Munique: Dtv, 1987.
- SWEEZY, P. Feudalism-to-capitalism revisited. *Science and Society*, spring, 1986.
- _____. Monthly Review in historical perspective. *Monthly Review*, v. 45, n. 8, 1994.
- TAKAHASHI, K. The Transition from Feudalism to Capitalism: a contribution to the Sweezy-Dobb controversy. *Science & Society*, v. 16, n. 4: 313-345, 1952.
- TAWNEY, R. H. Review of Studies in the development of capitalism. *Economic History Review*, n. 2 e 3, 1950.
- TOPOROWKI, J. Paul Sweezy. *Royal Economic Society Newsletter*, n. 125, 2004.
- WALLERSTEIN, I. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York; London: Academic Press, 1974. v. I.

Dissertações

História da
historiografia
brasileira

Um ofício polivalente: Rodolfo Garcia e a escrita da História (1932-1945)

Gabriela D'Avila Brönstrup

Esse trabalho trata de indefinições e tentativas de inserções. Tomar Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), como objeto dessa pesquisa é enfrentar o desafio de compreender o que significa ser um intelectual/erudito/historiador na primeira metade do século XX, período no qual modos de conceber o tempo e a escrita da história se sobrepuseram. Em meio às amplas maneiras de perceber e narrar aspectos da vida de um indivíduo, buscamos a inserção dessa pesquisa no rol de estudos da História da Historiografia¹ articulada à História Intelectual,² que vêm, sob perspectivas

¹ Manoel Luiz Salgado Guimarães (2005) demonstra a centralidade do papel da cultura para compreensão das “condições de possibilidade” na criação do texto histórico que também dá vida e atribui identidade ao seu autor. Desse modo, convida a repensar as perguntas que motivaram a historiografia como campo de investigação, colocando o texto em primeiro plano. Essa discussão inspirou questões desenvolvidas nessa dissertação e nos motivou a considerar as qualificações dadas à produção de Rodolfo Garcia de acordo com a multiplicidade dos modelos de erudito e intelectual disponíveis no período.

² Reafirmando as potencialidades das interpretações que partem da relação entre uma análise internalista e externalista para a construção de suas questões, o historiador francês François Dosse (2004) aponta para a redução provocada quando, nos estudos de História Intelectual, tais procedimentos são considerados de forma atomizada. Partilhamos de tais posicionamentos de Dosse para a compreensão do ofício de Rodolfo Garcia, buscando uma análise atenta aos

variadas, se dedicando a nuançar as concepções a respeito da cultura letrada no Brasil.

Até a década de 1930, os institutos históricos eram os principais lugares de produção do conhecimento histórico onde pesquisadores, em sua maioria autodidatas, dedicavam-se na definição de um passado nacional e dos modos de investigá-lo, sistematizando o saber histórico e divulgando metodologias para produzi-lo. A criação do curso universitário de história nessa mesma década causou diferentes impactos no ofício desses letrados despertando novos anseios, mas também inseguranças e estratégias para manter os antigos postos e corresponder às novas demandas.³

Rodolfo Garcia não fez parte do corpo docente das primeiras graduações em história, composto por letrados brasileiros e estrangeiros, mas sua permanência na diretoria da BN, desde 1932 até 1945, e atuação nos lugares de sociabilidade e produção do conhecimento histórico, que balizam o recorte temporal dessa pesquisa, foram marcados por tentativas de promover a especialização e adequar-se às temáticas em pauta no âmbito universitário. Dentre as diversas relações e, nesse caso, amizade

possíveis entrelaçamentos entre obra, lugares de produção, redes de sociabilidade e as problemáticas próprias da escrita da história no período em questão.

³ As considerações de Sergio Miceli (2001) auxiliaram na análise da atuação de Rodolfo Garcia em tempos de mudanças ocorridas nas organizações políticas e instâncias de produção cultural, bem como nas modalidades de acesso a elas. O autor pontua que entre os anos de 1930 e 1945 um bom relacionamento com os representantes do poder e o diploma universitário já não garantiam a entrada ou permanência no mercado de trabalho. Adequar-se a execução de tarefas cada vez mais especializadas tornava-se um critério fundamental para enfrentar a concorrência que se adensava.

que Rodolfo Garcia construiu nas redes de sociabilidade⁴ que integrou, destaca-se aquela estabelecida com o historiador João Capistrano de Abreu (1853-1927). A BN, o IHGB e a ABL foram alguns dos espaços de produção de conhecimento e sociabilidade intelectual frequentados por eles. Com a morte de Capistrano de Abreu, um projeto de construção de sua memória teve início e Rodolfo Garcia atuou diretamente nesse empreendimento fundando, ao lado de outros intelectuais do período, a Sociedade Capistrano de Abreu em 1927.⁵ Contudo, Garcia não ocupou um espaço tão destacado na historiografia brasileira como Abreu. Devido a esse vínculo com Capistrano de Abreu, Garcia aparece em diversos trabalhos, no entanto, poucos são dedicados a compreender as relações institucionais mantidas por ele e os fundamentos de sua escrita da história, especialmente, naquilo

⁴ A análise das relações intelectuais de Rodolfo Garcia contribui, entre outros aspectos, para a compreensão de sua escrita da história. Maurice Agulhon percebe na vida associativa a principal forma de sociabilidade. Jean-François Sirinelli nos auxilia nesta análise a partir desta noção de sociabilidade proposta por Maurice Agulhon, estabelecida em redes e microclimas. De acordo com esta categoria analítica, as redes correspondem aos locais de sociabilidade enquanto instituição, englobando questões relacionadas ao espaço físico. Esses locais, mesmo modificados pelo tempo, têm a aprendizagem e as trocas intelectuais como constante. Os microclimas se referem às maneiras de se relacionar constituídas pela convivência nesses espaços. Essa análise traz à tona as afinidades e inimizades nas relações que compõem o espaço de sociabilidade, contribuindo para percepção da repercussão no ofício do historiador (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 1996).

⁵ Pode-se destacar na historiografia a tese de Rebeca Gontijo (2013) que trata da criação da Sociedade Capistrano de Abreu, compreendendo essa institucionalização do culto a um intelectual como parte dos empreendimentos para a consolidação de seu nome e obra enquanto estudioso brasileiro. Gontijo (2013: 81-130) defende a hipótese de que esses investimentos estão associados a demandas coletivas que atribuem a um autor e obra o status de símbolo da nação, da intelectualidade brasileira e, de modo específico, dos estudiosos de história. Os trabalhos de Ítala Byanca Moraes da Silva (2011; 2009) também investigam a Sociedade Capistrano de Abreu.

que diz respeito à sua atuação em uma das principais funções que caracterizavam o historiador no período, ou seja, selecionar, coletar e organizar acervos (ANHEZINI, 2015),⁶ questão central da pesquisa ora proposta.

Nos estudos realizados com o intento de organizar os historiadores em catálogos de autores e obras é recorrente a presença de Garcia.⁷ José Honório Rodrigues é considerado o pioneiro na busca de sistematizar a pesquisa histórica no Brasil, mesmo que outras tentativas nesse sentido já estivessem presentes na primeira metade do século XX, conforme buscamos demonstrar no decorrer dessa dissertação.⁸ Rodrigues (1958: 97-105) criou uma divisão entre aquilo que denominou de revisionismo teórico e revisionismo factual colocando de um lado, Capistrano de Abreu como o responsável teórico da revisão da historiografia brasileira, e de outro Afonso d'Escragno Taunay e Rodolfo Garcia como representantes do revisionismo factual. No entanto, nas últimas décadas, esta maneira de tratar a historiografia como tema se alterou e foram priorizadas as análises internas dos textos em diálogo com a compreensão dos contextos e lugares de produção⁹. As obras

⁶ No prelo.

⁷ Um dos exemplos deste enfoque dado à história é a obra de Francisco Iglésias (2000). Nela há uma classificação de historiadores brasileiros em diferentes “períodos” por ele criados e um rol de clássicos da historiografia. Para uma problematização dessa trajetória da História da Historiografia no Brasil, ver: Guimarães (2011).

⁸ Na discussão já citada, de Manoel Luiz Salgado Guimarães (2005), a respeito dos caminhos da pesquisa historiográfica, o autor identifica a início do campo da história da historiografia a partir dos trabalhos de José Honório Rodrigues, na década de 1950. Para tanto, o autor não considera os textos anteriores motivados pela mesma preocupação em mapear e classificar a produção da área.

⁹ Para a compreensão de aspectos da intelectualidade brasileira na primeira metade

resultantes dessa nova perspectiva inspiram problemáticas de pesquisa e definem uma agenda de trabalho a respeito da história da historiografia brasileira atualmente, que coloca a escrita da história como eixo central para a investigação das possibilidades de fabricação desse saber.¹⁰

Não são muitos os trabalhos que, sob a perspectiva da História Intelectual ou da História da Historiografia, trataram especificamente do objeto dessa pesquisa. Vitor Claret Batalhone Junior, em sua dissertação de mestrado intitulada *Uma história das notas de rodapés: a anotação de História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen* é exemplo da perspectiva que dá ênfase ao próprio espaço textual para a compreensão das produções historiográficas. Nesta pesquisa, o autor propõe analisar o trabalho de anotação e crítica da terceira edição de *História Geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

Batalhone percebe uma estrutura discursiva na História do Brasil que permanece, mesmo considerando as reformulações, desde a primeira publicação de *História Geral do Brasil*, em 1854, até meados do século XX. Atento à expressão do discurso dos anotadores a respeito de como deveria ser escrita a história do Brasil, identifica uma institucionalização da autoridade de Varnhagen por meio de um determinado grupo de enunciados que, em sua opinião, foram compartilhados em épocas diferentes, evidenciando uma aspiração à continuidade partilhada por outros historiadores.

do século XX, destacamos algumas das diversas pesquisas desenvolvidas com esse enfoque: Amed (2006), Gomes (2009), Araujo (1994), Bresciani (2005) e Malatian (2001).

¹⁰ Para mais informações, ver: Araújo (2006), Nicolazzi e Araujo (2008: 7-14) e Guimarães (2011: 19-35).

Considerando a proposta de pesquisa do autor, os argumentos que sustentam sua ideia de continuidade dão ênfase à apropriação de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia das mesmas fontes utilizadas por Varnhagen na anotação da obra deste historiador. Segundo Batalhone Júnior (2011: 75), “a história do Brasil escrita por Varnhagen foi retificada por seus anotadores, reproduzindo uma história nacional de enorme difusão”.

A respeito da análise e leitura feita por Capistrano de Abreu do ofício e produção de Varnhagen, Pedro Afonso Cristovão dos Santos (2009), em sua dissertação *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*, reafirma a importância dada por Capistrano ao trabalho de pesquisa e edição de documentos de Varnhagen, porém o autor se distancia de Batalhone ao enfatizar as diferenças de perspectivas entre Capistrano e Varnhagen, as insatisfações e novas propostas do primeiro relacionadas tanto à crítica dos documentos e interpretação quanto à temática de Varnhagen. O trabalho de Maria da Glória Oliveira, também problematiza a relação estabelecida por Capistrano de Abreu (1975) com a obra de Varnhagen. Ao tratar dessa interlocução iniciada com a escrita do *Necrológio do Visconde de Porto Seguro*, que se estenderia durante toda a produção de Capistrano, a autora pontua que mesmo reafirmando a condição de Varnhagen como fundador da historiografia brasileira, as diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano se estabeleceram simultaneamente a crítica da obra de Varnhagen. Perpassando as coordenadas dadas por Capistrano, para a História do Brasil, que segundo ele, ainda estava por escrever, com uma nova ordenação do tempo

da nação e narrativa que encadeasse os fatos de forma mais exata, Oliveira (2013) verifica que a relação complexa entre os dispositivos de crítica documental e a escrita da história, ao conferir “marcas de credibilidade ao texto histórico”, também impõe limites à sua escrita.

Buscando compreender o processo de construção da memória e identidade a respeito do historiador, Rebeca Gontijo na obra *O velho Vaqueano*, tem como eixo principal da narrativa a perpetuação de um nome, Capistrano de Abreu. A autora investiga esses esforços plurilaterais por meio de produções posteriores a sua morte, em 1927, e do culto prestado a ele pela criação da Sociedade Capistrano de Abreu, bem como pelos investimentos de Capistrano na escrita de si enquanto indivíduo, intelectual e historiador, especialmente por meio de suas correspondências. Nesses empreendimentos individuais e coletivos na constituição de Capistrano como intelectual, símbolo da brasilidade, ou ainda na problematizarão de caracterizações como tenacidade, rebeldia, modéstia e erudição eleitas por muitos biógrafos e por seus pares para singularizá-lo, Gontijo (2013: 331) percebe uma relação direta com a “construção da história da disciplina, que define legados e alimenta tradições”.

O estudo de Gontijo contribui para a análise da prática de construção da figura de Rodolfo Garcia e dos investimentos para torná-lo imortal, como erudito, intelectual, historiador, editor, tanto durante seu percurso, quanto na comemoração do centenário de seu nascimento, inspirando-nos também na problematização das tentativas de situar em uma área específica, aqueles que se dedicavam, na primeira metade do século XX, às

diversas atividades relacionadas à seleção, coleta e organização de acervos, bem como aos estudos históricos.

Karina Anhezini, em sua tese de doutorado intitulada *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*, ao historiar os fundamentos da escrita da história de Taunay, percebe essa dispersão também no perfil dos que se dedicaram à escrita da história do Brasil no século XX. A formação dos “historiadores por vocação” se dava em diversas áreas do conhecimento, trazendo assim diferentes vieses para a escrita da história (ANHEZINI, 2011).

Ao analisar dimensões amplas da produção da história do período de maneira simultânea à escrita da história de Taunay, Anhezini teve como questão norteadora a preocupação a respeito de “como se escrevia a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX”. Atenta não só à comunicação estabelecida com uma rede de intelectuais, especialmente pelas correspondências, mas também ao contato que Taunay teve com obras de intelectuais estrangeiros, a autora percebe na historiografia francesa elementos que compuseram a formação do autor e que o acompanharam em suas contribuições para a historiografia brasileira.

Rodolfo Garcia fez parte da rede intelectual de Taunay, ambos tiveram um contato próximo com Capistrano de Abreu e compartilharam preocupações e posicionamentos em relação ao ofício do historiador e à escrita da história no início do século XX. A partir dessas contribuições, percebe-se, de um lado, a relevância de se investigar os autores e obras que participaram da formação intelectual de Rodolfo Garcia e de sua atuação nas

instituições selecionadas e de outro, a construção das questões que norteiam essa pesquisa.

Portanto, o objetivo central dessa dissertação é compreender as relações institucionais de Rodolfo Garcia e os fundamentos de sua escrita da história, especialmente naquilo que diz respeito à sua atuação na coleta, seleção e divulgação de documentos históricos, bem como na organização de acervos. Esse eixo foi o articulador das problemáticas específicas que compuseram os três capítulos da dissertação.

Além de um deslocamento do lugar de produção do saber histórico, a década de 1930 foi marcada pelo delineamento de um novo modelo de historiador. Rodolfo Garcia foi considerado erudito pela maioria de seus correspondentes, no entanto, representantes do poder político como Gustavo Capanema identificava-o como intelectual. Tendo em vista a tensão entre a figura do erudito e do intelectual, o primeiro capítulo desta dissertação apresenta as seguintes inquietações: Que atividades os chamados eruditos desenvolviam? Quais as motivações dos que se dirigiram a Rodolfo Garcia como intelectual? Que contribuições daria ele ao trabalho de integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX? Esses questionamentos nortearam a investigação das variações na caracterização da figura de Rodolfo Garcia como erudito e intelectual, empreendida por ele e por seus pares.

Considerado referência na obtenção de informações de diversas áreas do conhecimento, especialmente a história do Brasil colonial, seu gabinete na BN era chamado por Pedro Calmon de “palestra literária”. Projeções a respeito do que ele

poderia ter sido ou realizado, especialmente no que se refere à sua produção, composta, essencialmente, por anotações, textos introdutórios para publicação de conjuntos documentais e introduções de obras de autores dedicados à história do Brasil colônia, são retomadas por esses autores que fabricaram sua figura, seja para lamentar a ausência de uma grande obra de história do Brasil, seja para justificá-la pela personalidade despretensiosa de Garcia.¹¹

Essas narrativas, integrantes de projetos de construção identitária de Rodolfo Garcia, são repletas de relações de alteridade, as quais perpassam o *lugar social*, as *práticas* do ofício e seu produto que é o *texto histórico*.¹² Considerando as correspondências, os prefácios e os discursos de recepção e posse como representantes desse lugar social de fala, o qual confere posições aos que dele participam, tais publicações abrem caminhos para a análise do sentido das homenagens e das incumbências destinadas a Garcia nos contextos institucionais e disciplinares específicos, bem como para o estabelecimento dos critérios utilizados por ele e pelos pares com quem dialogou, especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, e por aqueles que trataram de sua figura na década de 1970, por ocasião da

¹¹ Concebendo esse processo de fabricação da figura de Rodolfo Garcia como produções discursivas das quais ele também foi autor, a noção de escrita de si auxilia-nos na compreensão desses investimentos. Conforme analisada por Michel Foucault (1992), tal noção refere-se à compreensão do papel da linguagem na constituição de si próprio. Além de considerar a relação do “autor” estabelecida com o “receptor”, as perspectivas que adota para a construção do “eu” são essenciais na leitura dessas práticas narrativas. Destacamos ainda alguns dos textos que se dedicam à Escrita de si no Brasil, Gomes (2004) e Malatian (2009: 195-222).

¹² A respeito da noção de operação historiografia entabulada por Michel de Certeau (1982).

comemoração do centenário de seu nascimento, em relação ao que é ser erudito, intelectual e historiador.

Trataremos dessas incumbências destinadas a Rodolfo Garcia, através das correspondências enviadas por seus pares, amigos e autoridades estatais durante as décadas de 1930 e 1940, algumas delas publicadas em *Cartas a Rodolfo Garcia* (DAMASCENO, 1970) e outras coletadas na Coleção Rodolfo Garcia, na Seção de Manuscritos da BN.

No segundo capítulo, investigaremos os fundamentos do trabalho de Rodolfo Garcia com acervos, aspecto que consideramos fundamental na compreensão da concepção de história desse autor. Para tanto, analisaremos sua atuação na constituição dos Cursos de Biblioteconomia, na BN, e Museologia, no MHN, considerando suas vinculações com a organização da produção histórica, pois se a motivação principal desses cursos foi formar especialistas para o trabalho com acervos, tal iniciativa favoreceria também a classificação dos documentos históricos.

Os argumentos utilizados por Rodolfo Garcia na criação do Curso de Museu e Biblioteconomia e a função que atribuiu a eles, serão abordadas por meio dos relatórios anuais da instituição disponíveis nos *Anais da Biblioteca Nacional* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1913, 1915, 1921, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943), e do texto da aula inaugural, publicado em seu *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* (1500-1810) (GARCIA, 1956: 29-30).

A classificação foi uma das práticas adotadas por Garcia no trabalho desempenhado como editor de documentos, com o intuito de modernizar os estudos históricos. No terceiro

capítulo adentraremos nessa atividade buscando verificar esses esforços de classificação, especialmente os que se configuraram na escolha dos materiais para publicar, na atribuição de autoria e na definição de especialidades no campo da história. Enquanto diretor da BN entre os anos de 1932 e 1945, Garcia foi responsável por vários escritos e pela edição dos *Anais da Biblioteca Nacional*, nos quais foram publicados conjuntos de documentos disponíveis no acervo da BN. Coube a ele escrever as introduções explicativas destas obras e, posteriormente, vinte e quatro textos dessa natureza foram reunidos em *Escritos Avulsos*, fonte fundamental para o desenvolvimento do terceiro capítulo da dissertação (GARCIA, 1973). Por meio desse material, problematizaremos também algumas das prescrições metodológicas feitas aos pesquisadores, especialmente a respeito de como devem ser lidos os documentos, analisando ainda o papel delegado à BN enquanto promotora de uma cultura nacional ilustrada e a recepção que esses textos tiveram entre seus pares por meio das correspondências, em um período de investimentos na profissionalização do conhecimento histórico.

Demandas de um erudito

Não sabíamos que era um sábio; desconfiávamos que fosse um santo; desses de cara fechada e coração aberto, que repreendem para perdoar; paternal, lacônico, discreto, São Rodolfo das Dúvidas Históricas! (CALMON, 1973).

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns esforços empreendidos por Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949) e seus pares na constituição de sua figura como erudito e intelectual, delineando as regras para a produção do saber histórico em dois momentos, a saber: durante as décadas de 1930 a 1940, período de sua maior atividade profissional, e, na década de 1970, quando, por ocasião da celebração do centenário de seu nascimento, sua imagem foi reconstruída para homenagens póstumas. No primeiro momento, será privilegiado o prefácio de uma publicação da década de 1970, integrante da *Coleção Rodolfo Garcia*: a seleção da correspondência passiva do autor, *Cartas a Rodolfo Garcia*, escrito por Darcy Damasceno (1922-1988)

No segundo momento, trataremos de algumas incumbências que Garcia recebeu no exercício de sua profissão, selecionadas durante a leitura de correspondências enviadas por seus pares. Percebendo esse material como um arquivo de vida letrada que torna possível a análise dos papéis atribuídos a ele, apresentamos algumas indagações neste capítulo: Que atividades os chamados eruditos desenvolviam? Quais as motivações daqueles que se dirigiram a Rodolfo Garcia como intelectual? Que contribuições daria ele ao trabalho de integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX? Tais reflexões servirão como fio condutor na investigação das possibilidades de escritas de vida por meio de correspondências passivas, bem como dos usos dos saberes em um período de investimentos na formação de profissionais e delineamento de um novo modelo de historiador no Brasil.

Como narrar Rodolfo Garcia?

Era dia 13 de abril de 1935 e o recém-eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Rodolfo Garcia iniciou seu discurso de posse narrando episódios que marcaram a sua vida:

Permiti recordar-vos que são antigas as nossas relações amistosas, e que mais de uma vez vos visitei cordialmente. Uma delas foi quando aqui se cuidou, na memorável quanto brilhante presidência de Afrânio Peixoto, da criação da Biblioteca de Cultura Brasileira, que hoje traz seu nome glorioso. Para organizar o programa das publicações históricas, Afrânio Peixoto lembrou-se de apelar para o saber incomparável de Capistrano de Abreu. Andava o mestre por esse tempo afundado em seus estudos de lingüística bacairi; mas, encantado com a iniciativa do amigo, a quem não sabia dizer não, depois de ter indicado as grandes obras de informação brasileira, que deviam fazer parte da coletânea, designou a Eugênio de Castro e a quem vos fala para substituí-lo na tarefa de comentá-las e anotá-las, segundo o plano que delineara.¹³

Nessas cerimônias formais, repletas de simbolismos, aos moldes da Academia Francesa, já era esperado que o eleito para a cadeira – nesse caso, a de número 39, ocupada até então por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), Alberto de Faria (1865-1931) e José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) – discursasse elogiando seus antecessores e demonstrando sua adequação ao

¹³ GARCIA, R. Discurso de posse. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

projeto da instituição que propunha, dentre outros objetivos, contribuir para a constituição da nacionalidade brasileira por meio das letras. Esse também era um momento para justificar suas escolhas perante os pares e apresentar seu próprio percurso.¹⁴ Seguindo tais moldes, as recordações de Rodolfo Garcia, pronunciadas na cerimônia de posse, enfatizaram sua contribuição para a formação da Biblioteca da Cultura Nacional na ABL. A seleção das obras que comporiam as publicações acadêmicas de História foi realizada por João Capistrano de Abreu (1853-1927) enquanto que a Garcia coube comentar e anotar as “grandes obras de informação brasileira” do programa de publicações históricas elaborado pelo mestre.

O episódio escolhido por Rodolfo Garcia para compor essa escrita de si e demonstrar identificação com a ABL fez menção à sua relação com Capistrano de Abreu e à dedicação à revisão de textos históricos. Essa referência à amizade com Capistrano, com o intuito de situar Rodolfo Garcia como historiador e erudito é unânime entre os autores que se incomodaram com o esquecimento daquele que partilhou com Capistrano de Abreu a tarefa de anotar a 3ª edição integral (1927) da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Darcy Damasceno (1922-1988), poeta, ensaísta e chefe da Seção de Manuscritos da BN atribuiu, no ano de 1970, a essa convivência, o “alargamento da visão para assuntos históricos” conquistado por Garcia, anteriormente voltado à filologia e

¹⁴ Na obra *A dança das Cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (2001) problematiza a relação entre literatura e política para os letrados da virada do século XIX para o XX no Brasil, investigando mais especificamente o posicionamento da ABL quanto aos seus limites.

etnologia. Assim, Damasceno no texto de apresentação às *Cartas a Rodolfo Garcia* demarcava as fronteiras disciplinares ainda pouco consolidadas no início do século XX, com o intuito de identificar Garcia como historiador inspirado em Capistrano. Nesse texto, que adiantava em três anos a comemoração do centenário do nascimento do autor, Damasceno (1970: 9-10) tratou da anotação à “*História de Visconde de Pôrto-Seguro*”, considerando-a um aprimoramento da obra.

Ao apresentar essas cartas, Damasceno corrobora a interpretação recorrente no período em que a obra foi anotada, de que a história poderia ser melhorada tornando-se verdadeira e para isso destaca que a função das revisões de Garcia era concebida como procedimento capaz de apontar equívocos, preencher lacunas, mediante a utilização de fontes documentais confiáveis e interpretação correta.

Clemente Gaspar Maria Brandenburger (1879-1947), doutor em Filosofia pela Universidade de Heidelberg e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que acompanhou o trabalho de anotação da *História* de Varnhagen, expressou seu descontentamento por considerar pequena a repercussão da “viagem penosa” e “demorada” da qual Garcia não desertou. Em correspondência datada de 1936, escreveu para Garcia que “Os contemporâneos não sabem, em geral, apreciar o serviço que V. prestou ao Brasil. Tenho, porém, a certeza de que gerações futuras, mais cultas e mais afeitas aos estudos do que a nossa, lhe rendam plena justiça” (DAMASCENO, 1970: 83). No entanto, para além dos elogios pela anotação da *História Geral do Brasil*, Brandenburger considerava que Garcia estava

preparado para oferecer mais que anotações: o livro de que o “Brasil” necessitava.

No dia 10 de maio de 1932, Brandenburger escreveu para o amigo com uma questão diferente, pois sempre costumava perguntar sua opinião a respeito de diversos assuntos relacionados à história do Brasil, desde o verdadeiro autor de uma determinada obra à indicação de documentos: “Conhece V. documentos etc. sobre a proibição das indústrias no Brasil, em 1785?”, “O piloto Afonso Luís, português naturalmente, poderia escrever a introdução da *Relação*?” (DAMASCENO, 1970: 80). Daquela vez, a pergunta sugestiva era especialmente desafiadora: “Sabe V. o que deveria fazer depois de ter concluído as anotações ao Varnhagen? Escrever uma história do Brasil-Colônia.” Brandenburger sugeriu que a obra poderia ser escrita aos poucos, começando pelo descobrimento e pela organização da colônia para tratar, posteriormente, em um segundo volume, a respeito do domínio espanhol. Orientou ainda que a história fosse escrita na forma de estudos avulsos com publicação prévia, pois facilitaria o preenchimento das lacunas, uma vez que contariam com a crítica dos leitores. Ao concluir, alertou que seria grande perda se o caso de Capistrano se repetisse com Garcia: “tantos estudos e tanto saber desaparecidos sem uma obra de conjunto”.¹⁵

¹⁵ A cobrança própria e dos pares no sentido de uma produção escrita mais intensa é frequente no ofício de Capistrano de Abreu. Rebeca Gontijo (2013: 232-244) analisa, especialmente por meio das correspondências com os pares, as relações estabelecidas entre a prática de leitura, o trabalho da escrita e o problema da memória. Nesse sentido, as dificuldades relacionadas ao enfraquecimento da memória parecem comprometer as conexões para organizar as ideias no papel, assim, o Capistrano leitor sobressai em relação ao escritor e essa primeira prática exerce papel fundamental na fabricação de sua identidade e autoridade intelectual.

Não sabemos como Rodolfo Garcia respondeu à motivação do amigo, mas o próprio Brandenburguer afirmou na mesma correspondência que Garcia detestava obrigações daquela natureza e causar-lhe-ia espanto comprometer-se com a escrita de tal obra. Além do mais, faltava-lhe ainda anotar o quarto e o quinto tombo da terceira edição da *Historia Geral do Brasil*, de Varnhagen, sem contar o trabalho posterior com os cinco tomos para a quarta edição integral. Mas havia ainda outras demandas, para além de Varnhagen.

Desde dezembro de 1930 até novembro de 1932, Garcia exerceu o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional. No mesmo ano em que recebera a carta de Brandenburguer, iniciou-se, na instituição, o Curso de Museus e a Rodolfo Garcia coube ministrar a disciplina História Política e Administrativa do Brasil (período colonial). Por conta dessa atribuição, escreveu o ensaio que levou o título da disciplina, especificando o recorte correspondente ao período colonial de 1500-1810. O *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* (1500-1810), editado e prefaciado por Afonso de Escagnolle Taunay (1876-1958) em 1956, mesmo não correspondendo aos parâmetros da grande obra esperada por Brandenburguer, é a narrativa mais extensa de Garcia.

Em um dos estudos pioneiros realizados com o intento de sistematizar a pesquisa histórica no Brasil, José Honório Rodrigues (1913-1987), que também frequentou a “Academia Garciana”, criou uma divisão entre aquilo que denominou revisionismo teórico e revisionismo factual, colocando de um lado Capistrano de Abreu, como o responsável teórico da revisão da historiografia brasileira, e de outro Afonso Taunay

e Rodolfo Garcia como representantes do revisionismo factual pela prática da crítica documental presente no ofício de ambos (RODRIGUES, 1958: 97-105).

Rodolfo Garcia compôs o volume de sua produção por edições dispersas entre textos publicados em anais institucionais, introduções, prefácios, anotações de obras e edições críticas de documentos históricos, em sua maioria, relacionados à história do Brasil colonial. Não faltaram, no entanto, incentivo dos pares como Brandengurguer e Afrânio Peixoto (1876-1947), romancista e historiador ocupante da cadeira 7 da ABL e membro do IHGB, ou propostas editoriais como a da Companhia Editora Nacional que recebeu em 1937:

Conforme já deve ser de seu conhecimento, esta Companhia está interessada na publicação de seus trabalhos sobre história, etc, na collecção Brasiliana, tendo para isso solicitado a interferência do nosso commum amigo dr. Afrânio Peixoto, junto ao senhor para que acceda o nosso pedido. Sabemos que o senhor poderia publicar logo dois trabalhos: Notas de História do Brasil e Pequena História do Brasil de Varnhagen-Garcia. Se v. s. estiver de accordo em preparar logo esses dois trabalhos gostaríamos de annuncial-os já. Poderia ser? Além desses dois trabalhos v. s. poderia nos dar uma relação de outros estudos de sua autoria que pudéssemos vir a editar (BN-CRG, 1937).¹⁶

A anotação da *História Geral do Brasil* rendeu grande parte da visibilidade conquistada por Garcia no mercado editorial, que se expandia na década de 1930. Investindo no lançamento de

¹⁶ Carta da Companhia Editora Nacional para Rodolfo Garcia, 4 de maio de 1937, Coleção Rodolfo Garcia (CRG) Documentos avulsos, Biblioteca Nacional do Brasil (BN).

coleções como a Brasileira, privilegiavam-se temas nacionais por meio de obras que buscassem interpretar o passado e a realidade brasileira.¹⁷ Por meio dessa carta da Companhia Editora Nacional Garcia recebeu, além de uma proposta de publicação, a chance de inserir sua produção em uma concepção de autoria oferecida pela editora, a qual atribuiu às anotações um estatuto de obra. No entanto, apenas um dos trabalhos de Garcia usufruiu dessa nova concepção de autoria e integrou a coleção Brasileira, dois anos depois desse convite.

Tratava-se do “trabalho braçal”, como se referiu à atividade de anotar e prefaciar os *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, do padre Fernão Cardim. O domínio de um conjunto amplo de conteúdos a respeito da história do Brasil somado à repetição de uma prática e de um produto específico, que é a escrita das anotações, despertou interesse e inspirou narrativas a respeito de Rodolfo Garcia, repletas de expressões como: “sábio”, “historiador laborioso”, “pesquisador permanente”, “curioso” e “erudito”, produzidas em sua maioria pelos integrantes dos locais de produção do conhecimento nos quais o historiador atuou.

Essas percepções elogiosas com as quais qualificaram o anotador e seu ofício motivaram também lamentações pelo tempo empregado em revisar obras de outros, como as duas seguintes: “Na anotação, no comentário, na retificação – no enriquecimento, enfim – da obra alheia pôs Rodolfo Garcia o melhor de seu saber”, declarou Damasceno (1970: 12).

¹⁷ Para uma análise de alguns projetos editoriais que propunham a publicação de novos conhecimentos a respeito do Brasil, nas décadas de 1930 até 1960 e suas relações com as transformações historiográficas do período, ver: Franzini (2013: 24-45).

Garcia foi descrito como um historiador curioso, capaz de dedicar anos de pesquisa para concluir, por meio das fontes documentais, um quebra-cabeça histórico; como anotador erudito, que soube atrair novos leitores para obras que não mais despertavam curiosidade; também como dono de um vasto conjunto de saberes, mas, no entanto, incapaz de escrever uma obra de conjunto. Talvez essa percepção de seu próprio ofício não o desagradasse, pois quando falou de si ou demonstrou suas concepções tratando dos pares, seu autorretrato sempre pareceu configurá-lo antes como um bom leitor, que partilha da “moderna cultura do comentário”, do que como autor.¹⁸

Destinatário de um “bombardeio” de perguntas

Os primeiros esforços que resultaram na constituição dos cursos universitários de História, na década de 1930, possibilitaram uma importante mudança na produção dessa área. No entanto, as novas formas de se relacionar com o conhecimento histórico e com os que produziam esse saber se configuraram lentamente com e, ao mesmo tempo, ao lado dos chamados homens de letras, autodidatas no conhecimento histórico que necessitavam de determinados requisitos para tornarem-se reconhecidos

¹⁸ François Hartog (2003: 127-129) observou que ao aumentar o cuidado com o texto, através dos métodos filológicos, o conhecimento histórico auxiliou na configuração da chamada “moderna cultura do comentário”. Tal cultura alterou o modo de conceber o ofício e o lugar do historiador, posicionando-o acima de tudo como leitor a serviço do texto do outro. Desse modo, tal historiador moderno se aproximaria mais do comentador, do escritor e compilador do que do autor.

como historiadores. A maneira de conceber a identidade e nomear os que se dedicavam aos estudos históricos no Brasil também ganhou novas possibilidades durante a primeira metade do século XX. Mudanças nas regras desse saber com pretensões de cientificidade abrem caminho para a coexistência da figura antiga do erudito com a do intelectual. A seguir, trataremos de algumas das “encomendas” feitas a Rodolfo Garcia por meio de correspondências enviadas por seus pares, amigos e autoridades estatais durante as décadas de 1930 e 1940. Dentre as “encomendas” que Garcia recebeu por correspondência estão a anotação de textos históricos e a participação em inquéritos com temas relacionados a projetos na área da cultura. Por meio da análise desse material, investigaremos alguns dos papéis atribuídos a ele e a seus pares nesse período no qual se delineava um novo modelo de historiador no Brasil.

Começemos pelas encomendas feitas por Gustavo Capanema. Eram geralmente datilografadas em papel timbrado do Ministério da Educação e Saúde, instituição em que esteve à frente desde 1934 até 1945. Quase os mesmos longos anos que Rodolfo Garcia passou ocupando também um cargo público, porém subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, enquanto diretor da Biblioteca Nacional entre 1932 e 1945. A permanência de Garcia naqueles anos de incerteza nos quais o golpe do Estado Novo foi planejado e executado parece justificar-se tanto pelo conjunto de saberes de “cultura geral” e especialmente da história do Brasil que possuía e dispunha para a edificação da nação, quanto pelas boas relações que procurou manter com os representantes do poder político.

Esse contato, não só auxiliou sua própria estabilidade no serviço público, mas fez com que outros servidores, como Artur César Ferreira Reis (1906-1993), que iniciou um vínculo com o poder em duas vias, pelo trabalho na pasta do Ministério do Trabalho e pelos estudos históricos relacionados ao Amazonas, recorressem ao prestígio de Garcia junto à Capanema. Em carta escrita no ano de 1938, Reis apresenta diversos materiais do Arquivo do Estado do Pará, onde se encontrava provisoriamente por conta do serviço no Ministério do Trabalho, e dispõe das manhãs que tinha livre para enviar cópias de documentos, caso interessassem à Garcia. Após essas gentilezas, Reis conta também com as de Garcia:

Quero pedir-lhe agora sua intervenção em meu favor. Trata-se do seguinte: Abriu-se vaga no Museu Histórico com a opção de Pedro Calmon. Desejava, de acordo com a legislação em vigor, passar do Ministério do Trabalho para o da Educação, indo servir no Museu. Estaria mais à minha vontade. Sei que tem ótimas relações com o Ministro Capanema e com o Gustavo. Poderá obter para seu amigo essa grande mercê (DAMASCENO, 1970: 131).

Entre os anos de 1930 e 1945, ocorrem modificações na forma de recrutar os chamados intelectuais para os cargos públicos. A dependência das relações familiares e pessoais que dava acesso a esses postos na Primeira República começa a ser substituída por outros critérios, como a exigência do diploma universitário acompanhada de determinada especialização na área de atuação.¹⁹ No entanto, como vimos, tal processo se configura

¹⁹ A expansão de um mercado de postos, bem como as mudanças na forma de

lentamente e mesmo com a burocratização dos aparatos estatais, as formas tradicionais de contratações e alterações no quadro de funcionário não deixam de coexistir. Reis chega a distinguir a figura pública e privada quando trata das relações profissionais de Garcia “com o Ministro Capanema” que, no entanto, estendiam um vínculo de amizade “com o Gustavo”. Essa relação íntima que Reis esperou favorecer Garcia na solicitação de mudança ministerial requerida.

Da mesma forma que Garcia, Reis integrou o grupo de funcionários-historiadores, conciliando o serviço público com as pesquisas da história amazônica, temática preponderante em sua vasta produção. Nessa jornada dupla de trabalho, muitos contavam com a viabilização do próprio Estado que promovia a difusão das obras que lhes interessavam. Por meio das letras ambos garantiram seus postos no projeto cultural ambíguo que Gustavo Capanema dirigiu. O ministro combinou a criação de um mecenato estatal para a valorização dos chamados eruditos, ao passo que investiu na substituição dos formalismos da República pela produção de símbolos culturais do Estado Novo (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2001). Assim, Capanema se cercou de nomes ligados a diversas áreas e perspectivas do conhecimento que reconheceu como intelectuais, concedendo-lhes cargos ou mesmo enviando inquéritos, uma de suas práticas recorrentes para obter pareceres a respeito de assuntos que considerava relevantes.

Em novembro de 1936, enviou para Rodolfo Garcia uma circular de interesse da Comissão de Teatro Nacional, que fora

cooptação dos intelectuais é analisada por Sergio Miceli (2001).

criada naquele mesmo ano, indicando o início de um processo de constituição de uma política governamental para o teatro.²⁰ Dentre as principais atribuições da Comissão estava a promoção de estudos a respeito da história da literatura dramática estrangeira e a seleção de obras para a tradução, que ficou a cargo de Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982). A circular enviada a Rodolfo Garcia solicitava a indicação de vinte peças que correspondessem aos seguintes critérios: a) serem obras-primas da literatura; b) terem sentido universal e harmonioso; c) serem capazes de despertar interesse no grande público. Mas, antes de apresentar esse inquérito redigido por Sérgio Buarque, havia uma identificação do grupo a quem se destinava: “Para a escolha dessas obras opina a Comissão de Theatro Nacional que nenhum processo será mais adequado e seguro do que organizar-se um inquérito entre nossos intellectuaes mais autorizados para falar sobre o assumpto”.²¹

Se os destinatários eram os “intellectuaes mais autorizados” para tratar de “teatro universal” o que incluiu Rodolfo Garcia nesse rol? Suas pesquisas dedicadas principalmente à publicação comentada de documentos e anotação de obras de história do Brasil Colônia, pouco ou nada trataram de teatro. A dificuldade na demarcação de fronteiras entre as áreas do conhecimento que participavam de um projeto de constituição da “cultura brasileira” no período e a insipiência do teatro enquanto área do conhecimento no Brasil são algumas possibilidades, que, no

²⁰ Para uma análise dos esforços em constituir uma política oficial para o teatro brasileiro, ver: Camargo (2011).

²¹ Carta de Gustavo Capanema para Rodolfo Garcia, 25 de novembro de 1936, Coleção Rodolfo Garcia (CRG) Documentos avulsos, Biblioteca Nacional do Brasil (BN).

entanto, valeriam para a escolha de qualquer outro. O acesso privilegiado à literatura dramática estrangeira enquanto diretor da BN provavelmente foi definidor na inclusão de Garcia entre os capacitados para tratar do teatro universal, mas também esse cargo devia-se ao reconhecimento que adquirira como historiador erudito. Nessa condição, Garcia ganhou autoridade para também definir quem era erudito. Afonso d'Escregnonle Taunay é um dos que escreve para Garcia com intuito de sanar uma dúvida nesse sentido: “O que o senhor sabe a respeito de Frei João de Arronches? Seria realmente um erudito?” (DAMASCENO, 1970: 131) A pergunta de Taunay vinda por carta datada de 23 de abril de 1938, nos provoca dúvidas mais amplas: De que maneira se tornava um erudito no Brasil, naquele período? Que atividades os chamados eruditos desenvolviam?

Erudito, foi um dos termos utilizados entre os homens de letras brasileiros nas primeiras décadas do século XX para referir-se a um sujeito dotado de vastas informações, que, de modo geral, circulava por diversas áreas do conhecimento, em seus principais locais de produção, e possuía formação autodidata ou em área diferente daquela a que se dedicava: as humanidades. Pode-se considerar ainda o domínio da linguagem literária e o interesse pelo estudo da Antiguidade ou do que se relaciona ao antigo como uma de suas marcas.²² Tal atenção ao antigo é associada também a figura do antiquário. Esse “perfil” do erudito anterior ao século XIX, que se dedicava à Antiguidade Greco-romana, foi constituído de autoridade no estudo do passado por venerar peças originais como cartas, selos, brasões, e voltar-se ao estudo

²² A respeito da passagem da figura do erudito para o intelectual, ver: Albuquerque Júnior (2004: 53-72).

de instituições políticas, costumes, religiões, invenções e línguas caídas em desuso, por exemplo. Para lidar com esses materiais e informações, os antiquários desenvolveram métodos críticos de pesquisa visando a obter um conhecimento sistemático, situar essas peças cronologicamente e praticar a exegese documental, acumulando, deste modo, um vasto saber pautado em detalhes (MOMIGLIANO, 2004; GRAFTON, s.d: 109-135). Portanto, é possível relacionarmos a prática de pesquisa dos antiquários com a conformação do método de crítica documental que fundamenta a historiografia moderna, especialmente no que se refere às fontes como via de comprovação de um passado, talvez não tão longínquo para o antiquário como para o historiador moderno.

Mas qual a percepção dos que concebiam o conhecimento histórico a partir de suas variedades modernas, instauradas desde fins do século XVIII, a respeito da maneira que os antiquários lidavam com o passado? Os antiquários pareciam ter uma experiência específica com o passado, pois os materiais investigados por eles não significavam apenas meios de chegar à verdade dos fatos pretéritos, mas continham uma espécie de passado perpetuado, estabelecendo assim uma forte relação de continuidade com o presente. Já no regime historiográfico moderno a história é entendida como processo no qual o tempo se move para um fim, então o futuro ganha mais espaço no presente que o passado. Nesse sentido, Arnaldo Momigliano (2004: 85) aponta que o antiquário era visto pelos modernos como: “aquele que se interessa pelo passado sem se interessar pela história”.

Para além de certo desdém, essa nova experiência de tempo, em que passado e presente são articulados em função

do futuro, rendeu um novo estatuto à tradição e às práticas eruditas. A importância que foi atribuída por países europeus ao conhecimento do passado, em busca de avaliar o presente e projetar o futuro visando ao progresso, impulsionou um novo interesse pelas “antiguidades nacionais” no campo da história e a incorporação de técnicas eruditas como a exegese documental, bem como uma aproximação das chamadas ciências auxiliares, dentre elas a filologia, arqueologia e cronologia, fazendo com que alguns dos saberes dos chamados antiquários fossem utilizados na produção do conhecimento histórico (GUIMARÃES, 2000).

Diversos usos do passado na formulação de projetos, com vistas ao futuro e à conformação de uma identidade nacional, também foram constantes na historiografia brasileira e aumentaram a busca de fontes desde o século XIX. Mesmo que não tenha sido nomeado antiquário e que suas aspirações em relação aos vestígios do passado tenham lhe dado o *status* de historiador, Rodolfo Garcia figurou entre os conhecedores de um suporte de “antiguidade nacional” privilegiado pelos que se dedicavam à escrita da história do Brasil: o documento escrito. No entanto, seu interesse pelos vestígios do passado centralizado nos suportes textuais não se reduziu a eles. Em algumas das incumbências recebidas por correspondência, percebe-se que a experiência obtida enquanto diretor da Biblioteca Nacional é que o tornou habilitado, por seus contemporâneos, a desenvolver algumas atividades próximas do chamado antiquário. Vejamos esse pedido de Antonio da Silva Ferreira Costa:

Possuo varios livros com data bastante antiga e de vários autores, e entre eles existe um que aqui não apareceu

quem pudesse decifrar o ano da edição. E são como segue: Primeiro: Um dicionário encyclopedico, (2 volumes), por D. Jose Maria de Almeida Correa de Lacerda, Quinta edição, ano 1878. Segundo: A Biblia Sagrada, “O Velho e Novo Testamento”, tradução do Padre Antonio Pereira de Figueiredo, ano 1852. Terceiro: Biblia (em latim) ano de –M.D> LXIII. Quarto: Arte poética de Q. Horacio Placo. Escrita em latim e português por Candido Luzitano, ano D.CC.LVIII. Quinto: Intitucione de Verborum significatione et Regulis Juris [...]. Junto Remeto fotografias para melhor avaliar. Éra todo meu desejo que V. Ex^a me elucidasse do valor desses livros inclusive o material de cada um. Tambem possuo um bronze estilo Romano do qual junto também uma fotografia, assim como de Cristo, tambem em bronze conforme fotografia e obra de Teixeira Lopes, português. Para esses também pedia a V. Ex^a bondade de vossas referencias (BN-CRG, 1945).

Além de avaliar obras, Costa confiou também a Garcia a análise de materiais iconográficos, ampliando a aposta em seu conhecimento de tipologias textuais para outros suportes. Sem uma política nacional orientadora na qualificação de acervos, os critérios de raridade que agregam valor simbólico e monetário às obras também variavam em cada instituição naquele tempo. No entanto, a Biblioteca Nacional tornara-se referência nesse sentido desde o século XIX. Na atribuição de valor às obras, diversos elementos eram tomados como parâmetro, dentre eles a autoria, o período da impressão, existência de comentários ou dedicatória do autor, qualidade do papel, da encadernação e tipo de edição: especiais, clandestinas, censuradas, esgotadas ou com tiragem reduzida, etc.. Mesmo partindo de alguns parâmetros, essa atividade requeria um elemento importante também para o antiquário: a experiência obtida pela prática de adquirir materiais

nos quais se identificava “valor” cultural e histórico. Se por um lado, essas “consultorias” exigiam de Garcia esforços análogos àqueles realizados na ampliação dos acervos da BN e do MHN em que também ocupou o cargo de diretor no ano de 1932, por outro, avaliar materiais que compunham um acervo iconográfico e bibliográfico em diálogo com a museologia e biblioteconomia, saberes dos quais Garcia participou da institucionalização no Brasil, durante a década de 1930, eram atividades diferentes de emitir parecer a respeito de materiais isolados, pois o valor de um acervo era estimado pela configuração do todo que os materiais compunham. Essa visão de conjunto não foi exercida por Rodolfo Garcia apenas no que se refere ao acervo da BN e do MHN:

Meu Prezado Rodolpho Garcia: Há tempos dirigi-lhe dois cartões de visita numerados, no mesmo envelope, solicitando a sua opinião sobre a classificação, em importância, de algumas brasileiras, públicas e particulares, que existiram e ainda existem no Brasil. Tendo examinado algumas dellas mais de perto do que eu, encontra-se você nas condições de me fornecer tal subsídio, ou informação autorizada, para firmar meu conceito, em ligeiro estudo comparativo, produzido por mim. Perguntava-lhe eu, mais ou menos, qual a ordem de valor ou supremacia, que deveriam ser collocadas as seguintes collecções: 1) a da Bibliotheca Nacional, havida pela primeira do Brasil e do Mundo; 2) a do Instituto Histórico Brasileiro; 3) o antigo acervo, monographicamente catalogado pelo Dr. José Carlos Rodrigues e hoje incorporado á Bibliotheca Nacional; 4) a reunião dos livros do assumptos, contidos no Itamaraty; 5) a Bibliotheca que pertenceu Alberto Lamego, a que foi vendida, á municipalidade de São Paulo, pela viúva Felix Pacheco (BN-CRG, 1937).

Rodolfo Garcia provavelmente atribuiu ao acervo da instituição que dirigia a primeira colocação na resposta dada a Eurico de Góes, diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo por muitos anos. Mas o que interessa percebermos, para além do parecer de Garcia que não encontramos, é o valor simbólico atribuído às “brasilianas” e sua relação com o conhecimento histórico.

Em meio à ânsia pelo “moderno”, que acelerou as transformações presenciadas pelos letrados desde o início do século XX, nos modos de vida, no espaço público ou mesmo nas profissões, as coleções abrigadas em prédios como o da BN e o Palácio do Itamaraty, que misturavam estilos neoclássicos, pareciam estar em direção oposta à novidade.²³ No entanto, essas “antiguidades” as quais tais materiais e espaços remetiam não eram entulhos, mas preciosidades. Tinham função fundamental na construção de um Brasil civilizado, que deveria compartilhar da valorização às letras, aos moldes dos países europeus. Além disso, sem as “provas” do passado, por meio das quais era possível escrever a história, o futuro não teria seu devido destaque na constituição dessa nação promissora.

A figura de Rodolfo Garcia tornou-se referência para todo tipo de conhecimento dessas “provas” do passado, desde a orientação a respeito do paradeiro de um documento e sua credibilidade até a indicação de profissionais para restaurar manuscritos. Afinal, o diretor de uma BN, incumbido de garantir a conservação de um grande acervo, era um dos poucos que saberia indicar um bom zincógrafo:

²³ A respeito da aceleração das mudanças comportamentais e urbanas entre o fim do século XIX e início do XX, ver: Sevcenko (1998: 513-619).

Meu eminente coetâneo: Mais uma vez lhe bato ao ferrolho com affectuoso importuno. Recorro a sua bondosa assistência para haver um informe que ninguém me sabe fornecer. Preciso de zincografar um manuscrito, mas este se acha com as letras mui apagadas. Indica-me artista capaz de fazer o restauro, com absoluto respeito ao que consta em tal documento? (BN-CRG, 1942).

Nessa carta, enviada por Alfredo Varela, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Rio-grandense, nota-se que, além da restauração do manuscrito, há uma preocupação com a fidelidade ao documento original. Como é sabido, esse aspecto foi fundamental não só para Varela como para Garcia e todos os que compartilhavam de uma concepção moderna da história, na qual o documento deveria ser submetido a procedimentos críticos que comprovassem sua autenticidade. Assim, trabalhar para e na conservação dos documentos era também colaborar para a escrita da história do Brasil em bases sólidas e confiáveis. Tanto na carta de Costa quanto na de Varela, Garcia é solicitado como alguém que possui saberes raros. Costa reclama que não encontrou alguém que pudesse “decifrar” o ano de edição de uma das suas obras. Varela também aponta que ninguém soube fornecer a informação de que precisava. Em tempos de busca pelo “moderno”, termo que permeava as aspirações e ações em diversos âmbitos na primeira metade do século XX, eram poucos os que viam no documento algo além de um registro ultrapassado: a possibilidade de progredir na escrita da história do Brasil. Dentre os letrados dedicados aos estudos históricos, os que se dedicavam a um trabalho mais técnico com os documentos, mapeando coleções documentais e estudando os sistemas de classificação, restauração e conservação desses

materiais, compunham um grupo ainda mais reduzido. Essas práticas, com raízes inclusive no saber antiquário, também ganharam novas formulações com os cursos de Biblioteconomia e de Museus, instituídos com a participação de Garcia na década de 1930, que incluíram os saberes antigos entre as novidades profissionais daquele período de transições.

Como vimos, a descrição de possíveis características do chamado erudito, no Brasil, não nos guiará até essa figura que é multifacetada, mas a análise das atividades de sujeitos considerados como tal pode guiar para alguns desdobramentos do que esse termo significou naquele período, ou mesmo para a utilização simultânea do termo erudito e intelectual, para designar um mesmo perfil. Diante de inquietações tão amplas, retorno para a “caixa de correio” de Rodolfo Garcia, vasculhando as encomendas que Capanema enviou e as motivações dos que se dirigiram a Garcia como erudito ou intelectual.

Dessa vez, encontramos uma oferta de Cr\$10.000,00 como pagamento de uma encomenda já entregue. Trata-se da reedição anotada da *História da República Jesuítica do Paraguai*, de autoria do cônego João Pedro Gay, feita por Rodolfo Garcia a pedido de Capanema. Alfredo Varela, quando soube que Garcia iniciaria esse trabalho, em 1941 lhe escreveu: “Folgo com a notícia de que vai anotar o Gay. Faço idéia das eruditas, suculentas notas que nos promete” (DAMASCENO, 1970: 139). No final do próximo ano, Varela retornou a tratar do assunto, agradecendo o exemplar que considerou grande serviço às letras pátrias: “Facultar-me-ão as consultas às preciosíssimas, eruditíssimas notas com que enriqueceu o livro do padre Gay” (DAMASCENO, 1970: 141). Varela associa a figura de Garcia à erudição pelo elogio às

anotações. Desse modo, sua maneira de produzir o conhecimento histórico é que legitimou sua figura e de muitos dos chamados homens de letras, como eruditos. As anotações foram uma prática constante na produção de Rodolfo Garcia, ao lado da divulgação documental e de uma escrita pautada nos procedimentos metódicos, de acordo com a concepção moderna de história que compartilhou, especialmente, com Capistrano de Abreu com quem anotou a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. No entanto, muitos dos que foram chamados eruditos no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, compartilham de uma nova erudição histórica, diferenciando-se dos antecessores pela busca de uma história científica em que não bastava acumular os vestígios do passado, mas sim submetê-los a procedimentos rigorosos de verificação documental, classificando esses materiais com suposta objetividade e neutralidade.

Foi também pelo trabalho de historiador que Capanema considerou Rodolfo Garcia um intelectual:

De como o ilustre historiador realizou esse trabalho, dí-lo a bela publicação hoje distribuída, em que o original do cônego Gay nos é apresentado com a absoluta fidelidade à edição de 1863, enriquecida por 514 anotações de pé de página e 39 notas complementares. A proficiência do organizador e o esmero posto na tarefa justificam os melhores louvores ao douto intelectual, a quem já os transmiti, em nome de V. Exc (BN-CRG, 1943).

Como vimos, os mesmos tipos de atividades que fundamentaram a constituição da imagem de Rodolfo Garcia enquanto erudito como a elaboração de notas em obras

de história, foram também motivações para Capanema se referir a ele, como intelectual. Para investir em iniciativas de profissionalização e especialização, o ministro envolveu sujeitos que lidavam de diferentes formas com o conhecimento histórico: tanto aqueles que possuíam o saber abrangente e autodidata e produziam grandes sínteses, ou possuíam um conhecimento que se fundamentava pelos dados documentais relativos à história do Brasil, como também com os considerados intérpretes do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Junior, mais próximos à figura do intelectual. Portanto, o termo intelectual se tornou usual no Estado Novo, configurando-se como uma noção abrangente que deu uma roupagem nova aos que representavam a ilustração. Assim, uma só designação abarcou formas diversas de atuação e compreensão dos saberes representados.²⁴

Em meio a essas tensões entre a figura do erudito e do intelectual que se adensaram na década de 1930, Garcia parece adequar-se mais ao perfil do erudito, seja por conhecer minuciosamente um grande número de fontes documentais, dedicando-se ao seu tratamento e divulgação, seja por desempenhar a função de funcionário público e ter os estudos históricos como ofício paralelo, mesmo que as atividades estivessem associadas, ou ainda pela “cara fechada” e conhecimento amplo. No entanto, tais características não o impediram de estabelecer uma troca de

²⁴ Ao investigar quem era abarcado pela definição de historiador, nos anos de 1940, e o que se buscava estabelecer como saber histórico e ofício do historiador, Angela de Castro Gomes (1996) aponta que o próprio perfil do historiador estava em aberto e era objeto de discussões e disputas, seja quanto ao tipo de produção cultural que caracterizava seu ofício ou mesmo em relação às atividades profissionais e sociais que caberiam a um historiador desenvolver.

saberes com os chamados intelectuais, aliás, seu conhecimento factual foi uma das maiores motivações para que nomes como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda “cruzassem” com ele por correspondência. Esses integrantes da chamada tradição ensaística, emergente no Brasil durante a primeira metade do século XX, descentralizaram os aspectos cronológicos e os vários “detalhes” eruditos que constituíam a maioria dos estudos monográficos, para cunhar, cada um com suas especificidades, interpretações do processo histórico nacional a partir de novas maneiras de entender o país e outro estilo de escrita da história.

Mas que contribuições daria Rodolfo Garcia ao trabalho daqueles a quem foi atribuída a instituição das modernas ciências sociais no Brasil? Mesmo sem a pretensão de adentrar à operação historiográfica complexa desses autores, algumas cartas endereçadas a Garcia podem guiar-nos nesse sentido.

Prezado Sr. Rodolfo Garcia: Saudações

Escrevo para pedir-lhe um esclarecimento relativo à nossa história: Trata-se do seguinte: Na devassa a que se procedeu em consequência dos acontecimentos de 21 de abril de 1821 na Praça do Comércio (publicada nos Documentos para a História da Independência – Biblioteca Nacional), figura uma testemunha, José Joaquim da Rocha, que era aliás um dos eleitores. Muito me interessava saber se este é o mesmo que o mais tarde Conselheiro José Joaquim da Rocha, que tamanho papel desempenhou na independência (DAMASCENO, 1970: 145).

A relevância que Caio Prado Jr. deu para a pesquisa solicitada nessa carta datada de 13 de dezembro de 1942, ano

em que publicou a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, parece também uma forma de valorizar a prática e empolgar aquele que foi incumbido dela. Na continuação da carta, o historiador paulista, cuja obra é associada à promoção da nacionalização do marxismo, fez questão de pontuar que a informação requerida ia além de um “pormenor curioso”, característica geralmente atribuída pela história moderna à perspectiva da pesquisa antiquária, considerada restrita ao passado e desvencilhada da história. Se Rodolfo Garcia levantasse informações que confirmassem sua hipótese, elas trariam contribuições para a história da independência, acrescenta o autor, pois o depoimento dado pelo leitor Rocha ganharia novo significado vindo do Conselheiro Rocha.

Essas justificativas dadas por Caio Prado Jr. para sua “encomenda” nos remete a uma definição do ofício de Rodolfo Garcia. Não se tratava “simplesmente” de um erudito, pois as informações que tinha potencial para fornecer vinculavam-se a uma das temáticas fundamentais da historiografia brasileira. Em pouco tempo Garcia tinha a resposta. Um dos Rocha era contador fiscal do Hospital Real Militar e prócer da independência e o outro homônimo cartógrafo e testemunha da Inconfidência Mineira (BN-CRG, s.d.).

Desfazer esse tipo de dúvida exigiam práticas metódicas, como o confronto do mesmo assunto em diversos documentos e a certificação de sua proveniência e sinceridade, além do traquejo adquirido na experiência de lidar com esses materiais de forma imparcial. Também o conhecimento do período histórico e dos personagens em questão que ajudariam a eliminar várias hipóteses até alcançar a resposta verdadeira. Caio

Prado Jr. (1954) também compartilhou de uma sistematização na escrita da história conforme a concepção moderna, mas, enquanto Garcia trabalhou para tornar-se um grande “leitor” de documentos e por essa via metódica preencher lacunas na história, ele desejou compor e compartilhar uma “leitura” do Brasil pautada no materialismo histórico. Nesse sentido, considerou a história como “um presente de nossos dias”, por identificar sucessões dos mesmos ciclos no tempo e espaço, e privilegiou a economia em busca de interpretar a realidade formadora da nacionalidade brasileira. Os métodos para observá-la iam além do gabinete: “é muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos” (PRADO JÚNIOR, 1954: 30).

A viagem enquanto experiência que possibilita encontrar e conhecer foi uma questão que perpassou a historiografia brasileira desde o século XIX.²⁵ Também em Gilberto Freyre, o sentido da viagem ganha destaque. Entre essas idas e vindas, ele enviou de Lisboa, no dia 18 de fevereiro de 1931, a seguinte carta para Garcia:

Ilustre amigo e conterrâneo: Soube pelo meu querido amigo Manuel Bandeira da sua nomeação para Diretor do Museu Histórico. Ótima. Havia o Brasil de escrever sempre tão certo com a mão esquerda... Aqui estou desde os primeiros dias de novembro. Tenho estado

²⁵ Para além do Brasil, o papel da viagem na escrita ocidental é investigado por François Hartog, tendo como fio condutor o esquema narrativo constituído por viajantes, como o famoso Ulisses. Tal experiência é vista como demarcadora de fronteiras, à medida que, na busca contínua de retornar para sua ilha natal guiado pela memória de quem ele é, o personagem da Odisseia delinea, também pelo contato com os outros, os contornos de uma identidade grega (cf. HARTOG, 2004).

sempre com o João Lúcio de Azevedo, que anda doente, mas sempre vivo de espírito. E na Biblioteca Nacional tomei assinatura. Estou agora de partida para os Estados Unidos, passando antes um mês na Espanha, da qual desejo conhecer aspectos do Sul, já tendo atravessando o Norte da outra vez que estive na Europa. Dos Estados Unidos, da Universidade de Stanford, Califórnia, recebi um convite para dar curso de história social do Brasil, na Faculdade de Ciências Sociais. Devo partir a 17 de março para New York. Ficaria muito agradecido se o ilustre amigo enviasse seu trabalho de história, para aquela Universidade. O endereço é: Gilberto Freyre, Department of History, Stanford University, Cal., U.S.A. O mesmo pedido faço, por seu intermédio, ao Dr. Max Fleiuss e outros distintos investigadores [...] (BN-CRG, 1931).

Para demonstrar seu contentamento com a nomeação de Rodolfo Garcia como diretor do MHN, Freyre expressa também uma visão otimista de um Brasil que fazia escolhas certas, mesmo que por acaso. O otimismo, além de adjetivo, funcionou como crítica de pesquisadores da escravidão que discordaram da amistosidade com que Freyre concebia a relação entre senhores e escravos.²⁶ O estilo ensaístico de sua produção, que possibilitava burlar a dicotomia entre poético e científico, também abriu caminhos para interpretações tidas como ousadas. Nesse estilo de história, as viagens de Freyre ganharam, com frequência, um estatuto de autoridade daquele que *viu*, legitimando sua perspectiva a respeito de questões norteadoras de sua produção,

²⁶ Stuart Schwartz (2000) percebe o otimismo como característico da obra de Freyre e explica-o a partir da proximidade do autor com intelectuais norte-americanos e suas convicções de um futuro promissor para seu país.

como a mestiçagem tratada na obra *Casa-grande & senzala* a partir da relação entre raças e culturas.²⁷

O olhar e ouvir do viajante, enquanto investigação para a produção do conhecimento histórico, podem ser vistos como uma forma de inteligibilidade que os antigos legaram aos modernos. Enquanto o ateniense Tucídides privilegiou o que viu para registrar os acontecimentos como um exemplo perpetuado, em Heródoto é especialmente pelo sentido da audição que o narrador investiga os feitos dos homens, atribuindo, assim, marcas de credibilidade para torná-los memoráveis (HARTOG, 1999). Na carta, Freyre afirma que o “desejo de conhecer aspectos do Sul” é que motivou sua viagem para Espanha. Além do prazer da viagem, os relatos a respeito das diversas regiões que visitou e viveu poderiam fazer com que seus leitores também compartilhassem de um “deslocamento” seguro, conduzido pela escrita daquele que conhecia por ter visto.

Foi nas viagens que fez pelos arredores de Stanford, por ocasião do convite para ministrar o curso de história social do Brasil, que uma região entre a Califórnia e Nova Iorque lhe remeteu ao sertão do Brasil e possibilitou o estabelecimento de associações entre a experiência escravocrata brasileira e o chamado *deep South* americano. Tanto o tipo de aristocracia e de casa-grande até o gosto pela cadeira de balanço e pelo jogo foram

²⁷ Fernando Nicolazzi (2008), no capítulo intitulado “Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios” de sua tese de doutorado, trata dos diversos sentidos que a viagem ganhou na escrita do autor, especialmente como experiência utilizada para validar seus registros históricos. Essas viagens possibilitaram o emprego de expressões comprobatórias como “eu conheço”, que segundo Nicolazzi (2008: 237) “funciona de modo similar ao “eu vi” de Heródoto, da maneira como essa marca de enunciação funcionava nas Histórias”.

assuntos em seus textos (NICOLAZZI, 2008: 228). Também, por ocasião do curso ministrado na Universidade de Stanford, é que Freyre pediu para Garcia o envio de seus trabalhos de história e de outros “pesquisadores distintos”, como Max Fleiuss, então secretário perpétuo do IHGB.

Alguns escritos de Garcia já haviam viajado para Nova Iorque antes de Freyre, com Rüdiger Bilden. Esse jovem veio de Eschweiler, na Alemanha, para os Estados Unidos e iniciou o mestrado na Columbia University em 1920, onde estabeleceu contato com o colega Freyre e o professor Franz Boas. Antes de Freyre, Bilden já apontava para um equilíbrio social e fusão de elementos étnicos no Brasil. Suas pesquisas a respeito da “influência da escravidão no desenvolvimento do Brasil”, tema pouco abordado até então, impulsionou sua vinda ao Brasil em 1925, onde permaneceu até abril de 1927.²⁸

Em maio do mesmo ano, escreveu de Nova Iorque para Garcia. Além da saudade do Brasil, das conversas com Garcia e Max Fleiuss e das pesquisas no IHGB, Bilden “ameaça” iniciar naquela carta escrita em inglês, um “bombardeio” de perguntas e pedidos:

Você me enviaria, por gentileza, o número da Revista (84, 1918), que contém o seu artigo “A Capitania de Pernambuco no Governo de José Cesar de Menezes”, o qual eu estou ansioso para ler. Além disso, assim que o livro do Dr. Calógeras estiver disponível no Instituto, me envie uma cópia, preciso muito desse trabalho para a minha escrita. Mostrei seu Glossário de palavras indígenas em Claude d’Abbeville para Professor Franz Boas, Chefe

²⁸ A respeito da trajetória intelectual de Rüdiger Bilden, ver: Burke (2012).

do Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia. Ele estava muito interessado nela e solicita através de mim para enviar-lhe uma cópia, se isso é possível (BN-CRG, 1927).

O texto de Garcia que interessou a Franz Boas, reconhecido como fundador da moderna pesquisa etnográfica nos Estados Unidos, foi, na verdade, uma edição crítica e anotada feita da obra escrita em 1614, pelo frade francês Claude D'Abbeville, a respeito dos tupis do Maranhão; *Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Marignan et terres circonvoisines où est traité des singularitez admirables & des moeurs merveilleuses des indiens habitants de ce pais*. Garcia selecionou palavras e frases da língua Tupi, contidas no livro e formou um Glossário que acompanhou a primeira edição da obra publicada no Brasil, em 1922 (D'ABBEVILLE, 1945). Mas esse não foi o único esforço de Garcia para criar “inventário das palavras”, como definiu o objetivo de seu *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)* (GARCIA, 1913: 638). As pesquisas linguísticas que acompanharam todo seu percurso e merecem estudo específico, filiaram-se a uma matriz que reconhecia os regionalismos como evolução e não deturpação da língua. Por esse viés, o vocabulário regional correspondente às *peculiaridades pernambucanas* era parte de um vocabulário brasileiro, os *brasiléirismos*.

No início de 1931, quando Garcia recebeu o pedido de Freyre, ainda não havia escrito sua *História Política e Administrativa do Brasil*, mas, além do Glossário e do *Diccionario de brasileirismos*, que teve a primeira publicação em 1913, tinha textos avulsos na área de história, etnografia e pequenas biografias publicadas em revistas. Havia participado também na escrita coletiva

do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* com os capítulos “Etnografia Indígena” e “História das Explorações Científicas no Brasil”, além da anotação de importantes obras do período colonial e publicações comentadas de conjuntos documentais. Não sabemos se Freyre utilizou alguns desses materiais no curso de história social do Brasil, mas, na obra publicada dois anos mais tarde, *Casa-grande & senzala*, fez sete referências aos escritos de Garcia, três delas a respeito das notas aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Nesses “monólogos” estabelecidos em uma espécie de “segundo plano” dos textos, as notas de rodapé de Freyre a respeito das anotações de Garcia tinham a função de legitimar e complementar a narrativa.²⁹ Se no texto Freyre (2003: 558) tratava do aumento da produção do açúcar em Pernambuco no início do século XVII, Garcia informava a quantidade de engenhos na nota. A respeito das superstições e medos de animais monstruosos entre os chamados “selvagens”, o comentário de Garcia traz exemplos contando do agouro atribuído ao canto da peitica,³⁰ um tipo de pássaro que, segundo ele, permanecia temido por seus contemporâneos nos Estados do Norte (FREYRE, 2003: 250). Mas a prática de esclarecer a quais pessoas correspondiam os nomes e apelidos

²⁹ A respeito da função das notas de rodapé na historiografia ocidental moderna desde o século XVII até o XX, ver: Grafton (1998).

³⁰ As descrições fantásticas da fauna brasileira pelos viajantes europeus que percorreram o Brasil desde o século XVI despertaram interesse nos letrados brasileiros das primeiras décadas do século XX e certo compromisso em oferecer percepções verdadeiramente nacionais. Monstros e monstregos do Brasil e Zoologia fantástica do Brasil, ambos de autoria de Afonso d’Escragnolle Taunay, são algumas das obras que tomaram essas narrativas como fonte, e com uma ironia cômica buscaram identificar invenções fantasiosas a respeito da fauna brasileira e retificá-las.

mencionados em documentos parece estar entre as atividades que os chamados intérpretes do Brasil da década de 1930 mais delegaram à Garcia. O nome de Garcia foi citado por Freyre (2003: 264) para confirmar a hipótese de que Mangue La Bote correspondia ao conhecido capitão-mor Baltasar de Aragão, falecido no mar. Esse mesmo tipo de investigação Caio Prado Jr. pediu na carta, em relação a José Joaquim da Rocha.

Constituir um estilo de escrita diferente das monografias predominantes até então, não significava ignorar a necessidade de investigar e dar a conhecer a credibilidade dos dados, mas talvez ampliar as modalidades dessa verificação, delegando a confirmação e retificação de informações documentais aos que tinham maior domínio da prática do método crítico, enquanto buscava-se interpretar a realidade, que já não era suficientemente inteligível pelas fontes escritas e oficiais do passado, pois reclamava por uma investigação mais atenta ao presente, em diálogo com os métodos das Ciências Sociais.

Também para Rüdiger Bilden, Garcia era o modelo de historiador com tirocínio metodológico, e, no entanto, pouco reconhecido por suas atividades, o que demonstrava o atraso cultural do Brasil e sua incapacidade de valorizar as realizações científicas dos próprios brasileiros. Segundo ele, Garcia era uma “figura um tanto patética, vivendo em relativa pobreza e num meio superficial, não tendo oportunidade de viajar ou debater com seus iguais” (BILDEN apud BURKE, 2012: 169). Mas talvez era nas conversas que tinha em seu gabinete da BN que Garcia sentia-se a vontade para “debater com seus iguais”. Costumava viajar sim, para pesquisar o passado nos documentos, não sem antes certificar-se que o “trajeto” era seguro. Essas viagens de

gabinete, próprias da história erudita, eram insuficientes para ensaístas que buscavam apreender a experiência histórica do povo como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre.

Estas várias possibilidades que o período ofereceu para inventariar o Brasil e escrever sua história, guardavam um compromisso comum com a especialização dessa área do saber e com a promoção de um status de profissão, seja por meio dos resultados de pesquisa que testavam os limites das regras estabelecidas até então, ou mesmo pelos esforços, como os de Rodolfo Garcia, para reafirmá-las. Para esse letrado que se tornou referência e incorporou as características do chamado erudito, a especialização da história vinculava-se a especialização de outras áreas que tinha o papel de reunir, conservar e classificar a matéria-prima do historiador. Com esse ímpeto, colaborou na constituição dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia que analisaremos a seguir, atentando-nos para a maneira Rodolfo Garcia concebeu essas formações e para as relações que estabeleceram com o conhecimento histórico.

Eruditos-guardiões: a constituição dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia

As diversas áreas do conhecimento que utilizam acervos possuem expectativas e práticas peculiares em relação a eles, que se modificam no tempo juntamente com a maneira de conceber o próprio ofício. Neste capítulo, tratarei da dedicação de Rodolfo Garcia aos acervos bibliográficos e museológicos e da

constituição de um saber especializado para o trabalho com esses materiais por meio do Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional (BN), e do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional (MHN), durante as primeiras décadas do século XX.

Considerado como portador de um saber polivalente, característica dos chamados eruditos, os esforços de Rodolfo Garcia na formação de especialistas para o trabalho com acervos poderiam parecer contraditórios, se não estivesse situado nas décadas de 1930 e 1940, período em que muitos dos eruditos e letrados diletantes asseguraram ou mesmo conquistaram vagas no mercado de trabalho pondo seus conhecimentos abrangentes, e frequentemente autodidatas nas áreas nas quais atuaram, a serviço de cursos e graduações planejados em uma nova perspectiva do conhecimento que buscava promover a especialização de cada domínio. Rodolfo Garcia figurou entre esses eruditos dedicados à formação de especialistas, e a partir do Estado Novo passam a ser designados com mais frequência, especialmente pelos integrantes do poder público, como intelectuais. A maior recorrência do termo naquele momento expressa a necessidade de renovar a figura daqueles que representavam a ilustração brasileira, mas também as táticas desses letrados para permanecer em seus cargos de confiança enquanto administradores da cultura, naquele período no qual novas carreiras técnicas, como técnicos de educação, cientistas sociais, estatísticos, etc., se dispunham a colaborar com a política cultural do regime Vargas (MICELI, 2001).

Diante disso, a necessidade de especialização para a atuação profissional não se restringe, nessa pesquisa, a uma constatação de Rodolfo Garcia, mas torna-se uma problemática que envolve

atores sociais com diversas formas de atuação e compreensão dos saberes que representavam. Pensar a respeito do momento da instituição desses cursos para formar técnicos especialistas no trabalho com acervos remete-nos às seguintes interrogações: Quais os saberes acionados e as condições para a constituição desses “novos” saberes? Para os letrados daquela época, o que é ser especialista?

Nas decisões e escolhas que competem ao diretor de um acervo, como a disposição e organização dos documentos ou a aquisição de novas peças, assim como a disponibilização de determinada formação aos funcionários, é possível perceber como se concebem os saberes envolvidos e a função da instituição. A fundação do MHN pelo Presidente Epitácio Pessoa, aprovada pelo Decreto Nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, compõe a construção de um Brasil com as marcas da civilização europeia, graças à presença e à tradição portuguesa. Naquele ano, no conjunto arquitetônico designado para alojar o Palácio das Grandes Indústrias ocorreu uma restauração com objetivo de prepará-lo para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, nesse mesmo espaço por indicação de Gustavo Barroso instalou-se meses depois o MHN. Também a BN, símbolo de ilustração, inseriu-se desde sua fundação, em 1810, entre as instituições comprometidas em forjar uma identidade nacional, processo que durante as primeiras décadas do século XX abarcou propostas de diferentes vertentes.

Na década de 1930, o governo aumentou sua atuação em diversos setores voltados para a cultura, concebendo-os como elemento essencial para constituição da nacionalidade e legitimação do regime (OLIVEIRA 2001) Com esse ensejo,

foram instituídos vários órgãos.³¹ O primeiro deles, voltado para proteção ao patrimônio histórico, foi a Inspetoria dos Monumentos Históricos Nacionais que inicia em 1934, ligada à estrutura do Museu Histórico Nacional sob a direção do historiador cearense Gustavo Barroso, destinada a restauração de monumentos de Ouro Preto. Em 1937, as atividades da Inspetoria foram encerradas e criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Essas novas configurações que ocorreram nas áreas da cultura compunham um projeto amplo de mudanças no país, que, no entanto, seguiam perspectivas variadas, compreendidas por alguns estudos como “Modernização conservadora”. Conforme Schwartzman, Bomeny e Costa (2001), tal processo combinou elementos de modernidade e racionalidade com um poder centralizador que levou à substituição de uma elite política mais tradicional por outra de formação e faixa etária mais jovem. Esta elite vislumbrou possibilidades favoráveis ao compartilhar os posicionamentos do novo regime, mesmo percebendo suas limitações.

Muitos estudos associaram os que se dedicaram para atividades voltadas à preservação do patrimônio, na década de 1930, as concepções do chamado Modernismo.³² Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho desses intelectuais vinculados aos órgãos do Estado Novo na constituição de uma nova identidade

³¹ Destacamos entre os órgãos criados com foco cultural o Instituto Nacional do Livro (INL), dirigido por Augusto Meyer; o Serviço Nacional do Teatro (SNT), por Thiers Martins Moreira e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince), por Roquete-Pinto.

³² Para isso, ver: Guedes (2000) e Cavalcanti (2000).

nacional, opondo-se aos formalismos da cultura ilustrada e defendendo que os elementos escolhidos para representar a nação deveriam ser autênticos, não pautados em tendências europeias. Entre eles são elencados Rodrigo de Melo Franco Andrade e Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de 1934 e 1945, a quem esteve subordinada a administração da BN durante a maior parte da gestão de Rodolfo Garcia (1932-1945). Desse modo, observam-se variações na maneira de conceber e exercer as atividades relacionadas à cultura e patrimônio no Modernismo e fora dele, nesse período.³³

Rodolfo Garcia figurava entre os letrados ligados à tradição do passado em um país que se queria novo. Conhecedor de acervos por todo o país, dedicou-se ao estudo e organização desses espaços e aos estudos históricos, concebendo a história do Brasil em uma cronologia centrada na tradição portuguesa e na eleição de grandes personagens que representariam a polidez da aristocracia brasileira e se tornariam exemplos de dedicação à nação. Destoando das principais vertentes do Modernismo que definiram concepções de patrimônio cultural do país e ocuparam cargos de chefia nos órgãos criados nas décadas de 1930 e 1940, Rodolfo Garcia, se dedicou ao trabalho com acervos enquanto diretor da BN e do MHN, instituições culturais tidas como tradicionais. Mesmo não se tratando de instituições criadas

³³ Ao investigar as narrativas a respeito do Modernismo e seus usos na historiografia brasileira, Monica Velloso observa que foi concebido frequentemente como movimento hegemônico e vinculado diretamente às vanguardas paulistas. Compreendendo o movimento como resultado de um processo histórico em uma dinâmica que combinou diferentes tradições, espaços e autores, Velloso propõe a utilização do termo Modernismos, enfatizando sua pluralidade e amenizando sua carga semântica (cf. VELLOSO, 2010).

pelo Estado Novo, mantê-las era interessante, considerando e ressonância já alcançada por elas no que se refere ao desenvolvimento da cultura nacional.

Nesta capítulo, composto por três partes, investigaremos os fundamentos do trabalho de Rodolfo Garcia com acervos, essencial para a compreensão da concepção de história desse autor. Concomitante a isso, trataremos dos saberes acionados na constituição dos cursos de Biblioteconomia e de Museologia, os quais tiveram início nessas instituições culturais em um período em que as universidades estavam em processo de ampliação e consolidação como lugar privilegiado de construção do conhecimento.

Para tanto, analisaremos inicialmente os argumentos de Rodolfo Garcia na criação do Curso de Museu e a função atribuída ao curso, tendo como fonte o relatório anual da instituição e o texto de sua aula inaugural, respectivamente. Ainda nessa primeira parte do capítulo, intitulada *Justificativa e constituição da formação de profissionais para os acervos*, faremos uma análise preliminar das disciplinas constituintes de ambos os cursos e a relação que estabeleceram com o conhecimento histórico. O quadro de disciplinas dos cursos não deve ser considerado como escolha apenas do diretor, no entanto, tal análise contribui para compreensão do modo de conceber o trabalho com acervos, à medida que, nessa junção de saberes, podem-se vislumbrar elementos a respeito da formação desejada, além do perfil de bibliotecários e museólogos buscados pelas instituições que Rodolfo Garcia dirigiu.

A investigação quanto ao delineamento do bibliotecário que se queria forjar e das aproximações com o perfil “erudito-

guardião”, será aprofundada na segunda parte do capítulo: *A Biblioteca Nacional como lugar de profissionalização e profissão*, no qual trataremos também da formação e atuação dos docentes, tendo como fonte principal os relatórios anuais da administração da BN, escritos por Rodolfo Garcia.

Assim, nesse capítulo, constitui desafio compreender algumas das regras de produção do conhecimento em dois pontos específicos: na escrita de Rodolfo Garcia e na configuração de saberes especializados para o trabalho com acervos nessas instituições culturais, onde tais saberes eram, até então, considerados como ciências auxiliares da história.

Justificativa e constituição da formação de profissionais para os acervos

No relatório anual do MHN, em meio à prestação de contas e a descrição das atividades desenvolvidas pela instituição em 1931, Rodolfo Garcia fez um pedido que mudou a rotina de diversos funcionários da instituição e as relações com o acervo em vários âmbitos:

Duas sugestões, Sr.Ministro, cabem aqui, como proposta que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao “Curso de Museus”. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos, de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso

de Museus” habilitará esta repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá a administração, os funcionários que necessitar para o serviço deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais. A outra proposta é a de uma Inspetoria de Monumentos (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 2002).

Assim, Rodolfo Garcia oficializou a proposta do Curso de Museus, apresentando-a ao Sr. Francisco Campos, então ministro da Educação e Saúde Pública. Nessa ocasião, ofereceu uma justificativa comum para a criação dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia, os objetivos “de ordem técnica”. Enfatizar a necessidade de disponibilizar o conhecimento técnico aos conservadores e bibliotecários, talvez, tenha sido considerada por Garcia a forma mais convincente de inserir a sua proposta nas políticas de cientificização do governo. Porém, no conjunto dessa primeira sugestão feita ao Ministro, a demanda que justifica a proposta não é apenas pragmática, mas sim voltada para supostas necessidades técnicas da instituição, pois apresenta o Curso de Museus como oportunidade, tanto para atender às exigências administrativas quanto para garantir o acesso à cultura, enfatizando a dimensão educacional do MHN. A sugestão de criação do Curso de Museus ao ministro foi acatada rapidamente, conforme o decreto de criação do Curso Técnico de Museus nº 21.129, de 7 de março de 1932. A outra proposta, que visava à criação de uma Inspetoria de Monumentos voltada para a implementação de políticas preservacionistas de patrimônio, foi implantada três anos depois, na segunda gestão de Gustavo Barroso no MHN.³⁴

³⁴ As atividades da Inspetoria de Monumentos Nacionais são compreendidas por

O Curso de Museus iniciou vinculado à Direção do MHN, com a duração de dois anos e o objetivo de habilitar técnicos para ocupar o cargo de 3º Oficial da instituição. Até então, os funcionários responsáveis pela conservação de acervos não contavam com uma formação específica e, para ingressarem na instituição, precisavam ser indicados por pessoas próximas ao diretor.

Na abertura do Curso de Museus, Garcia retomou alguns argumentos apresentados a Francisco Campos a respeito da necessidade de especialização profissional e da dimensão cultural que o curso contemplaria e acrescentou outros elementos sobre a trajetória e os encargos atribuídos ao curso:

Ao declarar aberto o Curso de Museus, antes de outras considerações, devo encarecer o ato do governo, que o instituiu. Esse ato, se por um lado consulta aos altos propósitos da administração, de desenvolver a cultura nacional, ampliando a obra de educação que compete à Universidade do Rio de Janeiro, nos termos recentes da lei que a organizou, por outro atende à necessidade de dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação.

Nos tempos modernos, quer nas profissões ditas liberais, quer no campo científico, a especialização se torna cada vez mais necessária, cada vez mais exigida pelas condições da sociedade, sobretudo se se atender ao formidável acúmulo dos conhecimentos em todos os setores da atividade humana.

O decreto que criou em 1922 o Museu Histórico Nacional, instituiu o curso técnico, comum à Biblioteca, ao Arquivo

Aline Montenegro Magalhães (2004), como produto de uma prática colecionista que busca legitimar a escrita da história, nas salas do MHN.

e ao Museu; mas essa criação, por motivos independentes da vontade dos dirigentes desses estabelecimentos, não teve realização prática. Assim, restaurado o Curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional, a diretoria do Museu achou-se na obrigação de pleitear para êle o curso que hoje vamos inaugurar (GARCIA, 1956).

Rodolfo Garcia valeu-se da experiência positiva da reabertura do curso de Biblioteconomia, que ocorreu também em 1932, para fundamentar a proposta do Curso de Museus e, em sua inauguração, demonstrou o compromisso em estabelecer uma colaboração mútua entre três instituições que têm como elemento transversal a preservação e o acesso aos acervos: o MHN, a BN e o Arquivo Nacional.

Houve também um esforço de Garcia em inscrever o Curso de Museus em um caráter de extensão da Universidade do Rio de Janeiro.³⁵ Naquele período, ocorreu a ascensão da Universidade brasileira e a institucionalização de novos cursos; portanto, para ele, cabia ao Curso de Museus, que se iniciava fora dela, demonstrar-se vinculado ao seu projeto. Nesse caso, o projeto comum da Universidade e do Curso de Museus, destacado por Garcia, era o desenvolvimento da cultura nacional, atitude que,

³⁵ A Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, foi reorganizada em 1937 e passou a chamar Universidade de Brasil (UB). Em 1965 recebeu o nome atual, Universidade Federal do Rio de Janeiro. A institucionalização do ensino superior de História iniciou, juntamente com a Geografia, em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Marieta de Moraes Ferreira investiga a trajetória do segundo curso de História criado no país, e m 1935 no Rio de Janeiro, pela Universidade do Distrito federal (UDF). A autora analisa, dentre outros aspectos, a formação dos docentes e as grades curriculares dos cursos. Após a extinção da UDF, em 1939, foi estruturado nesse mesmo ano, o Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, também analisado pela autora (FERREIRA, 2013).

no século anterior, foi atribuída e financiada pelo governo, por meio de instituições como o IHGB, ABL, BN e MHN, principais locais de produção do conhecimento histórico até a criação das Universidades na década de 1930.

O avanço da cultura que a abertura da especialização promoveria também foi destaque na carta recebida do amigo Afonso de Taunay, por meio da qual parabenizou Garcia pela iniciativa:

Tenho em mãos o vosso attencioso ofício de 11 de abril ultimo e dele tomo conhecimento, felicitando vos pela excelente iniciativa de abertura do curso de especialização cujo programa excellentemente certamente será preenchido com o maior brilho e proveito para nossa cultura (ESCRAIGNOLLE, 1932).³⁶

Quando Garcia menciona os “termos recentes da lei” que organizaram a Universidade do Rio de Janeiro, certamente faz referência à Reforma Francisco Campos.³⁷ No decreto de promulgação do *Estatuto das Universidades brasileiras*, o ministro enfatizou que a função da universidade transcende à didática, contemplando também “preocupações de pura ciência” e “cultura desinteressada”. Nesse decreto, foram estabelecidos

³⁶ Carta de Afonso d’Escragnolle Taunay para Rodolfo Garcia, 02 de maio de 1932. Fundo Museu Paulista/Arquivo Permanente Museu Paulista (3ª entrada), Pasta 295.

³⁷ “Reforma Francisco Campos” foi denominado o programa de reformas na educação, que iniciou com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, para o qual Campos foi nomeado ministro. Dentre os decretos que implantaram essas medidas no governo provisório de Getúlio Vargas, destacamos aqueles datados de 11 de abril de 1931, em que foi criado o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850/31); promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31); e dispõe a respeito da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº. 19.852/31) (cf. FÁVERO, 2006: 17-36).

dois objetivos para a universidade: “equipar tecnicamente as elites profissionais do país” e proporcionar um ambiente adequado “às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura” (CAMPOS, 1931: 4).

O mesmo decreto que previu a conciliação da pesquisa, formação cultural e profissional, compreendeu o ensino e a pesquisa de maneira dissociada. A Universidade de Medicina, Engenharia e Direito seria destinada à formação profissional das elites, enquanto à Universidade de Educação, Ciências e Letras, que não chegou a ser fundada, caberia a cultura “desinteressada”, que teria como função formar professores. A extensão universitária também foi destacada no decreto como forma de ampliar as atividades universitárias, elevando o nível da cultura geral do povo. No entanto, o seu contato social estaria restrito à oferta de cursos.

Desse modo, os cuidados para manter o equilíbrio entre os posicionamentos opostos, declarados por Campos, expressavam a incoerência de seu projeto, que oscilou entre as propostas de renovação da educação, na perspectiva da Escola Nova, e a permanência de posturas vinculadas à Igreja Católica (cf. FAVERO, 2000: 29-77; FERREIRA, 2013). Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2013: 20), a disputa entre esses dois maiores grupos vinculados à educação “centrou-se inicialmente em torno das questões da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e do papel da religião na nova política educacional. Mas seus efeitos se fariam sentir por toda a década de 1930”.

Na relação do Curso de Museus com a Universidade, podemos identificar um movimento inverso quanto ao que

prevê a Reforma, pois, considerá-lo como curso técnico de extensão universitária seria também um esforço de centralizar, nesse espaço, iniciativas que não se configuraram a partir da Universidade, tendo em vista as condições de criação dos Cursos de Museus e Biblioteconomia, não apenas sediados pelo MHN e BN, mas dependentes das instituições também no que se refere aos elementos essenciais da configuração dos cursos: a composição do corpo docente e a determinação dos conteúdos.³⁸

Cabe ressaltar ainda que os cursos tornaram-se efetivos devido à combinação de vários fatores, dentre eles, o interesse dos funcionários do MHN, que compunham o corpo docente do Curso de Museus, e dos diretores das seções da BN, que lecionavam no Curso de Biblioteconomia, bem como os projetos do governo de Getúlio Vargas para consolidar uma identidade nacional (cf. GOMES, 1996), que tinham como fundamento a constituição de um passado comum. Nesse sentido, diversos foram os usos do conhecimento histórico no período, encontrados em projetos que promoviam a cultura nacional.

Enquanto diretor do MHN e da BN, no início da década de 1930, Rodolfo Garcia, como vimos anteriormente, encaminhou as propostas de criação do Curso de Museus e da reativação do Curso de Biblioteconomia, mas, no entanto, houve planejamentos semelhantes anteriores no MHN, durante a gestão de Gustavo Barroso, e na BN, durante a direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva, quando foi criado o curso, em 1911, cujas atividades foram encerradas em 1922.³⁹ Muito do trabalho desses diretores

³⁸ A respeito do planejamento curricular no ensino de Biblioteconomia no Brasil ver: Castro (2007: 35-47).

³⁹ O Curso de Biblioteconomia, criado em 11 de julho de 1911, através do decreto

foi incorporado nos cursos efetivados posteriormente. Rodolfo Garcia recordou, na abertura do Curso de Museus, citada acima, a tentativa, nesse mesmo ano, de instituir um curso único, destinado à formação dos funcionários da BN, do MHN e do Arquivo Nacional (AN).

Apesar da falta de êxito do curso que pretendia formar oficiais, como eram denominados os bibliotecários, até então, admitidos por concurso, para o MHN, e os amanuenses,⁴⁰ para a BN e AN, a iniciativa de sistematização de um ensino integrado foi expressiva pelo modo com que concebeu tal capacitação. Tratava-se de uma forma de especialização do conhecimento que, no entanto, não requeria uma departamentalização rígida, até mesmo porque estava ainda sendo forjada. Essa característica foi percebida mais acentuadamente na escolha das disciplinas que compuseram o Curso de Museus do que nas do Curso de Biblioteconomia:

8.835, inicia suas atividades três anos depois, em 1915. Dentre os motivos desse atraso elencados nos relatórios anuais da instituição, está a indisponibilidade de alguns diretores das seções que ministrariam as aulas, por falta de preparo e a ausência de inscritos para o curso, motivo este, pelo qual o curso foi extinto em 1922. Essas dificuldades com a implementação e andamento do curso, são compreensíveis, considerando que no período, não havia se constituído tal demanda, tanto pela pouca visibilidade da profissão, quanto pela possibilidade de ocupar o cargo de bibliotecário por concurso, sem a exigência do diploma (cf. BIBLIOTECA NACIONAL, 1911, 1913, 1915, 1921, 1933).

⁴⁰ Iuri A. Lapa e Silva (2008: 18-19) define amanuenses como “os encarregados de todo tipo de trabalho biblioteconômico e arquivístico – organização de acervos e sua catalogação -, mas também exerciam funções de secretariado, copiando ofícios e afins, e de atendimento aos usuários. Um cargo típico dentro do funcionalismo público de então, o amanuense acabou sendo identificado como o protótipo de burocrata”.

Quadro 1 - Disciplinas que compuseram o Curso de Museus do que nas do Curso de Biblioteconomia

Cadeiras do Curso de Museus (Museu Histórico Nacional)	Cadeiras do Curso de Biblioteconomia (Biblioteca Nacional)
1º ANO – 1932	1º ANO - 1932
História Política e Administrativa do Brasil	Bibliografia
Numismática (parte geral)	Paleografia e Diplomática
História da Arte (especialmente do Brasil)	
2º ANO – 1933	2º ANO - 1933
História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)	Iconografia
Numismática (brasileira) e sigilografia	
Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	História da Literatura (aplicada à Bibliografia)

Fonte: Decreto N. 21.129 de 7 de março de 1932; *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1932, 1933.

Na constituição da grade do Curso de Museus, o saber histórico esteve envolvido de modo expressivo, especialmente a História do Brasil, pois, além de constituir-se em um museu voltado para a História Nacional, ao eleger o conjunto de saberes

que formariam esses profissionais, levou-se em conta a função dos museus no Brasil, que, a partir do início do século XX, tornou-se cada vez mais atrelada à construção de uma identidade direcionada para a memória nacional. Desse modo, observamos que os cursos dedicados a formar técnicos para o trabalho com materiais que compunham os acervos do MHN e da BN não se configuraram estritamente como instituições culturais ou politicamente neutras, mas como lugares onde havia outros saberes presentes, também dotados de historicidade.

O vínculo do MHN com a História buscou constituir-se, de modo especial, sob a égide de Gustavo Barroso, como espaço em que as peças por si só remetiam ao passado e o comprovavam.⁴¹ Já na organização projetada por Garcia, houve um esforço em construir o passado nacional expondo-o em uma continuidade que, pelo estabelecimento de sentido entre as peças, buscava reconstituir períodos históricos. Tal perspectiva de Garcia remete às diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu, estabelecido simultaneamente à anotação da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dentre as críticas expostas por Capistrano a respeito da obra de Varnhagen, está a ausência de uma narrativa que encadeasse os fatos, esforço identificado na disposição do acervo programada por Garcia.⁴²

⁴¹ Ao analisar as formas de representar a história e o patrimônio, durante a gestão de Gustavo Barroso no MHN, Myrian Sepúlveda dos Santos percebe que os detalhes e as próprias peças compreendidas como “amostras do passado” é que legitimam o culto do passado, forjado por Barroso, sem a preocupação de estabelecer um processo ou encadeamento de fatos (SANTOS, 2006).

⁴² A respeito da relação estabelecida por Capistrano de Abreu com a obra de Varnhagen, ver: Oliveira (2013).

No Curso de Biblioteconomia, as cadeiras que compuseram as disciplinas de Paleografia e Diplomática e Iconografia acompanhada da Cartografia, a partir de 1935, eram constituídas, essencialmente, por áreas do conhecimento que figuravam dentre aquelas concebidas e legitimadas de maneira instrumental desde o século XIX como auxiliares da história. Considerando o Curso de Biblioteconomia da BN como um ensaio de autonomia da área, é possível compreender a pequena participação da História, que aparece na grade apenas na disciplina História Literária, configurando-se de maneira semelhante às chamadas ciências auxiliares. Assim, a História Literária exerceria a função de fornecer o contexto histórico-literário para a análise dos livros.

Tais disciplinas eram as mesmas que compunham a grade do curso criado na BN em 1911, exceto pela Numismática, que foi extinta, e a História Literária aplicada à Bibliografia, inserida pelo decreto nº 23.508, de 28 de novembro de 1933. Esse decreto também alterou a ordem das disciplinas, passando Iconografia e História Literária para o 1º ano, enquanto Bibliografia e Diplomática e Paleografia constituíam a grade do 2º ano do curso. Desse modo, os saberes eleitos para a formação do bibliotecário na BN durante as décadas de 1910 e 1930 não sofreram mudanças significativas, permanecendo a ênfase na cultura geral em detrimento da técnica.⁴³

⁴³ Dedicado ao estudo do ensino de biblioteconomia no Brasil, Carlos Augusto Castro (2000), estabeleceu uma periodização compartilhada entre a maioria dos pesquisadores dessa área, em que divide fases relativas às perspectivas adotadas nesses cursos do país. A primeira fase, de 1879-1928, corresponde à concepção humanística francesa associada ao Rio de Janeiro, e ao movimento fundador da biblioteconomia na BN. A segunda fase abrange os anos de 1929 a 1939 e é definida pelo predomínio do modelo pragmático americano em contraposição ao modelo anterior, vinculada ao segundo curso de Biblioteconomia do Brasil,

A Biblioteca Nacional como lugar de profissionalização e profissão

Símbolo da Ilustração no Brasil, a Biblioteca Nacional guarda o compromisso com a História Patriótica desde a vinda da Biblioteca dos Reis (SCHWARTCZ, 2002). A principal contribuição da instituição para o desenvolvimento do conhecimento histórico esteve ligada à aquisição, organização, catalogação e disponibilização de materiais imprescindíveis para a pesquisa histórica.

A capacitação para essas funções foi prioridade no Curso de Biblioteconomia. Seu desempenho permeava a prática dos bibliotecários da BN e as atividades de Rodolfo Garcia, de modo especial, no período em que foi diretor da instituição. As diversas solicitações de documentos, bibliografias e informações pontuais a respeito de datas, fatos ou personagens históricos, enviadas a Garcia por vários letrados demonstram a rede de intelectuais que integravam a BN, a grande recorrência ao seu acervo e um reconhecimento de Rodolfo Garcia como erudito, seja para auxílio no desenvolvimento de pesquisas históricas, seja em busca de um dado, ou até mesmo de materiais que tornassem o trabalho mais instigante:

criado no ano de 1929, no Instituto Mackenzie em São Paulo, onde predominavam disciplinas relacionadas à classificação bibliográfica. A terceira fase (1940-1961) é demarcada como o período de consolidação e expansão do modelo pragmático americano; a quarta fase (1962-1969) corresponde à uniformização dos conteúdos pedagógicos e regulamentação da profissão e a quinta (1970-1995) refere-se à diminuição das escolas de graduação e ao aumento dos cursos de pós-graduação na área de Biblioteconomia.

Tendo concluído a *Educação do Príncipe*, pretendo quebrar-lhe a charrice e insulsez com alguns retratos da gente da época, direta ou indiretamente imiscuída no caso histórico que me abalancei a remanusear. É assim que desejava obter os do Aureliano Coutinho, Paulo Barbosa da Silva, Marquês de Itanhaém, Bispo de Crisópolis, José Bonifácio, Anemuria e Feijó. Infelizmente não poderei socorrer-me dos desenhos do Boulanger e outros do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo dissídio que ultimamente me separou do Sr. Max Fleiuss (o amigo bem sabe quanto é feito da nossa pobre terra cimentar a dissidência de opiniões, repugnando servir de qualquer forma aos que de nós divergem por meras cousinhas...) Mas, conto que na seção das gravuras da sua Biblioteca Nacional seja possível conseguir as efígies desses figurões, preferidos os retratos mais raros, embora piores (DAMASCENO, 1970).

Nessa carta, datada de 23 de setembro de 1936, Alberto do Rego Rangel (1871-1945) realizou o pedido, constante na maioria das cartas enviadas à Garcia na década de 1930, de materiais do acervo da BN. Rangel mencionou a Coleção do retratista francês Luís Aleixo Boulanger, do acervo do IHGB, como primeira opção para encontrar os retratos que buscava para ilustrar a *Educação do Príncipe*, mas preferiu evitar contato com o secretário perpétuo Max Fleiüss (1868-1943), por conta de uma “dissidência de opiniões” que houvera entre eles. Seu pedido denota que afinidades e hostilidades permeavam o acesso aos documentos, facilitando-o ou impedindo-o.

Garcia não foi apenas mediador, mas, por conta de sua dedicação aos estudos históricos, também solicitou materiais e recebeu “presentes de papel” (cf. VENANCIO, 2001: 41). Afonso D’Escragolle Taunay foi um dentre os correspondentes com

quem Rodolfo Garcia tratou de diversas questões relacionadas ao ofício do historiador. Eram recorrentes as reclamações pela falta de um documento que paralisara determinada obra, posicionamentos a respeito de um livro ou, ainda, as “mexericagens acadêmicas e palpites de candidaturas”.

Em carta datada de 24 de maio de 1935, Taunay avisou que estava mandando um presente a Garcia. Tratava-se de uma coleção de sete fotografias de mapas de Diogo Soares e Domenico Capa. Concluindo a carta, Taunay acrescenta: “Esqueci-me de dizer que os originais destes mapas estão no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Figueira de Melo mandou copiá-los em atenção a mim para o Museu Paulista. Veja que intenção delicada” (DAMASCENO, 1970: 61). Nessa carta, observamos a preocupação de Taunay em informar a procedência do material enviado a Garcia e dar os créditos da obtenção da cópia, que, segundo ele, fez-se em sua atenção, ao Museu Paulista. Essa mediação da documentação para o Museu Paulista, também presente nas práticas de Garcia, deveu-se à função de diretor da instituição que Taunay ocupou entre 1917 e 1945.

Muitos dos documentos procurados por Garcia e adquiridos para a Biblioteca Nacional, assim como os adquiridos por Taunay para o Museu Paulista, também podem ser relacionados aos seus próprios interesses de pesquisa ou, ainda, aos temas e períodos da História do Brasil, que ambos consideravam carentes de estudo. No entanto, é interessante observar que tanto Garcia quanto Taunay estão inseridos na constituição de uma prática historiográfica em que “a descoberta de novos documentos, muitas vezes, guiou a escrita dessa história” (ANHEZINI, 2011: 40). Além disso, o documento não se limitaria à propriedade

privada, mas deveria ser disponibilizado aos pesquisadores para a escrita da História Nacional, em acervos que representavam a ilustração do país.

Essa tarefa desempenhada pelos diretores das instituições foi central nos objetivos de formação dos funcionários do Curso de Biblioteconomia. Nesse sentido, a identidade do bibliotecário, que, no momento, estava sendo forjada, esteve vinculada à imagem do erudito (cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004: 53-72), prezando pelo conhecimento dos acervos de cada seção para auxiliar o leitor em suas pesquisas e pela habilidade em sua organização e conservação. Vários autores associaram o Curso de Biblioteconomia aos moldes do curso oferecido pela escola francesa École Nationale des Chartes, situada entre as primeiras instituições do mundo dedicadas a profissionalizar o trabalho com arquivos (CASTRO, 2000; OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009: 13-24; SANTOS, 2007: 35-47). O curso, criado em 1821 para formar arquivistas-paleógrafos, era fundamentado na cultura geral. Tal noção de viés humanista indica uma perspectiva de ensino mais voltada para a amplitude do conhecimento do que para a sua aplicação imediata. O “princípio da proveniência”, também denominado “princípio do respeito aos fundos”, que é uma das contribuições mais difundidas pela arquivologia francesa. Tal método de organização foi criado pelo historiador Natalis de Wailly, enquanto chefe dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, em 1841. Esse postulado difere das classificações sistemáticas por assuntos ao propor a organização dos arquivos de acordo com a proveniência dos documentos, criando, assim, a noção de “fundos” (SANTOS, 2008).

Sem a pretensão de situar em uma determinada perspectiva os cursos da BN e MHN, que na década de 1930 estavam em processo de configuração, é possível perceber algumas indicações a respeito da formação que se queria disponibilizar: ela não estaria restrita aos saberes necessários para o exercício profissional específico. O curso de Museus buscou tornar científicas as práticas museológicas e desenvolver a cultura nacional, recorrendo, de modo específico, ao estudo da História do Brasil.

O Curso de Biblioteconomia, por sua vez, também compartilhou da missão de desenvolver a cultura nacional pela via da ilustração, considerando que, da forma como o profissional estava sendo formado e, embora tivesse como objetivo facilitar a função do historiador, não se limitava a ela e pouco a contemplava. Interessava mais o contato com as tantas áreas do conhecimento que o acervo da BN abrigava. Dentre os saberes disponibilizados pelos professores autodidatas na área de Biblioteconomia, predominavam as chamadas disciplinas técnicas, mesmo que seu desenvolvimento não se restringisse a essa dimensão: Bibliografia, Paleografia, Diplomática e Iconografia, que, após 1935, passou a ser acompanhada pela Cartografia. Tais disciplinas visavam à compreensão dos processos de fabricação desses diversos materiais como suportes de informação, conservação e acesso. Já a disciplina História Literária aplicada à Bibliografia denotava a preocupação com a cultura geral, dedicando-se à compreensão do livro em um contexto histórico-literário.⁴⁴

⁴⁴ Marieta de Moraes Ferreira analisa a trajetória dos professores, das cadeiras que ocuparam, bem como das diferentes concepções de ensino e pesquisa que permearam a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Faculdade Nacional de

A seguir, verificaremos algumas escolhas e possibilidades do período, que moldaram o Curso de Biblioteconomia, por meio da análise do corpo docente e da distribuição das disciplinas entre 1932 e 1943.

Quadro 2 - Distribuição das disciplinas do curso de Biblioteconomia entre 1932 e 1943

Professor	Ano em que lecionou	Disciplina	Cargo na BN
Constâncio Antônio Alves (1862-1933)	1932	Bibliografia	Diretor da 1ª seção/ Impressos
Mario Marinho de Carvalho Behring (1876-1933)	1932	Paleografia e Diplomática	Diretor da 2ª seção/Manuscritos
Carlos Mariani (*-1937)	1933	Iconografia	Diretor da 1ª seção
	1934	Bibliografia	
	1935-1937	Iconografia e Cartografia	Diretor da 3ª seção/Estampas e Cartas Geográficas

Filosofia da Universidade do Brasil (FNFI). Para tanto, a autora trilha um caminho profícuo no que se refere a compreensão da constituição desse campo disciplinar em um período de transição entre práticas amadoras para a profissionalização do historiador. Diferente do perfil docente dos primeiros profissionais que trabalharam com acervos, composto unicamente por brasileiros, nos cursos de História e Geografia, professores, principalmente vinculados à missão universitária francesa, exerceram um papel significativo tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Ferreira aponta, entre as principais contribuições desses professores de formação e perspectivas distintas, a atualização bibliográfica disponibilizada aos alunos, a forma de estruturar os cursos e uma maior visibilidade do Brasil pela França. Nesse período, na área de Biblioteconomia, inclusive no curso da BN, a maior parte da bibliografia disponível também era francesa; por isso entende-se a exigência do domínio dessa língua para o ingresso no curso.

Floriano Teixeira Bicudo (1885-*)	1933-1934	Iconografia	Amanuense
	1937-1939	Iconografia e Cartografia (Substituto)	Bibliotecário
	1940-1943	Iconografia e Cartografia	
Emanuel Eduardo Gaudie Lei (1892-1953)	1933	História literária aplicada à Bibliografia	Oficial
	1934		Sub-bibliotecário
	1939		Diretor da 1ª seção
	1935-1940	Bibliografia	
Jose Bartolo da Silva (*)	1934	Paleografia e Diplomática	Oficial
	1936-1943		Diretor da 2ª seção
Eugênio de Teixeira Macedo (*)	1934	Iconografia	Diretor da 3ª seção
Luiz Corte Real Assunção (* -1936)	1935	Paleografia e Diplomática	Diretor da 2ª seção
Manuel Cassius Berlink (* -1938)	1935-1938	História literária aplicada à Bibliografia	Diretor da 4ª seção / Jornais e Revistas
Otávio Calasans Rodrigues (*)	1938- 1939	Iconografia e Cartografia (Substituto)	Bibliotecário
João Carlos Moreira Guimarães (1892-1979)	1941-1943	História literária aplicada à Bibliografia	Bibliotecário

*Tais informações não foram encontradas no material pesquisado.

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.

Entre as informações dispostas no quadro, destaca-se a alta rotatividade dos professores no Curso de Biblioteconomia nas décadas de 1930 e 1940. A curta permanência na instituição também é constatada por Ferreira (2013: 149) ao analisar o corpo docente do Curso de História da UDF, que, segundo a autora, “indica dificuldades para a institucionalização do campo profissional”.

Constâncio Antônio Alves e Mario Behring lecionaram apenas no ano de 1932 e faleceram no ano seguinte. Essa foi a causa da entrada de novos docentes em, pelo menos, quatro disciplinas do Curso de Biblioteconomia durante o período analisado. Tais mortes chamam a atenção para a faixa etária elevada de parte do corpo docente.

Constâncio Antônio Alves formou-se em 1885 pela Faculdade de Medicina da Bahia e teve grande atuação profissional no jornalismo, atividade que desenvolveu no *Jornal do Brasil* e no *Jornal de Commercio*, ambos do Rio de Janeiro. Conciliou essa atividade com as de funcionário da Biblioteca Nacional desde 1895, onde dirigiu a Seção de Manuscritos entre 1903 e 1913 e, posteriormente, a Seção de Impressos.⁴⁵ Essa alternância na direção das seções também refletiu no Curso de Biblioteconomia, configurando-se como desafio no seu processo de especialização, pois, mudando de seção, os professores deveriam passar a ministrar a disciplina que correspondesse a ela.

Mario Behring estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola

⁴⁵ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Constâncio Alves. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=422&sid=262>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

da Bahia, em 1896. Em sua cidade natal, Ponte Nova, Minas Gerais, lançou o jornal *Tupinambá*. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1902, onde fundou e dirigiu as revistas *Kosmos*, *Para Todos*, na qual usava o pseudônimo de “O operador”, e *Cinearte*. Também atuou significativamente no jornalismo, assinando com pseudônimos nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Commercio*, e nas revistas *Fon-Fon*, *Careta*, *Ilustração Brasileira* e *Revista da Estrada de Ferro*. Um ano depois da chegada na capital, foi aprovado em primeiro lugar no concurso da Biblioteca Nacional e, entre 1924 e 1932, assumiu a direção da instituição (SANTOS, 2010).

A respeito dos outros nove professores, não encontramos informações em relação à formação acadêmica ou à atuação profissional exercida além da BN, o que talvez indique dedicação exclusiva à instituição. Garcia refere-se, nos relatórios anuais, a Carlos Mariani e José Bartolo da Silva como bacharéis, porém, também não se teve acesso às informações relacionadas à produção ou à publicação de materiais voltados para as disciplinas que ministraram no curso, como ocorreu no Curso de Museus.

O único dos professores, no período em questão, eleito como membro da Academia Brasileira de Letras, foi Constâncio Antônio Alves. No espaço do *site* da academia dedicado a ele, um dos “Textos escolhidos”, como é denominada a aba em que há trechos de escritos dos acadêmicos, é *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*, publicado na seção cotidiana *Dia a Dia*, do *Jornal do Commercio*, para a qual escreveu durante 36 anos.⁴⁶

⁴⁶ ALVES, C. A. Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=424&sid=262>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Tal texto nos remete ao perfil do bibliotecário “erudito-guardião”, associado à École Nationale des Chartes. Ao tratar da dificuldade de restituir livros emprestados, mesmo que de maneira irônica, Alves apresenta o hábito de emprestar e não devolver como um problema de todos os tempos que fez com que bibliófilos de Londres, fundassem, no século XIX, a Liga Contra o Empréstimo de Livros. Esse eixo é tratado em todo o texto, narrando episódios de bibliotecas particulares e os diferentes modos de lidar com a propriedade dos livros. O texto diz que Rui Barbosa estaria entre os ciumentos; o poeta André Chénier havia compartilhado em versos a tristeza de ver borrões no livro que retornou; Miguel Becon chegava a ser imprudente, tamanho desapego que demonstrava quando se tratava de empréstimo; e Capistrano de Abreu também figurou entre os que emprestavam “até com amor”, no entanto, seu cuidado com os livros, segundo Alves, não era exemplar. Além dos dramas causados pelo empréstimo dos livros no que tange ao seu retorno ou rasura, Alves conta episódios relacionados às anotações que os proprietários costumam fazer em caráter confidencial, emitindo opiniões a respeito de obras de determinados autores, o que, muitas vezes, torna a leitura de terceiros motivo de fofoca e desavença. O texto conclui tratando das anotações como um espaço textual onde as coisas são ditas apenas para si. Tal constatação é utilizada para elogiar D. Pedro II, que, segundo o autor, em suas anotações, fazia referência a escritores como Joaquim Nabuco e Conde Afonso Celso, não tendo motivos para se constranger pela divulgação de seus escritos.

A imagem de D. Pedro II é mencionada por Alves como figura central na representação de ilustração do Império

brasileiro. Tal esforço foi empreendido pelo próprio imperador, que defendia a arte e a ciência como instrumentos de civilização e constituição identitária para o país, e retificado por diversos letrados, especialmente a partir da independência do Brasil (cf. SCHWARTCZ, 1998). A perspectiva de Alves quanto ao cuidado com os livros expressa também o papel simbólico de ilustração associado a esses materiais, bem como à atribuição do responsável pela biblioteca de proteger o acervo.

Na Biblioteca Nacional, é perceptível uma orientação rigorosa nesse sentido, contando com a vigilância permanente dos depósitos. Tal cuidado, que está entre as principais funções das instituições dessa natureza, é perceptível graças à seção “Elogios”, que era expedida pelo diretor geral e publicada nos relatórios anuais da instituição. Observa-se que tentativas de furto eram frequentes na BN e que os que tinham percepção e agilidade para salvar o material a tempo eram homenageados, como consta no relatório de 1936: “Por portaria de 18 de Dezembro, foi louvado o auxiliar Bernardino Carioca, pela vigilância e diligência com que evitou fossem roubados 3 livros da 1ª seção” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937).

Nesse espaço, também foram tecidos elogios em diversas situações, como aos funcionários mais antigos da instituição por ocasião da aposentadoria, aos que ministravam aulas no Curso de Biblioteconomia, publicados no relatório de 1934 em que são mencionados Carlos Mariani e Emanuel Eduardo Gaudie Ley “pela muita proficiência com que lecionaram as respectivas cadeiras do Curso de Biblioteconomia em 1933” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1934: 6), ou ainda aos funcionários a quem se desejava dar destaque pelo bom desempenho das funções. Nesse

caso, pode se dar o exemplo do elogio feito ao bibliotecário Otávio Calasans Rodrigues, “pela inteligência e zelo com que executou o trabalho de discriminação das coleções da Biblioteca” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937: 5). Rodrigues formou-se em 1933 no Curso de Biblioteconomia e, em 1938/1939, foi professor-substituto do mesmo curso na disciplina de Iconografia e Cartografia. José Bartolo da Silva também formou-se em 1933 e lecionou nessa disciplina em 1934 e, depois, de 1936 até 1943. Rodrigues e Silva figuraram como os primeiros professores do Curso com formação na área de Biblioteconomia.

Os elogios eram publicados em relatórios destinados ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, com o intuito de dar visibilidade ao curso, bem como de demonstrar uma forma de reconhecimento aos docentes pelo trabalho não remunerado. No entanto, não eram apenas elogios que Capanema lia nos relatórios.

Além do aumento das atividades de alguns funcionários envolvidos com o Curso de Biblioteconomia, outras alterações na rotina burocrática, estrutural e na legislação da BN são observadas. Já no primeiro relatório após a reabertura do Curso, em 1932, Garcia pediu que o ministro tomasse providências no que se referia à mudança de legislação para promoção dos funcionários, que assegurava preferência absoluta aos detentores de diploma em Biblioteconomia e aos concursados na instituição, mas não garantia o mesmo benefício aos funcionários formados em Biblioteconomia pela primeira edição do curso, de 1915 a 1922 (BIBLIOTECA NACIONAL, 1932: 17-18). Quanto ao número de funcionários, o diretor solicitou um aumento de quadro no relatório de 1935, justificando tal necessidade através

da comparação do número de funcionários existentes em 1911, superior ao do período em que escreveu o relatório (1935). Em 1911, 40.186 leitores foram atendidos pela instituição, enquanto em 1935 o número foi maior que o dobro, com 81.972 leitores atendidos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1935: 27-28).

Outras reivindicações constantes nos relatórios se referem às condições precárias dos serviços de encadernação, terceirizados, no período, para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, que, segundo Garcia, em 1933 atendeu menos de 50% do volume solicitado, acarretando no atraso da disponibilização das obras para consulta. Os serviços de publicação que estavam a cargo da Imprensa Nacional também não correspondiam à demanda. Quanto aos problemas apresentados, o diretor sugeriu que uma pequena oficina de encadernação, publicação e restauração de livros fosse montada na BN, utilizando máquinas remanescentes de antigas oficinas gráficas, e que os serviços fossem contratados com a verba destinada para esse fim, verba essa considerada por ele “deficientíssima”. Essas solicitações feitas desde 1933 tiveram resposta apenas em 1936, não com a instalação dos serviços na BN, mas com a abertura de licitação para a transferência dos serviços para a firma José Lino Martins & Cia, “Casa Vallelle”.

Apesar de o governo ter dado uma brecha no início da década de 1930, ao decretar a reabertura do Curso de Biblioteconomia, os recursos financeiros que destinou à BN eram limitados, o que dificultou o desempenho de alguns saberes instrumentais ensinados no curso, como a restauração de obras raras que não tinham a permissão para serem retiradas

da BN e nem os equipamentos necessários para realizar o processo na própria instituição.

Quanto às atividades profissionais do corpo docente de Biblioteconomia, ficaram restritas às atribuições como funcionários da própria instituição. As exceções foram Behring, que trabalhou também como jornalista, e Alves, que além de jornalista, foi membro da ABL e produziu diversos ensaios. Na BN também é perceptível uma maior rotatividade de funcionários entre as seções e, conseqüentemente, uma grande rotatividade de professores nas cadeiras do curso. Talvez essa característica também explique a ausência de publicações desses docentes a respeito das disciplinas ministradas, em oposição às publicações recorrentes do corpo docente no Curso de Museus.

Assim, percebe-se que as condições incipientes do Curso de Biblioteconomia dão pistas a respeito das possibilidades e limitações para a configuração dessa área do conhecimento na década de 1930, bem como das especificidades da BN e do MHN enquanto lugares de profissionalização e profissão. Desse modo, retomamos a questão que motivou esse texto: a formação de especialistas para o trabalho com acervos, perguntando: que especialistas planejou-se formar no Curso de Museus e de Biblioteconomia, na década de 1930? Especialistas cujos saberes impelisses a investigação para a produção ou aplicação de um conhecimento, que facilitasse o acesso a ele, principalmente por meio da organização dos acervos, e que dominassem as técnicas necessárias para conservá-los e restaurá-los. Além de guardiões, eruditos que estudassem História do Brasil e literária, tornando-se assim, profissionais para a ilustração nacional do ponto de vista institucional e simbólico. Enfim,

buscamos demonstrar, por meio do material analisado nesse capítulo, que os fundamentos do trabalho de Rodolfo Garcia e seus pares com acervo e os saberes acionados para constituição da formação biblioteconômica na BN e museológica no MHN não eram simplesmente pragmáticos, mas permeados pelos pressupostos teórico-metodológicos daqueles que forjaram a identidade desses cursos.

Práticas de um erudito

Um dos modos de Rodolfo Garcia colaborar com a complexa tarefa de modernizar o país foi empenhando-se na constituição dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia no Brasil na década de 1930, conforme analisamos no capítulo precedente. O interesse que nutriu pelo passado nacional tornou-se a motivação principal para essa tarefa. Muitos dos materiais integrantes de acervos, como os da Biblioteca Nacional (BN), foram considerados por ele como “peças” com potencial para preencher as lacunas da história do Brasil, área do saber que, como a Museologia e a Biblioteconomia, iniciava um longo processo de profissionalização.

O interesse desse erudito pelo passado nacional não era algo casual, como dos que caminham tranquilamente pelas bibliotecas admirando a idade avançada dos livros enfileirados e as “marcas do tempo” nos códices manuscritos. Tratava-se de um interesse transformado em missão que impulsionou Garcia, e muitos de seus pares, a conciliar o trabalho remunerado como

funcionário público, enquanto diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1932, e da BN, entre 1932-1945, com as atividades de um historiador de ofício. A busca por modernizar também os estudos históricos, pautada em elementos como a curiosidade, o compromisso com a divulgação dos materiais da BN e o prazer em compartilhar seu saber erudito, motivou Rodolfo Garcia a embrenhar-se pelo interior dos documentos e, nesse percurso investigativo, identificar “peças” legítimas, que, após serem submetidas à crítica metódica, pudessem auxiliar na escrita da história do Brasil.

Neste capítulo, adentraremos nas atividades de Rodolfo Garcia como editor⁴⁷ de documentos, por meio da obra *Escritos Avulsos*, na qual foram publicadas vinte e quatro “Explicações” escritas por ele entre 1932 e 1945 (GARCIA, 1973). A função desses textos era apresentar os conjuntos documentais escolhidos para publicação nos *Anais da Biblioteca Nacional*, dentre os materiais disponíveis no acervo da instituição. Nos gestos de localização, seleção, reunião e leitura crítica desses textos, Rodolfo Garcia não só constituiu arquivos e alterou seus estatutos para torná-los conjuntos documentais, como também fez prescrições metodológicas a respeito de como os pesquisadores deveriam lê-los e tratá-los. Portanto, investigaremos o papel

⁴⁷ Dialogando com a conferência do filósofo Michel Foucault *O que é um autor?*, Roger Chartier (1998) problematiza o funcionamento do que o filósofo designou como “função-autor”, acrescentando uma análise que percebe os mecanismos de autoridade estabelecidos sobre um texto em sua ligação intrínseca com os suportes que o veiculam. As considerações de Chartier (1998: 45) nos convidam a análise das convenções que governam a ordem dos livros no período em que Garcia atuou como historiador/editor, desde os critérios para a escolha dos documentos publicados até os investimentos em orientar a leitura do material através das “Explicações”.

do editor na validação do conhecimento histórico por meio dos procedimentos metódicos praticados nas “Explicações”, assim como a ênfase dada ao papel da BN, enquanto promotora de uma cultura nacional ilustrada, verificando, ainda, a recepção que esses textos tiveram entre seus pares por meio das correspondências, naqueles tempos de entremeio.

Reunir e editar documentos: uma missão entre “os vagares do ofício”

O ilustre Sr. Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, alto funcionário do corpo diplomático brasileiro, a exemplo de Varnhagen e de Oliveira Lima, tem sabido ocupar os vagares do ofício em úteis pesquisas nos arquivos estrangeiros para a aquisição de documentos que possam interessar à história do Brasil.

Com esse elogio, Rodolfo Garcia inicia a “Explicação” ao conjunto documental publicado no sexagésimo primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1939, intitulada *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi, da corte de Lisboa para a do Rio de Janeiro (1808)*. Sua narrativa segue tratando dos arquivos estrangeiros que o ministro plenipotenciário do Brasil, Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo (1879-1947), visitou e da divulgação de documentos que contribuíram para o conhecimento do passado nacional, possibilitada por ele. Ao destacar essa iniciativa de aquisições de documentos, Rodolfo Garcia assinala-a como um caminho já percorrido por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), que também ocuparam os “vagares do ofício” como

diplomatas, na busca desses materiais.⁴⁸ Com a menção ao Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, no início da “Explicação”, Rodolfo Garcia cumpriu o preceito metódico da indicação da procedência e confiabilidade do documento. Veremos que, no decorrer desses textos, Melo não foi o único doutor a quem Garcia agradeceu por ceder cópias dos materiais à BN, afinal, reunir documentos e ampliar o acervo da instituição não eram tarefas para serem cumpridas de forma solitária.

Os documentos que apresentou nas “Explicações” não foram coletados durante viagens, como fizeram Varnhagen, Melo e Oliveira Lima quando visitaram os arquivos europeus, mas, principalmente, por meio de cópias concedidas pelos pares à BN e nos materiais já contidos em seu acervo. Assim, a correlação da carreira de Rodolfo Garcia com os diplomatas que elogiou pode ser identificada justamente na ocupação dos “vagares do ofício” como diretor da BN: nos estudos históricos.

Sem sair de seu gabinete da BN, Rodolfo Garcia narrava o percurso desses materiais e viajava no passado por meio de seus conteúdos, trazendo nas malas algumas prescrições para distribuir aos interessados durante o trajeto. Esse lugar, por vezes “complementar”, que o ofício de historiador ocupou no cotidiano desses letrados, desde o final do século XIX até as décadas iniciais do século XX, pode sugerir, a princípio, que se

⁴⁸ Enfocando as relações mantidas entre Brasil e Estados Unidos na virada do século XIX para o XX, Teresa Maria Malatian (2008: 497-507) analisa as relações estabelecidas entre os ofícios de Oliveira Lima enquanto diplomata e historiador. A autora aponta as questões relacionadas à identidade da nação e seus contornos geográficos como fio condutor dos estudos de história diplomática, que tendo como matriz articuladora o Itamaraty, buscavam justificar e legitimar os interesses do Estado republicano.

tratava de uma atividade secundária.⁴⁹ No entanto, esse *métier* do historiador esteve associado de tal forma às profissões reconhecidas e remuneradas do período que garantia o exercício de algumas delas. Nesse momento, em que a formação da nacionalidade estava em pauta, escrever história era um dos caminhos para tornar-se representante da ilustração.⁵⁰ Para tanto, a edição de documentos tornou-se fundamental à medida em que apontava o que e como escrever a respeito da história do Brasil.⁵¹

⁴⁹ Essa percepção da brecha como momento de produção de história, especialmente até os anos 1940, partiu das colocações de Angela de Castro Gomes (1996). Ao questionar ““quando” e “em que” circunstâncias os textos históricos eram produzidos”, a autora aponta que, em muitos casos, os estudos históricos estavam intrinsicamente relacionados ao exercício profissional de seu produtor, mas o contrário também ocorria. Ao desempenharem funções paralelas na política e jornalismo, alguns obtinham nessas atividades inspirações que contribuíam na escrita da história. Assim, nas diversas combinações possíveis das atividades, o *métier* do historiador era considerado por muitos “um verdadeiro coroamento da trajetória intelectual de um autor” (GOMES, 1996: 76-77).

⁵⁰ Maria Helena Capelato (1998) aponta que o Estado brasileiro, ao integrar os intelectuais à máquina burocrática durante os anos 1930, buscou efetuar seus projetos políticos contando com pequena parte da população. Desse modo, restringiu a participação de muitos na esfera política.

⁵¹ Ao tratar das mudanças ocorridas nas organizações políticas e instâncias de produção cultural, bem como nas modalidades de acesso a elas, Sergio Miceli (2001) pontua que entre os anos de 1930 e 1945 já não bastava cultivar afinidades com os representantes do poder para garantir a entrada ou permanência no mercado de trabalho, nem mesmo o diploma universitário funcionava como garantia. Era preciso adequar-se à execução de tarefas cada vez mais especializadas. Nesse sentido, Rodolfo Garcia colaborou com as táticas dos letrados que buscavam inserir os estudos históricos nesse movimento de especialização. A divulgação de documentos históricos que orientassem quais as possibilidades e prioridades de pesquisa nessa área do saber foi uma dessas atividades. Como vimos na seção anterior, áreas que auxiliavam na classificação e disponibilização desses materiais também receberam atenção desses letrados através da constituição de cursos destinados a formar especialistas para o trabalho com acervos.

Alguns dos textos que Garcia escreveu nessa tarefa de editar documentos foram reunidos e publicados pela Divisão de Publicações e Divulgação da BN, chefiada por Wilson Lousada na década de 1970, com o intuito de homenagear o historiador/diretor pelo centenário de seu nascimento em 1973. Na apresentação desse volume, intitulado *Escritos Avulsos*, Lousada justifica a escolha:

E foi a partir da constatação dessa unidade de objetivos entre o historiador e o administrador, entre o editor e o introdutor e anotador dos Anais, que a Biblioteca Nacional decidiu-se pelo tipo de homenagem que lhe prestaria em 1973, centenário de seu nascimento, reunindo em volume, na coleção que leva seu nome, os trabalhos que Rodolfo Garcia escreveu e publicou enquanto Diretor desse órgão, e enquanto responsável pela sua atividade editorial. Evidentemente, assim balizado o terreno e enfocado o objetivo previsto – unir o historiador Rodolfo Garcia e o Diretor da Biblioteca Nacional – o restante de sua atividade intelectual, que ainda se prolonga em outras áreas, como a da lexicografia, por exemplo, estaria fora de nossas cogitações, fosse qual fosse sua importância ou seu interesse cultural (GARCIA, 1973: s.p.).

Certamente, as preocupações do Garcia historiador e do Garcia Diretor não foram dissociadas. Em muitos casos, as atividades do Garcia Diretor responsável por inúmeras questões burocráticas, como a contratação de pessoal ou a aquisição de bibliografias por meio de permutas entre bibliotecas, foram viabilizadas por amizades constituídas na afinidade comum com a história. No entanto, a constatação de que as pesquisas a respeito de história foram feitas por Garcia e diversos letrados

daquele período nas “brechas” de outras atividades, nos instiga a pensar no lugar ocupado, nas primeiras décadas do século XX, por essa área do conhecimento com poucas fronteiras delimitadas, mas tão recrutada em função de interesses nacionais. Por meio da pesquisa e escrita da história, não sem disputas, é que esses letrados atarefados buscavam definir essa área do saber.

Os esforços de Rodolfo Garcia na demarcação de uma maneira correta para tratar os documentos e escrever a história, realizados nas “Explicações”, foram orientados pelas diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu, principalmente no que se refere à edição documental.⁵² Além disso, os vínculos entre o Garcia diretor e o Garcia historiador destacam-se nessa atividade através dos investimentos presentes nesses textos para reafirmar a memória da BN como instituição voltada para a preservação e divulgação de materiais raros, a respeito da história do Brasil e das mais diversas áreas do conhecimento.

A “absoluta raridade” do livro *Catecismo Kiriri*, de autoria do Padre Luiz Vincencio Mamiani, foi destaque na introdução que Rodolfo Garcia escreveu para esse estudo filológico que está entre os quatro trabalhos dessa natureza publicados nos *Escritos Avulsos*. A possibilidade de divulgá-lo pelos *Anais*, em 1942, foi atribuída ao “erudito Professor” Luís Camilo de Oliveira Neto, que, no curso de suas pesquisas, localizou e fotografou o exemplar em Roma, na Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele. Entretanto, comentários a respeito da existência do material no acervo da BN, quase duas décadas antes, aborreceram Rodolfo Garcia:

⁵² A respeito dos desdobramentos do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu que, desde o final do século XIX, apontou a pesquisa documental e a escrita de “monografias conscienciosas” como prioridades, ver: Oliveira (2013).

Em relação ao Catecismo, conforme ficou assegurado a Biblioteca jamais o possuiu. É, portanto, falsa e lamentável, por implicar a boa fama da repartição, a afirmativa em contrário de certo escritor cearense, que diz ter nela consultado muitas vezes, em 1923, um exemplar, que em 1928 desaparecera. Essa fantasia, ou coisa que nome mais apropriado tenha, vem candidamente reproduzida no *Journal de la Société des Américanistes*, e é mister que fique de uma vez desmascarada (GARCIA, 1973: 228).

Nesse desabafo distinguimos duas “vozes” do mesmo personagem, a de Garcia historiador que almeja alcançar a verdade histórica e, para isso, sente-se incumbido de “desmascarar fantasias”, mas também do gestor que não quer ver seu nome manchado pelo sumiço de uma obra e que, por isso, reafirma seu compromisso com “a boa fama” da BN, associada à vigilância e à conservação de seu acervo. Tal compromisso foi incorporado também na formação disponibilizada pelo Curso de Biblioteconomia da instituição, quando promove um perfil de bibliotecário guardião, conforme verificamos no capítulo anterior.

Os *Anais* da BN que eram enviados como permuta para bibliotecas nacionais e internacionais pareceram-lhe o melhor suporte para reafirmar a credibilidade da instituição como guardião de um acervo representativo da ilustração nacional. Dois anos depois da publicação do *Catecismo*, Rodolfo Garcia ainda recebia solicitações de interessados no volume. Tomás Pompeu Sobrinho (1880-1967), que dirigiu o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará desde 1938 até o ano de seu falecimento, foi um dos que escreveu para Garcia com esse intuito:

Recentemente soube que V. S.^a havia patrioticamente dado uma edição especial do Catecismo Kiriri, do P. Vincencio Mamiani, obra raríssima, existente na Biblioteca Nacional, que V. S.^a tão sabiamente dirige. Como tenho especial empenho no conhecimento da língua Cariri e na antropologia desses índios nordestinos, agora extintos, e dos quais me tenho, em várias publicações, ocupado, peço a V. S.^a o especial obséquio de remeter-me um exemplar do Catecismo, devendo correr por minha conta tôdas as despesas, inclusive custos. Junto, remeto a V. S.^a um exemplar de nossa última publicação “Os Crânios da Gruta de Canastra”, separata da Revista do Instituto do Ceará (DAMASCENO, 1970: 146).

Engenheiro de formação pela Escola de Engenharia de Ouro Preto, Sobrinho trabalhou no Departamento Nacional de Obras contra as Secas, DNOCS, e dedicou-se ao estudo da história, geografia, antropologia e arqueologia. Nesse caso, a dedicação às chamadas ciências humanas não foi isolada, auxiliando-o na composição de projetos desenvolvidos enquanto engenheiro no combate a seca e a outros problemas ambientais do nordeste.⁵³ Sobrinho buscou mapear aspectos históricos, geográficos, antropológicos e arqueológicos e, com a autoridade desses saberes difíceis de delimitar naquele período, procurou definir quem era o nordestino e quais eram suas necessidades. Em mãos de letrados como ele, os documentos editados por Rodolfo Garcia ganhavam função prática, tão cara aos que,

⁵³ Alguns dos livros de Sobrinho são: *Orientação científica na luta contra as secas*. Revista Instituto do Ceará, de 1958, *História das Secas – Século XX*, de 1953, *Pré-História Cearense*, de 1955 e *Manual de Antropologia*, de 1961.

durante o Estado Novo, uniam-se na missão de civilizar e sanar os problemas da nação.

Mas nem só o destaque de um patrimônio bibliográfico publicado poderia conceder o destaque desejado para a imagem da mais antiga instituição cultural do país. Desde a direção de Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, em 1876, a publicação desses volumes eram também oportunidades de apresentar modos de pensar da BN, que não se compunha independentemente, mas pela reafirmação de uma partilha de pensamentos entre seus membros.⁵⁴ Portanto, dar visibilidade a alguns dos que colaboraram na sua constituição e manutenção, especialmente através de homenagens, foi outro modo de promover uma imagem da instituição.

Assim, Rodolfo Garcia designou a publicação do *Catecismo Kiriri* como o cumprimento de uma promessa que tinha mais de seis décadas. Seu autor foi “o eminente bibliotecário” Ramiz Galvão que a deixou em aberto, pois a BN não dispunha desse exemplar: “Cumpre-se assim, mercê do alto espírito de cooperação daqueles prestantes amigos da Biblioteca Nacional, o pium desiderium de Ramiz Galvão” (GARCIA, 1973: 226).

Publicar cartas de um bibliotecário que veio de Lisboa para o Rio de Janeiro na fragata Princesa Carlota, em 1811, “com as velas avariadas, as cordas podres e tripulação imprestável”, foi

⁵⁴ Mary Douglas (1998) discute, no livro *Como as instituições pensam?*, em que medida os pensamentos individuais estabelecem uma relação de dependência com os pensamentos institucionais. A autora aponta que as instituições não “pensam” por si só, no entanto, possuem autoridade para conferir unanimidade, pois conforme indivíduos constituem essas instituições, deixam moldar suas ideias para chegar a consensos que legitimem tais instituições, onde tomam as grandes decisões.

também uma tentativa de entrelaçar o “espírito de cooperação” de um dos primeiros funcionários da BN, que acompanhou a segunda remessa do acervo da Biblioteca Real da corte portuguesa para o Brasil, com a história da instituição. Nas palavras do editor, publicar as cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, no centenário de sua morte, “equivale a uma homenagem da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a um dos seus primeiros funcionários em ordem cronológica, que nelas deixou subsídios apreciáveis para a história da instituição” (GARCIA, 1973: 41). Rodolfo Garcia identificou nos escritos do homenageado “uma ilustração geral apreciável” e uma “cultura de humanidades muito acima da comum craveira”, atributos que, enquanto erudito, considerava necessários em qualquer formação, especialmente na do bibliotecário que, naquela publicação comemorativa representava também a ilustração da instituição.

Porém, elogiar o saber da testemunha não bastava para provar a credibilidade da fonte. Rodolfo Garcia (1973: 35) trata, então, da forma de escrita encontrada nas cartas e alerta os historiadores da subjetividade que as permeia:

O epistológrafo era em geral bem informado, e transmitia a seu pai o que ouvia dizer por pessoas fidedignas de que se acercava; se as vozes não se confirmavam, tratava logo de inutilizar o que antes escrevera. Os comentários que faz em desabono deste ou daquele indivíduo, deste ou daquele fato, não podem exprimir a verdade ou a justiça, e efetivamente não exprimem muitas vezes, porque, como todo homem, tinha paixões e preferências, e era manifesto seu respeito, mas não excluem a vantagem de chamar a atenção do historiador para tais fatos e indivíduos, no sentido de tê-los sob a reserva, que se impõe.

De acordo com os princípios da moderna crítica histórica, os fatos do passado deveriam ser contados a partir da prova, caso não houvesse outra fonte para confrontar, chamada de contraprova. Diante de tal princípio, Garcia buscou pontuar a confiabilidade dos escritos de Marrocos porque narrava somente o que ouvia de “pessoas fidedignas”, porém, se a contraprova vinda de outras vozes não confirmasse a primeira, o bibliotecário “inutilizava” depressa os fatos contados anteriormente, como deveria ser, pois informações tidas como mentirosas não teriam nada para contribuir na escrita da história. No entanto, os historiadores que tomassem as cartas de Marrocos como fonte, deveriam ficar em alerta quanto às paixões e preferências do remetente, que comprometiam a “verdade ou a justiça”. Esses últimos elementos tornam-se significativos para a compreensão do compromisso do historiador na concepção de Garcia. Estava nas mãos desses pesquisadores, interessados pelo passado, ler suas provas com neutralidade. A falta da verdade no estabelecimento dos fatos, além de disseminar mentiras, estabeleceria uma relação de injustiça com os sujeitos do passado.

Para Garcia, um tanto injusta pareceu a antipatia com que Marrocos narrou o Brasil, o Rio de Janeiro e sua gente. Este era o país de seu degredo, com “animais feios e muitos”, gente vaidosa, soberba, e com moleza até no falar. As comidas brasileiras, como o quitute de carne seca de Minas Gerais com farinha de pau e feijão preto, eram cozidos e amassados com o dedo, os quais por fim eram lambidos. Segundo o lisboeta, nauseavam. Ele apresentou muitas das queixas de Marrocos, mas, simultaneamente, buscou explicar as circunstâncias e justificar seu conteúdo por meio das doenças que portava. Possivelmente,

concordava com diagnósticos como os de Macunaíma, o anti-herói de Mário de Andrade: “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são”, acrescentando ainda a “aspereza do clima do Rio de Janeiro” entre as mudanças enfrentadas por Marrocos.

Saber que Marrocos era um indivíduo doente deveria tornar seus leitores compreensivos em relação à irritabilidade e mau humor do lisboeta, pois eram as características clínicas das terríveis hemorróidas que sofria. Por volta de agosto de 1813, em uma das crises da doença, Garcia narra que Marrocos foi consultar um padre entendido em medicina, chamado Teixeira, da casa da Duquesa de Cadaval, que lhe prescreveu a seguinte receita também copiada “*ad pedem litterae*” por Garcia (1973: 30):

Hum frango inteiro sufocado, com o sangue, penas e tudo, posto ao lume em hua panela a cozer com meia canada dagoa: depois de cozido, e bem delido, coar a dita agoa, quando estiver em porção de hum quartilho, expremar o mesmo frango n'hum pano forte; dividindo a dita agoa ou caldo em duas porções iguais para dous dias, se tomará huma ajuda com huma porção morna, juntando-se-lhe hua colher de sopa de assucar refinado, e outra dita de banha de flor de laranja.

Assim, como a doença foi tomada como um dos elementos representativos na constituição de retratos do Brasil, nos quais se enfatizava as mazelas de origem, os textos médico-higienistas e os discursos de outros atores sociais das três primeiras décadas do século XX também propunham alternativas, muitas delas culturalmente invasivas, para saná-las.⁵⁵ Na narrativa de

⁵⁵ Para uma análise da “versão do Brasil doente”, construída especialmente pelos

Garcia, a doença serve como elemento explicativo de um mau comportamento de Marrocos com seu destinatário e o alívio atribuído à receita do padre Teixeira demarcou uma metamorfose tida como positiva em sua vida. Mas, mesmo se a doença de Marrocos não fizesse com que o leitor redimisse seu mau humor, Garcia (1973: 30) apresentou ainda outro argumento, dessa vez pautado na tipologia documental:

Depois, há que convir, em seu favor, que estas cartas não eram, como pasquins, endereçadas à publicidade, mas à família, ao limitado círculo doméstico, de onde não deviam passar: se chegaram ao conhecimento dos pósteros, não foi, evidentemente, por vontade ou culpa sua.

Garcia trata das especificidades da correspondência familiar, escrita geralmente em uma linguagem coloquial, como elemento fundamental para a compreensão da escrita de Marrocos; no entanto, esse reconhecimento não significou igualar sua importância em relação às chamadas fontes oficiais. Em alguns momentos, as cartas de Marrocos pareciam funcionar, para Rodolfo Garcia (1973: 34), como prova a respeito do período de transição entre a colônia e o império independente, apenas porque esse recorte temporal contava com poucas contraprovas: “Não são de molde a alterar a história do período a que se referem; mas, como essa história ainda não está completamente feita, é mais que certo que lhe hão de trazer contribuições não desprovidas de valor”.

higienistas em textos literários e de divulgação, bem como da presença desse discurso na chamada fase de institucionalização das ciências sociais no Brasil, ver: Lima (2000).

Garcia buscou difundir as regras metódicas que atribuem estatuto prioritário ao documento oficial, mas isso não significou aplicá-las em todo momento. Afinal, era preciso completar a história, o que requeria adequar as regras aos documentos que estivessem ao alcance. Diante disso, certo desdém em relação ao valor das cartas enquanto fonte dá, em seguida, lugar à apresentação de um conteúdo epistolar audacioso e singular por alcançar os “bastidores”:

Muitas novidades e miudezas nelas se encontram, ao par de muito mexerico, não da espécie daquele que fez com que Portugal perdesse a Índia, como disse o Conde de Ficalho, - mas o mexerico noticioso, informativo, que, com o tempo, serve para alumiar os desvãos da história, mais útil muitas vezes do que o documento oficial, pragmático e circunspecto por sua natureza (GARCIA, 1973: 34-35).

Se, por um lado, o diálogo privado de Marrocos com a família poderia servir para “alumiar os desvãos da história”, por outro, a utilização de expressões “chulas ou brejeiras” desconfortou o editor, levando-o a justificar, mais uma vez, o remetente, ao atribuir esse tipo de linguagem ao velho gosto português que, no entanto, não “arrepriavam a sensibilidade de pessoas bem educadas” no período em que foram escritas. Assim, o editor demarcava a importância de uma linguagem formal nas fontes, pois também a história deveria ser escrita polidamente. No entanto, a crítica documental não poderia adotar um extremo rigor a ponto de cometer anacronismos e desconsiderar as características próprias de cada tipologia documental, especialmente quando serviriam para pesquisas

a respeito de um período lacunar. Em contraposição às “irreverências” momentâneas da forma de escrita de Marrocos, Rodolfo Garcia destaca a maneira respeitosa, polida e cortesã com que ele se referia à família real. As informações a respeito desses personagens da corte portuguesa, que se configuraram como um testemunho de conduta, parecem ser para Garcia a grande utilidade das cartas.

As atividades físicas que D. João praticava e as festas que frequentava, assim como a verminose de D. Miguel e as febres de D. Pedro de Alcântara compunham a pauta das cartas de Marrocos. Os mexericos a respeito de D. Carlota Joaquina ganharam ainda mais ênfase, chegando a serem considerados por Garcia (1973: 36) como obra de caridade, pois, segundo ele, os episódios narrados por Marrocos a respeito dela “muito diz em crédito de seus bons sentimentos postos em dúvida pela maioria dos historiadores”.

Desse modo, Garcia destaca Marrocos como testemunha confiável, porque presenciou o cotidiano da princesa, em oposição à “maioria dos historiadores” que não estiveram com ela. Ao inquirir as testemunhas a respeito do caráter de D. Carlota Joaquina, Garcia privilegiou aquele que ocupou a posição de observador do fato pela visão, em detrimento de alguns historiadores que, possivelmente, observaram somente a partir de fontes documentais. Não se trata de uma rejeição da certeza do documento como única forma de escrever história, mas da identificação da verdade histórica no chamado documento “primário”, no qual a visão ganhou efeito de evidência.⁵⁶ Ao

⁵⁶ François Hartog, no livro *Evidência da História: o que os historiadores veem*, apresenta questões inspiradoras para uma análise do papel da evidência na história, tratando

encaminhar sua argumentação, sempre em busca da verdade histórica, Garcia aponta alguns caminhos e desaprova outros, compondo, ao longo das apresentações, propostas metodológicas para as diferentes tipologias documentais publicadas nos *Anais*. Se as edições documentais foram um dos espaços textuais privilegiados para a constituição e divulgação de um corpo de regras para a pesquisa histórica,⁵⁷ esse corpo de regras não deixou de tornar-se pauta em diversas correspondências nas quais os letrados partilhavam de suas aspirações em relação ao conhecimento histórico, seja como alerta para segui-lo ou como lamentação pelas produções que padeciam por “falta de tirocínio metodológico”, como fez o sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico, Clemente Brandenburger (1879-1947), na resposta dada a uma carta recebida do amigo Garcia:

O que diz sôbre a leviandade, com que uns copiam os outros, é muito justo. Quanto desespero já me causou êste péssimo costume! Muitas vêzes reparo com uma data ou com a narração dum fato, que não me parece exata. Nem sempre é uma dúvida mas apenas um faro, um instinto, que me manda rever a cousa. Consulto um

de como se dão as configurações entre ver e saber. Tais discussões auxiliam também na compreensão da dedicação de Rodolfo Garcia na organização de acervos e edição de documentos, de modo específico quando Hartog analisa o lugar da evidência na historiografia moderna. O autor aponta que a exigência da facilidade de acesso aos os arquivos está associada ao que eles representam: a memória da nação (HARTOG, 2011).

⁵⁷ Pedro Afonso Cristovão dos Santos problematiza o trabalho de Capistrano de Abreu com documentos históricos, apontando que “a tradição de anotação em edições de textos andou lado a lado com o estabelecimento de um corpo de regras, algumas implícitas, outras explícitas, da erudição histórica” (SANTOS, 2009: 135). Dentre as diversas pesquisas que tratam do trabalho de Capistrano de Abreu na publicação metódica dos documentos, destacamos ainda Oliveira (2006: 216-239).

autor, o segundo, o terceiro e sempre encontro o mesmo. Só depois de muita pesquisa dou com a fonte comum de todos e com o erro. Quantos erros de cópias ou de tipografias têm sido perpetuados, porque quase ninguém se dá o trabalho duma verificação, frequentemente bastante fácil! Em grande parte devemos considerar tal leviandade uma consequência da falta de tirocínio metodológico. Talvez a Faculdade de Filosofia e Letras introduzirá na nossa vida intelectual êstes conhecimentos metodológicos, indispensáveis para o trabalho científico (DAMASCENO, 1970: 39-40).

A assimilação da crítica documental fez com que Brandenburguer considerasse instintiva a prática de verificar a procedência de um dado. Ao apontar repetições de equívocos em trabalhos de história, esses revisores correspondentes, que até então tinham os institutos, museus e bibliotecas como lugares nos quais se definiam como e qual história do Brasil deveria ser escrita, demonstram suas insatisfações com o que consideravam omissão dos pares e também com suas expectativas - já em 1919, ano em que Brandenburguer escreveu a carta - em relação ao papel das Faculdades na profissionalização dessa área do conhecimento.⁵⁸

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela institucionalização do ensino superior de história, vinculado à geografia até os anos de 1950. Letrados autodidatas na área

⁵⁸ Provavelmente a Faculdade de Filosofia e Letras que Brandenburguer mencionou seja a Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, que foi reorganizada em 1937 e passou a chamar Universidade de Brasil (UB). Em 1965 recebeu o nome atual, Universidade Federal do Rio de Janeiro. A institucionalização do ensino superior de História iniciou, juntamente com a Geografia, em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) (cf. FERREIRA, 2013).

de história também participaram desse período não só com expectativas e opiniões a respeito das questões que deveriam tornar-se pauta na construção da história como disciplina universitária, a exemplo de Brandenburguer, mas também ganharam espaço entre docentes estrangeiros que ministraram disciplinas, como foi o caso de Afonso Arinos De Melo Franco (1905-1990), professor da disciplina História da Civilização no Brasil, entre 1935 e 1939, no Curso de História da UDF, e Hélio Vianna (1908-1972), primeiro membro catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, entre 1939 e 1960. Ambos eram graduados em direito como Rodolfo Garcia, que, por sua vez, permaneceu nas instâncias tradicionais de legitimação da produção histórica, especialmente na BN.

Tal permanência não significou que Garcia esteve alheio à tarefa de formar profissionais ou à ascensão da universidade nesse processo. Pelo contrário, como vimos nos capítulos anteriores, Garcia buscou justificar a abertura do Curso de Museus ocorrida em 1932, quando dirigia o Museu Histórico Nacional, inscrevendo-o em um caráter de extensão da Universidade do Rio de Janeiro, pois, naquele momento no qual as universidades brasileiras estavam em processo de ampliação dos cursos e consolidação como lugar privilegiado para construção do conhecimento, ao Curso de Museus, que iniciava fora dessa instância, convinha estabelecer vínculos com o projeto universitário. O objetivo comum assinalado por Garcia foi o desenvolvimento da cultura nacional.⁵⁹

⁵⁹ Um dos textos em que Garcia propõe a inserção do Curso de Museus no projeto universitário de desenvolvimento da cultura nacional é a “Explicação” que

A reabertura do Curso de Biblioteconomia também foi ocasião para que Garcia buscasse inserir a sua proposta nas políticas de cientificização do governo, enfatizando a necessidade de disponibilizar o conhecimento técnico aos bibliotecários. Nesse período, no qual ele reconhece as faculdades como instituições para as quais se transferia a autoridade de eleger as temáticas prioritárias em cada área do saber, Garcia procurou sistematizar os estudos históricos por meio de práticas como a definição de especialidades para esse campo e a atribuição de autoria, das quais trataremos na sequência, também demonstrando a sintonia da BN com as pautas das faculdades através da escolha dos documentos publicados.

Na apresentação escrita em 1943 aos “Estudos sôbre o nhêengatú, pelo Dr. Vicente Chermont de Miranda”, o editor situou os *Anais* entre as poucas publicações nacionais que davam acesso aos estudos da linguística americana, e especialmente brasileira, e retomou todos os trabalhos já publicados por esse suporte naquela área. Assim, apontou a publicação como oportuna: “porque aparece no momento em que há, evidentemente, nos meios educativos do país, vivo interesse por essa ordem de conhecimentos, demonstrado na criação de cadeiras da língua tupi em instituições superiores de ensino” (GARCIA, 1973: 176).

Desde o fim do século anterior, Garcia interessava-se por etnografia e, já em 1909, redigiu, com o irmão Aprígio, *Etimologias Tupis*. Um dos primeiros trabalhos que escreveu, assim que mudou, no ano seguinte, do Rio Grande do Norte

antecede o Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810) (GARCIA, 1956).

para o Rio de Janeiro, foi *Nomes de Aves em língua Tupi*, publicado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1913.⁶⁰ Nesse texto, Garcia procurou enfatizar a participação da língua Tupi na lexicografia da língua portuguesa no Brasil. No ano de 1922, o IHGB lançou o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Garcia (1922: 249-277) ficou responsável por redigir o tópico “Ethnografia indígena”, no qual apresentou um histórico da classificação das tribos indígenas do Brasil, formulada nos primeiros contatos dos europeus com o continente. A extrema limitação dessa classificação que abarcou inúmeras nações indígenas em apenas dois grandes grupos, Tupis e Tapuias, é denunciada por ele, para então indicar a linguística como a maneira adequada de conhecer a diversidade desses grupos, pois, ao mapear a estrutura gramatical de cada língua, seria possível estabelecer comparações entre elas. Com esses e outros trabalhos voltados para etnografia, mercedores de estudos específicos, Garcia integrou um grupo de letrados e líderes políticos que, desde os oitocentos, interrogaram-se sobre quem era o povo brasileiro, formulando definições de perspectivas variadas.

Diante dessa questão, tão cara à trajetória da história nacional, onde os índios deveriam ser situados dentre seus personagens? (GUIMARÃES, 1988: 5-27; VARNHAGEN, 1876; CEZAR, 2006: 29-41). Por meio dos estudos linguísticos, Garcia (1973: 187) buscou identificar propriedades distintivas das nações indígenas, mas também demonstrar que elas “contribuíram para o desenvolvimento do idioma dos descobridores ou conquistadores do Novo Mundo”. Tal prática etnográfica pretendia corresponder

⁶⁰ Esse trabalho foi publicado em três partes, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A primeira delas em 1913 e as restantes em 1914.

também aos anseios do mestre Capistrano de Abreu. Produzindo documentos escritos para suprir a falta de “provas históricas”, não tomou apenas as línguas indígenas como objeto de investigação, mas, por meio de estudos como *Nomes de Aves em língua Tupi* e *Exotismos Franceses originários da Língua Tupi* assinalou as marcas recíprocas que o encontro entre os chamados civilizados e aqueles que foram tidos como selvagens deixaram em suas línguas (GARCIA, 1913; 1973).

No entanto, a escolha da publicação de estudos linguísticos e etnográficos nos *Anais* não foi justificada pelas afinidades de Garcia, mas o historiador/etnógrafo/editor inseriu essa iniciativa em um movimento mais amplo ocorrido nos “meios educativos do país”, no qual também estava incluso. O conhecimento etnográfico, com fronteiras pouco definidas, tinha entre os elementos comuns com a história a partilha dos anseios das ciências sociais de tornarem-se referência na compreensão das alteridades que compunham o Brasil, por meio de escritos com estilo considerado científico.

Sabemos que os argumentos de ordem metodológica eram privilegiados na atribuição do estatuto de cientificidade do conhecimento histórico e que foram partilhados tanto pelos letrados que permaneceram nos “vagares dos ofícios” institucionais, caso de Rodolfo Garcia e seu correspondente Brandenburguer, quanto por aqueles que, a partir da década de 1930, fariam parte do corpo docente das graduações em história, juntamente com professores estrangeiros. As edições documentais, nas quais estamos adentrando, sinalizam um período de transição entre esses diferentes lugares de produção do conhecimento histórico nas décadas de 1930 e 1940 e as

táticas de Rodolfo Garcia para incluir a BN no processo de profissionalização desse saber, fornecendo um instrumental documental submetido ao moderno método crítico para o aprofundamento das pautas que, a partir de então, seriam ditadas especialmente pelas faculdades.

Que história é esta? Quem é o autor?

A institucionalização da história, iniciada na década de 1930, constituiu-se em um campo já composto de muitas histórias. Esse campo contava com diversos pesquisadores, em sua maioria autodidatas vinculados aos institutos históricos, que se dedicavam a sistematizar o saber e divulgar metodologias para produzi-lo. A criação do curso universitário de história, mesmo que há muito aguardada, causou diferentes impactos no ofício desses letrados, despertando novos anseios, mas também inseguranças e táticas para manter os antigos postos e corresponder às novas demandas.

No entanto, a especialização dos estudos históricos e as investigações a respeito da própria prática eram preocupações que já compunham a agenda de pesquisa desses homens desde o início do século. Uma das atividades de Rodolfo Garcia, nesse sentido, foi a escrita das “Explicações” aos conjuntos documentais, por meio das quais buscou, nas décadas de 1930 e 1940, organizar a produção histórica.

Apontando as possibilidades de escrita da história percebidas nos documentos que seriam publicados pelos *Anais*

da BN, o editor/historiador estabeleceu e reafirmou modalidades internas no saber histórico para situar, em uma determinada subdivisão, as contribuições do material. A atribuição de autoria dos textos anônimos também foi mais um de seus investimentos esquemáticos na especialização do conhecimento histórico.⁶¹ Nessa busca por classificar os textos, Garcia compôs um catálogo, situando os materiais em uma determinada área do saber ou sob a autoridade de uma figura autoral. Esse catálogo, mais narrativo que pontual, configurou-se de modo disperso, pois pode ser identificado no conjunto das “Explicações” que, para além da apresentação dos conjuntos documentais, procurou colaborar no estabelecimento de metodologias visando a uma relação científica com o saber histórico, analisada no decorrer desse capítulo.

Há também outros textos desse período que poderiam ser tomados como catálogos pelo esforço que denotam em sistematizar o próprio fazer na área da historiografia brasileira. No entanto, foram os catálogos produzidos a partir da década de

⁶¹ Na Conferência de 1969, publicada sob o título *O que é um autor?*, Foucault problematiza a noção de autoria e sua relação intrínseca com a escrita e o discurso. Dentre os mecanismos envolvidos na emergência da figura do autor na modernidade, está a morte, ou mesmo o desaparecimento do sujeito que escreve, em detrimento da imortalização do nome do autor configurado enquanto função. No entanto, as noções de obra e escrita instigam a suprimir, em partes, o desaparecimento do autor, pois conduzem ao questionamento de quem escreveu. Essa resposta não aponta para uma existência singular como a de um nome próprio, mas remete a função-autor à medida que esse nome indica um conjunto de textos. A partir dessas contribuições de Foucault, podemos compreender a prática de atribuição de autoria, tão cara a Rodolfo Garcia e os letrados que compartilhavam de uma concepção moderna de história, também como um exercício de classificação que situa uma diversidade de discursos sob a autoridade da assinatura daquele que é designado autor (cf. FOUCAULT, 1992).

1950 que se tornaram reconhecidos como pioneiros na formação de um campo disciplinar voltado para o estudo da historiografia brasileira, tendo José Honório Rodrigues como representante dessa prática.⁶² Nos catálogos dessa natureza, foram eleitos autores e obras, inseridos em contextos de produção e filiações teóricas, para figurarem como os integrantes da historiografia brasileira. No entanto, as tarefas voltadas para a profissionalização do conhecimento histórico desenvolvidas por José Honório foram amplas. Para além da produção de catálogos, ele também atuou na BN entre os anos de 1946 e 1955, como gestor da Divisão de Obras Raras e Publicações, período em que sucedeu Garcia na edição de textos raros para a Série *Documentos Históricos* e *Anais da Biblioteca Nacional*. Rodrigues buscou dar visibilidade para seus esforços como pioneiros, apontando que a escolha do material para edição e publicação não seguia um plano tão sistemático no período anterior a 1946, pois era, em muitos casos, guiada por critérios arbitrários.⁶³

⁶² Apontando para a necessidade de repensar a construção da disciplina histórica, Manoel Luiz Salgado Guimarães (2005) identifica o início do campo da história da historiografia a partir dos trabalhos de José Honório Rodrigues, na década de 1950. Assim, acabou por desconsiderar a importância da análise dos textos anteriores que buscava mapear a área por meio de diferentes perspectivas, voltando-se para questões relacionadas a produção desse saber.

⁶³ Andre de Lemos Freixo (2014: 235-254) analisa a atuação de Rodrigues na BN entre os anos de 1946 e 1955, como gestor da Divisão de Obras Raras e Publicações, com destaque para uma atividade precedida por Rodolfo Garcia: a edição de textos raros para a Série *Documentos Históricos* e *Anais da Biblioteca Nacional*. Mesmo mencionando letrados como Ramiz Galvão e Rodolfo Garcia, enquanto precursores dessa tarefa, Freixo se esforça para demarcar a emergência de uma cultura historiográfica renovadora apenas em meados do XX, tendo como um dos pilares a especialização. Desse modo, Freixo faz uma discussão profícua a respeito da BN enquanto lugar institucional, com autoridade também na organização de um campo do saber historiográfico profissionalizado no Brasil; no entanto, os diversos empreendimentos anteriores à década de 1940 não são

No entanto, como pontuamos no decorrer dos capítulos, a atuação de Garcia na BN, desde os anos de 1930, foi marcada pelas mesmas preocupações em relação à sistematização dos estudos históricos. Ambos editores foram movidos pela aspiração de especializar essa área do saber, apostando, por exemplo, na escrita de prescrições fundamentadas no método crítico para acompanhar o material publicado. Sabemos que cada um agiu a partir de suas concepções, enfrentando as exigências e as condições de catalogação do acervo próprias de seu presente. Basta sinalizarmos que Rodrigues dirigiu a Divisão de Obras Raras e Publicações quando o Curso de Biblioteconomia da instituição já completava uma trajetória de quatorze anos e, portanto, contava com profissionais para o trabalho com acervos. No período da gestão de Garcia o desafio ainda era o de promover a abertura desse curso.

A opinião de Rodrigues a respeito do trabalho daqueles que o antecederam na escolha do material para edição e publicação nos *Anais* também pode ser contestada por meio de uma leitura atenta das “Explicações” de Garcia, pois, em justificativas como a que escreveu para os “Estudos sobre o nhêngatú, pelo Dr. Vicente Chermont de Miranda”, em 1943, o editor demonstra a inserção da escolha de estudos linguísticos e etnográficos em um interesse mais amplo pela temática observado nos “meios educativos do país”, bem como “na criação de cadeiras da língua

concebidos como integrantes desse processo. Assim, o autor corrobora, em certa medida, com a busca do próprio Rodrigues por dar visibilidade para seus esforços como pioneiros, pois as estratégias anteriores voltadas para o estabelecimento de critérios sistemáticos para a divulgação dos materiais da instituição e para a especialização do saber histórico, nesses mesmos veículos de informação, não são assinaladas.

tupi em instituições superiores de ensino”. Portanto, isso nos parece mais um esforço em integrar-se às novas demandas ditadas pelas novas instituições educacionais do que uma escolha apenas arbitrária do material para publicação.

Com intuito de ampliar a investigação da dedicação de Garcia na classificação do conhecimento histórico por meio das “Explicações”, durante a década de 1930 e 1940, analisaremos alguns desses textos atentando para as definições de especialidades e atribuição de autoria. Tais estudos podem ser tomados como catálogos, pois mesmo não sendo constituídos de um rol informativo, mas de uma escrita narrativa, compõem uma espécie de guia com agrupamentos lógicos de informações a respeito das condições e possibilidades vistas pelo autor no campo histórico.

A “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”, publicada nos *Anais*, em 1940, valia, segundo Garcia (1973: 165), “como um capítulo inédito da história das explorações científicas no Brasil”. Talvez a emergência dessa subárea é que fez Garcia indicar nesse material um potencial maior que o de uma fonte por analisar. Tratava-se de uma parcela da história, um capítulo recém-descoberto, no entanto, passível de crítica.

Uma das primeiras iniciativas para uma escrita da história das explorações foi a dedicação de duas seções no Primeiro Congresso de História Nacional (1914), aos temas: História das explorações geográficas e História das explorações arqueológicas e etnográficas.⁶⁴ Em abril de 1931 ocorreu a segunda edição

⁶⁴ Para uma análise da iniciativa pioneira de letrados e políticos para sistematizar

do evento, que teve como temática principal o centenário da abdicação de D. Pedro I. Naquela ocasião, Garcia apresentou o texto “Explorações Científicas”, publicado nos *Anais* do Congresso. Esse trabalho, no qual compôs um panorama bem documentado das explorações científicas consideradas por ele como principais, tornaria-se fonte para a maioria dos estudos posteriores a respeito do tema. Por meio dessa discussão, Garcia colaborou com a difusão de um nacionalismo ilustrado, apresentando a investigação científica como atividade que ocorreu já no chamado descobrimento. Trabalhos apresentados nessa mesma perspectiva colaboraram com os principais pontos dos projetos que visavam à criação de uma identidade nacional, muitos deles impulsionados por Getúlio Vargas, nos tempos da Revolução dos 30. Tanto é que, a partir desse Congresso, o presidente do chamado governo provisório tornou-se mecenas do IHGB até o fortalecimento de sua figura, por volta de 1938.

No entanto, foi no século XIX que Garcia situou o surgimento de uma nova era para a história das explorações científicas, através dos diversos empreendimentos que buscaram “mapear” o Brasil desde a geografia, fauna, flora, até os nativos, línguas e costumes. Para ele, aquele “pode ser considerado como o verdadeiro século do descobrimento de nosso país para as nações civilizadas” (GARCIA, 1942: 189). Mesmo demonstrando satisfação pela visibilidade que a catalogação das “riquezas” do Brasil possibilitou, especialmente entre os pesquisadores das chamadas nações civilizadas, ele não deixou

o saber histórico disponível, por meio da organização do I Congresso de História nacional, em setembro de 2014, ver: Guimarães (2005).

de alertar para a maneira fantástica com que alguns viajantes narraram personagens e experiências em terras brasileiras.

O livro *Wanderings on South-America*, no qual o naturalista e ornitólogo Charles Waterton teria “enfeixado” o “resultado” de suas andanças pela América do Sul, passando por Pernambuco e Maranhão entre 1812 a 1816, era um exemplo das narrativas que Garcia (1942: 199) classificou como duvidosas, mas também responsáveis por despertar na Europa a mais viva curiosidade pelo Brasil: “Nos *Wanderings*, o naturalista narra aventuras extraordinárias por que passou no Novo Mundo, algumas das quais de duvidosa fidelidade, como, por exemplo, ter cavalgado o dorso nu de um jacaré e ter travado combate singular com uma giboia...”.

Para além das cavalgadas em jacarés e lutas heróicas com jiboias, Garcia apontou infidelidades de diferentes ordens, mas com igual falta de fundamento, na fonte “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)”. O editor discordou da denúncia que o viajante fez a respeito da provavelmente imutável falta de boas comunicações entre o litoral e o interior por tratar-se de “um prognóstico desfavorável à civilização do Brasil”.⁶⁵ Desde as últimas décadas do século XIX, o mestre Capistrano de Abreu (1976: 291-316) já havia alertado para a necessidade de investigar os processos específicos da ocupação no território do chamado sertão, pois, voltando-se apenas para o litoral, não seria possível uma visão

⁶⁵ Os critérios para a escolha dos documentos publicados até os investimentos em orientar a leitura do material através das “Explicações”, indicando potencialidades ou mesmo alertando para informações consideradas equivocadas, nos apontam para a importância do papel do editor no estabelecimento das convenções que governam a ordem dos livros (cf. CHARTIER, 1998: 45).

completa a respeito da constituição de uma unidade territorial que compunha o projeto de nação, para então escrever sua história.

Na percepção de Garcia, que escreveu e publicou a apresentação da narrativa de viagem em 1940, os fatos se encarregaram de demonstrar os equívocos no prognóstico do naturalista inglês, pois considerou que no século XX as comunicações entre o litoral e o interior estavam mais que estabelecidas. Mesmo que o viajante tenha a seu favor a visão daquilo que narrou e essa experiência legitime alguns aspectos de seu relato, ao qual Garcia (1973: 170) atribuiu estatuto de “capítulo inédito da história das explorações científicas no Brasil”, essa visão foi passível de análise e requeria, em muitos aspectos, a comprovação a partir da visão atualizada do editor:

As impressões de viajantes estrangeiros sobre países que visitam e que criticam às vezes com acrimônia, são mesmo assim interessantes: se lhes assiste razão, não há como contrariá-las; mas se dela carecem, ou se a posteridade se incumbiu de destruí-las, é sempre motivo de satisfação para quem sofreu a injustiça o verificar que o mal apontado ou o erro assinalado, ou não existia ou teve com o passar dos tempos a correção necessária.

Na *Odisseia*, é o viajante Ulisses que anseia por retornar à Ítaca e recuperar a identidade grega, que era também a dele. O editor Garcia, em sua pátria, sentiu-se incumbido de delinear os contornos identitários de um Brasil que se queria civilizado, problematizando e buscando atualizar a visão do viajante inglês que observara o país no início do século anterior. Se, para Garcia, muitas das impressões de viajantes estrangeiros eram

injustas, satisfatório foi perceber no tempo o justiceiro que faria a verdade aparecer através dos fatos. Nesse sentido, o leitor da “Explicação” pode circular por diferentes temporalidades de *eus* e *outros* que são postos em disputa: O *eu* do editor e sua visão atual do passado desse *outro* conhecido, porque se tratava de sua pátria, com o *eu* do viajante que tem sua visão de um *outro* desconhecido, que é o Brasil, considerada desatualizada pelo editor.⁶⁶ De seu presente, Garcia vê as previsões do viajante, que poderiam comprometer a noção de Brasil civilizado, falhar.

A tarefa de criticar a narrativa, utilizando os trechos considerados verdadeiros e descartando as mentiras, o impede de pegar “carona” e, assim, interpretar a rota e as impressões da narrativa de viagem. Garcia (1973: 170) sugere ainda que o leitor acompanhe o viajante apenas nos trajetos seguros: “Nessa parte, quando o naturalista toca em descobrimento de minas, fundação das cidades, etc., é de bom aviso pular adiante, porque em geral não diz coisa de proveito de certo por mal informado que teria sido sobre a matéria”.

Mas, quem era, no fim das contas, esse autor da narrativa de viagem? Garcia fez questão de afirmar, já no início da

⁶⁶ No livro *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, François Hartog (1999) propõe uma experiência de leitura de Heródoto, na contramão das comprovações arqueológicas que “desmentiram” suas afirmações na obra *Histórias*, a respeito do povo cita. Hartog aposta em uma perspectiva que indaga como Heródoto e os gregos percebiam e representavam os outros diferentes, pois não eram gregos, e qual a recepção dos leitores da narrativa de viagem do historiador tido como mentiroso. Desse modo, ao fundamentar sua compreensão das relações de alteridade na percepção de que na narrativa a respeito do outro não nos deparamos com um outro real, mas com o outro do autor e dos leitores, Hartog auxilia-nos também na análise das leituras de Rodolfo Garcia a respeito do viajante inglês, que narrou um Brasil diferente do dele em muitos aspectos (HARTOG, 1999).

apresentação, que tirar esse documento do anonimato foi uma das primeiras condições para a publicação. Não se tratava apenas de descobrir um nome para referir-se ao autor no decorrer da apresentação, mas de atribuir um estatuto específico para o discurso. A maneira com que esse exercício, tão caro à moderna crítica histórica, era executado é que validaria ou não a autoria atribuída. Portanto, Garcia compartilhou todas as etapas da investigação, desde as hipóteses até a pergunta que levou aos elementos probatórios, que, segundo ele, estavam disponíveis principalmente na própria narrativa do viajante, colocando-se, assim, como um bom leitor.

A partir da informação dada pelo autor, de que saiu de Falmouth em junho de 1833, Garcia deduziu que o naturalista, curioso das coisas brasileiras, tenha embarcado no paquete inglês Reynald, que fazia a rota daquele porto ao do Rio de Janeiro. Como a lista completa dos passageiros não foi publicada nos jornais, o único recurso encontrado por Garcia (1973: 166-167) foi inquirir sobre os naturalistas ingleses que naquele período jornadearam no Brasil.

Rumadas as pesquisas nessa direção foi fácil encontrar abonado por Ignace Urban, *Vitae itineraque collectorum botanicorum*, etc., in Martius, *Flora Brasiliensis*, v. I, parte 1.^a, pgs. 8/9, o nome do Sir Charles James Fox Bunbury, que viajou no Brasil e no Rio da Prata, de 1833 a 1835; do Brasil conheceu o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Gongo-Soco, Capão, Cocaís, Ouro Preto, etc.); esteve em Buenos Aires e Montevidéu, de dezembro de 1833 a março de 1834, - particularidades essas que a narrativa confirma em todos os seus termos.

Além desse caminho de pesquisa iniciado por uma pergunta, que possibilitou o confronto de informações contidas na *Flora Brasiliensis* a respeito de Charles James Fox Bunbury com as da narrativa de viagem, Garcia afirmou que, se preciso fosse, demonstraria ainda outro elemento probatório na própria narrativa de Bunbury, na qual ele afirma ter parentesco com o diplomata inglês Henry Stephen Fox (1791-1846), que foi o primeiro ministro plenipotenciário da Inglaterra, confirmando assim, o sobrenome.

Em junho de 1941, Henry J. Linch, então membro da colônia britânica no Rio de Janeiro, escreveu para Garcia enviando dados biográficos a respeito da família de Bunbury, retirados da publicação anual de Londres *Burke's Peerage, Baronetage and Knightage*. Nessa Carta, Linch demonstra reconhecimento a respeito do trabalho na atribuição de autoria da fonte: “Li com imenso prazer sua comunicação sobre a “Narrativa de viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, de 1833 a 1835”, e cujo autor V. Ex^a conseguiu identificar na pessoa de Sir Charles James Fox Bunbury (Baronet)” (DAMASCENO, 1970: 135).

Como vimos, a prática da atribuição de autoria requeria amparo em provas e apresentação do raciocínio lógico que levou até elas. Nesse sentido, também o prestígio do autor da investigação interferia na credibilidade da resposta. Seguir pistas para desvendar ou averiguar a verdadeira autoria de um texto não foi uma tarefa realizada por Garcia apenas na apresentação da narrativa de viagem atribuída a Bunbury. Todo documento submetido à crítica metódica requeria operações analíticas de elementos como proveniência, sinceridade e exatidão, cuja

legitimidade vinculava-se à figura autoral, que, dentre outras funções, tornava-se referência do saber produzido como texto.

A dúvida a respeito de uma atribuição autoral também foi o que motivou o historiador gaúcho, Walter Spalding (1901-1976), sócio do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e então diretor do Arquivo e Biblioteca Pública de Porto Alegre, a escrever para Garcia em 1942:

Disse-me Mansueto Bernardi que o “Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às missões do Uruguai”, atribuídas ao cap. Jacinto Rodrigues da Cunha não é da autoria deste e, sim, do secretário da Expedição, Manuel da Silva Neves. Não soube, porém, dizer qual o autor da descoberta do verdadeiro nome do autor, presumindo contudo, tratar-se de V. S.^a Peço-lhe, por isso, e porque estou com idéia de fazer uma reedição comentada da obra, a fineza de dizer-me o que souber a respeito e, se possível, cópia do artigo em que fez a revelação para incluí-lo, como prova, no prefácio (DAMASCENO, 1970: -144145).

Mesmo sem a certeza de quem foi o “revelador” da verdadeira autoria do diário da expedição, a suposição de Mansueto Bernardi (1888-1966), letrado que colaborou, como Spalding, com empreendimentos políticos e literários voltados para o fortalecimento identitário do Rio Grande do Sul, demonstra que alguns dos pares percebiam em Garcia um perfil de investigador, com potencial para desvendar a autoria com a devida exatidão e, além da revelação, apresentar as provas constituídas nos caminhos de pesquisa percorridos até a resposta.

Não sabemos se Garcia respondeu a carta dando as informações solicitadas, mas a prova requerida por Spalding

estava na explicação que escreveu aos “Documentos sobre o tratado de 1750, V. 1”, publicada no volume LII dos *Anais da Biblioteca Nacional*, em 1938. Nesse texto, Garcia advertiu que a assinatura de Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha no documento não correspondia à autoria do material. Segundo o editor, ela havia sido deduzida de maneira equivocada por Varnhagen, a partir de uma cópia do documento publicada pela *Revista do IHGB*, menos completa que o códice da BN e outro arquivo do Itamaraty, os quais possibilitavam concluir que o autor do Diário era, na verdade, o capitão Manuel da Silva Neves, secretário da expedição e, nessa qualidade, redator de outros textos a ela referentes.

A comparação entre textos de um mesmo autor foi um dos principais recursos, utilizados por Garcia, para formular a hipótese de autoria também dos “Almanaques do Rio de Janeiro”. Na “Explicação” escrita para esse conjunto documental, em 1939,⁶⁷ o historiador/editor indica como construiu a hipótese e quais as provas para validá-las:

A autoria dos Almanques é desconhecida; mas não seria descabido conferi-la ao Primeiro-Tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia Antônio Duarte Nunes, que neles figura com esse posto, e é o autor declarado do Almanque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799, publicado na Revista do Instituto Histórico, o qual guarda, principalmente com o primeiro, a mesma disposição material, embora seja muito mais desenvolvido do que os dois, com a apreciável

⁶⁷ Esse texto foi publicado nos Anais da BN um ano depois, em 1940, porém, na edição referente ao ano de 1937, pois somente na direção de Garcia a periodicidade dessa publicação foi regularizada.

parte histórica nele contida, e que, em seu maior trecho, é o histórico da fundação da cidade (GARCIA, 1973: 89).

Na comparação dos textos, tornava-se essencial a sensibilidade para perceber os possíveis elementos comuns, seja nos recursos narrativos, na organização das fontes ou tipologia. Garcia identifica a “mesma disposição material” nos textos, mas também uma dedicação maior à história no *Almanaque Histórico da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro*, escrito por Antônio Duarte Nunes. Enquanto esse texto correspondia ao ano de 1799, os outros dois “Almanaques do Rio de Janeiro” em preparação para publicação eram referentes aos anos de 1792 e 1794; portanto, o período de escrita corroborou com a hipótese de um mesmo autor.

A constatação de que havia uma falta no desenvolvimento da parte histórica dos “Almanaques do Rio de Janeiro” não foi motivo de contestar a autoria sugerida, mas parece ter impulsionado Garcia à tentativa de escrever ele mesmo essa história.

Tais Almanagues continham informações pontuais e variadas da capital do Brasil colônia no final do século XVIII, principalmente nomes e ruas dos responsáveis por diversos cargos na administração militar, civil, judiciária, eclesiástica e econômica. Médicos, advogados, negociantes, comércios, embarcações entradas no porto, dentre outras atividades da cidade, ganharam pequeno espaço nas listas dos Almanagues.

Garcia dedicou, aproximadamente, vinte páginas de seu texto para apresentar dados biográficos a respeito dos principais nomes que figuravam no material, mas as informações que parece considerar privilegiadas nessa documentação, trabalhadas

nas últimas dez páginas, são a centena de logradouros públicos do Rio de Janeiro, mencionada nos Almanques para indicar a localização das residências de seus figurantes.

A possibilidade de interpretar esses nomes de ruas motivou Garcia a situar as potencialidades do documento em uma determinada especialidade: a história da cidade.

Além de classificar as contribuições do material em uma subárea emergente, demonstrando um esforço em sistematizar as temáticas que compunham os estudos históricos, Garcia (1973: 110) indicou alguns autores e trabalhos que integrariam aquele tipo de história:

A interpretação dos nomes desses logradouros é estudo de interesse para a história da cidade. Haddock Lobo, os dois Melo Moraes, pai e filho, Joaquim Manuel de Macedo, Moreira de Azevedo, Vieira Fazenda e outras mais trataram da matéria com pleno conhecimento; o primeiro Melo Moraes chegou mesmo a dedicar-lhe um capítulo inteiro na *Chorografia Histórica*, tomo I, segunda parte, os. 258/311, subordinado à epígrafe de *Historia das ruas da Cidade do Rio de Janeiro até 1808*.

Esses letrados, mencionados como produtores de história da cidade, sinalizam para a diversidade de estilos narrativos incluídos por Garcia nessa especialidade. Não se tratava necessariamente de textos que correspondessem aos critérios de estudos históricos, considerando a aspiração à cientificidade e rigor metodológico que o termo abarcou no período. Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), considerado o primeiro romancista brasileiro, intitulou-se Memorialista-historiador na voz do narrador de *Memórias da rua do Ouvidor*. Ele foi um dos citados por Garcia que tratou, com

tom despretenso, de diversos âmbitos da vida em um cenário carioca na segunda metade do século XIX, especialmente por meio dos chamados folhetins.

Na primeira das crônicas urbanas de *Memórias da rua do Ouvidor*, a sucessão de nomes da rua conduz a narrativa e compõe um histórico sarcástico que identifica o lugar. Nesta obra, foram reunidos alguns de seus textos publicados em folhetos semanais do *Jornal do Commercio*, no qual colaborou durante vinte e cinco anos. O primeiro nome teria sido Desvio do Mar. Tratava-se de um desvio da rua ou mesmo do caminho direito, portanto, não era de bom agouro, nem mesmo colaborava com uma origem aristocrática que a vaidosa Rua do Ouvidor poderia sugerir. Para o segundo nome da rua, Aleixo Manoel, o *memorista* propõe suprir a falta da origem aristocrática com a romanesca:

Para casos de aperto, como este o memorista, que se reserva direitos confessos de imaginação, deve ter sempre velhos manuscritos ricos de tradições que expliquem o que se ignora. Não exijo dos meus leitores que tenham por incontestável a tradição que apanhei dos meus velhos manuscritos. Liberdade ampla de aceitar-a ou não (MACEDO, 1878).

Ao escritor é garantido o direito de imaginar e os leitores também são livres para aceitar ou discordar do resultado. O memorista assume um tom irônico em relação à concepção dos velhos manuscritos como fonte de saber, nos quais ele afirma ter apanhado a tradição. Desse modo, fez alusão às memórias evocadas em seu texto, de forma a constituir uma trama com potencial de convencimento, portanto, verossímil

e aparentemente despretensiosa em relação ao alcance da verdade dos fatos.

Em outra coletânea das crônicas de Macedo, publicadas no *Jornal do Commercio* e reunidas no livro em 1862 sob o título *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, a lembrança funciona como prova que dá respaldo à narrativa. As andanças começam no “Imperial Collegio de Pedro II”, onde Macedo atuou como professor de História do Brasil, na década de 1850, e fez parte de uma rede de sociabilidade composta por nomes como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. No início desse passeio desapressado, com duração de oito crônicas, o narrador procura apresentar uma faceta desconhecida dessa instituição renomada no século XIX. O Colégio Pedro II foi parte de um projeto de formação de uma elite brasileira ao lado do IHGB e teve sua origem humilde, por iniciativa de um simples capelão que pediu esmola para educar dois meninos órfãos, no século anterior. Mas o narrador não descuida de apresentar as testemunhas dessas informações:

Vou resumir em duas palavras o capítulo da nossa história do outro tempo, capítulo que trata deste assumpto, e que infelizmente não se encontra, nem nos livros, nem nos archivos, mas cuja veracidade julgo poder assegurar, porque pude lê-lo escrito na lembrança de tres velhos muito respeitaveis, sendo um deles sacerdote, e todos absolutamente concordes na relação do que tinham ouvido de seus pais e de seus maiores (MACEDO, [18-?]).⁶⁸

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01069020>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

Além de atender ao imperativo deuteronomico de duas testemunhas, os três velhos são apresentados como figuras confiáveis. Porém, o propósito não parece ser a observação das particularidades do relato de cada um, mas a indicação de uma unidade no discurso para servir como comprovação de sua procedência.

Poderíamos compreender certo desprezo pelo rigor acadêmico e pela premissa metódica de que a história só se faz com documentos, apenas considerando que não tratamos de um texto de história, mesmo que o narrador se identifique como Memorialista-historiador, mas de crônicas, e essas são algumas de suas possíveis particularidades enquanto gênero literário. No entanto, o próprio autor torna ainda mais complexa essa separação de tipos de narrativas e suas ambições, com o texto que acrescenta após o término das crônicas, “Correções de alguns erros”:

Apezar de mais esmerado zelo que empreguei na verificação dos fatos e datas, de que fiz menção na serie destes Passeios, e da paciencia incrível com que procurei informações á respeito dos individuos e personagens, a quem tive de referir-me, incorri sem duvida em erros numerosos, que irão sendo corrigidos á medida que se, reconhecer a verdade ainda oculta nas sombras do passado [...]. Entretanto, a respeito de algumas inexactidões já tive a satisfação de receber obsequiosos esclarecimentos, e para deixa-las correr como verdade, ajuntarei aqui as seguintes notas, que servem para corrigir os erros que me escaparão, e de que já estou convencido (MACEDO, [18-?]: 357).

O narrador que se declarara livre para imaginar é repreendido pelo seu autor e pressionado por seus pares a

corrigir as informações consideradas inexatas. Talvez a própria leveza da escrita de Macedo, que flui despreocupada em citar fontes documentais ao compartilhar temas cotidianos com o leitor, foi uma forma narrativa que aspirou à verdade pela “quebra do monumental”, nos termos que o crítico literário Antonio Candido (1992: 14) defendeu na década de 1980:

O problema é que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas.

Se, por um lado, os folhetins de Macedo propõem um diálogo um tanto informal, buscando envolver o leitor que possivelmente já passeou pela cidade do Rio de Janeiro sem a companhia do narrador, por outro, o esforço na “correção de alguns erros” demonstra não só a necessidade de adequação à noção moderna de verdade, mas também uma preocupação em atribuir aos textos um valor documental, à medida que declarou sua procura por reconhecer a “verdade oculta nas sombras do passado” (MACEDO, [18-?]: 357).

Nos folhetins escritos por um dos alunos de Macedo no Colégio Pedro II, José Vieira Fazenda (1847-1917),⁶⁹ também situado por Garcia entre os que trataram da história da cidade com pleno conhecimento, é notável um esforço mais constante

⁶⁹ Em 1947, Noronha Santos (1947) fez uma publicação comemorativa pelo centenário do nascimento do autor, apresentando seus dados biográficos em nome do Centro Carioca.

que do mestre em apresentar provas por meio de documentos oficiais, quando trata das *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Esse título uniu mais de 500 textos que Vieira havia publicado em jornais, como *A Notícia*, e revistas, como *Renascença* e *Kosmos*, entre 1896 e 1914, e foram editados nos números da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* a partir de 1920, instituição onde trabalhou como bibliotecário por dezenove anos.

Por meio da escrita, Vieira alternou o olhar entre presente e passado. Presente, da cidade que se modernizava aos moldes de Paris, por meio dos projetos ousados como os de reforma urbana, conduzidos pelo prefeito Francisco Pereira Passos, e passado, pelo qual reafirmou a ideia de progresso ou mesmo apontou as mazelas que atravessavam os tempos. Assim, combinou um parecer experiente de um presente em que o narrador legitima a narrativa, com apontamentos a respeito do passado, fundamentados em fontes documentais e bibliográficas.

Em um dos textos escritos em 1904, *Largo da Carioca*, Vieira trata da religiosidade popular na procissão das cinzas. Citando Macedo, relata um episódio ocorrido em 1849, quando o andor de S. Benedicto teria sido excluído da procissão, fazendo que as velhas beatas atribuíssem o rancor do santo à epidemia de febre amarela que ocorreu naquele período. Na sequência, o narrador volta-se para o presente, sinalizando a perpetuação daquela crença:

E tinha razão o proveto professor; hoje, 1904, depois da descoberta do mosquito, muita gente boa acredita que o santo anda ressentido da ofensa, apesar de nos anos seguintes acompanhar o cortejo cercado de todas as honras de muitas luzes e flores em abundância!! (FAZENDA, 1921: 380).

Além da procissão, o Largo da Carioca foi cenário de outro episódio contado por Vieira. Um incêndio na padaria da viúva Pfaltzgraff & C. Para tratar dele, o narrador tomou como fonte a “Crônica Fluminense”, da *Folhinha de Laemmert*. Mesmo situada próximo ao chafariz e acudida pelo inspetor de Obras Públicas com a bomba de Inspeção e bombas dos arseenaes, não foi possível controlar o fogo da padaria em tempo, pois, segundo Vieira, “Apesar de tanto progresso, havia então o que hoje ainda se dá a *falta da água* – condição *sine qua non* para o serviço de extinção de incêndios” (FAZENDA, 1921: 381). Diante do reconhecimento das novas invenções que facilitavam a resolução de problemas e a execução de atividades cotidianas identificadas como progresso, Vieira não deixa de apontar suas contradições pela falta de estrutura para sanar necessidades básicas, das quais essas invenções também dependiam.

Em meio a essas *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, pelas quais o narrador conduz o leitor em diversos tempos, os compromissos do presente daquele que escreve também ganham voz:

Creio ter satisfeito a curiosidade do meu assíduo leitor, ainda que para isso tivesse de recorrer a alheias fontes. Nessa emergência, além da prata de casa, salvaram o caso o Perereca, o Cordeiro, o Macedo, o Moreira de Azevedo, e o Laemmert, aos quais me confesso agradecido. Poderia ter calado seus nomes e dar de minha lavra, a exemplo de muita gente, o que a outros pertence. Mas...acima de tudo a consciência (FAZENDA, 1921: 381).

Ao referenciar as fontes utilizadas, Vieira o faz em tom de exemplo, acompanhado de cobrança. Essa consciência, que em muitos momentos interrompe a despretensão da busca moderna pela verdade do passado, e a demonstração da prova documental, presente em diferentes medidas, tanto nos textos de Vieira, quanto nos de Macedo, nos auxiliam a compreender a inserção desses letrados no rol dos autores da chamada história da cidade e sinalizam também que o critério para integrar essa especialidade foi principalmente temático, abrangendo assim, diferentes modos de tecer a cidade pela escrita, cidade essa que funciona como sinônimo de Rio de Janeiro.

Além de Vieira e Macedo, Garcia atribuiu aos que também identificou como cronistas, Moreira de Azevedo, Haddock Lobo, com destaque ainda para Alexandre José Mello Moraes, a possibilidade de explicar os nomes das ruas contidas nos Almanques, pois cada um, a seu modo, organizou um passado para o espaço urbano carioca, sem os quais não seria possível compreender os processos de modernização nacional. Assim, o estatuto que Garcia atribuiu às crônicas assemelha-se às contribuições das correspondências familiares. se, por um lado, a confiabilidade desses materiais pode ser comprometida pelas percepções pouco impessoais do autor, por outro, eles testemunham fatos que o pesquisador não teria acesso por outras fontes, pois em muitos momentos tratam dos bastidores, o que torna seu uso justificável.

No capítulo “História das ruas da Cidade do Rio de Janeiro em 1808”, Mello Moraes (1863: 258-311) dedica-se à coleta, classificação e apresentação da origem do nome das ruas. Na “Explicação” escrita em 1939 aos *Almanques da cidade do Rio de*

Janeiro, referentes aos anos de 1792 e 1794, os esforços de Garcia na organização dessas informações são análogos aos de Mello Moraes; no entanto, a sucessão do nome das ruas e a percepção de uma aceleração peculiar nas mudanças da cidade naquele momento, conduz a análise de Garcia (1973: 110) até seu presente, promovendo um dos deslocamentos temporais da narrativa:

É de notar que a toponímia tradicional das ruas do Rio, com as transformações por que tem passado a cidade, veio a sofrer enormes perturbações, sobretudo depois que se introduziu o uso de dar-lhes nomes de homens célebres, de vitórias bélicas e de acontecimentos políticos notáveis, inscritos as mais das vezes pelas respectivas datas, ao lado de denominações simbólicas mais ou menos expressivas como Abolição, Aclamação, Emancipação, Liberdade, República, Triunfo, etc.

Garcia nota que poucos nomes interessantes e pitorescos permaneceram na nomenclatura urbana. O costume de nomear as ruas pelos ofícios que se congregavam em lugares determinados, como a rua dos latoeiros, ferreiros, barbeiros, ou por outras expressões coletivas como ciganos, formigões, mascates, etc., foi substituído especialmente por termos que faziam referência à nação e aos valores que o Estado buscava difundir. O desaparecimento gradativo dos termos associados às características dos moradores ou à topografia do lugar é mencionado com tom de pesar por Garcia, mas, em contrapartida, a retirada de algumas designações consideradas como extravagantes se deram, segundo ele, “sem prejuízo da cidade”. Dentre elas, a rua do Escorrega, do Piolho, beco do Quebra-bunda, rua do Sucusará.

A respeito desse último nome, Garcia (1973: 114) alertou que a palavra Sucusará não teve origem na língua tupi, como “poderá parecer aos menos entendidos”, e complementou seu comentário contando a explicação feita por Mello Moraes para o termo, na obra *Corographia histórica*:

Segundo esse autor o nome origina-se do apelido de certo cirurgião inglês, que tratava de um cliente hemorroidário e prometia que havia de sarar a parte mais afetada. O possessivo seu, alterado em su, mais o nome da extremidade do tubo digestivo expressa em calão, mais o futuro do verbo sarar, somou tudo o apelido, que do cirurgião passou a rua onde morava.

Nem mesmo para tratar de um termo “calão”, Garcia abandona seu vocabulário polido. Do mesmo modo, as ruas do Rio de Janeiro, principalmente as estratégicas e centrais, deveriam exalar requinte e ilustração, inclusive na maneira de designá-las. Para tanto, Sucusará foi banida, enquanto mantiveram os nomes de intenção poética ou sentimental que Garcia exemplifica com as ruas da Harmonia, da Concórdia, do Retiro Saudoso, bem como os de invocação religiosa.

Ao traçar como que um mapa que não só situa geograficamente a posição das ruas e apresenta a sucessão das denominações dos espaços, mas volta-se para os impactos dessas sucessões, Garcia aponta para a importância dos nomes tradicionais das ruas substituídos por tentativas de aproximar a população da figura de heróis nacionais, eventos políticos, etc. Assim, conduz o leitor pelo Rio de Janeiro, expressando diversas das suas inquietações em relação às transformações da cidade.

O desafio da preservação da arquitetura de algumas construções, como o Arco do Teles que abre passagem da Praça XV para a Travessa do Comércio, planejado por José Fernandes Pinto Alpoim por volta de 1743, é uma dessas inquietações: “Aquele Arco é um dos raros testemunhos da arquitetura colonial primitiva do Rio de Janeiro, razão por que deve ser preservado à fúria renovadora da cidade” (GARCIA, 1973: 111).

Ao conceber o Arco do Teles como testemunho, Garcia lhe atribui a função de fonte histórica e guardião de elementos arquitetônicos de um passado, cujos vestígios estavam ameaçados pela “fúria renovadora da cidade”. Essa mesma fúria, arrasou o casarão da rua da Cadeia, que até 1859 sediava a prisão civil e, naquele ano tornou-se a Assembléia Legislativa, alterando também o nome do logradouro para Assembléia. Em 1922, o edifício foi demolido dando lugar ao Palácio Tiradentes, inaugurado em 1926, mas o nome Assembleia permaneceu, pontua Garcia, “apesar das investidas oficiais para trocá-lo por outros”.

Essa resistência de parte dos moradores da cidade para assimilar os novos nomes das travessas, praças, ruas e becos, expressa o ritmo vertiginoso das novidades tecnológicas que propunham alterar desde os costumes até a percepção do tempo, bem como a linguagem e as próprias estruturas inseridas no cotidiano do carioca, especialmente nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX.⁷⁰ Não incluir na linguagem cotidiana as novas denominações demonstra, principalmente, certo descontentamento daqueles que haviam atribuído significados não apenas aos termos, mas ao que eles

⁷⁰ A respeito da inserção repentina de rituais da modernidade na cidade do Rio de Janeiro, da Belle Époque à era do Rádio, ver: Sevckenko (1998: 513-619).

remetiam, isto é, às diversas práticas urbanas abarcadas pelos espaços que, a partir de então, ganhariam novas designações pouco familiares.⁷¹

Além da resistência à adesão dos novos nomes das ruas, os que circulavam na cidade e a vivenciavam tinham ainda outras táticas de afirmação identitária. Nomeavam as ruas de maneira alternativa, adotando apelidos ao invés do nome oficial. A rua do Cano é um dos exemplos citados por Garcia. Foi apelidada assim porque o encanamento que conduzia água até o chafariz da praça do Carmo atravessava por ela, no entanto, seu nome oficial fazia referência à data em que se comemora a Independência do Brasil, sete de setembro. Também a rua dos Ourives foi posta por Garcia no rol das que guardaram o nome tradicional, “embora oficialmente apagado de suas esquinas”. A abertura da Avenida, tornada símbolo da transfiguração repentina do centro da cidade carioca, reduziu pela metade sua extensão, mas não alterou seu nome.

O texto de Garcia, que também se torna uma narrativa de viagens pelas ruas cariocas, conta das mudanças e das resistências naquele espaço praticado pelos passantes, moradores, cronistas e por ele mesmo. Essa e as demais “Explicações” analisadas iniciam e prosseguem com o ato de classificar. Seja na escolha

⁷¹ Compreendendo que “o espaço é um lugar praticado”, Michel de Certeau (1998), na obra *A invenção do cotidiano*, analisa a dinâmica dos significados das palavras que nomeiam a cidade em sua relação com as práticas do espaço. Se palavras promovem arranjos cronológicos e legitimações históricas, com a pretensão de hierarquizar e organizar semanticamente a superfície da cidade, Certeau (1998) aponta para as profundezas da capacidade de significar. Nesse sentido, as sujeições dessas palavras à polissemia dos passantes, que operam um desgaste ou esvaziamento de suas determinações primeiras, fazem com que esses espaços sejam liberados e ocupados.

das ruas investigadas, das testemunhas consideradas confiáveis, dos conjuntos documentais para a publicação, no esforço em situá-los em uma determinada especialidade, na escolha de autores e obras para representá-las, ou, ainda, na atribuição de autoria, a classificação foi uma das práticas que permearam a escrita da história de Garcia e de outros letrados que aspiravam à profissionalização do saber histórico, antes mesmo de sua inclusão entre os cursos universitários, e, com essa motivação, buscaram organizar e delimitar seus alcances e fronteiras.

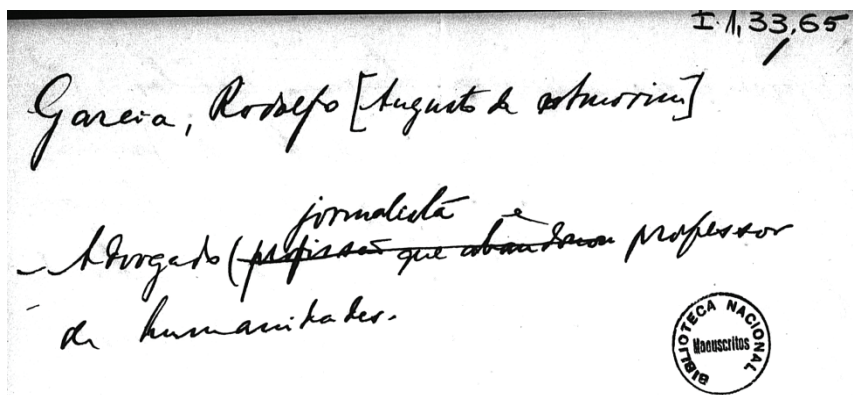
Para além da crítica metódica que permeia as classificações estabelecidas por Garcia nas atividades de edição dos documentos históricos, muitos pontos nos permitem entrever suas afinidades pessoais no estabelecimento de identificações dos elementos que as constituem. A inserção dos chamados cronistas entre os autores que elegeu como referência da emergente história da cidade, bem como a apresentação das cartas de Joaquim dos Santos Marrocos que, apesar da linguagem informal com expressões “chulas” e apaixonadas, seriam úteis para a escrita da história de um período considerado incompleto, demonstram, além de certa arbitrariedade geradora de exceções em relação às regras da crítica metódica, uma ampliação da noção de fonte e a complexidade das delimitações entre história e literatura.

Diante disso, percebe-se a classificação como expressão do olhar e linguagem de quem a fabricou, mas também como ferramenta com a qual se estabeleceu e legitimou regras para os estudos históricos. Essa prática de ordenamento constituiu-se como uma das estratégias dos letrados que buscavam inserir os estudos históricos em um movimento de especialização, valendo-se também da divulgação de documentos históricos para a

composição de catálogos que orientassem sobre as possibilidades e prioridades de pesquisa nessa área do saber e demonstrassem os vínculos de suas temáticas com as pautas ditadas pelas universidades adequando-se, mas também colaborando, com os investimentos na profissionalização do conhecimento histórico.

Considerações finais

Figura 1 - Nota de Rodolfo Garcia contendo dados biográficos, de 1932



Fonte: Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos), Biblioteca Nacional.⁷²

⁷² O conteúdo desse trecho da nota corresponde a: “Garcia, Rodolfo [Augusto de Amorim] – jornalista e - Advogado (profissão que abandonou) professor de humanidades.

Uma sensação parecida com a do viajante que confere apressadamente a bagagem antes de partir, sentindo que coisas importantes ficaram de fora - seja por conta dos trajes confortáveis que ocuparam o lugar dos formais, pela falta fôlego para carregar o peso se não houvesse critérios de seleção, ou mesmo pelo esquecimento - acompanhavam minhas últimas leituras dos materiais selecionados da Coleção Rodolfo Garcia, depositada na BN, quando uma nota que escreveu à mão informando os próprios dados biográficos ganhou sentido diferente das primeiras miradas. As indagações a respeito do ofício polivalente de Rodolfo Garcia, que perpassaram essa dissertação, ocuparam também os rascunhos de uma escrita de si.

A nota foi escrita logo que assumiu a direção da BN, em 1932. Era longínquo o ano de 1908, quando se tornou bacharel em Direito. Tanto que naquele momento, pareceu estranhar o lugar da formação que não se tornara profissão, dentre as informações de seu ofício. Mas convinha decretá-la como profissão abandonada, por que o Direito, por si só, não foi responsável pelo posto importante que alcançara como funcionário público entre 1932 e 1945 ou por que as investigações históricas que desenvolvia naquele momento encontravam poucas respostas naquela área? Sem o diploma dificilmente atuaria, em Pernambuco, como jornalista e professor de História, Geografia, Francês e Português nos Colégios Wolf e Santa Margarida, durante a primeira década do século XX. Talvez, sem o ensino superior também não se arriscasse a mudar para o Rio de Janeiro, em 1910, com o intuito de dedicar-se especialmente aos estudos históricos. De qualquer forma, os rabiscos na nota sobre o comentário “profissão que abandonou” expressam certo desconforto dos historiadores

diletantes especialmente a partir da década de 1930, quando foram instituídas as graduações em história no Brasil, mas também apontam que a formação acadêmica em área distintas tinha lá seus vínculos, mesmo que por vezes indiretos, com a atuação profissional transferida para as humanidades, contando, para isso, com um saber autodidata, e com as bagagens anteriores vindas do Direito, Engenharia, Medicina, etc.

Ao nos debruçarmos sobre os fundamentos da escrita da história de Garcia, especialmente, naquilo que diz respeito à atuação na coleta, seleção e divulgação de documentos históricos, bem como na organização de acervos, o Garcia advogado, jornalista, linguista, pai, marido e o como mais possa ser reconhecido, cedeu lugar ao Garcia historiador, erudito, editor e diretor, ou ainda com suas palavras, professor de humanidades.

Investigando os modos com que seus pares o narraram e as demandas que recebeu no exercício de historiador, pudemos vislumbrar algumas das características que correspondiam ao perfil do erudito e do intelectual naquele período e compreender as motivações dos que assim o consideraram.

O conhecimento amplo de história do Brasil acompanhado de um rigor metodológico no trato com os documentos possibilitou que Garcia sanasse as mais diversas dúvidas dos que recorriam a ele, frequentemente em busca de informações pontuais. Essa natureza de saber característica do chamado erudito, que priorizava o armazenamento, correção e mapeamento de fonte pelas quais obtinha determinados dados, parecia se tornar escassa nas décadas de 1930 e 1940, rendendo aos que cultivavam tais conhecimentos uma espécie de divindade, como aclamou Pedro Calmon: São Rodolfo Garcia das dúvidas históricas! Mas também

um aparente deslocamento, pois o domínio de um saber que se queria abrangente, atestado por Garcia em suas atividades e ao intitular-se professor de humanidades, parecia estar na contramão da aspirada especialização. No entanto, como vimos, esse ofício polivalente tinha lá sua parcela de contribuição na especialização dos saberes, promovida de modo crescente naqueles tempos de entremeio, quando a figura do erudito associada também ao interesse por antiguidades causava certa desarmonia em uma sociedade que passa a recorrer constantemente à palavra “moderno” para significar seu presente e suas aspirações. Desse modo, esse mesmo “santo” Garcia, foi denominado por representantes do poder político como intelectual, designação que dava uma roupagem nova aos que representavam a ilustração brasileira e se dispunham a colaborar com a política cultural da Era Vargas.

Dentre as atividades de Garcia nesse sentido, investigamos a formação de especialistas para o trabalho com acervos por meio do Curso de Biblioteconomia e Museologia, indagando o que os letrados daquela época concebiam como especialista e quais os saberes acionados e as condições nas quais se instituíram esses novos saberes. Diante disso, verificamos que a especialização da história estabeleceu laços estreitos com a especialização de outras áreas dedicadas a reunir, conservar e classificar a matéria-prima do historiador, sem deixar de promover a autonomia de todos os domínios. Assim, a formação desses novos profissionais vinculada aos pressupostos teórico-metodológicos daqueles que a forjaram, não incluía apenas conteúdos específicos voltados para o tratamento com os acervos, mas ao vislumbrar a cientificidade dessas práticas, buscava-se também formar especialistas com

domínio da chamada cultura geral, optando, assim, por um viés mais humanista que tecnicista. Portanto, promover a especialização, como fez Garcia, não significou necessariamente desapegar-se de uma concepção do saber abrangente, do mesmo modo que figurar entre os eruditos não implicou em uma postura reclusa em relação à modernização dos estudos históricos.

Essa importante dimensão do ofício de Rodolfo Garcia perpassou toda esta dissertação e recebeu atenção específica ao tratarmos das atividades de Garcia na edição de documentos. Por meio dela foi possível identificar a prática da classificação presente na escolha de fontes, na atribuição de autoria ou ainda na definição de subáreas da história, como fundamento de uma escrita da história voltada para a organização de seu próprio campo. Ao investigar essas escolhas de Rodolfo Garcia e a recepção delas entre os pares, assumimos também um modo narrar o personagem, que dialogou com uma variedade de perspectivas na constituição de sua figura. Esse ofício desempenhado entre as décadas de 1930 e 1940 poderia ser situado em transições: do advogado para o historiador, do erudito para o intelectual, dos institutos para as universidades, do amador para o profissional, porém, nos depararmos com coexistências, entremeios e sobreposições, enfim, com relações que não revelam um início e um fim, nem mesmo se constituíram por um único ofício, são histórias inacabadas de ofícios polivalentes.

Referências

Fontes

- BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1911, 1913, 1915, 1921, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.
- _____. Coleção Documentos Históricos, Seção de Manuscritos (v. 36, 1937; v. 37, 1937; v. 38, 1937 e v. 62, 1943)
- _____. Coleção Rodolfo Garcia, Seção de Manuscritos.
- CALMON, P. Prefácio. In: GARCIA, R. *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.
- CARDIM, E. *Discurso de posse*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- _____. *Rodolfo Garcia* (No centenário do seu nascimento). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1973.
- DAMASCENO, D (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.
- GARCIA, R. As orfãs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 192: 137-143, 1946.
- _____. *Dicionário de brasileirismos* (peculiaridades pernambucanas). *Revista do IHGB*. Tomo LXXVI, parte I. 1913.

- _____. *Discurso de posse*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- _____. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- _____. *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.
- _____. Explorações Científicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 2: 189-223, 1942.
- _____. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: ABB, 1969.

Bibliografia

- ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. Gravetos de História Pátria. In: *Ensaio e Estudos*. 4ª Série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976: 291-316.
- _____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaio e Estudos* (Crítica e História). 1ª série, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Constâncio Alves*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/>>

[cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=422&sid=262](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=422&sid=262)>.

Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Biografia Gustavo Barroso*. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Biografia Pedro Calmon*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=315&sid=193>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Lócus - Revista de História*, v. 10, n. 2: 53-72, 2004.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajeto - Revista de História da Universidade Federal do Ceará*, v. 3, n. 6, 2005.

ALVES, C. A. *Os livros vão e não voltam* - o que se encontra dentro deles. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=424&sid=262>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

AMED, F. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

ANHEZINI, K. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus. *Teoria e Historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco, 2015 (no prelo).

- _____. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- ARAÚJO, R. B. Ronda noturna: narrativa crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, n. 1: 28-54, 1988.
- ARAÚJO, V. L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus - Revista de História*, v. 12, n. 1: 79-94, 2006.
- BATALHONE JÚNIOR, V. C. *Uma história das notas de rodapés: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BITTENCOURT, J. Museu Histórico Nacional, 1931. O nascimento de uma museografia no Brasil? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. XXXIII: 9-16, 2001.
- BRASIL. *Coleção das Leis de 1944*. Atos do Poder Executivo: Decretos de julho a setembro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944: 137-144. v. VI. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLeis1944v6.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998: 183-191.

- BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- CALDEIRA, A. P. S. *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870- 1882)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Ana_Paula_Caldeira.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2013.
- CALMON, P. *História do Brasil*. Com 940 ilustrações. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. v. 3.
- CAMARGO, A. R. *Em busca de uma política para o desenvolvimento do teatro brasileiro: as experiências da Comissão e do Serviço Nacional de Teatro (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Rio de Janeiro, 2011.
- CAMPOS, F. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: Ministério da Educação e Saúde Pública. *Organização Universitária Brasileira*. Decretos n°s. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.
- CÂNDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro; Campinas: Fundação Casa de Rui Barbosa. Ed. UNICAMP, 1992: 14.
- CAPELATO, M. H. R. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto; Universidade São Francisco, 1998.

- Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 56, 1939.
- Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002: 25-48.
- _____. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CAVALCANTI, L. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC; IPHAN, 2000.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEZAR, T. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade da obra de Varnhagen. *História*, v. 24, n. 2: 207-240, 2005.
- _____. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1: 11-29, 2004.
- _____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, v. 8, n. 10: 11-34, 2004.

- _____. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, v. 11: 306-312, 2007.
- D'ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução: Sérgio Milliet. Introdução e notas: Rodolfo Garcia. São Paulo: Livraria Martins, 1945.
- DELACROIX, C; DOSSE, F; GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.
- DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2004.
- DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam?* São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1998.
- FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, n. 28: 17-36, 2006.
- _____. A universidade no Brasil de 1930 a 1937. In: *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2. ed. Brasília: Plano, 2000: 29-77.
- FAZENDA, J. V. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179495>>. Acesso em: 27 Mar 2015.
- FERREIRA, A. C. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

- FERREIRA, M. M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1997.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- FRANZINI, F. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Revista Tempo e Argumento*, v. 5, n. 9: 24-45, 2013.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- FREIXO, A. L. José Honório Rodrigues a *Série Documentos Históricos* e os *Anais da Biblioteca Nacional*. *Vozes, Pretérito & Devir - Revista de História da UESPI*, v. 3, n. 1: 235-254, 2014.
- FURET, F. O nascimento da história. In: _____. *A oficina da história*. Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, s.d: 109-135.
- GOMES, A. C. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- _____ (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

- _____. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- GONTIJO, R. Capistrano Viajante. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59: 15-36, 2010.
- _____. *Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu*. *Escritos*, ano 2. n. 2: 49-73, 2008.
- _____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, v. 24, n. 2: 159-185, 2005.
- _____. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*, v. 14, n. 26: 41-76, 2007.
- _____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- _____. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira. *Projeto História*, v. 41: 491-526, 2010.
- GRAFTON, A. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GUEDES, T. *O lado doutor e o gavião de penacho: modernismo e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico (SPHAN)*. São Paulo: Annablume, 2000.
- GUIMARÃES, L. M. P. A Experiência Pioneira da Academia de Altos Estudos: Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916–1921). *Revista Teias*, v. 1, n. 1: 38-45, 2000.

- _____. A presença do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos - Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História*, n. 141: 91-100, 1999.
- _____. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- _____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, v. 9, n. 18, 2005.
- _____. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudo e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. N. et al. (Org.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011: 19-35.
- _____. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, v. 10, n. 20, 1997: 217-229.
- GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, n. 5, v. 3: 184-200, 2002.
- _____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora - Revista de História e Geografia*, v. 11, n. 1: 31-47, 2005.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista de Estudos Históricos*, n. 1: 5-27, 1988.
- _____. Reinventado a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, v. 23, n. 1/2, 2000.

- _____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008: 393-414.
- HARTOG, F. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- _____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- _____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica: 2013.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 5, n. 2, 2000.
- LORIGA, S. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998: 225-249.
- _____. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MACEDO, J. M. *Memórias da rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878.

- _____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [18-?]. t. II. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01069020>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34: 107-130, 2002.
- MALATIAN, T. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009: 195-222.
- _____. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. Oliveira Lima nos Estados Unidos. *História Revista*, v. 13, n. 2: 497-507, 2008.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOMIGLIANO, A. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MORAES, A. J. M. História das ruas da Cidade do Rio de Janeiro em 1808. In: *Corographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia brasileira, 1863.

- MOTTA, M. S. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 1992.
- MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- NICOLAU, S. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- NICOLAZZI, F; ARAUJO, V. L. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: ARAUJO, V. L.; VARELLA, F. F; MOLLO, H. M.; MATA, S. R. (Org.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008: 7-14.
- NICOLAZZI, F. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre 'Casa-grande & Senzala' e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Cultura é Patrimônio: um Guia*. São Paulo: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Inf & Soc.: Est.*, v. 19, n. 3: 13-24, 2009.
- OLIVEIRA, M. G. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1913.

- _____. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006: 216-239.
- _____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, v. 30, n. 59, 2010.
- PRADO JÚNIOR, C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1954.
- RODRIGUES, J. H. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Revista de História*. v. 17, n. 35: 97-105, 1958.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional, 1978.
- _____. (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1977. 3 v.
- _____. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba: Appris, 2012.
- SÁ, I. C. História e memória do curso de museus: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 39: 10-49, 2007.
- SANTOS, I. N. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira*

- República. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli - revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 3, n. 6: 35-47, 2007.
- SANTOS, M. S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.
- SANTOS, N. *Esbôço biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947.
- SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SANTOS, P. R. E. *A arquivística no laboratório: história, teoria e método de uma disciplina*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SANTOS, R. S. C. *Projeto à nação em páginas de Cinearte: a construção do “livro de imagens luminosas”*. Dissertação (Mestrado em História social) – Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SCHMIDT, B. B; AVELAR, A. S. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SCHMIDT, B. B. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. *História Unisinos*, v. 8, n. 10: 131-142, 2004.

SCHWARTCZ, L. M. *Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra; Ed. FGV, 2001.

SCHWARTZ, S. Gilberto Freyre e a História colonial: uma visão otimista do Brasil. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza (Org.). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). SEVCENKO, N. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998: 513-619. v. 3.

SILVA, I. A L. Biblioteca Nacional no processo de Demarcação de Limites com a Guiana Francesa: os usos políticos de um acervo documental. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 128, 2008.

SILVA, Í. B. M. *Sociedade Capistrano de Abreu: Memória e Historiografia Brasileira (1927-1969)*. Fortaleza: Expressão, 2011.

_____. A Sociedade Capistrano de Abreu e construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). *Projeto História*, n. 41: 599-614, 2010.

_____. Anotar e prefaciар a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*, n. 3: 83-105, 2009.

- SILVA, T. T. Q. *A Reescrita da tradição: a invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, Z. L. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória*. Trajetórias e Perspectivas. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- _____. Os acervos históricos: guardar para que e para quem?. *Patrimônio e Memória*, v. 2: 13-24, 2006.
- SIRINELLI, J. F. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.
- TAUNAY, A. E. *Monstros e monstregos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Zoologia fantástica do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- VELLOSO, M. P. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- _____. Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 28: 23-47, 2001.
- WILLIAMS, D. *Culture Wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-45*. Durham; London: Duke University Press, 2001.



Teoria



A condução de si e dos outros através de uma *acontecimentalização* da história em Michel Foucault

Gabriela Jaquet

Introdução¹

Em uma mesa redonda com historiadores, em maio de 1978, Michel Foucault comenta querer trabalhar a partir de uma *événementialisation*. Tal “acontecimentalização” se referirá a todo um campo de ideias que toma forma em sua maneira de fazer filosofia e de escrever história: ruptura com as evidências, explicitação das singularidades dos processos, quebra das cadeias de necessidades. Seu escopo? Indagar o presente a partir de nossa atualidade, mas também a partir da construção de outros passados possíveis para essa atualidade, desevidencializando a representação que temos de nós mesmos, a fim de abrir, inclusive, para outros futuros. Estes futuros então menos *necessários* enquanto pura consequência de um

¹ Para realização deste trabalho toda a consulta da obra de Michel Foucault foi feita a partir dos textos originais em francês. As demais referências bibliográficas, quando disponíveis, também foram consultadas no original. A tradução das citações aqui presentes, salvo quando indicado, são de minha responsabilidade. A fim de nos mantermos mais próximos dos textos tratados, seus títulos serão apontados, também no corpo do texto, em língua original.

desenrolar cronológico de um tempo considerado único; e mais construídos criativamente, desenvolvendo-se até mesmo em uma temporalidade diferenciada. O acontecimento que reclama Foucault é da ordem dos *efeitos*. A acontecimentalização, que deve ser então uma maneira (arqueológica e genealógica) de tratar tanto a história quanto a nossa própria atualidade e os fatos do presente, procede por uma multiplicação causal, por uma concepção da inteligibilidade que não opera por esquemas tradicionais de explicação. Temos então, segundo ele, a figura do “poliedro de inteligibilidade”, “cujo número de lados não é previamente definido e não pode nunca ser considerado como totalmente finalizado” (FOUCAULT, 1980; 2001b: 843).² Assim, a acontecimentalização também é, multiplicando o que é *possível* pensar, um ato de resistência.

Se pensarmos no que significa a noção de acontecimento para a disciplina histórica a fim de podermos compreendê-la na produção foucaultiana, certamente não poderemos proceder por um caminho reto que permitisse a apreciação de diversas variações no conceito, porque o “acontecimento” não pode ser unificado em nenhum tipo de agrupamento. Não é possível fazer uma *História* do Acontecimento, sendo disto entendido uma abordagem geral linear que se baseie em algo como uma evolução da palavra. Fugidio a qualquer essencialização retrospectiva, ainda que seja pensado em forma de essência e substância por tantos autores e correntes do passado e do presente, o acontecimento, podemos

² Neste debate com historiadores, intitulado “Table ronde du 20 mai 1978” estavam presentes, segundo os registros: Maurice Agulhon, Nicole Castan, Catherine Duprat, François Ewald, Arlette Farge, Alexandre Fontana, Carlo Ginzburg, Remi Gossez, Jacques Léonard, Pascal Pasquino, Michelle Perrot, Jacques Revel.

dizer, simplesmente não permanece, não é o *mesmo*. Começamos então com um relativo afastamento em relação àquela série de *retornos* anunciados no meio historiográfico francês, e mais especificamente quando Pierre Nora (1974) declarou, em 1974, “Le retour de l’événement”. Para pensarmos estas questões, o artigo “Retornar ao acontecimento: um itinerário historiográfico”, de Jaques Revel, de 2001, nos fornece um panorama interessante quanto aos usos tão incertos da noção de que aqui nos ocupamos. Ele iniciará comentando o afastamento em relação ao “acontecimento” operado pela historiografia no final do século XIX que, na esteira de projetos sociológicos, somente o identificava com um elemento *singular* que só poderia levar ao conhecimento do *individual*. Em uma época que o foco sobre o *social* e o *geral* estava firmando bases para um campo que se pretendia científico, era preciso, pois, livrar-se das ninharias do acontecimento e priorizar a eficácia *explicativa*. Como sabemos, no campo da história quem formalizou esta recusa foi principalmente Fernand Braudel, da segunda geração da *École des Annales*. Dos diversos autores que Revel nos apresenta quando do “retorno do acontecimento”, momento influenciado diretamente pelo impacto de Maio de 1968, ele relembra inicialmente o trabalho de tipo sistêmico de Edgar Morin, que tentou voltar ao acontecimento *via* ciências da natureza; e, em seguida, Pierre Nora, que é associado ao “retorno” anunciado por sua análise vinculada aos *mass media*. Em seguida, analisando sob a ótica do acontecimento o trabalho de alguns outros historiadores, como Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, Natalie Zemon Davis, entre outros, Revel (2001; 2009: 83) conclui que: “Em todos esses exemplos [...] o esquema analítico permanece,

grosso modo, o mesmo. O estatuto do acontecimento é o de uma ocasião exemplar: ele dá acesso, ou, mais simplesmente, autoriza um ponto de vista sobre alguma coisa que o excede e que não tem medida comum com ele”.

O acontecimento para Foucault, tal como pretendo explicitar ao longo deste trabalho, difere bastante do que foi e ainda é delineado como tal por parte da historiografia francesa contemporânea. Esta, ao continuar respondendo criticamente à tradição historiográfica da Nova História de Braudel com sua *longue durée*, continua não formulando uma abertura de sentido e de dimensão para a noção, localizando pontualmente “o acontecimento” em suas análises ao apenas retomar o mesmo que antes havia sido deixado de fora. Assim, não fora por terem outra proposição para o acontecimento que os *Annales* o rejeitavam, mas justamente por acreditarem que ele era o que os “positivistas” dele haviam feito – um sentido ontológico, um haver-sido absoluto em uma construção acabada (DÍAZ, 2010: 2). Por mais diferentes entre si que fossem os estatutos do acontecimento entre os historiadores, é perceptível que o conceito na alçada histórica permaneceu, de forma geral, bastante essencializado e substancializado – uma *coisa* no tempo. Assim, Revel (2001; 2009: 87) se dedicará, na segunda parte de seu texto, a relevar argumentos de historiadores que estiveram voltados à “reflexão sobre o *entrelaçamento* das durações históricas”. Para ele, será destacando, pois, principalmente a problemática do *tempo*, que caminhos interessantes para aprofundar o questionamento sobre o acontecimento podem aparecer. Ao final de seu escrito, ele apontará alguns caminhos gerais que o interesse pela noção parece estar indicando no debate atualmente. Relevo, para

nosso trabalho, dois deles. Primeiramente, uma quebra na ideia de cronologias fixas: “esforço para pensar a multiplicidade do tempo social em termos diferentes daquele da hierarquia objetiva”; e, em seguida, uma consciência da retroatividade de nosso trabalho, que possa reabrir na história, a partir da reflexão sobre o acontecimento, esta “dimensão da incerteza e da possibilidade” (REVEL, 2001; 2009: 94-95).

A noção de acontecimento não pode ser mapeada na obra de Foucault através de uma busca etimológica, pois será empregada de diversas formas. O que nos interessa aqui será uma interrogação conceitual deste acontecimento, procurando reconhecê-lo enquanto elemento que é operacionalizado metodologicamente para a produção de um determinado tipo de história. A *história acontecimentalizada* será, deste modo, uma abordagem diferenciada da história, uma *desnaturalização* e *desevidencialização* da visada tradicional, operando por meio do acontecimento enquanto categoria principal de análise. Neste trabalho atentaremos para o desdobramento desta categoria na obra de Foucault, que deverá, pois, ser considerada a partir de seu interior, pela análise de seus textos, e, simultaneamente, exterior, uma vez que estaremos sugerindo uma *reunião específica* de seus conceitos que nos permitirá propor uma problematização nossa, um caminho de compreensão de sua obra, – que chamaremos de *metodologia de acontecimentalização da história*. O objetivo, pela circunscrição do conceito, será enxergar o que este tipo de história está trazendo e como ela se difere de outras linhas explicativas. Para visualizar esta operação, estabelecemos o diagnóstico de Foucault da Insurreição Iraniana como o caso a ser desdobrado ao final, utilizando-o como *verificação* e exemplo de uma história

acontecimentalizada. No percurso deste trabalho será necessário mostrar os elementos que preenchem o quadro que justifica esta abordagem singularizante da história: através do esclarecimento de suas especificidades poderemos visualizar os objetivos deste tipo de análise histórica, o que legitimará que tenhamos escolhido a categoria de “acontecimento” para percorrê-la.

“É necessário assistir ao nascimento das ideias e à explosão de sua força: não nos livros que as enunciam, mas nos *acontecimentos* nos quais elas manifestam sua força, nas lutas que se travam pelas ideias, contra ou por elas” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 707). Tendo sido escritos no contexto de duas viagens ao Irã, em setembro de 1978 e em novembro do mesmo ano, os artigos produzidos por Foucault, caracterizados como pertencentes a um jornalismo filosófico interessado em realizar um diagnóstico do presente, foram recebidos pela comunidade intelectual de diversas maneiras. Nosso interesse será o de justamente retrair alguns motivos da não completa inteligibilidade desses diagnósticos, uma vez que fora reservado, nas análises foucaultianas, o espaço que pensa o acontecimento enquanto irrupção, e não como totalidade explicativa. A Insurreição Iraniana, “singularidade histórica em andamento” (MADARASZ, 2004: s/p), nos será emblemática não pelo estudo (sempre possível) de suas especificidades factuais, mas pela sua inserção igualmente singular na trajetória de pensamento do filósofo e pela capacidade que este episódio tem de ser significativo enquanto resultado de uma história acontecimentalizada: é que o levante no Irã, sob a visada de Foucault, na leitura que aqui propomos, *torna-se* acontecimento.

Será para entender o caminho desta possibilidade que teremos de espreitar a categoria que selecionamos a partir da obra do filósofo tomada em uma acepção geral: apesar de termos recortado pontualmente os textos com os quais iríamos trabalhar, é preciso saber que qualquer recorte da obra de Foucault não dispensa o conhecimento *geral* da produção em sua trajetória. Aqui, falar em trajetória tem de carregar uma sempre importante visada crítica, necessária aprendizagem advinda da história da ciência, pois deveria ser bastante incômodo tentar reconstituir percursos naturalizados ou origens e finalidades latentes quando se trata justamente de um autor como Foucault. Assim, se uma “filosofia aplicada” não cabe inteiramente na leitura desses artigos sobre o Irã, é porque se deve perceber o que aquele acontecimento também estava produzindo enquanto experiência nova para o próprio pensamento de Foucault. Parte-se, pois, da ideia de uma filosofia *à prova* do acontecimento (CAVAGNIS, 2012a: 54), e não simplesmente *aplicada* a ele.

A fim de permitir a explanação de algumas chaves de leitura que são abertas a partir da categoria de acontecimento, e que nos acompanharão durante todo o percurso, primeiramente uma abordagem mais geral sobre a recepção de Foucault pelos historiadores pode clarear os desentendimentos que o episódio iraniano gerou, além de refletir também outras resistências – e usos – de seu modo de trabalhar. Ao lembrarmos dos apelos de sua contra-história, logo algo que poderia ser ironia vai se expandindo para tomar corpo em uma história da filosofia que será captada pelo seu *dehors* (PALTRINIERI, 2013: 322): as ficções históricas. Assim, perguntemos: qual o papel da *ficção* na construção de tantos argumentos baseados em uma

acuidade arquivística (FOUCAULT, 1979; 2001b: 805), em um traçado eficiente de tantos *atos*? A ideia de estudar *regimes de práticas*, que estão no entrecruzamento do que se diz e do que se faz, ultrapassa, pois, a demanda pelo *fato* – enquanto prática não-discursiva – por ser capaz de expandir simultaneamente o campo para as outras, para as práticas discursivas. A resposta no âmbito do trabalho de Foucault pareceu estar no *efeito* causado por seus estudos, – lembremos principalmente do projeto “Les Vies Parallèles”, de 1978, que também já contava com a publicação de “Moi, Pierre Rivière, ayant égorgé ma mère, ma soeur e mon frère: um cas de parricide au XIXe siècle”, de 1973, – em sua reverberação no *presente*, numa visada em que mais importam as estratégias de luta do que uma condução “inventariada” dos documentos.

Na discussão teórica sobre o presente, lembremos aqui igualmente o trabalho recente de François Hartog, pois nele podemos identificar gestos que podem ajudar na compreensão do trabalho foucaultiano. Em *Régimes d'historicité: presentisme e expériences du temps* o historiador diz que o *presentismo*, categoria por ele utilizada, seria o regime de historicidade imperante na atualidade, – uma “maneira de ser no tempo” e de se relacionar com ele (HARTOG, 2003; 2013a: 29). Assim, neste presentismo, “vai-se exatamente do presente ao presente, para interrogar o momento presente” (HARTOG, 2003; 2013a: 183), através de um processo em que este presente concede inteligibilidade a si mesmo. Ao escrever sobre a tarefa a que se propõe Hartog, Fernando Nicolazzi (2010: 232) diz que ela oferece “instrumentos conceituais para se pensar e se escrever tanto *sobre o* quanto *no* presente” e então “o historiador pode operar uma intervenção

intelectual em seu próprio tempo”. Estas são ideias que, como veremos, muito se aproximam do *diagnóstico* foucaultiano. Em ambos os autores, é, assim, inegável o acento que o presente recebe para a escrita da história. Para Foucault, contudo, o presente é *transformação* e possibilidade. Já para Hartog o presente seria uma imposição indefinida em sua incertitude, uma totalidade de onde não se pode sair. Ou seja, parece que na dimensão de futuro de sua concepção de presentismo estaria ausente uma maior projeção de “transformação” justamente porque afirma vivermos um momento de fechamento do futuro (HARTOG, 2013b). Este, estando em “crise”, acaba por ser visto, em sua imprevisibilidade, mais como *ameaça*, e não tanto como *possibilidade* que alimentaria a transformação que se opera no presente, ou *desde* o presente, como em Foucault. Tal dimensão de “efeito” da *teoria* modificando o presente, será, como veremos, também característica da análise estrutural.

Foucault fez um uso da história a fim de historicizar a filosofia e desevidencializá-la de seus universais, e para isso teve de esvaziar a história do que ela carregava de tradições filosóficas que a naturalizavam. A história faz-se, assim, *recurso de desevidencialização* da filosofia. As verdades, da história e da filosofia (e de todos os campos), pertencem a formações discursivas que se desenham no tempo: foi através de “dramaturgias” que o filósofo quis compreender os acontecimentos que repetimos no presente (FOUCAULT, 1978; 2001b: 574) e sua filosofia produzia ficções *para*, justamente, analisar as verdades, os regimes de verdade que as sociedades põem em jogo. A história é, desta maneira, o que está *fora* da filosofia e o que pode questioná-la. Não a história totalizante, em

sua tradição hegeliana, que foi alvo do desmonte foucautiano, mas os *acontecimentos* históricos que permearam e atravessaram a formação dos discursos das duas disciplinas, em sua realidade concomitante à sua ficcionalidade, ou, como apontara Paul Veyne (1987), em sua parte de inventário e de inteligibilidade.

Buscando uma abordagem que não partisse das insígnias de racionalidade dos conhecimentos, em uma limitação disciplinar fixa da “história” ou da “filosofia”, Foucault lançou-se em um campo heterogêneo (domínio discursivo e domínio não-discursivo) referente às próprias *práticas sociais*, que não poderiam ser *divididas* entre a “exatidão do arquivo” e a “arquitetura das ideias”: “O que nos interessa, é a história do *pensamento*. Não acreditamos que exista, por um lado, análise dos comportamentos, e de outro lado, história das idéias. Para nós, há pensamento por tudo” (FOUCAULT, 1982; 2001b: 1170). Desta maneira, se o problema de Foucault, aludido diversas vezes, fora o de fazer a história dos *regimes de verdade*, seu problema para com os historiadores se dará também neste ponto. Se a verdade, como escreveu Deleuze (1986; 2004: 70), não pode ser separada dos processos que a formam, é porque está exatamente no mesmo nível do discurso, “na materialidade do debate e das lutas históricas que de fato existiram” (PALTRINIERI, 2013: 330). Não é a verdade (uma verdade, uma mentalidade, uma ideologia, uma consciência, um universal referente) que torna possível a existência das práticas, em uma formulação de *consequência*, mas o contrário – serão as práticas que constituirão as verdades. Devido a essa dinâmica de construção, a questão será pensar a verdade também como um *acontecimento* (DEFERT apud PALTRIERI, 2013: 330). Temos, assim, a possibilidade

de ser pensada uma outra história para a filosofia, e uma outra história para a própria história.

Neste ponto, devemos reformular nossa pergunta quanto ao recurso à história característico do método foucaultiano, encaminhando-nos para uma interrogação não tanto sobre o porquê do fato histórico, mas sobre o status de sua operacionalização naqueles trabalhos. No limite, o que uma verdade intrínseca aos acontecimentos modifica em sua apreensão como *efeito*? Efeito, ao pensarmos no Irã, por exemplo, da colocação em jogo de *outros* esquemas explicativos. Estes esquemas, por sua vez, é que podem levar à *proposição* real de *novas* formas de subjetividade, de novas formas de governabilidade, de outras relações com a política que não estivessem já teoricamente circunscritas. Efeito, mais do que relativo a verdades do contexto iraniano, mas de desnaturalização das pesadas categorias ocidentais, na valorização da busca de relações *outras* com o poder que poderiam, finalmente, delinear novas configurações históricas. Pretendemos expor, neste trabalho, uma metodologia de acontecimentalização histórica que dá forma a novos esquemas de inteligibilidade que, por sua vez, possam tornar possível o *novo*, em ampla acepção. A acontecimentalização responde, em primeiro lugar, ao imperativo do *presente*.

Vejamos agora pontualmente um destes debates para visualizar melhor nossa abordagem. A discussão entre Foucault e o historiador Jacques Leonard, quando da publicação do livro de Michelle Perrot, *L'impossible prison*, em 1980, demonstra as impaciências e faz ver o quanto a inteligibilidade pode distanciar-se do manejo de dados do inventário. As críticas de Léonard, voltadas principalmente a *Surveiller et punir* (1975),

apesar de se estenderem por cerca de trinta páginas, referem-se constantemente aos mesmos pontos, ou seja: enumeração de falhas no procedimento metodológico de recolhimento de dados, ou na disposição dos dados, no desmantelamento de algumas explicações por insuficiência de informação, além de questionamentos sobre a identidade e agência do poder, em uma busca pelos “responsáveis”, que levarão a uma caracterização do estudo de Foucault como *mecanicista* (LÉONARD, 1982: 15-16). É claro que tais objeções podem ser feitas e muito o foram, mas também é necessário perceber que dizem respeito a uma determinada intenção de abordagem. Esta, ao situar-se em certo nível, ignora ou choca-se com o desenvolvimento, por exemplo, de uma outra maneira de pensar o *poder* que fora traçada buscando entender o *tipo de racionalidade* que o fazia funcionar em determinados momentos. Foucault não só não colocou o poder como instância de dominação e repressão, mas lançou articulações que permitiam uma multiplicação destes poderes ao fazerem aparecer, por exemplo, o poder disciplinar.

Os procedimentos de trabalho reclamados por Léonard e por outros historiadores situam-se no nível de estudo de um *período* e não na análise de *problemas*. É o que argumenta Foucault na primeira seção de sua resposta a Léonard publicada também no livro de Perrot. Assim, problema ou período, tal é, para ele, uma questão de divisão do bolo (*partage du gâteau*). Escolhendo-se o problema, volta-se à ideia das eternas lacunas em história, e o que resta é a ironia da “indiferença quanto à obrigação de dizer tudo” (FOUCAULT, 1980; 2001b: 830). No entanto, sabemos que, para além da ironia de Foucault, os historiadores também tratam de *problemas*, e há tempos que têm consciência

de que os desenvolvem, que os criam, a partir... de seus *objets*. Encontramos, pois, o real ponto de diferença entre as abordagens, que se concentrará principalmente na ordem destes termos, como veremos em nosso estudo sobre a formação dos objetos em *L'Archéologie du savoir* (1969).

A partir de tais colocações voltamos à reflexão metodológica quanto ao projeto de escrita de uma história do presente e percebemos que a problematização relativa à especificidade dos fatos ou uma totalização explicativa de análise não tem lugar aqui justamente porque o objetivo de *Surveiller et punir*, por exemplo, era atingir a especificidade do presente, a singularidade irreduzível do presente; atingir nosso relacionamento *atual* com o sistema carcerário –, e não descrever uma época. A história acontecimental de Foucault só adquire sentido para mostrar a formação impensada do presente, não servindo para ratificar lições daquilo que veio antes e que encadearia uma progressão (seja ela qual for) até o nosso momento, mas para explicitar que esta história é tão desconexa quanto o presente que nela tentamos encaixar. O objetivo não era usar os arquivos para mostrar como nós chegamos aonde chegamos, mas sim para fazer ver que chegamos aqui assim como poderíamos ter chegado em diversos *outros* lugares. Não há inversão total nas explicações, mas uma abertura de *possibilidades* nestas explicações. O presente confere inteligibilidade a si mesmo e pensa suas transformações e lutas necessárias quando se descola do peso das necessidades da história que lhe é permanentemente atrelada. Assim, a análise foucaultiana destrona *historicamente* a História de seu poder ordenador do mundo ao fazer ver suas poucas coerências enquanto discurso totalizante, através do questionamento da

teoria da correspondência total com a realidade. O que importa, nesta relação com os fatos, é o “tipo de circulação” que colocam em jogo (PALTRINIERI, 2013: 324). A crítica é contundente: a unidade ou a estrutura que buscam os historiadores tradicionais não poderiam ser mais estranhas à história.

Segundo Edgardo Castro (2004: 16), a noção de acontecimento possui quatro diferentes acepções na obra foucaultiana: ruptura histórica, regularidade histórica, atualidade, trabalho de acontecimentalização. Identificaremos, em nosso trabalho, principalmente no que tange à passagem da esfera discursiva para seu entrecruzamento com a não-discursiva, a complexificação do acontecimento enquanto ruptura, quando então novidade e regularidade histórica não irão se opor. Proporemos aqui uma divisão de análise que leva em conta estas diferenças apontadas por Castro e as transições marcadas pelo método arqueológico em relação ao método genealógico. No entanto, é importante lembrarmos que as divisões cronológicas entre arqueologia “do saber”, genealogia “do poder”, bem como “fase subjetiva” ou ética são muito mais fluídas do que às vezes os críticos e comentadores da obra de Foucault deixam transparecer. Entendemos que as mesmas considerações valem para a divisão de que nos ocuparemos largamente: os domínios do “discursivo” e do “não-discursivo”, que podem ser identificados como duas grandes categorias que atravessam os trabalhos do filósofo, mas que não podem ser associadas a momentos fixos, operando transversalmente em sua obra.

A partir dos anos 1970 e com o maior desenvolvimento das práticas não-discursivas da genealogia poderemos perceber os desdobramentos do tipo de análise histórica empreendida

por Foucault (1977; 2001b: 147) reverberar em sua analítica do poder (estudo que realizou uma dessubstancialização do poder) com o aprofundamento das questões sobre o *sujeito*, em que se fazia necessário “chegar a uma análise que pudesse considerar a constituição do sujeito *na* trama histórica”. Desta maneira, a incursão nos acontecimentos do Irã foi tradicionalmente inserida na fase do chamado “último Foucault”, em seu período *ético*. Em nosso entender, este episódio pode ser lido como uma tentativa pontual de colocar questões sobre as técnicas de assujeitamento e suas relações com as formas de governar os indivíduos e a si mesmo a partir da *singularização do factual*, ou seja, a partir de uma acontecimentalização do presente iraniano, mas mostraremos que tal abordagem não *rompe* com o trabalho realizado anteriormente. Em nosso estudo, como indicamos, esse diagnóstico de Foucault sobre o Irã constituirá um dos fios da grade de inteligibilidade que é por ele aberta e sustentada por diversos conceitos lançados e que se encontram na trama de um pensamento sobre o acontecimento. Assim, perceberemos que estará em jogo nesta singularização também um outro importante tipo de poder que Foucault assinala na mesma época: o *poder pastoral*. Ao lado das outras delimitações que povoam a sua analítica do poder – poder soberano, poder disciplinar, biopoder – temos que o poder pastoral será específico em sua articulação com outra categoria importante para nosso estudo, dizendo respeito diretamente à resistência: as *contra-condutas*.

No que tange a uma organização mais específica para nossa pesquisa propomos trabalhar a partir da metodologia da *análise estrutural*, enfocando a concepção de *sistema* como meio para conduzir nossa problemática de *verificação* do acontecimento.

Partindo da explicitação de diversos conceitos que compõe o que entendemos por *sistema* foucaultiano, compreenderemos sua teoria como uma *proposição* de leitura da história, e do próprio presente (pelo diagnóstico), – na abertura para o *novo* que lhe fora característica. Se vemos, em Foucault, uma criação e proposição teóricas que se realizam na configuração de um *sistema*, é porque não procuramos lê-lo como a uma análise decalcada na realidade total. Partimos, em nosso trabalho, da ideia de que os conceitos criados pelo filósofo não são melhores devido à sua correspondência com a realidade; mas porque, e daí toda sua força, ao fazerem existir os elementos que *nomeiam*, são conceitos capazes de *propor* algo para o presente. Conectando as noções de estrutura e de sistema, o verbete “Estruturalismo”, da *Encyclopædia Universalis*, em edição de 2001, nos diz:

[...] podemos dizer que a estrutura designa [...] um modo de organização do objeto a conhecer tal que as relações predominam sobre a substância. Trata-se, em suma, de uma radicalização da noção de *sistema* que não é mais entendida como o conjunto de relações estabelecidas entre elementos que preexistiriam a este sistema, mas como conjunto de regras abstratas que *fazem existir* estes elementos e lhes conferem propriedades (2001: s/p).

Desta forma, se Foucault nos será simultaneamente *objeto* e *grade de leitura*, é semelhante nossa posição em relação ao *sistema*: mostraremos os termos que o compõe, nos guiando pela categoria de *acontecimento*, ao mesmo tempo em que tentaremos o *gesto* que é próprio à análise estrutural, a saber: uma utilização específica de uma grade teórica (fornecida pelo filósofo) que vise à *criação/verificação* de uma configuração nova. Ou seja, nossa “criação

de *outra* configuração” se caracterizará por um *arranjo específico* dos conceitos de sua obra que possuirá por eixo problemático a visualização da operatividade da categoria de acontecimento. É, portanto, no sentido de ser um conjunto de elementos que se define pelas relações entre esses elementos que entenderemos o sistema na análise estrutural. A fim de nos situarmos, ao menos de forma geral, neste escopo metodológico *propositivo* e não apenas *interpretativo* do que *já está* na obra de Foucault, deveremos tentar novas relações e caminhos de entendimento quanto aos elementos e conceitos do autor tentando explicitar o que definiremos, no percurso, como *método de acontecimentalização da história*. Por isso, nossa proposição de “nova configuração”, certamente muito modesta frente à potencialidade da análise estrutural, é, finalmente, a proposição de um modelo de *leitura possível*: o entendimento de que seria legítimo afirmar que a Insurreição Iraniana fora, segundo o delineamento teórico de Foucault, um *acontecimento*. Nossa “criação”, logo, será mais simplesmente a criação de um tipo de leitura, mas que procurará seguir alguns passos da análise estrutural principalmente pelo tipo de *uso* de Foucault que intentaremos ao não recorrermos apenas a uma hermenêutica que poderia passar por seus escritos sem a necessidade da *verificação* da categoria que estará fornecendo unidade à nossa problemática. Esta problemática se desdobra, pois, em duas questões: por que a história deve ser acontecimentalizada? Por que a Insurreição Iraniana foi um acontecimento? Especificamente posta nestes termos, esta é uma problemática que não pertence à obra do autor, e por isso podemos nos posicionar também “externamente” perante a

questão, mesmo que, é claro, utilizemos as ferramentas criadas por ele para responder ao nosso traçado.

Para viabilizar o desenvolvimento exposto, em um primeiro momento enfocaremos principalmente dois eixos da obra do filósofo: a análise do discursivo, e a análise do não-discursivo. Assim, os três primeiros capítulos nos fornecerão subsídios teóricos para, ao final, visualizarmos o processo de *construção do acontecimento* no contexto do Irã. Desta maneira, no primeiro capítulo deveremos abordar o contexto de nossa própria visada metodológica estrutural ao analisar o que é entendido como *sistema* a partir de um estudo do conceito de *estrutura* em relação ao de acontecimento, quando trataremos igualmente da noção foucaultiana de *épistémè* tal como era pensada no contexto de *Les Mots et les choses* (1966). Também neste capítulo, para que possamos adentrar no contexto metodológico da história foucaultiana, trataremos das conexões e diferenças entre o acontecimento e o conceito de “corte epistemológico” na história da ciência de Gaston Bachelard e de Georges Canguilhem. No segundo capítulo estudaremos o acontecimento em relação à ideia de *arquivo* e de *a priori histórico* para a constituição de uma teoria do discurso principalmente em *L'Archéologie du savoir*, em que deverá ser explicitada a composição fundamentalmente enunciativa e discursiva do acontecimento. No terceiro capítulo nos concentraremos sobre as transformações trazidas pelo desenvolvimento da genealogia, destacando primeiramente a posição de transição de dois textos: *L'Ordre du discours* (1971), e o artigo “Nietzsche, la généalogie, l'histoire” (1971; 2001b: 1004-1024). Assim, neste momento, enfocaremos a análise do domínio não-discursivo em seu entrelaçamento com o

discursivo e, por consequência, na operacionalização específica da idéia de *práticas*, em que o estudo de alguns escritos de Paul Veyne será fecundo. Neste sentido, também se faz importante um aprofundamento sobre a temporalidade específica do tipo de acontecimento que está sendo proposto, e tal abordagem pode ser demonstrada ao cruzarmos as concepções de tempo de Foucault e de Gilles Deleuze. No quarto capítulo propomos uma *verificação* desta acontecimentalização da história *via* o diagnóstico foucaultiano sobre o Irã. Levando em consideração o que a categoria de acontecimento nos oferecera nos capítulos anteriores, neste último momento destacaremos algumas das problemáticas dos cursos *Il faut défendre la société* (1975-76) e *Sécurité, Territoire, Population* (1977-78) – além de textos provenientes de sua estadia no Japão em 1978, em que veremos o desenvolvimento diferenciado de noções como *governo*, *revolução*, *resistência*, *atualidade*.

Com este percurso, nosso objetivo será precisar o funcionamento da categoria que nos terá acompanhado, analisando seus desdobramentos para uma *outra teoria da história*: é por enxergarmos o diagnóstico iraniano *como* um “acontecimento”, pelos contornos especificados, que o levante no Irã pudera não ser analisado por Foucault em termos do aparecimento de uma *consciência* revolucionária ou mesmo em termos puramente políticos de um *finalismo*, mas pelo desenvolvimento de um *ethos* em uma vontade coletiva. O que se faz importante é averiguar, assim, se a estratégia de compreensão e de captação dos acontecimentos empregada por ele na análise do passado também pode ser estendida às suas indagações sobre a *atualidade* através do que ele chamou de “jornalismo filosófico”

(FOUCAULT, 1978; 2001b: 706-707). A coerência da escolha da categoria de acontecimento será oferecida como um recorte, como um caminho possível para a análise da obra de Foucault considerando sua extensão e diversidade. Tentaremos, ao final, dar conta de duas configurações históricas que são apresentadas pelo filósofo de forma geral, e que, através da direcionalidade de nossa leitura, permitirão completar a problemática do trabalho aqui proposto: a primeira será, dissemos, a da Insurreição Iraniana entendida como acontecimento, singularização; a segunda será a do poder pastoral que, entendido como a configuração que embasa sua analítica do poder, nos permitirá compreender os aspectos de uma “espiritualidade política” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 688-694). É esta espiritualidade política que, junto da temática da *subjetivação outra*, concentrará a colocação de alternativas para o futuro, conformando a dimensão ética deste tipo de história acontecimentalizada. Como mencionamos, estas configurações históricas novas são, aqui, um remanejamento tanto dos fatos como dos direcionamentos de entendimento possíveis, ou seja, a colocação em cena de outros problemas que, por sua vez, gerarão essas novas categorias de explicação. Em um movimento que sempre se expande, são precisamente essas categorias que fazem ver outros elementos, tornando diversas grandes de inteligibilidade tradicionais bem menos evidentes. O poder pastoral será, assim, uma outra forma de problematizar o poder que inaugurou uma série de questões que não puderam ser formuladas por outra metodologia.

Ao trabalharmos os textos de Foucault mencionaremos recorrentemente a ideia de *proposição de uma novidade conceitual*. Tal é o que explicitará o caráter de seus diagnósticos: quanto ao

Irã, o filósofo não procedera apenas por uma análise diferenciada de uma configuração histórica já existente, mas de um momento que está em vias de configuração, um momento que vai ser configurado justamente pelas categorias e elementos que estão sendo *criados*. A história do presente, enquanto desafio de fazer história do ainda não aparente, só poderá ser feita no momento em que é pensada não como *presença*, mas em enquanto *aparecer*, ou *devir*. É neste sentido que esta história também é dependente das “*nomeações*” que são produzidas no instante. Se conseguirmos identificar e especificar o delineamento desses novos elementos e as configurações históricas que eles propiciam e desencadeiam a partir da categoria de análise que escolhemos – o acontecimento – poderemos então justificar, ao menos no que diz respeito ao projeto de Foucault, por que a história precisa ser acontecimentalizada. Será então por meio da aplicação desta categoria que configurações históricas ainda não manifestas e/ou articuladas poderão fazer sentido como proposição de outra forma de inteligibilidade.

O acontecimento através do estruturalismo e da história da ciência

A relação entre o trabalho desenvolvido por Michel Foucault e aquele da história das ciências, representada por Gaston Bachelard e por Georges Canguilhem, é retomada recorrentemente nos escritos do primeiro. Para não encaixá-los na fixidez de uma tradição, carregada justamente pelas

totalizações a que se contrapunham, falemos, com Dominique Lecourt (1975: 120), de uma “posição comum em filosofia”. O texto escrito por Foucault dedicado a esta filiação, e principalmente voltado a Canguilhem, só virá em 1984, e será o último entregue a seu editor – “La vie, l’expérience, la science”. Das diversas questões que esta aproximação suscitou, e no que tange aos vários debates entre História e Epistemologia, aqui nos ateremos à reflexão quanto às possíveis leituras concernentes ao *acontecimento*, em suas aproximações e distanciamentos em relação à série de problemas que a história da ciência inaugurara ao colocar em circulação um método histórico diferenciado. Nosso direcionamento de análise será, portanto, a busca de um entendimento do acontecimento tal como pode ser identificado em Foucault e seu relacionamento com uma *história dos conceitos* canguilhemiana, enfocando o que lhes servia de solo e fora vocabulário em comum – *descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série, transformação*.

Desta maneira, faz-se interessante avançarmos primeiramente em uma compreensão do primeiro momento do projeto arqueológico e seu relacionamento com o contexto estruturalista francês. Sabemos, por certo, que esta é questão polêmica. Nosso objetivo, contudo, não é tanto aderir a posições quanto à subscrição de Foucault ao estruturalismo ou não, mas entender suas abordagens no que tange ao caráter *acontecimental* da estrutura próprio ao pensamento foucaultiano. Para viabilizarmos nossa exposição, nos restringiremos, em um primeiro momento, a tratar do acontecimento a partir da noção de *épistémè*, no contexto de produção de *Les Mots et les choses* e em alguns textos em que é especificada. Para isso, precisamos

compreender também as relações que podem ser identificadas com o conceito de *estrutura*. Na seqüência, indagaremos a possibilidade de uma leitura do acontecimento em Bachelard e em Canguilhem, problematizando-a *via* Foucault.

O caráter acontecimental da estrutura

A complexidade própria das várias correntes filosóficas não nos permite circunscrever o pensamento estruturalista em definições estritas. É o que podemos depreender, por exemplo, de uma análise que procura entender o que permeia a oposição entre fenomenologia e estruturalismo, visando-os por um viés ainda mais sutil ao caracterizá-los como um *transcendentalismo subjetivista*, por um lado, e de um *transcendentalismo objetivista*, por outro. Esta é a análise que norteia o livro de Edgardo Castro (2005), *Pensar a Foucault*, que propõe uma imersão detalhada nos meandros das duas correntes. De certa forma, o termo “transcendentalismo” aqui poderia possuir quase um caráter provocativo, visto que um dos alicerces da corrente estruturalista seria justamente a noção de *imanência*. Transcendentalismo, então, pois teria a estrutura quase se desgarrado da *conjuntura*, e se transformado, ela também, em uma categoria ideal, com suas condições formais totais. Esta foi crítica recorrente aos trabalhos vinculados ao estruturalismo, ao devolver para eles a mesma crítica que estes formulavam ao tentarem escapar do universal. A outra parte da crítica já nos direciona para nosso problema de estudo: além de o estruturalismo ter excluído o *sentido*, teria excluído junto deste também a agência do *sujeito* nos *processos*, –

que foram da diacronia à sincronia –, e, com o sujeito, haveria a exclusão da própria *história*, ao substituir a flexibilidade tão antropológica do *acontecimento* pela rigidez sistêmica da *estrutura*. Nesta visada, Roland Barthes (1963), no canônico texto “L’activité structuraliste”, de 1963, dirá inclusive que “[...] este último par [diacronia-sincronia] é tanto mais distinto quanto parece que a principal resistência ao estruturalismo seja hoje de origem marxista e que seja em torno da noção de história (e não de estrutura) que ela se desenvolve.

Em artigo de 1967, “À quoi reconnaît-on le structuralisme?”, Gilles Deleuze, além de apontar os diversos caminhos da “corrente” a partir dos trabalhos de Roman Jakobson, Claude Lévi-Strauss, Jacques Lacan, Louis Althusser, Roland Barthes e de Foucault, procura justamente esclarecer a complexidade da *estrutura* para muito além dos clichês mecanicistas da crítica, analisando igualmente questões referentes à lingüística como essenciais para a compreensão do projeto. A partir do que ele chama de uma terceira ordem, a ordem do *simbólico*, que está para além do dualismo entre o *real* e o *imaginário*, a estrutura poderia ser delineada em seu caráter de *circulação* e de *posição*, e não de coisa, em sua irredutibilidade a uma fixidez de sentido. Esclarece-se assim, primeiramente, o que a estrutura não é: nem forma sensível, nem figura de imaginação, nem essência inteligível (DELEUZE, 1973: s/p):

Nada a ver com uma forma: a estrutura não se define de maneira alguma por uma autonomia do todo, por uma impregnação do todo nas partes, por uma Gestalt que se exerceria sobre o real e sobre a percepção; a estrutura se define ao contrário pela natureza de certos elementos

atômicos que pretendem ao mesmo tempo dar conta dos todos (*des tous*) e da variação de suas partes.

Justificado está, portanto, ao menos a partir da concepção de Deleuze, como que a estrutura vai operar dentro das *relações* que busca explicar, o que nos reenvia a uma construção de pensamento que, por não se basear na consciência de um sujeito, precisa criar sentido a partir de articulações menos evidentes. Se o sujeito não será titular, é porque é *situado* e *dependente* (FOUCAULT, 1969: 239). É por isso que é preciso compreender a estrutura principalmente em seu caráter *topológico*, altamente *relacional*, *movente*, “*de posição*”. Estas características acarretam na importante concepção do sentido como *efeito*, e não como *a priori* nos elementos de análise. O sentido é o que *circula*, abordagem que complexifica a outra ideia de que, para o estruturalismo, o sentido estaria ausente.

Afastado fica, ao menos programaticamente, um fundo transcendental da estrutura, como apontamos acima. A questão é que os operadores utilizados por este tipo de pensamento estruturalista necessitaram da construção de *sistema* para poder abrir outras vias que pudessem propor formas de pensar que fossem alternativas ao que se agrupou sob o nome, em sua designação geral, de fenomenologia. Nosso objetivo é explicitar os componentes desta noção de *sistema* em sua forma mais geral, para compreendermos, na sequência, também o pensamento de Foucault *como* um *sistema*, que *cria* novas configurações históricas (como o acontecimento da Insurreição Iraniana) a partir da proposição de uma nova grade teórica que, com diversas variações no decorrer de sua obra, manteve forte

diálogo com as concepções da análise estrutural. Para darmos conta das especificidades de seu sistema, será necessário olharmos de perto o funcionamento da *estrutura*, que veremos reverberar na construção de seus conceitos e cujo escopo *criativo* deverá nos acompanhar até nosso momento de *verificação* do acontecimento no Irã.

As idéias que acabamos de traçar a respeito da estrutura nos encaminham a compreender, então, a *singularidade* que esta deve representar e colocar em cena, a partir das *relações diferenciais* às quais está ligada. A ideia de *função*, de funcional, é o que permite essa não-objetivação, não-essencialização, e direciona a análise para pensar, justamente, as condições do pensável. *Condições* que são o terreno dessas estruturas inconscientes, “necessariamente recobertas por seus produtos ou efeitos”; afinal, “uma estrutura econômica jamais existe pura, mas recoberta pelas relações jurídicas, políticas, ideológicas em que ela se encarna” (DELEUZE, 1973: s/p). Percebe-se, por esta ótica, que a estrutura não é, longe disso, o que se opõe ao acontecimento, mas o que o possibilita, ou até o que, nesta configuração, não se diferencia dele. A mesma conclusão em relação ao sujeito: não foi excluído, mas multiplicado, ao não mais poder ser *reduzido* a objetificações, mas pluralizado de acordo com as posições em que transita. Assim, o estruturalismo não funcionaria como um *reducionismo* mecanicista do fenômeno social, ou da complexidade do “real”, mas seria a desevidencialização desse real, que é *efeito*. De mesmo, e por tudo isso, a história, ou o caráter histórico, não foi afastado, mas, por Foucault, por exemplo, justamente chamado à tona em sua valorização máxima, é pelo uso da história que Foucault não cairá em uma ontologização da estrutura.

Deleuze, ainda no artigo citado, abordará outros dois critérios – o de *serial* e o de *casa vazia* (*case vide*) – que também nos servirão para uma compreensão da noção de estrutura na obra foucaultiana, principalmente no primeiro momento do projeto arqueológico. Quanto ao primeiro critério, *serial* se referirá à forma de funcionamento das estruturas, que se organizam de forma multi-serial (DELEUZE, 1973: s/p); formando “séries de séries”, ou “quadros”, como também precisa Foucault em *L'Archéologie du savoir*. Dentro do cruzamento das séries, temos o objeto que circula, que não é identificável nem assimilável a uma única característica, mas procede por diferenciação. A estrutura poderá ser definida como “ordem dos lugares sob a variação das relações” (DELEUZE, 1973: s/p), e este objeto vai ocupando, portanto, a cada momento da série, a “casa vazia”. Analisando o trabalho de Foucault (1966: 392) poderemos perceber que a concepção de “casa vazia” poderá ser o correlato do que ele chamará de possibilidades e de escolhas (o que não remete a nenhuma forma de *consciência* que escolhe), guardando o aspecto movente que explicitamos. É o que explica o desdobramento de seu estudo em *Les Mots e les choses* quanto, por exemplo, ao lugar do rei, o lugar de Deus e o lugar do homem (DELEUZE, 1973: s/p). O espaço vazio é importante, no limite, não somente para ser preenchido, mas por ser o espaço do pensamento, o espaço em que é possível pensar algo *novo*; novos valores, novas distribuições nas séries, – é um espaço não só vazio, mas *aberto*.

A partir deste panorama geral é preciso frisar, no entanto (ou “justamente”), o caráter extremamente heterogêneo da análise estrutural. Invoquemos, assim, igualmente, a complexidade do termo “*inteligibilidade*” neste contexto: o procedimento estrutural

quer, na reconstituição dos objetos conceituais aos quais se aplica, evidencializar as “regras de funcionamento” (as “funções”) deste objeto. Será o que esta operação permite o que nos interessará até o final de nosso trabalho: ela cria *novas* inteligibilidades que não apareciam no objeto natural. Assim, mesmo se nossa análise pontual a respeito da Insurreição Iraniana incidirá sobre a conformação desta enquanto *acontecimento* (portanto, enquanto *novo objeto inteligível*, novo direcionamento inteligível), em um período da obra foucaultiana que é tido como não-estruturalista, será preciso levar em consideração os métodos de inteligibilidade desenvolvidos neste primeiro momento porque, como mencionamos, entendemos que eles estarão fortemente presentes em toda a obra e poderão, assim, garantir o que visamos como uma determinada configuração *acontecimental* diferenciada no caso da leitura foucaultiana sobre o Irã.

Ao retornarmos ao par *estrutura – acontecimento* que norteia aqui nossa análise, façamos um esclarecimento, a título de contextualização. Quando do debate entre Lévi-Strauss e o sociólogo Georges Gurvitch, relatado por François Dosse em seu *História do estruturalismo*, Gurvitch teria assumido a posição de que o fenômeno social excederia a estrutura em seu caráter de inesperado e não deveria ser reduzido a esta. Era a crítica a uma suposta rigidez determinista do sistema formal estruturalista. Assim, Dosse (1993: 261) pergunta: “Deve-se fazer prevalecer o *caráter singular* do acontecimento ou as *permanências* da estrutura?”. Esta colocação, que reflete os desentendimentos gerados pelo dualismo que evocávamos, reforça nosso direcionamento em procurar mostrar as diferentes e bastante relacionadas características que as duas noções adquirem na obra

de Foucault em um primeiro momento. Propomos, justamente, portanto, reorganizar os termos do questionamento de Dosse, para chegarmos ao *caráter singular da estrutura como acontecimento*.

“Não pode haver uma teoria geral do estruturalismo” (FOUCAULT; 1967; 2001a: 612). A produção foucaultiana, que se estendeu por cerca de quatro décadas, também é permeada por esta heterogeneidade: se não possuímos por objetivo encaixá-lo ou não em um programa tão vasto, também não pretendemos permanecer “fiéis” às suas alegações anti-estruturalistas, principalmente no pós-década de 1970. Como mencionamos, em diversos artigos e entrevistas aparecidos durante a década de 1960 Foucault (1969; 2001a: 851) abordará diretamente a problemática estruturalista, sendo “Linguistique et sciences sociales”, texto proveniente de conferência realizada na Tunísia em 1968 um excelente exemplo, em que ele se dedica a analisar a linguística moderna e as relações que esta mantém com as ciências sociais enfatizando seu procedimento a partir de “conjuntos sistemáticos de relações entre elementos”, e não entre elementos isolados. Poderíamos relacionar esta desconsideração de “elementos” em sua unidade com a desnaturalização quanto à formação dos *objetos*, que veremos no próximo capítulo ao analisarmos *L’Archéologie du savoir*. Ao longo desta exposição várias das características da linguística estruturalista se encontrarão com seu próprio método de trabalho, ao demonstrar o que estes elementos tomados em sistema acabavam produzindo: uma fuga do psicossociológico e uma valorização do *inconsciente*. Igualmente, será a partir de uma certa comparação entre a linguística e a filologia que ele poderá abordar outro conceito importante para sua obra, o de *sincrônico*, que é complexificado ao não se reportar

negativamente ao diacrônico, ao sucessivo, ou à história; mas se colocando como, justamente, uma *dimensão* desta, já que a estrutura linguística não dirá respeito ao imóvel ou ao estático, mas às *condições de mudança* (FOUCAULT, 1969; 2001a: 854). A rede e as séries se expandem com essa preocupação voltada às condições, que complexifica o *causal*, não ao eliminá-lo, mas ao ampliar a atenção para “o *campo de efetuação* de uma explicação causal” (FOUCAULT, 1969; 2001a: 867), em que o “campo de efetuação” é a própria contingência histórica. É neste sentido também que a linguística estrutural acaba por permitir a análise de *discurso*, ao não fazer referência apenas à linguagem, mas ao que se pode *fazer* com a linguagem.

A partir da leitura destes artigos produzidos durante a década de 1960 é significativo também notar que uma exposição sobre o método estrutural aparecia frequentemente para marcar diferenças em relação à fenomenologia e à hermenêutica, como comentamos. Esta será a situação, por exemplo, de “La philosophie structuraliste permet de diagnostiquer ce qu’est ‘aujourd’hui’”, artigo de 1967 (FOUCAULT, 2001a: 608-612), e de “Interview avec Michel Foucault”, de 1968 (FOUCAULT, 2001a: 679-690), em que inclusive o contexto político francês de aparecimento do existencialismo de 1945 é confrontado às diferenças do contexto da década de 1960, também em relação às complexas faces que assumiu a pertença marxista nos vários momentos. Assim, no primeiro artigo, Foucault falará sobre o caráter *relacional* de um tipo de estruturalismo que, ao não se restringir a uma determinada especialização, buscaria cruzar diversos domínios – inclusive o da *teoria* e o da *prática*, com uma pluralização relativa às possibilidades do primeiro. No segundo, comenta o papel da

estrutura ao dizer que esta “se revela na ação política ao mesmo tempo em que dá forma e modifica as estruturas” (FOUCAULT, 1968; 2001a: 683). A pluralização frente às possibilidades da teoria é própria da posição de proposição de *sistema*; sendo sobre este ponto que incide o *diagnóstico* possível à filosofia que não pretende mais dizer as verdades eternas, mas atuar sobre o *hoje* – concepções que serão retomadas em toda sua obra.

A questão das séries pela visada estruturalista *via* campo linguístico pode ser compreendida através de análises quanto às *formas de transformação*, que procedem em paralelo e por correlação entre elementos. Assim, as transformações que ocorrem de um estado a outro possuem necessariamente outras transformações *correlatas*, e não apenas *derivadas*, como em uma análise *causal* (FOUCAULT, 1969; 2001a: 857). Tal será particularmente importante para percebermos como a *mudança* é pensada dentro da *épistémè*, justificando, por este método, porque tantos dos fatos e aspectos que seriam tradicionalmente reunidos em um mesmo “grupo” (de época, de mentalidade, etc) acabam por ocupar *épistémès* distintas, e vice-versa. Pensando neste modo de proceder das séries, entendemos a valorização de fenômenos contemporâneos entre si que marcam as análises de *Les Mots et les choses*, em que o mote geral era mostrar certas coerências entre discursos tradicionalmente tidos como distintos, refazendo diversas histórias ao procurar estabelecer uma homogeneidade na heterogeneidade desses saberes. É neste sentido que Foucault pôde situar esta ordem do saber em um nível mais fundamental (que é o *a priori histórico*³), que não se modificaria

³ Abordaremos pontualmente esta noção em nosso segundo capítulo.

pelas contradições próprias aos níveis econômicos ou sociais, vistos como efeitos de superfície próprios a uma doxologia; – o que lhe importa são as *condições* da doxologia. O motivo desta escolha de abordagem se justifica por uma contestação ao modo como tanto o econômico quanto o social têm sua capacidade explicativa demasiadamente naturalizada em muitas análises “tradicionais”; assim, procedimento praticado com diferenças em diversos momentos da obra, Foucault estará, em contraste, atentando ao *grau de articulação* entre os níveis do discursivo e do não-discursivo.

Vejamos mais de perto o conceito de *épistémè*.

A *épistémè* será a grade de análise necessária para, inicialmente em *Les Mots et les choses*, o desenvolvimento de um estudo que pudesse descrever em si mesmas as transformações ocorridas a nível discursivo, sem que se recorresse ao caráter causal e subjetivo de categorias como “época”, “espírito do tempo”, “mentalidade”. Apesar deste afastamento, é necessário que compreendamos as referências temporais e geográficas presentes na *épistémè*, o que não reenvia mais uma vez àquelas outras categorias, mas permite o traçado das condições de aparecimento e de possibilidade do que é descrito: *épistémè* ocidental, *épistémè* do Renascimento, *épistémè* clássica, *épistémè* moderna (CASTRO, 2004: 169). Se atentarmos a uma visada mais programática, a definição do conceito de *épistémè* só será esclarecida em entrevistas e, em 1969, em *L'Archéologie du savoir*, sem deixar, contudo, de alterar-se nestas diferentes manifestações. Em *Les Mots et les choses*, poderemos inferir seus caracteres gerais a partir de seu uso no traçado da história das ciências humanas que diz respeito ao *saber*. Serão

as regularidades atribuídas a um código de saber vigente em determinado momento e importando sobre um saber empírico o que faz retornar à dinâmica de *sistema*, em que seria possível organizar a história do saber não formalizado como possuindo ela mesma um sistema (FOUCAULT, 1970; 2011a: 876); e, com ela, à dinâmica topológica com a ênfase em um “espaço do saber”, “espaço epistemológico”.

Em *L'Archéologie du savoir* a conceitualização da *épistémè*, que só aparece pontualmente ao final do livro, estará imbricada na especificidade de outras noções, principalmente as de *positividades* e *formações discursivas*. Percebemos, no entanto, a comparação possível entre os *quadros* (“séries de séries”) e a *épistémè*, pelo caráter da dispersão. Ao diferenciar uma história global de uma história geral, Foucault comenta: “Uma descrição global encerra todos os fenômenos ao redor de um centro único – princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria ao contrário o espaço de uma dispersão” (1969: 18). Se, de uma certa forma, esses “quadros” guardam semelhança com o traço dado anteriormente, no livro de 1966, às *épistémès*, agora, em 1969, a linha que as fechava em seu traçado e as delimitava se encontra suspensa, ou pontilhada. Os quadros, mais abertos que as *épistémès*, são o que desdobram “o espaço de uma dispersão”.

Vemos, pois, então o caráter duplo do sistema: ao mesmo tempo em que configura o que é proposto, em termos de “*unidade*” (indica-se “o sistema” que ocupa cada *épistémè*); também diz respeito ao próprio *gesto*, ao próprio método, de *configurar* *épistémès*, de fazê-las existir a partir de uma *nomeação*. Assim, a *épistémè* estará reunindo um *saber* implícito próprio a

cada sociedade que é mais fundamental do que os *conhecimentos* que esta sociedade produz – este saber, primeiro, é o que torna possível estas últimas (FOUCAULT, 1966; 2011a: 526). Ou seja, a épistémè não é o saber, mas a possibilidade de sua ordenação, ela é o campo em que está alojado este *saber* que tornará possível *conhecimentos, instituições e práticas*. Assim, para a progressão de nosso estudo, faz-se importante salientar que, se demonstramos aqui, para este momento da obra foucaultiana, uma noção de *sistema* relacionada ao tom mais descritivo da épistémè, será, diferentemente, uma noção de sistema mais em tom *propositivo* o que veremos no avançar de seu trabalho, – que é o que lhe permitirá *propor*, mais incisivamente, novas abordagens relacionadas a processos de subjetivação.

Para seguirmos em um devido panorama, é importante atentar à maneira pela qual não só, é claro, *Les Mots et les choses*, mas também *L'Archéologie du savoir* ainda estava se reportando à análise estrutural. Logo na introdução, ao comentar diversos posicionamentos teóricos que modificam a abordagem tradicional da história, Foucault (1969: 12) apresenta a visada da análise literária, que não se daria mais por unidade a sensibilidade de uma época ou *gerações*, nem o personagem do *autor* com sua criação, mas sim “a estrutura própria a uma obra, a um livro, a um texto”. Ou seja, temos que “a estrutura” não é a *recusa* da ideia de *unidade*, mas a *carrega* em si: *a estrutura é ainda outra forma de unidade*. A leitura pela grade da estrutura é balizada e mobilizada pela *acontecimentalização*, uma vez que Foucault (1969: 13) também criticará, reiteradamente, as “estruturas sem mobilidade” da *histoire tout court*. Neste sentido podemos posicioná-lo em um estruturalismo que só concebe a estrutura ao entendê-la como

móvel, deslizante, não total. Que a estrutura seja outra forma de unidade é uma questão complexa, e que se faz problema, como mencionamos, quando pensamos justamente que a ideia do estruturalismo fora a de contestação das totalizações. No entanto, basta pensarmos que a *unidade* é necessária à *formalização* do sistema, e não diz respeito a um “único total”, porque não se reporta à “realidade” mesma. Neste sentido talvez se faça mais pertinente retermos, inclusive para melhor entendimento da *épistémè*, mais a ideia de “modelo” do que a de “totalidade” (DESCOMBES, 1979: 103). Se a *épistémè* puder ser associada a uma estrutura ou a uma *unidade* – “uma rede única de necessidades” (FOUCAULT, 1966: 77), certamente não pode ser pensada em termos de *totalidade*: é o caráter imanente do histórico que impede a universalidade da *épistémè*. Assim, constituir *modelo* não significa ser universal, mas investir em uma generalidade potencialmente *criadora*, que seja capaz de dar conta de inteligibilizar os fenômenos em sua novidade de acontecimento. Daí decorre, é claro, a força da criação dos vários *conceitos* foucaultianos, proposições não existentes fora da teoria. É na trama estrutural que os conceitos poderão gerar acontecimentos: se o acontecimento não está dado nos fatos do mundo, ele deve poder ser configurado formalmente pela criação de um sistema.

Façamos, finalmente, ainda outra consideração a respeito das modificações que surgem no *corpus* foucaultiano. Em relação ao momento anterior de sua produção, um dos balizamentos importantes que aparecem em *L'Archéologie du savoir* estará relacionado principalmente a um descolamento das amplas possibilidades do projeto arqueológico de uma dependência exclusiva da *épistémè*, uma vez que são levantadas as possibilidades

A condução de si e dos outros através de uma *acontecimentalização*...

de *outras arqueologias* – da sexualidade, da política, da ética –, que configurarão, de fato, o caminho traçado posteriormente a 1969 por Foucault (1969: 255):

O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do *saber*. Além disso, se ela se ocupa do saber em sua relação com as figuras epistemológicas e as ciências, pode, do mesmo modo, interrogar o saber em uma direção diferente e descrevê-lo em um outro feixe de relações. A orientação para a *épistémè* foi a única explorada até aqui. [...] Mas esse é apenas o ponto preferencial da abordagem; não é um domínio obrigatório para a arqueologia.

A ênfase agora incidirá sobre estas múltiplas possibilidades da arqueologia, apontando para o caráter processual e não originário da prática histórica. Se a atenção para a especificidade do domínio do *saber* em relação à *ciência* será questão de grande parte da análise de *L'Archéologie du savoir*, em que a análise arqueológica “deveria mostrar positivamente como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber” (FOUCAULT, 1969: 241), faz-se importante notar os principais componentes que servirão para compreender a relação desta com a história da ciência de que nos ocuparemos agora: a problemática da *ideologia científica* e a questão dos *limiares*.

O acontecimento e a história da ciência

“La vie, l’expérience, la science”, artigo publicado no dossiê sobre Georges Canguilhem da *Revue de métaphysique e de morale* logo

após a morte de Foucault, se propõe ser um texto de apresentação e de mapeamento do campo, mas também de homenagem. Nele, o autor indica mais uma vez o *partage* das filiações: uma “filosofia da experiência, do sentido, do sujeito” por um lado, e uma “filosofia do saber, da racionalidade e do conceito” por outro, em que se situaria a história da ciência de Jean Cavaillès, Alexandre Koyré, Gaston Bachelard e de Canguilhem. Esta história da ciência, que não é a da lenta epifania do verdadeiro, dá corpo à história *descontinuista* tal como operada pelo próprio Foucault: “nem postulado, nem resultado; é antes uma ‘forma de proceder’” (FOUCAULT, 1985; 2001b: 1588). Canguilhem, que sucedeu a Bachelard na direção do Institut d’Histoire des Sciences et des Techniques de l’Université de Paris e cujo foco de atenção direcionou-se à biologia, enquanto o segundo voltara-se à física e à química, retomou e retrabalhou diversos dos conceitos do antigo professor. Neste sentido, se nossa atenção aqui é voltada mais pontualmente para as contribuições metodológicas de Canguilhem, tal se deve ao contato específico deste com Foucault e de seu trabalho com as “ciências da vida”, o que os aproximou em vários pontos, e também devido ao feixe de questões que se abrem com a concepção de *ideologia científica* que acabou, de certa forma, por ultrapassar a “psicologia da razão” de Bachelard (1972).

Em um de seus principais textos, “L’objet de l’histoire des sciences”, de 1968, Canguilhem deixa claro que o projeto de sua epistemologia é filosófico e não histórico, pois enxerga na história uma visada que ele chama positivista, atenta apenas à construção de biografias e cronologias, uma mera compilação de datas e fatos. Assim, critica nessa história *geral* seu distanciamento

em relação aos juízos de valor e sua obsessão por neutralidade; enquanto o escopo de sua história da ciência seria justamente avaliar judicativamente o percurso percorrido por aquele discurso que tem uma pretensão de verdade. Se, como veremos, essa concepção de *história julgada* em seu sentido estrito é bem mais ligada a Gaston Bachelard (2006: 205), Canguilhem, ao usar da reflexão, também a nuançará. A importância deste texto está principalmente em sua tentativa de delimitação teórica ao apontar a especificidade da história das ciências através de seu objeto, a saber: a *historicidade* do discurso científico. A história da ciência, portanto, não fará derivar seu trabalho nem de uma concepção em que os diferentes discursos científicos são produtos diretos da política, da sociedade, da economia (visada da História Social, referida por Canguilhem como *externalista*), nem dirá que eles se restringem ao método da ciência com seus procedimentos e teorias (visada da epistemologia, ou *internalista*) (CANGUILHEM, 1968; 2009: 18-19). Esta especificidade é o que fará com que a articulação destes ambos pólos (que podemos associar ao *não-discursivo* e *discursivo* foucaultiano) seja bastante sutil e certamente atue sobre esta historicidade do discurso científico, sem, no entanto, determiná-lo; nem em uma esfera, nem em outra.

Seguindo esta visada podemos também entender a que se referia Louis Althusser quando da apresentação que escreve ao artigo “A filosofia da ciência de Georges Canguilhem: epistemologia e História das Ciências”, de Pierre Macherey, originalmente publicado em 1972. Althusser alude na ocasião a uma importante *unidade* que identifica como chave na obra de Canguilhem: uma teoria da história das ciências e uma

epistemologia que remetem uma a outra, em que a primeira será sempre condição essencial da segunda (ALTHUSSER, 1972; 1995: 272). Temos, portanto, uma reflexão que tange simultaneamente propostas *internalistas* e *externalistas*, vindas da epistemologia e da história, apontadas por Macherey em termos desta *unidade* referente a uma multiplicidade de *níveis* (teoria da ciência, teoria da história das ciências, e teoria das próprias ciências e das técnicas [MACHEREY, 1972; 1995: 278]). Assim, as *condições* do debate científico dizem respeito a uma visada de *construção* da *normatização científica* e remetem à crítica que Canguilhem (1977; 1988: 38-39) faz à história geral: a história da ciência não deve ser vista como uma “sucessão de verdades articuladas”, mas como um “processo progressivo de purificação governado por normas de verificação”. Se o objeto da história da ciência não será a ciência em si, mas o próprio *processo* enquanto tal, a “veridicidade”, como algo produzido dentro deste discurso, será analisada de forma *descontínua*. A ciência será a produtora de tudo, do conhecimento e da própria *razão* (MACHADO, 2007: 19).

No projeto da história das ciências, a ciência será entendida, vemos, pois, não como dado universal, mas, daí a dimensão crítica do trabalho, como discurso *normatizado e normativo*. Desta forma, é importante ressaltar que o projeto de Bachelard e de Canguilhem pretendia traçar o percurso da razão na cientificidade das ciências ao desnaturalizar o que poderia ser tomado como um *racionalismo geral*. Ou seja, além de uma aceitação, esta epistemologia também respeitaria a normatividade de discurso da ciência e se situaria de acordo com a racionalidade daquela; para Bachelard, é o conhecimento científico que

ordena a filosofia. Assim, ainda que permaneça com a *razão*, o racionalismo *aplicado* (*racionalismo regional*) sugere igualmente um racionalismo *específico*, uma razão não teleológica que rejeita tanto o kantismo quanto o método positivista de Auguste Comte ao entender a razão *historicamente*. Se a história das ciências julga, seu princípio de julgamento será o do presente da ciência, e a categoria do progresso é mantida. No entanto, marquemos: *progresso* e aumento da verdade *em relação* ao discurso científico e balizado por sua própria normatividade, não remetendo, ao menos segundo o programa teórico, a uma substancialização ou universalização. Este progresso, descontínuo e dialético, desarticulária a idéia do contínuo ao proceder *por* rupturas sucessivas. Todos os valores dizem respeito ao estado da ciência enquanto trajetória. Igualmente, é neste ponto que o modo operatório da história epistemológica se afastaria do método da ciência em si, pois a ciência imprime validade retroativa às suas proposições, e a história não poderia fazê-lo. No entanto, como veremos adiante, esta abordagem talvez tenha mantido níveis mais essenciais do que pretendia.

Temos, portanto, que para a análise da verdade no tempo do discurso científico, Canguilhem voltara-se justamente à explicitação do *conceito*, conferindo-lhe autonomia tanto em relação à *teoria*, em seu cerceamento de tudo o que não está nela inserido (ou está em outra teoria), quanto em relação ao período histórico em que o conceito estaria supostamente localizado: “[...] uma mesma palavra não é um mesmo conceito. É preciso reconstituir a síntese na qual está inserido o conceito, ou seja, reconstruir tanto o contexto conceitual quanto a intenção diretriz das experiências ou observações” (CANGUILHEM,

1963; 2009: 187). É assim que falsas filiações ou atribuições podem ser desmanteladas. Este tipo de atenção desnaturalizou o conceito ao desvinculá-lo de pertencimentos disciplinares, temáticos, ou teóricos: os mesmos conceitos podem aparecer em diferentes teorias, pois são “teoricamente polivalentes” (CANGUILHEM, 1977: 6). A particularidade de cada conceito só poderia ser apreendida pela especificidade de sua história, e não mais remeteria, de forma cristalina, a objetos circunscritos *a priori*. Foucault, em larga medida, compartilhou com Canguilhem este tratamento dos conceitos, e o gesto de “refazer histórias” talvez seja uma forma geral para nos referirmos a isto. Em uma articulação com a noção de *acontecimento* temos, assim, que uma história a partir do *conceito* segue o mesmo caráter da não completa inteligibilidade do primeiro ao atentar mais às questões do que às respostas que advém da história, mas que a atravessam e mantém sua abertura ao não decalcá-la em uma imutabilidade. A polivalência do conceito-acontecimento só pode senão demonstrar suas tantas distorções, suas tantas rupturas, seus diversos *acidentes*: “Já que o ser vivo qualificado vive em meio a um mundo de objetos qualificados, ele vive em meio a um mundo de acidentes possíveis. Nada acontece por acaso, mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. Eis o sentido em que o meio ambiente é infiel. Sua infidelidade é, propriamente falando, seu devir, sua história” (CANGUILHEM apud MACHEREY, 1972; 1995: 303). É o *conceito* que, a partir do seu caráter de *questão*, permite que o acidente não entre nem no esquema do *acaso*, nem no esquema da *causa*, mas seja lido como *acontecimento*.

Foucault, em sua análise histórica voltada para o presente e centrado nas ciências humanas, traçou ainda outros caminhos que Bachelard e Canguilhem, pois dedicou-se também às práticas e aos saberes, num nível mais extenso do que a categoria de “científico” podia permitir e esta diferenciação gerará problemáticas distintas. Apontemos, por exemplo, em Foucault, a questão dos *limiars* – que podem ser verificados por *emergências* que remetem, por sua vez, ao acontecimento. É através das diferenças entre os limiars que poderemos perceber sua visada necessariamente distinta em relação, por exemplo, ao *progresso* e à *razão* tal como abordada pelos historiadores da ciência. Para falarmos das especificidades da história epistemológica em relação à categoria de *acontecimento*, faz-se necessário também abordarmos a noção bachelardiana de *obstáculo epistemológico* tomando por solo o tipo de racionalidade ali implicada, uma vez que se tratava de problematizar a *cultura científica*, – é assim que a “observação primeira” (ou “experiência primeira”) poderá ser o primeiro obstáculo apontado por Bachelard. Assim, a noção de “obstáculo epistemológico”, formulada em 1934 em *La formation de l'esprit scientifique*, operará tanto enquanto rejeição do *senso comum* em prol do *espírito científico*, quanto para dar conta de valores como o de “erro” através do progresso da ciência (CANGUILHEM, 1963; 2009: 215). Os obstáculos são, de forma geral, fenômenos que se articulam com as *rupturas epistemológicas*, outra noção que iremos questionar à luz das *descontinuidades* pensadas por Foucault.

Para compreendermos os pontos que acabamos de levantar, explicitemos melhor seu contexto, pois, no que tange a uma abordagem continuísta que colocaria em completa

concordância os trabalhos de Bachelard e de Canguilhem, faz-se pertinente tentarmos balizar os simplismos. Ao analisarmos o texto de 1963 “Dialectique et philosophie du non chez Gaston Bachelard”, vemos que a crítica de Canguilhem (1963; 2009: 211) é clara: o racionalismo bachelardiano como não conseguira superar um certo *essencialismo* da razão, – mesmo com a colocação desta *na* história. A questão é, como comenta Gary Gutting (1989: 32), que a análise pelo obstáculo acabava por implicar a ideia de *superação* do obstáculo, indicando um idealismo. De certa forma, parece-nos que Canguilhem está tentando dar ainda mais ênfase à concepção do próprio Bachelard de não diferenciação entre razão e ciência, nenhuma sendo entidade de primazia ou de fundamento, posto que *históricas*. Desta forma, se tais problemas quanto ao *obstáculo* bachelardiano não foram referidos por Foucault de forma direta, podemos perceber claramente em seu questionamento do *objeto* (que segue o do *sujeito*) uma margem para a discordância (LECOURT, 1980: 86). Ou seja, a ruptura epistemológica de Bachelard, dependente do prévio contorno dos objetos científicos, ainda precisaria da *continuidade*, e conseqüentemente sua ideia de progresso descontínuista não se sustentaria completamente. Levando em consideração estas questões, podemos enxergar uma relação entre o desenvolvimento do conceito de *ideologia científica* por Canguilhem e uma tentativa de responder a esse impasse, ao qual Foucault ficará tão atento.

No prefácio à *Idéologie et rationalité dans l’histoire des sciences de la vie*, Canguilhem (1977; 1988: IX) apontará a introdução do conceito de *ideologia científica* em seu trabalho a partir de 1968 como estando sob influência dos trabalhos de Foucault e

de Althusser. A importância da “ideologia científica” reside na articulação que permite entre ciência e não-ciência (que não tem nada a ver com a falsa ciência), ultrapassando a psicologia dos cientistas apontada por Bachelard ao estender-se pelo domínio mais amplo do discurso (propondo justamente uma articulação com o não-discursivo) e não pretender compreender a história em termos de *superação* de “obstáculos” (CANGUILHEM, 1977; 1988: 32-33). Há a entrada em cena do “social” que contorna a ciência e que seria desconsiderado por uma visão mais internalista desta. Como comenta Santos Almeida, se, de certa forma, o racionalismo de Bachelard não permitia que a não-ciência tivesse história, Canguilhem teria podido minimizar esse idealismo ao atentar também às condições materiais de produção do discurso científico, sem retirar a autonomia da racionalidade própria ao método científico, apostando, portanto, em uma *articulação* (SANTOS ALMEIDA, 2011: 120; 139). O que temos é que o obstáculo epistemológico é complexificado: ao dizer que a história da ciência deveria *incluir* a história de ideologias científicas reconhecidas como tais, Canguilhem (1977; 1988: 32) argumenta que a ideologia científica em alguns casos poderia ser, ambos, obstáculo *e* condição para o progresso. A análise proposta por Foucault sobre ideologia em *L'Archéologie du savoir* mostra constante debate com estas proposições. A ideia geral é a de, especificando o nível do *saber*, não reduzir a ideologia simplesmente ao avesso da ciência, ou a uma falsa ciência, ou a um *obstáculo* à ciência. Para Foucault a ideologia possui um modo de funcionamento que não pode ser desprezado ou apagado, e que não é questão de ser *superado* como um resíduo

irracional. Aliás, seu propósito será mesmo o de questionar essa *racionalidade* instituída.

Ainda quanto às diferenças entre a história das ciências e a história arqueológica, tratemos, pois, agora, mais especificamente da questão dos *limiares*, que também informam sobre a ruptura e o acontecimento. Se os diferentes limiares apontados por Foucault em *L'Archéologie du savoir* – o *limiar de positividade*, o *limiar de epistemologização*, o *limiar de cientificidade* e o *limiar de formalização* possuem, cada um, suas especificidades na ordem do saber, a relação entre eles não é pensada nem como necessariamente contínua, nem como cronológica. Outra operação norteia a análise, que se preocupa com as diversas *rupturas* e que as integra na própria noção de *limiar*: “Trata-se, de fato, de *acontecimentos* cuja dispersão não é evolutiva: sua ordem singular é um dos caracteres de cada formação discursiva” (FOUCAULT, 1969: 244). Assim, a história epistemológica das ciências de Bachelard e de Canguilhem se concentraria em tratar, segundo Foucault (1969: 248), do limiar de *cientificidade*, pois “[...] a história que ela conta é necessariamente escandida pela oposição da verdade e do erro, do racional e do irracional, do obstáculo e da fecundidade [...], do científico e do não-científico”. Como fica claro, o *dualismo* das oposições levantadas pode indicar a crítica, ou, ao menos, o marcado distanciamento de Foucault. Assim, a ciência pela ótica de Bachelard e de Canguilhem, segundo Foucault (1969: 248), é entendida como *norma*, pois precisa desta para mostrar seus descaminhos – uma análise não para exaltá-la, mas para explicitar do que a ciência “se liberou e tudo o que teve que abandonar” para atingir a cientificidade. Ou seja, reencontramos o progresso e a razão.

Finalmente, se distinguindo destes dois tipos de história da ciência, Foucault (1969: 248) indica seu próprio projeto como interessado no limiar de *epistemologização*: “o ponto de clivagem entre as formações discursivas definidas por sua positividade e figuras epistemológicas que não são todas, forçosamente, ciências (e que, de resto, talvez jamais cheguem a sê-lo)”.

O que percebemos é que se trata agora, *via* Foucault, de questionamentos que, quando feitos à ciência, estarão voltados para problema de sua *existência histórica*, tratando-a a partir de um espaço de historicidade que é exterior a ela e que não se atém às suas regras de funcionamento interno. Sua preocupação com a análise das ciências é pensada não como tendo por norma a ciência *ao fim*, já que o procedimento pelas *rupturas* não será pautado necessariamente por *objetos reconhecíveis* como científicos “desde sempre”, mas tais como aparecem na descrição das formações discursivas: não objetos científicos, mas *figuras epistemológicas*. Como veremos em nosso terceiro capítulo, não se começa pelos objetos, mas pelas *práticas*. Se a ruptura bachelardiana preocupava-se mais em perceber, internamente, como o conhecimento científico livrara-se do senso comum, Foucault interrogará o solo que, mesmo ao distingui-los, sustenta a ambos. É assim que, na relação específica destas positivities, do saber e das figuras epistemológicas *com* a ciência reposiciona-se a *análise da épistémè* como *uma* das possibilidades da arqueologia, sendo por esta via que o projeto foucaultiano pôde se expandir, como mencionamos anteriormente, para *outras* arqueologias possíveis. Este diferenciado direcionamento indicado no livro de 1969 é o que fará compreender que a história feita por Foucault, *outra* que *história das ciências*, será *História dos sistemas de pensamento*.

Tendo em vista este mapeamento do campo, poderemos agora pensar mais detalhadamente os domínios do *discursivo* e do *não-discursivo* nos outros momentos de sua obra atentando para o posicionamento que o acontecimento irá ocupando na composição do sistema.

O acontecimento e o discursivo

A publicação em 1969 de *L'Archéologie du savoir* marca um momento importante de formalização e revisão do método arqueológico que fora utilizado em *Les Mots et les choses*, e certamente muito importante no que tange a nossa problemática historiográfica de analisar o traçado de uma história acontecimental. Será nesta obra que, ainda muito próximo de uma abordagem estruturalista e colocando as práticas discursivas em um primeiro plano às vezes autorreferencial e autônomo, Foucault exporá de forma bastante pontual alguns de seus elementos de análise histórica. Como modificações em relação ao momento anterior, principalmente quanto à *Histoire de la folie à l'âge classique* (1961) e *Naissance de la clinique* (1963), temos que o filósofo vinha dando espaço cada vez maior, e tal já fica claro em *Les Mots et les choses*, ao *saber* como nível preponderante, horizontal, que poderia ultrapassar a problemática da experiência (SAKAMOTO, 2011: 260) e das práticas em sua acepção mais geral. Neste sentido, a fim de dar conta do estudo da operacionalidade da idéia de acontecimento ainda bastante teórica e conectada ao foco enunciativo, faremos

uma abordagem mais detalhada de suas noções de *arquivo* e de *a priori histórico* expostas em *L'Archéologie du savoir*, para seguirmos então em direção ao acontecimento sob a visada de uma teoria do discurso que já começa a trazer cada vez mais o não-discursivo para a cena. Quanto a este outro domínio, que nunca esteve ausente em suas análises, poderemos perceber que era deixado em segundo plano e subjugado à esfera discursiva também, entre outros motivos, por uma questão de verificação de não coincidência: Foucault (1969: 61) percebia que às instâncias não-discursivas (“instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização”) não correspondiam uma formação correlata de objetos discursivos, por exemplo. No decorrer de sua obra, o espaço dado a essas instâncias será expandido e problematizado.

Abrindo a acontecementalização: unidades, objetos, enunciados

A publicação de *L'Archéologie du savoir* repercutiu no campo histórico principalmente no que dizia respeito a ser uma metodologia formalizada da dissolução dos objetos, mas que procedera da mesma forma em relação a várias unidades tradicionais. Quanto aos objetos, o método da arqueologia fora reformulado nesta obra, por exemplo, em relação a como apresentara-se em *Histoire de la folie à l'âge classique*, ao levar ao máximo em consideração a questão da permanente mutabilidade dos objetos de que se fala, no espaço em que se fala. A idéia de que os recortes feitos pelo estudo do historiador já seriam por

si mesmos uma intervenção delimitadora pertencente a uma época e a uma *épistémè* foi seguida por outros dismantelamentos, como em relação ao *sentido*, às explicações causais e ao primado do sujeito. Quanto a este, se no livro de 1969 ainda será completamente uma *função* do discurso, posteriormente terá sua historicidade traçada através das práticas de assujeitamento operacionalizadas pelo *poder*. É o que veremos, em nosso capítulo 4, em relação ao poder pastoral e à questão da *subjetivação* que marca a Insurreição Iraniana *como* um acontecimento. Assim, apesar da importante reformulação que se segue a partir de sua maior visada sobre as práticas sociais em uma acepção geral, que caracteriza a genealogia, o método arqueológico permanecerá como base para reflexões na obra posterior em vários pontos.

Em uma especificação que busca tornar claros alguns destes movimentos teóricos, Edgardo Castro (2004: 16) comenta, em relação ao método arqueológico em geral, que o “acontecimento arqueológico” refere-se às novidades históricas e às diferenças, com a assinalação das rupturas (entre *épistémès*, por exemplo); enquanto que o “acontecimento discursivo” seria um tipo de prática histórica, um acontecimento “que quer dar conta da regularidade histórica das práticas”. Percebemos que Castro estaria, com esta divisão, se referindo a uma diferenciação entre as primeiras obras, principalmente *Les Mots et les choses*; e o período de formalização do método, com *L'Archéologie du savoir*. Metodologicamente, pois, a relação com o “discursivo” só se formaliza na obra de 1969, quando os enunciados serão descritos como acontecimentos.

A questão geral das *práticas* – discursivas e não-discursivas – talvez seja, para o caminho que estamos traçando, o nexa que

mais importa para visualizarmos a operacionalização da categoria de acontecimento. Trata-se, pois, do discurso *como* prática, em que “o discurso não é suscetível de ser definido fora das relações que o constituem” (LECOURT, 1980: 90). A fim de tornarmos mais claro o posicionamento de Foucault neste momento, de que não seriam as práticas não-discursivas que condicionavam mudanças nos campos, mas, pelo contrário, que seriam os discursos a instaurarem o todo nos sistemas de relações, reportemos ao exemplo que ele oferece sobre a grande unidade da medicina clínica. Aqui, a *acontecimentalização* poderia ser lida como meio de complexificar as explicações tradicionais, advindas do domínio não-discursivo, que justificam o aparecimento dessas unidades a partir de esquemas naturalizados, mas que não se sustentam quando colocados sob uma ótica histórica outra. Segundo Foucault (1969: 72):

A medicina clínica não deve ser tomada como *resultado de uma nova técnica de observação*, - aquela da autópsia que era já praticada desde muito tempo antes do século XIX; nem como *resultado da pesquisa pelas causas* patogênicas nas profundezas do organismo – Morgagni já a exercia desde a metade do século XVIII; nem como *efeito desta nova instituição que era a clínica hospitalar* – já existiam há décadas na Áustria e na Itália; nem como *resultado da introdução do conceito de tecido* no Tratado das Membranas de Bichat.

Rechaça-se, pois, tais esquemas legitimadores específicos; para Foucault, não foram estes os motivos que *fizeram surgir* a grande unidade da medicina clínica em determinado período do tempo, e a proposta do filósofo para este aparecimento virá,

pois, de uma *análise dos discursos* envolvidos. Nesta, a medicina clínica deve:

[...] ser considerada como o relacionamento, no discurso médico, de um certo número de elementos distintos, dos quais uns se referiam ao *status* dos médicos, outros ao lugar institucional e técnico de onde falavam, outros à sua posição como sujeitos que percebem, observam, descrevem, ensinam etc. Pode-se dizer que esse *relacionamento de elementos diferentes* [...] é efetuado pelo *discurso clínico*; é ele, enquanto prática, que instaura entre eles todos um sistema de relações que não é “realmente” dado nem constituído *a priori* [...] (FOUCAULT, 1969: 72).

A arqueologia, levando em conta a atuação destes “elementos diferentes” que não aparecem a partir dos procedimentos históricos tradicionais, tem então de estar atenta para a singularidade dos elementos que surgem, e para a regularidade em que aparecem. Mas com relação a que campo a “singularidade” que Foucault quer restabelecer para o acontecimento enunciativo torna-se possível de ser pensada? O que quer essa forma de descontinuidade histórica?

Como o autor deixa claro em *L'Archéologie du savoir*, as singularidades e as rupturas são da ordem dos possíveis, e não dados prévios ou naturais. Assim, a intenção será ainda restabelecer outras formas de regularidade a partir de uma revisão da relação entre os enunciados. Ao intentar afastar-se da inteligibilidade dominante das unidades de discurso estabelecidas através da *língua* e do *sentido* (estruturalismo e fenomenologia), ele não buscaria “disseminar uma poeira de fatos”, mas sim descrever *outras unidades* a partir de “decisões

controladas” (FOUCAULT, 1969: 40). A *regularidade* buscada se constrói em uma reorganização dos elementos no campo, bem como a *singularidade*. Só que agora um descolamento é operado, aquele descolamento que vai renunciar às «coisas», «despresentificá-las» ao «definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso, e que constituem, assim, suas *condições* de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 1969: 65, grifo meu). A regularidade, não formando par com irregularidade, se refere ao conjunto de condições para a existência da função enunciativa e não se confunde tampouco com “frequência” do aparecimento dos enunciados. As condições de existência a que se refere Foucault querem que as contradições e desvios do discurso sejam descritas e que o modo de construção da ciência, feito para ser esquecido depois de produzido o objeto, apareça. Tal, como vimos, fora já preocupação da história da ciência. Assim, “condições de existência” toma lugar perante o esfacelamento do objeto; trata-se agora de uma interrogação que visa pontualmente um campo, um *espaço*, e não objetos fixos (FOUCAULT, 1968; 2001a: 739). Alusão, portanto, ao caráter *topológico* e à *imanência* que vimos em nosso capítulo anterior. Temos, quanto à questão dos objetos, não sua dissolução, mas sua *recolocação* na história; nela, os objetos não estão prontos, é o processo de sua identificação (e uso) que é histórico. Eis então o famoso exemplo foucaultiano da loucura: é a operação arqueológica que faz com que possamos concluir que *a loucura* não existe, o que não quer dizer que ela não seja nada (FOUCAULT, 2004: 122).

O fato de o *enunciado*, que poderíamos ser levados a pensar ser a unidade mínima do discurso – seu átomo –, não sê-lo, demonstra também aproximação em relação à questão da estrutura: se distanciado do caráter unitário que tem a frase dos linguistas, a proposição lógica dos analíticos ou o ato ilocutório dos gramáticos, o enunciado será *função da existência*, ou seja, o que permite a existência efetiva dos conjuntos de signos (FOUCAULT, 1969: 115). Se diferenciando, será o próprio espaço de possibilidade da existência de todos os outros enunciados, sendo apenas em determinados níveis enunciativos que aparecerão a semântica e a lógica. A pergunta sobre as possíveis regularidades entre os enunciados terá sua resposta no método de descrição de sistemas de dispersão, e onde estes levantarem semelhanças ter-se-á, finalmente, uma *formação discursiva*, um *sistema* (FOUCAULT, 1969: 98, grifo meu). Neste sentido é preciso enxergar que tanto a ruptura, quanto a singularidade, ou a regularidade não estão mais situadas em um plano maior, mas pertencerão a outros recortes bastante específicos, históricos – o das práticas, o das estratégias. É a formação discursiva, ou a própria história, que define a regularidade dos enunciados, e a questão das rupturas responderá à *raridade* dos enunciados, em relação a um sistema de exclusão que ora os faz aparecer, ora os interdita (FOUCAULT, 1969: 156).

Temos, portanto, que o *acontecimento* também é o que remete a um momento anterior à delimitação dos objetos que vão povoar as formações discursivas que serão naturalizadas em seguida. Este “anterior” não é estritamente um referencial cronológico, mas indica um momento “outro”. Trata-se da possibilidade de restituir toda a abertura de “um outro futuro”

para o passado do discurso ao revisar a materialidade dos enunciados que o compõe – é a *rarefação histórica*. Esta revisão da materialidade é o que Foucault chamou de “descrição dos enunciados”, e tem por mote não uma pureza originária do discurso ou algo que viria antes do discurso (o que existe atrás das coisas...), mas o levantamento de hipóteses sobre *outras configurações*; além do estudo de como estas configurações que temos *hoje* puderam existir. Este gesto quanto a outras configurações, desta feita relacionadas ao futuro, é o que estará em jogo em nossa verificação do acontecimento iraniano.

Tais hipóteses para a formação dos discursos demonstram que a *indeterminação* do acontecimento enunciativo pode ser lida pela possibilidade de as coisas serem designadas por um enunciado sempre determinável e não determinado, mantendo acontecimento e enunciado fora de uma relação de causa e efeito como entre sujeito e objeto (TEMPLE, 2011: 84). O acontecimento, como a *origem*, está aberto. Tal indeterminação não impedirá de trabalhá-lo, ou descrevê-lo, mas será o princípio mesmo que permite este tipo de operação sobre ele. É porque o acontecimento é sempre possível que ele pode ser descrito, mas não esgotado; lidamos, portanto, apenas em aparente paradoxo, com uma multiplicação do acontecimento que só permite mostrá-lo, descrevê-lo, fazer ver seu espaço, ao volatilizá-lo. Se uma *acontecimentalização* é o que permite o aparecimento e agrupamento de formações em seu aspecto discursivo, é porque várias dissoluções de diversas unidades possíveis foram operadas depois de testadas, tais como – “normas”, “noções”, “conceitos”, “temáticas”. A busca por outras totalidades deve proceder de forma completamente diversa porque as individualizações de um

discurso devem ser buscadas “na dispersão dos pontos de escolha que ele deixa livres” (FOUCAULT, 1969: 51). Na seqüência deste capítulo, problematizaremos a busca foucaultiana pela *formação* de unidades através da *dissolução* de unidades.

Rarefação histórica

A questão das raridades discursivas, ou da “rarefação do discurso”, remete diretamente a estas práticas de exclusão que o discurso promove e que o compõem. Estes sistemas de exclusão, que selecionam a possibilidade (ou, melhor, a *existência* efetiva dos enunciados baseada em sua rarefação), e que abordaremos mais detalhadamente no próximo capítulo, foi delimitado por Foucault (1971: 21) em *L'Ordre du discours*, sua aula inaugural em 1971 no Collège de France, como sendo composto por três formas principais: a *interdição* (a palavra proibida), a *segregação* (a separação através da loucura), e a *vontade de verdade*. Os enunciados são raros porque estão atrelados a formas muito específicas de se *poder dizer a verdade*. Ou seja, é a vontade de verdade – a vontade de determinadas verdades – que fizeram aparecer os discursos. A raridade, assim, diz respeito ao que *efetivamente* apareceu, se produziu, *pôde* constituir-se enquanto discurso: muito pouco perante tudo o que *poderia* ter se formado. Esta raridade aqui difere do esquema de totalidades ou da riqueza pluralizante com que opera a análise interpretativa ou lógica – sendo no plano da *enunciação* que estas irão se distinguir da própria análise discursiva (FOUCAULT, 1969: 191). Ou seja, ao tentar descrever os enunciados e delimitar seus campos, suas

formações discursivas, Foucault está querendo perceber quais os tipos de vontade de verdade existiram e sob quais divisões operaram, questionando *como* eles deram forma aos discursos. Baseando-se na efetividade dos enunciados (*materialidade existente*, e não derivação pelo *sentido*), ele operará por uma multiplicação dos dados empíricos: “a arqueologia consiste em pensar o múltiplo sob a forma *histórica*” (SAKAMOTO, 2011: 330, grifo meu). O que se busca é uma “lei de raridade”, um “princípio de rarefação” em relação ao “não preenchimento do campo das formulações possíveis” (FOUCAULT, 1969: 156). A idéia será, portanto, que sua análise do discurso seja irreduzível a fundamentações: nem palavras, nem coisas.

Assim, se parece paradoxal pensar que a análise discursiva se contrapõe a uma multiplicidade que *subtrai*, é porque esta só seria múltipla em um campo fechado, que, ao estabelecer suas próprias verdades, não permite enxergar para além (ou para alguém) delas. Os enunciados sempre estão, neste tipo trabalho, onde deveriam estar: no seu lugar, mas um lugar pensado como inteiramente *aberto*. Lembremos, é claro, da função da *case vide*. Este lugar (e tempo) inteiramente aberto é a *história*, ou seja, o momento histórico específico em que os enunciados puderam aparecer: “como se dá que tal enunciado apareceu, e nenhum outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 1969: 39). Delineado assim fica o plano do enunciado que, ao distinguir-se do *sentido*, o comportará também, ao complexificá-lo, como expusemos quanto à visada estrutural. Foucault afasta-se da hermenêutica integrando-a como um possível, mas como algo distinto de seu projeto. O que está dito no não dito, ou o que está interpretado através dos enunciados, por detrás das *coisas*, permanece em seu estudo

justamente porque faz parte da historicidade do discurso tal como ele *pôde existir*, e pertence, por isso, ao nível da formulação, – estes enunciados não variariam por causa das *significações* que a eles foram atribuídas, são estas significações que dependem da modalidade enunciativa. A *interpretação* é uma forma de completar a pobreza, de responder à raridade dos enunciados. O enunciado, ao estar em outro plano (FOUCAULT, 1969: 151), é função da existência das frases, proposições ou sequências de signos, mas não pode ser confundido em sua manifestação com os efeitos, decorrências e significados daquelas. Ele é o que permite sua existência como tal ao não confundir-se com elas, mas ao *cruzá-las*. É disto que fala Deleuze (2004: 26-60) ao escrever que os enunciados são *extraídos* das palavras, frases, proposições: “Rachar, abrir as palavras”.

O arquivo e o enunciado-acontecimento

Neste momento do método arqueológico, por uma preocupação fundamentalmente *formal*, os acontecimentos serão considerados em sua concepção *enunciativa*, e o que Foucault chamou de *arquivo* será aqui o conjunto de regras que permitem a estes acontecimentos aparecerem e serem pensados: “‘arquivo’ [...] designa a maneira pela qual os acontecimentos discursivos foram registrados e podem ser extraídos. O termo ‘arqueologia’ refere-se então ao tipo de pesquisa que procura extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 469). Estas regras, apesar de não se situarem fora da história, receberão uma

formulação bem mais fixa neste momento do que posteriormente na obra foucaultiana. O arquivo é o que pode estar sempre indicando para um *outro*, para uma *alteridade* histórica, justamente em uma concepção de história que quer saber da *atualidade* por meio de um distanciamento referenciado com o passado; o arquivo é o que permite nosso *diagnóstico* (FOUCAULT, 1969: 172). Esta história procede em sua análise do presente *desde e através* da valorização da *diferença*, em contraposição à *identidade*. O “arquivo” será este conjunto de “leis”, esse sistema que rege os enunciados e permite o discernimento de sua singularidade a partir do conjunto de regularidades em um discurso que fora institucionalizado. Em “Réponse à une question”, de 1968, ele precisa a noção ao dizer que ela fazia referência aos limites e formas de dizibilidade do discurso, sua conservação, memória (“quais tipos de relações são estabelecidas entre o sistema dos enunciados presentes e o corpus dos enunciados passados?”), reativação e apropriação (FOUCAULT, 1968; 2001a: 709-710).

Faz-se importante notar que a questão da *dizibilidade* do discurso, sendo elemento do estudo do arquivo, nos reporta diretamente ao caráter de *exterioridade* da análise. O espaço do arquivo, devido às características que levantamos quanto à raridade, deve ser um “espaço de pura dispersão”. A *exterioridade* afasta a análise discursiva de qualquer transcendência histórica, e por isso o termo é também paradoxal, já que não se justapõe a nenhuma interioridade (FOUCAULT, 1969: 137). Restituir o caráter de acontecimento aos enunciados, restituir-lhes sua dispersão, tratar das *coisas ditas* é isto, é entender esta exterioridade como o lugar dos próprios enunciados sem que nos reportemos a nenhum outro plano mais fundamental, mais essencial. É por

esta *efetividade* dos enunciados que eles poderão ser tratados como *monumentos*, cuja existência insistente (efetiva) performatiza-se em seu “volume próprio” (FOUCAULT, 1969: 182). Recolhidos e tratados como ruínas dispersas, os enunciados são vestígios semi-destruídos encontrados fora de contexto que invadem não só o presente, mas são já advindos de um tempo pluralizado. Tal visada, percebemos, contrapõe-se ao tratamento dos enunciados como *documentos*, sempre signos de outra coisa (FOUCAULT, 1969: 182), remetendo a interioridades mais profundas, sempre desejosos de serem *interpretados*. Tem-se, pois, uma revisão do valor do documento, que, não sendo mais interpretado, será *elaborado*, através de um estabelecimento de corpus coerentes (DÍAZ, 2010: 8), através do trabalho com *séries*.

“Eu analiso o espaço de onde falo” (FOUCAULT, 1968; 2011a: 738). Ao Foucault dizer não ser possível descrever em sua totalidade nosso próprio arquivo, posto que estamos inseridos nele, mas sabendo-o como instrumento para esse diagnóstico que devemos efetuar, como resolver o impasse? É neste sentido que talvez possamos dizer que o próprio diagnóstico foucaultiano, não sendo a descrição ou o retrato de uma época, ou seja, não podendo ser pensado em termos de panorama geral, é, também ele, *acontecimento*. Estamos, é claro, inseridos no discurso, mas, descrevendo-o, também estamos *fora*; a descrição do arquivo, não sendo uma *delimitação*, é um movimento de alteridade histórica: ela indica o que não somos mais – e o que não somos ainda. A “orla do tempo que cerca nosso presente” (FOUCAULT, 1969: 172), mas que não é o nosso presente, será a temporalidade diferenciada que permite o acontecimento como *criação*. A análise do arquivo responde, portanto, à necessidade criativa

do *sistema*: vale para nosso diagnóstico justamente porque quer, do presente, sua parte de alteridade, seus possíveis outros, suas configurações outras.

O tempo da análise discursiva: o a priori histórico e a questão das “séries”

Determinar, ou restituir, o campo de *existência* à linguagem é interrogá-la no antes de sua solidificação, “não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz” (FOUCAULT, 1969: 146), através da suspensão do significante e do significado. A solidificação foi dizer o que o acontecimento é, foi planificá-lo em uma reta cronológica, foi passá-lo pelo filtro de inteligibilidade atributiva que é o processo de racionalização: o acontecimento também deve ser pensado pela “quase invisibilidade do ‘il y a’” estrutural (FOUCAULT, 1969: 145). A questão do tempo do acontecimento estará em jogo, em seu instante fugaz, em um espaço de *já* e *ainda não*: como escreve Giovana Temple, a “acontecimentalização corresponde à análise dos acontecimentos antes de eles serem racionalizados” (TEMPLE, 2011: 92, grifo meu). Tal fora também o que François Dosse comentara ao dizer que Foucault procurara “identificar a singularidade dos acontecimentos fora de suas finalidades declaradas” (DOSSE, 2013: 158). O enunciado estaria em um nível *pré-conceitual* (FOUCAULT, 1969: 81). Nolimite, o enunciado, e o acontecimento que ele põe em jogo, não podem ser completamente inteligíveis, mas no máximo participam de processos de inteligibilização que nunca os adjetivam por completo, não lhes colam um absoluto, mas o *descrevem pela sua própria formação*.

“Restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 1971: 53) é entendê-lo, assim, como instaurador de seu próprio tempo, de seu próprio regime temporal e, neste sentido, de sua própria história, ao pensá-lo no “jogo de sua instância” (FOUCAULT, 1968; 2001a: 733). O método arqueológico entende que as formações discursivas possuem uma temporalidade própria, e disto decorre o acontecimento não *ter* sentido, mas *ser* o seu próprio sentido, remetendo à ruptura que ele não apenas “carrega”, mas “é”. A descrição do acontecimento discursivo se dá nesse meio, em um tempo que não é o recuado infinito da origem, nem o espaço profundo do comentário. Dizer que o discurso, ou que o discurso enquanto acontecimento, é histórico, não significa, portanto, traçar-lhe uma historicidade que se apóia em outro lugar, fora dele, em universais, mas sim entendê-lo como já *história por si*. Contemporaneidade e mesma cronologia não garantem plenas identificações, cada fenômeno pode ter aquilo a que o filósofo se refere como uma “viscosidade temporal” *própria* (FOUCAULT, 1969: 229). Tal nos encaminha à noção de *a priori histórico*, a “condição de realidade dos enunciados” (FOUCAULT, 1969: 167).

O *a priori histórico* diz respeito à não-ficcionalidade dos enunciados de acordo com a existência histórica que fundamenta sua positividade de enunciado, sendo a positividade aqui entendida como o conjunto (sempre disperso) de elementos que permitem o aparecimento de unidades “outras”, – “unidades através do tempo e bem além das obras individuais, dos livros ou dos textos” (FOUCAULT, 1969: 166). As *positividades*, enquanto campo para os elementos do discurso, enquanto espaço em que estes podem comunicar-se entre si, têm o papel de um *a*

priori histórico, e cada época (enquanto formação discursiva) tem o seu *a priori*. É o caráter de histórico deste que o afasta, primeiramente, do *a priori* formal kantiano, que remeteria a condições de validade totais, quanto também o afasta, na mesma linha, de um estruturalismo que buscasse a apreensão dos elementos e das partes a partir de um processo de *abstração* destes do seu contexto (histórico) para isolá-los. O método da arqueologia procura garantir que o campo estudado só possa ser referente a si mesmo.

Na seqüência da historicização das unidades tradicionais de explicação, teremos, é claro, também a arqueologia do *sujeito*, pois, como releva Deleuze, o *a priori histórico* dissolve o sujeito universal em uma exterioridade. Tratada de várias formas ao longo de sua obra, com transformações importantes, a sempre presente problemática do sujeito será referenciada, no contexto do Círculo Epistemológico de 1968, por exemplo, como sendo o maior dos problemas de uma história “tradicional” em que se poderia vislumbrar “o último reduto do pensamento antropológico” (FOUCAULT, 1968; 2001a: 728). No contexto de *L'Archéologie du savoir* em que a apreensão do acontecimento é questão mais especificamente dos enunciados, o mote da formação dos tipos enunciativos é distanciar-se tanto do sujeito transcendental, quanto de uma subjetivação psicológica. Assim, ainda que o discurso seja visado como “um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 1969: 74), essas diversas posições serão pensadas para um sujeito que se dispersou em si mesmo, e é por isso que o sujeito poderá ser definido, neste momento, com tantos ecos da análise estrutural, como um lugar determinado e vazio

(FOUCAULT, 1969: 123). Se o momento do livro de 1969 será o do afastamento da ideia de autor ou de uma intenção significativa, além da diferenciação entre sujeito do enunciado e emissor de signos, a problemática da análise do sujeito, que será desenvolvida de forma mais aprofundada nas obras posteriores, já será colocada nesta ocasião: “qual a *posição* que pode e deve ocupar todo *indivíduo* para ser seu *sujeito*”? (FOUCAULT, 1969: 126, grifo meu). Como veremos no capítulo 4, esta questão das posições do sujeito é central para a compreensão das variações no pensamento de Foucault sobre diversos pontos, principalmente quanto às “formas de assujeitamento” provocadas pelo poder, que enfocaremos a partir das *técnicas* de condução e de governo capazes de gerar *subjetivação*.

Como tentamos deixar claro até aqui, o método esboçado em *L'Archéologie du savoir* não era o de fazer apenas uma análise discursiva, mas o de cruzar domínios em que o discursivo estava importando sobre o não-discursivo. É por este cruzamento (que vai se complexificando durante os anos 1970 e 1980) que podemos também esclarecer a relação com o debate dos historiadores quanto aos acontecimentos e estruturas, passando pela questão das *séries*, e lembrando o caráter fluído que tentamos estabelecer entre os dois conceitos ao cunharmos a formulação do “caráter acontecimental da estrutura”. Dosse (2013: 160) em seu *Renascimento do acontecimento*, dirá que o conceito de discurso, posto em outra dimensão por Foucault, se situará *entre* a estrutura e o acontecimento. Em “Revenir à l’histoire”, conferência proferida por Foucault em 1970, conseguimos perceber, por exemplo, através de suas análises sobre estruturalismo e o consequente rechaço interpretativista,

que o acontecimento estará, neste momento, relacionado com a história serial justamente por esta não manter uma relação de evidência prévia para com seus objetos de estudo, fazendo destes uma construção a partir dos documentos, concentrando-se na diversidade de relações que podem ser estabelecidas. O acontecimento será o que desta maneira pode aparecer através das diferentes “camadas” com que opera história serial, e nesta análise Foucault (1972; 2001a: 1148) se manterá bastante próximo, por exemplo, do trabalho de Pierre Chaunu, a fim de exemplificar a multiplicação de tipos de acontecimento que acompanharia a multiplicação dos tipos de duração. O acontecimento aqui também é uma quebra, não somente entre totalidades, mas entre *práticas*. Assim, Judith Revel remarca que: “o acontecimento não é em si fonte da descontinuidade; mas é o cruzamento de uma história serial e de uma história acontecimental [...] que permite fazer emergir *ao mesmo tempo* dispositivos e pontos de ruptura, camadas de discursos e palavras singulares, estratégias de poder e redutos de resistência, etc.” (REVEL, 2002: 43). Ou seja, se a descontinuidade não é encontrada pelo historiador, mas produzida por ele, tem-se também que o seu trabalho quanto às regularidades é especificado pontualmente através das séries. Notemos, pois, a ideia diferenciada do *tempo* que cruza estas séries.

Em *L'Ordre du discours* poderemos perceber a não distinção, ou ainda, a abordagem destoante que o filósofo faz ao não dissociar “acontecimento singular” e “estruturas de longa duração” da maneira até então comumente pensada pelos historiadores, dizendo não acreditar existir “uma razão inversa entre a contextualização do acontecimento e a análise da longa

duração” (FOUCAULT, 1971: 56-57). Desta forma, aquele debate historiográfico levantado pela escola francesa é aqui modificado, pois o plano não é o da unicidade acontecimental *versus* grandes processos, mas a *longue durée* fazendo ver outros acontecimentos, principalmente devido ao tipo de temporalidade específica que ela implica. Em “Dialogue sur le pouvoir”, entrevista de 1975 e publicada originalmente em 1978, ele dirá:

O problema é que, durante cinquenta anos, a maior parte dos historiadores escolheram estudar e descrever não acontecimentos, mas estruturas [...] É um objetivo que encontramos, na França, no trabalho de Lucien Febvre, de Marc Bloch e outros. Hoje, os historiadores retornam ao acontecimento e tentam ver de qual maneira a evolução econômica ou a evolução demográfica podem ser tratadas como acontecimentos (FOUCAULT, 1978; 2001b: 467).

Foucault, percebemos, via o “retorno ao acontecimento” como uma valorização do que em história ficou marcado como o *processual*, valorizando este tipo de trabalho devido ao que o estudo serial a ele vinculado permitia analisar. Nesta entrevista, em que já vemos uma abordagem direta do campo não-discursivo, Foucault menciona novamente o caráter acontecimental do discurso, enfatizando, no entanto, mais especificamente sua dimensão discursiva. Será ao atentar para o aparecimento destes *outros acontecimentos*, voltados para o não-discursivo, que ele retomará mais uma vez a função do acontecimento *discursivo* que abordamos ao longo deste capítulo, permitindo-nos a conexão.

Para mim, se trata de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e de descrever

as relações que estes acontecimentos, que nós podemos chamar acontecimentos *discursivos*, mantêm com *outros acontecimentos*, que pertencem ao *sistema econômico*, ou ao *campo político*, ou às *instituições*. Olhando-o desta maneira, o discurso não é nada mais que um acontecimento como os outros, mesmo se, bem entendido, os acontecimentos discursivos têm, em relação aos outros acontecimentos, sua função específica (FOUCAULT, 1978; 2001b: 467).

Em direção ao não-discursivo

Na concepção de acontecimento para a metodologia arqueológica, mesmo que regras de um certo tipo organizem as *épistémès* naquele sistema, tal não elimina a produção do novo ou de liberdade, justamente por esta liberdade estar sendo pensada agora fora da esfera transcendental. A liberdade, liberada do universalismo e não estando inserida em uma causalidade, será resultado produzido pelo sistema. O realmente novo, o irreduzível, só pode advir de uma ordem que escape à consciência e cuja racionalidade não é alcançável por nossa consciência na medida em que esta é governada por um *telos* de tipo kantiano. Neste sentido, o acontecimento poderia ser pensado como aquilo que permitiria um acesso ao *fora* (*dehors*), ainda que no contexto de *L'Archéologie du savoir* Foucault não tenha explorado tanto as possibilidades deste “novo” como o fará posteriormente, com a genealogia, quando põe em prática o método ao concentrar-se em temas específicos, quando as *estratégias* (práticas não-discursivas) terão primazia condicionante sobre as práticas discursivas. No *dehors*, no exterior do discurso encontrar-se-á não “o homem” ou “as coisas”, pois estes não permitem a definição

da especificidade dos discursos, – a realidade não pode servir de referência já que é ela mesma que está sendo construída. Para o filósofo, como pontua na entrevista concedida ao canal France Culture em 2 de maio de 1969, o que temos no exterior do discurso é um conjunto de regras práticas impostas àqueles que o praticam, regras que colocam os elementos em relação e que permitem sua existência.

Mas estas regras colocam problemas, bem como a noção de raridade. A questão, muito debatida entre os críticos de Foucault sobre se o projeto arqueológico seria ou não a construção de uma (outra) teoria, é bastante complexa e releva igualmente de uma abordagem quanto ao *sistema*. Nosso posicionamento aqui é o de que toda sua análise fora constituída por estas *construções*, uma vez que, seguindo a análise estrutural, nada “existe” previamente na realidade, ou na história (de forma natural e evidente), para ser descrito ou interpretado. São as (novas) grades teóricas propostas, com seus conceitos específicos, que são capazes de *constituir* estas outras *configurações históricas*. Lembremos, assim, que as unidades daquela empreitada podem ser questionadas em termos dos tipos de recorte que elas procuravam desenvolver e que, mesmo que Hegel e a dialética tenham sido alvo de crítica constante na busca de uma multiplicação do acontecimento; e que a história, pluralizada em “todas as direções”, tenha sido o meio para fazê-lo, ainda no contexto arqueológico Foucault (1969: 95) não completará a explicação dessas “novas” unidades que seu método descrevia, declarando apenas que elas estariam nas próprias *regras de formação* dos sistemas que estavam sendo descritos. Este é o problema, segundo H. Dreyfus e P. Rabinow (2013: 100), de querer “compreender as descontinuidades como

algo mais do que mudanças aleatórias”. Ou seja, é o problema de querer colocar uma certa ordem na desordem. Assim, os críticos norte-americanos afirmam que “somente se essas *regras* puderem ser interpretadas como regras autônomas de formação, o discurso sério poderá evitar a influência das práticas cotidianas” (DREYFUS; RABINOW, 2013: 100).

Mas finalmente, por que Foucault, com a arqueologia, estava firmemente evitando o domínio não-discursivo, as práticas cotidianas (estratégias)? Por que o discursivo deveria subjugar e condicionar o não-discursivo? Qual seria exatamente a ligação de contribuição existente entre eles? Podemos ler na escolha deste momento as conseqüências de seu tratamento não transcendental para o sujeito, por exemplo, e também o tratamento diferenciado à *causalidade*. Foucault (1969: 213) está colocando, aqui, o não-discursivo (fenômenos de expressão, efeito, simbolização, causalidade) *dentro* do discursivo, na medida em que essas interpretações baseadas em expressão e simbolização precisariam de “um sujeito falante” ao qual se reportar. Depreende-se disto certamente uma contraposição à análise marxista, ao menos no que se refere à *causalidade*: “uma análise causal [...] consistiria em procurar em qual medida as mudanças políticas, ou os processos econômicos, puderam determinar a consciência dos homens de ciência [...]” (FOUCAULT, 1969: 213).

Para Dreyfus e Rabinow (2013: 112), que foram uns dos primeiros a empreender uma análise do método arqueológico ainda na década de 1980 e de lhe formular uma crítica, o problema é que, apesar de Foucault querer se afastar da determinação das práticas sociais sobre os discursos, abdicando de qualquer

causalidade indicada tanto pelas regras *formais* oferecidas pelo estruturalismo, quanto das regras internas de *sentido* dos hermeneutas, “é a exigência de que o discurso seja comandado por regras [o] que contradiz o projeto arqueológico”. De certo modo, o que eles estão apontando é que a ideia de *regra* precisaria de um *fundamento*, pois tal busca por regras, (com seu correlato na descrição de “novas unidades”) não se sustentaria apenas pelo questionamento e descrição da *formação* destas regras – e isto justamente pelo caráter de uma história múltipla, acidental: as modificações históricas esfacelariam (ou deveriam esfacelar) essa rigidez. Se, assim, para poder realmente se desvencilhar da análise marxista, da hermenêutica, etc, foi preciso reforçar a existência de *regras de formação*, este será o mesmo fator que explica a primazia do discursivo sobre o não-discursivo neste momento. Desta maneira, os autores americanos, que trabalham a partir de uma ótica de rupturas quanto à obra de Foucault, comentam que o filósofo abandonará completamente estas regras formais durante a fase genealógica. Talvez possamos pensar, em nossa concepção da obra foucaultiana *como* um *sistema*, que manteve permanente diálogo com a análise estrutural – e com a *arqueologia* desenvolvida – que estas regras de formação foram necessárias para a manutenção do caráter criativo e propositivo do projeto, ainda no momento em que o trabalho centrava-se sobre o nível do enunciado. Por esta leitura poderemos ver, na sequência, o desenvolvimento de outras categorias, mais fluídas, na dimensão do não-discursivo (estratégias, dispositivos, técnicas), como possuindo este mesmo papel de conferir possibilidade ao *sistema* de *criar* novas inteligibilidades. Já nesta dimensão, no entanto, a efetividade propositiva poderá ser maior devido a maior

abrangência do estudo das *práticas*. Mais do que às regras (que se manterão no horizonte, também), o *sistema* foucaultiano voltar-se-á então aos *efeitos* (SAKAMOTO, 2011: 361) que atingem incisivamente o presente.

A partir de 1970 o método da arqueologia começará a modificar-se, e tais alterações afetarão a forma como a categoria de acontecimento poderá ser lido. O que podemos perceber é que aquelas regras de formação discursiva se entrecruzarão com o não-discursivo, permitindo o aparecimento de outros elementos que não podiam ser *visualizados* antes – tal como os significativos desdobramentos em relação ao *poder* e ao *sujeito*. Em *L'Ordre du discours*, os nós com a futura analítica do poder, através do desenvolvimento do método genealógico, vão aparecer na medida em que esta concepção se conectará às *lutas* e *estratégias* operadas em relação ao discurso. Foucault (1978; 2001b: 583), em entrevista de 1978, “La scène de la philosophie”, retraça seu percurso anterior e comenta, referindo-se à sua produção da década de 1960, que de fato havia “uma parte que permanecia em suspenso”: aquela “das condições externas de existência, de funcionamento, de desenvolvimento desses discursos científicos”, sobre as quais ele diz ter oscilado, em relação à “análise interna” desses discursos. Ao mesmo tempo que tal assertiva ratifica a dualidade que apontamos entre discursivo/não-discursivo em sua produção, percebemos que o desdobramento dessa dualidade fora mais complexo do que uma divisão fixa. Na mesma entrevista, e como podemos perceber pela leitura de *Histoire de la folie à l'âge classique* ou de *Naissance de la clinique*, ele diz também ter já buscado, na época, “compreender o solo histórico” daqueles discursos, ou seja, “as

práticas de enclausuramento, a mudança das condições sociais e econômicas do século XVIII”. Por fim, o filósofo conclui que a resolução para dar conta dessa “outra parte” que fora suspensa encontrava-se “do lado das relações de poder no interior da sociedade” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 584).

Desta maneira, ainda nesta ocasião, podemos perceber, juntamente com o entrevistador Moriaki Watanabe (1975), que argumenta na esteira de um escrito de Deleuze sobre Foucault ⁴, que as transformações de *Surveiller et punir* permitiram abordar “não somente o que fora *dito* em um determinado momento da história, mas o que fora *feito* no mesmo momento” e que assim sua análise se dava por tarefa “fazer aparecer a imanência de relações do poder que tornaram possíveis uma tal produção dos enunciados” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 583). Deleuze, igualmente, analisando o percurso de Foucault, identificará *Surveiller et punir* como o livro em que o autor ultrapassara completamente o “dualismo aparente dos livros precedentes”. Apesar de em alguns momentos de seu livro ele afirmar uma certa periodização, Deleuze (2004: 56) também se esforçou para deixar claro a ideia da variabilidade e da fluidez dessa *combinação* no trabalho de Foucault, através da terminologia do *visível* e do *enunciável*:

[...] por um lado, cada estrato, cada formação histórica implica uma repartição do visível e do enunciável que se faz sobre si mesma; por outro lado, de um estrato a outro

⁴ O escrito a que se refere Moriaki Watanabe havia sido publicado na revista *Critique* (n. 343, dezembro 1975: 1207-1227) com o título “Écrivain, non, um nouveau cartographe”. Seu conteúdo fora retomado posteriormente por Deleuze na publicação do livro *Foucault*.

varia a repartição, porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime. [...] Maneira de dizer e forma de ver, discursividades e evidências, cada estrato é feito de uma combinação das duas [...]

Como abordamos neste capítulo, e como também faremos no próximo, acreditamos que é sim possível distinguir as duas esferas – a discursiva e a não-discursiva – nas análises de Foucault, mas afirmamos que tal distinção se dá de forma muito mais interna e transversal nos textos, do que de forma cronológica quanto às publicações. O que podemos perceber é, portanto, um *jogo* permanente entre essas esferas através de sua *complementaridade* mútua, o que pode ser explicado, como vimos, pela dinâmica das *séries*. Finalmente, tentamos aqui demonstrar uma operacionalidade específica da categoria de acontecimento para um pensamento que era profundamente histórico e marcado pela preocupação com a história. Esta, além de ser caracterizada por um considerável “empirismo” (e talvez esta seja uma das conclusões a qual o rigor e a formalização de *L'Archéologie du savoir* nos encaminhe), foi completamente *construída dentro de sua teoria*, de seu *sistema*, em sua forma de “usar” o empírico. Se suas análises ainda possuíam pontos obscuros, ao menos podemos perceber que, aqui, *acontecimentalizar* foi tentar livrar o próprio pensamento das explicações baseadas na língua ou no sentido, na estrutura ou no sujeito. Agora podemos perceber melhor que, apesar de (ou justamente...) seu trabalho contar com muitos ecos do método estrutural, Foucault procurou igualmente se diferenciar do estruturalismo porque havia buscado criar seu próprio método. As práticas sociais ainda abrirão uma outra

possibilidade de remanejamento histórico. Trilharemos agora este percurso do acontecimento através da esfera não-discursiva.

O acontecimento e o não-discursivo

Como indicado ao final do capítulo anterior, neste capítulo tentaremos fazer uma abordagem sobre a categoria de acontecimento sendo pensada durante os escritos da fase genealógica de Foucault, acentuando também a relação entre a categoria e o delineamento das *práticas* em geral. Assim, em uma primeira parte, trabalharemos mais pontualmente com sua aula inaugural, *L'Ordre du discours*, proferida em dezembro de 1970, com os textos “Nietzsche, la généalogie, l’histoire”, de 1971, e a conferência proferida no Brasil em 1973, “La vérité et les formes juridiques”. Na segunda parte, abordaremos a questão do tempo do acontecimento, aprofundando a problemática *via* Gilles Deleuze. Finalizaremos com uma exposição do pensamento de Paul Veyne sobre as *práticas*, que se mostra ponto fecundo para entendermos o mesmo conceito em Foucault e seu desdobramento para o acontecimento. Assim, sobre as transformações relativas ao momento da arqueologia em direção à genealogia, veremos que, pela visada deleuziana, por exemplo, sai-se do *arquivo* (auditivo ou visual) e vai-se em direção ao *diagrama*, ao mapa, em que se entrecruzam as formações discursivas e não-discursivas. O diagrama é o que fará entender, em sua configuração de entrecruzamento dos dois domínios, a problemática, por exemplo, do *poder*, enquanto proveniente

de todos os pontos do mapa; além de poder ser relacionado ao próprio *sistema*, em seu caráter propositivo que estamos frisando aqui, uma vez que o diagrama “nunca age para representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade” (DELEUZE, 2004: 43-44).

O acontecimento em transição: A Ordem do discurso

A aula inaugural no Collège de France constitui um dos textos mais importantes de Foucault para a compreensão das mudanças que viriam a ser propostas, em que o filósofo procurou fazer um balanço do trabalho desenvolvido até então, além de indicar os caminhos pelos quais gostaria de seguir. Escrito emblemático destas transformações, o caráter de jogo faz-se presente desde o início, – é um *discurso* inaugural que tem por objetivo tratar da análise *discursiva* –, em que ele tenta colocar-se um pouco à distância do conteúdo de sua própria fala, em uma ficcionalização de si mesmo: “Ao invés de tomar a palavra, eu gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível” (FOUCAULT, 1971: 7).

Dos vários elementos que podem ser vistos como modificações ou novidades fica claro, ao longo de toda a aula, uma permanente ratificação da arqueologia quanto à sua crítica do tratamento usual do domínio discursivo pela sociedade. Para Foucault, trata-se ainda de mostrar os perigos referentes a essa análise discursiva, e o enfoque será um estudo detalhado dos diversos meios, procedimentos, técnicas de *controle* que os discursos exercem. A questão será, de forma geral, como já fora desenvolvido

em seu método arqueológico, marcar a especificidade da análise discursiva, que é obliterada por elementos excludentes que fazem com que esse nível discursivo sempre pareça estar em um outro lugar, além ou aquém de si mesmo, mas nunca ocupando uma posição própria. Ainda, é o próprio nível discursivo que é apagado no tratamento tradicional que lhe é conferido, sua *materialidade* desconsiderada e seus desdobramentos (que Foucault chamará justamente *acontecimentos*) – possíveis –, impossibilitados. Esses elementos obliterantes estarão todos relacionados entre si sobre a mesma base, ponto central da crítica de Foucault: a *significação* e o campo do sentido. Desta maneira, ele aponta três elementos gerais: *o sujeito fundador*, que é o constituinte fundamental do sentido; *a experiência originária*, que toma as coisas e seus significados como sendo dados por si mesmos, através de uma cumplicidade natural entre conhecimento e mundo; e, finalmente, a *mediação universal*, que tange principalmente à conceitualização de todas as coisas sob a base de uma essência pré-existente (FOUCAULT, 1971: 50). Vemos, portanto, que a construção de seu argumento parte de uma negatividade: mostra os elementos que anulam o discurso em sua realidade, ao colocá-lo “sob a ordem do significante” (FOUCAULT, 1971: 51). Na sequência, o filósofo partirá para o problema mais pontual das *exclusões* operadas pelo discurso e que têm por mote “controlar o acontecimento” (*maîtriser l'événement*) (FOUCAULT, 1971: 10-11): ao inseri-lo em uma determinada ordem e continuidade essas exclusões amenizam o efeito possível do acontecimento – de ser estranho, singular, novo, – e a sua capacidade de produzir novidade. O gesto, portanto, é o mesmo para a *acontecimentalização* que indicaremos no Irã.

As exclusões, na sua forma geral, são apresentadas primeiramente a partir de três noções: a palavra proibida (*l'interdit*), a divisão da loucura (*le partage et le rejet*), e a vontade de verdade (*partage entre le vrai et le faux; volonté de vérité*) (FOUCAULT, 1971: 11-23). Destas, será a *vontade de verdade* que será enfocada, posto que importa sobre as outras: as primeiras exclusões são legitimadas por uma verdade que o discurso naturaliza, através de uma divisão do verdadeiro e do falso. Enquanto as primeiras são negativas, excluindo do interior do discurso, a terceira é o que permite a existência das verdades no interior das primeiras. Com a *vontade de verdade* teremos uma modificação importante, pois este tipo de exclusão tem primazia sobre as outras justamente porque Foucault a identifica como estando no *exterior* do discurso – diz respeito ao não-discursivo ao reportar *historicamente* às condições da existência de verdades.

Dos procedimentos de exclusão que são interiores ao discurso (interiores “porque são os discursos mesmos que exercem seu próprio controle”), o filósofo pontuará sua relação de embate com o *acontecimento* e com o *acaso*, que são tidos aqui como dimensões outras do discurso, e que serão afetadas por aqueles procedimentos internos na medida em que eles impõem-lhes “classificação, ordenamento, distribuição” (FOUCAULT, 1971: 23). Neste ponto, ele estará retomando algumas formas específicas de exclusão já desenvolvidas em *L'Archéologie du savoir*. Primeiramente, pois, o *comentário*, que, ao sempre remontar ao texto primeiro, em um jogo entre o dito e o jamais dito, sufoca o acaso e o acontecimento ao amarrar o conteúdo do texto que é comentado à identidade de um Mesmo que sempre deve voltar. Em seguida, temos a questão do *autor*, princípio de

exclusão criticado porque reitera uma determinada coerência e significação fundamentais ao discurso; ele está, assim, em continuidade com o *comentário* ao funcionar da mesma forma sobre o possível novo – reprimindo-o. O terceiro procedimento de exclusão apontado, *a disciplina*, vai diferir dos dois primeiros principalmente em sua relação com essa possível novidade: a disciplina opera a partir de sua capacidade de produzir indefinidamente proposições novas (FOUCAULT, 1971: 32), e é o que nelas demonstra uma abertura para o não-discursivo. Assim, como salienta Takashi Sakamoto (2011: 342), se em 1969 o enfoque era a especificidade da formação discursiva das disciplinas científicas, agora Foucault se orientará mais pela procura das regras que constituem uma disciplina, a partir das exclusões vindas do exterior. Desta forma, os três procedimentos de exclusão internos ao discurso que são apresentados agem sobre o acontecimento e o acaso na submissão destes, ao planificá-los em uma ordem. O acontecimento, escandido, poderá, no máximo, ser repetição. O comentário faz surgir o acontecimento, é o próprio acontecimento ao mesmo tempo em que impede outros possíveis (“o que corria o risco de ser dito”, mas não o foi) (FOUCAULT, 1971: 28).

Em relação ao segundo grupo dos procedimentos de exclusão, os procedimentos não-discursivos, Foucault vai referir-se primeiramente às condições de funcionamento do discurso em relação ao *sujeito* que fala, desenvolvendo ideias sobre a comunicação e o sistema de divulgação de verdades. Podemos perceber então a referência ao domínio não-discursivo no seu cruzamento com a *vontade de verdade*, pois será através de um acento sobre as *condições*, históricas, de determinação dos

sujeitos que podem ou não falar o que nos vai encaminhando em sua aula para estas exclusões não-discursivas, que estão no exterior do discurso e que o afetam, como as instituições, os modelos educativos e os grupos sociais.

Ao final de sua fala, teremos indicações precisas sobre o projeto da genealogia e, apesar de o filósofo não utilizar a palavra “arqueologia” ao longo de toda a aula, é possível compreender em diversos momentos o *entrecruzamento* que aqui tentamos enfatizar. Será também através das considerações metodológicas apresentadas para o trabalho a ser desenvolvido que poderemos ver um tratamento diferente dado aos elementos extra-discursivos, como quando aponta a “regra de exterioridade”: “não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido [...]; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições *externas* de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 1971: 55). Assim, a “regra de exterioridade” auxiliará a ampliação da antiga abordagem (SAKAMOTO, 2011: 347). A genealogia, dizendo respeito à “formação efetiva dos discursos seja no interior dos limites do controle [discursivo], seja no exterior, seja, o mais das vezes, de um e de outro lado da delimitação” (FOUCAULT, 1971: 67), *abarcará* em si o método crítico da arqueologia.

Nietzsche e o acontecimento genealógico

Para prosseguirmos com os desdobramentos genealógicos em relação ao acontecimento, é preciso evocar as análises que

Foucault fez de Nietzsche ao menos em dois textos principais: “Nietzsche, la généalogie, l’histoire”, publicado em 1971, e a primeira parte do ciclo de conferências proferidas no Brasil em 1973, reunidas sob o título de “La vérité et les formes juridiques”. Como poderemos perceber, será através de Nietzsche que o tema da *vontade de verdade* será desdobrado por caminhos não-discursivos, através do desenvolvimento do “poder-saber” e pelo cruzamento com a crítica ao *sujeito de conhecimento*.

“Nietzsche, la généalogie, l’histoire” trará uma exposição do método genealógico através de um enfoque completamente histórico, representado principalmente pela problemática da origem com seus já-ditos que são, ao mesmo tempo, jamais-ditos. No texto serão problematizadas primeiramente as três palavras usadas por Nietzsche e que fazem referência à “origem”, cada uma com suas especificidades: *Ursprung*, *Herkunft*, *Entstehung*. A *Ursprung* diz respeito àquela origem que se refere uma essência perdida, uma identidade, uma pureza que estaria por trás de todas as coisas, lugar de uma verdade igualmente nobre: “o genealogista precisa da história para conjurar a quimera da origem” (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1008). Para Foucault, são, assim, os outros dois termos que mais se aproximam da genealogia. A *Herkunft* sendo procedência, proveniência, permite tratar da diferença ao não vinculá-la à idéia de agrupamento por semelhança, ela é uma herança não solidificada, não acumulável; é identidade construída *pela* heterogeneidade. Na sequência, *Entstehung* será emergência, ponto de surgimento que difere completamente de qualquer finalismo ou destinação que possam ser identificados previamente, em uma continuidade ininterrupta. A *Entstehung* é relação de forças, e é o que melhor define aqui o

acontecimento, enquanto surgimento não essencializado em um ponto ou lugar, mas que, correspondendo à “entrada em cena das forças”, se produzirá em um “não-lugar”, em um interstício (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1012). Pelo jogo de forças, livres da causalidade, a história será multiplicidade de acontecimentos em toda a dispersão violenta daquilo que pôde existir *antes*, ou melhor, *além, fora*, das verdades instituídas. Será, pois, por meio desta desconstrução da origem que Foucault fará sua crítica da história através do “sentido histórico”, composto pelos três usos que se opõem às três modalidades platônicas da história (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1021), apresentados por Nietzsche na segunda das *Considerações Intempestivas*.

O primeiro dos usos será “paródico e destruidor de realidade”, se opondo à “história-reminiscência ou reconhecimento”, a “história monumental” através do não reconhecimento das identidades que querem se colar ao presente (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1021). Trata-se, assim, de a genealogia vislumbrar um passado bem mais opaco, turvo e desorganizado do que os modelos sólidos – porque naturalizados – que por vezes nos damos. Este passado é tão irreal quanto é-nos nosso próprio presente – não há definição que possa contê-lo, amarrá-lo. Mas então qual a atitude perante esta indefinição? Devemos utilizar estas identidades não para nos delimitar e dizer quem somos, mas para nos irrealizar (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1021); ou seja, retomar os modelos do passado, mas sabendo-os máscaras, e usá-los em nossa construção também fluída. Aqui, os nexos com uma história do presente e seu *diagnóstico*. Já o segundo uso da história, opondo-se à “história-antiquário” será o de uma “dissociação sistemática de nossa identidade”, fazendo aparecer

“as descontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1022). O terceiro e último uso apontado, o do “sacrifício do sujeito de conhecimento”, se oporá, por sua vez, a uma história crítica ao atacar o querer-saber de todo conhecimento que, sob a pretensão de expressar a verdade em sua pureza e a neutralidade da atitude de conhecer, esconde a violência que lhe é própria (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1023-1024).

Não se trata, neste texto, percebe-se, apenas da crítica do conceito de *origem*, mas também do delineamento daquilo que, entendemos, ocupará este lugar da origem: o *acontecimento*. Aqui as aproximações com as ideias deleuzianas, que trataremos a seguir, são claras principalmente pela visada da história como devir-ilimitado em oposição a uma metafísica da origem. Tem-se em mente, então, que o sentido histórico nietzschiano será essa recolocação dos “universais” do homem *no* devir, – em uma história que não mais quer controlar este devir. O acontecimento, elemento da análise genealógica, é o que permite evidencializar a violência e a dispersão característica da “série de interpretações” que preenchem a história e trazer à tona a história destas interpretações:

Acontecimento: por tal se deve compreender não uma decisão, um tratado, um reinado, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e devolvido contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena a si mesma, um outro que faz sua entrada, mascarado (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1016).

Na primeira conferência de “La vérité et les formes juridiques” Foucault iniciará sua fala esboçando três eixos para a exposição de seu trabalho. Primeiramente, ao referir-se a uma pesquisa “propriamente histórica”, o filósofo já lança uma importante questão que releva do campo do não-discursivo: “como domínios de *saber* puderam se formar a partir de *práticas sociais*?” (FOUCAULT, 1973; 2001a: 1406). Ele proporá, aqui, um estudo sobre o sujeito de conhecimento que “nasceu de práticas sociais de controle e de vigilância”. Sobre o segundo eixo, metodológico, sublinha a análise do discurso definindo-a neste momento na esfera da “luta” e do “jogo” (FOUCAULT, 1973; 2001a: 1407). Já como terceiro eixo, apontará “uma reelaboração da teoria do sujeito”, que está, portanto, no cruzamento com os outros dois, em que então o sujeito será visto como produzido *dentro* da história. Temos, pois, o enfoque nas práticas sociais (em especial as práticas jurídicas através da temática da penalidade) tomadas como estando no cruzamento entre o homem e a verdade. As práticas sociais, entrando definitivamente em cena agora, se mostram como uma maneira de localizar a emergência de novas formas de subjetividade.

Nesta conferência, a retomada de Nietzsche começará por uma abordagem da questão da *invenção* do *conhecimento*, pela oposição de dois termos: *Erfindung* (invenção) e *Ursprung* (origem). O mesmo para a religião – oposição entre continuidade e ruptura: “[...] em um dado momento, algo aconteceu e fez aparecer a religião. A religião foi fabricada; ela não existia antes” (FOUCAULT, 1973; 2001a: 1412). A visualização dessas invenções enquanto relações de poder é o que permite arrancar o conhecimento de uma “natureza humana”. Aqui a questão

do tempo do acontecimento é singularizada pelo específico da *invenção*: problematiza-se esta invenção em relação à sua temporalidade própria: irrupção, jogo, “efeito de superfície”. Na esteira nitzscheana, não há relação entre o conhecimento e as coisas a conhecer porque “as condições de experiência e as condições do objeto da experiência são totalmente heterogêneas”; entre os dois, não havendo continuidade ou identificação, só poderá haver relação de força (FOUCAULT, 1973; 2001a: 1414). Nesta relação belicosa, remarca-se o tempo de faísca do conhecimento: é em uma estabilização momentânea deste estado de guerra, em uma espécie de *corte*, que o conhecimento vai aparecer como ‘centelha entre duas espadas’ (FOUCAULT, 1973; 2001a: 1417). Se com esta ruptura entre conhecimento e coisas desaparece Deus, que era a garantia do vínculo, desaparece também o sujeito uno: “podemos admitir sujeitos, ou podemos admitir que o sujeito não existe” (FOUCAULT, 1973; 2001a: 1415). Tal como para a análise estrutural, ou ele é muitos, ou não é nada. Desta forma, fora da ordem da natureza, da essência, e do universal, o caráter *histórico* do conhecimento poderá reverberar justamente sua condição de *acontecimento*. Esclarecido fica, pois, o questionamento inicial de Foucault sobre a formação de domínios de *saber* a partir de *práticas sociais*: é que o conhecimento, não mantendo nenhuma relação com uma verdade fundamental, será somente da ordem do “resultado, do acontecimento, do efeito” das relações de forças e das estratégias que põe em jogo para poder afirmar-se como de fato conhecimento. As práticas sociais são o que correspondem, portanto, a estas *estratégias*.

Tendo em mente estas considerações, podemos mais uma vez voltar ao nosso questionamento no que tange ao campo

do discursivo e do não-discursivo. Se, no capítulo anterior, ao indagarmos os motivos da predominância do discursivo naquele momento, nossa resposta fora que tal teria ocorrido para que uma crítica da causalidade, da ideologia e do marxismo pudesse ser feita, a mesma resposta será dada agora, só que com o aparecimento mais evidencializado do campo não-discursivo. E isto se dá devido aos desdobramentos feitos quanto à verdade e o sujeito a partir do nexo das *práticas sociais*, que, contrariamente à ótica marxista *tradicional*, serão vistas não como condições prévias impostas aos indivíduos, mas como geradoras do campo de batalha. É este conjunto de práticas que, com as relações envolvidas e os rituais cuidadosos de dominação, *formam* os sujeitos. De acordo com Foucault (1973; 2001a: 1421):

[...] as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade. Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade.

Percebemos mais uma vez, portanto, a partir da igualdade de respostas que aqui estamos associando, que uma divisão puramente cronológica das categorias de discursivo e não-discursivo na obra de Foucault não abarca a fluidez e sutileza própria de seu uso e dos *efeitos* que este uso gerava no seu *sistema*, – no que tange às capacidades da própria análise, em termos de

explicação, respostas, aparecimento de problemáticas, que esta instrumentalização específica colocava em jogo.

Na leitura foucaultiana de Nietzsche que acabamos de percorrer é apresentado o projeto da genealogia e suas problematizações em relação ao que já vinha sendo trabalhado até então em sua obra. Assim, é bastante levantado pelos críticos o acento que Foucault estava dando ao *corpo* como característica do domínio não-discursivo, este então aprofundado a partir da década de 1970. A questão do corpo desencadeara a do *saber-poder*, que por sua vez engataria as temáticas mais precisas sobre a delinquência, a sexualidade, e os diversos processos de assujeitamento. Em relação às análises do poder disciplinar, por exemplo, será sobre o corpo que o poder incidirá. Neste momento, ainda em “Nietzsche, la généalogie, l’histoire”, sobre a *Herkunft* e sua articulação com o acontecimento, Foucault (1971; 2001a: 1010-1011) escreve:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem o marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.

A articulação do corpo e da história que o filósofo aponta como mote da genealogia é, portanto, o que permite a multiplicação deste corpo que o oporá a ele mesmo. A “história efetiva” faz ver que nada no homem – nem mesmo seu corpo –

escapa à historicidade (FOUCAULT, 1971; 2001a: 1015). Tem-se tanto a história do corpo, quanto a história do olhar sobre o corpo. Desta maneira, é a própria grade de leitura, é a própria naturalidade com que o corpo é abordado que também é, ela, historicamente formada.

Na esteira do que viemos assinalando quanto a uma fluidez na divisão entre discursivo/não-discursivo aqui se faz interessante apontar, por exemplo, um texto de 1966 do filósofo, ainda pouco lembrado, intitulado “Le corps utopique”⁵. Manifestando singular poesia, neste escrito Foucault procura *situar* este corpo ao mesmo tempo em que o enxerga em um *não-lugar*, afirmando e negando sua utopia. De certa forma, o significado de utopia também será fluído: ora corpo utópico porque inalcançável, ora utópico porque é ao redor do corpo que as coisas se disporão: teremos, na própria condução do texto a visada de um corpo metafísico que vai se transformando em um corpo *historicizado*. Em Foucault, será questão de colocar o corpo cada vez mais dentro da história. Assim, o filósofo se interessara pelo corpo, bem como pelas instituições que nele investiam, como podemos perceber, desde antes da década de 1970, pois, para além da singularidade de “Le corps utopique”, tanto *Histoire de la folie à l’âge classique* como *Naissance de la clinique* exigiram essa abordagem. Para a analítica do poder e as questões sobre o sujeito, levantadas posteriormente, o corpo terá uma importância fundamental na medida em que é receptáculo das *práticas* sociais e da *tecnologia* política que o filósofo vai

⁵ Cf. “*Les hétérotopies. Le corps utopique*” (FOUCAULT, 2009). “Le corps utopique” também está disponível em: <<http://culturevisuelle.org/blog/5437>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

desenvolver e que abordaremos ao enfocarmos o poder pastoral. Por ora, comentaremos alguns dos elementos relacionados ao corpo enquanto projeção acontecimental através do *incorpóreo* em Deleuze.

Gilles Deleuze e a temporalidade do acontecimento

No capítulo anterior, ao comentarmos a noção foucaultiana de *arquivo*, apontamos para sua dimensão de alteridade histórica. A história contínua e a obsessão da identidade operariam “como se nós tivéssemos medo de pensar o Outro no tempo de nosso próprio pensamento” (FOUCAULT, 1969: 21). Podemos aprofundar agora um pouco sobre a questão do tempo e da identidade do Mesmo em relação ao acontecimento e da relação deste pensamento da alteridade em termos do tipo de temporalidade para o sujeito que é, pois, *dispersado*. Além das diferenças que podemos apontar entre Foucault e Deleuze (ÉRIBON, 1991; DOSSE, 2007), nosso objetivo será perceber como o primeiro se relacionara com a visada deleuziana do acontecimento no que tange à problemática do tempo. A partir desta aproximação obteremos maior clareza não somente quanto à nossa categoria de estudo nessa relação específica com Deleuze, mas também sobre a análise do discurso e o campo do não-discursivo. Assim, atentemos novamente ao que estava sendo dito em *L'Ordre du discours* sobre a universalização que nossa sociedade fez do discurso e sobre a necessidade de “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 1971: 51),

pois será também na aula inaugural que o filósofo comentará a *dimensão incorpórea* do acontecimento nesta filosofia:

[...] o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito [...] não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que a filosofia do acontecimento deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporeal (FOUCAULT, 1971: 59).

Foucault, em seu principal artigo sobre Deleuze, “Theatrum Philosophicum”, de 1970, irá frisar em diversos momentos o caráter metafísico do pensamento do autor sobre o acontecimento, distanciando-o, porém, de uma metafísica da substância, da coerência ou da causalidade, explicitando esta “metafísica” como estando em oposição à física a qual diriam respeito às causas. Os acontecimentos, *efeitos* que são, “formam entre eles uma outra trama onde as ligações relevam uma quase-física dos incorporais, uma metafísica” (FOUCAULT, 1970; 2001a: 949). Tal será importante para entendermos como é pensada a questão do *sentido* que é complexificada em uma multiplicidade, não resultando em um rechaço deste. Deleuze explicará que, devido à estrutura dupla de todo acontecimento, *efetuação* e *contra-efetuação* (DELEUZE, 1969: 177), o sentido configurará mais do que um estado de coisas que poderia servir de *referente*. A lógica de análise deverá servir-se de quatro termos, sem centrar-se sobre o referente. Foucault (1970; 2001a: 950) exemplifica:

“Marco Antônio morreu” *designa* um estado de coisas; *exprime* uma opinião ou uma crença que tenho; *significa* uma afirmação; e, além disso, possui um *sentido*: o “morrer”. Sentido impalpável em que uma das faces está voltada para as coisas posto que “morrer” acontece [*arrive*], como acontecimento, a Antônio; e a outra face está voltada para a proposição, posto que morrer é o que se diz de Antônio em um enunciado (grifos do autor).

O que é acrescido, portanto, é o “sentido-acontecimento”, é o que não é atributo como “estar *morto*”, mas é da força do próprio verbo no *presente infinitivo* de “morrer”. Este verbo no presente infinitivo é o que também situa a própria neutralidade do acontecimento no discurso, um acontecimento que não está mais preso em flexões temporais (FOUCAULT, 1970; 2001a: 950).

Na esteira do que abordamos sobre o papel da “novidade” na criação de modelos e sistemas, faz-se importante sinalizar que a “vontade do novo”, para Deleuze, significou, primeiramente, uma reorganização epistemológica das possibilidades, um estabelecimento de um campo conceitual completamente diferente em que este “novo” pudesse não apenas *surgir*, como algo prévio, mas ser, de fato, *criado*. Assim, bem como sobre a decorrente abordagem deleuziana do tempo, é importante ressaltarmos que estamos lidando, aqui, com uma concepção completamente diferente de história, que é problematizada através da ideia de *devenir*, – conceito já delineado em seu *Nietzsche et la philosophie*, de 1962, e que será retomado e retrabalhado em *Mille plateaux: capitalisme et schizophrénie*, de 1980. Em *Qu’est-ce que la philosophie?*, de 1991, temos que

O ‘devir’ não é história; hoje ainda a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais nos desviamos para um devir, isto é, para *criarmos algo de novo*. Os gregos o fizeram, mas não há desvio que valha de uma vez por todas. Não se pode reduzir a filosofia à sua própria história, porque a filosofia não cessa de se arrancar dessa história para criar novos conceitos, que recaem na história, mas não provêm dela (FOUCAULT, 2010: 115-116).

Permite-se então, a partir de toda outra concepção sobre o devir, – visto que este não é nem imitação nem retorno sublime, nem realmente um futuro em sua acepção tradicional, – também uma outra abordagem do acontecimento e das formas de subjetivação. Estas, longe de estarem previamente dadas em um plano de transcendência, ocorrerão de forma processual em um *plano de imanência* (DELEUZE; GUATTARI, 2010: 45-73), – em que o sujeito será uma função complexa do devir. Neste sentido, a filosofia deleuziana criará sistema para criar resistência, para criar a contínua possibilidade de resistir, sendo o devir é extremamente processual, nunca finalizado (DELEUZE; PARNET, 1998: 22). Por isso a filosofia enquanto criação de *conceitos* (mote tão reiterado por Deleuze) não é um “mero” formalismo sem reverberação numa “prática”, mas a criação de *singularidades* agentes, que *dizem* o acontecimento, não uma “essência” ou “a coisa” em si (DELEUZE; GUATTARI, 2010: 29). É através do entendimento da *nomeação* do acontecimento como sendo o gesto simultâneo de sua *convocação* que podemos indicar um dos principais pontos de contato entre os pensamentos dos dois autores, – justamente, então, na afirmação da potencialidade criativa e profundamente engajada na atualidade que é característica do *sistema*. Essas

singularidades de Deleuze são multiplicidades atuantes, sempre *possíveis* porque projetadas em uma virtualidade.

É claro que não podemos proceder por uma sobreposição completa das concepções de Deleuze e de Foucault, mas acreditamos que tanto “Theatrum Philosophicum”, quanto a própria trajetória da obra dos autores, permite cruzar algumas reflexões. Ainda sobre o tempo do acontecimento, percebemos que há principalmente a valorização da *virtualidade* em relação à dimensão *espaço-temporal*, ou seja, primazia do estado intensivo em relação à atualidade da matéria, em que “o acontecimento exprime as transmutações que fazem do corpo uma matéria fluida” (CARDOSO JÚNIOR, 2005: 114). Desta maneira, faz-se importante lembrar as diferenças apontadas entre os dois tempos distinguidos por Deleuze em *Logique du sens*, de 1969: Cronos e Aion. Cronos é o tempo de que falara Foucault (1970; 2001a: 951) ao referir-se à abordagem da filosofia da história, em que só existe o presente preenchendo o tempo e as outras dimensões são sempre relativas a ele, que acaba também por ser relativo a outros presentes. Este é o tempo determinado da medida, é *corporal* ou referente ao *estado de coisas* (DELEUZE, 1969: 191). Já em Aion, “pura forma vazia do tempo” (FOUCAULT, 1969: 194), só existem passado e futuro, ilimitados; finito é o instante. O passado e o futuro “subdividem a cada instante o presente [...] ou ainda, é o instante sem espessura e sem extensão que subdivide cada presente em passado e futuro [...]” (FOUCAULT, 1969: 193). Em relação ao instante de Aion, temos que ele extrai singularidades daqueles que ocupam o presente, e então o acontecimento será igualmente relacionado a qualidades físicas e ao sentido da lógica e suas proposições. Mas notemos, será

relacionado, não *dependente*: o acontecimento sempre *excede* estas significações, ele “implica algo de excessivo em relação à sua efetuação, algo que revoluciona os mundos, os indivíduos e as pessoas” (DELEUZE, 1969: 196). De certa forma, é o caráter de permanentemente *excessivo* do acontecimento o que sustenta a *resistência* de que o devir faz parte e anuncia. Aqui poderíamos afirmar que, pensando mais pontualmente no caso iraniano que analisaremos, serão justamente os pontos excessivos do próprio movimento da *acontecimentalização*, com a parte de virtual do ato de sistema, que podiam propor, naquele momento, um tipo de *resistência*; uma excessividade que diz respeito à ousadia necessária da dimensão ética. Resistência esta que, como veremos, se desdobrava, enquanto fenômeno, nas contra-condutas, na subjetivação contra o assujeitamento, na espiritualidade, etc., e, enquanto sistema, na *nomeação* de todas estas singularidades, ou seja, na criação de todos estes conceitos.

Partindo desta visada, o que Foucault nos mostrou é que o acontecimento muitas vezes é tratado pelo discurso não enquanto incorpóreo, enquanto efeito sobre os corpos, mas como uma *verdade substancializada*. Sua análise das práticas discursivas nos mostraram o quanto o discurso toma os objetos criados (a loucura, a delinquência, a sexualidade) como sendo os próprios seres, e não como aquilo que lhes é *atribuído*, procedendo por uma naturalização, por uma fundamentação *a priori* – objetos históricos prontos. Já na *acontecimentalização* há uma restituição da dispersão ao serem multiplicadas as possibilidades de entendimento e de explicação, pela abertura do já-dado e do questionamento da *rarefação*, do porquê teriam aparecido determinados enunciados e não outros: “para que um

sujeito seja objetivado como louco é preciso que a multiplicidade de acontecimentos *sofra um corte* que force o acontecimento a coexistir com o corpo material a partir do qual seja possível afirmar [...] [que] ‘João é louco’ ao invés de ‘João enlouquece’” (TEMPLE, 2011: 88, grifo meu). É neste *corte*, que é a própria *rarefação*, feito pelo discurso e pelas verdades que ele faz circular, que se centrará toda a empreitada foucaultiana: estudar seus motivos, seus momentos, sua historicidade – através das *práticas*. As práticas conformaram um nexos que permitiu maior complexificação do cruzamento entre o discursivo e o não-discursivo, entre as práticas de *dizer* e as práticas de *ver* (DELEUZE, 2004: 70-71).

Paul Veyne e a acontecimentalização das práticas

Seguindo pelo estudo das *práticas* gostaríamos de abordar agora os desdobramentos da ideia de acontecimento no pensamento de Paul Veyne, em que podemos apontar sua aproximação com a filosofia de Foucault ao vermos o historiador identificar justamente nas práticas, e também no ponto em que as práticas se misturam com a esfera discursiva, os lugares de formação dos objetos históricos. No texto de 1978, “Foucault révolutionne l’histoire”, apêndice à edição de 1971 de seu livro *Comment on écrit l’histoire*, Veyne colocará na base de seu escrito problematizações principalmente relativas às ideias de *raridade* e de *prática*. A partir delas chegaremos igualmente a uma concepção de acontecimento que toma corpo conjuntamente ao que fora afirmado já em 1971 e que também o seria em 1976,

quando da publicação de sua aula inaugural no Collège de France, “L’inventaire des différences”.

A *raridade* como método que retoma por princípio a desnaturalização dos objetos históricos que tanto marcou a recepção de Foucault pelos historiadores é o que faz Veyne rechaçar generalidades como *a política, o estado, os governados*, etc, sendo então as *práticas efetivas* o que estaria embasando os objetos que se oferecem a nós como naturais. As práticas são, assim, uma “parte escondida do iceberg: nós esquecemos a prática a fim de enxergar apenas os objetos que a reificam diante os nossos olhos” (VEYNE, 1978: 389). Esta prática sobre a qual que se apóiam os discursos é explicada por Veyne como sendo simplesmente “aquilo que as pessoas fazem”, de que “nós frequentemente temos consciência, mas não temos o conceito” (1978: 394). Discurso e prática não seriam um estado mais puro e mais profundo da realidade, pois tratar-se-ia menos de limites (interior/exterior do pensamento) do que de campo de condições. Veyne vê, assim, a contribuição de Foucault para a história no sentido de uma devolução das coisas às próprias coisas, ou melhor, às próprias práticas, visto que não existem coisas ⁶. A prática não é nem instância, nem “motor primeiro” tal como quis tornar inteligível a “relação de produção” marxista; e será justamente por esta falta de possibilidade do enquadramento da prática em uma filosofia da história que Veyne (1978: 397) criticará os historiadores que identificaram no filósofo uma redução da história a um processo implacável.

⁶ Lembremos que o título *Les Mots et les choses* fora ironizado por Foucault alguns anos após a publicação do livro de 1966. Cf. “Michel Foucault explique son dernier livre” (FOUCAULT, 1969 ; 2001a: 799-807).

Tal discussão sobre o “primeiro motor” ocupará toda a primeira parte do texto “L’histoire conceptuelle”, publicado originalmente na coleção *Faire de l’histoire* em 1974, em que Veyne substitui sua utilização pela noção de “variável estratégica”. Esta, por sua vez, multiplicaria as possibilidades explicativas ao conceber que enfim “o motor estará em todas as partes onde queiramos localizá-lo”, – o motor sendo, ele próprio, *acontecimento* (VEYNE, 1974; 1988: 67). Trata-se de poder, através da criação de conceitos, lidar com o não-factual. Resolve-se assim, também, o porquê de Foucault não ser um relativista: o problema não é de não existirem verdades, mas de existirem várias de acordo com o regime dos objetos (VEYNE, 1978: 421). Sendo, portanto, a prática a única coisa que temos, nada a explicará, pois nada a precede naturalmente: nem a consciência, nem a ideologia, nem a mentalidade – visada das práticas não como constituintes, mas como constituídas (VEYNE, 1978, 422, 426). Sem partir nem do objeto nem do sujeito, o que Veyne (1978: 423) releva é a *relação*, ou a *estrutura*, “são as estruturas que dão seus rostos objetivos à matéria”, porque somente das práticas podem advir seus correlatos em elementos reificados e, portanto, datados. O “materialismo” foucaultiano, a contingência material, adviria desta eliminação da metafísica (VEYNE, 1978: 427).

A *raridade* ou a “rarefação” é, para Veyne (1978: 400), o “vazio” que existe em torno dos homens, seus limites no sentido de não poderem apreender nada mais do que aquilo que *podem* apreender em uma determinada época. É na raridade que se encontra circunscrita uma singularidade que se opõe, portanto, às generalidades da consciência e da razão. Ele descreve as relações entre o objeto e a prática: “[...] desde que nós historicizamos

nosso falso objeto natural, ele só será, então, objeto por uma prática que o objetiva: é a prática com o objeto que ela se atribui que vem em primeiro lugar, é ela que é naturalmente uma [...]” (VEYNE, 1978: 402). Temos não a dissolução do objeto, ou o seu rechaço, mas a recolocação do objeto no lugar vazio de seu nascimento, e a verificação de sua formação a partir de determinadas práticas. Desta maneira, o acontecimento, já nos informa Veyne logo nas primeiras páginas de *Comment on écrit l’histoire*, escapa a qualquer evidencialização. Sobre esta singularidade, esta variável, Hélio Rebello Cardoso Júnior (2005: 107) irá dizer que, para o historiador francês, “o objeto da história – o acontecimento – faz com que o conhecimento histórico se situe no território definido entre o que está aquém do acontecimento – as primeiras verdades – e o que está como que disperso em sua exterioridade, vale dizer, as facticidades evidentes”. Neste sentido e de acordo com o que comentamos anteriormente, temos que o conhecimento histórico nunca se “apropria” do acontecimento na medida em que aquele necessita das “facticidades” ao operar com as generalidades inteligíveis que povoam o discurso; e daí o que Veyne (1971: 15) chamará de “limite” na apreensão do acontecimento pelo historiador. Desta feita, novas possibilidades precisam ser exploradas pelo conhecimento histórico para que ele possa levar em conta a multiplicidade não-conceitualizada que o acontecimento sempre carrega em seu potencial. Por este ponto, podemos voltar às *práticas*: para Cardoso Júnior (2005: 108), as práticas, enquanto “configurações históricas determinadas” poderão então ser pensadas como “aquilo que permite, no plano discursivo, costurar a dobra narrativo-teórica, isto é, entre a diferença temporal

de um acontecimento e uma operação conceitual que lhe seja afeita”. As práticas, definindo os acontecimentos, são o campo muito mais amplo “do que os homens fazem” antes que tal fosse englobado por conceitualizações (objetivações) que darão lugar a objetos definidos. Por esta razão o acontecimento para Veyne (1971: 20) será individualizado em sua *temporalidade*, e não em sua matéria. Esta temporalidade, por sua vez, não estará presa à continuidade de períodos históricos fixos, mas será regida pela temporalidade do *conceito*.

Veyne preocupou-se, ao longo de seu trabalho, em desenvolver uma epistemologia histórica que via na acurada elaboração de *conceitos* uma saída para os objetos naturalizados (*Comment on écrit l'histoire*, 1971; *L'histoire conceptuelle*, 1974). Posteriormente (*L'inventaire des différences*, 1976) sua explicação histórica passaria, além de por uma relação específica com o conceito, pela elaboração das *constantes ou invariáveis históricas* (*invariables historiques*) que pudessem individualizar os acontecimentos. O desdobramento do aparente paradoxo desta invariante que é capaz de *individualizar* será o foco de sua aula inaugural (VEYNE, 1976: 19), em que compreendemos como Veyne estava pensando a organização de uma teoria para a história que fosse calcada em uma multiplicidade acontecimental de projeção filosófica que pudesse, ao mesmo tempo, responder à necessidade explicativa da narrativa histórica. Em vocabulário foucaultiano, a questão é a de expressar a possibilidade de uma história que se torna inteligível não *apesar* da descontinuidade, mas *através* dela: deve-se historicizar, portanto, os meios de que se utiliza o historiador para fazer-se inteligível; aqui, os conceitos e as constantes. Assim, a questão-chave será a da *conceitualização*

da constante que permite explicar os acontecimentos (VEYNE, 1976: 18). Como vemos, algumas destas conclusões poderiam chocar-se com a visada foucaultiana não fosse o esforço de Veyne em analisar toda uma atitude histórica em que as concepções de geral ou individual não são tratadas como absolutos, e menos ainda como absolutos que se prestariam a um dualismo. Neste sentido, lembremos que o caráter científico que surge nesta análise baseada nas constantes não será o de uma ciência universalizante, mas o reconhecimento da função de uma disciplina: “por um lado, nenhuma loucura é a loucura mesma, nenhuma ciência é a ciência, nenhuma pintura é toda a pintura, nenhuma guerra é a guerra absoluta” (VEYNE, 1976: 32). A generalização do fazer histórico será de tipo muito especial, pois, historicizada, não dá margem a universalizações, sendo a abordagem do tempo, ou da diferença temporal, o que permite esta análise das condições históricas. Assim o paradoxo apontado é dissolvido e a multiplicidade valorizada – conceitos e generalizações permitem a percepção também do que poderia ter sido de outra forma: o conceito precisa ser problematizado para se tornar útil, para justamente poder captar o *singular* (VEYNE, 1976: 34). É assim que pode ser científica a explicação histórica.

Tendo em vista o caminho que percorremos até aqui e levando em conta as noções e conceitos que analisamos e que dão base para a categoria de acontecimento no *corpus* foucaultiano, agora podemos passar para nossa última fase de trabalho: verificar e tentar demonstrar como esta categoria foi operacionalizada em um momento específico do trabalho do filósofo – sua história do presente com enfoque na Insurreição Iraniana de 1978-1979 – a partir do aparecimento de outros conceitos e nexos que esta

acontecimentalização da história *permitted*, ao mesmo tempo que foi por eles *constituída*.

A verificação do acontecimento: o Irã insurgente e a condução pastoral

Durante todo o ano de 1978 milhares de pessoas no Irã puseram em risco suas vidas para exigir a saída do xá Mohammad Reza Pahlavi, que governava sob um regime de monarquia constitucional autoritária desde 1941. Os motivos são vários: perseguições políticas e violência extrema para com os opositores do governo, a não aceitação por parte da população da proximidade diplomática deste com os Estados-Unidos (que se instalava cada vez mais no país através do setor financeiro e empresarial vinculados ao petróleo, além da invasora opressão cultural travestida de “modernização”), a insistente laicidade do governo do xá em um país fortemente religioso, a corrupção massiva na máquina pública. Esta situação de insatisfação vinha de longa data, e um de seus primeiros marcos fora a deposição golpista do primeiro-ministro do Irã, Mohammed Mossadegh, em 1953, devido à orientação nacionalista e atuação antiimperialista que o tornara bastante popular; bem como os ataques do governo imperial ao aiatolá Ruhollah Khomeini, líder religioso que se encontrava exilado no Iraque desde 1963. A oposição neste momento do final dos anos 1970 é diversificada, mas a maioria das pessoas exprime rejeição quanto ao regime vigente, e serão então os molás, enquanto autoridades religiosas, que ganharão

popularidade junto aos manifestantes ao lutarem ao lado destes. Após vários meses de confronto, em fevereiro de 1979 estoura a Insurreição Iraniana que acaba por transformar o Irã em uma República Islâmica liderada por Khomeini, desde o ano anterior exilado na França, quando retorna à Teerã em 1º de fevereiro de 1979, aclamado pela população. O novo regime começa, logo, o desmonte do precedente: proibições em relação a tudo o que fizesse referência ao Ocidente, além de uma perseguição violenta contra diversos grupos. Inicia-se outro massacre.

Durante os meses de setembro e novembro de 1978 Foucault empreende duas viagens ao Irã (a primeira ocorreu apenas alguns dias após a Sexta-Feira Negra, quando do extermínio de centenas de manifestantes na praça de Jaleh, em Teerã), a fim de realizar reportagens para o jornal italiano *Corriere della Sera*, em um projeto que fora intitulado “Reportagens de Ideias”, tendo sido referido pelo autor como um “jornalismo filosófico”: nesta empreitada, “os intelectuais trabalharão com jornalistas no ponto de cruzamento entre ideias e acontecimentos” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 707). O objetivo de Foucault parece claro: ver *in loco* o que estava se passando no país insurgente, a fim de realizar um *diagnóstico do presente*⁷. Serão produzidos 9 artigos para o *Corriere della Sera*, sendo um deles – “À quoi rêvent les Iraniens?” – também publicado pelo jornal francês *Le Nouvel Observateur*, o único do projeto aparecido na França na mesma época, além de dois outros escritos que também são publicados no jornal

⁷ Este termo foi utilizado diversas vezes por Foucault (2001a; 2001b) em artigos e entrevistas, dentre os quais: “Qui êtes-vous, professeur Foucault?” (1967); “La philosophie structuraliste permet de diagnostiquer ce qu’est aujourd’hui” (1967); “Foucault répond à Sartre” (1968); “Les problèmes de la culture. Un débat Foucault-Preli” (1972); “La scène de la philosophie” (1978).

Le Nouvel Observateur, dois no jornal *Le Monde* e um no jornal *Le Matin*. Contamos ainda com uma conversa entre Foucault e os jornalistas Claire Brière e Pierre Blanchet (1980), intitulada “L’esprit d’un monde sans esprit”; e com “Diálogo entre Michel Foucault e Baqir Parham”, transcrição que não consta nos *Dits et écrits* mas que está presente no livro *Foucault e a Revolução Iraniana: as relações de gênero e as seduções do islamismo*, dos críticos Janet Afary e Kevin B. Anderson (2010).

Os escritos de Foucault sobre o Irã são escritos curtos, feitos em linguagem direta, repletos de descrições minuciosas, comparações históricas e fortemente políticas. Neste sentido, o que temos é que muito do que foi escrito sobre o envolvimento de Foucault com o assunto gira em torno da dinâmica erro *versus* não-erro de suas análises, quando o filósofo teria então, segundo a crítica, se mostrado entusiasta de um governo islâmico, o qual, logo após ter sido implantado, foi responsável por uma atitude extremamente violenta. Sem desprezar o interesse concernente a um minucioso estudo de cada um dos aspectos levantados tanto nos textos de Foucault, pretendemos, neste capítulo, nos ater a algumas noções e conceitos que permitem que identifiquemos a Insurreição Iraniana *como* um *acontecimento*. Nosso objetivo será, portanto, prosseguir na verificação não só da viabilidade da aplicação desta categoria, mas do interesse teórico inovador que ela carrega para a construção de outro tipo de *teoria da história* e de *sistema filosófico*, a fim de que possamos entender as configurações deste *diagnóstico* como pertencente a uma determinada *filosofia do acontecimento* que é ocasionada (bem como ocasiona), uma história *acontecimentalizada*. O factual nos estará, logo, sob a mira do teórico.

Assim, em um primeiro momento, analisaremos mais pontualmente o conceito de *Aufklärung*, segundo a leitura foucaultiana de Kant, que aparece em maio de 1978 durante a conferência apresentada na Société Française de Philosophie, intitulada “Qu’est-ce que la critique?”, a fim de compreender como este conceito, que confere uma visada particular à noção de Revolução, também informa uma especificidade ao *acontecimento*. Em um segundo momento, procuraremos entender o posicionamento do filósofo sobre o Irã a partir da chave de leitura que abre o *poder pastoral* através da questão da *condução*, temática que aparece em fevereiro de 1978 no curso *Sécurité, territoire, population* e que é igualmente bastante desenvolvida em suas conferências proferidas no Japão no mesmo ano. Será o caso, devido ao nexo da condução, de abordar também algumas das considerações feitas sobre *governamentalidade* no curso que precede àquele, *Il faut défendre la société*, de 1977. Estes enfoques deverão abrir para muitos outros, mas atentaremos, em uma terceira seção, para a problemática da formação do *sujeito* enquanto *processo de subjetivação*. Neste sentido, nossa hipótese é a de que podemos enxergar no acento espiritual do poder pastoral uma análise que já estará nos encaminhando para o enfoque principal do extenso projeto da história da sexualidade e dos cursos a partir da década de 1980: o *cuidado de si* (*souci de soi*). Desta forma, se aqui escolhemos seus escritos sobre o Irã como um caso, um exemplo, para guiar-nos, não é porque não os valorizamos em sua singularidade (lemos justamente o caráter de *exemplo* da teoria do acontecimento através da *singularidade*), mas porque condensam uma série de propostas filosóficas, históricas – e políticas – que já estavam sendo trabalhadas por Foucault e

que, ao terem seus elementos agrupados, podem nos permitir enxergar o que é, finalmente, um processo de *acontecimentalização* da história.

A Aufklärung e o acontecimento: o levante na singularidade do presente

A temática da *Aufklärung* kantiana estudada por Foucault é bastante enfocada pela bibliografia crítica ao tratar de suas concepções sobre a história do presente, sobre ontologia, sobre sua complexa relação com Kant. Esta problemática, diversas vezes aludida pelo filósofo, mas abordada mais pontualmente em três momentos (na conferência “Qu’est-ce que la critique?”, de 1978, nas duas primeiras aulas do curso *Le gouvernement de soi et des autres*, de 1983, e no artigo “Qu’est-ce les Lumières?”, de 1984) abre vários caminhos de análise, e aqui focaremos em alguns nexos específicos neles tratados que nos permitem uma visada dos escritos sobre o Irã enquanto acontecimento, como o de *atualidade*, o de *crítica* e o de *revolução*.

Como podemos perceber em todos estes textos, o mote de Foucault é colocar em questão o próprio ato de *questionar*, e é por isso que, talvez em aparente paradoxo com a situação de qualquer *definição*, a pergunta “O que é o Esclarecimento?” (ou o Iluminismo, ou a *Aufklärung*) não pode, neste contexto, ter uma resposta, além do grande feixe que abre ao indicar tal questionamento como uma *atitude*. *Aufklärung* como atitude de modernidade, desvinculando-a, portanto, da pertença a um período histórico específico; pensando-a, conseqüentemente, como atitude crítica da *atualidade*. É a partir do texto kantiano “Was

ist Aufklärung?” (O que é o esclarecimento?), de 1784, que Kant, segundo Foucault (2008: 14), procuraria determinar um elemento no presente que o distinguiria de outros momentos, um elemento que seria expressão de um processo que concerne ao pensamento e à filosofia e que, além disso, incluiria o próprio estudioso como fazendo parte deste processo: “(Kant) não procura compreender o presente a partir de uma totalidade ou de uma realização futura. Ele procura uma diferença: qual diferença hoje introduz em relação à ontem?” (FOUCAULT, 1984; 2001b: 1383). A colocação *reflexiva* será o traço da filosofia moderna.

A *crítica*, correlata à *Aufklärung* durante a conferência de 1978 “Qu’est-ce que la Critique? (Critique et *Aufklärung*)”, será definida então como o feixe de relações entre o *poder*, a *verdade*, e o *sujeito*, e aqui reencontramos os problemas que nos ocuparam ao longo de nosso trabalho, e que nos colocarão também frente ao Irã insurgente:

E se a *governamentalização* é realmente esse movimento pelo qual se trataria, na realidade mesma de uma prática social, de assujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que se reclamam uma verdade [...] eu diria que a *crítica* é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade [...] [tendo] por função o *desassujeitamento* no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (FOUCAULT, 1978; 1990: 37, grifo meu).

Vemos assim uma multiplicidade de temáticas que se conectam diretamente à *Aufklärung*, principalmente em relação à *arte de governar*, quando também, nesta mesma conferência,

Foucault citará a pastoral a fim de localizar historicamente a questão. A *Aufklärung* como crítica necessita, Foucault comenta na sequência da conferência, de uma *prática histórico-filosófica* – que em nada se aparentaria a uma filosofia da história ou a uma história da filosofia, mas que seria capaz de *verificar* no domínio da experiência as relações entre as *estruturas de racionalidade* e os *mecanismos de assujeitamento*. Os nexos complementam-se: a análise histórico-filosófica, a atitude crítica e a *Aufklärung* como indagação reportam-se todos a um tipo específico de *atitude* que não pergunta para o presente nem sobre seus fatos prontos, nem sobre os universais que pairam acima daqueles, mas sobre suas relações entre poder, sujeito e verdade. Também o *acontecimento*, segundo nosso entendimento, poderá ser definido justamente pela *possibilidade de colocação desta pergunta*: o acontecimento é o que advirá da articulação não evidente entre estes três elementos visto que essa articulação é ela mesma um processo de inteligibilização *desencadeado* por aquela atitude.

As várias “utilizações” históricas de Foucault, das quais a pergunta sobre a *Aufklärung* é um caso, adquirem sentido no momento em que, para bem de singularizá-las como acontecimento, deve-se reportá-las à grade de inteligibilidade desta articulação poder-sujeito-verdade. Esta grade, pela visada estrutural, não tem então por motivo, como vimos, ser genérica-determinista, mas *incitar* uma retomada e uma *reativação*, através da *atitude de aplicabilidade* da *Aufklärung*:

[...] não é porque privilegiamos o século XVIII, porque nos interessamos por ele, que encontramos o problema da *Aufklärung*; eu diria que é porque queremos fundamentalmente colocar o problema *o que*

é a Aufklärung? que reencontramos o esquema histórico da nossa modernidade. [...] [Se tratará] de tentar ver sob quais condições, ao preço de quais modificações ou de quais generalizações pode-se aplicar a qualquer momento da história essa questão da *Aufklärung*, a saber as relações dos poderes, da verdade e do sujeito (FOUCAULT, 1978; 1990: 47).

É desta maneira que o filósofo irá partir da problemática da *Aufklärung* kantiana para colocar acento não na questão do *conhecimento*, que parte de uma “investigação legítima dos modos históricos do conhecer” (FOUCAULT, 1978; 1990: 47), mas do *poder*, operando por meio de uma *acontecimentalização*. Em sua fala, pois, a referida articulação: acontecimentalizar é o procedimento de, em conjuntos de elementos históricos, encontrar conexões entre mecanismos de coerção e conteúdos de conhecimento (FOUCAULT, 1978; 1990: 48). Importante lembrar que esta será a segunda e última aparição do termo “acontecimentalização” (*événémentialisation*), sendo que a sessão da Société de Philosophie sucede, segundo os registros, em apenas sete dias o debate com os historiadores “Table Ronde du 20 mai 1978”, quando da primeira aparição do termo. Lembremos também, novamente, os ecos estruturalistas, pois a grade *poder-saber* será por ele referida, na conferência, tomando por base essa acontecimentalização, a partir de uma retomada do projeto da arqueologia e da genealogia quando de sua afirmação, por exemplo, de que uma grade de análise não serviria como generalidade a ser preenchida, – até porque *poder-saber* não pertenceriam a domínios distintos (FOUCAULT, 1978; 1990: 49). É por isso que o estudo, na terminologia de *L'Archéologie du savoir*, de uma análise das positivities, poderia ser igualmente

vinculado, Foucault retoma, à tarefa de acontecimentalizar: trabalhar a partir de *singularidades puras* que não serão comparadas, por um lado, nem a espécies (como unicidade desconectada), nem, por outro lado, a essências (como generalidade), mas serão lidas através de suas condições imanentes de aceitabilidade:

Nenhum recurso fundador, nenhuma escapatória em uma forma pura, tal é sem dúvida um dos pontos mais importantes e mais contestáveis desta abordagem historico-filosófica: se ela não quiser recair nem em uma filosofia da história, nem em uma análise histórica, ela deve se manter no campo de imanência das singularidades puras (FOUCAULT, 1978; 1990: 50).

Esta singularidade pura, podemos entender, é o acontecimento, ou o que a acontecimentalização *cria* para tornar visível o estudo. A singularidade pura não é ou não *está* em algum momento antes, ela é *feito*, e não *produto* da coerção e do conhecimento. Para que haja acontecimento, é preciso criar essa metodologia, é preciso estudar o Irã insurgente *com base na grade*, é preciso perguntar sobre a *Aufklärung* também em relação ao Irã. Logo, a questão não é tanto o que na história transborda a grade, e daí então como a grade se adaptaria, mas sim que é preciso da grade para ver, porque é ela que cria o acontecimento antes inexistente. Questões sobre o papel do *intelectual específico*, sobre a não dissociação entre teoria e prática, sobre a atuação do *diagnóstico do presente* aqui se conectam entre si, às quais podemos acrescentar a *Reportages d'Idées* no Irã enquanto *ação* efetiva. O jornalista-filósofo deve olhar atentamente para seu entorno não em busca das causas, e menos ainda de prognósticos, mas a fim

de propor tipos diferentes de leitura que possam abrir caminho para a visualização/criação de configurações históricas que, inexistentes antes de seu gesto, são, assim, *nomeadas*, e então poderão passar a *atuar*, em resistência, no presente.

Em “Qu’est-ce que les Lumières?”, de 1984, o filósofo irá tratar mais pontualmente a relação entre a atitude de *Aufklärung* e o presente, através da ideia de heroicização deste, *via* Baudelaire. Reencontramos a questão da *singularidade do presente* que podemos estender para a noção de acontecimento, em uma atitude que consiste em “[...] capturar algo de eterno que não está além do instante presente, nem atrás dele, mas nele” (FOUCAULT, 1984; 2001b: 1388). Algo de eterno, saliente-se, não decalcado nos universais, mas marcando a plenitude da inteligibilidade que o presente carrega sozinho. O presente, podendo ser assinalado como singularidade, poderá igualmente ser pensado como *descontinuidade*, em que então a *Aufklärung-acontecimento* seria igualmente uma *ruptura*. Quanto ao indivíduo, não está em jogo apenas sua relação para com o presente (este não lhe é “realidade” exterior), mas para consigo mesmo, através do ascetismo do dândi baudelaireano, que não sai à descoberta de seu *eu* em sua verdade escondida, mas que procura *inventar* a si mesmo: “o alto valor do presente é indissociável do empenho em imaginá-lo, em imaginá-lo outramente do que ele é, e a transformá-lo não destruindo-o, mas captando-o naquilo que ele é” (FOUCAULT, 1984; 2001b: 1390). Essas modificações advindas da resistência através da crítica, não sendo esperadas pela via das grandes teorias, consequentemente não visam ser “programas de conjunto” que preconizem uma outra sociedade, um outro modo de pensar, uma outra cultura (FOUCAULT,

1984; 2001b: 1394). Se é possível ser *outro*, a história jogará seu papel específico na imanência do que existe, e daí a ênfase nas transformações *locais*.

Outro dos elementos teóricos desenvolvidos neste momento, a problemática da *Revolução*, certamente faz-se nexu importante a destacar nesta leitura que Foucault (1978; 2001b: 716, 690) estava fazendo da *Aufklärung* para pensarmos seu cruzamento com os escritos sobre o Irã:

Quando parti do Irã, a questão que me colocavam sem parar era: ‘É a revolução?’ (é a esse preço que, na França, toda uma opinião consente em se interessar pelo que não é ‘do nosso país’). Não respondi.

‘O que vocês querem?’ Durante toda minha estada no Irã, não ouvi uma única vez pronunciarem a palavra ‘revolução’. Mas, umas quatro ou cinco vezes, me responderam: ‘O governo islâmico’.

Assim, apesar da abordagem do termo “revolução” durante a primeira aula do curso *Le Gouvernement de soi et des autres*, em 1983, não relevar desta “rejeição” aparecida quando dos textos para o *Corriere della Sera*, ela constitui característica fundamental na distinção terminológica que seguimos ao longo de nosso trabalho: o uso do termo “levante” (*soulèvement*) ao invés de “revolução”.⁸ O primeiro pode guardar a singularidade do acontecimento, o segundo preconiza a teoria geral. A atenção à singularidade das lutas é o que maximiza mesmo o alcance da

⁸ Sobre esta diferença, além dos textos sobre o Irã, cf: “Vivre autrement le temps” (FOUCAULT, 1979; 2001b: 790).

resistência: esta pode dar-se por malhas ínfimas, pelo bloqueio constante de um poder, e não será vista como uma resistência global ao visar ultrapassar o esquematismo repressão/libertação.

Retornando à aula de 5 de janeiro de 1983, e à leitura foucaultiana de Kant, vemos que o traço de *questão*, enquanto ato reflexivo, da pergunta “o que é a *Aufklärung*?”, será repetido por Kant, em 1798, agora justamente em relação à Revolução, em pequeno texto integrante de *O Conflito das faculdades*. Toda a problemática do desenvolvimento argumentativo dirá respeito à questão do *progresso*. Este, ligado então ao passado, ao presente, ao futuro, e pensado enquanto *tendência* histórica, é comprovado e ativado dentro desta totalidade a partir do *acontecimento-revolução*. A revolução é o acontecimento-signo em questão, mas este, no entanto, não é aqui constituído nem pela totalidade generalizante daquela, nem pela sua parte mais “nobre” (atuação dos grandes homens políticos), mas sim por outra parte, que a atravessa: a do *entusiasmo* das pessoas. Para Foucault (2008: 19):

O importante na Revolução, portanto, não é a própria Revolução, que, de todo modo, é um desperdício, mas o que acontece na cabeça dos que não fazem a Revolução, ou em todo caso que não são seus atores principais. É a relação que eles próprios têm com essa Revolução que eles não fazem [...] O significativo, é o *entusiasmo pela Revolução*.

Por esta visada bastante particular do *espetáculo revolucionário* como *certificando* o acontecimento (e vice-versa), poderemos perceber que as análises de Foucault sobre o Irã utilizam a mesma grade de leitura, tanto em relação ao específico do desenrolar político, quanto em relação ao próprio esquema de

escrita das reportagens: nem o contorno político do amanhã, mas o desassujeitamento através da contra-conduta; nem o prognóstico intelectualizado no jornal, mas a possibilidade de perceber as novidades através de inteligibilidade explicativa *outra*. O entusiasmo é o que garante que o futuro da revolução seja independente, em termos valorativos, da explosão do presente revolucionário.

Neste ponto, uma contextualização significativa. Atentemos à importância de Foucault trazer à tona tais questões justamente neste momento, lembrando que estas duas aulas, bem como também o artigo “Qu’est-ce que les Lumières?”, foram *posteriores* ao levante iraniano e à Revolução Islâmica. Desta forma, se para seus críticos fora importante afirmar que o filósofo não voltara mais a referir-se ao Irã após 1979, por possível “arrependimento” ou fracasso, parece-nos igualmente significativo perceber a consonância de seu diagnóstico iraniano com as temáticas de seu trabalho posterior a esta data, atentando para a rede teórica utilizada relativa à *revolução*, ao estudo da *atualidade* e do *governo* da maneira como estavam sendo trabalhadas nestas duas primeiras aulas de 1983, – quando o curso baseia-se, em sua sequência, diversamente portanto de seu início, sobre a *parresia* e o dizer a verdade em textos antigos.

Finalmente, quaisquer que fossem as possibilidades de subjetivação dos iranianos, era preciso livrar-se, primeiramente, do xá. É neste sentido que as *práticas de liberdade* só serão possíveis depois de uma *liberação*, mas reenviam novamente o processo ao infinito. Tal como apontado em “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”: “[...] esta liberação não faz aparecer o ser feliz e pleno de uma sexualidade em que o sujeito teria alcançado

uma relação completa e satisfatória. A liberação abre um campo para novas relações de poder, que se trata de controlar pelas práticas de liberdade” (FOUCAULT, 1984; 2001b: 1530). A estas práticas de liberdade, necessárias como prosseguimento ao momento primeiro da liberação, podemos então talvez associar o que Foucault chamará de *processos de subjetivação*, no sentido do *trabalho sobre si* requerido para o alcance de uma forma *outra* de existência que possa permanecer. Este foi, como veremos, o principal objetivo de sua enquete iraniana: tentar perceber se outras formas de *sujeito* poderiam advir do acontecimento, que passava, naquele presente, pelo momento da *liberação*, mas que não poderia se restringir a ele. Analisaremos agora as relações entre estas possibilidades de criação e suas relações com *governo* enquanto problemática teórica.

Governando os outros: soberania, governamentalidade e poder pastoral

Durante a aula de 19 de fevereiro de 1975 do curso intitulado *Les Anormaux*, Foucault já dedicará um espaço para comentar a *pastoral* como uma técnica desenvolvida pela igreja cristã para o governo das almas, *técnica* então retomada juridicamente pelos Estados que a instrumentalizaram enquanto meio de fazer o *poder* passar pelo *corpo* dos indivíduos. Este fora um dos primeiros momentos em que o filósofo abordara esta temática, que terá aprofundamento subsequente no primeiro volume de *Histoire de la sexualité*, de 1976, intitulado *La Volonté de savoir*. Quanto à terminologia específica de “poder pastoral”, só aparecerá a partir de 1978. Se seguirmos a trajetória da abordagem foucaultiana,

percebemos então que sua preocupação com a pastoral enquanto *técnica*, e depois com sua forma mais concisa enquanto um tipo de *poder*, advêm ainda de uma outra temática: a do *governo*. Como veremos, trabalhar sobre *governo* faz, é claro, parte de uma postura teórica mais ampla: a *governamentalidade* foucaultiana aparece se contrapondo a teorias que abordam o poder de forma reificada, sendo que todos os tipos de poder assinalados por ele são da ordem do *governo*. Assim, o conceito de governo será importante na medida em que define o estudo pelo enfoque nas *relações*, em seu “modo de ação singular”: “O modo de relação própria ao poder não deveria ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da ligação voluntária (que não podem ser mais que instrumentos): mas do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro, nem jurídico – que é o governo” (FOUCAULT, 1982; 2001b: 1056). A noção de *conduta* seguirá este eixo, sendo tanto o “ato de ‘conduzir’ (*mener*) os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) quanto a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades (FOUCAULT, 1982; 2001b: 1056).

É neste sentido que nossa preocupação explicativa aqui visa uma análise específica do âmbito teórico foucaultiano: abordaremos o poder pastoral não porque estaria presente no levante iraniano (ou porque não estaria), – de certa forma, esta “pertença” não nos faz questão; o que nos interessa neste poder é a forma singular como coloca em *circulação* sua maneira de governar, pela *condução*; e a especificidade da resistência que lhe diz respeito, pela *contra-conduta*. Estes elementos não estão inseridos *a priori* no levante, não podem ser “identificados” nele, não são características já dadas que nos levariam a uma análise

de desmonte teórico prévio por ou associação, ou semelhança, ou inferência. O acontecimento-insurreição iraniana só pode existir a partir do trabalho desta grade teórica; são conceitos que, como vários de que nos ocupamos ao longo deste trabalho, possibilitam uma metodologia de *acontecimentalização* da história, que, por sua vez, só pode existir através deles. Tendo em mente estas considerações teremos de prosseguir na explicação destes outros conceitos, como *governamentalidade*, *indivíduo*, *assujeitamento*, *contra-conduta*, *espiritualidade*, que compõem o sistema teórico, e encaminhar tal procedimento de forma que se possa analisar a estrutura dos elementos que convergem para a preocupação principal do filósofo na conformação do acontecimento no Irã: o problema do *sujeito*.

No curso proferido em 1976, *Il faut défendre la société*, cujas primeiras aulas nos serão particularmente importantes devido às abordagens sobre *soberania* e *estado*, Foucault (1997: 27) retomará também algumas de suas ideias gerais sobre poder: questão, por exemplo, do *assujeitamento* como efeito do poder político, em que o indivíduo não é pensado em esquema puramente binário do choque entre duas partes (o indivíduo não está *vis-à-vis* do poder, mas é *efeito* do poder); nem o poder é visto como pura negatividade que requer libertação. O marco será, pois: nem soberania, nem repressão. Desta forma, se tanto a soberania quanto a repressão abordam o poder a partir dos “*termos primitivos da relação*” (FOUCAULT, 1997: 239), e a questão de Foucault era a própria *relação*, sua atenção se voltará para a multiplicidade desses choques, dessas forças, em que, se opondo a um discurso filosófico-jurídico, ter-se-á um discurso histórico-político. O *indivíduo*, não considerado

atomisticamente, não é alvo visado como finalidade última; procede-se por uma análise ascendente do poder que aborda primeiramente as práticas históricas localizadas, e são estas que darão forma ao indivíduo – são os corpos periféricos e múltiplos que se *tornaram* sujeitos *através* do poder (FOUCAULT, 1997: 26). Por esta visada metodológica, vemos que “se há de fato, nas sociedades ocidentais modernas, uma relação entre religião e política, essa relação talvez não passe essencialmente pelo jogo entre Igreja e Estado, mas sim entre o *pastorado* e o *governo*” (FOUCAULT, 2004: 195). Reencontra-se a maneira de proceder da acontecimentalização, não interessada em começar pelas redes causais dos *atos*, mas atenta à singularidade localizada, e primeira, das *técnicas*. Podemos situar desta forma também nosso direcionamento aqui: a Insurreição Iraniana não nos interessa enquanto *fato*, mas como *efeito* desta metodologia histórica.

Se este curso de 1976 estará muito mais voltado para a discussão de temáticas relacionadas à guerra e à dominação com acento na genealogia do racismo, do que propriamente ao *governo*, será este também um curso que conecta vários dos problemas levantados ao longo de toda a obra. Assim, as primeiras aulas de *Il faut défendre la société* retrabalharão o poder disciplinar que havia sido analisado desde o curso *Théories et institutions pénales*, de 1972, mas o fará mais especificamente no que tange seu contato com a *soberania* – que é retomada então em seu estudo sobre *a arte de governar* em *Sécurité, Territoire, Population*, de 1978. Outro elemento que corrobora a fazer de *Il faut défendre la société* um curso estratégico é que sua última aula, em 17 de março de 1976, fornece os desdobramentos de outro conceito importante – o de *biopoder*. Neste sentido, o

que devemos reter aqui é que a análise do biopoder coloca em circulação um aspecto-chave para entendermos a diferença que se instaura entre a *soberania* e a *governabilidade*, que é a questão da *população*. Será sobre esta diferença que tratará *Sécurité, Territoire, Population*, através do conceito de *governamentalidade* [*gouvernementalité*], indicando por solo a tecnologia geral de poder (que deve ser o primeiro termo de uma análise que parte “do exterior”), e tornando possível pensar a condução e o papel do poder pastoral na história desta governamentalidade.

Até o século XVIII, a questão do governo como arte de governar se encontrará inserida e dependente dos moldes da soberania, tal sendo modificado apenas com o advento de um acento específico na *população*, em que começa a aparecer o desenvolvimento de um *saber* sobre a população. A centralização do Estado, fenômeno tradicionalmente colocado nestes termos, *individualizou* a população através deste saber continuamente produzido e “descoberto” por suas máquinas disciplinares de vigia e correção. O *governo*, ou a arte de governar que está se transformando em ciência política, voltado para este complexo formado pelos homens e pelo território, é o que diferirá da circularidade de poder característica da *soberania*, em que a obediência é um fim em si mesma e amparada pela lei. Enquanto a principalidade e a soberania têm como objetivo dispor das coisas para o “bem comum” e para salvação (*salut*) de todos, a arte de governar que vai se desenhando no século XVI terá por objetivo dispor das coisas para *conduzi-las*, ou seja, dispor para atingir “fins convenientes” (FOUCAULT, 2004: 102). O enfoque será, portanto, deslocado da *lei* para a *técnica*.

No entanto, não há, é claro, uma substituição completa de um processo por outro, e o filósofo frisarà principalmente a negativa dependência permanente em relação à legitimação final do direito. A fim de não mais recorrer ao direito, à soberania, para frear as disciplinas, seria preciso recorrer a um novo direito, não-disciplinar e liberto da soberania (FOUCAULT, 1997: 35). No Irã, a greve em relação à política poderia estar liberando espaço para estas outras formas de arranjo social e de rearticulação na relação para com as *leis*, provocada inicialmente através da *desobediência* sem negociações e, posteriormente, por uma constituição islâmica que deveria dar conta da vontade de mudança expressa pelos insurgentes. Este movimento foi o que referimos anteriormente como a passagem do momento de *liberação* para o momento da atuação das *práticas de liberdade*. Quanto ao destino iraniano, não foi o que ocorreu, porque passou-se, em um primeiro momento, de um regime quase sem brechas possíveis para estratégias de resistência (o xá), à imobilização bem sucedida deste regime em um segundo momento (o levante); e, finalmente, em um terceiro momento, a um governo ainda mais hermético a negociações, em que as relações de poder se encontravam, novamente, *bloqueadas*, e a possibilidade de resistência suspensa pela ameaça intermitente da violência e da morte (revolução de Khomeini).

Sendo os homens aquilo que se governa, Foucault vai abordar a temática do poder pastoral como o tipo de poder que, constituindo uma das formas primeiras de governamentalidade, foca-se na problemática da *conduta* dos homens, através da direção da consciência e das almas. Pensando na metodologia de análise, a importância do poder pastoral ficará clara na

abordagem de Foucault a partir dos desdobramentos operados ao longo de tantos séculos e que diziam respeito à imposição, contestação e modificação na condução deste poder e que o filósofo vai relacionar aos procedimentos individualizantes, posteriormente, do poder disciplinar. Ou seja, o pastorado, à parte o desenrolar factual que pode ser apontado, representa *uma forma* de colocar problemas para a metodologia histórica, o que acaba por modificar, concomitantemente, tanto os esquemas explicativos quanto os *propositivos*. O objetivo de Foucault será, assim, mostrar as relações e nexos entre os intentos do pastorado enquanto condução dos indivíduos e economia das almas, e o desenvolvimento da governamentalidade no ocidente. Se a arte de governar os homens é algo que pertence à alçada da política, marquemos que esta arte diz também respeito ao poder pastoral ao mesmo tempo em que este mantém sua *especificidade* ao *distinguir-se* da esfera política: esta estará localizada, – para além das esferas da salvação, da lei ou da verdade (ainda que passe, certamente, por elas [FOUCAULT, 2004: 171]) –, na circularidade da *obediência* e no processo de *individualização* que gera. A produção de verdades estará, finalmente, ligada à produção de *sujeito* que é advinda desta *individualização*, – uma individualização por assujeitamento, em que há a fabricação de “um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta” (FOUCAULT, 2004: 187). Lembremos, neste sentido, que a abordagem por Foucault da *maîtrise de soi* grega aqui, em *Sécurité, Territoire, Population*, utilizada para comparação com a *obediência* do poder pastoral, pode estar indicando igualmente uma necessidade conceitual que a temática mais ampla do *governo* exigirá, a fim de poder abarcar completamente a questão

do *sujeito*: o estudo posterior, nos anos 1980, do *cuidado de si*. É este cruzamento do governo dos *outros* com o governo de *si* que abordaremos na próxima seção.

A espiritualidade política das contra-condutas: do assujeitamento à subjetivação

As contra-condutas inserem (ou reinserem) na história o não-necessário sempre possível. É a partir deste conceito derivado da noção de *resistência* que poderemos ver uma modificação no acento quanto à constituição do sujeito: a partir de situações políticas (ou disciplinares, etc) que *assujeitam*, a resistência gerada, através da contra-conduta, seria capaz de criar algo novo, ou seja, *subjetivar* outramente. Política e ética-espiritual, a Insurreição Iraniana demonstrava que o “que deu intensidade ao movimento iraniano foi um duplo registro. Uma vontade coletiva politicamente muito afirmada e, por outro lado, a vontade de uma mudança radical na existência” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 754). Se o que temos é que o *nexo* que une todas estas temáticas, e justifica o cruzamento destas com o levante iraniano, é o do *sujeito*, é porque é por meio dele que compreendemos a pastoral, em sua generalidade, como *um modo* de subjetivação, podendo, e sendo necessário, tentarmos outros. Segundo Foucault (2004: 187):

Identificação analítica, assujeitamento, subjetivação, é isso que caracteriza os procedimentos de individualização que vão ser efetivamente utilizados pelo pastorado cristão e pelas instituições do pastorado cristão. É portanto toda

A condução de si e dos outros através de uma *acontecimentalização*...

a história dos procedimentos da individualização humana no Ocidente que está envolvida na história do pastorado. Digamos, ainda, que é a *história do sujeito*.

A problematização entorno da formação do sujeito, que nos anos 1980 levará ao estudo aprofundado de diversas práticas de subjetivação – principalmente a partir do curso de 1981, *Subjectivité et vérité* –, estará já nesse momento, como vemos, no cerne das questões colocadas por Foucault. A negação do assujeitamento, conjuntamente à negação de uma forma de governo, passa, pois, pela rejeição de um determinado regime de verdade. Em “L’esprit d’un monde sans esprit”, o filósofo dirá, dando ênfase a esta mudança *subjetiva* ao *distingui-la* de outras esferas:

Levantando-se, os iranianos se diziam – e é, talvez, isso, a alma do levante: precisamos mudar, certamente, de regime [...] Mas, sobretudo, *precisamos mudar a nós mesmos*. É preciso que nossa maneira de ser e nossa relação com os outros, com as coisas, com a eternidade, com Deus, etc., sejam completamente mudadas, e só haverá revolução real à condição dessa *mudança radical em nossa experiência* (FOUCAULT, 1978; 2001b: 748-749).

Certamente, contudo, o fato de que esta subjetividade nova estava sendo aberta no Irã *via* islamismo modificava a abordagem, justamente porque a especificava e singularizava historicamente. Cabe notar, no entanto, que nada pode desqualificar (ou qualificar) *previamente* (ou mesmo ontologicamente) a nova subjetividade. Novos processos e configurações em curso não precisam, ou não garantem, que os novos sujeitos sejam *melhores*, – ao menos

Foucault não será claro em relação a isso, e este talvez configure um ponto importante a ser investigado em sua teoria do sujeito. Se não há *garantias* (*vontade* certamente, pois é para isso que serve a colocação do *sistema*) de uma *melhor* configuração (mas sim de uma *outra* configuração), também não há prescrições prévias de que a nova subjetividade deva ser laica, por exemplo. O sujeito acontecimental é completamente contingencial e imanente à história e, portanto, contrário à lógica da prescrição. Com todas as perspectivas trabalhando sobre o sujeito, – tal fora desenvolvido seja a partir do estudo das práticas coercitivas (psiquiatria e sistema penitenciário), seja pelo estudo dos “jogos teóricos ou científicos” (“análise da riqueza, da linguagem”), ou ainda com a temática das “práticas de si” (FOUCAULT, 1984; 2001b: 1528) – talvez possamos finalmente, levando em consideração os estudos aqui feitos, posicionar o poder pastoral, na obra de Foucault, como servindo de *ligação* entre a análise da verdade e do sujeito através das práticas coercitivas e esta mesma análise da verdade e do sujeito através das práticas ascéticas expostas pelo *cuidado de si*. O pastoral não possui as mesmas práticas gregas daquele *cuidado* mas, por esta ótica, conteria ambas as análises, a partir da *espiritualidade* característica de algumas formas de condução e principalmente das contra-condutas que gera. É neste sentido que podemos afirmar a importância do acontecimento iraniano para o trabalho do filósofo no prosseguimento de seus escritos dos anos 1980.

“Espiritualidade política” é uma expressão que pouco aparece na obra de Foucault, sendo sua primeira referência o escrito proveniente do já mencionado encontro com historiadores, “Table ronde du 20 mai 1978”, e outra seu artigo “À quoi rêvent

les iraniens?” de 22 de outubro de 1978. Aqui, uma polêmica cronológica ⁹: apesar de o debate ter ocorrido antes da escrita dos artigos, é possível que Foucault tenha, ao revisar a versão final, acrescentado algumas partes que pudessem então responder à crítica que qualificava como ingênua sua afirmação de ter enxergado no Irã o desenvolvimento de uma espiritualidade política. De todo modo, entendemos que o conceito se faz importante pois nos permite compreender como estaria sendo feita a conexão entre a temática do governo e da condução com a temática da subjetivação, esta última pensada não só como processo político *decorrente* do governo dos *outros*, mas como fenômeno conectado a uma prática e governo de *si*. Neste sentido, temos que a referida espiritualidade se mostrará mais do que uma alusão a uma combinação entre religião e política, mas uma visada mais geral e criativa do governo político das comunidades humanas, em que o governo político deveria ser visado como a colocação em prática de novos processos subjetivos que dizem respeito a “todos”, mas também, concomitantemente, com processos que concernem ao indivíduo singular em suas práticas consigo. Desta forma, um dos problemas principais do regime de Khomeini, no pós 1979, teria sido querer capturar a potencialidade aberta da espiritualidade política iraniana a fim de impor um regime autoritário de controle de conduta (MARZOCCA, 2005: 111).

Se a espiritualidade política deve ser pensada para além da esfera religiosa, ou mesmo como distinta dela em alguns casos, através de uma concepção mais geral que tange ao relacionamento

⁹ Conferir também: Cavagnis (2012a: 53) e Farhi Neto (2012: 180-181).

entre regimes de verdade e governo/condução, tal como o filósofo expressa ao final do mencionado debate – “O problema político mais geral não é aquele da verdade? Como ligar uma à outra a maneira de dividir [*partager*] o verdadeiro e o falso e a maneira de se governar a si mesmo e aos outros? A vontade de fundar inteiramente novamente uma e outra, uma pela outra (descobrir toda uma outra divisão por uma outra maneira de se governar, e se governar outramente a partir de uma outra divisão), é isso a ‘espiritualidade política’” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 849) –, também é certo que o termo acabará se referindo de forma mais específica, igualmente, à *religião* mesma, nos textos sobre o Irã. Vale especificar, no entanto, que “religião” aqui, mesmo se acompanhada do “político”, não se transforma em termo evidentemente jurídico-legalista, pois diversas correntes do islã¹⁰ defendiam uma tendência mais *ascética* (baseada nos ideais de justiça islâmica) do que *legal*, e o quadro da situação disponível naquele momento não indicava com clareza o peso de cada uma (FARHI NETO, 2012: 129). Assim, ao contrário do que viu a crítica, teria sido precisamente “em *oposição* ao governo de molás que se definiria a espiritualidade política”. É o que defende o filósofo Julien Cavagnis (2012a: 57) em seu “Michel Foucault et le soulèvement iranien de 1978: retour sur la notion de spiritualité politique” ao propor a leitura da noção foucaultiana como estando ligada a uma “religiosidade não-normativa” e “anti-legalista”. Cavagnis (2012a: 55) esclarece que, naquele momento, pela ausência de qualquer delineamento político

¹⁰ Esquemáticamente, é importante ressaltar a complexidade e diversidade destas correntes, sejam as “dissenções religiosas, sunismo e xiismo, sejam as disciplinares, ‘kalâm’ (teologia racional), ‘falsafa’ (filosofia), ‘fiqh’ (ciência do direito islâmico), ‘tasawwouf’ (sufismo)” (CAVAGNIS, 2012b: 111-125).

homogêneo nas demandas dos iranianos, era possível perceber no levante *tanto* uma rejeição dos quadros políticos do regime imperial *quanto* dos quadros clérigos da religião xiita tradicional, tendo o khomeinismo se tornado projeto especificamente *político* apenas *após* a queda do xá (FARHI NETO, 2012: 129).

Serão, assim, as informações de que Foucault dispunha,¹¹ como sua conversa com o liberal moderado aiatolá Mohammad Kazen Shariatmadari (que defendia uma concepção mais espiritual do que temporal do xiismo e que será aprisionado por khomeinistas após a Revolução), além do conhecimento do islã xiita *via* Henry Corbin (FOUCAULT, 1978; 2001b: 662; CARRETTE, 2002: 139) o que o teria levado a um pontual, e sempre lembrado, prognóstico errado em relação às características do futuro do Irã. Em “Le chef mythique de la révolte de l’Iran”, de novembro de 1978, o filósofo escreve: “Khomeyni *não é um homem político*: não haverá partido de Khomeini, não haverá governo Khomeini. Khomeini é o ponto de fixação de uma vontade coletiva” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 716, grifo do autor). Mas, analisando mais cuidadosamente, talvez esta errônea avaliação tenha decorrido não tanto das informações de que Foucault dispunha, mas das informações de que o *presente* dispunha. Sobre tal, Cavagnis nos fala igualmente da doutrina teocrática do *wilāyat al-faqīh* (“governo dos doutores em direito islâmico”, ou seja, governo clerical), que, conjuntamente à ideia geral de governo islâmico, Khomeini parecia, por suas declarações na época, ter abandonado naquele momento (CAVAGNIS, 2012a:

¹¹ Como é sabido na literatura a respeito do jornalismo de Foucault no Irã, existe uma controvérsia não resolvida sobre se o filósofo teria ou não encontrado Khomeini (Cf. FARHI NETO, 2012: 129, nota 13).

59). Estamos defronte um contexto complexo de ideias e que é preciso, de todo modo, diferenciar a vontade da manifestação popular de um pensamento clerical estruturado que deu origem ao sangrento regime posterior.

Neste sentido, e lembrando da intensificação anti-islâmica do pós 11 de setembro de 2001, faz-se necessário comentarmos alguns pontos da crítica articulada contra Foucault, e então nossa alusão à queda das Torres Gêmeas não é por menos: Alain Minc, um dos comentaristas mais influentes do jornal *Le Monde*, no editorial após os ataques, aproveitou de sua argumentação contra Jean Baudrillard para também qualificar Foucault de “advogado do khomeinismo iraniano e, portanto, teoricamente, dos seus abusos” (MINC, 2001: s/p). O livro *Foucault e a Revolução Iraniana: as relações de gênero e as sedução do islamismo*, publicado originalmente em 2005 por Janet Afary e Kevin B. Anderson permanece na mesma esteira de pensamento. Os autores, acusando Foucault de pertencer a uma esquerda alienada e de estar seduzido pelo islamismo radical, utilizaram igualmente um recurso midiático bastante peculiar ao publicar, como anexo de seu livro, a tradução dos artigos do filósofo até então inédita em inglês, levando o leitor anglófono a precisar passar por seu livro para ter acesso àqueles. A abordagem de Afary e de Anderson mantém-se na argumentação típica do anti-fanatismo: “Foucault, em sua rejeição forte e, algumas vezes, niilista das formas de poder estatal, parecia incapaz de captar que um sistema de poder baseado na religião e antiocidental poderia estar se convertendo em um Estado que seria tão opressivo quanto o stalinismo ou o fascismo autoritários” (AFARY; ANDERSON, 2010: 214). Esta também foi a posição dos jornalistas Claudie e Jacques Broyelle

ao redigirem o artigo “Com que os filósofos estão sonhando? Será que Michel Foucault estava errado sobre a Revolução Iraniana?” no jornal *Le Matin* ainda na época, afirmando que seria parte das obrigações dos intelectuais assumir a responsabilidade pelas ideias defendidas quando são finalmente colocadas em prática” (BROYELLE, 2010: 404). Nestas críticas, o acontecimento foi excluído porque o futuro foi fechado quando ainda era presente. Os detratores estão mais preocupados em esquematizar a obviedade das causas e consequências de uma realidade “já lá”, como também o fez o historiador Maxime Rodinson. Este, ao ler o movimento iraniano a partir do modelo elite modernizadora de hábitos laicos (“corrompidos”, para os muçulmanos) *versus* massa iletrada e religiosa, desenha bem seu próprio esquema simplista: “a espontaneidade das massas nunca é outra coisa mais do que uma espontaneidade conduzida” (RODINSON, 2010: 368, 440).¹² Em sua visão circular, que se contrapõe ao *acontecimento singular*, a história sempre se repete: “[...] todas essas ‘espiritualidades políticas’ escapam somente raramente às leis habituais da política” (RODINSON, 2010: 445).

Durante o curso *Du Gouvernement des vivants*, de 1980, Foucault dará continuidade à temática da condução em seu cruzamento com os regimes de verdade, a partir do estudo das técnicas cristãs de confissão e penitência, em que a ideia do poder sobre o *outro* ainda é mais acentuada. Já em *Subjectivité et vérité*, de 1981, poderá ser visto o deslocamento para estudos

¹² Segundo Afary e Anderson (2010), este título foi dado por eles ao texto de Rodinson que servira originalmente de introdução a outro artigo, “Khomeini e a ‘primazia do espiritual’”, aparecido pela primeira vez no *Le Nouvel Observateur*, em fevereiro de 1979. Três artigos de Rodinson foram republicados no livro dos americanos.

do poder sobre *si*, a partir das *técnicas de si* que não se deduzem diretamente de um governo dos homens (GROS, 2014: 308), mas que mantêm também, portanto, relação com ele. Estes cruzamentos fazem da divisão entre o Foucault engajado politicamente e o Foucault individualista do *souci de soi* uma leitura bastante simplista, que desconsidera inclusive que esta interpretação negativa do *cuidado de si* (como sendo um egoísmo liberal) é historicamente localizada no momento em que vivemos, mas que em outros representava parte indispensável na política do governo dos *outros*. Indispensável, aliás, como veremos agora, para o acesso à *verdade*. Entendemos, pois, que as condições de análise já dos artigos sobre o Irã em 1978-79 podem ser lidas no entrelaçamento de *ambas* dimensões do *governo*; e será com a leitura de *L'Herméneutique du sujet*, curso de 1982, que poderemos confirmar esta conexão como estando localizada, naquele momento, entorno de outra aparição da noção de “espiritualidade”.

Durante a primeira aula do curso, em janeiro de 1982, o filósofo analisará os conceitos de *gnôthi seauton* (o conhece-te a ti mesmo) e de *epimeleia heautou* (cuidado de si) a fim de demonstrar, além dos contatos estreitos entre os dois, o papel diferenciado do segundo no tocante ao ascetismo e à *espiritualidade*, comentando por que este cuidado de si teria sido relegado a segundo plano nas análises filosóficas. Ei-mo-nos no complexo debate da *verdade* em sua relação com o sujeito. Grosso modo, a questão é a de que, a partir de um certo momento, não teria sido mais necessário haver transformação no ser do sujeito para que ele fosse capaz da verdade, e então, em um segundo momento, a verdade teria passado a ser alcançada apenas através de métodos

de *conhecimento* que são exteriores a este sujeito e objetivos no que tange ao mundo. Foucault fixa ainda “denominações” para cada abordagem: a primeira seria a “espiritualidade” e a segunda, a própria filosofia. Para a última, as condições de acesso à verdade podem ser intrínsecas ou extrínsecas, “mas não concernem ao sujeito no seu ser: só concernem ao indivíduo na sua existência concreta, não à estrutura do sujeito enquanto tal” (FOUCAULT, 2001: 19-20). A verdade, depois do século XVI, não precisa mais da ascese, pois é substituída por uma *evidência* instrumentalizada por um *método* (FOUCAULT, 1983; 2001b: 1230). Assim, se a *espiritualidade* será, contrariamente à *filosofia*, “o conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as ascèses, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência” (FOUCAULT, 2001: 16) e se o sujeito deverá operar uma transformação e uma conversão de si para ter acesso à verdade, é porque, ao mesmo tempo, esta verdade é dependente deste *cuidado* do sujeito; ela só existirá na medida em que o sujeito agir sobre si mesmo. Por outro lado, com o sujeito fundador das práticas de conhecimento,

O conhecimento se abrirá simplesmente para a dimensão indefinida de um progresso cujo fim não se conhece e cujo benefício só será convertido, no curso da história, em acúmulo instituído de conhecimentos ou em benefícios psicológicos ou sociais que, no fim das contas, é tudo o que se consegue da verdade, quando foi tão difícil buscá-la. *Tal como ela é, no entanto, a verdade não é capaz de salvar o sujeito* (FOUCAULT, 2001: 20, grifo meu).

Deste modo, e pensando no cruzamento que evocamos anteriormente, entre a questão do governo dos *outros* e a do

governo de *si*, para marcar sua mútua complementaridade e afastar a simplicidade do argumento dos “abandonos” teóricos quanto ao *corpus* foucaultiano, vemos o balanço que faz o próprio filósofo em importante texto de retomada de seu projeto, “À propos de la généalogie de l’éthique: un aperçu d’un travail en cours”, de 1983, em que podemos enxergar a contra-conduta justamente como uma tentativa de “reafirmação” da antiga *cultura de si*.

Não penso que a cultura de *si* foi engolida ou sufocada. Encontramos numerosos elementos que foram simplesmente integrados, deslocados, reutilizados pelo cristianismo. A partir do momento em que a cultura de *si* foi retomada pelo cristianismo, ela foi colocada a serviço do exercício de um poder pastoral, na medida em que a *epimeleia* *heautou* tornou-se essencialmente *epimeleia tòn allôn* – o cuidado dos outros -, o que era o trabalho do pastor.

[Com as resistências à pastoral], [...] Observamos não uma reaparição – em uma certa medida – da cultura de *si*, que nunca havia desaparecido, mas uma reafirmação de sua autonomia (FOUCAULT, 1983; 2001b: 1228-1229).

Se cruzarmos esta abordagem com os argumentos dos textos sobre o Irã, e também com afirmações feitas durante sua estadia no Japão, podemos ver neste posicionamento também aquela crítica ao esquecimento do ocidente em relação à espiritualidade. A partir desta concepção de que, na espiritualidade, haveria uma verdade capaz de “salvar o sujeito”, talvez pudéssemos dizer que a espiritualidade política identificada pelo filósofo no Irã seria então esta maneira de

“salvar o sujeito”, mas uma “salvação” não restrita (ou, ao menos, não condicionada) a um sentido necessariamente positivo; a “salvação do sujeito” é a possibilidade de *criação* deste sujeito em novos processos de subjetivação. Esta novidade, este novo sujeito, estaria condicionado a verdades produzidas pela *espiritualidade*, e não às verdades *descobertas* pelo *conhecimento*.

Se definirmos a espiritualidade como o gênero de práticas que postulam que o sujeito, tal como ele é, não é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, é capaz de transfigurar e salvar o sujeito, diremos então que a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito (FOUCAULT, 2001: 20).

Na aposta foucaultiana de uma nova política dos outros, as verdades produtoras dos novos sujeitos precisam ser colocadas em circulação através de regimes de verdade-sujeito diferentes das conhecidas no Ocidente. Antes de qualquer negação pelo selo do fanatismo, temos, de fato, de sua parte, a aposta (frente à contingência iraniana) em um processo de subjetivação *via* esfera religiosa. Antes de ser apenas “ópio do povo”, a religião podia ser (ou poderia ter sido) o “espírito de um mundo sem espírito”, uma espiritualidade que ocuparia um papel catalisador na formação das novas subjetividades. Para Foucault (1978; 2001b: 749):

[...] a religião era para eles como a promessa e a garantia de encontrar como mudar radicalmente sua subjetividade. O xiismo é justamente uma forma do islã que, com seu

ensinamento e seu conteúdo esotérico, distingue entre o que é a simples obediência externa ao código e o que é a vida espiritual profunda; quando digo que eles procuravam através do islã uma mudança em sua subjetividade, tal é absolutamente compatível com o fato de que a prática islâmica tradicional já estava lá e lhes assegurava sua identidade. [...] Cita-se sempre Marx e o ópio do povo. A frase que o precede imediatamente e que não é nunca citada diz que a religião é o espírito de um mundo sem espírito. *Digamos então que o islã, nesse ano de 1978, não foi o ópio do povo, justamente porque foi o espírito de um mundo sem espírito* (grifo meu).

Compreender metodologicamente os escritos de Foucault sobre o Irã inserindo-os na dimensão de uma proposição de *sistema* faz parte de estudar à risca os objetivos do diagnóstico e da filosofia do acontecimento: provocar o presente. Segundo Norman Madarasz (2014: 226):

O potencial do sistema não é apenas normativo em relação ao que deveria ser, nem tampouco descritivo do que existe. Mas, a partir do que “há”, o sistema evidencia, por estratégias de verificação, a coerência de surgimentos de práticas discursivas subjetivas em rompimento com a configuração geral do estado das coisas. A organização subjetiva [...] vem na mira da análise para tentar driblar o fatalismo histórico que declara que esta forma de sujeito não haverá.

Colocando minha leitura no interior desta corrente de análise da filosofia francesa contemporânea, na tentativa de

visualizar um outro tipo de teoria da história – uma história acontecimentalizada –, pudemos acompanhar os traços destas abordagens na empreitada de Foucault no Irã na composição dos vários aspectos que percorremos. O posicionamento filosófico do diagnóstico é, então, não uma descrição da realidade, mas tem seu cerne em ser uma tentativa de propor a mudança da situação em que se vive – e é esta a característica do *sistema* pensado pela análise estrutural, a partir de uma desnaturalização da história – pontuando a dimensão do *novo* como uma dimensão *outra*. Se a menção a um modo *autrement* foi tantas vezes aludida por Foucault em toda sua obra, é pela falta de garantias *a priori* de que as mudanças serão positivas, mesmo que o gesto filosófico da *criação de modelos* diferenciados de compreensão visem melhores alternativas. Este é um esclarecimento necessário em relação às críticas que lhe foram feitas pós instituição do Estado Islâmico no Irã. Em “Inutile de se soulever?”, já com a Revolução consolidada, ele dirá:

[...] não estou de acordo com aqueles que diriam: “Inútil levantar-se [*inutile de vous soulever*], será sempre a mesma coisa. Não se faz a lei àqueles que arriscam suas vidas defronte um poder. Tem-se ou não razão de se revoltar? Deixemos a questão em aberto. [...] Um delinquente coloca em balanço sua vida contra castigos abusivos; um louco não aguenta mais estar preso e destituído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o segundo, não assegura ao terceiro o futuro prometido. [...] Basta que eles existam e que tenham contra si tudo o que insiste em lhes calar para que haja um sentido em escutá-los e em procurar saber o que eles querem dizer. [...] Todos os desencantos da história não mudarão nada: é porque tais vozes existem que o tempo dos homens não possui a

forma da evolução, mas aquela da “história”, justamente (FOUCAULT, 1979; 2001b: 793).

A teoria é uma prática. A *acontecimentalização* será dada pelas *proposições* desta metodologia, cujo solo é a *imanência histórica*. O acontecimento no Irã não podia ser visto nas ruas de Teerã, era preciso *criá-lo*, e isto é fazer uma *história do presente*: daí nossa afirmação, na introdução deste trabalho, que, enquanto outros tipos de história pensam o presente em termos de *presença* dada, a história acontecimentalizada deve pensar em termos de *aparecer*. O significado de *presente* colar-se-á ao de *acontecimento*, porque o significado do gesto de interpelar a atualidade será *equivalente* ao da acontecimentalização: “Responder à questão: quem somos nós? e o que é que se passa? Estas duas questões são muito diferentes das questões tradicionais: o que é a alma? o que é a eternidade? Filosofia do presente, filosofia do acontecimento, filosofia do que se passa [...]” (FOUCAULT, 1978; 2001b: 573-574). A *proposta* de outras inteligibilidades possíveis é, finalmente, o que permite ver o *assujeitamento* proveniente de um poder tornar-se, sem artificial juízo de valor a-histórico, *subjetivação* em direção a uma ética *outra*.

Considerações finais

“Penso que não exista valor exemplar em um período que não é o nosso” (FOUCAULT, 1983; 2001b: 1208). A história não é, pois, mestra da vida. A formulação ciceriana da *historia magistra*

vitae, e suas reverberações historiográficas, tão debatidas entre os historiadores, talvez tenha sido, finalmente, um importante horizonte para a colocação das questões que nos acompanharam ao longo deste trabalho. Indagações relativas a esta clássica formulação reapareciam em nosso cenário sempre que a tentativa era de retomar o direcionamento de nosso estudo e voltar à pergunta importante, permanente, e que deveria ser respondida de forma progressivamente mais simples, para que pudéssemos desenvolver esclarecimentos viáveis: dado o trabalho filosófico de Foucault, por que a história? Esta pergunta pelos porquês da atividade historiadora, sabemos, pairam sobre grande parte dos estudos históricos, e sua colocação até poderia assumir um caráter deveras ingênuo não fosse nossa problemática justamente dizer respeito à tentativa de explicitação de uma metodologia específica para o fazer historiográfico, a partir de uma determinada categoria, através da análise da obra de um autor em particular. Foucault fora em nossa trajetória, como mencionamos, objeto e grade de leitura. Esta especificidade nos levava, em seguida, necessariamente, a um posicionamento crítico quanto ao nosso próprio gesto.

Se afirmamos diversas vezes a concepção do presente como introdução de *diferença*, é porque tentamos visualizar, em nosso percurso, qual o papel da história para Foucault: ela desevidencializa o presente. A pesquisa histórica, quando feita de uma determinada maneira, tem então a capacidade de fazer ver uma série de configurações identificáveis na atualidade que não são nem necessárias, nem óbvias, nem fixas, nem únicas, e, com tudo isso, o principal: não são imutáveis. Esta “determinada maneira” de fazer história, fora, para nós, a *acontecimentalização*.

O que tentamos foi, assim, agrupar sob este nome uma série de procedimentos que são característicos do trabalho foucaultiano; entendendo que nossa própria atitude de partir do *acontecimento* como categoria que reuniria esses procedimentos seria algo interno e externo a Foucault. Esta abordagem simultânea de objeto e de grade de leitura faria então com que pudéssemos propor uma leitura não só geral de seu trabalho como um trabalho de acontecimentalizar, mas também uma leitura específica e pontual nossa pelo enfoque, ao final do estudo, no levante iraniano.

A história não fornece valores exemplares, não é cíclica, e não ensina como o *presente*, espelhado nela, deve se comportar. “Não temos que escolher entre o nosso mundo e o mundo grego” (FOUCAULT, 1983; 2001b: 1210). Tentamos delinear, em nosso percurso, um fazer da história que está completamente direcionado para o presente. Desta maneira, estabelecendo um contato com a introdução de nosso trabalho, vemos agora que podemos distinguir mais claramente, por exemplo, as descrições que François Hartog fez de um presente tirano, do outro, o presente possível de Foucault. Como comentamos em nossas primeiras páginas, o historiador concebe um presente presentista que ameaça a história e coloca o futuro em crise. Apesar de nossa abordagem aqui não se aprofundar em seu projeto, gostaríamos de reter, no entanto, o gesto bastante similar da *preocupação* com o presente que os dois autores compartilham, e que deve poder nos informar quanto aos rumos da pesquisa histórica: “Por ora, convém que, mais do que nunca, o historiador se faça constantemente vigia (*guetteur*) do presente, do seu presente”

(2013: 105), escreve Hartog em *Croire en l'histoire*, de 2013. Ao final do livro, afirma novamente este imperativo:

Se existe uma vida para a história depois do conceito moderno de história, ela passa tanto pela capacidade de nossas sociedades de articular de maneira nova as categorias do passado, do presente, e do futuro, sem que venha a se instaurar o monopólio ou a tirania de nenhuma dentre elas, quanto pela vontade de compreender nosso presente. As duas abordagens estão intimamente ligadas. Esta vida, presa à “lembrança” (*souvenir*) e aberta sobre a “esperança” [...] está ainda amplamente por ser inventada (HARTOG, 2013: 299).

Se, em um exercício, utilizássemos a visada de Hartog para direcioná-la para nosso próprio projeto, poderíamos talvez pensar a *acontecimentalização* como justamente *uma outra maneira de articular as categorias do tempo* – ou mesmo uma outra forma de “entrelaçar” durações históricas, para utilizar a expressão de Jacques Revel (2009: 87) –, concluindo então que esta outra “vida” a que Hartog alude talvez pudesse também ser inventada, colocada em cena, através das proposições criativas dessa *acontecimentalização*.

Foi, de fato, por enxergar em sua desnaturalização do presente o principal mote de sua atenção histórica que assinalamos, ao longo de todo o nosso trabalho, a relação de Foucault com a análise estrutural e com a criação de sistema: é porque essa *desevidencialização* é uma atitude crítica não descritiva nem interpretativa do passado, mas *propositiva do e para o presente*. Por isso a filiação estruturalista aqui tem de ser lida não como uma vontade nossa de manter o pensamento

vinculado sempre às “grandes escolas”, mas como a maneira que nos pareceu mais adequada para compreender como poderia ter sido motivada a criação de uma rede teórica complexa que, mais do que se retificar com o tempo, nas várias “fases” da obra, se reelaborou para se complementar. Tentamos, ao reter da análise estrutural seu cunho criativo em relação ao sujeito, ver como este tipo de metodologia pode abrir para o novo, numa configuração em que a história não é o último reduto do universal, nem nos fornece as garantias de origem e identidade, não nos fornece a inteligibilidade toda, mas é, exatamente por isso, um meio para incitar o que não somos ainda – ou seja, estimular *outras* práticas de subjetivação. A história acontecimentalizada é igualmente uma maneira de propor, permanentemente, futuros. Tendo atentado para esse movimento de *sistema* no trabalho de Foucault, foi então necessário nos posicionarmos em nossa fala: queríamos que nosso escrito não fosse também apenas descritivo ou interpretativo daquele discurso existente, mas *propositivo* de outra leitura da obra do filósofo, a partir do rearranjo de suas noções; e propositivo também, quiçá, de outra forma de escrever a história na afirmação constante da acontecimentalização como um método singular, específico, verificado ao tentarmos o desmonte teórico de seu diagnóstico do Irã *via* acontecimento.

Visamos, finalmente, através dos diversos conceitos analisados, dar conta de três movimentos principais: a explicitação do método interno à obra, arqueologia e genealogia; a explicitação do método “externo”, o nosso, de nomear tantos gestos ao reuni-los no *acontecimento*, quando então indicamos a análise estrutural; e, finalmente, o desmembramento teórico da Insurreição Iraniana de forma a vê-la como acontecimento, em

um momento de *verificação* das “capacidades” da categoria que nos fora eixo. Este último movimento dizia respeito à formação de configurações históricas novas, posto que advindas de novas grades teóricas, criadas pelo filósofo, como o *poder pastoral* e sua rede de elementos. Entendemos, assim, também a dissolução dos objetos como devendo ser visualizada internamente à própria teoria, e não apenas em relação aos temas de que trata: conceitos que não são reflexos ou decalques, mas *recursos*. A questão, logo, não nos fora o grau de operatividade dependente de um padrão pronto, ou de uma adequação – a uma história já dada em um passado já lá – destas novas grades; mas o quanto elas podem, em nossos estudos históricos atuais, promover justamente a construção de outras grades, outras inteligibilidades, outros *sistemas* para as histórias que contamos, que fazemos.

Calcadas na imanência de cada processo histórico, e na conjuntura de cada regime de práticas de que nos ocuparemos, serão as novas configurações – aquelas, que ainda criaremos, – que poderão povoar nossos futuros modelos de política, de governo, de vida. Se conseguimos aqui demonstrar que a história precisa ser *acontecimentalizada* não por ser esta uma forma de história mais verdadeira, ou mais correspondente à realidade, mas porque é um meio de multiplicar as possibilidades virtuais das tantas realidades (ou, melhor, das tantas *configurações*) e dos tantos sujeitos que ainda não “são”, creio que teremos cumprido nosso escopo e nos posicionado, em nosso presente e em nossa disciplina, por um *uso* engajado da história e por uma concepção de *condução* (e mesmo, de *teoria*) que não vise se fundamentar em “limitações necessárias”, mas se expandir em “ultrapassagens possíveis” (FOUCAULT, 1984; 2001b: 1393).

Referências

Obras de Michel Foucault

Histoire de la folie à l'âge classique. Paris: Gallimard, 1972 [1961].
(Coll. Tel).

Naissance de la clinique. Paris: PUF, 1963. (Coll. Quadrige).

Les Mots et les choses. Paris: Gallimard, 1966. (Coll. Tel).

L'Archéologie du savoir. Paris: Gallimard, 1969. (Coll. Bibliothèque
des sciences humaines).

Surveiller et punir: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.
(Coll. Tel).

Histoire de la sexualité I: La Volonté de savoir. Paris: Gallimard,
1976. (Coll. Tel).

Histoire de la sexualité II: L'Usage des plaisirs. Paris: Gallimard,
1984. (Coll. Tel).

Histoire de la sexualité III: Le Souci de soi. Paris: Gallimard (Coll.
Tel), 1984. (Coll. Tel).

*Moi, Pierre Rivière, ayant egorgé ma mère, ma soeur et mon frère: un cas
de parricide au XIXe siècle*. Paris: Gallimard, 1994 [1973].
(Coll. Folio).

Herculine Barbin dite Alexina B. Ed. Michel Foucault. Paris:
Gallimard, 1978. (Coll. Les vies parallèles).

“Surl’archéologie du savoir”. France Culture Áudio. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=SrFCQYYGMH0>>.
Acesso em: 15 jun. 2015.

A condução de si e dos outros através de uma *acontecimentalização*...

“Qu’est-ce que la critique ? Critique et *Aufklärung*”. Paris: *Bulletin de la Société française de philosophie*, 84e année, n. 2, p. 35-63, 1990.

Cursos no Collège de France

L'Ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971.

Théories et institutions pénales. Cours au Collège de France. 1971-1972. Paris: Éditions de l'EHESS; Gallimard; Seuil, 2015. (Coll. Hautes Études).

Les Anormaux. Cours au Collège de France. 1974-1975. Ed. Valerio Marchetti et Antonella Salomoni. Paris : Gallimard-Le Seuil, 1999. (Coll. Hautes Études).

Il faut défendre la société. Cours au Collège de France. 1976. Ed. Alessandro Fontana e Mauro Bertani. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1997. (Coll. Hautes études).

Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Ed. Michel Senellart. Paris: Gallimard-Le Seuil, 2004. (Coll. Hautes Études).

Du Gouvernement des vivants. Cours au Collège de France. 1979-1980. Ed. François Ewald, Alessandro Fontana, Michel Senellard. Paris: Seuil-Gallimard, 2012.

Subjectivité et vérité. Cours au Collège de France 1980-1981. Ed. François Ewald, Alessandro Fontana, Org. Frédéric Gros. Paris: Seuil-Gallimard, 2014.

L'Herméneutique du sujet. Cours au Collège de France. 1981-1982. Ed. Frédéric Gros. Paris: Gallimard-Le Seuil, 2001. (Coll. Hautes Études).

Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983. Ed. Frédéric Gros. Paris: Gallimard-Le Seuil, 2008. (Coll. Hautes Études).

Le Courage de la vérité. Cours au Collège de France. 1984. Ed. Frédéric Gros. Paris: Gallimard-Le Seuil, 2009. (Coll. Hautes Études).

Organização póstuma

Dits et écrits: 1954-1975. Paris: Gallimard, 2001. v. 1. (Coll. Quarto).

Dits et écrits: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001. v. 2. (Coll. Quarto).

Les hétérotopies. Le corps utopique. Paris: Éditions Lignes, 2009.

Bibliografia complementar

AFARY, J.; ANDERSON, K. B. *Foucault e a Revolução Iraniana*: as relações de gênero e as seduções do islamismo. Trad. Fabio Faria. São Paulo: Realizações, 2010.

ALTHUSSER, Louis. Apresentação de Louis Althusser. In: MACHEREY, Pierre. A filosofia da ciência de Georges Canguilhem: epistemologia e História das Ciências. In: CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Librairie philosophique J. VRIN. Collection: Bibliothèque des textes philosophiques., 1967.

_____. *L'engagement rationaliste*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1972.

_____. *A Epistemologia*. Org. Dominique Lecourt. Trad. Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARTHES, Roland. L'activité structuraliste. In: *Les lettres nouvelles*. Paris, 1963. Disponível em: <http://www.structuralisme.fr/index.php?option=com_content&task=view&id=34&Itemid=1>. Acesso em: 29 ago. 2015.

BROYELLE, Claudie; BROYELLE, Jacques. Com o que os filósofos estão sonhando? Será que Michel Foucault estava errado sobre a Revolução Iraniana? In: AFARY, Janet.; ANDERSON, Kevin. B. *Foucault e a Revolução Iraniana: as relações de gênero e as seduções do islamismo*. Trad. Fabio Faria. São Paulo: Realizações, 2010.

CANGUILHEM, Georges. *La formation du concept de reflexe aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: PUF, 1955.

_____. *O normal e o patológico*. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

_____. *Objet de l'histoire des sciences. Études d'histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie*. 7. éd. Paris : Vrin, 1994: 9-23.

- _____. DELAPORTE, François (Org.). *A Vital Rationalist. Selected writings from Georges Canguilhem*. Tradução de Arthur Goldhammer. New York: Zone Books, 1994.
- _____. *Estudios de historia y de filosofía de las ciencias*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- _____. *Ideology and Rationality in the History of Life Sciences*. Trad. Arthur Goldhammer. Massachussetts: MIT Press, 1988.
- CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. *Trans/Form/Ação*, v. 28, n. 2: 105-116, 2005.
- _____. *Enredos de Clio: pensar e escrever a história com Paul Veyne*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- CARRETTE, Jeremy R. *Foucault and Religion: spiritual corporality and political spirituality*. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- _____. *Pensar a Foucault: interrogantes filosóficos de La arqueología del saber*. Buenos Aires: Biblos, 2005.
- CAVAGNIS, Julien. Michel Foucault et le soulèvement iranien de 1978: retour sur la notion de spiritualité politique. *Cahiers philosophiques*, n. 130, 2012/3a.
- _____. Corbin, Hadot, Foucault. Mise en dialogue de ‘Qu’est-ce que la philosophie islamique?’ de Christian Jambet. *Cahiers philosophiques*, n. 128, p. 111-125, 2012/1b.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et la philosophie*. Paris: Presses universitaires de France, 1962.

_____. *Logique du sens*. Paris: Éditions de Minuit, 1969.

_____. À quoi reconnaît-on le structuralisme?. In: CHÂTELET, François (Éd.). *Histoire de la philosophie VIII. Le XXe siècle*. Paris: Hachette, 1973.

_____; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

_____. *Foucault*. Paris: Les Éditions de Minuit [1986], 2004.

_____; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

_____. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010 [1992].

DÍAZ, Santiago. Foucault y Veyne: los usos del “acontecimiento” en la práctica histórica. In: *A Parte Rei* 69. Maio 2010. UMNdP, 2010. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei>>.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Trad. Constancia Morel. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

_____. *História do estruturalismo: o campo do signo, 1956-1966*. Trad. Álvaro Cabral. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. v. 1.

DESCOMBES, Vincent. *Le Même et l'autre: quarante-cinq ans de philosophie française (1933-1978)*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da*

- hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- ÉRIBON, Didier, *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 1991.
- FARHI NETO, Leon. *Espiritualidade política: a partir de Foucault e de Spinoza*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- GROS, Frédéric. Situation du cours. In: FOUCAULT, M. *Subjectivité et vérité*. Cours au Collège de France 1980-1981. Ed. François Ewald, Alessandro Fontana, Org. Frédéric Gros. Paris: Seuil-Gallimard, 2014.
- GUOLO, Renzo. La spiritualità politica. In: FOUCAULT, M. *Taccuino Persiano*. Org. Renzo Guolo, Pierluigi PANZA. Milão: Ed. Guerini e Associati, 1998.
- GUTTING, Gary. *Michel Foucault's archaeology of scientific reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. (Org). *The Cambridge companion to Foucault*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.
- _____. Croire en l'histoire. Entrevista concedida para o canal *France Culture*. 2013b. Disponível em <<http://www.franceculture.fr/player/reecouter?play=4575621>>. Acesso em 3 set. 2014.
- _____. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013 c.
- LÉONARD, Jacques. El historiador y el filósofo. A propósito de *Vigilar y castigar*; nacimiento de la prisión. In: PERROT,

- Michelle. *La imposible prisión*. Debate com Michel Foucault. Trad. Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama, 1982.
- LECOURT, Dominique. *Para uma crítica da epistemologia*. Trad. Manuela Menezes. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MACHEREY, Pierre. A filosofia da ciência de Georges Canguilhem: epistemologia e História das Ciências. In: CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Trad. Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octavio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- MADARASZ, Norman. Foucault e a revolução iraniana: o jornalismo de ideias diante da ‘espiritualidade política’. *Verso e Reverso*, n. 45, 2006.
- _____. Apresentação. *Veritas*, v. 59, n. 2, 2014.
- MARZOCCA, Ottavio. Al di sotto della storia, a ridosso della politica. In: CAVAZZINI, A. (Dir.), *Michel Foucault: L'Islam et la révolution iranienne*. Mimesis: La rose de personne, 2005.
- MINC, Alain. Le terrorisme de l'esprit. *Le Monde*, 7 nov. 2001.
- NICOLAZZI, Fernando. História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica. *História: Questões & Debates*, n. 53, 2010.
- NORA, Pierre. Le retour de l'événement. In: LE GOFF, J.; P. NORA, P. (Dir.). *Faire de l'histoire: Nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974: 210- 229. v. 1.

- PALTRINIERI, Luca. L'histoire de la philosophie saisie par son dehors. In : BOUQUET, Damien; DUFAL, Blaise; LABEY, Pauline (Org.). *Une histoire au présent*. Les historiens et Michel Foucault. Paris: CNRS, 2013.
- REVEL, Jacques. Retornar ao acontecimento: um itinerário historiográfico. In: *Proposições*. Ensaios de história e de historiografia. Trad. Claudia O'Connor dos Reis. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- REVEL, Judith. *Le vocabulaire de Foucault*. Paris: Elipses, 2002.
- SAKAMOTO, Takashi. *Le problème de l'histoire chez Michel Foucault*. Thèse (Doctorat en philosophie) – Université Michel de Montaigne, Bordeaux III, 2011.
- SANTOS ALMEIDA, Tiago. *Aventuras e estratégias da razão: sobre a história epistemológica das ciências*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011
- TEMPLE, Giovana. *Poder e resistência em Michel Foucault: uma genealogia do acontecimento*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1971.
- _____. *Foucault révolutionne l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- _____. A história conceitual. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

A condução de si e dos outros através de uma *acontecimentalização*...

_____. *L'inventaire des différences*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

_____. Éloge de la curiosité : inventaire et intellection en histoire.
DESCAMPS, Christian (Org.). *Philosophie et histoire*. Paris:
Éditions du Centre Pompidou, 1987: 15-36.

Tese

História da
historiografia
brasileira

Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998

Daiane Vaiz Machado

Este trabalho caminha pelas linhas turvas de um percurso intelectual, o de Cecília Maria Westphalen (1927-2004), entre 1950 e 1998. Nossa intenção é investigar seu modo de ser historiadora em um período de delineamento do ofício de historiador a partir da instituição universitária. Foi na prática da história econômica e social quantitativa *à la Annales* que Westphalen buscou fundamentar a representação de sua identidade historiográfica. Assim, nos questionamos sobre as condições de possibilidade desta construção identitária em uma conjuntura intelectual específica da história da disciplina História no Brasil.

O recorte temporal abarca sua diplomação no Curso de História e Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1950, instituição que foi seu principal lugar de atuação historiográfica e de projeção na cena pública. A obra de inserção no mercado editorial e a tese de cátedra inserem-na em uma historiografia preocupada, sobretudo, em estabelecer os fatos e suas cronologias, preencher lacunas e corrigir as pesquisas anteriores, própria a prática dos institutos históricos e geográficos

e, ainda, das jovens Faculdades de Filosofia. O desprendimento e a recusa dessa forma de olhar o passado, de ser historiadora, emergem de seus deslocamentos historiográficos internacionais, ou melhor, do encontro com Fernand Braudel e sua concepção de história, na VI^a Section de l'École Pratique des Hautes Études (EPHE), e da aproximação com o grupo de professores que liderará a criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH, hoje ANPUH). A História como ciência social, a dialética da duração, o tempo econômico, as cifras e séries, o computador, passam a integrar seu vocabulário no ensino e na pesquisa. É a historiografia *annalítica*, sinônimo de científica, que defenderá nos simpósios da APUH e na Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), que nasce do rompimento ideológico com aquela. Em 1998, num contexto de esquivas à história quantitativa e crítica aos grandes sistemas de referência praticados pelos *Annales*, a autora, enfim, finaliza *Porto de Paranaguá, um sedutor*, resultado do projeto iniciado em 1959.

Neste transcurso de 1950 a 1998 não foram poucas as situações históricas que nuançaram a historiografia universitária brasileira. Perseguindo as sinuosidades dessa historiografia, buscamos problematizar como Westphalen construiu sua identidade historiadora concomitante ao seu engajamento na constituição da História como disciplina científica; como justificou seu modo de fazer história econômica e sustentou a abordagem quantitativa como signo de cientificidade. Para nós, interpretar este percurso intelectual implica questionar o momento de consolidação da historiografia universitária, cujo marco de irrupção teria sido a reunião de 1961 que resultou na criação da APUH, e que recebeu outras roupagens nos

turbulentos anos pós-1968 com a Reforma Universitária e a criação dos Cursos de Pós-Graduação em História. Deste meio acadêmico, algumas questões percorrem toda a tese: Como se organiza o campo historiográfico universitário brasileiro? Quem é o historiador? Ou seja, quais as marcas distintivas que caracterizam esse profissional?

Interrogar-se sobre os modos de ser historiador significa colocar em perspectiva o produto de uma prática científica específica (CERTEAU, 2002). Voltar-se para os procedimentos que perpassam a escrita de um texto histórico compreende inquirir o fazer do historiador atento à sacralização dos objetos, conceitos, metodologias e autores. Suas práticas científicas são situadas na conjuntura historiográfica em que foram executadas e sua produção analisada em diálogo com outros textos e com seus supostos leitores (GUIMARÃES, 2005: 32; HARTOG, 2003). A consideração desta dimensão do ofício se amplia com a indagação individual dos lugares de inserção social, com o mapeamento das redes de pertencimento, a elucidação dos jogos acadêmicos e políticos que convergem para a construção de um nome, “um lugar para si”, e a definição de uma posição particular no campo intelectual (SILVA, H., 2003; 2002a). O historiador também é o sujeito de uma vida singular, o que envolve ter como medida de sua postura historiográfica as suas convicções políticas, suas expectativas de sociedade e considerar que possam existir diferentes formas de “estar no mundo”, de atribuir significado às manifestações culturais e conturbações políticas (LORIGA, 2011; DOSSE, 2009). Estas premissas de partida foram formuladas a partir do cruzamento de leituras de algumas das possibilidades investigativas fornecidas pela história

intelectual e pela história da historiografia e, assim, três autores tornaram-se referenciais: Michel de Certeau, Pierre Bourdieu e Gérard Noiriel.

Os escritos de Michel de Certeau sobre a “instituição histórica” são capitais para este trabalho. Com ele compreendemos a centralidade da reflexão sobre o lugar de pertencimento social na prática do ofício. Nosso empreendimento historiográfico busca localizar os lugares de onde Westphalen arquitetou seus projetos de pesquisas, onde conquistou espaço para divulgá-los, em que circunstâncias sua escrita teve a explícita organicidade do “nós” institucional e quando as regras do meio, indissociavelmente sociais e intelectuais, passaram a impor reticências às suas práticas, ao seu modo de ser historiadora.

A articulação entre lugar social, prática científica e escrita na “operação historiográfica” suscita atenção ao duplo papel do lugar. Como espaço onde se elaboram as regras e os critérios que organizam o discurso, a instituição social “torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis” (CERTEAU, 2002: 77). O movimento de sinuosidade da historiografia brasileira conectado no estreito limite entre permissão e interdição dado pelo meio de inscrição social, nos estimula a pensar como as ênfases historiográficas conjunturais tem a força de constranger a feitura e a circulação do texto historiográfico.

Maneiras de se fazer história e de se dizer historiador estão em constante negociação no “campo” da produção histórica. As aspas que foram postas na palavra campo referem-se a sua localização no léxico de Pierre Bourdieu, para quem o lugar científico se torna também um “espaço de jogo de uma luta

concorrencial”¹ regulada pela obtenção de insígnias acadêmicas. O espaço do diálogo, da produção do saber é, igualmente, o lugar em que se encontram e se confrontam interesses políticos e econômicos.

Com Bourdieu (2011) inserimos Westphalen na dinâmica social do *Homo academicus*, e investimos nos jogos de interesses epistemológicos e políticos, nas relações de força e nas estratégias concorrências que implicitamente organizam as hierarquias das posições institucionais (que podem ser independentes do valor científico das produções), e contribuem para a construção de um nome no campo. A despeito do acúmulo de capital simbólico tornar-se essencial para distinção de um nome,² a ponderação de Roger Chartier (2012: 99) é norteadora: “dizer que o capital simbólico desempenha um papel de ferramenta e de aposta dentro das competições científicas não é fazer da busca do

¹ Para escapar a ideia de que a ciência engendra-se a si própria, Bourdieu (2004) elaborou a noção de “campo”, que também se relaciona com a crítica à tentativa de correlação direta entre o texto e o contexto, o determinismo da explicação histórico-social, causador de “erro de curto-circuito”. Para ele, existe um universo intermediário, é o campo literário, artístico, jurídico ou científico: “isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (BOURDIEU, 2004: 20). Na obra *As regras da arte*, Bourdieu (1996) sistematiza a gênese social do campo literário como mundo à parte dotado de regras internas próprias ao meio e relativamente autônomo em relação ao campo político e econômico (explorando centralmente a figura de Gustave Flaubert e Charles Baudelaire e a tensão dos grupos que se formam com eles e contra eles), objetivando as posições e disposições, os interesses, modos de ser, de interpretar dos autores em relação com as estruturas do mundo histórico-social francês do século XIX.

² Para Bourdieu (1983: 122-155): “acumular capital é fazer um ‘nome’, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum”.

lucro simbólico o fim ou a razão de ser exclusiva das condutas científicas”. O contrário, incorreria na negação da ciência como instância de produção e impossibilitaria pensar em termos de indivíduos que se atraem pelas afinidades e crenças no diálogo científico e formam grupos de cooperação.

Com Gérard Noiriel (2005: 212) nossa atenção se volta para a prática do ofício de historiador a partir da sua reflexão pragmática sobre a história, que tem como princípio falar do *métier* de um modo mais próximo do que nós fazemos em nossa prática cotidiana. Esta proposição foi sistematizada em 1996, período de intensa agitação sobre a “crise” da história no meio francês. Em *Sur la “crise” de l’histoire* as aspas na palavra central “crise” possuem tom de provocação, pois os debates sobre a “crise” pareciam ter se tornado um dos motores da própria “crise”. Para ele, a repetição incessante dos argumentos mobilizados na década de 1970 era o sintoma do impasse em que se engajavam os historiadores que acreditavam que os filósofos eram capazes de resolver seus problemas (NOIRIEL, 2005: 393). Evocando Ludwig Wittgenstein, Jacques Bouveresse e Richard Rorty, o historiador lembra que a filosofia “não tem por vocação governar todos os saberes” (NOIRIEL, 2005: 11, tradução nossa). Para escapar dessa circularidade, Noiriel convida-nos a reler *Apologia da História* de Marc Bloch em busca de material de base para formulação de uma perspectiva pragmática da disciplina.³

³ Sobre a relação com a filosofia, Noiriel foi acusado de sugerir que os historiadores deveriam recuar para o interior de sua “comunidade”, o que comprometeria a perspectiva interdisciplinar da disciplina. Ele respondeu que não contestava o diálogo com a filosofia, mas os usos que os historiadores faziam dela nas lutas de concorrência que entretinham entre si. Segundo o historiador, o ideal de “comunidade”, herança dos Annales, ganharia impulso se aliado às críticas dos

Deslocando-se da ênfase conferida às discussões sobre a escrita ou sobre o objeto da história, Noiriel se concentra na análise de um conjunto de “atividades” que integram o exercício do *métier* de historiador. Seriam três as dimensões essenciais do ofício, precisamente, três tipos de tarefas que corresponderiam a três tipos de competências: a produção de conhecimentos (procedimentos da pesquisa: questões, hipóteses, critérios de verificação, etc.) corresponderia as “atividade de saber”; a difusão, a comunicação do saber na sociedade (tarefa do ensino) corresponderia a “atividade de memória”; e a orientação de teses, júris em comissões de recrutamento ou promoção, reuniões administrativas, etc. corresponderia as “atividades de poder”. Para desenvolver seu ponto de vista sobre a dimensão do poder, ele recorre a Max Weber e suas análises consagradas a “vocação do cientista”.

Estas três dimensões não são dissociáveis, mas como aparato analítico nos deteremos nas “atividades de poder” para investigar a relação entre o exercício destas atividades e suas implicações ao trabalho de produção intelectual. A intensa movimentação de Cecília Westphalen decorrente da Reforma Universitária e da criação dos programas de pós-graduação parece ter contribuído para que a finalização de seu principal projeto de pesquisa (relações comerciais no porto de Paranaguá) passasse a amargar uma constante necessidade de adiamento em função da multiplicação de suas tarefas no ensino e na burocracia

“historiadores-epistemólogos”: “a saber, que todo discurso sobre a história, mesmo quando se esconde atrás das prerrogativas da ‘prática’, é uma metalinguagem que necessita de aquisição de competências estranhas ao ‘saber normal’ do historiador” (NOIRIEL, 2005: 213-214, tradução nossa). Entre as apreciações críticas, cf.: Delacroix (1997) e Garner (1998).

universitária (atividade de memória e de poder). Observando esta situação, compreendemos que neste momento foram tracejados os contornos do *métier* pós-titulação.

Outra proposição de Noiriel (2005) que experimentamos aqui repousa sobre a análise de escritos sobre a história como “discurso de justificação”. Segundo o autor, é a recusa em admitir os constrangimentos que pesam sobre a diversidade das atividades profissionais que explicam os “contorcionismos da escrita”, ou seja, os caracteres autobiográficos “nos quais se engajam tão frequentemente os historiadores para corroborar a imagem do ‘cientista’ que eles detêm, apesar de tudo, a oferecer deles mesmos” (NOIRIEL, 2005: 399, tradução nossa). Exercitamos esta proposição na medida em que nos perguntamos como Westphalen buscou demarcar para si um lugar historiográfico.

O material para o qual direcionamos nossas questões é encontrado, sobretudo, no arquivo pessoal de Cecília Westphalen. A despeito de termos habitado esse espaço por longo tempo, de imediato reconhecemos não exercer o poder *arcôntico* de seu arquivo e do nome *arquivável* Cecília Westphalen. Não possuímos, então, o poder de mandamento, a autoridade hermenêutica legítima.

Segundo Jacques Derrida (2001), os *arcontes* gregos, como guardiões dos documentos oficiais tinham “o poder de interpretar os arquivos”. Devido ao seu poder de dominação, detinham-lhes consigo, sua casa era o lugar de “proteção”, o suporte do documento e da palavra autorizada. “Foi assim nesta *domiciliação*, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram” (DERRIDA, 2001: 13, grifo do autor). A *domiciliação*, sua condição de existência, está diretamente

relacionada com o interesse do Estado, este detentor do poder de arbitrar sobre a memória a ser preservada.

“Suporte explícito”, “condição da história”, é preciso se violentar para não ceder a vontade de “detenção, retenção ou interpretação” absoluta do arquivo (DERRIDA, 2001: 7). Elisabeth Roudinesco (2006: 9) caracteriza expressivamente a “relação trágica e inquieta” que se pode manter como o arquivo,

[...] com o espectro do arquivo absoluto, com essa ideia louca segundo a qual podemos arquivar tudo. Existe em todo o historiador, em toda pessoa apaixonada pelo arquivo uma espécie de culto narcísico do arquivo, uma captação especular da narração histórica pelo arquivo, e é preciso se violentar para não ceder a ele.

O trabalho do historiador no arquivo se coloca no entremeio da “interdição do saber absoluto” e da “interdição da soberania interpretativa do eu”, interdições que, no entanto, nos instigam a refletir sobre o intuito de fazer do arquivo pessoal um *espelho de si* para o outro, para a posteridade – pois a questão do arquivo não é do passado é do futuro (DERRIDA, 2001: 50).

Uma investigação sobre a “Coleção Cecília Westphalen”, originária de seu arquivo privado pessoal, é uma possibilidade fecunda, mas não foi esta via que seguimos. Primeiramente porque o arquivo nos venceu (não pelo cansaço, mas pelo tempo acadêmico). Depositado no Arquivo Público do Paraná, um ano após a morte de sua portadora por embolia pulmonar, em 2005, a coleção ainda não possui um inventário. Embora tenha acesso franqueado ao público, a falta de ordenação funciona como mecanismo de inibição, visto que ela é muito extensa. O

caráter extremamente fragmentado do arquivo, o fato de não se saber o conteúdo da caixa (aproximadamente 184 unidades), deixa dúvida sobre a circunscrição deliberada (ato de descartar, fazer esquecer, por exemplo, uma carta inconveniente), pois pode ser que o documentado amputado esteja na próxima ou na próxima.... caixa. Enfim, pensamos (talvez ingenuamente) que seria prudente ter um panorama geral destes conteúdos para um trabalho *sobre* o arquivo.

De qualquer forma, nunca tivemos a intenção de tomar o arquivo como objeto, mas de fazer uma pesquisa *no* arquivo, explorando seus papéis.⁴ Esta postura, no entanto, não permite desconsiderar que esse tipo de fundo de arquivo é portador de especificidades e o seu investigador precisa estar atento ao processo de auto-representação que implica o ato de colecionar os próprios registros cotidianos, pois “o arquivo pessoal é sempre organizado para anunciar e criar um pensamento, uma reflexão, uma história” (VENÂNCIO, 2001: 26; ARTIÈRES, 1998).

O plano inicial (“bem coisa de principiante”, dirão) era “possuir” vorazmente todo o arquivo (fotos e mais fotos para compor o nosso arquivo de pesquisa), e deixar que o arquivo nos sugerisse (e não impusesse!) as retas e as curvas de uma vida. A face de maior visibilidade é a do seu percurso profissional, a imagem de investigadora, professora e administradora (falamos dos documentos relativos às diversas atividades e cargos exercidos). Há material concernente ao seu cotidiano familiar, ao seu estado de saúde, seus bens, mas o volume (o peso) é significativamente menor. Assim, foi o próprio trabalho *no*

⁴ Indicamos duas obras estimulantes em questões para estudos em um arquivo e para estudos sobre o arquivo: Travancas, Rouchou e Heymann (2013) e Farge (2009).

arquivo em sua desordem que nos remeteu para o processo de construção de si de sua autora.

No arquivo os termos “formação”, como processo cognitivo de aprendizagem, e “deslocamento” passaram a receber contornos de centralidade.

Ser historiador é ser também produtor de conhecimento, portanto, as interpretações historiográficas de Cecília Westphalen são fontes fundamentais. Nos manuscritos, nos rabiscos, nas diversas versões, observamos o jogo de interdições entre o publicável e o não publicável, e o que deveria ser ensinado. O material de sua Biblioteca,⁵ os inúmeros maços de papel milimetrado, os inúmeros números, exibem sua obstinação em dominar os meandros da pesquisa em história econômica e social quantitativa.

A correspondência coloca em cena sua constante movimentação, foram seus deslocamentos nacionais e estrangeiros que lhe permitiram criar uma extensa rede de sociabilidade,⁶ pulsada pelos diálogos historiográficos, apoios para publicação e divulgação de obras, tutelas de estudantes,

⁵ A Biblioteca Cecília Westphalen possui uma listagem de suas obras, mas por um mal entendido interno ela não é plenamente confiável. Positivamente, o trabalho de catalogação está sendo realizado.

⁶ A noção de “rede de sociabilidade” nos ajuda a refletir sobre os vínculos que Westphalen constituiu nos agrupamentos que fez parte. As redes, como indica Jean-François Sirinelli (2003; 1998; 1986), organizam-se em torno de interesses e afinidades difusas, de ordem intelectual, institucional, política, afetiva. Quando nos aproximamos do microcosmo universitário, as eleições podem ocorrer pelo estrito relacionamento profissional (pensando-o como estratégia de pertencimento que pode possibilitar ascensão na carreira), pelo desejo do trabalho conjunto; pela cumplicidade de orientações teórico-metodológicas e problemáticas partilhadas, e, o contrário, a oposição ao outro, a hostilidade a outras redes e as particularidades que as unem.

enfim, relações regidas por trocas intelectuais, institucionais e políticas que, inclusive, moldaram diferentes projetos, entre eles as linhas de pesquisa do curso de Pós-Graduação em História do Brasil na UFPR, a criação da SBPH e os textos em conjunto com Altiva Pilatti Balhana, Maria Beatriz Nizza da Silva e Adeline Daumard.

O mapeamento dos sujeitos que compuseram seu círculo de relações sociais nos sugere que seu arquivo é também domicílio dos outros. “Ardente de paixão”,⁷ foi em busca da compreensão das conexões entre pessoas, projetos e obras que fizemos pesquisa de campo em arquivos parisienses. Nos Archives Nationales *site* Pierrefitte-sur-Seine nossa mina de expectativas foi o Fundo Daumard. Neste lugar também coletamos alguns papéis sobre Fernand Braudel e sobre a EPEH/EHESS. Nos Archives Nationales *site* Paris, em uma experiência pouco comum para o formalismo francês, sozinha (e trancada!) em uma sala de depósito de documentação, conhecemos escritos, aparelhagem técnica e trabalhos gráficos de Jacques Bertin. Na Fondation Maison des Sciences de l’ Homme, pouquíssimo sucesso. Não localizamos nenhum fundo de arquivo pessoal de Ruggiero Romano e Frédéric Mauro, apenas alguns vestígios esparsos nos arquivos dos outros, principalmente na Biblioteca do Institut de

⁷ Segundo Derrida (2001: 118): “A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (*en mal d’archive*). Escutando o idioma francês e nele, o atributo ‘en mal de’, estar com mal de arquivo, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome ‘mal’ poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva”.

France no fundo Fernand Braudel, onde também encontramos Adeline Daumard e, alegremente, Cecília Westphalen.

Tardiamente chegamos aos arquivos da UFPR, em Curitiba. Há uma explicação. Esperávamos que a “conquista” da “Coleção Cecília Westphalen” fosse o suficiente. Se a paixão abrandar o raciocínio, a compressão do tempo exige atitude. Em um suspiro de lucidez, dirigimo-nos imediatamente ao DEHIS e ao Programa de Pós-Graduação em História. O trabalho de coleta se centrou nas atas das reuniões do DEHIS e do Colegiado da Pós-Graduação, documentos, poder-se-ia pré-julgar, de mera função administrativa, mas nos quais sentimos pulsar a vida cotidiana de professores de história. Este material, em condições aceitáveis de preservação, pode ser encontrado entre a Secretaria do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação. Sorte distinta tem as correspondências, planos de aula, planejamentos de curso, currículos, etc., que se converteram em caixas empoeiradas alocadas no sobrecarregado almoxarifado, ironicamente, situado no andar em que se ensina História. Este material sem suporte é praticamente um não arquivo, com seus papéis condenados ao desinteresse.

Foi um processo moroso de coleta, pois em decorrência dos longos períodos de greve do funcionalismo público tornou-se extremamente difícil conseguir agendar horários para pesquisa, apesar da boa vontade das secretárias. Foi entre este mesmo período, 2014 e 2015, que realizamos algumas entrevistas. Imprevedidas no plano inicial, elas também são o prolongamento da busca de arquivo em suas possíveis conexões com os outros. Ouvimos os testemunhos de Sergio Odilon Nadalin, Oksana Olga Boruszenko, Márcia Elisa de Campos

Graf, ex-alunos e colegas de trabalho de Cecília Westphalen, e Estevão Chaves de Rezende Martins, sócio fundador da SBPH. Nas entrevistas, com cerca de uma a duas horas de duração cada, esses historiadores narraram os momentos em que suas experiências profissionais ora se cruzaram ora se afastaram da trajetória de Westphalen. Partícipes da Reforma Universitária de 1968 e do processo de implantação da pós-graduação no Brasil, eles vivenciaram a formatação da especialização acadêmica da pesquisa histórica e na construção de sua identidade historiadora também circularam pelos encontros da ANPUH e da SBPH.

Em Paris, pudemos conversar com Antoinette Fauve-Chamoux e Jean-Pierre Blay. Pesquisadora da história da família orientada por Emmanuel Le Roy Ladurie, atualmente mestre de conferência na EHESS, a convite de Cecília Westphalen, em 1989, Fauve-Chamoux fez uma conferência na pós-graduação da UFPR, onde se surpreendeu com o desenvolvimento da história demográfica quando a área gozava de desprestígio na França. Blay, professor na Universidade Paris X - Nanterre, se doutorou na Universidade Paris I - Sorbonne sob direção de Adeline Daumard. Este historiador trocou cartas com Cecília Westphalen e ajudado por ela desenvolveu projetos de pesquisa no Brasil e também participou dos encontros da SBPH.

Narrativa de si e do outro, repleta de silêncio estratégico, lacunas e distorções próprias do esquecimento, esses depoimentos transformam-se em fontes qualitativas a partir das quais projetamos em Cecília Westphalen e seus papéis de arquivo as impressões, confissões e acertos de contas que eles relataram.

Como dissemos, não exercemos o poder *arcôntico* do arquivo pessoal de Cecília Westphalen e do nome *arquivável* Cecília

Westphalen, não obstante nosso explícito “mal de arquivo”, mas oferecemos uma interpretação do seu processo de construção de si tendo como *locus* de produção o seu acervo pessoal nas conexões com os de outros. Esta interpretação está organizada em quatro capítulos.

Dentro da demarcação temporal escolhida, o primeiro capítulo inicia-se em 1984 para retornar a idos de 1950. Este movimento é orientado pelos artigos de Westphalen sobre a história da historiografia paranaense, apresentados no início dos anos 1980. Indagamos os posicionamentos da historiadora quanto às condições de possibilidade de escritura de uma história da historiografia brasileira, logo, interessa-nos suas considerações e orientações para essa área de estudos. Circunscrevendo-nos em alguns eventos acadêmicos das décadas de 1970 e 1980 e buscando mapear os caracteres que a noção de historiografia carregava consigo, pesquisamos como a questão foi posta pela historiadora no meio acadêmico e quais foram seus mais diretos interlocutores. O termo historiografia parece ter tido como direcionamento a história da disciplina e como centro de interesse as competências que abarcam a profissão de historiador.

A análise dessa conjuntura historiográfica nos encaminha para a compreensão do processo de construção para si de um lugar historiográfico, quando propomos ler os artigos sobre a historiografia paranaense como “discurso de justificação”, pois neles notamos que Westphalen procurou erigir uma identidade historiográfica a partir de sua auto-localização no momento de guinada científica da História no Paraná, desconsiderando suas primeiras incursões ao passado. De tal modo, fecha o capítulo a interrogação a respeito do não-dito na construção do seu modo

de ser historiadora, ou seja, analisamos como foi fabricada sua primeira produção historiográfica, em 1953, que situação política e quais diálogos tornaram-na possível. Questões que entrelaçam a sua formação no Curso de História e Geografia na UFPR e sua experiência como professora de ensino secundário e nos orientam na compreensão da mudança da operação historiográfica entre 1950 e 1970. A normatização do campo historiográfico passava a ser configurada a partir do meio universitário, assim trata-se de analisar como esta historiadora atuou na reconfiguração do espaço social de produção do conhecimento historiográfico.

No segundo capítulo colocamos em perspectiva crítica a ressignificação que Westphalen fez de seu percurso intelectual a partir de sua experiência historiográfica francesa entre 1958/59, quando passou a compor sua identidade como historiadora afiliada às práticas *annalíticas* da história econômica e quantitativa. Por meio de sua correspondência pessoal com Altiva Pilatti Balhana e com Fernand Braudel, desejamos tornar complexa a narrativa do seu *tournant historiographique* desnudando seu processo de aprendizagem da prática. Retornamos a sua vivência acadêmica na Universidade de Colônia, Alemanha Ocidental, e a divulgação da tese *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal*, com as críticas a ela tecidas. No rastro das suas descobertas, frustrações e avaliações historiográficas, o foco do capítulo são os seus deslocamentos de 1958/59 e 1970 – ano de regresso a VI^a Section de l’EPHE à procura de orientação metodológica e apoio técnico para seu projeto sobre as relações comerciais no porto de Paranaguá, no Paraná -, e a formação de uma rede de sociabilidade nacional e internacional, fundamental para dar suporte às suas escolhas.

No “entremeio” destes dois tempos de diferentes experiências historiográficas, voltamos à particularidade do meio acadêmico brasileiro para analisar como Westphalen significou o encontro historiográfico com Fernand Braudel na prática do seu ofício no DEHIS da UFPR (a implantação de um Seminário de História, de projetos de pesquisas e a condução da disciplina Introdução à História), e o seu engajamento na criação da APUH, em 1961. Baliza de um novo tempo da historiografia brasileira, o tempo de se praticar história com “espírito científico”.

O terceiro capítulo investiga a expressividade da rede de contatos profissionais forjada entre 1958/59 e 1970 no momento de formação dos primeiros mestres em história econômica e demográfica do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPR, instituído em 1972. Analisamos as condições políticas e intelectuais de formatação do Curso de Mestrado e buscamos compreender a configuração dos múltiplos encargos que passam a ser atribuídos aos professores pós-titulação, um conjunto de “atividades de poder” pouco enfatizadas no processo de formação no *métier*. Neste capítulo também perseguimos os deslocamentos de três mestres saídos do programa. Recebedores de investimento departamental, eles direcionaram-se à Paris a fim de realizarem um rápido Curso de Doutorado e em sua correspondência compartilharam com Westphalen e Balhana suas experiências historiográficas com Louis Henry, Jacques Bertin, Frédéric Mauro, Adeline Daumard e outros. Contatos foram estrategicamente ajustados e uma rede de estudos formou-se no tráfego de Curitiba à Paris e vice-versa.

O desenvolvimento do Curso de Mestrado é articulado ao campo educacional da década de 1970. Se de um lado, com a

Reforma Universitária, a política universitária do regime militar forneceu subsídios para a formação do historiador pesquisador, sofisticando a historiografia brasileira com a pós-graduação, de outro, a vigilância ao ensino, a Licenciatura curta em Estudos Sociais, as aposentadorias compulsórias e a censura de obras tumultuaram o período. Nessa conjuntura, Cecília Westphalen ocupou diferentes e diversos cargos de comando, seja dentro da universidade, seja no governo estadual ou federal. O que nos instiga a questionar, no quarto capítulo, a relação entre sua proximidade com o poder político e seu afastamento do grupo historiográfico dominante. No polêmico Simpósio Nacional de 1977, Westphalen rompeu com a associação que ajudou a formar e crescer, a ANPUH. A trama deste rompimento colocou em debate a concepção do papel social do historiador com o seu tempo presente.

No desdobramento deste episódio, Westphalen, que também perdeu a situação de liderança inequívoca no Departamento de História da UFPR (já se formavam visíveis frentes de “oposição à Prof^a. Cecília”), precisou criar um novo espaço de sociabilidade intelectual e produção do conhecimento. Com Maria Beatriz Nizza da Silva, fundou a SBPH, em 1981. Interrogamos o *modus operandi* de seu novo lugar, os princípios que o norteavam e analisamos a parceria feminina no trabalho conjunto de produção do conhecimento. Lugar de onde esboçamos as flutuações historiográficas relacionadas à conjuntura de diversificação dos temas e objetos e também de onde acompanhamos os diagnósticos pessimistas de Westphalen sobre o campo historiográfico no fim do século XX.

Em 1998, a historiadora, aposentada da universidade e com o enfraquecimento interno de sua figura pelos novos grupos

que se formavam no DEHIS, fora do maior espaço de circulação acadêmica, a ANPUH, e tendo como principal reduto a SBPH, com poder de alcance mais reduzido, e o IHGB, pouco quisto pelos historiadores universitários, publicou o *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Passados dois anos, num cenário agravado pela instabilidade de sua saúde e pelo mal de Alzheimer de Altiva Balhana, para quem direcionava seus cuidados, relançou a sua abandonada tese de cátedra sobre Carlos V.

O mesmo campo historiográfico que admitia, no final do século XX, a valorização da ação, da intencionalidade e subjetividade dos indivíduos, parece reticente à análise ancorada na história econômica estatística e serial, desenvolvida com a potencialidade dos *softwares* e com pose de objetiva. Com esta imagem do contexto intelectual, supomos que a obra, que simboliza uma vida dedicada ao estudo do porto e suas flutuações econômicas, não obteve a almejada consagração. Contribuição, talvez, um pouco tardia, algo como uma obra “fora de lugar” em meio aos outros tipos de escrita da história que então dominavam.

Em busca de um “lugar” historiográfico

Em 1984, Charles-Oliver Carbonell, presidente da Comissão Internacional de História da Historiografia,⁸ fez

⁸ A Comissão Internacional de História da Historiografia ou Comissão de História da Historiografia (visto que se encontram as duas denominações) teve origem em Bucareste no interior do encontro do Comitê Internacional de Ciências

uma conferência na Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Explanou sobre seu campo de pesquisa: história da historiografia francesa.⁹ Sua fala centrou-se nas mudanças ocorridas desde 1970 na paisagem historiográfica francesa que teriam provocado a “crise” da Nova História.

Carbonell (1985) iniciou expondo um paradoxo, no mesmo momento em que Fernand Braudel entrava para a Academia Francesa, quando a “longa duração tornava-se imortal”, acirravam-se as contestações à história que ele praticava. As críticas dilacerantes aos domínios pioneiros da história quantitativa haviam tocado a história econômica e social. Segundo Carbonell (1985: 297), a nova Nova História se tornou tão revisionista que se afastou da “era braudeliana” e por vezes parecia reencontrar as delícias de uma “*rétrohistoire*” - a história combatida por Marc Bloch e Lucien Febvre por meio, sobretudo, da fundação da revista *Annales*.

De um lado ganhava terreno a historiografia da contestação, aquela que denunciava o apelo midiático, o primado das massas, o economicismo, a desconfiança do político pelos *Annales*;¹⁰ e

Históricas, em 1980. Na ocasião e por aquele grupo de participantes, a história da historiografia teria sido reconhecida como disciplina. A partir de então, sob a liderança de Carbonell fundou-se um grupo que tinha como objetivo legitimar e divulgar as potencialidades investigativas desta nova área e galgar espaço institucional (GUIMARÃES, 2011: 21).

⁹ *Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens française*, tese defendida por Carbonell em 1976, é considerada a primeira obra em história da historiografia na França. Em 1981, Carbonell publicou na coleção “Que sais-je?” a obra *L’Historiographie*, espécie de marco do esforço para tornar a historiografia uma disciplina em seu país (cf. RODRIGUES; NICOLAZZI, 2012).

¹⁰ Os elencados por Carbonell foram: Hervé Coutau-Bégarie, *Le Phénomène Nouvelle Histoire* (1983); Jean-Paul Aron, *Les Modernes* (1984); Guy Bourdê e Hervé Martin, *Les Écoles Historiques* (1983).

de outro proliferavam as reimpressões dos grandes trabalhos de erudição dos séculos XVIII e XIX. Qual seria o sentido dessa movimentação? Em que termos a reimpressão de *Histoire de France* representaria o retorno da história escrita por Ernest Lavisse? (CARBONELL, 1985: 299).

O “retorno do pêndulo” era visto com clara desconfiança por Carbonell. A chamada “volta” da biografia, a multiplicação das monografias locais, o sucesso da história política e militar, eram largamente apreciadas pelo grande público, mas colocavam em xeque o papel social da velha Nova História. Pois a história, “ela deve dar aos poderes sua legitimidade, aos grupos suas raízes e sua identidade” (CARBONELL, 1985: 299, tradução nossa). No entanto, dilacerada, eclética, sem fronteiras definidas, tendo sua cientificidade posta em suspensão, como exerceria seu papel social?

Eis como se acinzentava a paisagem francesa pincelada por Carbonell. A velha Nova História estaria em uma encruzilhada: deveria assumir este estado de mudança e nisso procurar evoluir ou “ela deveria, fiel à suas técnicas sofisticadas e sua preocupação de cientificidade, se fechar em uma insularidade cultural inebriante, mas culturalmente estéril?” (CARBONELL, 1985: 299, tradução nossa).

Carbonell, como historiador marcado pela velha Nova História e imerso nessa insularidade, considerada inebriante, não conseguiu sugerir um caminho para a superação do aparente impasse, como historiador da História esforçou-se para colocar a “crise” em questão estimulando os participantes a refletir sobre ela. Cabe perguntar, entretanto, porque essa conferência de Carbonell seria tão significativa aos historiadores brasileiros?

Cecília Westphalen, correspondente de Carbonell,¹¹ certamente ouvira a conferência com entusiasmo, já que Carbonell tratava das escolhas que ela fizera outrora, ou seja, do seu direcionamento historiográfico à história econômica, baseada em métodos estatísticos e quantitativos, à *la Annales*. Westphalen era uma dentre os diversos historiadores brasileiros que foram fazer estágios de aperfeiçoamento e cursos de Pós-Graduação na VI^a Section de l'École Pratique des Hautes Études (EPHE), reduto braudeliano em Paris, e assim inspiraram-se na perspectiva *annalítica* de compreensão da história. Durante as décadas de 1960 e 1970, filiações desse gênero influenciaram os currículos dos cursos de graduação e o surgimento das pós-graduações em História. Por essas razões, a exposição de Carbonell acerca dos nós daquela historiografia repercutiu sensivelmente entre os herdeiros brasileiros.

Com essa conferência, Carbonell também divulgava um campo de pesquisa em ascensão na França, a história da historiografia, nascida no seio das contestações ao estatuto científico da disciplina, quando a História foi desafiada a fazer sua autoanálise. A partir da década de 1970, obras como a de Michel de Certeau, Paul Veyne e Henri-Irénée Marrou sobre a escrita da história e o conhecimento histórico, tornaram-se o ponta pé inicial para a abertura da caixa de Pandora das interrogações sobre a identidade e legitimidade da História.

¹¹ Westphalen e Carbonell trocaram cartas em razão de convites e auxílios em pesquisa. Logo após o evento da SBPH convinha a reciprocidade do convite, então, Westphalen foi à Université Paul Valéry de Montpellier em 1985. Em razão da data comemorativa de 1989, Carbonell contou com a ajuda de Westphalen em sua pesquisa sobre a situação do ensino da Revolução Francesa no Brasil. E assim seguiram-se as trocas de presentes de papel, de livros.

Aclarava o horizonte para a epistemologia da história, domínio clássico da reflexão filosófica até então minorado pela história como ciência social (NOIRIEL, 1998: 210-211).¹²

Devido à vinda de Carbonell, a SBPH propôs refletir sobre a história da historiografia. Organizaram-se duas mesas-redondas, uma foi comandada por Maria Beatriz Nizza da Silva, professora titular de Teoria e Metodologia da História da Universidade de São Paulo (USP), e debateu sobre “História Comparada da Historiografia”;¹³ e a outra por Cecília Westphalen, professora de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Paraná (UFPR), denominada “Historiografias regionais”.¹⁴

¹² A primeira edição da reflexão de Marrou sobre o conhecimento histórico é de 1954, mas ela recebeu maior circularidade na conjuntura historiográfica da década de 1970 quando a obra foi publicada em formato de livro de bolso, em 1975. No final da década de 1980 também começavam a circular entre nós reflexões preocupadas com a epistemológica da história. Poder-se-ia citar a publicação de Manoel Luiz Salgado Guimarães, *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*, de 1988. A respeito de Guimarães ver Dossiê “A história em questão: diálogos com a obra de Manoel Luiz Salgado Guimarães” da revista História da Historiografia.

¹³ Participaram: Nachman Falbel (USP) com o texto *Questões e aspectos da historiografia judaica*; Ricardo M. Gonçalves (USP) com o texto *Um historiador da decadência no Japão Medieval: Jin (1155-1225)*; Humberto Baquero Moreno (Universidade do Porto) com o texto *A historiografia portuguesa*; Estevão de Rezende Martins (UnB) com o texto *Tendências atuais da historiografia alemã* e Augustin Werner (USP) com o texto *Metodologia, teoria e história da historiografia na República Democrática Alemã*. Esta mesa-redonda projeta uma preocupação interessante, um tipo de história cruzada da historiografia internacional. Segundo a idealizadora “Os estudos historiográficos vêm sendo feitos, nos vários países, de uma forma predominantemente nacional e chegou o momento de se pensar numa história comparada da historiografia que permita analisar as semelhanças e diferenças nas várias maneiras de fazer o exame dos historiadores do passado” (NIZZA DA SILVA, 1985: 33).

¹⁴ Participaram: Arthur Reis (UFRJ) com o texto *A Amazônia na história regional do Brasil*; Nanci Leonzo (USP) com o texto *A historiografia paulista*; Cecília Westphalen (UFPR) com o texto *Momento da historiografia paranaense*; Walter Piazza (UFSC) com o texto *Historiografia regional: o caso de Santa Catarina*; Maria Augusta de

Nesta mesa, Westphalen expôs o texto *Momentos da historiografia paranaense*, o qual será nosso ponto de partida para indagarmos os posicionamentos de Westphalen quanto às condições de possibilidade de escritura de uma história da historiografia brasileira, logo, interessa-nos suas considerações e orientações para essa área de estudos. Circunscrevendo-nos em alguns eventos acadêmicos das décadas de 1970 e 1980, pesquisamos como a questão foi posta pela historiadora no meio acadêmico e quais foram seus mais diretos interlocutores. A análise desta conjuntura historiográfica nos encaminhará para a compreensão do processo de construção de um “lugar para si” na história da historiografia paranaense. Fecha este capítulo a interrogação a respeito do não-dito na construção de sua identidade historiadora, para tanto, questionamos como foi fabricada sua primeira produção historiográfica, em 1953, que situação política e quais diálogos tornaram-na possível. Questões que entrelaçam a sua formação no Curso de História e Geografia na UFPR e sua experiência como professora de ensino secundário e nos ajudam a compreender a mudança da operação historiográfica entre 1950 e 1970.

Por uma história das historiografias regionais

É possível conceber uma obra de historiografia brasileira sem antes conhecer as historiografias regionais? Cecília Westphalen (1985: 51) considerava a escrita de uma historiografia nacional

Sant’Ana Moraes (UFG) tratou da historiografia goiana e Sonia Siqueira (USP) da historiografia do Vale do Paraíba, estas duas não publicaram seus textos nos Anais.

um erro metodológico, pois para se alcançar um “quadro completo da historiografia brasileira” seria imperativo o “conhecimento das historiografias regionais brasileiras”.

Essa proposição, dita na década de 1980,¹⁵ insinua certo grau de discordância quanto à história da historiografia nacional até então produzida. Não há nas linhas sobre historiografia paranaense¹⁶ enfrentamentos diretos aos contemporâneos José Honório Rodrigues (1913-1987), José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000) e Francisco Iglésias (1923-1999),¹⁷ mas uma sutil repreensão: “limitar o campo de estudos é, por ventura, diminuir a História? Reduzir seu campo de operação, não seria mais eficaz e produtivo? Não seria, sobretudo, uma metodologia, uma estratégia operacional?” (WESTPHALEN, 1. *Historiografia paranaense*, [198-]).

Diminuir a escala de análise, evidenciando as diferentes historicidades das historiografias regionais, seria a metodologia mais prudente, diga-se científica, para compor um quadro do “estado da arte” em nível nacional. Em outra perspectiva, com o estudo das particularidades regionais seria possível fomentar

¹⁵ Dita, pois foi pronunciada em diferentes espaços. Na já citada mesa-redonda da Reunião Anual da SBPH de 1984 e na sessão de posse como sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1983.

¹⁶ Além dos textos apresentados na SBPH e no IHGB, trabalharemos com algumas anotações encontradas no seu acervo pessoal depositado no Arquivo Público do Paraná por apresentarem acréscimos e supressões aos textos que foram publicados.

¹⁷ Nas anotações de Cecília Westphalen estes autores foram relacionados como produtores de uma história da historiografia nacional (WESTPHALEN, 1. *Historiografia paranaense*, [198-]). Cabe ressaltar que neste mesmo período outros historiadores construíram interpretações sobre a historiografia brasileira, entre eles: Carlos Guilherme Mota (1941-); Nilo Odália (1929-2004); Pedro de Alcântara Figueira ([19--]) (cf. GUIMARÃES, M., 2005; GUIMARÃES, L., 2011; ANHEZINI, 2015: 4-21).

a discussão sobre os descompassos no progresso da História como disciplina.

Para Westphalen (abr.-jun. 1984: 109), a tarefa da historiografia consistia em

[...] retrazar e explicar o movimento cumulativo, feito de aquisições, de correções, de aprofundamentos, de progressos que, só eles, podem dar à História o seu estatuto de ciência, ou pelo menos valor de conhecimento científico.

Nessa compreensão do sentido de se fazer uma história da historiografia, o historiador deveria demarcar quando, no Brasil, a História tornou-se um saber regulamentamente científico e, enfim, em sintonia com as grandes linhas do pensamento histórico ocidental.

Todavia, a aplicação desse princípio para avaliar a história da historiografia nacional, que partiu da leitura de Eduard Fueter,¹⁸ denunciou uma fase de desvio no processo cumulativo do saber histórico. Na direção interpretativa proposta por Westphalen (1972: 37, grifo da autora), a pesquisa histórica surgida com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, estava plenamente entrosada com a “Escola Histórica Alemã que colocava no *documento* e na *crítica* os acentos que permitiriam à História tornar-se científica”. Karl F. Ph. von Martius, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, teriam permanecido nesta boa direção. Mas, no início do século

¹⁸ Fueter, historiador suíço, escreveu *Geschichte der neuen Historiographie* publicada em 1911. Na obra de Fueter, segundo Valdeci Araújo (2014: 310), “encontramos uma narrativa triunfal da emergência dos padrões modernos da disciplina histórica. [...] tratava-se de um relato teleológico que avaliava as historiografias do passado a partir desse projeto de cientificação” (cf. FUETER, 1953).

XX os historiadores brasileiros não teriam tomado consciência da “crise da História”, dos grandes movimentos na ordem do conhecimento (essencialmente franceses): a fundação da *Revue de Synthèse Historique* e os “debates e combates” do grupo dos *Annales*. Assim, “apesar” de Capistrano, “à medida que a História do Brasil se tornava positivista” ocorria um “esclerosamento” da historiografia brasileira. Esta historiografia, praticada por eruditos sem formação específica, tomou as Faculdades de Filosofia (a USP seria a exceção desta regra, já que foi beneficiada com a missão de docentes estrangeiros) e as consequências dessa ocupação foram “o marasmo, a ausência de pesquisa e uma produção fragmentária” (WESTPHALEN, 1972: 39). Ponderando a produção historiográfica brasileira essencialmente a partir de um projeto de cientificação do discurso histórico, o período alcunhado de “marasmo” foi avaliado negativamente, pois na sua materialidade residia a impossibilidade de representar o progresso contínuo da história.

Não obstante tímidos avanços, balbucios de uma nova atitude na prática historiográfica começaram verdadeiramente a se consolidar a partir do “I Simpósio dos Professores Universitários de História”, ou seja, somente nos anos 1960. Mas, para Westphalen (1972: 39), no diagnóstico daquele presente, eram ainda insuficientes. “Enfim, a Universidade Brasileira ainda não deu a sua grande contribuição à História do Brasil”, sentenciou a historiadora.

Diante desse veredicto, compor a história da historiografia brasileira teria a mesma complexidade de se fazer a História do Brasil. A questão é antiga e foi capital para Cecília Westphalen. Segundo sua percepção, o projeto de von Martius ainda não

tinha sido satisfatoriamente desenvolvido, desviou-se daquele propósito pela incompreensão do que seria a história nacional.

Martius apresenta a sua proposta no sentido de como se deve escrever a história do Brasil: devem ser tratadas conjuntamente aquelas porções do País que, por analogia da sua natureza, pertencem umas às outras. Martius observa, assim, que a história do Brasil é constituída por um conjunto de histórias regionais, caracterizadas pela ocupação do território e pela formação de comunidades (WESTPHALEN, 1988: 701).

Retomando aquele projeto numa tentativa de clarificá-lo e colocá-lo novamente na agenda histórica, Westphalen (jun. 1977: 30) explicitou que: “ a formação da sociedade brasileira [...] foi um conjunto de formações regionais que nasceram e se desenvolveram quase auto-suficientes, isoladas, com motivações diversas, e criaram estilos de vida diversos em regiões geográficas diversas”. Dialogando com Brasil Pinheiro Machado (1907-1997), professor de História do Brasil na UFPR, leitor de von Martius e João Ribeiro, ela argumentava que a história nacional era formada pela história das comunidades regionais.

Uma das insuficiências da pesquisa histórica no Brasil era a “visão nacional em detrimento de análises regionais”, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (jan. 1983: 45-50). Como Westphalen, e na mesma década (1980), ela denunciou a problemática do status (títulos que se apresentavam como “nacionais” eram mais atrativos ao mercado editorial) e da generalização de uma escrita do Brasil a partir de regiões determinadas, como São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro - princípio que se cruza com a escrita

da história da historiografia brasileira. Essas deficiências eram o centro das insuficiências do conhecimento histórico nacional, pois temas permaneciam obscuros e toda uma gama de fontes regionais continuava aguardando tratamento e exploração.

Compor a síntese nacional e fazer a história desta produção, compreendida como uma história total da historiografia brasileira, era um desafio que passava pelo treinamento de pesquisadores profissionais conscientes das ferramentas operatórias do ofício, daí a inter-relação entre historiografia, síntese nacional e pesquisa histórica, conforme concebiam as duas historiadoras.

Em 1971, os temas “historiografia brasileira” e “pesquisa histórica no Brasil”, foram objetos de debates no “Encontro Nacional de Estudos Brasileiros, I Seminário de Estudos Brasileiros” promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Em torno dos textos *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*, de Alice Piffer Canabrava (1911-2003), *A Pesquisa Histórica no Brasil*, de José Eduardo Mauro ([19--]-), e de uma apresentação bibliográfica de Nícia Vilela Luz ([19--]-), todos professores na USP, organizou-se uma mesa de estudos que contou com comentários, avaliações, discordâncias, correções e direcionamentos, tecidos por profissionais brasileiros e estrangeiros versados no ofício do historiador, ou seja, professores diplomados e titulados, inseridos em instituições de ensino e construtores de interpretações históricas.¹⁹

¹⁹ Participaram da mesa-redonda com comentários: Frédéric Mauro, Francisco Iglésias, Richard Graham, Cecília Westphalen, Manuel Correia de Oliveira Andrade, Sérgio da Costa Franco, Antonieta de Aguiar Nunes, Emília Viotti da Costa, Elzio Dolabela e Sérgio Buarque de Holanda.

O período era oportuno, os cursos de graduação em História eram uma realidade consolidada (SILVA, N. ; FERREIRA, M., 2011: 283-306), os historiadores possuíam espaços dedicados à sociabilidade intelectual, havia revistas especializadas para a circulação do conhecimento. O período também era pertinente, com a Reforma Universitária, iniciada em 1968, os programas de pós-graduação estavam em curso de implantação.

Assim, no exercício de uma reflexão retrospectiva e prospectiva conjunta, colocou-se em pauta o desenvolvimento do texto histórico; a emergência do que consideravam ser a moderna escrita da história;²⁰ do historiador experimentado no rigor do método e das Faculdades de Filosofia; as carências curriculares na formação do pesquisador; as insuficiências das bibliotecas; as áreas pouco claras e inexploradas da história brasileira em função dessas deficiências e acrescidas do descaso público com os acervos documentais. A quem cabia a competência pela gestão de Arquivos e Centros de Documentação? Por que os pesquisadores estrangeiros eram aqueles que mais produziam em História do Brasil?²¹ Como estimular o intercâmbio entre pesquisadores? Como estreitar o diálogo com as demais ciências

²⁰ Para Canabrava (1972: 7, grifo da autora), “o que distingue a moderna historiografia brasileira das tendências que a precederam é a compreensão de uma História colocada no centro das ciências do Homem e no universo da História geral”. Entre os participantes do encontro, Capistrano de Abreu aparece como marco dessa transição, selando um consenso que vinha sendo construído pelo menos desde 1950 com Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues (cf. ANHEZINI, 2015: 239-251; GONTIJO, 2011). A constituição de Capistrano como “pai da historiografia brasileira” foi interpretada em: Gontijo (2013).

²¹ O ponto de vista de Iglésias (1972: 34) é exemplar desse questionamento: “Dá certo mal-estar, porém, a lembrança de que eles podem fazer mais que nós, pelo superior equipamento de que dispõem, pelos recursos materiais e financeiros, pela boa formação para o ofício”.

sociais e executar projetos interdisciplinares? Estas questões e aquelas preocupações transpassaram a mesa de estudos e nos revelam uma profunda tentativa de exame crítico da profissão de historiador.

No que tange à forma de fazer a história da historiografia, é interessante aproximarmos o roteiro de Canabrava aos artigos sobre historiografia paranaense de Westphalen. Ambas partiram de critérios cronológicos para expor o desenrolar da historiografia, suas sínteses relacionam os textos a fases da história, a acontecimentos. Se “a historiografia paranaense surge com os próprios documentos do século XVI. Cabeza de Vaca, Hans Staden e Ulrich Schmidel” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 106), a primeira fase da História brasileira é marcada “quanto à documentação, da Carta de Pero Vaz de Caminha ao *Diário de Navegação* (1830/32) de Pero Lopes de Souza” (CANABRAVA, 1972: 4). Estes documentos representam o início do conhecimento sobre o desenvolvimento histórico do Brasil, para Canabrava, do Paraná, para Westphalen. Elas apontaram as obras dos contemporâneos e as que, segundo elas, posteriormente escritas tornaram-se referência para o estudo daquele período (“autores básicos” para aquele momento). Compreendiam que os relatos de viagens, relatórios de oficiais, os ensaios, as obras de eruditos faziam parte de uma determinada cultura histórica, eram produto de um tempo histórico, por isso deviam figurar em um balanço historiográfico.

Observa-se o cuidado com as classificações, as autoras em seus textos buscaram demarcar quando foi plantado o germe da prática especializada, quais obras possuíam critérios para coleta e análise das fontes e apresentação da escrita,

que autores dialogaram com as demais ciências sociais, quais utilizaram metodologias tidas como modernas e, dentro dessa historiografia, quais obras se tornaram referência, dividindo-as por temas ou esferas do conhecimento, como história econômica, social, política, escravidão, imigração, historiografia brasileira.

Mas quanto à apreciação da historiografia nacional pós Capistrano de Abreu, Canabrava não concordava com a avaliação de um tempo marcado pelo marasmo e penumbra na produção historiográfica. Se ela pôde concordar com Westphalen quanto ao atraso dos historiadores brasileiros na tomada de consciência dos problemas conceituais e metodológicos propostos pela *Revue de Synthèse Historique* e pelos *Annales*, não compartilhou da avaliação negativa feita em função desta falta de sincronia. Segundo Canabrava (e em resposta direta à Westphalen), devia-se “à História historicizante numerosas obras fundamentais sobre o nosso passado, que permanecem insubstituíveis como instrumentos de trabalho para o pesquisador” (CANABRAVA, 1972: 48). Para ela, não se colocaria no mesmo patamar uma obra escrita por um erudito e uma obra escrita por um amador. Esta flexibilidade avaliativa esquivava-se ao projeto de cientificação da história, ao enquadramento e subjugação da produção a um *ethos* acadêmico instaurado pós-1930 com a institucionalização da disciplina.

Aguçando o debate, Francisco Iglésias se colocou em desacordo com o roteiro de Canabrava no que toca ao critério de citar documentos como historiografia. “Historiografia é uma obra de História, um escrito de natureza histórica. [...] História é o fato, o acontecimento, a instituição, o cotidiano; historiografia é o seu relato, descrição, análise”, arguiu Iglésias (1972: 23).

Como Iglésias não definiu o que compreendia como “relato, descrição e análise”, sua explanação acaba soando ambígua, pois, se o relato e a descrição podem ser nomeados como historiografia, por que a Carta de Perto Vaz de Caminha não seria historiografia? Todavia, não é prudente medir seu posicionamento somente por essas frases. Na completude do seu comentário à Canabrava (que tomou a forma de um texto de exposições conceituais sobre a historiografia, a prática e a identidade do historiador), Iglésias sugere que a historiografia é um estudo deliberadamente composto para figurar como obra histórica. De tal modo: “Não seria o caso, porém, de dividi-lo em partes, uma sôbre os documentos oficiais, uma sôbre os religiosos, uma sobre descrições da realidade social e econômica e outra sôbre a historiografia pròpriamente?” (IGLÉSIAS, 1972: 25).²²

A insistência na precisão do objeto de estudo (a historiografia) se esclarece pelo desejo em informar o direcionamento da produção de uma história da historiografia brasileira, esta deveria ser “o estudo dos livros que já se escreveram sôbre a História do Brasil” (IGLÉSIAS, 1972: 23).

²² Na obra inacabada *Historiadores do Brasil*, Iglésias defrontou-se novamente com a problemática das classificações, essenciais, sem dúvida, para o aprimoramento conceitual do campo de pesquisa. Assim, o primeiro momento da periodização da historiografia brasileira coincidia com o acontecimento fundador do Brasil, a ocupação portuguesa de 1500. No entanto, as obras que se circunscrevem entre 1500-1838 foram consideradas fontes de informação para a laboração da história, “mais crônicas históricas que história, mais fontes que obras elaboradas” (IGLÉSIAS, 2000: 23). Não sendo classificado como historiografia, o primeiro momento poderia ser suprimido? Segundo a tese de Alessandra Santos (2013: 270), essa periodização faz parte da compreensão histórica de Iglésias, atento a capacidade teórica interpretativa da mudança ele percebia o período de 1500 e 1838 como “preparação necessária das mudanças que ocorreriam depois” com a fundação do IHGB.

Portanto, colocando-o em diálogo com o texto de Westphalen, ele estaria na contramão do acento sobre a especificidade regional como estratégia para produção de uma história total da historiografia brasileira.

Neste feixe de compreensão, o cerne era a delimitação do campo historiográfico. Para Iglésias (1972: 33), era preciso que o historiador tivesse clareza da sua área de atuação e assim se munisse das “modernas técnicas de pesquisa” para sua produção historiográfica. Estas seriam as bases para qualquer trabalho científico, ou seja, retornamos a problemática da formação qualificada do pesquisador.

A História é uma “tarefa científica, séria, objetiva” e requer “a formação de pesquisadores profissionais”, o primeiro conjunto de aspas é de Iglésias, o segundo é de Westphalen. Ambos parecem acordar que o par “pesquisa empírica e método histórico” era o pilar da ordem de preocupações daquelas décadas. Num golpe de perspectiva, um paradoxo parece se instalar nesse período. Visualiza-se o caminhar crescente para o primado da formação para a pesquisa em detrimento da formação pedagógica para o ensino básico, cuja área, estes atores históricos, acreditavam já estar razoavelmente atendida.²³

Lendo Iglésias (IGLÉSIAS, 1972: 33, grifos do autor):

Em primeiro lugar, a reformulação do currículo do curso de História das Faculdades de Filosofia. Criadas sobretudo para formar professores para o ensino secundário, vêm cumprindo razoavelmente a tarefa. Pouco têm feito, no

²³ Esta problemática da profissionalização científica da História e o distanciamento do ensino escolar é, em parte, levantada neste artigo: Fagundes (2014).

entanto, para preparo eficiente na formação de pessoas que se dediquem à produção historiográfica. Cumpre rever o quadro atual, de modo que dêsses cursos apareçam figuras realmente qualificadas para o ofício.

E Westphalen (1972: 40):

As Faculdades de Filosofia, preocupadas face às carências do meio com a preparação de professôres do ensino médio, nem sequer incluíram em seus currículos e programa estudos de metodologia histórica, e muito menos treinavam estudantes no método histórico. Bacharéis e Licenciados em História concluíam o curso superior sem jamais haver ouvido mesmo falar nos velhos Langlois e Seignobos (que a geração de Capistrano de Abreu, aliás, conhecia bem), e sem jamais haver entrado em um arquivo de interêsse para a História.

Percebemos que o balanço da historiografia brasileira e a análise do estado da pesquisa histórica no Brasil colocaram em pauta o futuro da disciplina. O “Encontro Nacional de Estudos Brasileiros, I Seminário de Estudos Brasileiros” foi uma oportunidade para estes dois historiadores, de relações cordiais a confiar na correspondência,²⁴ realizarem uma avaliação crítica da

²⁴ O principal tema da correspondência entre Westphalen e Iglésias era os relatórios para o CNPq. Westphalen, que também foi assessora do órgão, foi leitora de alguns dos textos avaliativos de Iglésias sobre a área de História. Os pedidos de indicações, “sugestões para cortes e acréscimos” eram recorrentes da parte de Iglésias. Da parte dele também, eram constantes os elogios na apreciação das obras que Westphalen lhe enviava de presente: “Gostei muito de seu estudo sobre a historiografia paranaense, o que mais me valeu para o meu propósito neste momento. Muito obrigada por tudo, cara Cecília” (IGLÉSIAS, 28 out. 1986). “Quero agradecer-lhe o generoso envio de seu último trabalho – O BARÃO DOS CAMPOS GERAIS E O COMÉRCIO DAS TROPAS. Fico feliz em ver que

história da disciplina institucionalizada nos meios acadêmicos, assim um dos principais alvos foi a grade curricular; espelho do passado da disciplina (no qual eles poderiam ver a si mesmos, já que foram frutos das primeiras Faculdades de Filosofia do país) cujo modelo não seria conveniente projetar ao futuro, pois eram outras as demandas na ordem do conhecimento, a disciplina sofisticou-se e não poderia tolerar amadorismo.

A superação do amadorismo, a militância pela sofisticação da pesquisa histórica (com ênfase para a metodologia) e a revisão dos currículos, embora temas latentes naquele presente não eram reivindicações propriamente novas, José Honório Rodrigues já as anunciava desde meados de 1940, após período de estudos nos Estados Unidos quando “questões acerca das teorias, métodos da história, filosofias da história e, principalmente, historiografia ou ‘história da história’, passaram a significar muito para Rodrigues” (FREIXO, 2011: 158). Seu nome fora contundentemente evocado por Iglésias, para o qual Canabrava teria reservado pouquíssimas linhas em seu roteiro, não fazendo jus a reflexão que Rodrigues até então empreendera sobre a produção historiográfica brasileira e os problemas da pesquisa histórica. Rodrigues ainda que presente por meio da sua produção intelectual não participou do evento, mas pôde ser ouvido pelos mesmos colegas dois meses antes na “XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)”, realizada em Curitiba, no mês de julho.

continua operosa, entregue às pesquisas e sabendo colocar os resultados em livros ricos de informação e interpretações sempre lúcidas. Salve, Cecília, a intelectual consciente, a historiadora exemplar” (IGLÉSIAS, 1 set. 1995). No acervo pessoal de Westphalen encontramos 11 cartas de Iglésias a Westphalen.

Era a primeira vez que a História, como uma das ciências sociais, estava entre as demais ciências. Para Iglésias (1971: 373) esta inserção sinalizava um

[...] verdadeiro marco na vida da História no Brasil, como também no das ciências, que assim dilatam seus horizontes. É a superação do quadro estrito do século XIX, com seus determinismos e falsos conceitos, que levaram as idéias empobrecedoras da realidade científica.

A História embora prima pobre das demais ciências sociais (Economia, Sociologia, Antropologia e Política), como a via Iglésias,²⁵ conquistava respeitabilidade, dava sinais de pertença aos demais setores do conhecimento que recebiam a nomenclatura de científicos. Em linhas gerais, era a oportunidade dos historiadores, como especialistas do passado, reivindicarem seu espaço como produtores de conhecimentos sobre a realidade social, colocando-se, portanto, como profissionais essenciais para o presente. Esta era uma questão de particular importância para Iglésias, pois um dos seus critérios de avaliação da história da historiografia era justamente o tratamento dado ao passado com intenção de melhor compreender o presente. Isto porque,

²⁵ Para Iglésias (1971: 374-375), a aproximação com essas disciplinas durante o processo formativo era fundamental para desenvolver no aluno capacidade interpretativa, visto que as ciências sociais ao penetrarem na realidade humana ofereciam modelos explicativos, instrumentos de interpretação. Assim, Iglésias também procurava conferir sentido ao termo “interdisciplinaridade”, por muitas vezes anunciado e defendido de modo impreciso. Como historiador vigilante da produção do presente e inveterado avaliador, em artigo de 1977 Iglésias começou a rever esta aproximação, pois a história ao invés de tirar proveito da interdisciplinaridade estava se transformado em escrava daquelas ciências (SANTOS, A., 2013: 227).

“a interpretação deveria ser encarada não como uma operação exclusivamente lógico-científica para o encadeamento dos fatos históricos, mas como uma atividade necessária para dar orientação segura ao presente” (SANTOS, A., 2013: 243).

O feito teria sido conquistado pelo Núcleo do Paraná da “Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH)”, cujo corpo em sua grande maioria era composto por professores da UFPR, ou seja, estavam sob as largas asas de Cecília Westphalen, para quem pessoalmente a conquista se estendia. Coube a Cecília Westphalen e Jair Mequelusse, ambos da UFPR, o relatório da mesa-redonda que a SBPC reservou à História, intitulada “Estado da Pesquisa Histórica no Brasil”,²⁶ que foi publicado na revista mais prestigiosa da área, a *Revista de História* da USP. Como se sabe, as revistas científicas assumem papel central no estabelecimento das bases que sustentam uma ordem disciplinar. Além de veículos de divulgação do conhecimento, numa linguagem bourdieusiana, elas representam instâncias de consagração, de vigilância dos princípios que regem a ciência em determinado tempo, o que confere as revistas o papel de cerceadoras e desencorajadoras de incursões em teorias e abordagens não inscritas na ordem científica estabelecida (BOURDIEU, 1983). Deste modo, poder-se-ia dizer que os temas tratados na publicação de Westphalen e

²⁶ Participaram da mesa como relatores oficiais: Eurípedes Simões de Paula, Alice Canabrava, José Honório Rodrigues, Francisco Iglésias, Brasil Pinheiro Machado, Altiva Balhana e Cecília Westphalen. Após os relatores oficiais fizeram comunicações: Célia Freire d’Aquino Fonseca, Gilka Vasconcellos Ferreira Salles, Anita Novinsky, Jeanne Berrance de Castro, Júlia Maria Leonor Scarano e Ana Maria de Almeida Camargo.

Mequelusse revestem algumas das ênfases requeridas no campo historiográfico brasileiro quando se realizou a reunião da SBPC.

No relatório salta aos olhos do seu leitor o nome de José Honório Rodrigues (1971: 358), presença contumaz intervindo em quase todos os textos apresentados. Seus comentários são por vezes encaminhamentos, para ele a “produção de uma historiografia realmente válida”, seria possível com a superação da ausência de consciência histórica no Brasil e a revisão no currículo do Curso de História, considerado “hermético” (RODRIGUES, J., 1971: 360). Quanto à primeira condição, ele se refere, mais especificamente, à ação contra a destruição de documentos de interesse para a História. Segundo Rodrigues (1971: 357), “a essência realmente de todo o problema da pesquisa histórica está no recolhimento, no controle, na salvação dos documentos”. No que tange à segunda condição, defende o direcionamento do currículo para a formação do pesquisador, tendo como núcleo central dos cursos a pesquisa em História do Brasil (RODRIGUES, J., 1971: 362).

José Honório Rodrigues é tido como o pioneiro nos estudos de historiografia brasileira (GUIMARÃES, M., 2005). A historiografia, para ele, teria um direcionamento pedagógico, seria um dos elementos capitais para formação do pesquisador, “uma vez que através dela os jovens estudantes poderiam aprender a escrever História corretamente, até mesmo com base no contato com os ‘grandes mestres’ do passado” (FREIXO, 2011: 158). Esse sentido pedagógico não difere da forma como Westphalen compreendia o papel da história da historiografia dentro de uma grade curricular. O mesmo se pode dizer quanto à percepção dos “problemas da pesquisa histórica”, o que assinala

o alto valor conferido à empiria e à metodologia para as avaliações que faziam do desenvolvimento da pesquisa histórica.

Quando Westphalen, por exemplo, propôs aos participantes da mesa-redonda que adotassem como bandeira comum a confecção de um Projeto Nacional de Levantamento de Arquivos, ela apelou diretamente ao presidente da ANPUH, Eurípedes Simões de Paula, e à José Honório Rodrigues, tal a representatividade deste ex-diretor do Arquivo Nacional e também a compatibilidade de opinião quanto ao principal desafio daquele presente, segundo eles. Desafio que soa como algo contínuo, talvez semelhante a um estigma do historiador no Brasil, já que recolhimento e catalogação de fontes foram princípios do IHGB no momento de sua instituição. Um dos pontos de distanciamento entre Westphalen e Rodrigues é a metodologia regional para se alcançar uma história total da historiografia brasileira. Quando, na mesa-redonda, Brasil Pinheiro Machado (1971: 363) apresentou o texto *A Pesquisa Histórica na Universidade Federal do Paraná*, em que explicitou o conceito de história regional como o estudo das comunidades regionais que constituem o Brasil, “haja vista que a formação da sociedade brasileira não foi a formação de uma sociedade unitária, indiferenciada, monolítica, monogenética”. Rodrigues observou que o modelo proposto, embora suficiente para uma universidade regional, comprometeria a ênfase na unidade nacional, ou seja, implicaria a compreensão da História do Brasil. Já vimos que Westphalen estende o modelo de Pinheiro Machado para a história das historiografias regionais, colocando-o como condição inicial para a composição de uma história total da

historiografia brasileira. Se postos face a face, suas orientações seriam, portanto, incompatíveis.

Seus itinerários, no entanto, se cruzariam novamente nesta mesma década e a partir de outro compromisso acadêmico. No “1º Simpósio Nacional sobre os Problemas de Pós-Graduação em História e da Historiografia Brasileira”, realizado em Brasília em 1976, um grupo de historiadores despertou a ideia de planejar um ante-projeto de lei para regulamentar a atividade de historiador.²⁷

O Projeto de Lei 2.647 foi apresentado à Câmara dos Deputados somente em 1983, mas de vida curta foi arquivado em 1989. Ele alude a “situação de precariedade” que os historiadores declaravam viver em âmbito profissional. Segundo o texto, a carência de normas explicadoras dos direitos e deveres comprometia o trabalho de preservação da memória nacional e do desenvolvimento educacional e cultural do país.²⁸ “Dada

²⁷ Professores participantes do ante-projeto: Aidyl de Carvalho Preis (Coordenadora da Pós-Graduação em História, UFF), Armando Souto Maior (Coordenador da Pós-Graduação em História UFPE), Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wight (Coordenadora, Projeto Leviathan, USP), Cecília Maria Westphalen (Chefe, Departamento de História UFPR), Corcino Medeiros dos Santos (Coordenador da Pós-Graduação em História UnB), David Gueiros Vieira (Chefe, Departamento de História UnB), Gabriela Martin Ávila (Professora de História, UFPE), Helga I. L. Piccolo (Professora de História, UFRGS), José Honório Rodrigues (Academia Brasileira de Letras e Professor da UFF), Luciara Silveira de Aragão Frota (Professora de História, UF Ceará), Luis Henrique Dias Tavares (Chefe do Departamento de História, UF-Bahia) e Maria Anunciada Chaves (Professora de História e Pró-Reitora, UF-Pará) e os alunos de Pós-Graduação em História – José Vicente Delgado (UnB), Tereza Negrão Cozzo (USP), Raul Silveira (UnB), Ronei Bacelli (USP), Constantino Agazzi (USP) e Geraldo Mártires Coelho (UFF) (cf. GUEIROS, 21 jun. 1977).

²⁸ No trecho da carta que David Gueiros, chefe da Comissão, enviou ao Ministro Arnaldo Prieto lemos como enfatizava o papel dos historiadores para a nação: “Enfim, Senhor Ministro, os historiadores brasileiros estão convencidos de que têm um grande papel a desempenhar na preservação da memória nacional, bem como no desenvolvimento educacional e cultural do Brasil” (GUEIROS, 21 jun. 1977).

sua relevância e significação para o país” não convinha que as atividades de ensino e pesquisa fossem “exercidas por leigos ou profissionais de outras áreas”. Numa reafirmação constante da utilidade da História, no sentido de que ela deveria servir ao país (e este parece ser o grande mote do convencimento público nesta sociedade sob governo militar), exigia-se a regulamentação da profissão.

Observamos então que há no projeto a tentativa de delimitar o ofício e atribuir competências; apenas ao “bacharel em História” portador de diploma reconhecido pelo Conselho Federal de Educação caberia a identificação de historiador. Notemos que o projeto na forma originária não contemplou o “licenciado em História”. Resultado de um pequeno equívoco, uma falta ou esquecimento consentido vinculado a um ideal específico voltado ao profissional bacharel? Questão para a qual não temos resposta, mas que denota, a nosso entender, que o progressivo interesse pela figura do pesquisador (por extensão do docente universitário) começava a deixar à margem as necessidades e direitos dos professores secundários. Se nos voltarmos para a lista dos integrantes da Comissão de Profissionalização do Historiador, não encontraremos alunos de graduação (futuros professores) e professores atuantes no nível secundário; a ausência na confecção do projeto se traduziu em vagas menções aos seus direitos.

Na cópia do Projeto de Lei 2.647/1983 que encontramos no acervo pessoal de Cecília Westphalen há um largo grifo de caneta no inciso III do artigo 3º, este delibera a quem competiria o exercício da profissão: “aos que, embora não diplomados nos termos dos itens anteriores, exerçam, há mais de 5 (cinco) anos,

atividades próprias de historiador” (BRASIL. Projeto de Lei 2.647/83). O grifo é certamente vestígio de que algo não estava a seu contento, pois, como apontamos, Westphalen e assim também Rodrigues, ambos integrantes da Comissão, foram militantes pela valorização do espaço profissional exclusivo para o formado em História.

Embora não tenhamos documentos acerca das discussões públicas ocorridas em relação ao projeto de 1983, supomos que a Comissão de Profissionalização do Historiador no momento da negociação precisou ceder, a exemplo do que se vivenciou a partir de 2012 com os debates em torno do Projeto de Lei 4.699/2012 - que neste presente tem como horizonte regulamentar a profissão -, em que com algumas sensíveis alterações reapareceu a mesma concessão aos “historiadores por tempo de serviço” – nominemos assim.²⁹ Entre aquele passado e este presente, muitas permanências...

A menção ao Projeto de Lei 2.647/1983 que surgiu de um evento programado para debater os problemas de pesquisa da nascente pós-graduação e da historiografia brasileira, contribui para instigar a reflexão sobre os caracteres que a noção de historiografia carregava consigo. O que implicava discutir a história da historiografia brasileira na década de 1970 e início de 1980, tendo como ponto fundamental as exposições em eventos acadêmicos?

²⁹ No inciso V do artigo 3º, lemos: “aos profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação da lei” (BRASIL. Projeto de Lei 4.966/2012).

O termo historiografia parece ter como direcionamento a história da disciplina e como centro de interesse as competências que abarcam a profissão de historiador. Apresentada em forma de balanços, a historiografia em seu desenrolar no tempo era avaliada a partir dos procedimentos em que a pesquisa foi realizada, esta avaliação era confrontada com a conjuntura presente e mobilizava um rol de discussões. Debatia-se a revisão curricular, instrumento essencial para fixar as regras de uma escrita cientificamente conduzida; chave para formação do pesquisador em História. Considerava-se que as deficiências curriculares agravavam, em parte, a falta de consciência histórica em relação às ações de salvaguarda de documentação. E o historiador além de ser reconhecido socialmente como especialista em temas do passado deveria, como cientista social, ocupar um lugar nos debates contemporâneos oferecendo interpretações históricas. Assim, o olhar dirigido à experiência passada estimulava a traçar planos em relação a formação do historiador do futuro, que teria assegurado boas condições de exercício do ofício. O Projeto de Lei 2.647/1983 era uma tentativa de garantir a plena legitimidade social do devir.

Como analisa Nicolas Offenstadt (2010), os congressos interpretam múltiplos papéis. Os eventos acadêmicos em geral tornaram-se locais de sociabilidade dos historiadores, são estes encontros profissionais que fortalecem o sentido de uma comunidade acadêmica. Embora se possa colocar em questão o valor heurístico desses encontros, nos casos analisados vemos que foram momentos fundamentais para troca de experiência, debates e programação de ações conjuntas.

Os encontros também são lugares para se testar a viabilidade de ideias, como fez Westphalen quando propôs a abordagem regional como metodologia para a escrita da história da historiografia brasileira. Segundo ela, os esforços deveriam voltar-se ao conhecimento do desenvolvimento das historiografias regionais. Situado em outra temporalidade historiográfica, o que significa que as demandas do conhecimento podem ser distintas, o livro comemorativo dos 50 anos de atividades da ANPUH, lançado em 2011, tem como objetivo apresentar “as percepções e perspectivas do campo historiográfico em cada estado” (GLEZER, 2011: 10). Segundo a organizadora, “em um país de tempos históricos não homogêneos, a diversidade dos campos historiográficos deve ser encorajada e valorizada” (GLEZER, 2011: 11). Já que este princípio organizativo parece dialogar com a proposta de Cecília Westphalen, ela, talvez, sorrisse.

O debate sobre a história das historiografias regionais brasileiras foi estimulado pela vinda de Carbonell à reunião da SBPH, em 1984, quando este divulgou o fazer francês, mas as reflexões que envolvem o termo história da historiografia brasileira podem ser remetidas a década de 1970, quando se travaram debates públicos em diferentes eventos acadêmicos. O que se depreende desta geração que circula nos eventos é a preocupação prática com as atividades do ofício, mais do que uma crítica sobre a escrita ou sobre o objeto da história (o que não significa que fosse uma questão ausente). Algo muito próprio à condição de juventude da História como disciplina estabelecida dentro de uma estrutura universitária.

Mas cabe ainda compreender como Westphalen, ela mesma uma historiadora paranaense, construiu sua perspectiva sobre

o desenvolvimento da escrita da história no Paraná. Iniciemos esta tarefa.

Historiografia paranaense e o seu não-dito

Cecília Westphalen (jan. /mar. 1982: 133-135; 1983: 161-174; 1985: 28-39; 2000a) não escreveu uma obra dedicada exclusivamente à história da historiografia, seja brasileira ou paranaense, este não foi seu campo de estudos privilegiado – produziu, no entanto, além dos dois artigos sobre historiografia paranaense, análises historiográficas a respeito de Fernand Braudel e Gilberto Freyre.³⁰ Como pesquisadora, sua esfera de atuação foi predominantemente econômica e social (com incursões pela demografia histórica) e o seu marco espacial de investigação foi o Paraná. Contudo, uma olhadela em sua bibliografia nos indica que ela foi perspicaz, soube flexibilizar seus interesses historiográficos e alargá-los para dialogar com pesquisadores brasileiros e estrangeiros em encontros acadêmicos.³¹

³⁰ *A Palavra do Sul. Cem anos de Gilberto Freyre* é uma coletânea de artigos escritos desde a década de 1980. O livro é a expressão da transmutação dos laços profissionais em laços afetivos a partir do trabalho conjunto no Conselho Federal da Cultura, entre 1976 e 1983.

³¹ Em sua produção bibliográfica encontramos escritos sobre comércio, urbanização, transmissão de patrimônio, estruturas agrárias, fundação e colonização do Paraná, imigração, escravidão, abolição, conflitos belicosos no Paraná (Revolução Federalista, Contestado), Revolução Francesa, positivismo, lazeres e festas, educação, métodos e técnicas para história, currículo para História, arquivos, pesquisa histórica, pós-graduação, historiografia.

A alta circulação em eventos nacionais e internacionais colocava Westphalen em contato com uma série de temas, abordagens, estilos, problemáticas, rivalidades e impasses, como a da historiografia francesa narrada por Carbonell. Foi assim, percebendo que a historiografia estava em pauta,³² que ela sistematizou uma reflexão sobre a história da historiografia paranaense, como pontuamos, mas gostaríamos de adicionar a esta possibilidade interpretativa a construção para si de um lugar historiográfico.

Quando da primeira apresentação do texto sobre historiografia paranaense (1983), Westphalen contava com 56 anos, sendo 32 deles dedicados ao ensino e a pesquisa histórica. Uma avaliação do percurso da história no Paraná significava também inserir no discurso as reminiscências de sua formação como historiadora, por vias indiretas compor um documento sobre si, emoldurar uma imagem. Quando Westphalen se voltou ao seu próprio passado ela também colocou a nu como construiu sua identidade historiadora e assim sugeriu o lugar que deveria ocupar na história da historiografia paranaense.

Na esteira de Gérard Noiriel (2014a), analisaremos os artigos de Westphalen como “discursos de justificação”. Para este analista das práticas dos historiadores franceses do século XX, uma boa parte dos escritos sobre a história destina-se a “defender seus propósitos anteriores, sua posição acadêmica, suas ambições ou sua notoriedade” (NOIRIEL, 2014a: 37, tradução nossa). As práticas de justificação, acrescenta Noiriel, fazem parte dos constrangimentos que pesam sobre o *métier* do

³² Segundo Hartog (2011: 248), seria possível perceber nestas décadas um “movimento historiográfico” (cf. RODRIGUES, H.; NICOLAZZI, 2012: 356-357).

historiador e por isso são recorrentes em momentos de defesa, de tomadas de posição e inauguração de perspectivas, que implicam, constantemente, a desqualificação dos predecessores, caso representativo é o do “chefe de obra” Fernand Braudel nos *Escritos sobre a História*.

Retomemos para melhor nos situarmos: Westphalen escreveu fundamentalmente dois textos sobre historiografia paranaense, um foi apresentado na cerimônia de posse como sócia do IHGB, em 1983, e o outro – que se apresenta como uma síntese do primeiro – na reunião da SBPH, em 1984. Trabalharemos, então, com estes dois exemplares e as anotações esparsas e os esboços que os originaram. Neles é possível encontrar formulações, sentenças, desacordos que não apareceram no texto final. Certamente são múltiplas as razões que convergem para as supressões textuais - seja a revisão da ideia, considerada inadequada, seja o próprio cerceamento, prevendo as críticas geradas pela escrita (que talvez não possam ser contra-argumentadas) e desagrados (de ordem científica, hierárquica, política) -, sem pretender determiná-las acreditamos que persegui-las abre brechas para problematizar o “não-dito” da construção publicável.

Quando Michel de Certeau (2002: 67-69) se referiu ao “não-dito” da operação historiográfica, remeteu-nos ao lugar do sujeito construtor da interpretação histórica. Ser mutável, participante de conflitos sociais e epistemológicos, seu produto historiográfico, apesar da imposição de um “sistema de referências” é dotado de subjetividade, de presença do presente, de predileções. É nesse sentido que indagamos sobre algumas

das possíveis escolhas que regem a análise da historiografia paranaense feita por Cecília Westphalen.

Mas iniciemos com o explícito, com o sistema de referências que ela estabeleceu para organizar sua exposição.

Estudamos anteriormente como Westphalen compreendia a realização de um estudo de historiografia, e vimos que, alicerçada na produção de Eduard Fueter, afirmava que o historiador deveria “retraçar e explicar o movimento cumulativo” da História. A direção deste retorno a produção do passado era sinalizada pela história como ciência, ou seja, a obra era avaliada a partir de princípios próprios do lugar de onde Westphalen falava (a história universitária), que muitas vezes estavam distantes do qual fora concebida. Então, tratava-se de narrar o processo de gestação da “ciência histórica” no Paraná, “feito de aquisições, de correções, de aprofundamentos, de progressos” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 109).

A despeito da aproximação que Westphalen tinha com o campo historiográfico francês e da facilidade que dispunha para adquirir obras de historiografia (pela rede sociabilidade internacional), ela preferiu mobilizar uma tradição de análise de história da historiografia mais estável ou menos turbulenta, especificamente uma produção que não colocava em suspensão a “ciência histórica”, como se fazia no campo francês. Ela serviu-se da tradução de *Geschichte der neuen Historiographie*, que Fueter concebeu em 1911 para “trazar la historia de la historiografía europea desde el humanismo hasta nuestros días” considerando “la historia de las teorías históricas y del método histórico sino en tanto que ellas parecen haber influido en el desenvolvimiento de la historiografía” (FUETER, 1953: 7).

Os críticos de Fueter costumam classificar sua volumosa obra como “bibliográfica”, “erudita” e “enciclopédica”, em que “nomes dos historiadores e os títulos das obras se sucederam rápidae abundantemente, precedidos por quadros de interpretação geral minimamente esboçados” (MASTROGREGORI, 2009: 66). Ao afastar a história da teoria da história, ele teria qualificado a historiografia como “pesquisa histórica exclusivamente” ponderando-a a partir de um ideal de historiografia moderna (BLANKE, 2009: 28). Seu empreendimento geralmente é lembrado para marcar um estilo característico do nascimento de obras dedicadas à história da historiografia.

Situar a crítica dirigida à Fueter não implica enquadrar Cecília Westphalen nela, como se ela fosse uma fiel discípula. Essa produção foi seu ponto de partida, é a única referência da área citada em seus textos, com ela Westphalen conheceu os “princípios de classificação” traçados por Fueter e adaptando-os aos seus interesses históricos particulares os ampliou.

A pesquisa em historiografia deveria iniciar-se pela sistematização dos “critérios de seletividade”, estes garantiriam que o trabalho não caísse na armadilha da produção de um “elenco bibliográfico”, de um “dicionário de nomes de historiadores” – ironicamente a crítica tecida à Fueter.

Preocupada em estabelecer bases seguras para apoiar-se – seguindo as regras de um trabalho cientificamente orientado –, Westphalen (abr.-jun. 1984: 109) forjou um método de classificação, qual foi:

[...] os iniciadores, os originais, os que conservam o seu valor, os que apontam direções principais, os que

constituem escola. São critérios includentes, mas existem ainda os excludentes, sobretudo, daqueles que são meros repetidores do que outros já escreveram, os eternos parafraseadores. Assim, também, aqueles que, em suas obras, gerais ou mesmo específicas, apenas tangenciavam a história do Paraná. E, por último, o mais grave, os levianos, de afirmações gratuitas, infundadas ou mesmo inverídicas.

Este método a guiaria no ordenamento da narrativa de como a história foi praticada no Paraná. Conjugada a preocupação da instituição do método estava a “problemática da datação”. A consideração do tempo, matéria fundamental do historiador (“como a terra que adere à pá do jardineiro”, Westphalen evoca a célebre frase de Braudel), trazia especificidades à historiografia, pois “periodizar em historiografia é tanto mais complicado que na História, onde as estruturas, as conjunturas e os fatos são datados e situados, no tempo e no espaço. Na historiografia, há a interseção do tempo da História e do tempo do historiador” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 109).

Essa formulação deixa margem à dubiedade, mas investiremos na ideia de que ela se referia ao tempo do historiador analisado, o que implicaria o inter-relacionamento entre as condições socioeconômicas, políticas e o desenvolvimento da escrita. O texto só poderia ser compreendido se mergulhado em sua historicidade, numa linguagem mais westphaleniana, no “estado de civilização” em que emergiu. A transformação deste estado era estabelecida pela “avaliação do significado da mudança”. No caso do Paraná, ela identificou três momentos de longa duração.

O *primeiro* momento é representado pelo retrato que viajantes e cronistas traçaram de uma comunidade embrionária, o Paraná no século XIX. Como memórias e relatos de viagem esse material foi analisado em função do seu potencial documental, Westphalen partilha do ponto de vista de Iglésias (2000), embora não sejam obras historiográficas são fundamentais para a historicização da formação histórica de uma sociedade e para balizar a mudança. Auguste de Saint-Hilaire, Avé-Lallement, Thomas P. Bigg Wither (como viajantes), Salvador Correia Coelho e Antonio Vieira dos Santos (como cronistas) são os autores elencados.

Com Saint-Hilaire Westphalen colocou em exercício a crítica metódica, seu intuito foi demonstrar que a negligência de sua aplicação poderia causar sérias consequências na formulação de uma imagem do passado. Segundo Westphalen (abr.-jun. 1984: 113), era

[...] preciso ler e reler Saint-Hilaire, como qualquer dos outros deslumbrados viajantes europeus, ou seja, com muito cuidado. Se, nas descrições das paisagens e dos eventos, elas parecem precisas do ponto de vista qualitativo, de outro lado, é necessário criticar, atentamente, os dados quantitativos apresentados, frutos quase sempre da informação oral presente ou fornecida posteriormente.

Colando o escrito nas condições econômicas e sociais de sua produção, Westphalen (abr.-jun. 1984: 113) confrontou a narrativa do viajante com dados extraídos de censos e listas nominativas de habitantes e assim desmistificou dois enunciados, “o da remota branquidade dos paranaenses e o da inexistência

de escravos no Paraná”. Seu alvo principal foi a tese do “Brasil diferente” formulada por Wilson Martins (1955) e assentada na defesa da insignificância do contingente negro no Paraná.³³ Deste modo, pela abordagem historiográfica, Westphalen promoveu a desconstrução de um mito identitário, demonstrou a potencialidade crítica desta forma de narrativa retrospectiva sobre a prática da história.

As narrativas de Saint-Hilaire e dos demais viajantes eram deliciosas descrições do cotidiano, mas eram parciais, limitadas pelo testemunho oral e pela visão escancarada, logo carregadas de subjetividade. Subjetividade intrínseca a um texto escrito fora de uma regulação científica, portanto, reveladora da visão turva advinda de um conhecimento não científico.

Prenuncia o fim do momento o aparecimento do “pai da história”. Antônio Vieira dos Santos, leitor da filosofia da história de Cícero e conhecedor de práticas heurísticas, “sem cuja referência não existe a historiografia paranaense”, tinha postura de historiador: “Ele vai aos arquivos, consulta as fontes, tanto as antigas, como modernas, extrai os acontecimentos originais, e adota um método para ordená-los, o cronológico” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 117).

Diferente de Saint-Hilaire, Vieira dos Santos fundamentava sua escrita em fontes, tinha a inquietude de checar as informações, o que aos olhos de Westphalen, tornava seu texto confiável ao investigador contemporâneo. Westphalen também não deixou de assinalar sua percepção avançada para aquela época, ele

³³ A tese do “Brasil diferente” também pode ser lida em T. Linhares (1953). Para a crítica contemporânea desta tese: Oganauskas (2013: 147-172).

serviu-se de documentos considerados fundamentais para os estudos contemporâneos de história econômica e demográfica, os “mapas demonstrativos de estatísticas populacionais, do movimento do porto, com suas importações e exportações, rendas fiscais, entradas e saídas de embarcações” rompendo o quadro estrito da narração dos eventos notáveis da história (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 117). A obra de Vieira dos Santos³⁴ é tomada como marco final do *primeiro* período. Esta foi escrita na conjuntura do aguçamento dos jogos políticos para a emancipação do Paraná, que até 1853 era 5ª Comarca da Província de São Paulo, e do germen do sentimento “paranista” de valoração regional. O cume deste discurso se situa na virada para o século XX e está entrelaçado aos conflitos político-militares da Revolução Federalista e do Contestado. No *segundo* momento observamos um fenômeno de geração, Rocha Pombo, Romário Martins, Ermelino de Leão, Moysés Marcondes, Francisco Negrão “e tantos outros nomes ilustres” são da “geração que, em 1900, funda o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 110). Estes autores tornaram-se referência desse período pela tentativa de corporificar, por meio da escrita da história, a História do Paraná.

Rocha Pombo foi o primeiro “historiador da sociedade paranaense” em *Paraná no Centenário* (1900) “o povo está presente”. Tal “como Henri Berr e a *Synthèse Historique*”, o historiador foi “além da simples ordenação causal dos fatos e

³⁴ Segundo Paulo Benatte (2012: 807), em que pese o gosto pelo arquivo e a concepção de prova de Vieira dos Santos, “de modo geral, a escrita da história em Vieira dos Santos está mais próxima da narrativa literária que dos modelos, emergentes na Europa, da história ciência”.

da consideração apenas dos grandes homens” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 118). Ele soube ler o seu presente. Romário Martins teria tido esse mesmo espírito na condução de sua obra. Apesar de não ter se referido aos seus “critérios historiográficos [...], tão pouco ao método adotado, nem mesmo às suas finalidades” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 118-119), foi o fundador de uma história regional “como estudo de uma comunidade orgânica que se desenvolve através do tempo em organizações sociais que se integram com as conjunturas da história nacional global” como avaliou Brasil Pinheiro Machado (1974: 58 apud WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 119), leitor especializado nos critérios que Martins teria negligenciado. Outra ledora de Martins, digna de nota por Westphalen, foi sua colega de ofício e companheira intelectual Altiva Pilatti Balhana, que reconheceu na obra do paranaense o interesse pelo número, pela estatística populacional.

Os demais autores analisados foram Ermelino Agostinho de Leão e seu *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná* (1926) e Francisco Negrão autor do *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba* (1906-1932) e da *Genealogia Paranaense* (1926-1950). Obras inseridas neste panteão pelo grande trabalho heurístico, cuja composição estava fadada a ser “de grande interesse para os modernos demógrafos e historiadores sociais” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 120).³⁵

A *Sinopse da História do Paraná*, de Brasil Pinheiro Machado, apresentada ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do

³⁵ Para não passar em branco, Westphalen (abr.-jun. 1984: 121) julgou pertinente citar dois estrangeiros: Fugmann e Brepohl; e o cientista social Octávio Ianni com a obra *As metamorfoses do escravo* de 1962.

Paraná, em 1951, espécie de projeto de como deveria ser escrita a História do Paraná, assinala o *terceiro* momento. Mais uma vez um evento político baliza sua periodização, as preparações para o Centenário de Emancipação do Paraná, que ocorreriam em 1953. Esse projeto foi o primeiro produto da fundação do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná, em 1938. O marco deste momento estaria entre 1938 e 1951, não poderia ser 1938 pela coexistência de “formas tradicionais e modernas”, o moderno estaria representado no convívio da História com outras Ciências Sociais. A coexistência findaria em 1951, período de apelos desenvolvimentistas no Brasil, e o *terceiro* momento alcançaria seu auge a partir de 1959. Quando:

De regresso da França, em 1959, onde estudara com Fernand Braudel, Jean Meuvret e outros, eu própria traria para difusão entre os meus colegas e discípulos, o conhecimento da escola de Annales, com os conceitos fundamentais da multiplicação do tempo histórico e o emprego da quantificação na História (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 111).

O uso da primeira pessoa nesse trecho mira os holofotes na sua experiência pessoal. O seu retorno da VIª Section de l'École Pratique des Hautes Études (EPHE) representa a inserção da historiografia paranaense no que de mais atual havia no campo internacional da História. Com Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana e ela mesma, o Departamento de História da UFPR tornava-se um *locus* de investigação social e econômica, com foco nos estudos de imigração, relações comerciais e

estruturas agrárias. A exploração de novas fontes, pelo projeto de levantamento de arquivos, e o “emprego da quantificação na História” teriam permitido um “alargamento dos campos de pesquisa e mesmo a renovação da historiografia paranaense, agora em bases rigorosamente científicas” (WESTPHALEN, 1985: 60). Segundo Westphalen (1985: 60), graças a estas diretrizes, na alvorada da década de 1970 a UFPR esteve entre as primeiras instituições que implantaram os cursos de Pós-Graduação em História, que pela “qualidade e rigor teórico, temático e metodológico” representavam um nível de sofisticação do conhecimento histórico jamais visto na historiografia paranaense. Os frutos que adviriam dos trabalhos de Sergio Odilon Nadalin, Jayme Antonio Cardoso e Márcia de Campos Graf certamente encaminhariam a historiografia paranaense para o seu *quarto* momento.

Westphalen (1985:61) reforça que a metodologia privilegiada foi o recorte regional. Este acento tem um caráter político-ético, o produto do interesse histórico pelo conhecimento do espaço regional era arma para refutar o argumento de que “o Paraná, terra nova, explodindo com a cultura cafeeira, não teria história”. A explicação estaria na marginalização das historiografias regionais fora do eixo Rio-São Paulo. Assim como era tarefa do historiador desconstruir mitos identitários, ele também deveria contra-atacar verdades invisivelmente instituídas.

Nos textos sobre historiografia paranaense, Cecília Westphalen traçou os temas, as aproximações teóricas e os métodos utilizados pelos autores elencados. Com seus critérios de classificação formulou quadros interpretativos para essa historiografia interligando-a a conjuntura política e social

(mais política que social). Apesar de demarcar a historiografia entre tradicional e moderna, ela buscou não hierarquizá-la explicitamente pautando-se no argumento de que a história de seu tempo era vista de outro ponto. Deste modo,

[...] se a historiografia tradicional foi, sobretudo, política, diplomática, militar, a pressão dos fenômenos econômicos e sociais, até mesmo a pressão demográfica dos nossos dias, colocam em evidência novas problemáticas (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 125).

Fica claro que Westphalen compreende a historiografia como partícipe do processo histórico-social, por isso a escrita da história tem uma história.

Se de um lado, Westphalen faz da história da historiografia um meio para evidenciar a variedade das maneiras de se relacionar com o passado, de produzir história, de outro, ela assenta a boa condução da história no Paraná, instrumentalizando a abordagem para erigir uma memória disciplinar.³⁶ Lembrando-nos do comentário que Westphalen destilou ao *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira* de Alice Piffer Canabrava no “Encontro Nacional de Estudos Brasileiros, I Seminário de

³⁶ Como refletiu Manoel Luiz Salgado Guimarães (2005: 32): “Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos”. Na esteira dessa problemática levantada por Guimarães, Rodrigo Turin (2013: 78-95) coloca em discussão “os usos e sentidos que configuram a história da historiografia como gênero de escrita da história”. Buscando na historicidade da historiografia os enunciados que conformaram a sua forma, o autor apontou, em um desses momentos, como a delimitação do gênero e sua institucionalização se processaram de forma simultânea à disciplinarização do saber histórico.

Estudos Brasileiros” promovido pelo IEB (1971), há um recuo no julgamento do “marasmo” que caracterizaria a historiografia brasileira pós Capistrano até meados da década de 1960. Como compreender tal revisão para a historiografia paranaense?

Um dos elementos que colocamos em discussão é a instituição da sua própria genealogia como historiadora. O fato de conferir destaque apenas a obra de Brasil Pinheiro Machado evidencia, de sua parte, que não haveria outros historiadores para serem lembrados a partir da fundação do Curso de História e Geografia, mas isto não precisaria aparecer no texto já que denunciaria os problemas de sua formação, os quais ela talvez não tivesse interesse em discutir naquela ocasião.

Melhor seria inscrever no passado, mais evidentemente no *segundo* momento, grossos e recorrentes grifos em indícios de aproximações com as ciências sociais, com o tratamento de dados numéricos, estatísticos e censitários na abordagem do econômico e social. Assim, o conhecimento que se fez desde 1959 da história econômica e social praticada pelos *Annales* foi conjugado a esta tradição, espécie de proto-história econômica e demográfica com prática quantitativa. A construção de sua genealogia historiográfica também é capaz de explicar a escolha de Fueter como referência aos estudos de história da historiografia ao invés de apoiar-se em uma bibliografia mais atualizada, como a desenvolvida no campo historiográfico francês. Esta bibliografia francesa se constituiu colocando em perspectiva crítica o fazer história dos *Annales*, ou seja, questionando os postulados pelos quais Westphalen se formou como pesquisadora e formou uma legião de historiadores na UFPR.

Incursionando pelo “não-dito”, observamos que nos textos publicados Westphalen ([Historiografia paranaense], 1983: 23) suprimiu este final: “E, como ensinava Lucien Febvre, História é filha do seu tempo. Ai estão as 50 Dissertações e 13 teses filhas destes 25 anos”. O cálculo dos 25 anos não coincide com o ano de instituição do Curso de História e Geografia em 1938, mas sim com a partida da historiadora para seus cursos de especialização na Alemanha e França, em 1958.

Neste tipo de balanço historiográfico criam-se argumentos para sustentar “a autoridade de determinados grupos, instituições e indivíduos na produção do conhecimento e na escrita da história” (GONTIJO, 2011: 279). Com a narrativa de Westphalen, a cientificidade da historiografia paranaense ganhava um lugar, o Curso de História (já em processo de separação do Curso de Geografia), e um agente, Cecília Westphalen a partir de sua experiência europeia entre 1958/59. Estabelece-se, então, um pacto de correspondência, de entrelaçamento da sua trajetória pessoal ao curso de História em sua guinada científica. Justificam-se suas escolhas e planta-se a boa repercussão da sua trajetória.

Westphalen forja a tradição da produção científica da história no Paraná e de forma sutil oferece seu nome como marco de referência. Nome que ficaria associado à instituição de um projeto para estudar o comércio exterior do Paraná através do Porto de Paranaguá “realizando o que Chaunu denominou de história *serial*, inclusive com o emprego de processamento eletrônicos dos dados e de técnicas da semiologia gráfica” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 123). Porém, esta não foi sua primeira produção no campo da história. Em 1953 Westphalen

estреou no mercado editorial com a publicação de *Pequena História do Paraná*. Segundo seu quadro interpretativo, pela data de publicação, a obra se localizaria no *terceiro* momento, então que escolhas teriam motivado a sua exclusão deste seu esforço em delinear a historiografia paranaense? A seguir tentaremos responder a questão.

Um “pecado de juventude”: Pequena História do Paraná

Aquilo que celebramos como acontecimentos fundadores
são essencialmente atos violentos legitimados
posteriormente por um estado de direito precário. A
glória de uns foi a humilhação para outros. À celebração
de um lado, corresponde à execração, do outro.
Paul Ricoeur.

De acordo com o poder político estadual, 1953 estava destinada a se tornar uma data-chave na memória coletiva dos paranaenses, nela se comemoraria os cem anos de emancipação da 5ª Comarca de Paranaguá e Curitiba da Província de São Paulo. Significadas diversamente pelo presente que as evoca, as comemorações coletivas visam fortalecer os laços sociais e propõem a uma comunidade o compartilhamento de ideias (SILVA, H., 2002b: 432; RICOEUR, 2007; DECLACROIX; DOSSE; GARCÍA, 2008). Para o caso paranaense, rememorar os cem anos de sua emancipação foi um ato oportuno para comemorar a autonomia política e o “pleno desenvolvimento econômico” do presente, o presente da gestão estadual de Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1954), homem político e

detentor da cátedra de História da América do Departamento de História da UFPR.³⁷

Essa intenção comemorativa foi cristalizada em diversas ações: inauguração do Prédio da Biblioteca Pública, construção do Centro Cívico, reconstrução do Teatro Guaíra – obras que carregavam o epíteto de “modernas” –;³⁸ promoção de feiras e exposições; edição e reedição de textos literários e históricos, entre outros. Investimentos públicos na ereção de monumentos físicos e literários, símbolos que deveriam incrustar-se no cotidiano.

Grosso modo, esse é o contexto histórico que emerge de *Pequena História do Paraná*, obra que ao entrelaçar passado, presente e futuro (esperado como “grandioso”) deveria atribuir legitimidade histórica à memória desse acontecimento, considerado como fundador da identidade paranaense.³⁹

Cecília Westphalen foi convidada por Newton Carneiro, Presidente da Comissão dos Festejos, e João Xavier Vianna, o então Secretário de Educação e Cultura do Estado do Paraná,

³⁷ Sobre o percurso de Bento Munhoz da Rocha Netto com enfoque na formulação de um discurso sobre a formação social e cultural paranaense, indicamos: Cordova (2009).

³⁸ No que concerne ao tema, indicamos o estudo de Irã Duduque (2001) sobre o papel da arquitetura no processo de afirmação cultural, política e econômica de Curitiba dos anos 1920 até a década de 1990.

³⁹ Cabe aqui uma nota sobre a relação história e memória. Para Paul Ricoeur (2007: 40), a memória (nossa primeira relação com o tempo) assim como a história (nossa segunda relação com o tempo) também tem pretensão “de ser fiel ao passado”, pois “a ambição veritativa da memória tem títulos que merecem ser reconhecidos antes de denunciarmos as deficiências patológicas e as fraquezas não patológicas da memória”. Assim, cabe a uma “instância crítica”, pensemos na produção de conhecimento histórico (com sua ambição de verdade), desmascarar os falsos testemunhos, os usos e abusos da memória. Na perspectiva de Ricoeur, história e memória não são dissociadas, a memória é mais do que objeto da história, parece ser uma de suas “matrizes” (SILVA, H., 2002b: 426).

a escrever uma síntese da história regional de caráter didático, que seria distribuída as escolas. No ano dessa escrita, 1953, Westphalen lecionava no ensino secundário e buscava espaço na UFPR como assistente de ensino, primeiro degrau de inserção docente. Como o ensino superior desse período recebia poucos subsídios, os alunos deveriam pagá-lo, e assim Westphalen, que em 1946 se formou na Escola Normal do Instituto de Educação no Paraná, ingressou no Curso de Geografia e História por ser o mais acessível financeiramente a uma normalista. Seu desejo era seguir carreira no Direito, mas somente quando conseguiu um empréstimo pôde iniciar os estudos, que concluiu em 1952 e não o exerceu (WILLE, 2010).

A autora frequentou o terceiro Curso de História e Geografia regulamentado no país. Ele foi criado em 1938, em Curitiba, formando a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná (FFCL/PR), que em 1946 integrou a Universidade do Paraná quando esta foi regularizada.⁴⁰ Diferente das Faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal (posterior Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil), no Rio de Janeiro, não houve na FFCL/PR uma missão de professores estrangeiros para estruturar e amadurecer seus currículos (ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013). Excetuando-se poucos professores vindos do exterior (na maioria religiosos) e de grandes centros brasileiros (como São Paulo e Rio de Janeiro), o grosso dos docentes que enfrentaram o desafio de instituir a primeira faculdade de filosofia paranaense eram integrantes do Círculo de Estudos Bandeirantes (MACHADO, V.

⁴⁰ A Universidade do Paraná foi federalizada em 1950.

, 2009: 128-131), centro que agregava sujeitos formados em áreas diversificadas do conhecimento e que circulavam em institutos históricos e academias de letras. Além do mais, os integrantes do CEB, de orientação católica (CAMPOS, 2008), eram pessoas distintas, detentoras de capital simbólico na sociedade curitibana (BOURDIEU, 1996), o que foi importante tanto para legitimar a criação da Faculdade como para posteriormente mantê-la.⁴¹

Essa breve topografia reforça o argumento de que a institucionalização do discurso histórico nas universidades brasileiras não se deu necessariamente pelo rompimento com esses notórios locais de pensamento historiográfico, embora reduto de autodidatas em História.⁴² Em muitos casos, institutos, centros e academias ofereceram substância às universidades pela carência de um mercado de docentes diplomados. Assim, caberia recordar para contradizer o quadro obscuro que Westphalen pintou lá na década de 1970, quanto a associação do recrutamento de eruditos e autodidatas (sem diferenciá-los) nos Cursos de História e Geografia ao estado de “marasmo” da historiografia brasileira. Discurso formulador de uma identidade para a geração pós-criação da ANPUH, cuja ressonância pode ser lida na obra “prodígio” daquela década, *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)* de Carlos Guilherme Motta.⁴³

⁴¹ Citamos três exemplos de professores que integravam a CEB: Brasil Pinheiro Machado foi Vice-Reitor e Interventor do Estado; José Loureiro Fernandes foi Vice-Diretor da Faculdade de Ciência e Letras; Bento Munhoz da Rocha Netto foi Governador do Estado.

⁴² O caso da criação do curso de História e Geografia na Universidade de Porto Alegre é um exemplo instigante, a docência no curso era credencial para entrada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (cf. RODRIGUES, M., 2002; 2013).

⁴³ Na introdução da obra, quando traça os marcos da historiografia geral do Brasil,

Retornando ao contexto de produção de *Pequena História do Paraná*, encontramos Westphalen participante do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEPR) (entre 1956 e 1957 ela ocupou o posto de secretária do instituto) e engajada na reflexão sobre o campo educacional. Entre suas primeiras publicações em revista avista-se a problemática da especificidade da educação rural (cf. WESTPHALEN, 1950; 1952). Questões em torno da competência profissional no exercício do ofício inquietavam Westphalen desde os tempos de graduanda, e, então, somada aquela publicação está sua atuação na causa em favor da exclusividade de vagas no magistério aos professores licenciados. Foi esta professora do ensino básico - iniciante na carreira, mas já presente em seus debates estruturais-, a escolhida pelo poder público para redigir uma história educativa do Paraná.

Pequena... é um livro com 101 páginas que, como estratégia para fixar fatos na imaginação, conta com inúmeras ilustrações que invocam os cenários tratados no texto. Nele não há notas bibliográficas, nem referências explícitas a correntes teórico-metodológicas da História. É uma obra com linguagem límpida e texto ligeiro, pequeno, como indica seu título. No término de cada capítulo há uma sessão chamada “Leitura”, onde a autora traz para a obra documentos históricos (como a Carta de Pêro

Mota (1985: 24) concorda com Cecília Westphalen “para quem a proliferação de estabelecimentos de ensino superior onde se lecionasse História do Brasil propiciou o recrutamento de docentes entre eruditos locais, sem formação universitária (técnica, teórica e metodológica). ‘Sobretudo os professores de História do Brasil, escreve Cecília Westphalen, catedráticos de primeiro provimento, que permaneceriam muitos por mais de 20 anos, foram recrutados entre os membros dos Institutos Históricos e as Academias de Letras, não apenas totalmente despreparados como portadores de uma orientação superada’”.

Vaz de Caminha), lendas (como a do Pai Zumé) e poemas (como Nhô João, o Tropeiro de Paulo Setubal). A lógica didática dessa apresentação é interessante, pois coloca o aluno em contato com a fonte histórica tida como oficial e textos literários de temática regional, sem aparente discriminação com o literário, como se em temas históricos a produção artística não fosse digna de credibilidade. Todavia, essa produção ocupa um lugar bem demarcado, ela não é trabalhada na narrativa, mas aparece como adendo, suporte para adentrar no cultural.

Em seguida, fechando os capítulos, nos deparamos com um número de questões destinadas ao treinamento do aprendizado pelo aluno. Os pronomes interrogativos: quem, que, qual, quais; organizam a maior parte do questionário. Apesar do formato dissertativo, as perguntas prevêm respostas rápidas e precisas e conseqüentemente estimulam pouco a escrita reflexiva. No final do livro há “sugestões para uma prova objetiva de medida do conhecimento”, que se divide em “complete” e “assinale”, a lógica da retenção do fato histórico - que se constitui pelos feitos político-administrativos - pela memorização permanece como motor principal.⁴⁴

Seus cinco capítulos possuem uma lógica de enquadramento do tempo, Westphalen traça uma distinção para cada período histórico, algo próximo do esquema das épocas como formulado por João Ribeiro na obra *História do Brasil – Curso Superior*, sobre a qual falaremos adiante.

⁴⁴ Segundo Ricoeur (2007: 74-75), decorar é um ato de memorização que sempre foi usado na educação, é, pois, um exercício da memória.

No capítulo “Preparação Histórica”, a autora narra a preparação portuguesa e espanhola para a exploração dos mares desconhecidos, que conjugava conhecimento técnico, procura por riqueza e conversão a religião católica. Este “admirável” movimento econômico-religioso foi o combustível para o “descobrimento” das terras brasileiras. “É o tempo de reconhecimento e exploração do novo achado. É o tempo de tentativas e experiências” (WESTPHALEN, 1953: 7). As tentativas, por meio das expedições exploradoras, somente traduziram-se em conquistas efetivas com a ação dos bandeirantes, o capítulo “Ocupação geográfica” trata do “tempo das bandeiras e bandeirantes” (WESTPHALEN, 1953: 7), em busca de índios, ouro e pedrarias. “Era a posse da terra pelo homem por ela conquistado” (WESTPHALEN, 1953: 35).

Mas, reinava nesse tempo ações individuais (o movimento bandeirante, era, por exemplo, espontâneo e voluntário, assim como as Câmaras Municipais, que eram efetivamente comandadas pelas famílias patriarcais e simbolicamente pelo Estado), foi pela observação das experiências dos homens que adentraram o interior e do excessivo exercício do poder localista que o Estado interveio para demarcar as fronteiras e assegurar a posse da terra. “É o tempo da política de fronteiras e das expedições militares povoadoras”, movimento no qual se delineou os contornos físicos da comunidade paranaense, assunto do capítulo “Definição Territorial”.

A propriedade privada, compreendida como garantia de pertencimento ao espaço, fomentou nos homens o ideal de desenvolvimento, a 5ª Comarca da Província de São Paulo passou então a solicitar maior atenção econômica e administrativa, “[...]”

é o tempo em que o Paraná exige a sua autonomia e participa dos acontecimentos nacionais” (WESTPHALEN, 1953: 7). Nesse encadeamento, o capítulo “Emancipação Político-Administrativa” contextualiza os infortúnios e as negociações para a conquista de autonomia política pelos habitantes do Paraná. 1853 tornava-se marco da progressão econômica da nova província, quando os esforços do homem e do Estado se conjugaram para aproveitar as “virtudes da terra”, era a plena unidade do Império. A “Realização política do Paraná”, capítulo de fechamento, “é o instante da realização político-administrativa, econômico-financeira e social-cultural do Paraná” (WESTPHALEN, 1953: 7). Esse instante foi entendido como parte do movimento nacional que retomou “a marcha ascendente do progresso” do período republicano, “A Revolução de 1930” (WESTPHALEN, 1953: 79).

Para finalizar a obra, a autora sugere aos professores a bibliografia que utilizou para construir seu texto, são aproximadamente três páginas de referências sobre História do Brasil e da América⁴⁵ com ênfase na “bibliografia especializada de História do Paraná” (WESTPHALEN, 1953: 98). Nesta bibliografia encontramos muitos dos autores que Cecília Westphalen elencou no estudo da historiografia paranaense de 1983/84.

Então, Rocha Pombo (1857-1933) com sua *História do Paraná*, de 1929, e Romário Martins (1874-1948) que em 1899 já havia publicado a sua interpretação regional, a *História do Paraná*, figuram em *Pequena...* Além do didatismo de Westphalen, a diferença entre seu texto e aquelas obras assenta-se na extensão da cronologia - visto que *Pequena...* termina no presente da

⁴⁵ Entre os autores, constam: Capistrano de Abreu, Afonso E. Taunay, Washington Luiz, Oliveira Viana.

autora, os anos 1950 - e na estruturação narrativa dos capítulos, no enquadramento do tempo. Neste caso, ela buscou concretizar algumas das indicações de seu ex-professor de História do Brasil, Brasil Pinheiro Machado, lançadas no já referido *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná* (1951), o marco divisor (ou o Capistrano de Abreu) da historiografia paranaense. O *Esboço...* publicado no boletim do IHGEPR, foi escrito como roteiro para a produção de uma síntese oficial da história regional, obra que, como contribuição do instituto, deveria compor as Comemorações do Centenário, o que acabou não ocorrendo.⁴⁶

Compreender a formação da sociedade paranaense em integração com o desenvolvimento da própria história nacional e esta com a civilização ocidental; localizar Curitiba como centro irradiador dessa formação (célula fundamental); demarcar a expansão demográfica em oficial (ações do Estado) e espontânea (ações do homem da terra, expansão bandeirante); são algumas das correlações possíveis entre a *Pequena...* e o *Esboço...*, obra que foi indicada, por Westphalen, como leitura “em especial”.

Em *Pequena...* há um “esboço” de diferenciação entre o que mais tarde seria historiograficamente designado como Paraná tradicional e Paraná moderno, ou seja, de um lado a sociedade que se desenvolveu pela busca do ouro, pelo comércio dos tropeiros, pela exploração da pecuária, da erva-mate, da madeira; e de outro, as novas regiões do Oeste e Norte do estado, devendo-se a esta última o surgimento da “civilização e a cultura do café”

⁴⁶ Sobre a trajetória de Brasil Pinheiro Machado e do *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*, que de “roteiro” transformou-se em “modelo” de interpretação regional, ver Marchette (2013).

(WESTPHALEN, 1953: 83).⁴⁷ Essas atividades caracterizariam “os múltiplos estímulos” formadores da comunidade paranaense, como sistematizou Pinheiro Machado a partir do diálogo com João Ribeiro e von Martius. Este, como sabemos, foi autor de um projeto, assim como Pinheiro Machado, aquele, em um cenário de reordenação política do país, escreveu uma obra didática: *História do Brasil – Curso Superior*, que alimentou reflexões sobre a formação nacional nas primeiras décadas do XX.⁴⁸ Publicada em 1900, a obra gozou de longevidade, foi “por muitos considerada perfeita e como sendo o arcabouço de boa parte da historiografia didática vigente até os anos 1960” (MELO, 2008: 23). Embora o manual de Ribeiro não tenha sido arrolado na indicação bibliográfica de *Pequena...*, não seria distante considerar que tanto como aluna quanto como professora Westphalen tenha despendido algum tempo folheando-o, servindo ele também como inspiração para sua composição.

Se remetermo-nos, mais uma vez, aos debates que iniciaram este capítulo, recordaremos que Westphalen estendeu o método regional para a história da historiografia brasileira, pois, para sua confecção, seria imperativo compreender as especificidades (ou, múltiplos estímulos) da escrita regional, dito de outra forma, a historiografia regional seria parte da história da historiografia nacional. *Pequena...*, foi, então, o primeiro esforço de sistematização de *Esboço...*, sua apropriação

⁴⁷ Quanto ao Paraná Moderno, ver: Westphalen, B. Machado e Balhana (set., 1968).

⁴⁸ Segundo análise de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo (2008), é possível encontrar João Ribeiro, seja como fonte seja como síntese explicativa, em Os Sertões de Euclides da Cunha, Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, A cultura brasileira de Fernando de Azevedo e Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda.

se conjugaria com outras leituras e lhe acompanharia em seu percurso profissional.

Se estas particularidades já serviriam para, de certa forma, distingui-la entre os historiadores paranaenses, os 15 textos de Romário Martins, 3 de Francisco Negrão (1871-1937) e 6 de Ermelino de Leão (1871-1932) citados como referências, inserem Westphalen em uma corrente cujo objetivo historiográfico era fomentar um sentimento de pertencimento regional por meio da edificação de uma identidade narrativa.

Poder-se-ia dizer que a orientação geral para esses escritores era reconstituir o passado com base em documentos de “atestado valor”, revelando-se assim a “verdade histórica”. No entanto, os princípios que orientavam as práticas eram fruto de apropriações particulares, caracterizadas, principalmente, pelo autodidatismo, o que relativiza enquadramentos estanques.

Excetuando-se Romário Martins, David Carneiro (1904-1990) foi o historiador com maior número de obras indicadas em *Pequena...*, foram listados 8 textos de sua produção bibliográfica. Este autor - cuja concepção de história entrelaça as leituras que fez de James T. Shotwell, José Ortega y Gasset, Augusto Comte, Marco Túlio Cícero, Tucídides e outros (MACHADO, D., 2012) -, também escreveu uma obra por ocasião das comemorações do centenário paranaense, ela chama-se *A História da História do Paraná* e foi publicada em 1952. Estranhamente David Carneiro, que Westphalen reconheceu ter sido o primeiro historiador a fazer um estudo de historiografia paranaense (MEMÓRIA de David, 1988), não teve espaço nos artigos publicados de 1983/84. No entanto, seu nome e seu elenco aparecem nos rascunhos da autora, diríamos, ressaltando as distinções interpretativas, que

a obra de Carneiro foi seu ponto de partida (WESTPHALEN, 1. *Historiografia paranaense*, [198-]). Se em meados de 1950, David Carneiro era um erudito respeitado no campo da história, em idos de 1980 ele não tinha lugar na historiografia universitária, carregava consigo a pecha de “positivista” (MACHADO, D., 2012; MACHADO, D.; ARAUJO, 2013). Ou seja, para os artigos de 1983/84 é possível que não conviesse situá-lo e nem relembrar o peso simbólico de sua bibliografia para a produção da juventude da autora.

Apesar desses paradoxos da relação presente/passado, tanto em *Pequena...* quanto nos artigos de 1983/84, Westphalen e David Carneiro acordavam quanto a qualificação de Martins, Leão e Negrão, como mestres da interpretação regional nas primeiras décadas do século XX (MACHADO, D., 2013: 251-269). Neste período teria florescido uma “intelectualidade paranaense”⁴⁹ voltada para a reflexão da singularidade regional e da inserção do inexpressivo Estado nos trilhos do progresso econômico, social, político e intelectual, tão almejado pela sociedade brasileira da virada do século republicano (SOUZA, 2002).

Muitos desses historiadores circularam no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, criado em 1900, local de produção de discursos sobre as raízes históricas, riquezas regionais, fronteiras territoriais e culturais por meio da criação de símbolos (pinheiro, pinhão, erva-mate e o indígena).⁵⁰ Na

⁴⁹ O episódio que ficou conhecido como “Contestado” parece ter arregimentado “um grupo” em torno de uma “causa”: a defesa das fronteiras físicas do Estado, que por extensão são também fronteiras culturais. Este episódio pode ser considerado uma baliza para refletirmos sobre o momento de constituição de uma “intelectualidade” tipicamente paranaense (cf. NEUNDORF, 2009).

⁵⁰ Sobre o instituto, cf.: Rosevics (2009) e Beltrami (2002).

década de 1950, este instituto mudou de nome⁵¹, mas não de diretriz, apesar da instituição do Curso de História e Geografia na FFCL/PR ele permanecia sendo o *locus* de emanção do discurso histórico regional, tendo como alicerce a “bibliografia especializada de História do Paraná” mobilizada por Cecília Westphalen para escrita de *Pequena...*

O “espírito paranista”,⁵² então, deu o tom da narrativa dessa produção didática. O texto, que se inicia nos primórdios dos “descobrimentos” portugueses e espanhóis na América, intencionou reconstruir os passos de uma história que deu certo, a do Paraná. Westphalen colocou em linearidade a boa administração dos governantes para evidenciar “a marcha ascendente do progresso” do estado - a adjetivação e a racionalidade dos personagens do poder político marcaram seu estilo narrativo. Assim, as ações governamentais de Bento Munhoz arrematavam a ascensão nacional que se iniciou em 1853: “O Paraná é uma terra nova, de gente nova que, nos dias do centenário, vê a realização do seu vigor econômico e a sua afirmação sócio-cultural, dentro da federação brasileira” (WESTPHALEN, 1953: 90).

⁵¹ Em 1946, após alguns anos de inatividade, o instituto proclamou uma nova fase, passando inclusive a ter outra denominação ao incluir o “Etnográfico” (Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná). Nesta ocasião, Romário Martins foi aclamado Presidente Perpétuo e o “Núcleo de Curitiba da Associação dos Geógrafos Brasileiros” se integrou ao instituto.

⁵² Embora o termo tenha sido forjado no contexto do Movimento Paranista de 1922, “o paranismo [...] enquanto um sentimento [...] é subjetivo, ele continuou associado a outras ideologias que surgiram no Paraná em períodos subsequentes e ainda hoje, visto assim, ele persiste” (SALTURI, 2007: 85). O paranista, então, se configura como um tipo de adjetivo que recebe os que imprimem em seus discursos e ações o sentimento paranista de “valorização regional”.

Algumas frases, que soam como slogans, contribuem para a construção dessa imagem vigorosa: Curitiba cidade-sorriso, Paraná terra de imigração. Seguindo as prescrições de von Martius e João Ribeiro, sua *Pequena...* levou em conta os elementos étnicos formadores do brasileiro, ela dedicou algumas linhas a organização social do indígena, seus costumes e seu legado cultural, rasteiramente fez o mesmo com o negro africano.⁵³ Quanto à escravidão, o Paraná teria prestado valoroso serviço, pois após o incidente com um cruzador inglês na baía de Paranaguá (o episódio Cormorant) foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz precursora da abolição. Dessa feita, “13 de maio de 1988 foi saudado, em terras paranaenses, entre as maiores festas e alegrias” (WESTPHALEN, 1953: 65). A questão se encaminha para a minimização do contingente populacional de africanos no Paraná. Nesse Estado, a mão-de-obra negra, embora existente, teria sido inexpressiva e logo substituída pela chegada de colonos imigrantes. Conjugada a essa questão está o “desbravamento do sertão”, graças às correntes migratórias e às companhias colonizadoras a “civilização” teria chegado ao Norte do Paraná.

“*Excesso de memória aqui, insuficiência de memória ali*” (RICOEUR, 2007: 92, grifo do autor). Esta *Pequena...* amenizou a violência bandeirante na caçada aos indígenas, a exploração da mão-de-obra africana e a expropriação da terra de indígenas e pequenos agricultores. Nessa obra, Westphalen propagou o mesmo mito que ensaiou desconstruir em 1983/84 a partir das impressões de viagem de Saint-Hilaire, o mito do “Brasil diferente” pela suposta branquidade dos paranaenses. Quanto aos indígenas,

⁵³ Na obra, os índios e negros deveriam ser protegidos, instruídos e catequizados na doutrina católica.

poderíamos dizer que Westphalen os reteve no passado, eles não tiveram espaço no presente comemorativo da escrita, perderam-se enquanto a civilização paranaense caminhava para o progresso.

O silêncio (ou o trabalho de esquecimento) que marcou essa narrativa contribuiu para a construção de um passado harmonioso e livre de contradições e assim selecionou a lembrança que deveria ser festejada nos cem anos de emancipação do Paraná. Esta é a versão da história regional que seria ensinada, memorizada e comemorada.⁵⁴ À la Paul Ricoeur (2007: 98), diríamos que “um pacto temível se estabelece[u] assim entre rememoração, memorização e comemoração”.

Esta obra didática seguiu o princípio da historiografia dita pragmática herdada dos discursos pronunciados no IHGB em seus primórdios, “[...] que, além da descrição de fatos e acontecimentos, visava tecer comentários a reflexões políticas úteis.” (GUIMARÃES, M., 2001: 169). E por este compromisso, *Pequena...* foi muito bem avaliada, o texto recebeu uma nota elogiosa na indicação bibliográfica do Ministério das Relações Exteriores:

Feito com carinho e exatidão, dentro de seguro método pedagógico, de leitura atraente, esta Pequena História do Paraná é um tipo de livro que se deve multiplicar, tornando o ensino de história agradável e dentro de um plano de ensinamentos gerais, que dê ao aluno uma idéia justa de que a História não é um registro lateral da vida, mas um retrato dela mesma, para ser exata e proveitosa (ALMEIDA, 1954: 115, grifo do autor).⁵⁵

⁵⁴ Segundo Ricoeur (2007: 98), “à memorização forçada somam-se também as comemorações convencionadas”.

⁵⁵ O leitor encontra outra nota elogiosa em: Schneider (1953).

O poder político confiou à história a instituição de uma memória identitária oficial, Westphalen, traçou essa história, que seria a bússola para as novas gerações cumprirem sua função cívica. Conhecer sua memória identitária seria conhecer-se enquanto cidadão e reconhecer no presente as ações que contribuiriam para superar o passado, construir o futuro seria liberta-se do passado. Segundo Brasil Pinheiro Machado (1951: 3), seria “do passado, das experiências do passado, da sua compreensão e interpretação, que extraímos os valores nacionais que movem os dínamos para o futuro”. No fechamento do texto da ex-aluna de Pinheiro Machado, encontramos além de um laudatório panorama das “grandes” ações governamentais daquele presente, alertas para erros na condução da economia e respectivas orientações. O educando fora chamado a se posicionar diante da encruzilhada de 1953, “de onde sair[ia] o Paraná gigante do futuro, ou a terra que foi prometida, mas que os homens não souberam alcançar!” (WESTPHALEN, 1953: 90).

Como ensinou Michel de Certeau (2002: 66), “todo sistema de pensamento está referido a lugares sociais, econômicos, culturais, etc”, e, assim, não existem considerações capazes de suprimir a *particularidade* do lugar de onde se fala. Dessa forma, nossa intenção foi buscar compreender as condições de possibilidade de escrita de *Pequena...* a partir das demandas políticas do seu tempo – não se pode perder de vista o caráter de encomenda oficial do texto, que remete também a *particularidade* do lugar que cabia à história no ensino secundário: um instrumento de educação política⁵⁶ – e dos diálogos regionais

⁵⁶ Esse entendimento parte da análise de Antoine Prost sobre a sistematização do ensino secundário de história na França no início do século XX (que teve Lavis e

possíveis. Foram estes diálogos que nortearam a sua construção narrativa, pois em *Pequena...* Cecília Westphalen não se dedicou a história paranaense como pesquisadora, ela não a realizou a partir de um trabalho de crítica às fontes, alargando os “nãos”, ela não se aventurou pela fase documental da operação historiográfica (RICOEUR, 2007: 155-192). Se a falta de apropriação dessa prática não invalida sua interpretação sobre a história do Paraná, ela, contudo, estreitou os horizontes para realizar a desconstrução dos mitos e generalidades instituídos pela “bibliografia especializada de História do Paraná”. Assim, se nos apropriássemos dos seus “critérios de seletividade”, instituídos em 1983/84, consideraríamos que esse texto melhor se alocaria no *segundo* momento da historiografia paranaense.

Lendo os artigos de 1983/84 como “discurso de justificação” - pois neles notamos que Westphalen buscou construir uma identidade historiográfica a partir de sua auto-localização no momento de guinada científica da historiografia paranaense -, compreendemos porque *Pequena...* não figura naquele estudo e se metamorfoseou em “pecado de juventude” (PROJETO Memória Viva Paraná, 1988). Naqueles artigos, percebemos que a historiadora ressignificou seu percurso intelectual a partir de sua viagem à Europa em 1958/59. As experiências, descobertas e frustrações historiográficas decorrentes de seus deslocamentos e a formação de uma rede de sociabilidade internacional serão temas do próximo capítulo.

Seignobos como artífices), na qual a história assumia o papel de “propedêutica do social” (PROST, 1996: 26-27).

Un tournant historiographique: *experiências historiográficas entre 1958/59 e 1970*

O percurso intelectual de Cecília Westphalen foi marcado por vivências acadêmicas nacionais e estrangeiras que lhe permitiram criar uma extensa rede de sociabilidade. Neste capítulo, o principal material de trabalho para o qual fazemos questões são dois conjuntos de cartas, entendidos aqui como dois tempos de um percurso de experiências historiográficas. O primeiro, entre 1958/59, refere-se à partida para divulgação da tese *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal* e o estudo em centros de pesquisa histórica, na Universidade de Colônia, Alemanha Ocidental, e na VI^a Section de l'École Pratique des Hautes Études (EPHE), em Paris. O segundo tempo, 1970, é caracterizado pelo retorno a este lugar de produção historiográfica à procura de orientação metodológica para seu projeto sobre as relações comerciais no Porto de Paranaguá, no Paraná, alicerçada na história econômica e quantitativa. Neste breve traçado, observam-se indícios de mudanças na sua postura historiográfica: O que as teriam motivado? Por meio das cartas trocadas com Altiva Pilatti Balhana e Fernand Braudel, é realizada a interpretação deste *tournant historiographique*.

Essa correspondência compõe o *corpus* de dois acervos pessoais. As cartas que Cecília Westphalen enviou a Altiva Pilatti Balhana (1928-2009) – amiga e também historiadora da UFPR –, podem ser encontradas na Coleção “Cecília Westphalen” depositada no Arquivo Público do Paraná, onde foram colhidas extensas 70 cartas dirigidas à Balhana. Já as cartas que Westphalen

enviou a Fernand Braudel (1902-1985) estão guardadas no Institut de France, em Paris.⁵⁷

Existe um grandioso número de missivas escritas ou destinadas a Fernand Braudel no Institut de France. Há nesse espaço uma caixa com o nome de Cecília Westphalen, na qual se encontram 36 cartas trocadas entre 1955 e 1975. Neste conjunto estão armazenadas cópias das cartas que Braudel enviou a Westphalen e as que dela recebeu, cartas que escreveu a outros a respeito de Westphalen e que outros escreveram a respeito dela – como sua escrita era uma escrita de autoridade, visualizam-se poucos pedidos não atendidos.

As cartas que Westphalen e Braudel escreveram possuem substâncias distintas. Braudel escreveu a maioria de suas cartas a partir de instituições (EPHE, Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme). Redigidas ora por ele ora por seus secretários (é comum encontrar cartas nas quais eles registravam sua assinatura e, então, logo se desculpavam e ensaiavam uma justificativa para a falta de Braudel), as cartas são pedidos, esclarecimentos, convocações e deliberações de projetos, explicações ou respostas precisamente rápidas, há poucos momentos em que a narrativa se alonga. Vemos um homem atarefado, com muitos compromissos e uma rede extensa de correspondentes para atender, como denuncia o inventário de sua correspondência.

Pelo controle de si, em sua escrita, é possível observar na correspondência de Braudel certa vocação à exposição pública; as cartas escritas por Westphalen e destinadas a

⁵⁷ O acesso à correspondência de Fernand Braudel no Institut de France só foi possível com a aprovação de Maurice Aymard, a quem agradecemos o gesto compreensível e os incentivos que advieram após os primeiros contatos.

Balhana conservam maior tensão entre público e privado, borram as fronteiras. As cartas trocadas com Braudel exibem uma relação de respeito intelectual e cordialidade, as cartas enviadas a Balhana possuem intensa amabilidade, o que supõe uma relação de cumplicidade que permite confiar escolhas, expectativas e frustrações.

Cabe ressaltar que esta breve caracterização não tem a intenção de sugerir que um conjunto de cartas possa ser mais “verdadeiro” que o outro, o que certamente consistiria em uma falácia, seria acrescentar mais lenha à fogueira da desconfiança incrustada na palavra “pessoal”. Segundo Philippe Artières e Jean-François Laé (2011: 7, tradução nossa), ao lado dessa terrível palavra, que indica a classificação arquivística do documento, se ergue “imediatamente o pequeno segredo sujo, em outras palavras uma linha amarela intransponível”.

Esta linha fronteira estabelece a correlação entre público e objetivo *versus* privado e subjetivo, vacilante, impreciso, incontrolável. Aludiria, assim, que a confiabilidade do discurso poderia ser medida pelos lugares de onde ele foi escrito e onde, como vestígio histórico, é depositado, “a fábrica dos lugares moldaria as escritas” (ARTIÈRES; LAÉ, 2011: 5, tradução nossa).

A missiva como registro de um instante de memória, crônica do cotidiano, construção de si, precisa passar pelo crivo da crítica documental como qualquer outro material de trabalho (GOMES, 1998: 125)⁵⁸ – não convém desqualificá-la pelo teor

⁵⁸ O artigo de Ângela de Castro Gomes integra o dossiê “Arquivos Pessoais”, resultado dos debates empreendidos no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, ocorrido em 1997, com a promoção do CPDOC, Rio de Janeiro, e do IEB, São Paulo. Ver também: Gomes (2004).

dito subjetivo de seu conteúdo e qualificá-la apenas pelo seu lugar de enunciação, seja a intimidade de um quarto de hotel seja o caráter oficial de um gabinete ministerial. A própria noção de verdade se desloca, pois passa a “incorporar um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desse indivíduo, exprimindo-se na categoria sinceridade e ganhando, ela mesma, uma dimensão fragmentada e impossível de sofrer controles absolutos” (GOMES, 2004: 14).

Como objeto historicamente construído, a correspondência é partícipe da cultura de uma época, sua significação está ligada à sua condição de produção, de recepção, suas formas materiais e retóricas, ela abre a fresta que permite espiar um cotidiano particular (DAUPHIN, 1995: 92; MALATIAN, 2012: 200). Nesse sentido, de um lado, não parece heurístico e nem possível estabelecer uma fronteira estanque e localizável entre o individual e o social; e, de outro, as cartas (e demais escritas de si) expressam seu valor justamente na consideração da dimensão da singularidade e da subjetividade na leitura de experiências em sociedade. Como indicam ainda Artières e Laé, as narrativas de si são construídas na tensão entre a introspecção e as inspeções sociais, seus escritores formulam espaços de significação para suas escolhas, de formulação da crítica, explicitam como empregam o tempo, denunciam os afetos e suas preferências.

A reflexibilidade, que consiste em elaborar um espaço vazio entre seu próprio caminho e os ruídos da sociedade, é intrínseca às escritas de si (ARTIÈRES; LAÉ; 2011: 6). Este segundo capítulo ater-se-á ao olhar reflexivo de Cecília Westphalen sobre suas experiências em campos historiográficos estrangeiros – com

especial atenção para a avaliação que fez do campo francês entre fins da década de 1950 e 1970 – e a narrativa que dá indícios da composição de sua identidade como historiadora afiliada às práticas *annalíticas* da história econômica e quantitativa. Considerando que houve *un tournant historiographique* em seu percurso intelectual, pretende-se analisá-lo observando as estratégias utilizadas para construção de sua rede de sociabilidade, fundamental para dar suporte às suas escolhas.

Entre os dois tempos 1958/59 e 1970, situamos um “entremeio” para analisar como Westphalen significou o encontro historiográfico com Fernand Braudel na prática do seu ofício no Departamento de História da UFPR, quando os conjuntos de cartas cederão espaços para Atas de reuniões de departamento, Diários de Classes e Anais de evento.

Em razão da expressividade do conjunto de cartas que Westphalen enviou a Balhana, iniciaremos com uma breve tipologia da relação epistolar estabelecida entre elas. Que pacto rege essa correspondência?

“Querida Altiya!”

O capítulo do Império Espanhol na América é o novo e o mais fraco, quero que você me auxilie com sugestões; [...] O autor fazer o sumário não sai bom. Afinal veja se é isso mesmo que eu disse no trabalho; [...] Tudo que você achar ruim, fraco, tico-tico, sem entender, etc. assinale; [...] Meu bem, quero que você leia com atenção, é a única pessoa que lerá o meu trabalho antes de impresso, antes do que eu mesmo, não o fiz ainda (WESTPHALEN, 18 mai. 1954, grifo da autora).

O trecho acima se reporta ao cenário acadêmico de 1954, quando Cecília Westphalen estava prestes a finalizar a versão definitiva da tese *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal*, requisito fundamental para o concurso de Cátedra de História Moderna e Contemporânea na UFPR. Assistente da cadeira desde 1951, quando despontou a oportunidade de domínio da Cátedra, Westphalen precisava escolher um tema. Abandonou a História do Paraná para inquirir o momento histórico da constituição da época moderna no Ocidente, o marco inicial de sua disciplina.

Nesse período brasileiro as regras de inserção no campo universitário estavam mais bem delimitadas. O candidato deveria ter formação acadêmica (o diploma tornava-se um símbolo distintivo) e preparar uma tese cuja competência no *métier* seria avaliada de acordo com os critérios próprios ao meio. Importante passo para a constituição de um *corpus* de historiadores profissionais e para a conquista de autonomia em relação às interferências da esfera política. As teses produzidas para esses concursos eram, na maioria das vezes, as grandes ou as primeiras “obras de pesquisas” desses profissionais – haja vista o ainda incipiente incentivo à pesquisa acadêmica. Ser catedrático significava atingir uma posição respeitável e que não se circunscrevia apenas a hierarquia universitária, pois essa imagem ecoava socialmente. Eis o porquê da excitação demonstrada naquelas linhas, um bom texto garantiria à Westphalen solidez na instituição universitária, lugar pouco ocupado por mulheres.⁵⁹

⁵⁹ Segundo notícia do periódico curitibano Diário do Paraná, com o êxito do concurso Westphalen tornava-se a “única mestra catedrática da nossa Universidade (em vista da aposentadoria da professora Maria Falce Macedo) e a mais jovem do Brasil” (CATEDRÁTICA do Paraná, out. 1957).

A situação, então, era inversa a de 1958, pois quem havia partido para fazer pesquisas e especializações foi Altiva Pilatti Balhana, especialista em imigração italiana no Paraná.⁶⁰ O fragmento indica o companheirismo de duas mulheres que partilhavam as facetas da produção intelectual. Num contexto em que o candidato-pesquisador se preparava sem um professor orientador, a função era exercida por colegas confiáveis. Afinal, com quem se compartilhariam textos que poderiam ter equívocos e lacunas? Ainda que a troca de ideias seja essencial para um aprofundamento crítico, no espaço acadêmico a competição muitas vezes frena o diálogo criador. Entre as historiadoras não havia receio em pedir auxílio, em expor as dúvidas de conteúdo e compreensão, em denunciar, até mesmo, a fragilidade na apresentação textual. Desse modo, a concretude da tese de Westphalen também foi obra de Balhana (1958) e a fala inversa também é aplicável. Em 1958, enquanto Westphalen respirava outros ares acadêmicos na Europa, Balhana, permanecendo em Curitiba, redigia sua tese para o concurso de Cátedra de História da América na UFPR,⁶¹ cadeira em que era assistente desde 1951. Este assunto foi recorrente nas cartas de 1958/59.

⁶⁰ Balhana (1999: 7) fez os seguintes cursos: Storia Moderna II, Storia e Legislazione Coloniale, Sociologia, Geografia Economica e Política, Geografia d'Italia e Etnografia na Facoltà de Scienze Politiche e Sociali dell'Università degli Studi di Firenze, entre 1953 e 1954; Problemi migratori nel mondo no Istituto Agronomico per l'Oltremare – Ministero degli Affari Esteri, entre 1953 e 1954; e Civilization Française na Université de Paris, em 1954.

⁶¹ A tese de Balhana mostra que a instituição foi flexível quanto à escolha do tema, pois o candidato deveria ater-se estritamente ao alcance temporal e espacial da cátedra, com arbitrariedades evidentes. O estudo do movimento migratório de italianos com foco em uma região do Sul do Brasil para a cadeira de História da América não era algo comum, já que pairava certa consideração de superioridade do Brasil em relação à América Latina. Não seria impróprio para o período a

Cecília Westphalen não deu trégua à Balhana. Considerando-se já versada nas disputas internas do espaço acadêmico, mostrou-se vigilante na orientação da conduta profissional da amiga na UFPR. Pois, não bastasse o encargo da escrita da tese, com todo o peso psicológico intrínseco a esta tarefa, Balhana ainda trabalhava dobrado, foi ela que assumiu todas as disciplinas de Westphalen. Embora a gratuidade dos pedidos seja uma condição da amizade verdadeira, dita desinteressada (VINCENT-BUFFAULT, 1996: 38), Westphalen, de seu lado, doou-se em conselhos para retribuir o suporte recebido.

A preocupação com o êxito da tese lhe tirava o sono, “só tenho pensando em tua Tese e ardentemente desejado que ela esteja saindo bem ao teu gosto” (WESTPHALEN, 3 nov. 1958). A candidata deveria mostrar-se atualizada e tudo conhecer, pois o catedrático deveria ter completo domínio sobre sua disciplina. Para ajudá-la Westphalen enviava livros que, se desconhecidos pelos concorrentes de concurso, poderiam ser uma carta na manga. A amiga discutia temas e apontava melhorias, “escreva qualquer coisa sobre a ‘América terra de imigração’ e mande para mim ler, dará tempo” (WESTPHALEN, 20 set. 1958). Alertava quanto à ilustração, a densidade, a estética da apresentação, tudo isso bem feito seria ponto positivo para impressionar os avaliadores, “espero que renda bastante e fique um belo

desqualificação da tese pelo tema escolhido. É à esta organização que Fernando Novais atribui as poucas pesquisas em História do Brasil, segundo o autor: “neste sistema, como os menos jovens se lembram, os vários períodos e as várias fatias da história ficavam enfeudados aos respectivos catedráticos e seus assistentes. Assim, quem fosse professor de História Moderna não podia fazer História do Brasil ou da América — como se a história dessas regiões não fosse moderna; mas é que havia as respectivas ‘cadeiras’” (NOVAIS, 1990: 111, grifo do autor).

livro. Não faça economia queira um livro que fique em pé” (WESTPHALEN, 6 nov. 1958).

Terminada a escrita, “acho que você não deve exibi-la muito, e nem dar a ninguém” (WESTPHALEN, 18 nov. 1958). Este cuidado era estratégico para Westphalen que percebia os apoios como cambiantes e explicava que conforme mudavam os interesses os sujeitos se moviam e podiam trocar de lugar. E, nesse terreno escorregadio, muitas vezes, mais produtivo era saber as inimizades que se devia evitar: “este período que antecede o Concurso deve ser da maior harmonia entre o candidato e o Diretor que tudo pode entrar. Procure ser gentil com êle” (WESTPHALEN, 16 fev. 1959). O diretor detinha o poder de nomeação, de salvaguardar para ela um lugar a partir do qual poderia progredir na profissão. Vemos que a ascensão na carreira estava permeada por jogos e regras implícitas que a colega de ofício tentava explicitar à Balhana.

Esse cuidado com o outro, tecido no diálogo franco, é o alicerce da construção intelectual mútua (VINCENT-BUFFAULT, 1996), relação que pôde ser delineada com o cotejo da correspondência. A amizade teria sido o elemento potencializador da escolha do próprio ofício. Como vimos, a inclinação de Westphalen era o Curso de Direito, queria ser promotora (PROJETO Memória Viva Paraná, 1988), mas faltava-lhe capital e assim o direcionamento para um curso mais acessível tornou-se concreto a partir da preferência das colegas da Escola Normal. Num exame de 3ª chamada, Westphalen para não ficar “de fora” (PROJETO Memória Viva Paraná, 1988) do grupo de amigas se juntou a “Altiva, a Aurinha e outras” (WESTPHALEN, n. 17, 1985: 34) no Curso de História e Geografia.

É assim que encontramos em 1958/59 e 1970, uma escrita liberta de códigos formais, com palavras ora suaves, ora irritadas, ora de difícil leitura - denunciando a pressa e o nervosismo -, com frases repletas de sarcasmo e ironia, que selam um pacto de amizade em que tudo se pode contar, onde a liberdade é prazer suave e demorado (VINCENT-BUFFAULT, 1996: 41).

As cartas que analisamos, em sua maioria, foram escritas em momentos solitários, entre quatro paredes, à noite minutos antes de deitar-se ou pela manhã antes de seguir para o correio. Foram enviadas de diferentes itinerários, Lisboa, Madri, Granada, Barcelona, Paris, Colônia, Bologna, Firenze, Roma, Zúrick, Hamburgo e Londres.

Com uma constância quase diária⁶² - em cartas que variam de 2 a 6 páginas com as linhas completamente preenchidas, em alusão a dificuldade de despedir-se com o ponto final -, Cecília Westphalen compartilhava suas impressões sobre o campo historiográfico, a estrutura universitária, a moda, os comportamentos, a estrutura urbana, arquitetura, economia e política, conjecturava seus planos para o retorno, registrava sua impaciência com os espaços deixados em branco nas cartas, sua inquietação com poucas notícias, pedia e dava conselhos e assim, nessa movimentação de introspecção intensa, apaziguava a falta da amiga.

Com grande alegria, quando cheguei às 6 horas da tarde, encontrei a tua primeira carta. Eu já estava com uma

⁶² É importante frisar que o quadro das cartas enviadas por Westphalen não está completo, assim como não encontramos em seu acervo as cartas escritas por Altiva Balhana.

solidão incrível. Mas escreva bastante, não deixe papel em branco. [...] Você foi ao médico? E o problema da espinha como está? Mande contar tudo. [...] Um grande abraço para todos: Cabé, Carla Maria, Cadu, Gisele e os grandes, lembrança para a Alda. Beijos com uma saudade enorme da Cecília (WESTPHALEN, 7 abr. 1970, grifo da autora).

A amizade conforta e alimenta a caminhada: “tuas cartas me trazem grande alegria e tranqüilidade” (WESTPHALEN, 24 out. 1958). O crescimento profissional de Westphalen se deu, também, na abdicação. Ela não digeriu levemente o fato de não poder acompanhar de perto o cotidiano da UFPR, as decisões de conselhos, as contratações, os seminários de professores: “E as cousas na Faculdade como estão? Saíram os contratos? E o tempo integral? Alguma notícia? No decorrer desta semana mandarei um cartão para todos, na Faculdade” (WESTPHALEN, 20 abr. 1970).

Balhana agia como sua procuradora, devia garantir sua sala, suas disciplinas, seus horários, colocá-la a par dos murmurinhos dos corredores, das intrigas, e ainda transmitir recados aos familiares. Assim, aos poucos e em migalhas, por meio destas cartas seladas com o pacto da amizade, nos defrontamos com uma visão particular dos micro-fundamentos da estrutura acadêmica, seja da UFPR, da Universidade de Colônia ou da EPHE.

Portanto, perscrutando as cartas acreditamos ter nos aproximado do tom da escrita, que é ditado pela relação afetuosa existente entre as historiadoras, cumplicidade por inteiro, substrato das trocas intelectuais.

Primeiro tempo: 1958/59

Estou muito comovido com seu pedido de ingresso no quadro da Sociedade Marc Bloch. Nós estamos felizes em acolhê-la e o que você nos diz de Marc Bloch e dos *Annales* nos sensibilizou profundamente (BRAUDEL, 28 mar. 1955, grifo do autor, tradução nossa).

Este excerto é o primeiro vestígio de uma aproximação historiográfica. Fernand Braudel recebe Cecília Westphalen como integrante da Sociedade Marc Bloch e agradece a gentileza das palavras dirigidas a Marc Bloch e ao seu grande empreendimento, a revista *Annales*.

A remetente, Cecília Westphalen, ainda jovem no ofício, buscava conhecer sociedades de historiadores com caráter universitário, o que concretamente não existia no meio brasileiro. Foi assim que se associou à American Historical Association (1954), à The Historical Association (1955), à Société Marc Bloch (1955) e à Société d'Histoire Moderne (1958), numa atitude que denota sua vontade de explorar outras possibilidades historiográficas. Esse desejo se concretizaria após a sua aprovação no concurso de cátedra para História Moderna e Contemporânea, quando se tornou Doutora, Docente Livre e Professora Catedrática.

A tese tratou de Carlos, o herdeiro da Casa dos Habsburgos, que foi coroado rei da Espanha, rei dos romanos e Imperador do Santo Império Romano de Nação Germânica. A problemática central foi a pretensão do Imperador em instituir um império universal cristão de inspiração medieval num

contexto de florescimento dos modernos estados nacionais (WESTPHALEN, 1955).

Em 1958, a tese foi impressa em forma de livro e Westphalen imediatamente providencia a sua circulação, criando um nicho de leitores ideais. A obra foi enviada às associações citadas e às instituições estrangeiras de ensino e pesquisa. Em resposta ao presente oferecido, ela recebia promessas de resenhas ou notas bibliográficas (VENÂNCIO, 2001). Esta contextura explica as cartas trocadas com Braudel, em 1958. Como especialista do século XVI europeu, Braudel (13 mar. 1958) agradeceu a obra recebida prometendo providenciar uma resenha na revista *Annales* e dizendo que faria uma leitura atenta do texto, pois Carlos V seria objeto de estudo de seu seminário no Collège de France.⁶³ Carlos V ocuparia tal espaço no seminário não só por ter sido, na avaliação de Braudel, um elemento integrante da organização estrutural moderna do mundo europeu, mas também por ocasião das comemorações do IV centenário de morte do imperador.⁶⁴

Para Westphalen, Carlos V foi o objeto certo no momento certo. Tornando-se a única brasileira especialista no monarca espanhol, nesse período de comemorações, ela participou dos congressos sobre Carlos V realizados em Madri e em Colônia. Esses eventos foram oportunidades essenciais de fala, de se fazer conhecer pelo trabalho intelectual e, assim, construir redes de contato (OFFENSTADT, 2010). Essa engenharia das relações

⁶³ A reflexão empreendida no curso integraria a obra *L'Europe de Charles Quint et de Philippe II*, da coleção *Évolution de l'Humanité* (cf. BRAUDEL, 1958: 457-459).

⁶⁴ Em Paris, entre 30 de setembro e 3 outubro de 1958, realizou-se o “Colóquio Charles-Quint et son temps”.

sociais assegurou-lhe bolsa de estudo para as especializações na Universidade de Colônia e a realização de um estágio na VI^a Section de l'EPHE.

Braudel está presente em seu estudo sobre Carlos V, mas é possível que a tradução mexicana de *O Mediterrâneo* (1953) tenha sido lida mais como uma referência contextual do que como uma obra que forneceria um modelo interpretativo para a história, neste caso compreender o funcionamento do governo de Carlos V inscrito em um movimento estrutural de longa duração.⁶⁵ A tese trilhou outro caminho, Westphalen privilegiou o “instante” histórico da vida de Carlos V (1500-1558), o centro da trama é o personagem, os recuos ao longínquo ocorrem apenas quando surge a necessidade de explicar as complexas relações dinásticas e o jogo das sucessões e possessões. Para situá-la em uma nomenclatura (o que não significa em uma clausura) historiográfica, diríamos que se trata de uma biografia linear em que as ações políticas são chaves de compreensão do processo histórico.

Narrado em minúcias e em tom literário, o leitor pode compadecer-se com Carlos V quando renuncia a coroa da Espanha ou angustiar-se com a iminência de sua morte. Há forte empatia entre autor e personagem, são escassos os momentos de cultivo da dúvida em relação às ações conscienciosas do

⁶⁵ Para enfatizar as diferentes perspectivas de tratamento acerca do objeto Carlos V no mesmo período (1958), poder-se-ia recorrer ao estudo de Braudel sobre a história financeira de Carlos V e os Países Baixos durante a primeira metade do século XVI, em que, explorando documentos contábeis, noções de ciclos econômicos e representação gráfica, analisa a fraqueza orçamentária da política imperial por meio dos empréstimos tomados em Anvers (hoje Antuérpia) (cf. BRAUDEL, 1959).

Imperador: “Em todas as suas ações como homem e chefe de Estado, êle saberia conduzir-se conscientemente. [...] não faltou um instante sequer à fidelidade conjugal. [...] Jamais aspirou a dominação universal, no sentido de mando e euforia do poder” (WESTPHALEN, 1955: 23-24). A partir do estudo da educação político-religiosa do Imperador, Westphalen acredita ter o domínio completo de sua personalidade e, assim, apresenta uma vida dotada de coerência, que seguiu, em linha reta, o curso que fora arquitetado.

Sem apresentar pesquisa original ou erudição, com uma cronologia bem estabelecida e sem lacunas graves, seus críticos internacionais elogiaram a leveza da escrita e o esforço de uma brasileira em conceber um trabalho tão distante das fontes. Considerou-se um “excellent volume”, para uma brasileira (RICHARD, 1958; ROBERT, 1958; INFORMATIONS BIBLIOGRAPHIQUES, 1958).

Westphalen construiu a obra com o que pôde selecionar em um tempo de pouco acesso à literatura estrangeira e que, em virtude do início de carreira, não tinha uma rede de correspondentes que pudessem suprir esta falta. Boa parte da literatura estrangeira foi enviada por Balhana, que circulava entre Itália e França.

A preocupação em realizar grandes balanços historiográficos sobre o assunto também era uma constante da historiografia brasileira do período, assim como a avaliação do ineditismo ou originalidade.⁶⁶ Por isso, logo de entrada Westphalen argumenta

⁶⁶ Para a década de 1950, podemos tomar como parâmetro a tese de livre-docência de Francisco Iglésias, em que a escolha do tema foi guiada pelo anseio em produzir conhecimento original sobre a história provincial mineira. Recuando para década

com a ideia do ineditismo para convencer sua banca de tese,⁶⁷ como cabe a este gênero de texto. Neste caso, o ineditismo só poderia ser aplicado em relação ao tema (Carlos V), inexplorado pelos pesquisadores brasileiros, e não em relação às fontes, já que Westphalen trabalhou fundamentalmente com a bibliografia especializada e apenas duas crônicas - prática semelhante foi empregada em *Pequena História do Paraná*.

A falta de manuseio das fontes foi contundentemente notada nas resenhas francesas: “Muitos estudos de segunda mão figuram no livro”, na apreciação de Jean Richard (1958: 223, tradução nossa). O que teria desencadeado algumas confusões, como a utilização de textos de autores como citação de contemporâneos do objeto, ou seja, como fontes. Ao trabalhar dessa maneira, Westphalen ficou presa a credibilidade da construção narrativa de outros, melhor dizendo, a avaliação que outros fizeram das fontes. Ao submeter sua tese ao julgamento científico de uma historiografia fortemente marcada pelos princípios da crítica metódica,⁶⁸ que profissionalizaram o *métier* do historiador, seu texto não passaria de um balanço bem escrito.

de 1930, encontramos Afonso de Taunay, primeiro catedrático de História da Civilização Brasileira do Curso de História e Geografia da USP, cuja descoberta de materiais inéditos guiou a sua produção sobre a história das bandeiras paulistas. Respectivamente: A. Santos (2013: 174) e Anhezini (2011).

⁶⁷ A banca foi composta por: Antonio Camilo Alvim; Cirilo Zachi (substituto de Eremildo Viana), Othelo Laurente, Brasil Pinheiro Machado e Homero Batista de Barros.

⁶⁸ Princípios que, inspirados no historicismo alemão, foram sistematizados por Langlois e Seignobos em fins do século XIX. Os quais, segundo Gérard Noiriel (2010; set. 1990; 2005), *grosso modo*, ainda regem a maior parte das regras e hábitos, o *modus operandi*, dos historiadores e definem os critérios de pertencimento a uma “comunidade histórica”.

Uma dessas resenhas foi escrita por Ricard Robert e publicada nas “Notes Brèves” do *Bulletin Hispanique* em 1958, ano que se conheceram. Em carta escrita de Madri, nos dias de realização do III Congresso de Cooperação Intelectual, Westphalen (15 out. 1958) relata para Balhana que o “Prof. Ricard, catedrático da Sorbonne, andava com o Carlos V, de baixo para cima, lendo. Trouxe 14 exemplares e não tenho mais”. O reencontro aconteceu em Colônia durante o Colloquium sobre Carlos V, quando o próprio Robert lhe disse “que leu o livro de cabo a rabo e o achou *muito bom*, havendo feito resenha bibliográfica para a Revista Hispânica” (WESTPHALEN, 29 nov. 1958, grifo da autora). A *note brève*, escrita por um catedrático de uma notável instituição francesa em uma das principais revistas de estudos hispânicos, surgiu graças à visibilidade que os encontros proporcionaram ao seu trabalho.

Apesar do lucro simbólico colhido com a distribuição de seus exemplares, Westphalen (3 out. 1958) considerou que o evento realizado em Madri foi insuficiente na apresentação de novidades historiográficas:

Eu já te havia dito, até aqui eu tenho estado de cátedra, ninguém me diz nada que eu já não saiba e complete sobre o Carlos V. Porém estou curiosa justamente por novidades. Não achei grande coisa o resumo das Teses de História apresentadas na Univ. de Madrid, como você poderá ver, mando também.

No evento, Cecília Westphalen “estava de cátedra”, isto é, estava revestida de caracteres que legitimavam uma posição

de superioridade, de distinção acadêmica e social.⁶⁹ Nesse tom, ela coloriu seu autorretrato procurando afirmar sua identidade: professora catedrática e *expert* sobre a figura de Carlos V.⁷⁰

A construção dessa imagem está inscrita na forma como avaliava os seminários que frequentou na Universidade de Colônia e o tratamento distinto que recebia dos professores, secretários e alunos. Assim, do alto de sua cátedra, nada verdadeiramente a contentava em seu cotidiano acadêmico e suas cartas eram impressas de um progressivo descontentamento com a paisagem historiográfica alemã.

O Seminário de História Econômica, intitulado “Fontes, Métodos e Ferramentas da História Econômica”, foi um dos seminários que cursou. A escolha foi balizada por um interesse futuro, que naquele momento foi manifesto com certo desdém, “você sabe que eu tenho planos sôbre este assunto, se outros mais altos falharem” (WESTPHALEN, 3 nov. 1958).

Westphalen estudava em um dos mais antigos redutos da temática econômica, porém com contorno analítico da história tradicional.⁷¹ As aulas foram classificadas como monótonas e cansativas, chegou a confessar à Balhana ter “preguiça de ir

⁶⁹ Quando falamos no termo distinção nos reportamos à sociologia bourdesiana. Segundo Bourdieu (1996: 18, grifo do autor), distinção “é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras particularidades”.

⁷⁰ As cartas também podem portar elementos que evidenciam certa “construção de si” para o outro. Segundo Teresa Malatian (2012: 201), “o domínio da imagem de si é fundamental e a prática epistolar exige, antes de tudo, a credibilidade daquele que recebe a correspondência”.

⁷¹ A escola histórica americana e francesa, embora com perspectivas diferentes, com suas revistas e instituições especializadas (Harvard e o Journal of Economic History; Instituto de História Econômica e Social-Sorbonne e os Annales) eram os centros de excelência da história econômica (cf. MARGAIRAZ, 2010).

porque não é bom” (WESTPHALEN, 3 nov. 1958). O desinteresse foi tanto que o professor nem sequer foi nominado, era “apenas um Assistente” (WESTPHALEN, 13 nov. 1958).

Outras duas experiências marcam sua insatisfação como aluna, os Seminários: “Alexander von Humboldt e a América” e “História Geral da Época dos Estados Nacionais e do Imperialismo (1870-1914)”.

Este último foi ministrado por Theodor Schieder,⁷² apresentado à Westphalen (6 nov. 1958) como “o maior Professor de História no momento na Alemanha”. No campo historiográfico seu nome está ligado à “história estrutural” (*Strukturgeschichte*), “uma modalidade propriamente alemã, após 1945, de investir nos objetos ‘sociais’ como a economia, o trabalho, a agricultura, a demografia, rejeitando o marxismo e integrando uma parte da herança do historicismo” (DELACROIX, 2010: 426, tradução nossa). Essa abordagem logo progrediu para a “marca registrada da inovação historiográfica alemã do século 20: a história social” (MARTINS, E., 2007: 53).

Westphalen, sem ainda saber, estava vivenciando um período de renovação nos estudos históricos da Alemanha Ocidental, que se fariam mais visíveis a partir de 1960. Mas

⁷² Shieder é um daqueles historiadores alemães de passado controverso, ligado ao III Reich ele se filiou a Volksgeschichte do período nazista. Por vezes seus estudos sobre a nação de língua alemã e suas extensões territoriais foram relacionados ao “Plano Geral para o Oriente”, que teve o extermínio dos judeus como alvo. No entanto, na Universidade de Colônia acumulou prestígio, foi professor catedrático de História Medieval e Moderna, fundou um Departamento de Pesquisa no Departamento de História e ainda ocupou o cargo de Reitor. Foi membro e presidente de diversas associações históricas relevantes, entre elas a Associação de Historiadores da Alemanha (cf. DELACROIX, 2010: 426; UNIVERSITÄT ZU KÖLN, [19--]).

naquele momento, a lembrança que registrou de Schieder foi a de um professor didaticamente pouco compreensivo, que lia “durante a hora inteira um maço de papéis” e nunca olhava para os alunos (WESTPHALEN, 6 nov. 1958).

Com Richard Konetzke, responsável pelo Seminário sobre Humboldt e a América, Westphalen (3 nov. 1958) teve relações mais cordiais. Como uma espécie de tutor, foi ele que a recebeu e lhe indicou os seminários que devia cursar. Segundo nos conta, o historiador parecia muito honrado com a sua presença “pensando que sei muito de História do Brasil e possa ser lhe útil”. Konetzke (1946), estudioso da história social da América colonial espanhola e interessado na América Latina, viu na estadia de uma brasileira a oportunidade de conhecer mais sobre os estudos historiográficos realizados no país. Por sua vez, Westphalen que conhecia sua principal obra, ela foi referência na tese, nutria grandes expectativas na aproximação.

O Seminário, todavia, deixou a desejar. Com tom de decepção, Westphalen (10 nov. 1958) narrou os equívocos, inclusive geográficos, cometidos em sala:

Por exemplo, a primeira aula do Konetzke sobre Argentina, Uruguai e Paraguai, foi uma apresentação numérica de situação geográfica e população, como nós fazemos na 2^a. série [...]. Também colocou o rio Paraná nascendo quase na Bahia, ao mostrar no mapa, chamou o rio da Prata de Mar Dula, e foi aí aforá.

Apesar dessa avaliação nada positiva de suas aulas, Westphalen parece ter se ambientado muito bem no Instituto de História Ibérica e Latino-americana dirigido por ele. Deste modo,

e com a ajuda de Balhana, Westphalen (18 jan. 1959) mediou contatos com historiadores brasileiros (colocou Konetzke em correspondência com Eulália Lobo e o IHGB), solicitou remessa de livros e elaborou uma lista com “67 obras fundamentais de História do Brasil”. Graças a investimentos desta monta, a biblioteca do Instituto de Konetzke foi considerada uma das mais importantes da Europa⁷³ e um de seus principais legados (KAHLE, 1981).

Segundo Konetzke (26 fev. 1959), Westphalen foi a primeira historiadora brasileira recebida no Instituto e devido a relevância do auxílio prestado, esperava que o contato com estudantes brasileiros se ampliasse e a experiência frutificasse. Entre os dois historiadores, laços acadêmicos começaram a se delinear e uma brecha foi aberta para que os favores fossem academicamente retribuídos.

Durante sua estadia, Westphalen ficou particularmente atenta à observação da estrutura universitária, principalmente o modelo de Seminários em substituição às aulas tradicionais, uma forma de tentar dinamizar e aliar o ensino à pesquisa (invenção referencialmente alemã). Visitou institutos, bibliotecas, analisou a organização curricular e de lá forjou alguns planos:

Vou fazer como aqui, acabar com aquelas aulinhas. Vou fazer aulas duplas de 2 horas uma vez por semana para cada turma a fim de poder desenvolver mais ou menos completo um tema. Penso assim – uma aula dupla para cada série por semana, com um tema diferente e dois seminários de 2 horas cada um por semana para cada

⁷³ Konetzke ocupou a primeira cadeira alemã de História Ibérica e Latino-americana, criada na Universidade de Colônia, em 1961 (cf. RODRIGUES, J., jul.-set., 1976).

série. Vai aumentar o tempo da macacada e vai dar um duro para arrumar isto no horário, mas é preciso acabar com os tabus que certas cadeiras são as donas do horário e que os outros tem que se acomodar (WESTPHALEN, 28 jan. 1959).

Ou seja, de um ponto de vista mais flexível, Westphalen plantou importantes apoios para sua rede de diálogos historiográficos e colheu estratégias que levaria ao Brasil pretendendo melhorar o ensino de História.

Todavia, o momento de maior excitação encontrado nas cartas que narraram o cotidiano na Universidade de Colônia foi o *tête-à-tête* com Braudel durante o evento sobre Carlos V.

Na ocasião, Westphalen (29 nov. 1958) contou que,

Ele deu uma chacoalhada em todo mundo, inclusive em mim, dizendo que a História dos eventos da época de Carlos V estava feita com Brandi, que ninguém o ultrapassará tão cedo e facilmente; que é preciso deixarmos este resumo da história dos acontecimentos para entrarmos na história social, na história de todo dia, história da realidade tal como é, não como parece ser, e por aí a fora.

A intervenção de Braudel foi o equivalente a uma orientação de pesquisa, “entremos na história social, inovemos!”. Abandonemos esta efêmera história dos eventos, que de um horizonte individualista falseia a “história da realidade”.⁷⁴ A

⁷⁴ No que tange a ênfase no termo “história da realidade”, Braudel (2009: 23) considera que “todas as aventuras individuais se fundem numa realidade, mais complexa, a do social, uma realidade ‘entrecruzada’, como diz a Sociologia”.

inovação, que Braudel ali personificava, era almejada pelos *Annales* desde 1929. Embora no plano epistemológico tenha pouco se distinguido dos ditos “historiadores historicizantes” (NOIRIEL, 1990: 77; CLARK, 2011: 183), a história se renovava, diriam os fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, em relação a um tipo de compreensão histórica em que os atores individuais e as ações políticas numa dimensão acontecimental eram chaves interpretativas da explicação social. A problemática da história torna-se, então, a vida, não havendo um único fator dominante para explicá-la, diria Fernand Braudel, ainda em 1950 (BRAUDEL, 2009: 22-23) - numa concepção propriamente braudeliana, a experiência humana sob os efeitos determinantes das estruturas sociais e geográficas. Motivo pelo qual a história abria-se para o diálogo com outras áreas do conhecimento e reivindicava o estatuto científico de ciência social (DELACROIX, 2010: 423).

Na direção da revista desde 1956, coube a Braudel persistir na potencialidade do trabalho em conjunto das ciências sociais, mais precisamente numa metodologia partilhada. Meses antes da experiência francesa de Westphalen, Braudel reafirmaria esse princípio no artigo *História e Ciências Sociais. A Longa Duração* (1958). Promovendo uma reflexão sobre o “tempo da história”, a novidade deste texto está no papel aglutinador da História a partir da noção de longa duração, linha capaz de integrar as ciências sociais, cujo objeto comum é o estudo do homem em sociedade (BRAUDEL, 2009: 41-78).⁷⁵

⁷⁵ Na análise de Gérard Noiriel (2014a), trata-se da primeira aparição da noção de “longa duração” no vocabulário braudeliano, perspectiva contrária aos comentaristas que buscam tal concepção na tese sobre *O Mediterrâneo* (1949).

Imperativas, aquelas palavras de Braudel entusiasmaram a jovem pesquisadora, “creio que se for a Paris e puder conversar bem com êle, eu resolverei êste problema que me angustia e também ao Brasil [Pinheiro Machado], da conceituação da História” (WESTPHALEN, 29 nov. 1958).

A expectativa em torno do encontro e do aprendizado com o historiador no *Centre de Recherche Historique* (CRH) tornou-se uma constante em suas cartas: “Recebi resposta do Braudel dizendo que tudo estará em ordem na Cité e que logo receberei uma confirmação mais precisa. Ele não me trata mais como *chérie colleague*, mas como *chérie amie*, é confiado que só vendo” (WESTPHALEN, 28 jan. 1959).

Nesses seus comentários divertidos sobre Braudel, repercute a ideia da proximidade que vinham criando, ou que ela achava que estava se estabelecendo e com alegria contava à Balhana.

O objetivo primeiro do encontro com Braudel era coletar material, visitar acervos e pedir conselhos para prosseguir com sua pesquisa sobre Carlos V (WESTPHALEN, 11 nov. 1958). Em carta, Braudel assegurava que ela encontraria material suficiente para continuar seus trabalhos de história moderna no Brasil (BRAUDEL, 26 jan. 1959). Para tanto, indicou Jean Glénisson como uma espécie de tutor de sua estadia, legar pesquisadores aos cuidados de seus discípulos mais próximos era uma prática do atarefado professor.

A primeira tarefa que Braudel lhe conferiu: ir à um lugar repleto de possibilidades documentais para a escrita da história. Assim, Glénisson teria a acompanhado em uma visita aos

Arquivos Nacionais, em Paris. A experiência com o arquivo era nova para a historiadora brasileira. Ensinada numa estrutura universitária em que predominava a formação do professor para o ensino secundário, Westphalen nunca havia sido “levada a um arquivo durante o curso”, pois “a pesquisa, quando exigida, era apenas bibliográfica” (WESTPHALEN, 1985: 34). Como, afinal, atesta a extensão do balanço bibliográfico de sua tese.⁷⁶

O curto período francês parece ter atendido as expectativas da historiadora. Em carta de despedida (que parece sorrir ao leitor), Westphalen agradece os cuidados dirigidos a ela e sua pesquisa e reconhece a importância dos contatos estabelecidos.

Na bagagem de retorno livros e uma série de cartas de Ludovico Canossa, bispo de Bayeux, que Braudel lhe ofereceu. Segundo ela, apesar das limitações do meio (o que indica o alerta de Braudel para o prosseguimento sem a possibilidade de acesso aos arquivos), continuaria o trabalho e tão logo conseguisse “algo de proveitoso” enviaria para sua apreciação (WESTPHALEN, 8 abr. 1959). No entanto, na troca de missivas ocorrida após o retorno não encontramos notícias e nem indícios da exploração daquela série de cartas. Mas nos deparamos com a narrativa de *un tournant* em seu modo de fazer historiográfico.

A carta redigida a Braudel, em 1962, poderia ser aproximada a um relatório de orientação, nela Westphalen inter-relaciona seus passos brasileiros com a experiência que teve

⁷⁶ O depoimento da historiadora Emília Viotti da Costa (apud ROIZ, 2012: 71), que frequentava o curso de História e Geografia da USP, corrobora com a imagem do curso descrita por Westphalen: “A pesquisa em fontes primárias não recebia muito estímulo ou orientação. A maioria dos ensaios que escrevíamos eram historiográficos”.

na EPHE. Conta que estreitou os laços com alguns professores da USP (Eurípedes Simões de Paula, Eduardo D'Oliveira França e Alice Piffer Canabrava), como ele havia indicado, e os contatos resultaram na fundação da Associação de Professores Universitários de História (APUH).

Suas palavras remetem a moção de José Roberto do Amaral Lapa (1962: 287-288), quando na reunião para debate curricular na Faculdade de Filosofia de Marília sugeriu a instituição de uma associação para suprir o isolamento do professor universitário de História e fomentar o diálogo científico. Funcionando como órgão de ligação, a nova associação poderia aproximar os docentes e alunos dos 65 Cursos de História existentes no país até a década de 1960 (SILVA, N. ; FERREIRA, M., 2011). Nesse sentido, a criação da associação além de simbolizar a formação de uma comunidade de historiadores profissionais, encarregava-lhes do dever da produção do conhecimento, via critérios acadêmicos, pois a produtividade docente não era uma bandeira comum (FALCON, 2011a: 17).

Outro fato narrado a Braudel, e com orgulho, foi a realização, em Curitiba, do “II Simpósio” da APUH,⁷⁷ na verdade, o primeiro com a organização de sessões de estudos e exposição oral dos trabalhos. O objeto de estudo do Simpósio foi “A propriedade e o uso da terra”, com direcionamento para as modalidades de posse; formas de exploração – indústria extrativa, lavoura, pecuária; técnicas de utilização; estruturas agrárias. Na carta, Westphalen justificou a escolha do tema: “A nossa preocupação, ao apontar

⁷⁷ Manteremos a sigla tal qual aparece nos documentos, pois a mudança de nomenclatura tem uma historicidade própria e esta será trabalhada quando tratarmos da atuação de Westphalen na associação, capítulo 4.

êsse tema ao Simpósio, foi a de maior entrosamento entre os cientistas sociais para o futuro desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisas” (WESTPHALEN, 1 out. 1962).

Essa explicação “ao professor” indica o esforço que a “aluna” passou a empreender na divulgação do que com ele aprendeu, que a História era uma ciência social e assim cabia-lhe, ao integrar-se às ciências sociais vizinhas, dialogar com elas, usufruir de suas técnicas e planejar projetos coletivos. Esse entendimento foi enfaticamente defendido no Discurso de Instalação do II Simpósio, pronunciado por Westphalen na condição de Presidente da Comissão Executiva. Detenhamo-nos nele por um instante.

O discurso foi mais do que o cumprimento de uma formalidade, a de principiar um evento, recepcionar os presentes e saudar os realizadores, com ele Westphalen quis abalizar um novo tempo da historiografia brasileira, o tempo de se praticar história “com o verdadeiro espírito científico” (WESTPHALEN, 1962: 22).

A nova associação, com o papel de orientadora dos estudos históricos colocava aos historiadores diplomados a missão de salvar a História do desprestígio. O discurso de Westphalen incitava a tomada de posição dos historiadores no plano da legitimação social do conhecimento que produziam, seja no interior da própria Universidade, frente ao sufocamento das “ciências práticas e objetivas”, seja no plano político e econômico, no sentido de colocar os problemas de desenvolvimento do país numa perspectiva estrutural de longa duração, apontando, até mesmo, “soluções concretas” (WESTPHALEN, 1962: 22).

Investigar as estruturas agrárias em plena agenda política reformista do governo João Goulart, quando a reforma agrária foi reivindicada de forma contumaz,⁷⁸ significava que o II Simpósio, pelo menos na intenção discursiva, operando com a dialética entre presente e passado (buscar no passado a inteligibilidade do presente) enfrentava o compromisso da História com os problemas atuais, à maneira postulada por Marc Bloch.⁷⁹ Assim, sem constrangimentos políticos e ideológicos (o que significa tomar o partido da ciência), os historiadores conectados com as “aperfeiçoadas técnicas da ciência contemporânea”, revisitariam “um dos mais importantes problemas do homem”, a propriedade e o uso da terra (WESTPHALEN, 1962: 23).

Por meio do discurso de Cecília Westphalen, a APUH instigou os historiadores a ponderarem sobre como integrar “cientificamente à História a realidade dos nossos dias” e afirmou-se como aglutinadora dos profissionais comprometidos com esse questionamento e desejosos de contribuir para a “renovação dos estudos históricos no Brasil” (WESTPHALEN, 1962: 22).

Relatar toda essa movimentação da historiografia brasileira na carta a Braudel, era, para Westphalen, tanto uma forma de registrar o significado das lições resultantes do encontro com ele e sua concepção de História, quanto

⁷⁸ Em 1962, por exemplo, foi criada a Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA). Sobre o governo Jango recomendamos: Napolitano (2014).

⁷⁹ Para Marc Bloch (2002: 63), o passado e o presente se interpenetravam, possuíam vínculos de compreensibilidade. Nesse sentido, uma frase de Bloch nos parece central no direcionamento do discurso de Westphalen: “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”.

demonstrar que, como boa discípula, trabalhava para manter certa hegemonia francesa na historiografia brasileira. Neste ponto, o discurso na APUH é exemplar, pois o novo que se reclama para a historiografia brasileira se ancora na linguagem que emana, mais propriamente, da revista *Annales*.

Colocando Carlos V no limbo historiográfico, esta confissão e afiliação a Braudel passou a demarcar a sua genealogia como historiadora. Isto é, foi ao frequentar o *Centre de Recherche Historique* na VI^a Section de l’EPHE e visitar os Arquivos Nacionais - visto que, “como de resto a maioria dos brasileiros, pela primeira vez penetrava em um arquivo histórico” (WESTPHALEN, n. 17, 1985: 37) -, que decidiu aderir “as técnicas da história quantitativa e da longa duração” no estudo sobre o comércio do Paraná através do Porto de Paranaguá. O plano fora traçado: abandonar a “ambição européia” (Carlos V) para se dedicar ao estudo regional e assim contribuir efetivamente para o conhecimento da história do Brasil.

Entremeio

Antes de nos direcionarmos para o segundo conjunto de cartas, que compreende a experiência francesa de 1970, façamos uma análise do entremeio. Ou seja, vamos estudar como ela significou aquele encontro historiográfico na prática do seu ofício na UFPR. Enfatizaremos as mudanças internas dentro da dinâmica do Departamento de História (a implantação de um Seminário de História, de projetos de pesquisas e a condução da

disciplina Introdução à História), entrelaçando textos em que defendeu seu modo de ensino e análise historiográfica.

Cecília Westphalen retornou de Paris em 1959 com a intenção de transformar o Curso de História e Geografia da UFPR em um celeiro de inovação da pesquisa histórica. Ela pisava em solo fértil, pois desde a década de 1950 avistavam-se sinais de mudanças na paisagem historiográfica brasileira, que confeririam à década de 1960 uma espécie de dialética da “tradição e inovação” (FALCON, 2011b: 59). Na historiografia paranaense, segundo seu próprio diagnóstico, era o período de coexistência de “formas tradicionais e modernas” (WESTPHALEN, abr.-jun. 1984: 109).

Em âmbito nacional, desde 1948 com a tramitação no Congresso do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, expandiam-se os debates acerca da estrutura do ensino e ganhava impulso a pauta da Reforma Universitária. Tanto estudantes quanto docentes manifestavam seu descontentamento com a organização curricular e mobilizavam-se para discutir os rumos da disciplina (FALCON, 2011c: 21) - cabe lembrar o engajamento da estudante Cecília Westphalen pela defesa do espaço profissional do licenciado no final da década de 1950.

O contexto político pós-eleição de 1958 foi portador de outro elemento potencializador, a crescente politização dos universitários tomando parte nas controvérsias sobre o subdesenvolvimento nacional e a democratização do ensino superior (FERREIRA, M., 2013: 53-58).

Mesmo o vocabulário em torno da revista *Annales* não era de todo desconhecido,⁸⁰ ele pode ser encontrado entre os nomes que integram “a primeira florescência significativa da Universidade”, segundo os “momentos decisivos” de Carlos Guilherme Mota.⁸¹ Todavia, como esses nomes se situavam, em sua maioria, nos contornos do eixo Rio-São Paulo, tributários dos investimentos nas missões de professores estrangeiros, e havia dificuldades de sociabilidade acadêmica (falta de associações especializadas, de eventos de divulgação da pesquisa acadêmica, pouca demanda de bancas de concursos), o conhecimento circulava com vagar. Eis um dos grandes méritos da criação da APUH.

Captando, então, esta movimentação externa Westphalen teve apoio dos colegas do Curso de História e Geografia da UFPR para implantar uma série de medidas de incentivo à pesquisa histórica. O ato fundador foi a proposição, por ela, de instituição de um Seminário de História “a fim de dinamizar e organizar os trabalhos docentes e discentes [...], bem como desenvolver um

⁸⁰ Talvez a principal demarcação da presença seja a *Revista de História*, criada em 1950 e inspirada na revista francesa *Annales*. A revista foi idealizada por Eurípedes Simões de Paula, professor na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Nesta instituição, devido às missões de professores estrangeiros houve maior possibilidade de sofisticação na pesquisa, embora isso não tenha se processado de imediato. Das teses defendidas entre 1940 e início de 1950, dois autores dialogaram mais explicitamente com a terminologia difundida pela *Annales*, Canabrava e Eduardo d'Oliveira França (cf. ROIZ, 2012; ERBERELI JÚNIOR, 2014; ALVES, 2010).

⁸¹ No segundo momento, demarcado entre 1948-1951, Mota elenca autores que encabeçaram os primeiros resultados do labor universitário: Vitor Nunes Leal, João Cruz Costa, Alice Canabrava, Eduardo d'Oliveira França e Olga Pantaleão. E finaliza vinculando o nome de Eurípedes Simões de Paula à *Revista de História* (MOTA, 1985: 33-36).

programa de pesquisas históricas dentro das atuais perspectivas metodológicas de História” (WESTPHALEN et al., 2009: 286).

Essa sugestão originou-se da observação *in loco* da estrutura universitária alemã e francesa, onde os seminários foram estratégias para fomentar a prática científica. A reunião de um pequeno número de pessoas em torno de problemáticas comuns significou a progressiva especialização do conhecimento. Ou seja, essa forma de proceder pode ser vista como uma das etapas de profissionalização do *métier* do historiador.⁸²

Para a realização do primeiro Seminário de História, ação simbólica de fundação do Departamento de História (DEHIS),⁸³ foram convocados os professores catedráticos de História e Geografia,⁸⁴ explicitando a conveniência do trabalho em conjunto. Quando o DEHIS regulamentou a “participação de cientistas e técnicos interessados” no interior de seus projetos (WESTPHALEN et al., 2009: 289), sublinhou o mote da interdisciplinaridade, operação estimulada por Bloch e Febvre por meio da revista *Annales* e retomada por Braudel em *História e Ciências Sociais. A Longa Duração*, quando este defendeu a necessidade de uma “problemática comum às ciências sociais” (BRAUDEL, 2009: 60). Nessa esteira, os professores do primeiro Seminário de História foram

⁸² Na França, o termo “*métier*” (artesão, operário, trabalhador) passou a substituir a palavra “*tafeia*” (vocábulo que privilegiava o gênio inspirado), com o estabelecimento das regras do método histórico no final do XIX (cf. NOIRIEL, 2010).

⁸³ Houve a fundação de um Departamento de História dentro do Curso de História e Geografia.

⁸⁴ Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado, João José Bigarella, José Loureiro Fernandes, Júlio Moreira, Carlos Stellfeld, Liguaru Espírito Santo e Osvaldo Pilotto.

convidados a refletir conjuntamente sobre o estabelecimento de um “sistema de referência para se construir a História do Paraná” (WESTPHALEN et al., 2009: 291).

Mas, antes de traçar rumos para o futuro era necessário colocar o passado em revista, levantar a “situação real da Historiografia Regional do Paraná, e dos problemas que nela restam por serem equacionados e resolvidos” (WESTPHALEN et al., 2009: 291). O objeto de análise foi a obra *História do Paraná*, de Romário Martins, considerada, ainda em 1959, o que havia de mais representativo do fazer historiográfico regional. Brasil Pinheiro Machado foi quem fez a autópsia do livro e inaugurou o debate.

Surgiram questões em torno da noção de história regional, história geral, meio geográfico, conceito antropológico de cultura, conceito de estrutura, técnicas quantitativas. As considerações mais extensas foram de Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana.

No que se refere ao conceito de história regional, Machado retomou os princípios desenvolvidos em seu roteiro/modelo *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*, de 1951. Para o historiador, embora o meio geográfico fosse um fator da história regional ele, por si só, não seria determinante, pois no estudo da formação de grupos humanos regionais haveria a necessidade de adoção de um regionalismo social. Subtraindo o regional do determinismo geográfico e das limitações físicas das fronteiras políticas, esta noção conferiria complexidade ao estudo da formação das identidades regionais. Nesta concepção, do regional chega-se ao nacional/geral, pois somente com a realização da

história desses agrupamentos humanos poderia ser construída a História do Brasil (WESTPHALEN et al., 2009: 292).

Seu principal diálogo foi com Westphalen, no que tange a noção de história regional não se encontram entre eles divergências de compreensão, mas algumas ênfases. Para Westphalen, era imprescindível ponderar os elementos culturais que conferem relativa homogeneidade a grupos inscritos numa mesma área geográfica. Quanto a essas histórias regionais justapostas formarem a História do Brasil, Westphalen (2009: 293) reportou-se à noção de estrutura, pois a “História Geral” não seria o resultado da soma de histórias particulares visto que pressupunha “unidade e estruturação”, seria preciso, neste caso, analisar as realidades sociais de permanência, as características que supunham uma “composição unitária”. Seu objeto de interesse centrava-se na observação, ou catalogação, de elementos que sobreviveram as asperezas do tempo.

Balhana, como Westphalen (2009: 293-294), enfatizou o imperativo do emprego de técnicas quantitativas para apreender o movimento de formação estrutural da sociedade paranaense. Foi ela quem chamou atenção para o conceito antropológico de cultura no estudo da contribuição étnica dos povos imigrantes, tema ignorado por Romário Martins.

Os demais catedráticos pontuaram as faltas, as lacunas, na obra de Martins, e postularam ações operatórias para a elaboração de monografias especializadas, como o reexame e o estudo comparativo de fontes e o arrolamento de novas “fontes primárias” em arquivos. À guisa de um balanço, todos os seminaristas concordaram que com esse esforço coletivo seria possível sistematizar a escrita de uma nova História do Paraná.

Na sessão, demandas antigas, como as já expressas em 1951 por Brasil Pinheiro Machado, constatações de falhas heurísticas, esquecimentos temáticos, somaram-se às novas preocupações, como o estudo das estruturas que caracterizam a formação das sociedades regionais e a modernização metodológica. Surgiu assim o termo “quantificação” como sinalização da entrada da escrita regional numa era mais “científica” de compreensão do passado, alinhavada com a história praticada em outros centros nacionais, como a da USP.

Dessa feita, neste primeiro Seminário de História institucionalizou-se a busca pela formulação de uma história total do Paraná, tornando-se a história regional uma estratégia de pesquisa da história praticada no DEHIS. Nesse sentido, forjou-se o “nós” (“sujeito plural que sustenta o discurso”)⁸⁵ desse lugar historiográfico, o fazer história econômica e social regional tornava-se uma intenção coletiva. Esta aparência de unidade não implica um enquadramento estanque, uma forma homogênea de concepção do conhecimento histórico, mas indica que havia um claro direcionamento a um estilo de prática historiográfica, a difundida pela historiografia francesa.

Um debate de nível sofisticado entre catedráticos, assistentes, auxiliares e professores visitantes,⁸⁶ via Seminário

⁸⁵ Toda pesquisa individual se situa num conjunto de práticas, essa premissa que ensaia ser implícita, segundo Certeau (2002: 71), está inscrita “[...] numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado”.

⁸⁶ Alguns dos professores visitantes até a década de 1970: Eduardo d’Oliveira França (USP); Jean Roche (Universidade de Toulouse); Guy de Hollanda (Universidade do Brasil); Hermann Kellenbenz (Universidade de Colônia, Alemanha Ocidental); Manuel Nunes Dias (USP); Van Houtte (Universidade de Louvânia); Frédéric Mauro (Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine e Universidade de Nanterre).

de História, que abarcasse questões sobre o “ensino de História, a pesquisa histórica, a teoria da História, ou qualquer outro problema da ciência histórica” (WESTPHALEN et al., 2009: 286), deveria se aculturar no DEHIS. Ainda que seja incerta a trajetória dessa experiência, há registro do acontecimento de seminários nas Atas de reuniões departamentais até 1970. É provável que a implantação dos Cursos de Pós-Graduação com o peso aos docentes de atividades didáticas e administrativas e a adoção de seminários próprios às linhas de pesquisa, tenha asfixiado essa prática.

O seminário também foi utilizado como estratégia em sala de aula. Todos os professores catedráticos foram incentivados a organizar sua disciplina desta forma. Segundo a lembrança de um ex-aluno, Westphalen “usava muito o recurso do seminário” e “os alunos se preparavam para isso”, “ela tinha uma didática, ela usava instrumentos pedagógicos na época, então, ela era bastante dinâmica” (NADALIN, 2014: 5). Essa dinamicidade que retrospectivamente Sergio Odilon Nadalin lhe conferiu em distinção a maioria dos catedráticos, pode ser associada com a sua experiência no ensino secundário, onde o professor, muitas vezes, vale-se de artifícios retóricos para envolver o estudante. Nessa perspectiva, também se explicaria a avaliação irritada que fez dos seminários de Theodor Schieder, que nem mesmo olhava para os alunos.

Além da prática dos seminários, somou-se ao discurso de modernização do trabalho historiográfico um conjunto de medidas que colocou o ato de investigação como cerne do ofício. Primeiramente, era necessário afirmar-se enquanto saber disciplinar autônomo, ou seja, defender sua especificidade em

relação à Geografia, separando-se dela.⁸⁷ Concomitante a essa reivindicação, foram arquitetados os primeiros projetos de pesquisas, que, inicialmente, voltavam-se para coleta de fontes, pois a empiria histórica deveria substituir o primado da pesquisa meramente bibliográfica.

O projeto “Levantamento de Fontes para a História Regional”, sob a direção de Brasil Pinheiro Machado, tinha como meta oferecer possibilidades de pesquisa em história regional a partir do descobrimento de fontes em arquivos de família, em arquivos paroquiais, judiciários e outros. A cargo de Westphalen estava o projeto “Comércio Importador e Exportador do Paraná, através do Porto de Paranaguá”, que deveria reunir material relativo a toda movimentação comercial do Porto de Paranaguá, envolvendo contabilidade pública, circulação de mercadorias, oscilações de preços, ordens administrativas, decretos, leis, relações portuárias internacionais, na tentativa de compreensão dos alicerces econômicos que sustentavam a sociedade paranaense do século XIX. No caminho da história social estava o projeto “História Demográfica no Paraná”, no qual Altiva Pilatti Balhana buscava material para inquirir a formação da população paranaense em dinâmica com os movimentos migratórios. Este projeto alinhava-se ao projeto “Campos Gerais” desenvolvido por Machado e ela, cujo foco era o estudo das transformações das estruturas sociais e agrárias numa das regiões mais antigas

⁸⁷ O desmembramento das disciplinas formando cursos independentes foi regulamentado pela lei federal nº 2.594 de 1955. A UFPR o fez entre 1961 e 1963 (WESTPHALEN et al., 2009: 297).

do estado e recebedora de grupos imigrantes diversificados, os Campos Gerais.⁸⁸

Para a divulgação parcial dos resultados desses projetos, criou-se o “Boletim do Departamento de História”, meio de interlocução com o público acadêmico e não acadêmico e, conseqüentemente, de afirmação de uma forma de fazer pesquisa historiográfica.

As duas primeiras publicações, de junho e dezembro de 1962, foram inteiramente escritas por Cecília Westphalen (jun. 1962; dez. 1962). No quinto boletim, também de sua autoria, ela considerou pertinente o envio a Braudel. Para Westphalen, o trabalho *Duas vilas paranaenses no final do século XVIII – Paranaguá e Antonina* estava “na linha de publicações feita por ANNALES”, e, portanto, pedia a Braudel que o publicasse (WESTPHALEN, 3 dez. 1963). Ele recebeu a carta, mas parece não tê-la respondido (WESTPHALEN, 5 mai. 1964). Não encontramos esta carta na correspondência recebida de Braudel, nem mesmo as aguardadas críticas na correspondência de Westphalen e não há registro do texto nas publicações da revista *Annales*.

O boletim viajante compreende os resultados parciais de dois projetos de pesquisa, o relativo à vida econômica e marítima do porto de Paranaguá e o que objetivava levantar fontes para a história demográfica paranaense. A documentação “ainda não estudada” era proveniente das coletas no Arquivo do Estado de

⁸⁸ A produção historiográfica que resultou desses e de outros planos de trabalho foi objeto de preocupação do projeto “Avaliação da Produção Científica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – 1959-1989”, desenvolvido por professores e alunos do próprio departamento no ano de 1992 (cf. MARCHI, 1995; MARCHI et al., 1993).

São Paulo. Com a ordenação deste material isolou-se o ano de 1798 (data de instalação da primeira Câmara em Antonina) para fazer um trabalho comparativo da “vida” das duas pequenas vilas litorâneas: Paranaguá e Antonina (WESTPHALEN, dez. 1964).

Ora, se a “linha de publicações feita por ANNALES” era a história quantitativa, compreendo-a como quantificação e seriação de dados em unidades repetitivas e comparáveis no tempo (LANNES, 1973), lendo François Furet (1976; [1986]), assíduo militante por essa abordagem, argumentar-se-ia que Westphalen estava nos prolegômenos dessa prática historiográfica. Ela “fabricou” fatos históricos a partir da quantificação das suas fontes, ou seja, cumpriu uma premissa fundamental. Por causa dessa operação, somos informados do contingente populacional de escravos, dos produtos de exportação e importação, da discrepância dos preços praticados para os mesmos produtos, sabemos, até mesmo, as médias de consumo diário por indivíduos, mas não conhecemos a dimensão diacrônica desses fenômenos.

O texto não lança hipóteses que seriam testadas com a quantificação, ele apresenta dados que indicam o modo de organização social e econômica das duas vilas. Por não ultrapassar a “indicação”, não ter diálogo historiográfico (não há nenhuma referência) e não trabalhar com uma escala temporal, seu trabalho hesita entre as conformidades dos pressupostos da história quantitativa *à la Annales*, a qual explicitamente desejava se enquadrar, e uma história *événementielle*, factual.

A história quantitativa, segundo Furet (1976: 75), deveria construir séries comparáveis no tempo e “medir a sua evolução por intervalos de tempo dados, em geral anuais”. Graças à

possibilidade de captar a regularidade dos dados selecionados, “construídos em função do seu caráter comparável,” se teria alcançado o desmonte científico do “incaptável ‘evento’ da História positiva” (FURET, 1976: 76). Na historiografia francesa, a década de 1960, embriagando-se nas proposições do economista durkheimiano François Simiand (ora para se apropriar de seus métodos ora para criticar seus reducionismos) apostou largamente nas potencialidades da abordagem quantitativa para afirmar o status científico da disciplina (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012: 197-259). Embora a história quantitativa não fosse una,⁸⁹ o explícito tornou-se um preceito.

Westphalen demonstrou saber constituir material de análise, ao dar forma numérica às duas vilas ela sugeriu muitos fatos a serem explorados dentro das particularidades brasileiras, mas, para a linha editorial da *Annales*, que já havia criado um modo próprio de trabalho, ela provavelmente estava nos primeiros passos.

Os textos publicados nos boletins foram as primeiras incursões no trato de um pesado material de quantificação, eles são vitrines das experimentações, no interior do DEHIS, em uma nova linguagem historiográfica e assim dão mostras da seriedade do compromisso assumido no primeiro Seminário de História.

O impulso para o envolvimento dos alunos nos projetos era dado pela disciplina Introdução à História,⁹⁰ que entrou no currículo do DEHIS em 1961 (WESTPHALEN et al., 2009:

⁸⁹ Os praticantes se dividiam entre os leitores de Simiand, de Jean Marzewski e, alguns, da *New Economic History* – cujas simulações contrafactuais suscitavam desconfianças nos franceses (cf. BORGUETTI, 2010).

⁹⁰ Por vezes aparecerá com a nomenclatura de “Introdução aos estudos históricos”.

297). Na disciplina, Westphalen implantou um regime regular de pesquisa de campo na Biblioteca Pública do Paraná e no Arquivo Público do Paraná, compreendendo-os como espécies de laboratórios da História. Essa organização didática teve uma dupla motivação: treinar novos pesquisadores aguçando neles o “gosto” pelo trato da documentação de arquivo e desafogar o tumultuado currículo com atividades variadas.

Desde a separação do Curso de Geografia (entre 1961/63), é possível mapear uma série de adequações no currículo do Curso de História, mas as mudanças que causaram maior impacto foram devidas a imposição da Portaria MEC nº. 159/1965, que regulamentava a duração dos cursos de graduação no país.⁹¹ A portaria causou inchaço no currículo e tornou a vida do DEHIS “angustiante”, pela sobrecarga de trabalho aos docentes, com uma relação de 86 alunos para um professor (86/1) no ano letivo de 1969 (ATA da Reunião do Departamento de História, 5 de setembro, 1966: 25; 14 de novembro, 1969: 49). Westphalen, como diretora do departamento desde a sua criação, suplicava pela contratação de professores assistentes.⁹² Mesmo a iniciativa

⁹¹ Temos aqui uma informação controversa. Segundo Westphalen, diretora do departamento, em razão da Portaria nº 159/1965 o curso deveria se adaptar a carga horária de 2.700 horas-aula. No entanto, para o curso de História a referida portaria não alterou o Parecer nº 377/1962 do Conselho Federal de Educação, que estabelecia a duração mínima de 2.700 horas. Provavelmente, o DEHIS ainda não tinha se adequadado ao parecer e com a regulamentação de 1965 foi obrigado a fazê-lo o mais rapidamente possível (cf. ATA da Reunião do Departamento de História, 18 de outubro, 1965: 20; RABELO et al., 1979: 1023-1029).

⁹² Além dos encargos da cadeira de História Moderna e Contemporânea, no ano letivo de 1968 Westphalen teve sob sua responsabilidade: “História Política, Social e Econômica Geral (4ª série, Ciências Sociais), História da Civilização (3ª série, Jornalismo), Introdução à História (1ª série, História), Técnicas de Pesquisa (3ª série, História) e Prática de Ensino (4ª série, História)” (ATA da Reunião do

de conceder bolsa de estudos aos alunos atingia um número muito limitado, em geral os poucos que a conquistaram foram os que demonstraram interesse direto com os projetos departamentais e pretendiam seguir na carreira afiliando-se imediatamente a um catedrático - naturalmente eles se tornaram auxiliares voluntários e foram contratados como assistentes, seguindo a lógica da reprodução em torno da cátedra.⁹³

No cotidiano, com a sobrecarga horária do professor, instalações físicas insuficientes (principalmente na biblioteca), escassez financeira para custeio de publicações (duplo problema, pois a falta de publicações inviabilizava o intercâmbio de obras entre as instituições), e auxílio de pesquisa aos alunos, o ideal de formação do profissional pesquisador era dificultado pela estrutura administrativa do ensino superior nas universidades federais (ATA da Reunião do Departamento de História, 21 de novembro, 1966).

O “ideal”, no entanto, foi o mote da disciplina de Introdução à História, farol do treinamento dos alunos em historiadores-cientistas. Posição defendida por Westphalen no “1º Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Estudo da História”, realizado em 1968 na cidade de Nova Friburgo.

Promovido pela APUH, seção Rio de Janeiro, e pelo Departamento de História da Universidade Federal Fluminense,

Departamento de História, 9 de dezembro, 1968: 36).

⁹³ Os exemplos mais representativos são os trajetos institucionais de Oksana Boruzenko, Mitiko Okazaki, Ruy Christovam Wachowicz, Márcia Elisa de Campos Graf, Sérgio Odilon Nadalin e Carlos Roberto Antunes dos Santos. Como delatou Bourdieu (2011), em estruturas de ensino hierarquizadas a escolha de um orientador “poderoso” está intimamente ligada ao sucesso na carreira docente e, consequentemente, à conquista de postos institucionais.

o evento reuniu professores da disciplina e historiadores, nacionais e estrangeiros, inclinados aos debates acerca da pesquisa histórica, teoria, metodologia e técnicas para a História. Trata-se de uma disciplina com aparência de novidade, cujos docentes, em grande número, não a tiveram em sua grade curricular, conseqüentemente, não foram preparados para ministrar o ensino - daí a disparidade dos programas.⁹⁴ Diante desse panorama, o Encontro tinha por finalidade incentivar a “troca de experiências”, “confrontar orientações de pesquisas e debater problemas peculiares ao ensino da disciplina *Introdução ao Estudo da História*” (ESPOSEL, 1970: 3).

Cecília Westphalen, como docente da disciplina no DEHIS da UFPR desde a sua instituição (1961), fez sua exposição na segunda sessão de estudos, intitulada *Introdução ao estudo da história e as Técnicas Auxiliares do Historiador*. Na primeira parte de sua fala, defendeu suas considerações sobre a “Renovação Metodológica da História”, em seguida apresentou “As técnicas auxiliares do Historiador” e “As técnicas auxiliares e a pesquisa”, finalizando com “Recomendações” à condução da disciplina.

A autora reuniu argumentos claramente oriundos de seu contato com o artigo *História e Ciências Sociais...* de Braudel, para afirmar que a História, como “conhecimento da sociedade no tempo”, é uma ciência social e uma ciência imprescindível, pois conscientizadora da pluralidade do tempo social (WESTPHALEN, 1970: 72).

⁹⁴ Nos Anais o “Apêndice II” traz os Programas de Introdução ao Estudo da História de vinte e nove Cursos de História.

O “historiador moderno” além da nova atitude em relação ao documento, ao fato histórico, introduziu as noções de conjuntura, processo e estrutura para explicar a realidade social. Este historiador reconstrói o passado com aportes metodológicos da ciência moderna e assim “o emprêgo de novos métodos e técnicas, como aqueles da quantificação, constituem imperativo das conquistas da era tecnológica” (WESTPHALEN, 1970: 72-73). Estes imperativos tornavam-se chaves para o treinamento dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos nos departamentos, de preferência com ênfase na história regional. Vemos, então, que Westphalen defendeu um ponto de vista a partir do qual a disciplina deveria “instrumentalizar os alunos” na prática do seu *métier*.

Nas bases, as etapas de trabalho do “historiador-cientista” eram equivalentes as das demais ciências, o ato da pesquisa seguia o “método científico de observação”: formulação da hipótese, a coleção de provas e a prova da hipótese. Para a “coleção de provas” reporta-se à heurística e a “prova da hipótese” seria o momento da crítica e explicação histórica. Fica subentendido que a autora optou por não citar *Introdução aos estudos históricos* de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, onde sintetizaram o “método histórico” e difundiram o *savoir-faire* da disciplina na França (NOIRIEL, 2014b).

Importa-se dos franceses uma história hegemônica com seus preceitos e preconceitos, principalmente nas considerações sobre os princípios dos historiadores metódicos. Enviesadas referências aos autores foram feitas para taxá-los como “*événementialistes*” e opor-lhes as inovações dos *Annales*, como a concepção de “fato histórico”. Ou seja, Westphalen,

seguindo Febvre em seus combates,⁹⁵ desconsiderou que, para Seignobos, o historiador não trata os dados como fatos, já que a história é um conhecimento por traços, “os ‘fatos’ resultam de uma construção social que o historiador deve atualizar graças aos seus procedimentos de crítica” (NOIRIEL, 1990: 74, tradução nossa).⁹⁶

Nos conteúdos da disciplina, no entanto, as operações analíticas do repertório metódico têm lugar marcado, os alunos do 1º ano do curso eram ensinados a submeter os documentos à crítica externa e interna.

Relacionar o espaço reservado aos conteúdos registrados nas “Cadernetas de Frequência e matéria lecionada” e a exposição de Westphalen no Encontro, nos permite compreender as adaptações que foram sendo realizadas na disciplina, ora incluindo, excluindo ora reduzindo a carga horária de determinados assuntos.

Na infância da disciplina, de 1961 a 1963, encontramos incursões pela Teoria da História, arrola-se o estudo de diferentes concepções de história como a de “Santo Agostinho e a Cidade de Deus; Vico e a ‘Scienza Nuova’; Karl Marx e a dialética da História; Oswald Spengler e a vida das Civilizações;

⁹⁵ “A história historicizante pede pouco”, resume-se a duas operações, estabelecer os fatos e depois tratá-los, disse Febvre. Embutida neste juízo está a crítica ao *modus operandi* daqueles que pensam que os fatos são dados à história como realidades substanciais. Contra a atitude dita passiva do historiador em relação aos fatos (na imprecisão entre fatos e documentos), Febvre ([19--]: 24) defenderá que o historiador fabrica seus fatos, “o essencial do seu trabalho consiste em criar, por assim dizer, os objectos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastante complicadas”.

⁹⁶ Para uma análise da produção intelectual de Seignobos com a releitura das críticas tecidas os seus escritos, cf. Prost (1994).

Arnold Toynbee e o Estudo da História” (CADERNETA DE FREQUÊNCIA, 1961). A partir de 1965, sem regularidade para os anos subseqüentes, é possível encontrar aulas reservadas às interpretações da história nos marcos temporais da Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea, mas sem a explicitação do conteúdo ensinado. Em regra, com a pequenez de uma hora-aula para cada uma, indício de que a indagação sobre os sentidos conferidos à história e a especificidade conceitual do conhecimento histórico, eram temas pouco perseguidos. Poder-se-ia dizer que o tratamento rápido era justificável por evitar a sobreposição de conteúdos com a disciplina de Teoria da História ou de Historiografia? Neste caso, não. O DEHIS não oferecia a disciplina de Teoria da História e nem de Historiografia, esta, mesmo com pouco espaço, era tratada dentro de Introdução à História e aparece de formas variadas, ora como “noções de historiografia” (1964, 1967, 1968) ora como “perspectivas atuais da historiografia” (1965).⁹⁷

Já em 1963 algumas mudanças são expressivas da incorporação das suas leituras *annalíticas* da História, elas também se associam ao exercício de reflexão despendido nos projetos desenvolvidos no DEHIS. As noções de “Fato, conjuntura, estrutura” e a apresentação das “Novas perspectivas metodológicas da História” são introduzidas na grade de

⁹⁷ O currículo do curso era composto pelas disciplinas: Introdução à História, História Moderna, História Contemporânea I, Métodos e Técnicas de Pesquisa, História Contemporânea II, História Política, Econômica e Social Geral, Civilização Contemporânea, Prática de Ensino, História Econômica Geral, História da América I, História da América II, História da América III, História do Brasil I, História do Brasil II, História do Brasil III, Princípios de Sociologia, História Política Econômica e Social do Brasil, História Antiga e História Medieval.

conteúdo para não serem mais abandonadas. Deste núcleo *à la* Braudel, surge, em 1966, o tema “A História e o Meio” e, em 1968, a “Longa duração – Braudel”.

No texto do Encontro, Westphalen (1970: 80-81) defende uma “carga horária de importância” no ensino das “técnicas do livro” (catalogação, classificação, consultas, organização de bibliografias específicas, fichários, etc.) e da “prática de Arquivos”.

As horas-aula destinadas à realização de “Trabalhos práticos”, “pesquisa em arquivos” e “pesquisa em bibliotecas”, assim como os conteúdos sobre arquivística, história e organização de bibliotecas e museus, vêm suas horas consideravelmente valorizadas, atingindo o ápice a partir de 1967. Também teve igual importância a preocupação com o domínio das “ciências auxiliares”, relação direta com a ampliação da noção de documento e as diversas formas de tratamento. Em 1966, introduziu-se “Exercício de paleografia”; “As técnicas modernas de datação Carbono 14”; “Arquivos modernos – filmoteca, discoteca e serviço de microfilmagem. Leitura de microfilme”.

Dessa feita, acompanhando o desenrolar dos conteúdos de Introdução à História quando se chega em 1968 vemos uma estrutura disciplinar que tenciona dar ao aluno um panorama geral das possibilidades metodológicas e técnicas do trabalho historiográfico, a formação de hábitos para a pesquisa histórica aparece como esfera privilegiada. Depreende-se do texto apresentado no Encontro e do programa da matéria desenvolvido no DEHIS, a confiança de que métodos matemáticos poderiam levar a conhecer o passado com mais sobriedade e precisão. A ideia de que essa aparelhagem técnica conferiria credibilidade científica ao trabalho do historiador perante as demais ciências,

tornou-se seu princípio. Alcançar uma verdade objetiva do passado era um valor fundamental na sua prática como pesquisadora e professora.

A análise de Jean Glénisson (1977: 25) é bastante indicativa do anseio de cientificidade da historiografia francesa. Para ele, apesar de Braudel não proclamar “leis históricas” esforçava-se, “não obstante, por atingi-las mediante atalhos”. Certamente uma herança febvriana. Em monólogo sobre a polêmica, Febvre esclareceu sua posição:

Leis? Se se referem às fórmulas comuns que, agrupando factos até então separados, formam com eles séries – porque não? Assim, a história provará uma vez mais a Unidade viva da Ciência; assim se sentirá, ainda mais, irmã das outras ciências, de todas aquelas cujo maior problema é hoje promover o acordo do Lógico e do Real – como é, para a história, promover o acordo do Institucional e do Contingente (FEBVRE, [19--]: 35).

A constatação de Glénisson foi também o direcionamento que imprimiu ao primeiro manual acadêmico da disciplina, *Iniciação aos Estudos Históricos*, nascido de sua experiência como professor visitante na USP entre 1957 e 1958 - um ano antes de acompanhar Westphalen aos Arquivos Nacionais, em Paris. A obra, que se coloca como necessária em um meio em que os alunos faziam filosofia da história antes mesmo de fazerem história, foi elaborada com a intenção de “iniciar o estudioso na concepção contemporânea de história, de encorajá-lo a praticar aquilo que Marc Bloch chamava com tão belo nome: o ofício; o ofício do historiador” (GLÉNISSON, 1977: 5). O historiador consciente do ofício deveria conhecer os caminhos percorridos pela história e ter o domínio do método e das técnicas. Assim,

o sentido prático conferido à disciplina, o de ensinar o exercício do ofício visando um futuro “historiador-cientista” para temas nacionais, foi colhido no manual de Glénisson, inclusive, muitos dos conteúdos que Westphalen selecionou correspondem a subtítulos de sua obra.

Compactuando com Glénisson (1977: 5) a dita abertura da História “a todas as iniciativas, a todas as influências, a todos os encontros”, Cecília Westphalen (1970: 79) completou seu texto do evento citando como exemplo de trabalho pluridisciplinar o “Projeto Campos Gerais” desenvolvido na colônia agropecuária de Witmarsum, formada por um grupo de imigrantes menonitas. O “Projeto ‘Pôrto de Paranaguá’ e as técnicas quantitativas”, de sua autoria, foi apresentado como exemplo pela aplicação de técnicas quantitativas na elaboração das séries relativas às importações e exportações, entradas e saídas de embarcações; pelo entrosamento com as correntes dominantes na pesquisa histórica; e por ser a primeira experiência do tipo na história regional.

Com a descrição desses projetos de pesquisa, a identidade da disciplina Introdução à História ficava plenamente associada à identidade que reivindicava o DEHIS.

Identidade que não ficou isenta de críticas. Agruparemos os questionamentos dirigidos à Westphalen após sua exposição em três blocos, os que: 1 - Questionaram o método quantitativo, a extensão da cientificidade das técnicas estatística à História;⁹⁸ 2 – Colocaram o problema da escassez de recurso institucional para implantação de projetos de pesquisa e dos diversos

⁹⁸ Antônio Carlos Vilela Braga, Flodoaldo Proença Richtmann, Salomão Daniel e Georg Thomas.

saberes e atribuições que estariam incumbidos no professor da disciplina;⁹⁹ 3 – Concordaram plenamente, fizeram votos de louvor e dialogaram com as suas experiências departamentais. As perguntas foram da ordem do interesse específico ou da precisão dos termos empregados.¹⁰⁰

Na leitura dos debates, as críticas parecem sobressair-se as concordâncias, mas as “Conclusões” do Encontro referendam sobremaneira as “Recomendações” de Westphalen. Dos dez tópicos de orientações para condução da disciplina, os cinco primeiros são *ipsis litteris* de seu texto:

1 - A Introdução ao Estudo da História, partindo da conceituação da História como ciência social, deverá fornecer as bases teóricas indispensáveis à formação do historiador e do professor de História, ou seja, os quadros conceituais de referência, sólidamente firmados no método científico. 2 - Deverão, nesta disciplina, ser enfatizados o diálogo e a aproximação entre a História e as ciências do Homem, com base na renovação metodológica da História e na troca recíproca de meios e instrumentos operacionais. 3 - A orientação conceitual dada à disciplina Introdução ao Estudo da História deverá estar de acordo com aquela do Departamento e sua programação de pesquisa, para que a experiência seja sempre remetida aos exemplos concretos e viáveis. 4 - Êstes exemplos, face às possibilidades com que contam os historiadores brasileiros, devem ser buscados na História do Brasil e, de preferência, na história regional. 5 - A disciplina Introdução ao Estudo da História deverá ter caráter eminentemente prático, realizando o treinamento eficaz dos estudantes e encaminhando a sua participação em projetos de pesquisa

⁹⁹ Odilon Nogueira de Matos, Alfeu Domingues Lopes e Octávio Ulyssea.

¹⁰⁰ Odilon Nogueira de Matos, Nilo Odália, Frédéric Mauro, Kátia Mattoso e Johildo Athayde.

(1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO
AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1970: 219).

Servimo-nos mais uma vez dos eventos acadêmicos como barômetro dos temas e debates em questão no campo historiográfico universitário e assim pudemos testar a receptividade dos preceitos de Westphalen. Mesmo que a abordagem quantitativa, a cientificidade da História e a quase abolição de fronteiras entre as ciências sociais não fossem uma via unânime, as “conclusões” do Encontro indicam a institucionalização, via Introdução à História e projetos de pesquisa departamentais, dessa forma de concepção do ofício.

Encontramos ecos dessa institucionalização na análise que Helenice Ciampi (2000) fez do currículo da disciplina na PUC-SP, notadamente nas primeiras organizações curriculares, de 1972 e 1973. O elemento comum gira em torno do caráter prático da disciplina, do treinamento do aluno para a pesquisa, da ênfase nos procedimentos técnicos e na consideração da História como ciência social. Essa arquitetura geral só mudaria significativamente a partir de 1979 com a colocação de problemas sobre o conhecimento histórico, suas implicações teóricas e seus limites, e o trabalho com as posições metodológicas do materialismo histórico.

Fechando uma década de pesquisa e ensino no fazer historiográfico *annalítico* que aprendeu em sua viagem de 1958/59, Westphalen compreende que chegou o momento de retornar à Paris em busca de orientação metodológica e apoio técnico para seguir com seu projeto sobre as relações comerciais do porto de Paranaguá.

Segundo tempo: 1970

Ali pelas 4 horas me atacou a solidão e liguei o rádio, pensei que estava sonhando: Tenho uma nega que se chama Tereza, sou do mengo e aí por diante. Era um doido qualquer que nunca ouvi no Brasil (WESTPHALEN, 4 abr. 1970).

Pelo rádio, pela TV, agora colorida, e pelos jornais, Cecília Westphalen buscava desembaraçar-se da aprisionadora solidão. As dores da amizade são latentes na distância (VINCENT-BUFFAULT, 1996). O sentimento de ausência da amiga querida, o aborrecimento com a abdicação do conforto material e do poder institucional ao retornar ao status de aluna, mas também, embora mais regrada, a satisfação com as descobertas de investimentos investigativos e o estreitamento dos contatos profissionais, marcaram a sua escrita epistolar neste segundo tempo de suas viagens historiográficas.

Em abril de 1970, Westphalen retornava à Paris portando duas malas, uma destinada aos seus pertences pessoais e a outra, pesada e de difícil locomoção, trazia as listas, tabelas, levantamentos, relatórios diversos sobre o porto de Paranaguá. Nesta mala, cálculos por terminar e rever, quadros para completar e organizar, séries e gráficos para construir, um árduo trabalho a empreender na VI^a Section de l'EPHE. Para prosseguir com suas análises, contava com o direcionamento de Braudel, pois, como lhe relatou Ruggiero Romano, era ele quem poderia ou não colocar os serviços à sua disposição (WESTPHALEN, 11 abr. 1970).

Há certo consenso biográfico em torno do poder institucional de Braudel (DAIX, 1999; LOPES, 2003), “empresário”, “suzerano” “construtor de impérios”, são alguns dos adjetivos direcionados a ele (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012: 197-259). E com tais qualificativos, articulava contatos, delegava funções. Estar sob o seu círculo de influências poderia render proveitos profissionais. O caso desta historiadora brasileira em Paris corrobora essa imagem braudeliana.

Hoje foi o grande dia: Fui a minha entrevista com o Braudel. Me recebeu com dois beijos, um em cada face. Não esqueceu de perguntar pela minha *charmante amie*. Em resumo pedi à êle: 1) Refazer meus cálculos à maquina. 2) Estabelecer os quadros definitivos. 3) Fazer os gráficos. 4) Publicar os resultados. Com a sua amabilidade respondeu que tudo será possível. Chamou, na minha frente, o Mauro e me entregou aos cuidados dêle. Para a parte estatística, escreveu a um tal de Marcel Couturier, a Hache de recherche, para me orientar. Devo esperar que êsse camarada marque rendez-vous para me entender com êle e começar a trabalhar no Centre de Recherches Historiques (WESTPHALEN, 20 abr. 1970).

O uso do *ordinateur* (computador) estava no vocabulário corrente. Para François Furet, a utilização dos computadores para coleta e tratamento dos dados representava uma revolução na história serial, cujos procedimentos a “História em geral” deveria aprender para alcançar homogeneidade no conjunto das ciências sociais. E, ainda segundo ele, muito se devia ao “método Couturier” (FURET, 1976: 79). Em 1966, Marcel Couturier publicou na *Annales* um artigo em que ensinava a metodologia da *mecanografia eletrônica*. Passo a passo demonstrou

como, portando um computador de “terceira geração”, era possível codificar dados e extrair séries com significativa economia de tempo (COUTURIER, 1966). Era, pois, para esse mundo informatizado e prático para cálculos de navegação que Braudel guiava Westphalen e seu porto: “Diz o Braudel que com a assistência dêsse Couturier (só que êsse costureiro não é da marca Cardin e outros) eu não terei maiores dificuldades. A ver” (WESTPHALEN, 20 abr. 1970).

Enquanto aguardava impaciente o contato de Couturier, Westphalen seguia no quarto de hotel debatendo-se com seu material de análise: “é um serviço que não rende, faço refaço. Já gastei duas bics estas duas semanas” (WESTPHALEN, 20 abr. 1970). Tinta e papel milimetrado em abundância para montar quadros de navegação (considerando procedência, destino e tipo de embarcação) e de comercialização de mercadorias (levantamento dos produtos, entradas e saídas, preços), a partir da documentação recentemente coletada em arquivos no Chile, Argentina e Uruguai, para, na segunda etapa, colocá-los em concordância com os quadros já elaborados. Operação que lhe dava um “trabalhão”: “lido com 5 ou 6 ao mesmo tempo. Esparramo pela cama e chão, e fico tonta com êles. Eu que não aprendi a somar na escola, tenho que fazê-lo depois de velha” (WESTPHALEN, 24 mai. 1970).

O objetivo era “colocar os dados na máquina”, ordená-los em séries e dar-lhes forma gráfica usufruindo do apoio técnico e crítico da VI^a Section, para no Brasil finalizar a amarração interpretativa. Mas o tratamento da informação numérica era moroso e meticuloso, a dificuldade com a feitura dos cálculos,

levando em conta o conhecimento matemático, somada com a escassez de tempo, por vezes, despertava-lhe a ira:

[...] aqui estou, a me perguntar se êste livro depois de pronto, valerá tanto sacrifício, ou se, pelo menos, entenderão que deu um trabalho imenso, mas que não aparecerá porque vendo os quadrinhos prontos, parece que foram encontrados assim já feitiños especialmente. Não ligue, hoje estou na fase da revolta (WESTPHALEN, 24 mai. 1970).

O caminho que Westphalen escolheu para pesquisar o passado estava lhe exigindo familiaridade com múltiplos campos: história, teoria dos ciclos econômicos, estatística e, algo da nascente informática. Acompanhando a pesada rotina de trabalho descrita a Balhana, com suas bics e maços de papel milimetrado, compreende-se porque a utilização do computador para tratamento de dados foi considerada revolucionária por Furet e, nesse prolongamento, porque Emmanuel Le Roy Ladurie (2011: 210) invejava os jovens graduandos norte-americanos que eram “como peixes dentro d’água” em matéria de informática. O que indica que, para esses historiadores, noções de estatística e informática deveriam integrar o processo de formação do historiador. Assim, por exemplo, o pesquisador, que constrói seu objeto de investigação e depende de outras disciplinas na exploração da totalidade do fenômeno estudado, fluiria entre aqueles domínios com menos dificuldade que Westphalen.

Além de orientá-la para essa via tecnológica, Braudel também teria procurado inseri-la “entre os seus”. O evento: um almoço. A finalidade: sociabilizar-se, trocar ideias, estabelecer

contatos profissionais. Foi a oportunidade para que Westphalen (27 abr. 1970) comemorasse seu aniversário com “M. Fourer, presidente atual do Centre de Recherches, M. Mauro, M. Romano, M. Berthe, M. Le Roy Ladurie, diretores de estudos. Todos interessados em História da América”.

Desse elenco, Mauro foi o historiador de maior presença nas cartas. Com aparência de “homem d’argent”, promotor de jantares, parecia, aos olhos de Westphalen, estar em ascensão. Saído a pouco de uma instituição do interior (Toulouse), logo ao conseguir um posto de ensino em Paris, na Universidade de Paris X - Nanterre (1967), arquitetava a criação da Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA).¹⁰¹ Dividia-se entre o ensino em Nanterre, as reuniões da AHILA e a condução de Seminários de Doutorado no Institut des Hautes Études de l’Amérique latine (IHEAL), Universidade de Paris III. Acúmulos de investimentos sobre si que o projetavam como especialista em América Latina e o gabaritavam para integrar uma frente de historiadores que objetivava formar redes de pesquisadores latinoamericanos de alcance internacional, mas a partir da Europa, por meio da difusão de congressos acadêmicos.

Ex-aluno de Braudel e com formação em economia pelas universidades americanas de Columbia e Fordham, Mauro era estudioso da Europa Atlântica e Portugal, Brasil e América Latina, com projetos sobre as relações econômicas na Bacia do Rio da Prata (BRODER, 2002; VIDAL, 1998). A pesquisa que Westphalen vinha desenvolvendo sobre as relações comerciais

¹⁰¹ As reuniões para fundação da AHILA iniciaram-se em 1969 em Santander/Espanha, mas o primeiro encontro oficial aconteceu somente em 1978 (GIRAUDO, 2008).

no porto de Paranaguá tornava-se um importante ponto de diálogo para suas pesquisas e assim, quando incumbido por Braudel de acompanhá-la respondeu positivamente e disse que estimava seus trabalhos (MAURO, 17 abr. 1970). Mauro esteve no Brasil para fazer pesquisa em diferentes períodos e atuou em universidades em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, entre outras, é preciso lembrar que o francês foi um interlocutor elogioso do texto que Westphalen apresentou no “1º Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Estudo da História” (1968). Laços de proximidade vinham se construindo.

Em seu Seminário, provavelmente desenvolvido no IHEAL, Westphalen fez duas *exposés* e, a pedido de Braudel, Mauro escreveu uma resenha sobre o Porto de Paranaguá – tendo como base apenas os artigos de Westphalen, ou seja, os primeiros resultados do que seria uma obra – para ser publicada na *Annales*, um dos espaços editoriais/historiográficos mais cobiçados do momento (MAURO, 17 abr. 1970). Ambos, Seminário e resenha, foram considerados “flaco[s], flaco[s]” (WESTPHALEN, 24 mai. 1970). “O burro”, condenou Westphalen (18 jun. 1970), “não entendeu muita coisa e disse bobagem”. Agressividade que suscita indagação sobre o motivo de tão ácida (ou arrogante) avaliação da escrita de um autor versado na historiografia do assunto tratado.

O interesse de Mauro pelo Atlântico português do século XVII nasceu de sua perspicácia em debruçar-se sob uma área considerada ainda em descoberto entre os discípulos de Braudel. Seguindo a estrutura “geografia, teoria econômica e técnicas quantitativas”, realizou um estudo da economia portuguesa entre 1570, fim do penoso comércio com o Oceano Índico e

início da alta circulação de escravos africanos para os negócios da cana de açúcar no Brasil, que assinalam o direcionamento comercial ao Atlântico e a formação de um Império oceânico, e 1670 quando se selou a paz com a Espanha e os holandeses foram expulsos do Brasil, o marco ainda abarcou a primeira crise imperial (1630-1640). Explorando esta economia colonial na época moderna, o autor conferiu ao oceano um papel primordial no sucesso do tráfico mercantil português.¹⁰² E assim o *Mediterrâneo* de Braudel ascende como fonte de inspiração capital, praticamente um modelo.

Essa pesquisa, sua tese de doutoramento orientada por Ernest Labrousse na Sorbonne, foi a décima publicação da coleção “Portos, Rotas, Tráfegos” desenvolvida na VI^a Section e dirigida por Braudel (FEBVRE; BERTHET; DELUMEAU et al., 1953). Empreendimento que ambicionava abarcar as grandes correntes de trocas econômicas, consideradas determinantes para a elucidação da história das civilizações (FEBVRE, 1951: 10). Marcou o entrelaçamento de horizontes entre a história dos preços, *à la* Labrousse, e a geo-história econômica de Braudel. “Depois dos preços, as trocas, muito particularmente as trocas marítimas de longa distância” (AYMARD, 2011: 241). Curso investigativo que foi partilhado entre os discípulos braudelianos: Ruggiero Romano seguiu o estudo do comércio marítimo mediterrâneo, Vitorino Magalhães Godinho ocupou-se do oceano Índico, Frédéric Mauro do Atlântico português e Pierre Chaunu do Atlântico espanhol (AYMARD, 2011: 241).

¹⁰² “É o Oceano que faz o rei de Portugal, é ele o pai do Estado nacional português. É ele que coloca Portugal a frente de seu tempo” (MAURO, 1960: 5, tradução nossa).

A pesquisa de Westphalen sobre o Porto de Paranaguá integrava-se a este conjunto maior de pesquisas sobre circulação comercial internacional, a formação das bases do capitalismo mercantil ocidental. Ou seja, hábitat natural de Mauro. Na resenha, o autor localizou o estudo de Westphalen entre as publicações de história quantitativa do Brasil contemporâneo¹⁰³ e assim, nas primeiras linhas, sugeriu a aparência de marginalidade do Paraná e seu modesto Porto de Paranaguá. Nesta região, o rei café, produto que movimentava a balança das exportações internacionais, estava ausente. Sua principal mercadoria era a erva-mate, cujo interesse de exportação circundava o Rio da Prata.

O recorte, 1842-1862, foi conectado com duas graves crises cíclicas da economia européia, 1847 e 1857, para, perseguindo o mote da marginalidade, formular o questionamento: “Em que medida elas se encontram neste canto remoto do Atlântico Sul?” (MAURO, mai.-jun. 1970: 808, tradução nossa).

Mauro descreveu as atividades do porto paranaense: produtos comercializados; tipo de comércio, cabotagem (entre portos no Brasil) e de longo curso (Buenos Aires, Montevideu, Valparaíso); movimento dos preços. Identificou datas máximas de tráfego, importação e exportação, preços e relacionou com as crises cíclicas internacionais. A primeira, 1847, foi pouco sentida, diferentemente da segunda, 1857. “Eles viram com clareza o papel do ouro da Califórnia e da Austrália na alta dos preços, assim como a penúria de escravos, devida ao fim do tráfico em

¹⁰³ Mauro (mai.-jun. 1970) remete o leitor aos trabalhos de Alice Canabrava sobre São Paulo; de Kátia Mattoso sobre a Bahia; de Gadiel Perucci sobre o Recife; de Oliver Onody e de Werner Baer sobre a economia nacional; e os de José Francisco de Camargo e de Maria Luiza Marcílio sobre a demografia brasileira ou paulista.

1850” (MAURO, mai.-jun. 1970: 809, tradução nossa). A queda na produção da erva-mate e produtos alimentares desestabilizou a balança comercial e diminuiu as receitas. A alta dos preços dos produtos importados para consumo interno fragilizou a população. A curva da economia só começou a se recuperar na conjuntura da Guerra do Paraguai (1864-1870) quando houve um novo estímulo às exportações ao Rio da Prata.

O recorte de Westphalen pôde mostrar a interligação da economia mundial, partindo de um porto marginal na economia atlântica do Brasil. Haveria outros? Mauro remete o leitor ao estudo de Celso Furtado sobre a economia estacionária do “sertão”.

Na crítica revelada à Balhana sobre essa resenha, Westphalen não sugeriu seus pontos de discordâncias interpretativas. Ansiosos por compreendê-las, recorreremos ao texto base *Navios e Mercadorias no Pôrto de Paranaguá, nos meados do século XIX*, debatido no simpósio de 1969 da APUH (WESTPHALEN, 1971: 449-521). O tema central do encontro “Portos, Rotas e Comércio” é alusivo a coleção da VIª Section e sugestivo de sua receptividade entre os historiadores brasileiros. Trabalhando com a teoria econômica dos ciclos na conjuntura econômica regional de 1842-1862 (ciclos curtos de Kitchin e Juglar), Westphalen testou a correlação entre a instabilidade de economias industrializadas, nas crises internacionais de 1847 e 1857, com as flutuações da periférica economia paranaense, que tinha sua força exportadora agregada na erva-mate, produto com pouco mercado. Como não se poderia falar em termos de integração econômica, Westphalen optou por pensar em termos de “reflexos”. Em linhas gerais, a leitura de seu trabalho nos sugere que Mauro escreveu uma boa resenha, trabalhou com os principais ciclos curtos confeccionados

por Westphalen, apontando, por meio da exploração das séries de circulação de navios e mercadorias, as flutuações da economia paranaense e relacionando-as com a conjuntura nacional e as duas crises internacionais.

Como o cotejamento dos textos não nos permitiu entender a crítica de Westphalen a Mauro, sobram-nos duas possibilidades (que podem ser complementares) da ordem dos turvos sentimentos que, veladamente, habitam o meio acadêmico: o incômodo com a ênfase pouco explicativa na marginalidade do porto de Paranaguá ou a relação afetiva dúbia que mantinha com o resenhista. A antipatia com os seminários “cômodos e fracos”, o olhar condenador aos seus jantares de autopromoção e a avaliação pejorativa de “homem d’argent”, talvez tenham alimentado o furor de momento de suas duras palavras.

Entre as suas *exposés* ao seminário de Mauro - que, ia “só para os contactos como dizem” (WESTPHALEN, 21 abr. 1970) -, Westphalen foi à Universidade de Colônia, deslocamento que entrelaça 1958/59 e 1970. As cartas narram a sua preparação para proferir uma conferência no Seminário de História do Instituto da América Latina sobre navios e mercadorias no Porto de Paranaguá (*Schiffe und Waren in Hafen von Paranaguá*). Por uma hora, falou para mais de 15 pessoas, “houve muitas intervenções, todos porém mais interessados na erva-mate que no pôrto” (WESTPHALEN, 12 jun. 1970).

O responsável pelo Seminário era o professor Günter Kahle, seu colega no tempo de aluna de Richard Konetzke. O convite partiu de Hermann Kellenbenz, sucessor de Konetzke,

que esteve na UFPR em 1964.¹⁰⁴ Considerando que convites são formas de seleção, nos quais, além dos critérios da competência científica está a marca das relações afetivas e a necessidade da retribuição de gentilezas intelectuais, compreende-se que os favores acadêmicos de 1958/59 foram plenamente retribuídos com a publicação da conferência de Westphalen na *Kölnes Vort. Soz. Wirtschaftsgesch.*, em 1971 (WESTPHALEN, 1999: 35).

As apreciações dos Seminários de Braudel e Ruggiero Romano diferem pouco daquelas feitas a Mauro. Avaliando a historiografia *à la Annales*, parecia-lhe que eles estavam “com as mesmas chapas de 59 e 64” (WESTPHALEN, 14 jun. 1970) e, nesse sentido, “só o L. Henry” estaria “pensando na pesquisa no duro” (WESTPHALEN, 27 abr. 1970). Embora não fosse propriamente novidade desde 1959, a *técnica de reconstituição de famílias* foi, para Westphalen (7 abr. 1970), uma descoberta:

Fui a aula do L. Henry. Há somente três alunos, duas francesas que cada uma estuda uma paróquia, para reconstituição de famílias, e um americano que faz o mesmo para uma paróquia na Louisiana. O Seminário consiste em resolver para cada um, problemas encontrados e devidos registros nas fichas.

No Seminário de Louis Henry sobre Demografia Histórica, “o setor número 1” da historiografia francesa, Westphalen ia para aprender, para ela e Balhana (especialista na área) o dito “genial método Fleury-Henry” (CHAUNU, 2011: 231).

¹⁰⁴ Kellenbenz proferiu conferência sobre “Os alemães no comércio do Brasil no século XVII” e participou do Seminário de História sobre “O moderno pensamento histórico alemão” (WESTPHALEN et al., 2009: 310).

O politécnico Louis Henry foi o responsável pelo sucesso da demografia histórica entre os historiadores que buscavam conhecer as populações do passado (ROSENTAL, 2003). Com a possibilidade de reconstituir famílias a partir dos registros paroquiais ele demonstrou que era possível quantificar os homens (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012: 201-202), estabelecer as estruturas essenciais da família com a elaboração dos fluxos e taxas de nascimento, casamento, morte etc., e sugerir explicações para seus modos de vidas, comportamentos, crenças, desequilíbrios e deslocamentos. A aliança com a demografia despertou frenesi entusiástica, foi considerada o mais puro exemplo “da renovação do estudo do passado com a ajuda de uma determinada ciência social” (FURET, [1986]: 29).

Outro aprendizado foi o da *semiologia gráfica*, resultado de poucas lições com Jacques Bertin no *Laboratoire de Graphique*. Deste laboratório, fundado em 1954, saíram “pequenas maravilhas de originalidade e inteligência”. Este elogio de Febvre foi dirigido ao trabalho de Bertin com a cartografia das obras saída da coleção “Portos, Rotas e Tráfegos”. Seus mapas, acrescentou, ofereciam “uma interpretação e uma explicação do real” (FEBVRE; BERTHET; DELUMEAU et al., 1953: 112). É justamente esta qualidade das representações visuais que Bertin passou a explorar na elaboração da noção de *semiologia gráfica*.

“Não se desenha um diagrama, se constrói”, a imagem é transformável, pode ser reconstruída explorando as relações que os dados oferecem, este é o princípio da estruturação da linguagem gráfica, para Bertin (EMERY, 1975; BERTIN, 1986). Ele se apóia nas leis da percepção visual. Diante da imagem, o olho humano tem a potencialidade de perceber pontos isolados,

conjuntos ou subconjuntos hierárquicos, encaminhando questões e hipóteses que podem demandar o reagrupamento de variáveis. O tratamento gráfico da informação pode ser trabalhado a partir do fichário-imagem, leques de curvas, quadros ordenados. Os reordenamentos possíveis permitem transcrever relações de diferença, ordem, proporcionalidade que sugerem tipologias por agrupamento de caracteres (BONIN, 1993). Os quadros estatísticos que aparecem no estudo conjunto de Pierre Bourdieu sobre o trabalho e os trabalhadores na Argélia (1963) foram beneficiários dessa forma de tratamento e apresentação visual dos dados.¹⁰⁵

Desde então, Westphalen passou a fazer análises estatísticas do movimento do porto de Paranaguá (fichário-imagem, leques de curvas), explorando o tratamento gráfico da informação. Este encontro, de importância capital pelos ganhos metodológicos e pelas relações futuras, foi tardio em decorrência de divergências intelectuais:

[...] fiquei sabendo da rivalidade Couturier e pessoal da rue de Varenne, com o Bertin. Este é boicotado, como boicotam o Chaunu e assim por diante [...] Enfim, as querelas que a gente só começa a saber depois de uma 'primavera' junto, e que repercutem na vida de quem não tem nada com o peixe (WESTPHALEN, 24 jun. 1970).

¹⁰⁵ Em novembro de 2014, tivemos a possibilidade de visitar a Bertin Exhibition no Hotel Marriott Rive-Gauche, Paris, promovida pelo *IEEE Computer Society* e dedicada ao trabalho teórico de Bertin sobre as representações visuais da informação. cf. <<http://ieeewis.org/attachments/vis14-finalprogram.pdf>>.

Couturier fazia programação de computadores, Bertin era geógrafo e cartógrafo de formação. Embora Bertin buscasse facilidades na informática para superar o trabalho com tesoura e cola, tinha reservas quanto à informatização total do trabalho intelectual, para ele as melhores operações gráficas eram aquelas realizadas pelo julgamento humano. Como é próprio do comportamento humano, os “surgimentos” suscitam dúvidas, reservas, entusiasmos, nessa situação, o impasse era calcado na desconfiança quanto ao papel da inteligência artificial e o lugar do pesquisador.

A despeito disso, rivalidades de ordem política, ideológica ou epistemológica, parecem ser inerentes ao campo científico (BOURDIEU, 1983; 2011). Nem sempre é possível circular entre dois ou mais grupos, Westphalen, não fosse pela habilidade de Braudel, quem sabe, nesta circunstância, não transitasse pelo *Laboratoire*.

A narrativa de Westphalen (7 abr. 1970) indica que o próprio Romano teria perdido posições em razão de dissensões diretas com Braudel. Talvez, justamente por essa relativa “saída de cena”, Romano tenha adquirido massa crítica para diagnosticar uma suposta “crise” na História, “pois ‘qu’on triche en Histoire’, isto é, se faz tudo menos História” (WESTPHALEN, 1 jun. 1970). Segundo ele, Westphalen (7 abr. 1970) teria “condições de independência” para fazer “algo mais” e assim não repetir o seu “êrro, o do Braudel e do Chaunu” que fizeram “apenas a história de navios”. De um lado, Romano instigava a liberdade criadora, de outro externava sua percepção quanto a uma perturbação no reinado dos *Annales* (Em seu Seminário ele “meteu o pau na turma que está de cima nos Annales” (WESTPHALEN, 24 maio

1970)). Se a solução para a suposta “crise” foi a virada para a Nova História, na avaliação de Romano, isso representou traição ao legado dos *Annales*:

Los que hacen la Nouvelle Histoire son un grupo de recién llegados, con algunas excepciones y una la hago inmediatamente: Jacques Le Goff. Se esconden detrás del prestigio de los ‘Annales’, para hacer otra cosa y ocultar su miseria intelectual. Son herederos indignos, no solamente por no seguir haciendo historia económica sino por haber creado una camarilla encerrada en sí misma; antes no había camarilla, la prueba es el lugar que antes tenían los extranjeros y que ahora ya no existe. En la revista anterior se veía el respeto por otras historiografías. En los últimos años de su vida Braudel había tomado distancia de toda esta gente, hay entrevistas públicas donde lo dice abiertamente... Pero la traición más grande es la traición a la historia global, ‘la petit histoire a peur de la grand histoire’ como decía Lucien Febvre (ROMANO, 1988: 3).

As cartas nos mostram um cenário pintado por rivalidades e dissensos, os que seriam conhecidos como “terceira geração” dos *Annales* ao procurarem seu vigor distintivo apostando nas cifras, na informática, nas mentalidades, na imobilidade, na proliferação de novos objetos, despertavam logo o afastamento de outros, entre eles, aqueles que não se sentiam recebedores de um bocado da herança braudeliana, Pierre Chaunu, Romano e o próprio Mauro (CHAUNU; DOSSE, 1994; ROMANO, 1983; VIDAL, 1998).

Westphalen produzia história longe daquele centro, ela se dizia discípula de Braudel e assim era acolhida, mas os seus trabalhos não precisavam passar pelo crivo da crítica tal

como os de Romano, Chaunu e Mauro, por exemplo. Ela compreendeu o questionamento de Romano considerando que deveria ter “um capítulo a mais do que eles tiveram, com o título simples ‘os homens’, sobre os proprietários, os mestres, os comerciantes, suas relações, etc. Acho que passa bem fazer isto” (WESTPHALEN, 7 abr. 1970). É difícil ponderar qual teria sido a intenção de Romano com aquela orientação, mas a resposta de Westphalen indica que a conversa colocou em evidência a importância do homem, dos sujeitos que comandam o comércio, ou seja, dos sujeitos que tomam a ação colocando em tensão o constrangimento das estruturas. Possivelmente, eco de reflexões que vinham sendo exteriorizadas em razão das novas provocações postas à história então dominante.

Delinea-se nas cartas um tempo de inquietude historiográfica, econômica e social de complexa definição: “ainda não pude detectar o que está na crista, porque na verdade, só falam de capitalismo versus socialismo, nos cursos, seminários e bate-papos” (WESTPHALEN, 27 abr. 1970). Cecília Westphalen (7 abr. 1970) viveu a greve nos correios, nos transportes, no comércio, no ensino, viu pessoas despenteadas e usando maxi-saias (signos da liberdade a pouco reivindicada) e narrou o medo de um novo levante nos moldes de 1968. Nesta conjuntura de oscilações econômicas mundiais e disputas pelo preço do petróleo (no *Le Monde* os conflitos no Oriente Próximo anunciavam uma terceira guerra), os Trente Glorieuses (Trinta Gloriosos) davam seus primeiros sinais de abalo, a vida estava cara, da passagem de metrô ao menu turístico tudo parecia exorbitante para Westphalen. De lá, ela, pró-situação política, sentia saudades de seu “beau pays”.

Desta França “diluída”, uma certeza metodológica:

Estou decidida a não me permitir, nem a você, de trabalharmos com instrumental da Idade Média quando já estão os outros na lua. Isto vale para a Demografia. Será uma loucura começarmos sem possibilidades concretas de computadores. E isto se deve saber desde o momento da elaboração das fichas. A gente chega com os mesmos resultados, porém, com suor e sangue, e com 10 anos de atrazo (WESTPHALEN, 24 maio 1970).

Um exemplo desta combinação “uso do computador e demografia histórica” eram os trabalhos de Emmanuel Le Roy Ladurie, que, na percepção apurada de Westphalen (14 maio 1970), era “o delfim da vez”.¹⁰⁶

No que tange ao foco de sua preocupação, Westphalen aludia aos planos futuros para a Pós-Graduação em História na UFPR, o Curso de Mestrado estava em processo de discussão e direcionar-se-ia para duas linhas de pesquisa: História Econômica e História Demográfica. Tendo em vista a concretização desse projeto, na mala de regresso ao Brasil, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien* (1965) de Michel Fleury e Louis Henry, *Escritos sobre a História* (1969) de Braudel, duas publicações de Couturier (WESTPHALEN, 14 maio 1970), e o compartilhamento da convicção de Ladurie (2011: 210): “o historiador do futuro será programador ou não será”, expressa no revoltoso 1968.

¹⁰⁶ Para um painel dos princípios historiográficos de Ladurie, indicamos: E. Martins (2010). Para acompanhá-lo em suas memórias: Ladurie e Liechtenhan (2014).

Um panorama

A análise dos dois acervos pessoais e seus respectivos conjuntos de cartas pretendeu explorar – baseado no ponto de vista de Cecília Westphalen – o significado de dois tempos de um percurso marcado por diferentes experiências historiográficas. Entre esses dois tempos situamos um entremeio em que Westphalen, através do DEHIS da UFPR e dos simpósios, regionais e nacionais, da APUH, desenvolveria projetos de pesquisa e planos de ensino alicerçados nas práticas que aprendera entre 1958/59 e 1970, práticas pautadas na crença na tecnologia, no controle da subjetividade e no pleno domínio do homem sobre a natureza.

Acompanhar as cartas enviadas à Altiya Pilatti Balhana e Fernand Braudel possibilitou surpreender o momento de *un tournant historiographique* no percurso intelectual de Westphalen, das ações políticas de Carlos V aos quadros e curvas de navegação do porto de Paranaguá. Estes dois tempos e seu entremeio denunciam a sinuosidade da vida, os caminhos turvos e complexos de uma formação intelectual (DOSSE, 2009). Compreende-se, assim, como as escolhas circunscritas nestes dois tempos influenciaram no modo como Westphalen interpretou a História e escreveu sobre o passado.

Se a leitura sobre a *longué durée* significou uma transformação em sua maneira de compreender a História como ciência social, os trabalhos dos pesquisadores do círculo braudeliano – Pierre Chaunu, Ruggiero Romano e Frédéric Mauro, principalmente – inspiraram o direcionamento temático e metodológico para

a composição do projeto sobre as relações comerciais no porto de Paranaguá.

Em 1970, apesar da quase inutilidade dos Seminários realizados, narrados com pitadas de prepotência, o descobrimento da *semiologia gráfica*, da *técnica de reconstituição de famílias* e da *mecanografia eletrônica*, representou ganhos técnicos e metodológicos para o estudo do porto e a orientação para elaboração de novos planos de investigação no interior do DEHIS.

Quando Westphalen relatou a Balhana que não retornaria de Paris com expressivas novidades, foi porque, ao comparar as experiências 1958/59 e 1970, constatou que os ares historiográficos eram os mesmos, ou seja, a concepção de tempo braudeliana permanecia como elemento estruturante das temáticas de pesquisas, a metodologia científica era a quantitativa e a esfera privilegiada era a econômica e social. Sua leitura do período confirmaria a força pessoal de Braudel no encaminhamento da historiografia francesa que se desenvolvia a partir da EPHE e da revista *Annales*, embora não se tratasse de uma voz historiográfica homogênea e unânime era a que com mais força ecoava internacionalmente (DOSSE, 1994). Em outra perspectiva, se tomarmos sua percepção da permanência de uma forma de fazer a história como *contra-prova*,¹⁰⁷ colocaríamos em questão a renovação dos domínios (novas abordagens) da história econômica e demográfica preconizada

¹⁰⁷ Tomar as narrativas de si como contra-prova (contre-preuve) significa buscar na reflexibilidade do indivíduo leituras particulares de eventos, flexibilização de interpretações, modos de se conduzir e agir que complexificam enunciados (ARTIÈRES; LAÉ, 2011: 10).

por Jacques Le Goff e Pierre Nora na Apresentação de *Faire de l’histoire* em 1974.¹⁰⁸

O que para Westphalen se apresentou como indiscutível novidade foi o uso do computador, diante de um pesado trabalho com listas de embarcações, índices de preços, balanços comerciais, relatórios de produção, distribuição, importação, exportação, etc. o computador surgia como uma ferramenta revolucionária. De outro lado, também, a precisão que se esperava da máquina denunciava seu fascínio pela possibilidade de controle objetivo das fontes.

Na avaliação de Le Goff (2011: 161), tentando minimizar o “exagero” de Ladurie (o próprio Braudel já lhe havia questionado em *Escritos sobre a História*), o elemento revolucionário não era a máquina em si, mas a “extensão da história quantitativa a tudo aquilo que podia ser quantificado”.

Esta história feita em laboratório, a história quantitativa, insinuava-se como mais científica pela possibilidade de constituição de dados tidos como sólidos. O historiador, por meio da eleição de documentos de base – as fontes – deveria constituir dados maciços, estes, que construiriam os fatos, seriam o seu material de trabalho, da análise das cifras surgiria a sua interpretação histórica.

¹⁰⁸ Estamos nos referindo à diferença entre a percepção de Cecília Westphalen e o diagnóstico das inovações anunciadas em 1974: “A história econômica se trama em torno de noções como a de crise, que permitem reencontrar, através da conjuntura, o arranjo e o mecanismo de um conjunto. Ou então ela é ultrapassada pela integração da história econômica serial a uma globalidade em que inferem o político, o psicológico, o cultural. Do mesmo modo, a história demográfica complica seus modelos recolocando-os em conjunto de mentalidades e de sistemas culturais” (LE GOFF; NORA, 2011: 126).

Se no pós Maio de 1968, em solo parisiense, a história econômica e social na perspectiva de uma compreensão estruturante da ação humana já era alvo de algumas reticências dentro dos *Annales*, elas não representavam uma autocrítica, mas o prenúncio de um redimensionamento, dilatação e esmigalhamento da história (DOSSE, 1994).

Estas cartas, tomadas como objetos do mundo acadêmico, ainda nos permitiram situar Cecília Westphalen em um determinado microcosmo historiográfico e observar como a habilidade na constituição de redes de sociabilidades – em Madri, Colônia e Paris – facilitou seu acesso a determinados locais do saber, e por extensão do poder, historiográfico. Redes de contatos que se sustentavam sobre diálogos historiográficos, apoios para publicação e divulgação de obras, tutelas de estudantes, enfim, relações regidas por trocas intelectuais, institucionais, políticas. Na intimidade da correspondência, ela explicitou: aprender é importante, mas construir redes de contatos, abrindo portas para trocas futuras, também.

Nessa esteira, a mobilização dessa rede para promoção de encontros historiográficos no Curso de Mestrado em História do Brasil na UFPR, implantado em 1972, fomenta nosso interesse na construção do terceiro capítulo. Estrategicamente contatos foram articulados e uma rede de estudos formou-se no tráfego de Curitiba à Paris e vice-versa.

“PAS DE CHIFFRES, PAS D’HISTOIRE”: a construção identitária do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Novo deslocamento, mesmo itinerário. Naquele outubro de 1971, entretanto, tratava-se de uma viagem em conjunto. Em Paris, o caminho parecia aberto aos brasileiros.

Durante 5 dias, as dependências do Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine (IHEAL), Universidade de Paris III, foram territorializadas por 67 pesquisadores brasileiros (alguns sob a condição de exilados da ditadura militar), muitos europeus e norte-americanos, interessados no desenvolvimento histórico das pesquisas sobre o Brasil, ou, para sermos mais assertivos, no estado da arte da prática da história quantitativa.

O colóquio internacional “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930” foi organizado por Frédéric Mauro. Ousaríamos conectá-lo à intenção de formar uma rede de especialistas em América Latina, a partir da Europa, como empreendia com a organização da Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA).

Centralizar a reunião em Paris proporcionou maior adesão dos europeus ao evento, ao preço de limitar a participação de brasileiros de instituições de pouco poder financeiro. A despeito disso, a realização em Paris também se justificaria por tratar-se de um novo encaminhamento dos “ares culturais”.¹⁰⁹ A América

¹⁰⁹ Arquitetado por Fernand Braudel e Clemens Heller, estruturou-se na VIª *Section de l’EPHE* um projeto que, inspirado nos *area studies* das universidades americanas, visava organizar a pesquisa ao redor de áreas culturais, agrupando métodos históricos, econômicos e sociológicos. O programa, iniciado em meados de 1950, contou com financiamento da Fundação Rockefeller e seu sucesso deu ancoragem

Latina como um grande “ar cultural” foi objeto de encontros em 1963, 1964 e 1965, a nova fase incentivada pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) orientava as pesquisas a se direcionarem aos problemas específicos e precisos de um país, com a definição de um tema ou uma época (MAURO, 1973: 19). O Brasil foi o primeiro a ser inquirido.

O deslocamento até a capital da historiografia francesa continha também ares simbólicos, algo semelhante à imagem do peregrino em romaria à terra santa, e o pronunciamento de abertura, proferido por Pierre Monbeig, o diretor do IHEAL, foi o anúncio desse símbolo. Ele que havia integrado a missão de professores estrangeiros vindos a Faculdade de Filosofia da USP, quando foi professor da cadeira de Geografia Humana no Curso de Geografia e História, entre 1935-1946 (ROIZ, 2012), recorreu, em correto português, às lembranças dessa experiência:

A história quantitativa é sem dúvida um aspecto pioneiro da pesquisa histórica, sobretudo no Brasil. Os brasileiros aqui presentes e os estrangeiros que conhecem o país sabem qual era o método histórico até então vigente. Eu mesmo jamais poderei esquecer o número colossal de páginas que tive que ler para buscar informações sobre a história do café. Páginas e páginas apenas para dizer o nome do secretário da agricultura numa determinada época... Antigamente, esta era a história que se fazia no Brasil. Essa situação mudou muito, e quer-me parecer que a história quantitativa feita hoje pelos meus colegas brasileiros é um dos aspectos importantes do desenvolvimento científico do país (MONBEIG, 1973: 13).

Monbeig oferece uma caricatura do fazer histórico brasileiro, uma escrita exaustiva, aprisionada na descrição de nomes e datas. A história quantitativa, como praticada pelos franceses, teria sido o substrato do fazer científico no país.

Mauro também enveredou pela forma testemunhal. Em 1966, fez um *tour* pela América Latina que terminou no Brasil. Contou que portava duas mensagens. A primeira referia-se ao “estudo de cidades: o papel das cidades no desenvolvimento regional”. Direção que despertou interesse entre os estudiosos da América espanhola. A segunda “era aquela da história quantitativa”, que teria tido maior ressonância entre nós (MAURO, 1973: 19). Mauro (1973: 19, tradução nossa) justifica a ressonância pelo reconhecimento de que portava uma mensagem já ouvida pelos brasileiros, fato que relativizava a “tábula rasa” para alguns grupos: Salvador, Curitiba e São Paulo, “que, já, tinham empreendido trabalhos de história quantitativa, de história serial, com a ideia que isso poderia levar a coisas cada vez mais ricas e cada vez mais complexas”.

Monbeig e Mauro, que se construíram em seus discursos como representantes do fazer científico, esperavam ter um panorama dos investimentos franceses no Brasil. E quais brasileiros, praticantes da história quantitativa, divulgaram seus trabalhos? Do que tratavam ao afirmarem praticar esta história? Na impossibilidade de analisar o conteúdo dos textos e os debates que suscitaram, apenas situaremos os nomes em suas sessões de trabalho indicando, assim, a direção de pesquisa.

Encontramos Maria Luiza Marcílio, Luís Lisanti, Fernando Novais, Mircea Buescu e os estrangeiros¹¹⁰ Harold B. Johson, Daniel Teyssiere e Pierre Chaunu, na sessão comandada por Celso Furtado sobre “De l’époque coloniale à l’époque nationale”. Os textos, que se situaram entre fim do XVIII e início do XIX, propunham pensar a transição das duas épocas pelo estudo do comportamento da moeda, preços e comércio internacional. Chaunu apresentou um ensaio que provocava o recorte cronológico do colóquio e levantou hipóteses investigativas para uma história serial do século XVIII. Nas demais sessões, ele também foi a voz opinativa que instigava a quantificação para além da história econômica, como para a difusão da cultura escrita, para o estudo das mentalidades (serial de terceiro nível), por exemplo. Esta é a base da distinção proposta por ele para o termo “história serial” em oposição a “história quantitativa” praticada por Jean Marczewski (retornaremos a proposição deste autor): a sistematização e generalização das séries para todos os domínios da pesquisa, sem a pretensão de exploração total do conjunto documental em função da aplicação/teste do modelo das contabilidades nacionais contemporâneas, e formulação matemática (CHAUNU, 1973; CHAUNU, 2011; FURET, [1986]: 59-79).

A sessão “La variable démographique” foi dominada por pesquisadoras brasileiras. Maria Bárbara Levy e Maria Yedda Linhares ensaiaram uma história social quantitativa com o estudo do movimento global da população do Rio de Janeiro, 1808-1889. Maria Luiza Marcílio, explorando as listas

¹¹⁰ Utilizaremos “estrangeiros” simplesmente para fazer oposição aos brasileiros, embora entre eles possam estar franceses, que, obviamente, não seriam nomeados assim.

nominativas de habitantes, trouxe um estudo preliminar sobre história da família analisando tendências e estruturas dos lares da capitania paulista, entre 1765-1828. Altiya Balhana também apresentou uma investigação preliminar. Após expor os pressupostos e os encaminhamentos do Projeto História Demográfica no Paraná, teceu observações sobre o movimento populacional de Curitiba (1801-1900) a partir da quantificação dos registros de batismo, casamento e óbitos dos arquivos da paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Apesar de não esmiuçá-lo foi o trabalho que colocou a problemática da inserção do imigrante na formação brasileira. A coordenadora dessa mesa foi Cecília Westphalen, título que pode ser associado à sua condição de recente aluna de Louis Henry. Além de que a dinâmica demográfica era considerada em suas investigações como elemento explicativo dos comportamentos econômicos. Caminho metodológico que atingiu consenso entre os participantes do colóquio (PÉROTIN, 1974).

“Les Prix” foi a sessão dedicada à história dos preços e contou com as contribuições de Kátia Mattoso e Johildo de Athaide em trabalho sobre os preços na Bahia e as flutuações sofridas em função das epidemias decorridas durante o século XIX. Evolução dos preços e custo de vida foi o tema desenvolvido por Eulália Lobo sobre o Rio de Janeiro, entre 1760-1930. Gadiel Perruci, abordando a política econômica do período republicano estudou os preços no Recife. A presidência coube a Jean Marczewski, economista ligado ao Institut des Sciences Économique Appliquées, que liderava uma vertente que propunha a reconstituição quantitativa exaustiva dos fatos econômicos do passado (econometria retrospectiva), em

particular em matéria de contas públicas.¹¹¹ A possibilidade do modelo da contabilidade nacional, ou regional, retrospectiva para o século XIX brasileiro foi colocada por Mauro (1973: 17) como caminho a ser debatido durante o colóquio.

A indicação de Mauro assinala um posicionamento e pode ser localizada no círculo de influência de Braudel, posto que este confessou (em espaço particular, é verdade) estar seduzido pelos argumentos de Marczewski e “não ter interesse por aqueles de Pierre Chaunu” (BRAUDEL, 31 mar. 1965, tradução nossa). Mauro ao simplificar as perspectivas discordantes da historiografia francesa quanto a uma história quantitativa ou serial, oferecia aos brasileiros uma das vias, a de Marczewski.

Kátia Mattoso esteve à frente da sessão “Les relations extérieures”, objeto que atraiu grande número de pesquisadores estrangeiros, Jürgen Schneider, Hermann Kellenbenz e Eddy Stols, respectivamente, analisaram o comércio exterior do Brasil com a França, Hambourg e Bélgica. Do lado brasileiro, Oliver Onody levantou a implantação dos capitais estrangeiros no Brasil e as duas outras comunicações partiram do cotejo de uma região específica para estabelecer relações com aspectos do comércio internacional. István Jancsó (imigrante húngaro radicado no Brasil) teceu considerações introdutórias quanto às exportações da Bahia durante a República Velha e Cecília Westphalen investigou o movimento comercial do porto de Paranaguá com o Rio da Prata, no século XIX.

¹¹¹ A obra síntese de seu modelo é *Introduction à l'histoire quantitative*, publicada em 1965 (BORGUETTI, 2010: 415). Lemos a resposta de Marczewski às críticas de Pierre Chaunu no pequeno texto *Quelques observations sur l'article de Monsieur Chaunu*, encontrado, sem referência, no arquivo pessoal de Westphalen. Para nós, indicativo de sua busca pela elucidação da contenda historiográfica francesa.

Quanto ao conteúdo sobre o movimento global de exportação e importação com as províncias do Rio da Prata e Chile, Westphalen retomou o texto *Navios e Mercadorias no Pôrto de Paranaguá, nos meados do século XIX*, debatido no simpósio de 1969 da APUH e resenhado por Mauro, aprofundando seu domínio na teoria dos ciclos econômicos. Assim, a maior porção do texto é dedicada à classificação das curvas de acordo com os ciclos maiores de Juglar (6 a 11 anos) e ciclos menores de Kitchin (3 a 5 anos) (SANDRONI, 1994). As oscilações comerciais exibidas nos diversos gráficos são detalhadamente descritas e enquadradas. A reflexão histórica do tempo conjuntural, a interpretação dos dados, é feita em subtítulo separado, o que lhe obriga a repetições constantes e dificulta a compreensão quanto a um efetivo diálogo do historiador com a teoria econômica sem que esta, a partir de seus pressupostos, determine o olhar ao passado e o quantitativismo, por sua vez, embaralhe a visão do leitor.

Com este estudo, Westphalen assinalou o quanto durante o século XIX o comércio exterior marítimo de longo curso paranaense viveu inúmeras ondas de instabilidade que se relacionavam diretamente com os incidentes políticos e bélicos que afetavam os portos do Rio da Prata e Chile. Se do lado Paraguaio e Argentino houve a elaboração de medidas protecionistas ao seu mercado, o mesmo não ocorreu do lado brasileiro, nem quanto à formulação de políticas para proteção alfandegária nem quanto ao incentivo à industrialização da erva-mate, que possibilitaria aos paranaenses uma concorrência qualitativamente equilibrada.

O balanço final do trabalho de Westphalen estava em sintonia com o propósito da sessão e atendeu a expectativa de Mauro quanto à mesa abordar as atividades de Estado, neste caso, as implicações de sua falta. Esta expectativa se refere ao constrangimento pós-fala de Celso Furtado.

O economista brasileiro, então professor na Sorbonne, teve um lugar privilegiado no colóquio, antes de fazer a primeira exposição do evento Mauro já o havia citado e solicitado atenção para o modelo interpretativo que Furtado ofereceria para o estudo da história econômica brasileira. Este modelo, que compreendemos mais como uma orientação investigativa, se referia à montagem de um quadro de informações a ser preenchido com a história quantitativa. As frentes de trabalho seriam: 1 – reconstrução da história demográfica; 2 – transações internacionais: comércio exterior e fluxo financeiro; 3 – estudo das atividades do Estado sob todas as formas; 4 – evolução dos preços. Informações quantitativas que sugeriam três períodos partindo do evento da independência: 1 – preservação da unidade nacional; 2 – expansão em direção ao exterior; 3 – formação de um sistema econômico ao mercado interno (FURTADO, 1973: 25).

O desconforto de Mauro se deu pela ausência no colóquio de sessão dedicada ao “estudo das atividades do Estado sob todas as formas”, tema que pautou a exposição de Furtado ao estudar o papel do Estado na formação da nacionalidade brasileira. A questão central para Furtado (1973: 26) foi compreender em que se pautavam os alicerces da consciência nacional que a classe política que dominava o segundo Império, conservadora e escravagista, apresentava de forma inegável.

A política de Estado não foi uma variável considerada no colóquio, somos tentados a pensar no ranço francês, forjado pelos primeiros *Annales*, quanto ao desvio do elemento político como fator explicativo do processo histórico. Neste fio interpretativo, compreendemos a ausência de estudos de comportamento eleitoral, mobilização social e biografias coletivas - “omissões” segundo a crítica de Joseph Love (1975), que a faz afirmando que os interesses dos “brasilianistas” eram outros. A caricatura da produção historiográfica brasileira das primeiras décadas do século XX, minorando-a, bem como sua associação pejorativa com princípios de Langlois e Seignobos e o afastamento do político, estimulam a refletir sobre os pesos negativos das importações de ideias quando tomadas como leitura dominante e generalizante.

O colóquio ainda contou com outras duas sessões. “Le diverses variables”, presidida por Werner Baer, agrupou trabalhos heterogêneos. De um ponto de vista teórico-metodológico, Kátia Mattoso e István Jancsó trataram das possibilidades investigativas da história quantitativa da Bahia do século XIX e Francisco Iglésias apresentou uma perspectiva de abordagem da história econômica de Minas Gerais. Mircea Buescu analisou a inflação brasileira na conjuntura entre 1850 e 1870 e Luís Lisanti foi um “exemplar único” a considerar a história agrária, tratando da produtividade de São Paulo em um recorte de dois séculos, XIX e XX.

Buescu também coordenou a última sessão, “A l’époque statistique”. Esta nomenclatura se reporta a uma convenção que distingue os períodos da história estatística de acordo com a especificidade de produção das suas fontes. Os períodos são: pré-estatístico, proto-estatístico e era estatística. Para o

Brasil, a era estatística só foi considerada atingida no período posterior a Primeira Guerra mundial, com a industrialização. Os estrangeiros, Jacques Boudeville, Denis-Clair Lambert, Louis Jeanjean, dominaram o período e seus trabalhos centraram-se no fenômeno do desenvolvimento econômico (crescimento e desequilíbrios regionais) e industrialização. O único brasileiro que tratou da questão foi Anibal Villanova Villela em trabalho conjunto com o americano Werner Baer.

O maior volume de artigos apresentados no colóquio se concentrou no período proto-estatístico, evidenciando a distinção de temporalidade do Brasil em relação aos países europeus e a necessidade de repensar as análises empreendidas para as fontes européias do mesmo século frente às limitações brasileiras. Dessa classificação deriva a preocupação de Mauro quanto à adaptação dos métodos visando a coerência com o documento, respeitando o tipo de dado que poderia ser encontrado nas fontes brasileiras. Problema posto por recorrer à história quantitativa de Marczewski, que repousava sobre fontes da era estatística européia,¹¹² daí a crítica de Chaunu à limitação temporal proposta pelo colóquio. Outro ponto a notar é o não vôo dos brasileiros na era estatística, que lhe inseririam na problemática do crescimento e disparidade de crescimento exigindo-lhes equações matemáticas mais sofisticadas e tratamento informático. Seria falta de preparo técnico para esta fase? A interrogação deriva justamente da crítica dos economistas aos historiadores quanto ao manejo dos números e da informática.

¹¹² Segundo Mauro (1973: 21, tradução nossa): “Eu diria que é este o problema de fundo, até onde podemos ir no sentido do que Marczewski chama uma contabilidade nacional e uma contabilidade regional retrospectiva”.

Com esta breve exposição das sessões, visualizamos os eixos sob os quais orbitaram os trabalhos: o estudo da transição da época colonial para época nacional (fim do XVIII e início do XIX); da demografia histórica do século XIX; dos preços e das relações exteriores. Eixos considerados, por Mauro, como ideais para orientar o prosseguimento dos estudos brasileiros em história quantitativa.

Num balanço geral, que se coloca como normativo dos caminhos a seguir, Mauro preceitua a continuação dos levantamentos de fontes e a formulação das séries, ação indispensável para aprimorar a metodologia; bem como a ampliação do alcance geográfico das pesquisas. O Brasil do colóquio era “petit”, com a Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Minas Gerais e o Paraná, apenas, permanecia ao largo da história total e impedia empiricamente de raciocinar em termos de um modelo da economia nacional, o *leitmotiv* de Mauro. A estratégia metodológica de limitar o campo de análise ao regional e assim compor o total empiricamente vinha ao encontro de princípios já debatidos no Departamento de História da UFPR e seria amadurecida com o Programa de Pós-Graduação.

De ordem teórica, maior atenção mereceria ser destinada a compreensão dos conceitos econômicos. Segundo Mauro (1973: 482), os historiadores deviam ser “economistas do passado”, mas - e a conjunção adversativa beira o paradoxal - isso não significaria a aplicação dura de uma teoria econômica ao passado. Ao trabalhar com quadros analíticos e conceitos vindos da Economia, os historiadores deveriam construir seu rol de questões, conceitos e instrumentos de compreensão do passado econômico, guardando, assim, a autonomia disciplinar. A

questão posta indica que o diálogo interdisciplinar, prerrogativa dos *Annales*, causava certa incompreensão, passos em falso ou entusiasmo em demasia. No final do evento, Mauro precisou retomar a definição de “economista historiador” dita na abertura e tentar clarificá-la defendendo a autonomia no modo de proceder do historiador e sua capacidade de construção teórica.

Em “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930” a história quantitativa foi praticada, sobretudo, em dois pólos, o econômico e o demográfico. A demografia aparece, essencialmente, como “variável” de uma história econômica pensada, *à la* Jean Marczewski, como quantificação total e sistemática da economia nacional ou regional, mas com a exibição das potencialidades das fontes brasileiras para estudos populacionais despontava uma história demográfica com agenda própria. No caso da história econômica, como a área apresentava contribuição desde as primeiras décadas do século XX (CANABRAVA, 1972: 4-9; RIBEIRO, 1999), o que o colóquio pôde ressaltar em particular foi o investimento em pesquisas de preços, mercadorias, mercados em longo prazo, estabelecendo, neste sentido, diálogo com a prática historiográfica de Labrousse e Braudel.

Os grupos de trabalho com história quantitativa, que Mauro narrou ter encontrado em 1966 na sua primeira vinda ao Brasil, expandiram-se timidamente, aos grupos de São Paulo, Bahia e Curitiba, acrescentar-se-ia Rio de Janeiro e Minas Gerais, este com apenas um representante, Francisco Iglésias. Todavia, o evento é capaz de indicar aproximações por níveis de interesses, sejam temáticos, teóricos, metodológicos, técnicos, que permitem considerar a existência de diálogos a partir de uma linguagem da história quantitativa ou serial, definida

conceitualmente ou simplesmente fundamentada pela utilização de séries estatísticas. Assim como é indicativo da presença feminina nesta historiografia, além de apresentarem mais de uma contribuição por sessão, elas apareceram à frente na condução da história demográfica, filão a despontar no país.¹¹³

Esta história por eles praticada e os planos de investigação expostos tomariam maior alcance com a institucionalização da pós-graduação. Ocupando postos em universidades centrais e que a partir de 1970 começaram a organizar seus programas de pós-graduação, esses profissionais ganharão maiores condições de amadurecer suas pesquisas e formar pesquisadores, construindo legados. Alguns dos nomes, brasileiros e estrangeiros, que o colóquio reuniu circularão no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, eles ajudarão a organizá-lo, fazê-lo sobreviver e gerar resultados. É a dinâmica da construção do Curso de Mestrado em História do Brasil da UFPR, os encontros historiográficos que promoveu e o produto histórico concebido, o tema que estrutura este terceiro capítulo.

A seguir investiremos no entrelaçamento das condições políticas e institucionais de montagem do curso e seus primeiros anos de funcionamento, para tanto, já indicaremos a presença de três mestrands, cujo percurso de profissionalização perseguiremos com o desejo de compreender a composição das dissertações e teses surgidas das experiências historiográficas que vivenciaram em Curitiba e Paris.

¹¹³ Para conhecimento pontual da contribuição historiográfica de Maria Bárbara Levy, Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo, indicamos: Ribeiro (1999) e Lobo (1999). Convidada a conferenciar sobre a metodologia da história quantitativa, Linhares entrelaça o desenvolvimento dessa modalidade histórica no Brasil ao seu trajeto de pesquisa e interesses (cf. LINHARES, 2001).

Topografia de um lugar historiográfico, o Curso de Mestrado em História do Brasil

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1943-2013), Sergio Odilon Nadalin (1943-) e Jayme Antônio Cardoso ([19--]-) estiveram entre os professores do Departamento de História (DEHIS) que integraram a turma inicial do Curso de Mestrado em História do Brasil da UFPR, desta turma foram os primeiros a realizar o doutoramento fora do país. Neste subtítulo, no entanto, não serão os seus trajetos profissionais o tema matricial, mas a estrutura na qual ingressaram como mestrandos. Nosso interesse recai sob as especificidades identitárias deste programa de pós-graduação, sob as condições de sua instituição e funcionamento.¹¹⁴

Cardoso ingressou em 1964, Nadalin e Antunes dos Santos em 1967, todos na função de Instrutor Voluntário, primeiro passo na profissão. O trabalho “voluntário” exercido por esses recém-licenciados foi capital pela situação crítica que o departamento atravessava com a sobrecarga de horas-aula em atendimento a Portaria MEC nº 159/1965 (ATA da Reunião do Departamento de História, 14 de novembro, 1969). Logo se intensificou o apelo para contratá-los como Professor Assistente, mas o ensino superior vivia escassez de investimentos financeiros. Os atrasos de repasse registrados

¹¹⁴ A leitura do depoimento de Francisco Falcon (1999/2000) foi um importante aporte na problematização da pós-graduação como objeto de investigação, já a palestra de Max Weber (2004), sobre as condições externas que rodeiam a ciência como vocação, inspirou-nos a enrijecer o olhar no que conforma as relações de poder relativas aos destinos universitários e procurar compreender a condição universitária em um sistema burocrático.

entre 1964-1967 eram alguns dos sinais da indecisão quanto à política universitária pós-golpe militar, que foi inicialmente relegada a segundo plano (MOTTA, R., 2014: 75).

A condição de ser docente universitário não era atrativa no mundo do trabalho. Na pauta dos que defendiam uma reforma universitária estava justamente a reestruturação da carreira nas universidades federais. A aguardada e disputada reforma, posta em marcha a partir de Lei nº 5.540/1968 - negociada entre militares, técnicos da área econômica e professores em meio à intensificação das contestações estudantis - mudaria, em parte, essa situação (MOTTA, R., 2014: 108). Uma de suas facetas foi a eliminação das cátedras, medida que, associada à determinação dos departamentos como menor fração das subunidades básicas e a instauração de colegiados de curso, minaria a concentração de poder dos catedráticos. Posicionando nossa objetiva ao cotidiano do DEHIS - que se edificou com grossos pilares em torno de Balhana, Westphalen e Pinheiro Machado, estes últimos ocupando postos de comando na instituição – fraturas no círculo decisório dos assuntos internos ao departamento passaram a ser dizíveis nas atas departamentais somente em meados do fim da década de 1970, o que indica o lento processo de “democratização” desses espaços, principalmente onde o poder era exercido por solidários da situação política, e a tênue autonomia do campo científico em relação ao poder político.

Lemos que as atribuições administrativas para os docentes se multiplicavam e exigia-se deles a participação em inúmeras comissões e congregações, preenchimento de formulários e realização de relatórios diversos. Estes encargos passaram a ocupar os professores de tal maneira que, para cada novo

tema ou questionamento que surgisse no dia a dia acadêmico, imediatamente se votava em uma comissão para estudar o assunto na tentativa de dividir as incumbências, ou melhor, contrabalancear a sobrecarga. Desenhava-se um emaranhado de caminhos burocráticos dos quais docentes eram convocados a tomar parte, ocupando assentos para exercer papéis administrativos predeterminados por instâncias superiores, e prestar contas de seus passos pedagógicos.

As faces dúbias desta reforma, que combinou medidas modernizadoras com autoritarismo, também são observáveis na implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva (DE). Westphalen e Balhana, de forma perspicaz, em seguida ao Decreto nº 64.086/1969, apresentaram à Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (Copertide) um extenso plano para sua implantação (ATA da Reunião do Departamento de História, 27 de setembro, 1969).

Após realizar uma retrospectiva da criação do departamento (grifando sua “vanguarda” em relação às determinações oficiais), descrever a organização curricular e enfatizar o compromisso com a formação de professores e pesquisadores, elas esmiuçaram as diretrizes dos projetos de pesquisa instituídos entre 1959-1961, pivôs dos “sucessos” do departamento. Colocaram a pesquisa científica como chave “à construção da História do Brasil e aos planos e projetos que visam à promoção dos recursos humanos e o desenvolvimento econômico e social” (BALHANA; WESTPHALEN, 27 set. 1969: 16). Esta frase de fechamento do pedido de DE mostra como suas autoras foram hábeis com as palavras: deram ao Copertide, segundo suas convicções, um fim instrumentalizável para a prática do historiador. Nesses termos,

com a inquirição das tendências seculares da população, dos fatores que condicionaram a distribuição geográfica e a organização socioeconômica, a história, pragmaticamente, contribuiria com o planejamento de políticas econômicas e sociais ao dar a conhecer os alicerces dos desiguais desenvolvimentos regionais. Para nós, o enfoque também demonstra a astúcia política do DEHIS. Como a verba era limitada e a área de ciência e tecnologia era considerada estratégica para os objetivos desenvolvimentistas do governo (MOTTA, R., 2014: 245-247), era preciso não deixar margem discursiva quanto à “função social” da história, buscando encontrar um lugar para ela naquela concepção política. E neste diapasão poderíamos retornar aos temas abordados no colóquio “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930” e reuni-los em um grande guarda-chuva que albergaria, preferencialmente e não unicamente, a problemática do crescimento nacional. Não se trata de submeter grosseiramente o trabalho historiográfico a uma agenda política, estrita e restritiva, mas compreender as condições que favoreciam a linguagem da história quantitativa para o tratamento do econômico e demográfico.

O documento enviado ao Copertide afirmava que a área prioritária era “o estudo numérico da população e da estrutura social paranaense”, que, articulado ao projeto de “Levantamento de fontes para a história demográfica do Paraná”, iniciado naquele ano, envolveria todo o DEHIS. Consequentemente, nota-se que a área da demografia passava a ser bandeira comum e, assim, progressivamente a partir de 1970, elas e os demais professores gozaram de redução da carga horária didática em benefício de dedicação à pesquisa, atendendo, enfim, a indissociabilidade entre ensino e pesquisa.

A face dúbia, anunciada há pouco, era exercida pelo chefe do DEHIS, Westphalen, ao lembrar os docentes, de forma incisiva, que as visitas de fiscalização do cumprimento de seus horários se dariam sem qualquer aviso prévio (ATA da Reunião do Departamento de História, 28 de março, 1972). A constância do medo da perda dos recentes ganhos salariais também foi um apropriado motor psicológico para o enquadramento institucional. Nesse cenário, a hipótese de que este foi um dispositivo eficaz para manter professores e estudantes “ocupados nos laboratórios e demais atividades” (MOTTA, R., 2014: 102), encontra respaldo nesse reduto departamental. Justo é assinalar que vinha atender as denúncias de falta de pessoal e recursos que inviabilizavam a produção do saber.

Neste departamento, como vimos, a pesquisa não brotou com a Lei da Reforma Universitária, mesmo sendo, a passos lentos, praticada, e seus resultados, comunicados. Em 1968, reestruturou-se o projeto de levantamento de arquivos,¹¹⁵ a menina dos olhos de Westphalen (jul.-dez. 1966), que passou a contar com o braço estatal, ou seja, com o financiamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR), instituição intimamente conhecida de Westphalen, que foi membro do Conselho Diretor de 1962 a 1970. O projeto aglutinou bom número de estudantes e jovens professores que, divididos em equipes, saíram perscrutar arquivos públicos e privados em diversas cidades paranaenses. A justificativa para a união de forças em torno deste tipo de trabalho se deu em duas frentes. Em primeiro lugar, a tomada de consciência de que a falta de

¹¹⁵ Passou a se chamar “Levantamento e Arrolamento de Arquivos”.

uma política arquivística nacional transformava os vestígios do passado em entulhos - o Paraná, segundo Balhana e Westphalen (1970: 15), era um “exemplo deplorável” na conservação de sua documentação histórica. Numa narrativa que se iguala a projeção da imagem de bandeirantes levando a civilização ao sertão inóspito, e esta é a segunda justificativa, estava a chance de encontrar séries contínuas e homogêneas, a matéria-prima para “fabricar” os fatos. De tal modo, igrejas, Câmaras e Prefeituras Municipais e os cartórios de registros diversos, eram o eldorado desses pesquisadores. As riquezas ali encontradas, depois de catalogadas e divulgadas à comunidade acadêmica, por meio de seus boletins, estariam prontas para serem tratadas com os princípios da “renovação metodológica” da História. A renovação, para Westphalen, estava na subversão do método histórico tal como concebido por Langlois e Seignobos, quando outra forma de abordar o passado, de construir a problemática investigativa e planejar o trabalho historiográfico se tornou tangível com os *Annales*.

Deste empreendimento coletivo saíram as primeiras publicações dos três professores e impulsionados por essa experiência traçaram seus temas de estudo e direcionamentos. Quando, em 1972, o Curso de Mestrado em História do Brasil se tornou uma realidade institucional, eles tiveram que escolher desenvolver estudo na perspectiva da história demográfica ou da história econômica.

Orientado por Westphalen, Antunes dos Santos, estudando o preço dos escravos a partir das escrituras de compra e venda (1861-1887), optou pela História Econômica. Nadalin escolheu explorar registros de casamento de uma comunidade

luterana em Curitiba (1870-1969) e Cardoso incursionou pelo perfil da população votante dessa cidade (1853-1881). Estes dois inseriram-se na História Demográfica e foram orientados por Balhana.

As linhas de pesquisa, então, História Econômica e História Demográfica, remetiam aos planos investigativos traçados no primeiro “Seminário de História”, em 1959. Esta baliza retrospectiva serviu para assinalar uma continuidade distintiva para os novos mestres, assentá-los como herdeiros de uma tradição de pesquisa. O passado recente, 1959, foi utilizado para marcar a mudança, 1972 seria o “instante decisivo” que daria *“lugar a um futuro”* (CERTEAU, 2002: 93, grifo do autor). O futuro pelo qual se trabalharia era o da formação de uma “Escola de História do Brasil”, como predestinou Westphalen no discurso de inauguração. Seu slogan persuasivo, “pas de chiffres, pas d’histoire”, seja para a economia ou a demografia, seria a orientação medular para a produção das dissertações.

No folder de divulgação do curso, a imagem de cartões perfurados proveniente do computador IBM 1130 simbolizava a condição *sine qua non* para o ingresso nesse lugar historiográfico.¹¹⁶ O candidato deveria ter predisposição para adentrar neste terreno informatizado que se acenava revolucionário e cuja linguagem ainda era muito restrita em termos nacionais, pois o modelo IBM 1130, devido ao seu custo satisfatório, foi o primeiro a se popularizar. Objetivamente, o mestrando teria pela frente a disciplina Estatística e Processamento de Dados como obrigatória.¹¹⁷

¹¹⁶ Colocamos a reprodução deste folder na seção Anexo.

¹¹⁷ Ementa “Estudo de métodos e Técnicas da Estatística como instrumento

Cecília Westphalen foi uma mulher de discursos eloquentes, o discurso de inauguração do mestrado é um exemplo. A retrospectiva, sob forma de justificação ou de convencimento, de que, em razão de uma tradição de pesquisa departamental, o Programa de Pós-Graduação em História formou uma “escola”, foi retomada em diferentes momentos e formatos sendo atualizada pelos elementos distintivos “primeiro a ser credenciado” pelo Conselho Federal de Educação (1974) e considerado “centro de excelência” pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (1973), credenciais adquiridas sem o programa ter formado sua primeira série de mestres (BALHANA; WESTPHALEN, 1974: 223-233; BALHANA, 1983; WESTPHALEN, jan. /dez. 1997; SIQUEIRA, 1997). Como a produção acadêmica tornou-se critério de avaliação do sistema de pós-graduação apenas a partir de 1976 (MOTTA, R., 2014: 260), os elementos distintivos se referiam mais à capacidade de organização e gerência e, de forma sutil, ao alinhamento político da instituição, do que à competência científica propriamente dita. No ano da aprovação do curso, Jarbas Passarinho, Ministro da Educação, foi agraciado pela UFPR com o título “Doutor Honoris Causa”, evento para o qual Westphalen enfatizou a conveniência do comparecimento dos docentes do DEHIS (ATA da Reunião do Departamento de História, 28 de março, 1972). A pedra fundamental para a construção desse alinhamento foi dada pelo ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, o primeiro a ocupar o cargo no ministério e que, apesar da inabilidade política com os estudantes (PORTELLA; SZESZ;

operacional do Historiador econômico e demográfico. 3 créditos.” Programa: “Métodos Quantitativos e Estatísticos; Estatística Descritiva; Estatística Indutiva; Estatística de Relações; Demografia; Processamento de dados” (MESTRADO EM HISTÓRIA, [197-]).

LEITE, 2013: 103-115), projetou a instituição como solidária da política educacional militar.

Nos textos retrospectivos, arrolar as dissertações defendidas atendia o compromisso com a comunicação do conhecimento histórico produzido e também exibia a “alta produtividade” do curso – que, nesse sistema capitalista moderno, tornava-se critério de valor a ser convertido em apoio financeiro. A quantificação servia para colocar em cena a figura do “orientador”, engrenagem fundamental na operacionalidade da nova estrutura de pós-graduação. Até 1979, 33 mestres foram titulados, 10 orientados por Balhana, 9 por Oksana Boruszenko, enquanto que Westphalen e Pinheiro Machado orientaram igual número, 7. Somente a partir da mencionada data houve descompartimentalização com um novo lote de orientadores, entre eles Antunes dos Santos, Cardoso e Nadalin e outros ex-alunos. Estes números também indicam a procura pela História Demográfica (sintetizada nas orientações das professoras Balhana e Boruszenko), o que fortaleceu a escolha desta opção para linha de pesquisa do Curso de Doutorado, iniciado em 1982 (BALHANA, 1983).¹¹⁸

A ampliação do corpo de orientadores sinaliza o êxito no ciclo de retroalimentação do curso, ou seja, o Programa de Pós-Graduação em História foi capaz de formar seus próprios quadros profissionais e atendeu sua premissa de saída, formar docentes pesquisadores sofisticando o campo historiográfico. Situação diferente do que ocorreu em seus primórdios, quando precisou recorrer ao recrutamento de docentes externos ao

¹¹⁸ Um panorama da linha de pesquisa em História Demográfica em: Marques (2012).

DEHIS e à própria instituição. A despeito da UFPR ter sido avaliada pelo Centro Regional Sul de Pós-Graduação como “a única possuidora da massa crítica requerida para tais cursos” (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 11 de outubro, 1973), e do fato dos discursos de rememoração enfatizarem como trunfo o trânsito de professores visitantes, nacionais e estrangeiros, no desenvolvimento das disciplinas e seminários, é sombreado que este trânsito docente foi, também, uma estratégia para a aprovação do funcionamento do curso e condição de sua sobrevivência.

O corpo docente permanente do DEHIS era de quatro professores: Pinheiro Machado, Westphalen e Balhana eram doutores pelo antigo sistema de concurso; Oksana Boruszenko acabava de concluir seu doutorado sobre a integração dos imigrantes ucranianos no Paraná, defendido na Ludwig Maximilian Universität, Universidade de Munique, sob orientação de Georg Shtadmüller e auxílio de Jaroslaw Rudnickij, especialistas na imigração eslava. Por intermédio dela, Rudnickij veio ministrar aulas na opção História Demográfica, participou de bancas de defesa, como a de Sergio Odilon Nadalin, e foi importante apoio na abordagem do objeto “imigrante”. Ruy Christovam Wachowicz (1974) (outro ex-aluno e professor) testou suas categorias classificatórias para o fenômeno do contato interétnico (enclave, hibridização e simbiótica) no estudo dos registros paroquiais de uma colônia de origem polonesa. Estas ligeiras conexões atentam para nomes que aparecem como coadjuvantes, talvez por não terem sido produtores de memórias institucionais. Boruszenko, como o sobrenome denuncia, é, ela mesma, imigrante (aliás, a ascendência étnica parece ter sido

um componente decisório para a escolha do objeto de estudo de Boruszenko, Nadalin, Wachowicz e a própria Balhana, de origem italiana), e sua trajetória para a titulação foi traçada sem intermédio de seus ex-professores, o que não lhe imprimiu por herança direta o diálogo francês que se tornaria dominante, mas que permitiu oferecer outros nomes para circular no programa. Em 1972, a jovem recém-doutora trazia outras referências para ensinar aos seus colegas de departamento e ex-professores que lhe ouviam na condição de alunos do mestrado.¹¹⁹

Com apenas quatro doutores efetivos do DEHIS, para que o programa pudesse funcionar, recorreu-se aos professores dos departamentos vizinhos: Zélia Milleo Pavão, Maria José Thereza Amorim e Charles Kurt Muller fechavam o corpo docente do plano inicial. A meio caminho da implantação do curso admitiu-se temporariamente o norte-americano Joseph Patrick McGovern, Mestre em História da América Latina, contratado sem exame de suficiência. As ex-professoras, Mitiko Okazaki e Helena Isabel Muller, que haviam se afastado para realizar a

¹¹⁹ A experiência narrada por Boruszenko (2014: 6), da professora que, em sua estreia, se vê diante de um público consciente do ofício e teme pela sua recepção, coloca em cena o olhar avassalador do julgamento que os alunos miram no seu professor: “E a primeira turma era só de professores universitários, sabe, todos os meus colegas, inclusive, uma das minhas alunas foi minha professora na graduação, que foi a professora Odah. Então, imagine como é que eu me sentia. E, recém chegada, sem experiência alguma em aula, em curso de Pós-Graduação, sendo professora de meus colegas, morta de medo, não? [...] Então me distanciei e eles odiaram, até que o Jayme, que sempre foi meu amigo mais íntimo, me chamou e disse: Oky, você tem que descer do salto, porque o povo está te odiando. Mas Jayme eu estou morta de medo que eles me derrubem. Mas você precisa entender que ninguém está a fim de te derrubar, todo mundo está a fim de fazer o diabo do curso para poder se fixar na carreira e para poder fazer doutorado em outro lugar. Daí no dia seguinte eu voltei e disse, olha vamos começar tudo de novo? E daí a coisa fluiu, sabe”.

pós-graduação nos Estados Unidos (a primeira doutorou-se na Universidade de Columbia e a outra concluiu o mestrado na Universidade de Pittsburgh), foram realocadas rapidamente.

O programa disciplinar completava-se com as professoras nacionais Alice Canabrava, Nícia Villela Luz (ambas da USP), Maria Luiza Marcílio (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis), Kátia Mattoso (Universidade Católica da Bahia) e os estrangeiros, Frédéric Mauro (Universidade de Paris X - Nanterre) e Louis Henry (IV^a Section de l’EPHE). Construiu-se um corpo docente plenamente harmonioso com as linhas de pesquisa do programa: professores que construíram suas teses e perseguiram pesquisas dentro da abordagem da história econômica e demográfica em diálogo com os trabalhos desenvolvidos pelos *Annales*.

Porém, o plano inicial sofreu entraves pelas dificuldades de manutenção interna de pessoal e pelos obstáculos para a vinda dos docentes visitantes à Curitiba. Charles Kurt Muller e Helena Muller pediram transferência da instituição e nem mesmo chegaram a iniciar disciplina. Okazaki pediu suspensão ainda durante o primeiro ano letivo e Joseph McGovern regressou aos Estados Unidos no primeiro semestre de 1974. Os mestrandos, no primeiro ano de cumprimento de seus créditos, também não tiveram a presença de Henry, Canabrava e Mattoso. Conseguiu-se que Henry viesse em março de 1974, mas não encontramos registro da presença das duas professoras no transcorrer dessa década. No material de divulgação do processo seletivo para ingresso no segundo semestre de 1974 (o curso começava por volta de setembro/outubro), o quadro docente inicial (e considerado ideal) não foi alterado, ou seja, não foi atualizado

em razão dos contratempos, artifício que manteve, aos olhos dos órgãos reguladores, a “massa crítica” necessária e estável para o funcionamento do curso.

Em outra perspectiva, observamos o esforço e a habilidade administrativa de Westphalen, coordenadora do curso, para suprir faltas e contornar as substituições e os remanejamentos. Ela optou por convidar professores de instituições regionais próximas e cooptar rapidamente pesquisadores nacionais e estrangeiros que estavam de passagem pela região ou pelo país,¹²⁰ o que facilitava o custo da manutenção destes profissionais, visto que as agências de fomento não ofereciam um programa organizado de financiamento de professores visitantes. Em função dos reordenamentos, a maioria dos professores teve passagens rápidas pelas disciplinas, se o tempo não permitia aprofundamentos teóricos, metodológicos e técnicos, ele era, em contrapartida, suficiente para oferecer amostras de abordagens para a condução dos projetos de dissertação.

Esta situação nos mostra que o peso do funcionamento do programa estava concentrado fundamentalmente na figura dos quatro professores permanentes, que, concomitantemente, dirigiam projetos de pesquisa e ministravam aulas na graduação. Tomando-os como referenciais, notamos que novos elementos

¹²⁰ Os professores visitantes que ministraram aulas no primeiro ano letivo do curso foram: Jaroslaw Rudnickij (Universidade de Winnipeg, Canadá), Frédéric Mauro (Universidade de Paris X, França), Richard Graham (Universidade do Texas, EUA), Josephine Fennel Pacheco (George Mason University, EUA), Nícia Villela Luz (Universidade de São Paulo, SP), Maria Luiza Marcílio (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, SP), João Lira Madeira (Escola Nacional de Estatística, RJ), Lincoln de Abreu Penna (Universidade Estadual da Guanabara, RJ) e Admar Ruiz (Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, SP) (cf. ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 11 de outubro, 1973).

passavam a compor o *métier* do historiador pós-reforma universitária. Entre eles a dimensão que Gérard Noiriel pontua como “atividades de poder” (NOIRIEL, 2005: 218-219). O historiador não terá apenas a tarefa de produzir conhecimento, mas de gerir um grupo de orientandos, de julgar os orientandos de seus colegas e avaliar aqueles que se candidatarão a ser seu colega ou que pleitearão progressão na carreira; ele terá a seu encargo o “poder de nomeação”, de dizer quem está apto a integrar-se no seu meio, a comunidade especializada. E tudo sem abandonar suas atribuições anteriores, o compromisso com a formação de alunos da graduação e a participação na burocracia institucional, que será multiplicada com a pós-graduação. São tracejadas, nesse momento, as linhas que definirão a profissão pós-titulação, atribuições de julgamento e administração pouco enfatizadas durante o processo de formação no *métier*.

Este era o futuro profissional que se apresentava para os 24 ingressantes da primeira turma do Curso de Mestrado em História do Brasil. Eles estavam divididos em dois grupos, 12 para cada linha de pesquisa. Na seleção dos candidatos, a prioridade foi a formação de seu quadro interno de docentes (o caso de Antunes dos Santos, Cardoso e Nadalin), em segundo lugar, apesar de ter aceitado inscrição de todas as regiões do país, o espaço foi reservado, principalmente, aos profissionais de História da região Sul (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 11 de outubro, 1973).

Para Westphalen (1977: 407-420), a institucionalização da Pós-Graduação em História visava, sobretudo, capacitar aqueles que iriam “construir a historiografia brasileira”: assim, eles não eram “Cursos de Massa”. Esta concepção norteou a organização

do Curso de Mestrado da UFPR e seu espelho foi o chamado “regime de tempo integral”:

Os cursos realizados em regime de tempo integral incluíram além das aulas, de 3 a 4 horas diárias, de 2^a a 6^a feiras, o regime de permanência, de 4 horas diárias, dedicadas ao estudo e ao preparo dos seminários e outras atividades. A partir do 3º trimestre, foi reservada parcela do tempo para a frequência aos Arquivos, a fim de ser coletada a documentação para as Dissertações (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 11 de outubro, 1973).

Desse espelho refletiu uma estrutura elitista que não consentia que o aluno mantivesse outra atividade externa à instituição, se ele não conquistasse uma bolsa de estudo ou tivesse recursos financeiros próprios para sua manutenção, a despeito de seu talento intelectual, ficaria de fora – o que ocorreu com frequência, mas em baixo número, já que o montante de mestrandos era da localidade. A orientação para permanência em tempo integral na instituição durante todos os dias da semana se dava em função do número de créditos, mínimo de 60.

A bolsa de estudos era, então, fundamental para a aritmética dos créditos. Para o primeiro ano, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR ofereceu 12 bolsas e a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) apenas 4. Destes dados, soblevam dois aspectos, sendo que ambos corroboraram com as facilidades que teve a instituição para implantar e fazer progredir seu Programa de Pós-Graduação em História. No primeiro, Westphalen assume cargo estratégico no estruturante Conselho de Ensino e

Pesquisa, órgão deliberativo da administração superior. No ano de organização da Pós-Graduação, em 1971, ela foi empossada vice-presidente do Conselho e em 1973 tomou a frente do órgão como presidente. O segundo aspecto diz respeito ao potencial financeiro da universidade, à injeção de dinheiro que o governo federal lhe apoderava para o confinamento na produção acadêmica. Alinhamento político, cooperação financeira (com, ou sem, força de anestésico) e posições administrativas chave foram combinatórias imprescindíveis nos primeiros anos da pós-graduação.

A CAPES, que quase foi extinta, era uma estrutura fraca dentro da política universitária do regime militar e oferecia pouco quando a matéria era verba de custeio (MOTTA, R., 2014: 73). Na UFPR, a agência demorou a contribuir para o desenvolvimento do curso. Foi a partir de meados de 1975 (quando se lançou o Plano Nacional de Pós-Graduação) que se elevou o número de bolsas destinadas aos mestrandos. Cooperou para o aumento a criação de um fundo específico para capacitação de professores universitários (Programa Institucional de Capacitação Docente – PICD) e a organização de um programa de subvenção para professores convidados (Programa PVE – Professores Visitantes Estrangeiros) passou a facilitar a almejada circulação estrangeira no curso. Assenhoreando-se do novo vigor financeiro das agências de fomento, CAPES e CNPq, em 1976, todos os mestrandos ingressaram no Programa de Pós-Graduação com bolsa de estudos.

A grade curricular do mestrado, observando o número total de créditos, tinha um caráter conteudístico e foco na metodologia e na técnica, à semelhança do encaminhamento

da Graduação em História.¹²¹ Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II eram praticamente a junção de parte dos conteúdos das disciplinas Métodos e Técnicas de Pesquisa e Introdução à História, ministradas no curso de graduação, nas quais a sobreposição de conteúdos se fazia evidente. Numa visão de conjunto, sobressaía-se o estudo dos tipos de métodos científicos: técnicas quantitativas; práticas de arquivos e coleta das fontes; exploração dos dados; técnicas bibliográficas; enfim, conteúdos que atribuíam às disciplinas a tarefa de instrumentalizar os futuros historiadores-cientistas.

Os programas de algumas disciplinas específicas por área resultavam do amadurecimento dos projetos de pesquisa encabeçados a partir de 1959, que perseguiram a montagem de um quadro completo da economia e sociedade paranaense em uma perspectiva totalizante. Essa relação é mais estreita nas disciplinas História Econômica das Sociedades Criadoras de Gado

¹²¹ Currículo em 1972: *Disciplinas comuns* - Modelo de Explicação Histórica e Historiografia Brasileira; Arquivos e Fontes para a História do Brasil; Métodos e Técnicas de Pesquisa I; História do Brasil I; Seminário; Estatística e Processamento de Dados; Métodos e Técnicas de Pesquisa II; Estudos de Problemas Brasileiros (versão universitária de “educação moral e cívica”, imposta pelo regime militar). *Disciplinas da opção História Econômica* - Arquivos e Fontes para a História Econômica Brasileira; História da Economia Brasileira; Seminário; Métodos e Técnicas de Pesquisa II; Novas Perspectivas da História Econômica; História Econômica das Sociedades Criadoras de Gado do Brasil Meridional; História do Comércio Exterior do Brasil Meridional; Seminário; Dissertação; Tópicos Especiais I; Estudos de Problemas Brasileiros; Seminário; Dissertação. *Disciplinas da opção História Demográfica* - Demografia Histórica; História da População Brasileira; Seminário; Métodos e Técnicas de Pesquisa IV; Arquivos e Fontes para a História Demográfica Brasileira; Política Populacional Brasileira; Imigração, Colonização e Migrações Internas; Seminário; Dissertação; Tópicos Especiais II; Estudos de Problemas Brasileiros; Seminário; Dissertação (cf. MESTRADO EM HISTÓRIA, [197-]).

do Brasil Meridional e História do Comércio Exterior do Brasil Meridional da opção História Econômica. A marca da região é menos proclamada nas disciplinas da História Demográfica, o que pode ter contribuído para a longevidade da opção, que era a única do tipo no Brasil.

Pode-se, então, concordar que as linhas de pesquisa do Curso de Mestrado foram estruturadas de acordo com os projetos desenvolvidos no DEHIS e tinham o espaço regional como direção prioritária. Este grupo de docentes trazia como meta construir conceitual e empiricamente uma abordagem em história regional, atitude que denota a intenção de edificar um lugar historiográfico nacional (a formação de uma “escola”), colocando-os como iniciadores de uma história que em alto tom reclamava a especificidade do regional. Esta “história regional” partia da formulação conceitual de Brasil Pinheiro Machado. Nós já a evocamos, Machado falava em regionalismo social no estudo das estruturas que caracterizam a formação das sociedades regionais. Nesta concepção, o regional é compreendido dentro do complexo da História do Brasil, que seria, a partir da leitura de Von Martius, a história da formação dos grupos humanos regionais. A regionalização poderia oferecer modelos que auxiliariam na compreensão da formação nacional a partir de uma perspectiva comparada com outras regiões, podendo avaliar níveis de disparidade e similaridade econômicas, culturais, etc.

Essa abordagem regional como meio de entendimento da história nacional foi enfatizada por Machado na aula inaugural do Curso de Mestrado, quando sublinhou a sensação de falta da historiografia brasileira na tarefa de orientação identitária. Machado (1972) discorria sobre uma demanda por sentido,

o “ressurgimento agressivo das descontinuidades históricas” exigia, para ele, novo posicionamento dos historiadores, que deveriam interpretar o Brasil contemporâneo, terreno que vinha sendo desbravado por pesquisadores estrangeiros, ditos mais preparados cientificamente, realidade (ou suposição) que os cursos de Pós-Graduação pretendiam mudar. Fazer História do Brasil cientificamente orientada, dentro de uma estrutura disciplinar institucionalizada, era uma intenção da década de 1970, eis a razão em denominá-lo Mestrado em História do Brasil.

A forma de organização curricular do Curso de Mestrado pode ser, então, compreendida como “extensão da graduação”, num enlace de interesses entre projetos de pesquisa docente (com foco na exploração de fontes da história regional), ensino na graduação e formação do docente pesquisador no mestrado.

De um lado, vê-se o fortalecimento das referências bibliográficas que impulsionaram os primeiros passos dos projetos de pesquisa do departamento. O consenso bibliográfico em torno dos historiadores circunscritos ao círculo braudeliano, a revista *Annales*, corroboraria a coesão de uma “escola”. Os mestrandos que vinham de um trajeto de formação no DEHIS, pelas noções gerais ensaiadas na graduação, digeririam com maior facilidade as ênfases técnicas, as metodologias específicas, as teorias e conceitos demográficos e econômicos. Mas, de outro lado, a “extensão da graduação” dificultaria a oxigenação de pessoal, principalmente para a opção História Econômica com disciplinas mais direcionadas. Foi para atender a “deficiência de formação de base” dos poucos candidatos de fora da instituição que se criaram “complementações” ao teste seletivo, como o oferecimento de

um curso de Economia, sem direito a crédito, aos alunos da opção História Econômica (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 25 de abril, 1973) e, na segunda seleção (de 1973), um “programa de leituras dirigidas, em História do Brasil” aos candidatos cujos conhecimentos foram considerados insuficientes (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 6 de agosto, 1973). Pelo preenchimento das supostas “lacunas” de saberes da sua formação, exigia-se dos selecionados enquadramento aos objetivos identitários do programa: estabelecer uma escola de formação de docentes-pesquisadores em história econômica e demográfica com abordagem quantitativa.

Essas cobranças de domínio conteudístico, a nosso entender, representam um paradoxo, a ênfase no bom cumprimento dos créditos disciplinares, no aprendizado e aprofundamento da metodologia e da técnica, parecia sobrepor-se ao tempo para a pesquisa e escrita individual, que costuma, entre os historiadores, ser solitária e gestada em seus escritórios, fora das paredes universitárias.

Foi nessa concepção geral da formação do mestrando, que se tornaria o docente produtor do conhecimento envolto em “atividades de poder”, que se estruturou o Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPR, justamente o primeiro a ser considerado “adequado” ao sistema universitário pós-reforma de 1968, e se titularam Carlos Roberto Antunes dos Santos, Sergio Odilon Nadalin e Jayme Antônio Cardoso, historiadores que perseguiremos em sua experiência de doutoramento em Paris.

O tráfego de Curitiba à Paris e vice-versa

Louis Henry e Frédéric Mauro foram anunciados como grandes nomes estrangeiros que comporiam o corpo docente do Mestrado em História do Brasil. Nomes de densa carga simbólica, pois representativos do fazer história demográfica e econômica que o programa de pós-graduação buscava filiação identitária. O convite e o aceite teriam sido formalizados durante o colóquio “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930” (ATA da Reunião do Departamento de História, 6 de novembro, 1971), e desde então Cecília Westphalen trabalhou no trâmite de suas vindas à UFPR. Entre encaixes e adaptações, Westphalen conseguiu que Mauro viesse em 1973 e Henry no verão de 1974. Mauro permaneceu dois meses, ministrou um curso sobre “Novas Perspectivas da História Econômica” e dirigiu seminário de orientação teórico-metodológica, inaugurando um período de maior trânsito pela instituição (BALHANA, 1995; WESTPHALEN, 1995: 55-61). Henry ofereceu um curso de “Demografia Histórica”, cujo trunfo do programa foi transformá-lo em um “manuel Brésilien”.

Com a abertura do CNPq para doutorados no exterior, medida que atenuaria a carência desta oferta no país, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Sergio Odilon Nadalin e Jayme Antônio Cardoso, contando com a movimentação da rede de sociabilidade de Westphalen, escolheram Mauro e Henry como orientadores e rumaram à capital francesa para realizar o Curso de Doutorado.¹²²

¹²² No mesmo período a colega de departamento Ana Maria Burmester, mestre sob

Assim, ao lado do interesse pessoal em aprofundar o domínio intelectual na especialidade escolhida estava uma estratégia departamental. Os três “enviados” à Paris retornariam com a marca do lugar, a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)¹²³ e a Universidade Paris X – Nanterre, e títulos de doutorado que assegurariam a autonomia do corpo docente e projetariam a imagem da competência científica necessária para pleitear a ampliação do programa.

O primeiro a partir foi Antunes dos Santos, em 1974 instalou-se com a família na Rue du Javelot. No ano seguinte, as famílias Nadalin e Cardoso (17 jan. 1977) mudaram-se para o mesmo endereço e então “a tour Athènes” transformou-se “em sub-séde do Dehis”. Estes deslocamentos foram narrados em minúcias à Cecília Westphalen, pois durante todo o período de vivência francesa, de 1974-1977, eles mantiveram intensa correspondência com a “Prezada Professora Cecília”.

As cartas, como fragmentos do cotidiano, insinuam uma relação harmônica entre os colegas, no cruzamento da escrita epistolar nota-se o hábito de fazer breves relatos quanto ao bem-estar familiar e ao estágio da pesquisa do outro. Para fraternizar um ambiente culturalmente estranho, transformaram-se em uma família temporária, compartilhavam os obstáculos de aculturação, as angústias da pesquisa, confraternizavam nas datas festivas e juntos faziam as viagens de “*vacances*” (férias).

orientação de Oksana Boruzenko, seguiu para a parte francesa do Canadá, foi realizar o doutorado na Universidade de Montreal sob supervisão de Hubert Charbonneau, especialista em demografia histórica, ligado à corrente historiográfica francesa.

¹²³ A partir da VIª Section foi criada a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em 1975.

Esse ambiente de bom convívio pode ser estendido ao relacionamento com os orientadores e suas famílias. Frédéric Mauro era o orientador de Santos, Nadalin e Cardoso eram orientandos de Louis Henry. Os “*rendez-vous*” (encontros) entre eles foram narrados com entusiasmo e em tom elogioso, as conversas eram alimentadas pelas lembranças do que, para o olhar europeu, eram os “exotismos” brasileiros.

As cartas vindas de Paris fornecem um quadro analítico sugestivo de parte da vida universitária francesa e brasileira, abrem possibilidades para explorar as relações de amizade, cumplicidade e orientação acadêmica estabelecida entre os remetentes e a destinatária e analisar o ambiente acadêmico francês, ou seja, o cotidiano dos seminários, os descobrimentos e ganhos teórico-metodológicos, as dificuldades e as frustrações expressas nas cartas, decorrentes, em parte, da opressão do cronômetro acadêmico e dos desencontros e distanciamentos da relação de orientação. Com esta escrita íntima problematizaremos o processo produtivo de construção da tese, colocando-o no turbilhão da vida acadêmica.

O 3º Ciclo e o tempo acadêmico

Debaixo de protestos, a França pós-Maio de 1968 flexibilizava a hierarquia universitária. O crescimento da população discente e docente fez emergir uma série de rearranjos em sua estrutura (BOURDIEU, 2011; PICARD, 2010: 140-152). O 3º. Ciclo (*3ème cycle*) enquadrava-se na reforma universitária e

tentava sanar parte dessa demanda, nele havia a possibilidade de realização de Curso de Doutorado em curto prazo, dois ou três anos, caso ideal para os três professores que precisavam logo reassumir suas aulas no Brasil, já que suas ausências fraturavam a organização curricular do DEHIS.

No primeiro ano o aluno deveria preparar o Diplôme d'Études Approfondies (DEA), para tanto teria que cursar um número de disciplinas e apresentar dossiês de cada uma, além disto, como descreveu Cardoso (23 mar. 1976), havia

[...] um trabalho maior de encerramento da disciplina, e para a dominante, ou seja, o seminário do orientador, há isso e mais um estágio e por fim um exame escrito. Tanto para o curso do orientador como para os demais = tudo será no final examinado por um jury de três professores, que acordarão a concessão do D.E.A. ou submeterão, de imediato, o candidato a uma entrevista, para a decisão final.

Deslocados de sua “zona de conforto” acadêmica, o nível de exigência para essa primeira etapa tomou de assalto os três, a reprovação significaria atraso, retardo não tolerável no tempo. Cardoso e Nadalin, no primeiro ano, frequentaram os mesmos seminários e em suas cartas externaram um forte descontentamento quanto a essa estrutura. Também relataram a dose homeopática de pressão diária recebida pelos próprios professores: “estão com um ‘arzinho’ de que vão mostrar a todos que a coisa é para valer, nas nossas costas” (CARDOSO, 12 dez. 1975).

Os exames finais para o DEA foram sentidos como tortura psicológica. Com o tempo voltado para as disciplinas, pouco dele sobrava para o trabalho com a tese (ANTUNES

DOS SANTOS, 16 jun. 1976). O tempo, ou melhor, a sua falta, passou a ter lugar em todas as cartas, ele foi evocado para justificar as ações que tomavam em relação aos trabalhos dos seminários e o prosseguimento da tese. O tempo impelia as decisões, as mudanças de rumo, os cortes, a não realização. O tempo, o acadêmico, recebeu uma conotação ruim, estava associado à dificuldade.

Cecília Westphalen era o porto onde desaguavam os interesses, as dificuldades e se buscava auxílio. As cartas, que variam de 1 a 11 páginas, narram todas as fases da composição da tese. Ao escreverem, eles faziam o exercício de organização das tarefas a serem executadas, listavam as leituras realizadas e as que estavam por fazer, procuravam identificar as deficiências e as lacunas da documentação, com pormenor exprimiam a metodologia empregada e as etapas da redação da tese. Dentro desses relatos, pediam indicações bibliográficas e envio de fontes.

Ao colocarem Cecília a par das atividades de pesquisa esperavam a sua avaliação, até mesmo *insights*, que por ventura, os problemas postos nas cartas pudessem suscitar. Atentos quanto à dimensão individual e a possibilidade da observação microscópica desta experiência historiográfica, passamos a explorar essas relações a partir das impressões particulares dos remetentes com o cuidado de inter-relacioná-las aos seus produtos historiográficos.

Carlos Roberto Antunes dos Santos

A primeira experiência de Carlos Roberto Antunes dos Santos na área da história econômica paranaense foi com o projeto departamental “A economia Paranaense na 1ª República”, em que o foco era a econômica madeireira. Mas, com o engajamento em outro projeto, também coordenado por Cecília Westphalen, o Projeto Levantamento e Arrolamento de Arquivos, o jovem pesquisador passou a nutrir curiosidade pelo conteúdo dos arquivos notariais quanto à escravidão no Paraná.

O tema da escravidão vinha de um crescente interesse de pesquisa entre sociólogos e historiadores brasileiros desde meados de 1960, cujo viés oscilava entre a teoria econômica marxista e as temáticas e metodologias da história econômica e social praticada pelos *Annales* (LARA, 1992; ADOLFO, 2014). A dissertação de Antunes dos Santos se localiza nesta última vertente, tendo como fonte de trabalho os registros de compra e venda de escravos e os orçamentos provinciais, seu tema de pesquisa foi o mercado de escravos entre 1861-1887 e sua problemática foi compreender os elementos (variáveis: idade, sexo, ofício e condição física) que concorriam para a definição de seu preço, considerando, nas oscilações, o binômio espaço-tempo (recorte quinquenais e variações por localidade – Lapa, Curitiba, Castro e Litoral). Portanto, uma análise econômica dura do escravo enquanto produto do sistema econômico imperial.

Oscilação de mercado e flutuações de preços foram tópicos sobressalentes no colóquio internacional “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930”, as análises interpretativa de Eulália

Lobo e Kátia Mattoso e Johildo Athaide, sobre a relação entre evolução de preços, custo de vida e epidemias, serviram-lhe como ponto de diálogo e o identificavam com a problemática que os autores levantavam para o caso da economia brasileira.

Embora a dissertação não tenha evocado Labrousse como inspiração teórico-metodológica, Braudel se fez presente logo na primeira linha, ele é o aporte para justificar a profícua aliança da história com a teoria do desenvolvimento econômico. Braudel aparece de forma ligeira, assim como Mauro. O futuro orientador sustenta sua localização temporal, pois haveria uma “demanda historiográfica” para o século XIX, desamparado que estava pelos pesquisadores brasileiros preocupados em demasia com o período colonial. Sua aparição se resume a esta vaporosa menção.

Em “Metodologia e técnicas de pesquisa”, subtítulo chave de organização das dissertações do programa de pós-graduação, foi a história quantitativa e o balanço historiográfico que receberam maior tratamento argumentativo. Partindo do problema do acesso as fontes, descrevendo a elaboração do modelo das fichas de coleta para controlar os dados e elaborar os quadros e gráficos, o autor explicitou os passos do trabalho estatístico. Tudo em conformidade com as expectativas de Westphalen, sua orientadora, e em afinidade com as diretrizes do programa.

O balanço bibliográfico tem uma dupla funcionalidade, situar o trabalho no campo dos possíveis e distingui-lo buscando justificar a sua exequibilidade e originalidade. Entre os autores que trabalharam com preços como fatores explicativos da conjuntura econômica, Antunes dos Santos conjugou Emília

Viotti da Costa, Stanley J. Stein, Mircea Buescu, Alfred H. Conrad e John R. Meyer e Maria Luiza Marcílio. Esta última surge como essencial por analisar o mesmo tipo de fonte, os registros cartoriais de compra e venda. Em relação a ela, o diferencial do autor fundamentava-se na consideração das variáveis “áreas e períodos” (faixas cronológicas) (ANTUNES DOS SANTOS, 1974: 7). O quadro de diálogos historiográficos ainda foi composto por Roger Bastide e Florestan Fernandes, Roberto Simonsen, Maurício Goulart, Celso Furtado, Octavio Ianni, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Romário Martins. É observável a atualidade dos referenciais, assim como a presença da historiografia norte-americana (acompanhada da crítica a econometria) e a timidez da historiografia francesa, o que se explica, a nosso ver, em função da objetividade quanto à especificidade do tema, objeto e fontes.

No plano geral, a dissertação prezou pela descrição do sistema escravista, elencou verificações gerais, que não trouxeram novidades contextuais, e desenvolveu timidamente a reflexão com a variável preço. Ela carregou o ônus de ser a primeira no campo acadêmico paranaense a desbravar a escravidão regional em seu aspecto econômico. Com plena consciência do caráter preliminar do que alcançou, Antunes dos Santos (1974: 117) traçou um programa para o doutoramento: comparar séries de preços dos escravos com outros gêneros de mercadorias e os salários, a renda.

O programa anunciado amadureceria com a supervisão de Mauro, na Universidade de Paris X – Nanterre, entre 1974 e 1976. Carregando consigo novas fichas e micro-filmes, a intenção era buscar “nova metodologia” para o “projetado

alargamento e aprofundamento” da dissertação (ANTUNES DOS SANTOS, 21 mar. 1975).

Como a escrita epistolar também projeta uma imagem de si, prefiguramos Antunes dos Santos diferentemente de seus colegas. Ele parece ter enfrentado rapidamente os desafios da aculturação, as cartas indicam que, até certo ponto, conseguiu conciliar a realização do DEA, a experimentação da “nova metodologia” na escrita da tese e a participação em eventos acadêmicos.

Pelo cotidiano relatado nas cartas, supõem-se que frequentou os Seminários de Frédéric Mauro, Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Bertin, Fernand Braudel e Oliver Holmes (ANTUNES DOS SANTOS, 23 nov. 1975).

Mauro, investigador da História Econômica do Brasil, despertava em seu seminário a atração de pesquisadores brasileiros.¹²⁴ Ciro Cardoso (um dos autores referenciais de Antunes dos Santos sobre sociedades escravistas) e Nilo Odália foram alguns que por lá circularam. O trânsito intelectual também identificava os seminários de Braudel, Antunes dos Santos (16 jun. 1976) pôde ouvir as pesquisas de Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Pierre Vilar, Immanuel Wallerstein, Gunder Frank, Maurice Aymard, Hermann Kellenbenz, entre outros.

As aulas teóricas do Seminário de Mauro, cujo programa centrava-se nas teorias da história e ciclos econômicos, não

¹²⁴ Alguns ex-alunos de Mauro: Luiz Felipe de Alencastro, Ciro Flamarion Cardoso, Maria Bárbara Levy, Maria de Lourdes Viana Lyra, José Leonardo do Nascimento, Luiz Carlos Ribeiro, Maria Eurydice de Barros Ribeiro, Helenice Rodrigues da Silva, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Marinete dos Santos Silva, Tania Navarro Swain (cf. HUERTA, 1995).

diferiam do curso dado no Mestrado em Curitiba (ANTUNES DOS SANTOS, 21 mar. 1975), apreciação distinta, e positiva, fez das aulas destinadas às pesquisas dos doutorandos por meio das *exposés* (exposições). O cuidado com a preparação e a expectativa da avaliação pelos pares é um ponto similar com a experiência acadêmica francesa de Westphalen, para eles a *exposé* era o momento fundamental para testar ideias e traçar caminhos.

A proposta de curso de Oliver Holmes, professor visitante vindo da Universidade de Michigan, era “estudar as Ciências Sociais num campo único, sendo que o vocabulário é desde já afastado do campo da disciplina única” (ANTUNES DOS SANTOS, 21 mar. 1975). Suas aulas enquadravam-se na perspectiva do pensar a linguagem comum das Ciências Sociais – mote braudeliano fundamental para Westphalen. Para a abordagem da “teoria da escravidão”, Holmes trouxe para o debate os trabalhos de seus conterrâneos norte-americanos, Robert Fogel, Conrad & Meyer, Eugene D. Genovese e Stuart B. Schwartz. Além de significar uma contribuição para a tese quanto à abordagem do problema da instituição da escravidão, estes referenciais colaborariam para a “formulação de uma teoria da escravidão (dos preços, por exemplo)” para o caso brasileiro, uma das expectativas da pesquisa (ANTUNES DOS SANTOS, 21 mar. 1975). Quanto ao estreitamento das relações acadêmicas – construir redes de sociabilidade era uma das razões à frequência dos seminários, como vimos com Westphalen -, Holmes ainda intermediou a troca de cartas entre Antunes dos Santos (23 mai. 1975) e Schwartz.

“Adorei o prof. Ladurie”, disse Antunes dos Santos (23 mai. 1975) relatando o fim do seminário. A justificativa para segui-lo

estava, sobretudo, na curiosidade intelectual que despertava o autor da grande tese regional *Les paysans de Languedoc*. O programa do curso se desdobrou em torno da composição de sua obra, história econômica e social da zona rural francesa. Assim, se o “fascínio” pela História Moderna e a maestria de Ladurie ainda não avalizassem a sua escolha, o seminário colocava em questão tanto a elaboração de monografias regionais, a preocupação com o espaço, quanto o manejo da demografia histórica, centrais para o desenvolvimento da pós-graduação da UFPR, embora assuntos não enfatizados por Antunes dos Santos.

As memórias do Seminário de Jacques Bertin remetem ao trabalho desenvolvido no *Laboratoire de Cartographie/Graphique*. Com ele aprendeu os pressupostos da *semiologia gráfica*. Bertin lecionou estes pressupostos no Curso de Mestrado da UFPR no verão de 1975, quando Antunes dos Santos já estava em Paris (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 7 de novembro, 1975). Foi a primeira viagem do francês ao Brasil, cuja narrativa à Westphalen, em tom extremamente gentil, externou satisfação e agradecimento pela experiência (BERTIN, 6 mar. 1975). Ao trabalhar com sua metodologia na elaboração do inventário de curvas da movimentação de embarcações e mercadorias no Porto de Paranaguá (WESTPHALEN, 14 abr. 1972), ao trazê-lo para ensinar *semiologia gráfica*, solicitar estágio e orientação para seus alunos (entre eles Cardoso, Nadalin e Jair Mequelusse) (WESTPHALEN, 21 mar. 1975; 25 fev. 1976), arquitetar a tradução de sua obra e outros projetos com base em suas técnicas, Westphalen tornava-se de grande valia a Bertin, sem dúvida, sua principal divulgadora no Brasil.

Segundo Antunes dos Santos (Paris, 21 mar. 1975), Bertin deveria “sentir saudades do conforto existente nas salas” da UFPR, pois suas aulas, com cerca de 30 participantes, eram realizadas numa pequena sala que obrigava os alunos a realizarem as contas e desenhos nos joelhos. Desconforto que nutria a impressão de um “curso muito difícil e cansativo”. Esta avaliação passou a mudar quando iniciou o trabalho prático com a sua documentação. Bertin se mostrou interessado por seus atos de compra e venda e indicou o Fichário-Imagem (FI) como técnica adequada para exploração do preço do trabalho escravo. Orientação que deu alento a pesquisa,

O importante é partir de um problema básico (ou de uma hipótese) e através das manipulações verificar até que ponto o fichário pode responder o problema, ou confirmar ou negar a hipótese lançada. E de acordo com o que já havia afirmado na tese de mestrado, existe uma nova metodologia para estudar o preço do escravo, isto é, tomando por base o período, local, condição física do escravo, estado civil, sexo, idade de origem, preço unitário e profissão. Isso é uma afirmativa também da M^a. Luiza Marcílio, M. Buescu, e mesmo da New Economic History, e de outros. Mas o problema é: como aglutinar todas essas variáveis e verificar a importância de cada uma e do conjunto das mesmas, dentro de um conjunto maior. E com a técnica do Fichário de Imagem é possível fazer diversas manipulações com as diversas variáveis (ANTUNES DOS SANTOS, 7 jan. 1976).

Voilà, eis o encontro esperado com a “nova metodologia”! Cabe lembrarmos que as técnicas de tratamento gráfico da informação, conforme concebidas por Bertin, foram, em 1970, a descoberta do “novo” de Westphalen. Explica-se, por conseguinte,

a ênfase neste assunto em grande parte da correspondência entre eles. Antunes (2 mar. 1976) enviava questões e fotografias das manipulações esperando da interlocutora ajuda na leitura dos FI e na elaboração de novas hipóteses.

Tomado pelo trabalho, o doutorando saía de casa apenas para ir ao *Laboratoire*, seu cotidiano estava entrelaçado às manipulações das 1004 fichas elaboradas a partir 1004 registros de compra e venda de escravos. Da dissertação tem-se a ampliação do número de escrituras, que era de 839, e das variáveis que comporiam o conjunto de características que determinavam o preço do escravo (data, cidade, sexo, estado civil, estado de saúde, idade, cor, origem, preço e profissão).

Com este material o tema da dissertação, preço do escravo, foi aprofundado em toda terceira parte da tese (capítulo 5 e 6) valendo-se da *semiologia gráfica* e da estatística para reconstituir e analisar os diferentes tipos de mercado de escravos (ora regido pela força de trabalho ora pelos jogos da oferta e da demanda) e compará-los com o preço da terra e da carne, já que durante o recorte analítico, 1860-1887, a pecuária era uma importante atividade produtiva da província paranaense.

A grande questão da tese foi desmistificar quantitativamente que “Jamais existiu escravidão no Paraná!” (ANTUNES DOS SANTOS, 1976: 1, tradução nossa), a última parte do trabalho mostrava, então, que o número da população escrava não era baixo mas relativo à economia paranaense, uma economia de tipo periférico. A meta da segunda parte da tese foi caracterizar esta economia dentro do sistema escravista brasileiro do século XIX para mostrar a integração da província ao sistema. E na primeira, apoderando-se do vocabulário da geo-história, quis dar uma visão

sumária do espaço e das condições históricas da região, ou seja, trabalhando com três séculos, XVII, XVIII e XIX, alçou os vínculos austeros da relação homem, ecossistema e ciclos econômicos.

A primeira e segunda partes (consideradas, por Westphalen, compilação desnecessária),¹²⁵ credenciavam a tese a inscrever-se no rastro hereditário da estrutura “geografia, teoria econômica e técnicas quantitativas”, caminho que, inspirado em Braudel, foi seguido por Mauro em seu doutoramento.

A construção deste alinhamento foi um desejo expresso em suas cartas, desejo de exercitar o que aprendeu seguindo Braudel em dois de seus seminários e, como Westphalen, imprimir em sua trajetória intelectual a marca simbólica da orientação interpretativa da história “daquele homem que, praticamente, mudou o ritmo da história” (ANTUNES DOS SANTOS, 21 mar. 1975).

A constância de Braudel na correspondência é compreendida nesta linha de construção da filiação, que acarretava a vigilância de sua postura em relação ao campo historiográfico. Segundo Antunes dos Santos, Braudel havia mudado um pouco... “Suas definições de capitalismo, liberdade, críticas quanto historiadores contemporâneos, e suas constantes aberturas de caráter metodológico, etc. mostram uma preocupação em atualizar-se”. Ele aceitava em seus cursos “a contribuição de todos os historiadores, sejam de marxistas, clássicos, liberais, etc., à todos tem suas críticas e elogios” (ANTUNES DOS SANTOS, 16 jun. 1976).

¹²⁵ Há no acervo pessoal de Cecília Westphalen um exemplar da tese com suas anotações à margem do texto.

Algo que se auto-proclamava “novo” despertara o interesse do historiador brasileiro, ele se referia diretamente ao grupo que coordenou a obra *Faire del’histoire* (1974) e os tais “novos conceitos, novas concepções, novos horizontes”. Apesar de demonstrar entusiasmo pela aparência contestatória dos “novos”, acreditava que “Le Goff, Nora, etc.,” não pareciam até aquele momento “em condições de colocar em xeque o Prof. Braudel” (ANTUNES DOS SANTOS, 16 jun. 1976). A *contra-prova* (ARTIÈRES; LAÉ, 2011: 10) de uma “saída de cena” generalizada seria sua própria tese, ou seja, a possibilidade de seu desenvolvimento relativizava a morte súbita de um tipo de fazer historiográfico, o de Braudel.

Suas cartas tinham tons distintos dos demais colegas no tocante à relação com Westphalen. Era a sua experiência francesa que estava sempre em primeiro plano na narrativa, poucas foram as perguntas e considerações de cunho mais pessoal relativos à vida da destinatária. Em sua escrita, ele incitava o debate sobre perspectivas historiográficas e acontecimentos econômicos e políticos. O tempo para os demais assuntos (família, passeios, viagens, colegas) aparece como pausa, pequenos cortes no texto, que ocupavam algumas linhas.

Jayme Antônio Cardoso

O primeiro projeto de pesquisa institucional que encontramos Jayme Antônio Cardoso inclinava-se para um tema político, o objetivo era estudar o comportamento político no Paraná Provincial. No transcurso de sua experiência docente no DEHIS, de 1967 (ano do projeto) a 1972 (ingresso no

mestrado), sob orientação de Altiva Pilatti Balhana, este tema foi reformulado devido à sua inserção no Projeto História Demográfica no Paraná. O estudo do comportamento político não foi desconsiderado, mas a ênfase recaía na busca pela caracterização quantitativa da parcela da população votante de Curitiba, aproximando-se mais estreitamente do objetivo mestre do DEHIS, de compor uma história total da sociedade paranaense. Sua dissertação, então, era uma etapa desse fim tornado coletivo no programa de pós-graduação.

O processo eleitoral acontecia em duas fases por segregar a população em duas categorias, os votantes e os eleitores. Na primeira, o direito de votar era restritivo às pessoas do sexo masculino com pelo menos 25 anos de idade e com renda anual mínima de 200 mil réis. Anualmente se recompunham as listas que registravam os qualificados para inscreverem-se para votar naqueles que participariam da segunda fase das eleições, bem como elegeriam vereadores e juízes de paz, este era o grupo social dos votantes. A segunda fase da eleição era reservada às pessoas com renda anual mínima de 400 mil reis, só eles eram considerados “elegíveis” e, portanto, entre eles se nomeava deputados provinciais ou gerais e senadores (CARDOSO, 1974: 4). Este sistema eleitoral foi vigente até 1880, Cardoso segue até 1881 justamente para comparar as mudanças introduzidas nas listas eleitorais dos votantes com a reforma eleitoral daquele ano, passando-se às eleições diretas e modificando a arregimentação do eleitorado.

Considerando a história social e a história demográfica como campos “complementares” (CARDOSO, 1974: 6), o autor tomou como fonte as listas anuais de votantes da paróquia de

Curitiba e procurou explorar todas as possibilidades de leitura das listas compostas entre 1853 e 1881: índice de alfabetização; estado civil; expectativa de vida; atividades sócio-profissionais; nível médio de renda.

Inédito no cenário historiográfico nacional, pelo uso das listas eleitorais, uma das suas dificuldades estava na impossibilidade do trabalho comparativo para ponderar as “anormalidades” encontradas nas oscilações anuais das análises das séries e responder até que ponto os índices percentuais extraídos das listas eram representativos do total geral da população curitibana de mesma faixa etária e sexo. Um dos problemas era decorrente da evidenciação de interferências no processo de qualificação do votante, isso pela inserção e exclusão de pessoas sem a transparência dos motivos. As tabulações traduzidas nas curvas apontaram que, de 1874 para 1875, houve jogo de inclusão e exclusão de mais de 700 votantes (CARDOSO, 1974: 125). E os quadros sócio-profissionais demonstraram que estas oscilações atingiam sempre os qualificados como lavradores, justamente aqueles registrados com o limite da renda estipulada. As listas ao projetarem as possíveis fraudes no sistema eleitoral confirmavam para o caso paranaense a existência da política de clientela, de forças paternalistas (CARDOSO, 1974: 209).

Se a questão da representatividade proporcional do grupo social votante em relação à população de Curitiba, ainda ficaria a aguardar a confrontação de outros trabalhos, sua dissertação, avaliou o autor, teria demonstrado positivamente a potencialidade de exploração das listas de votantes para estudo de história social e demográfica, que considerava como “complementares”.

A partir deste resultado, o projeto para o doutoramento, com supervisão de Louis Henry, era aprimorar sua análise aproximando-se do *savoir-faire* da demografia, área privilegiada do Programa de Pós-Graduação em História.

Dentro das possibilidades oferecidas pela EHESS e sondando as “possíveis ‘idiossincrasias’ pessoais” do orientador - comportamento silencioso do cotidiano do orientando que tem como princípio evitar dissabores com seu mestre -, Cardoso (6 nov. 1975) optou por fazer os seguintes seminários: Techniques d’analyse en démographie historique (dirigido por Louis Henry), Démographie historique (dividido entre Jacques Dupâquier e Jean-Pierre Bardet) e Semiologie graphique (dividido entre Jacques Bertin e Serge Bonin). Estes seminários foram cursados em seu primeiro ano letivo, 1975-76, e por eles obteve aprovação do DEA. No segundo ano, voluntariamente, seguiu Naissance de la démographie aux XVIII et XIXème siècles (dirigido por Dupâquier) e Les sociétés urbaines aux XIX et XXème siècles en France et dans le monde occidentale (comandado por Adeline Daumard).

Observando o primeiro ano de sua vivência acadêmica, o mais significativo pela conquista do DEA, Cardoso estava, à primeira vista, totalmente inserido na linha que escolheu, demografia histórica. Apesar da condição de “iniciado” tanto na demografia histórica quanto na *semiologia gráfica*, as experiências com o andamento das aulas e a construção da tese revelaram um cotidiano desconcertante para o pesquisador brasileiro, em parte, pelo terror dos exames da reforma universitária a qual estava sendo submetido.

De Dupâquier, Cardoso tinha a expectativa de encontrar o olhar historiográfico diante da demografia como disciplina. Diferentemente do politécnico Louis Henry, ele partia da história à demografia. Contudo, a particularidade de uma visão histórica teria sido ofuscada pela organização de seu seminário. Ele

Deu uma idéia geral da história demográfica do século XVII-XVIII, e agora vamos começar a estudar Malthus. Houve, para mim, um certo desencanto, pois os seminários foram sempre assim: um tema, ou melhor, um país ou uma região; em geral ele convidava um especialista, ou então êle ou o Bardet apresentavam o resultado de suas consultas a respeito [...] Ele parece meio desligadão (CARDOSO, 23 mar. 1976).

Muitos dos especialistas convidados não saíam, para ele, da dissertação sobre coisas “passionantes” (CARDOSO, 12 dez. 1975). Exceção à regra foi a presença de sua ex-professora do mestrado Maria Luiza Marcílio, “ela falou sobre a evolução da população brasileira. Quem estava lá era a Profa. Katia Mattoso. No dia seguinte, a convite meu e do Sergio, elas estiveram aqui em casa, e mais o Carlos Roberto” (CARDOSO, 23 mar. 1976).

As duas historiadoras brasileiras, de presença notável no colóquio “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930” circulavam constantemente por Paris. Trata-se do momento de construção de suas carreiras e de afirmação de seus nomes como expoentes do campo historiográfico brasileiro.

Kátia Mattoso é um exemplo de historiadora da história econômica e social, inspirada por Labrousse, que tomava a demografia histórica como ferramenta para a categorização

de “grupos sociais” na Bahia oitocentista. Ela iniciava seu doutoramento com Adeline Daumard, ex-orientanda de Labrousse, e naquele momento encaminhava a exploração quantitativa e serial de testamentos e inventários *post-mortem*, cartas de alforria, para estudar níveis de riqueza na “opulenta” cidade de Salvador (MATTOSO, 1992; REIS; SOUZA, 2013; ARAÚJO, 2009). Em Paris, ela e Carlos Roberto Antunes Santos (2 mar. 1976) puderam trocar referências e colocar discordâncias sobre o tema “mercado de escravos”.

Marcílio (1997) se introduziu no meio parisiense antes de Mattoso, foi aluna brilhante de Braudel (BRAUDEL, 19 mar. 1965) e defendeu o título de doutora sob a orientação de Henry, quando se tornou a “filha brasileira” do “pai da demografia histórica” francesa. Sua tese, *A cidade de São Paulo. Povoamento e população – 1750-1850*, foi publicada em 1968 (caso pouco comum na França) e traduzida no Brasil logo em 1973. A obra converteu-se em referência vital para os mestrandos da UFPR, espaço duplamente importante em seu percurso profissional, pois ali encontrou intensos divulgadores de seu trabalho e pôde lecionar demografia histórica em nível de pós-graduação. Neste período, Marcílio ainda era professora de uma pequena instituição do interior paulista, ela se tornaria professora da USP com a defesa de sua livre-docência em 1974, enfrentando as críticas de Westphalen, que compôs sua banca, quanto à “autopromoção exagerada” em seu memorial.¹²⁶

A historiadora estava em Paris justamente para apresentar a livre-docência, que versou sobre o crescimento populacional e

¹²⁶ O memorial e o parecer de Westphalen, um manuscrito de 15 páginas, estão em seu arquivo pessoal. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 42.

a evolução agrária da Capitania de São Paulo, entre 1700-1836. Ela se deslocou para participar do principal evento da área, a reunião da *Société de Demographie Historique*, do qual as sócias assíduas, Westphalen e Balhana, ausentaram-se pela perda do pai de Westphalen.

Na percepção de Cardoso (8 fev. 1976),¹²⁷ a tese foi bem apresentada e bem recebida com “algumas intervenções sem significado maior, exceto as do Prof. Henry, claro, e que também já aproveitou para comentar resultados do artigo sobre o Paraná, citando Mlle. Balhana.

Com Marcílio, Mattoso e os três doutorandos, os grupos de São Paulo, Bahia e Paraná estavam ali representados e, portanto, tinham os nomes constantemente lembrados por Henry, Mauro e Daumard em seminários, conferências e bancas de defesa. Afinal, lembrá-los era fazer referência a eles mesmos num jogo de conhecimento e reconhecimento, pois os mestres franceses convertiam-se em seus guias temáticos e metodológicos.

O artigo citado por Henry é *La population du Paraná depuis le XVIIIe siècle* e foi publicado na prestigiosa *Population*, a revista do Institut National d'Études Démographiques (INED) (HENRY; BALHANA, 1975). O texto escrito em co-autoria com Henry apresenta a região paranaense como mata virgem e fértil para a demografia histórica em razão do crescimento demográfico excepcional e da diversidade étnica, ele historia as fontes, divulga os resultados parciais já quantificados e oferece temas e abordagens. Símbolo do tráfego Curitiba/Paris, o artigo tornou-

¹²⁷ Percepção distinta de Antunes dos Santos (2 mar. 1976), para quem Marcílio estava “trabalhando de convencimento, e cheia de contradições”.

se, para Cardoso, o localizador de seu empreendimento, o argumento que justificava a pertinência de suas proposições.

O seminário de Bertin e Bonin foram descritos como bons. Cardoso, ao contrário de Antunes dos Santos, não pôde incursionar pelos princípios da *semiologia gráfica* no desenvolvimento do trabalho com as listas eleitorais. Bertin aparecia nas cartas por causa do seu livro “La Graphique”,¹²⁸ o qual tinha intenção que Cardoso fosse o tradutor, e pela assistência que pedia para a produção do Atlas Histórico do Paraná, idealizado com Westphalen.

Cardoso (20 nov. 1976) já estava colaborando para a composição final do “manuel Brésilien” de Henry, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, resultado das aulas ministradas por ele na UFPR (HENRY, 1977), e, apesar da completa lucidez quanto ao marketing das traduções por um selo da UFPR, seu engajamento imediato em uma nova tradução comprometeria a tese. Sua decisão, entretanto, parece ter estremecido o círculo das trocas, Bertin foi, aos poucos, se afastando e o projeto do atlas não recebeu sua atenção (CARDOSO, 17 jan. 1977).¹²⁹

O convívio com Henry evidentemente extrapolou a experiência do seminário e sua narrativa nos aproxima dos encontros e desencontros de uma relação de orientação construída entre rompantes de excitação e penhascos de incertezas. Os seminários frequentados, indicados por Henry,

¹²⁸ O título correto é *La graphique et le traitement graphique de l'information* (1977).

¹²⁹ O *Atlas Histórico do Paraná* foi finalizado apenas em 1981 e a tradução da obra de Bertin, *A neográfica e o tratamento gráfico da informação*, em 1986. Esta, no entanto, deixou de ser um projeto conjunto, Cardoso recebeu agradecimentos pela colaboração como leitor.

foram considerados “eminentemente técnicos”, a ponto de questionar-se sobre sua identidade de historiador. Foram muitos os relatos angustiantes sobre o andamento da tese, a pressão para o aprendizado da técnica conflitou com o tempo para a análise qualitativa dos dados (CARDOSO, 21 dez. 1977).

O árduo trabalho narrado à Westphalen era agravado pelas discordâncias surgidas com Henry, que lhe impunham revisões de cálculo e de direcionamento. O orientador se opunha, por exemplo, ao levantamento de renda e profissão, pois, segundo ele, “isso não é demografia” (CARDOSO, 5 jun. 1977). Na dissertação, a “complementaridade” da história social e demográfica era fundada na consideração da variável renda e profissão, o que o encaminhou a confecção de quadros sócio-profissionais a partir da codificação das ocupações por setores econômicos (primário, secundário, terciário) de Colin Clark. Este direcionamento encontrava respaldo em Daumard, para quem as listas eleitorais tinham a potencialidade de delinear a estrutura sócio-profissional da área recortada (CARDOSO, 1977: 11). O interesse nesta via justificava segui-la em seu seminário.¹³⁰

Com a ampliação geográfica do trabalho, a tese agregou as paróquias de Curitiba, Paranaguá, Antonina, Castro, Ponta Grossa e Lapa, consideradas as principais da província. Com o mesmo *modus operandi* da dissertação, Cardoso elaborou tabelas e estatísticas buscando quantificar “tudo” que poderia ser contado nas listas, já que, mesmo após um ano, ainda não estavam “perfeitamente

¹³⁰ Com a considerável lacuna que existe entre as cartas, não há o relato das aulas de Daumard, somente a indicação de que suscitaram “importantes idéias” e o desejo de discuti-las no retorno (CARDOSO, 5 jun. 1977).

claras” as questões a serem postas aos dados (CARDOSO, 25 set. 1976). E, assim, na primeira apresentação ao orientador:

Levei tudo com o maior ar de vitória sobre o tempo e sobre mim mesmo, certo de que depois de meia hora de conversa ele me orientava e eu partia para a redação. Enchi a mesa dele de papel, tabelas e gráficos. Ele para, olha, examina, e solta aquele gritinho que deixa tremendo todos os que o conhecem: ‘Ah! Há, Il y a quelques problèmes’. [...] Evidentemente não sou (como nunca fui) pretensioso qto às minhas possibilidades pessoais, e também sempre senti (sem poder definir) as limitações, ou melhor os problemas, que as listas poderiam oferecer para estudo demográfico puramente (que a D. Altiva, para me estimular, dizia que era pessimismo meu). [...] E ele sempre descartando o estudo sócio-profissional. Depois de duas horas e alguns minutos de entrevistas eu saí com o título mudado, por sugestão dele, para ‘Essai d’utilisation des listes électorales dans l’étude de la population du Paraná vers 1870’; isso para o caso de se ter que provar que elas não podem ser utilizadas. E saí também, como suplemento, com a sensação terrivelmente esmagadora de ter trabalhado até o cansaço (e não me canso fácil) durante 5 meses para um resultado tão inglório; para não dizer nulo. E a vontade de ‘se mandar’. [...] Veja, quis escrever mais ‘leve’ e acabei relatando ‘desilusões’ de pesquisa. Mas, se Deus quiser, tudo há de dar certo (CARDOSO, 5 jun. 1977, grifos do autor).

Aqui se percebe o horizonte estreito com que o historiador poderia operar, pois para pertencer ao campo determinados preceitos deveriam ser respeitados. Caso complexo para Cardoso, que estava sob a égide do “fundador” da área a qual pleiteava um lugar. Estresses e sofrimentos se intensificaram na reformulação da pesquisa.

Na tabulação de seus dados, Cardoso foi orientado a tratar de “mortalidade e emigração”. A centralidade da tese passou a ser a mortalidade entre os votantes e seu trabalho, à semelhança da dissertação, voltou ao status de uma “tentativa”. Ele passaria mais uma vez por um júri que validaria ou não o uso das listas de votantes como fonte, agora, para a mortalidade, o “aspecto puramente demográfico” (CARDOSO, 1977: 11-12). Caminho que lhe decepcionou e comprimiu suas expectativas de investigação, pois “novamente” passaria a justificar a limitação de suas análises pela falta de diálogos referenciais.

Cardoso já havia incursionado pela mortalidade na dissertação, o desafio era ultrapassar as poucas páginas que havia conseguido desenvolver. Reconstituindo nominalmente votantes, confrontando-os com as “listas de exclusão” (que eram anexas as listas gerais de qualificação), construiu tábuas de mortalidade para o período em que havia uma série completa, entre 1862 e 1871.

O que os dados sugeriam? Que, entre o grupo social votante, a mortalidade não era um fator importante pelos baixos índices revelados e não era significativa a disparidade entre planalto e litoral. Quais seriam as causas desse comportamento populacional? Para responder, o autor ponderou as estatísticas com o quadro das condições sanitárias da época (doenças, epidemias, tratamento), do ponto de vista médico e popular, e a particularidade da condição geográfica. Por fim, indicou que o estado embrionário da assistência à saúde (devido não só ao nível de desenvolvimento, mas também de conhecimento e de sua prática) era contornado pela dispersão da população, que

dificultava o alastramento de epidemias, e pelas condições de salubridade decorrentes do clima.

Sua tese, então, defendeu que as listas eleitorais eram utilizáveis para a demografia. No entanto, seu autor impôs limites aos seus resultados - e isso apesar do esforço em buscar bibliografia estrangeira sobre o Brasil e dialogar com as dissertações de seus colegas - uma vez que a “conclusão definitiva” para as constatações ficava comprometida pela impossibilidade de análise comparativa (CARDOSO, 1977: 335). O desprazer ao indicar ao leitor a parcialidade na resposta de suas hipóteses, mesmo aplicando técnicas para controle de erro da demografia, confirmam as críticas ao empirismo excessivo da demografia histórica (ROSENTAL, 2010: 101).

Na apresentação da tese, o doutorando colocou-se como aprendiz em demografia histórica, pediu desculpas a Henry e afirmou ao leitor ter feito o melhor que pôde. Westphalen acompanhou este desfecho, ou seja, o processo de composição da tese construído nos desencontros de sua relação com Henry. Ela não pôde, como fez com Antunes dos Santos, auxiliá-lo diretamente, pois não houve tempo para maturação de seus resultados. A solidariedade acadêmica à distância foi manifestada com palavras de incentivo e retribuída com favores. Os contatos que os remetentes realizavam poderiam ser ótimas oportunidades para diálogos futuros, enriquecendo o círculo de trocas acadêmicas. Nessa esteira, Cardoso foi o principal mensageiro de Westphalen, a ele foi confiada a entrega dos presentes à Braudel e Daumard. Outra “missão” foi levar cartas-convites a J.P-Berthe, Ladurie e a própria Daumard. Era intenção de Westphalen que eles fossem à Curitiba.

As cartas de Cardoso são as mais amáveis. Ele despende maior tempo para com a destinatária, quer saber “como ela está”, manda lembranças ao seu pai e ao se despedir sempre recorda da “professora Altiva”. Aliás, muitas cartas têm, até mesmo, o destino partilhado, são endereçadas às duas.

Sergio Odilon Nadalin

Tal como seus colegas, Sergio Odilon Nadalin (1969) inseriu seu tema de pesquisa em um esforço intelectual coletivo. 1969 é o ano chave, foi quando divulgou o levantamento de fontes que realizou nos arquivos da paróquia da Comunidade Evangélica Luterana fixada em Curitiba e demonstrou a exequibilidade do estudo sobre o movimento da população alemã e seus descendentes a partir das séries de batismo, casamento, óbitos e registros de confirmação.¹³¹ Nesta direção, Nadalin, diferente de Cardoso, aproximava-se mais estreitamente da demografia histórica de corte francês e investigando um grupo de imigrantes tinha um perfeito encaixe com as pretensões do projeto História Demográfica no Paraná, que era animado por sua orientadora Altiva Balhana. As pesquisas individuais sobre grupos imigratórios subsidiariam futuros trabalhos comparativos entre grupos imigratórios e seus descendentes, bem como com a comunidade tradicional, luso-brasileira, com o intento de alcançar o “quadro demográfico”, a “estrutura econômica e social” total da região.

¹³¹ Quando o adolescente atingia entre 13 e 15 anos realizava-se a cerimônia de confirmação e fazia-se o devido registro (NADALIN, 1974).

A cargo de Nadalin ficava, então, o subprojeto Imigração Alemã, cujas etapas foram esmiuçadas demoradamente na Introdução de sua dissertação a ponto de ganhar maior relevo que a etapa concretizada que estava sendo apresentada à comunidade acadêmica. Como uma das tarefas do pós-graduando é presumir os questionamentos de seus leitores/avaliadores oferecendo-lhe uma resposta prévia, compreende-se esta construção como a justificação por estar entregando um trabalho “preliminar”, já que se tratava da primeira sistematização dos dados “histórico-demográficos” coletados nos arquivos paroquiais da comunidade.

Esta compilação albergou o trato estatístico de 3.384 registros de casamentos, envolvendo 6.768 indivíduos (NADALIN, 1974: 34). No ciclo da demografia, ele incursionava pelo estudo da nupcialidade, seu tema foi a origem dos noivos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, num longo recorte temporal, entre 1870 e 1969.

O caminho metodológico escolhido para tabular os dados foi conjugar o lugar de nascimento (identificando a região européia) com a data do casamento. Adotando como referencial metodológico o manual de Henry e Fleury (1965) e seguindo as orientações recebidas diretamente de Henry, quando ele deu aulas no mestrado, planejou quadros para estabelecer índices anuais e decenais relacionados à origem dos noivos e também ao seu caráter étnico-cultural (NADALIN, 1974: 39).

Os 6.768 indivíduos que se uniram em matrimônio foram metamorfoseados em quadros analíticos distribuídos entre 3 capítulos “Tabulação dos Dados; os quadros básicos”;

“Elaboração dos dados” e “Análise dos dados”; e o “Anexos” com cerca de 160 páginas de gráficos e curvas.¹³²

As curvas de variação das uniões “intra-étnicas” e “interétnicas” permitiram ao autor visualizar graus de resistência cultural e de “hidridização”. “Alemães no primeiro período, teuto-brasileiros no segundo e brasileiros no terceiro” (NADALIN, 1974: 159), as curvas de casamentos indicaram a passagem destas variações e possibilitaram afirmar que gradativamente noivos nascidos na Europa alemã se casavam com elementos teuto-brasileiros (NADALIN, 1974: 162).

De um lado, há na dissertação um claro contraste entre o número de quadros estatísticos e as questões postas a eles, a balança pendeu mais para o trato numérico do que para interpretação dos dados, o que foi honestamente anunciado pelo autor desde a Introdução. De outro, embora encontrarmos no aspecto narrativo mais uma história descritiva do que uma história problema, o mestrando alcançou o objetivo anunciado, esboçou a importância dos dados quantitativos para história regional e a história da imigração alemã no Brasil por meio de um estudo “despretensioso” do fenômeno da nupcialidade (NADALIN, 1974: 13).

Como as outras duas dissertações analisadas, o mestrando ofereceu aos leitores/avaliadores a sequência de sua pesquisa. O centro da etapa seguinte seria a *reconstituição de famílias* da comunidade, metodologia que lhe permitiria tratar dos

¹³² A ordem dos capítulos é: A Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; Fontes; Tabulação dos Dados: os quadros básicos; Elaboração dos dados; Análise dos dados.

fenômenos concernentes à natalidade, mortalidade e mobilidade horizontal da população luterana de Curitiba.

O caminho diferencial para a tese seria mobilizar todas as atas de registros paroquiais da comunidade para elaborar as fichas nominais de família, agregar informações individuais da família X em fichas especiais e persegui-la nas fases vitais (casamento, nascimento dos filhos, morte), estabelecer, em suma, sua biografia, para compreender comportamentos demográficos (NADALIN, 1994: 127-128). Perseguindo este programa, o termo *reconstituição de famílias* foi dominante nas cartas enviadas à Westphalen de Paris. Iniciar imediatamente o trabalho, diante da intenção de permanecer apenas dois anos na EHESS, foi uma das primeiras orientações de Henry (NADALIN, 7 jan. 1976; 26 fev. 1976).

A Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba foi o seu pequeno laboratório de observação, ideal para o manuseio da técnica de *reconstituição de família*, que, *a priori*, se aplicaria com maior eficácia em populações de comportamentos mais estáveis, núcleos culturais supostamente mais fechados, como as populações migrantes. Foi apenas no último capítulo que apresentou o que pôde reconstituir, trabalhou com os cinquenta primeiros anos, de 1866 a 1919, que denominou de “fase de instalação”. O objetivo central foi oferecer preliminarmente aspectos concernentes à fecundidade (fenômeno pelo qual a técnica foi criada), cálculo da idade média da maternidade, comportamentos quanto à legitimidade dos nascimentos e concepções, balizados com os valores da família evangélica.

O último e mais importante capítulo reafirmaria as suas principais constatações da dissertação, no citado período a

comunidade apresentava-se com características endogâmicas (NADALIN, 1978: 353). Porém, poder-se-ia, segundo o autor, pontuar relativo equilíbrio entre a interferência e a resistência cultural face aos luso-brasileiros e o predomínio do catolicismo. A análise da evolução das concepções pré-nupciais apontou que nos primeiros 25 anos de instalação predominou o costume camponês europeu de nascimentos concebidos irregularmente. Os números para os 25 anos seguintes sugeriram tendência a diminuição do hábito (NADALIN, 1978: 356). Para Nadalin, um sinal de ruptura com a estrutura tradicional, característica de modernização dos hábitos e de assimilação cultural. Insistindo no mote da modernização dos costumes, recebeu atenção a concessão feita quanto à escolha do primeiro nome e a diminuição da diferença de idade para o casamento, explicada pela independência do homem, que se urbanizava, em relação aos laços do mundo rural tradicional.

A partir das fichas de famílias também seriam tratados os índices de mortalidade, com foco na infância, o que não foi concretizado. Devido aos altos índices de irregularidades das cifras e a falta de tempo para introduzir a correção, o autor recuou na investigação das condições sanitárias onde a comunidade se inseriu. Ao conseguir desenvolver a reconstituição até 1919, também não abordou os efeitos do novo montante de imigrantes alemães, que já seriam diferentes da geração dos pioneiros. As consequências da sua chegada, pós 1920, ainda deveriam ser verificadas e relacionadas com a “revolução” pós 1940, caracterizada pelo nacionalismo da conjuntura, pela diminuição do fluxo de imigrantes e reimigrantes e a transformação no seio da própria igreja luterana, que deixava de ser uma *igreja imigrante*

para assumir a identidade de uma *igreja missionária*. De 1940 até o fim do período de observação, 1969, os casamentos e concepções apontaram o fim do crescimento da comunidade como fruto da imigração e reimigração (NADALIN, 1978: 354).

Toda a tese se organiza no jogo de colocação de vírgulas explicativas quanto aos limites de compreensão dos quadros e estatísticas. Estas vírgulas, que sugerem uma cautela excessiva, são sintomas diretos da angústia em não oferecer ao leitor/avaliador “conclusões definitivas”.

Novamente nos deparamos com um esforço hercúleo para coleta de informações e busca de técnicas para construir o fato a partir de uma documentação virgem para o tratamento demográfico, mas que, contraditoriamente, ultrapassa timidamente esta fase e ruma à exploração qualitativa. O que nos permite aproximar a sua experiência de construção da tese com a de Jayme Antônio Cardoso.

O tempo planejado para doutoramento obstaculizou o prosseguimento analítico com os dados, em função deste tempo o produto dado como resposta não foi sentido como satisfatório. As exigências para conquistar o DEA canalizaram o sentimento de frustração:

Eu tinha já rascunhado uma carta para a Senhora, onde eu extravasava meu desgosto com a atual estrutura do 3º. Ciclo: o D.E.A está me parecendo muito o nosso Ciclo Básico, e os objetivos do 3º. Ciclo são muito semelhantes àqueles do nosso mestrado (comparar o 2º. Ciclo com o nosso seria covardia) (NADALIN, 21 abr. 1976).

É possível concordar que a estrutura fosse semelhante a do Curso de Mestrado da UFPR, um ano estritamente dedicado à apreensão de conteúdos, mas o calor da circunstância não lhe permitiu ponderar que o 3º Ciclo francês não exigia a conclusão do processo em dois anos, o comum era justamente o contrário, o tempo para a construção se estendia de 3 a 5 anos. A resposta rápida, a conquista do título (em detrimento do produto final) era uma estratégia do seu programa de pós-graduação. Não fora o ideal para os três doutorandos, mas era o que convinha ao programa.

A rotina familiar é um ponto importante nas cartas de Nadalin e outro complicador de sua experiência com o tempo acadêmico. Os problemas de adaptações dos dois filhos, a saúde constantemente atingida, a dor pelas perdas familiares, a carência afetiva da esposa pela distância dos entes queridos, foram fatores que influíram diretamente em seu cotidiano de doutorando. Em alguns momentos foi preciso interromper a análise dos dados e intercalar a escrita entre o cuidado com a família. O tempo da família e o tempo acadêmico nem sempre foram de fácil conciliação.

Nas cartas de Nadalin as dificuldades sobressaem-se aos ganhos. A demora na resposta à Westphalen, por vezes, era associada à sensação de “estar na fossa”. E isso, em parte, devido aos problemas encontrados na compreensão das técnicas estatísticas que Louis Henry empregava em seu seminário.

Tive, porém, a chance de lhe dizer que eu tenho uma certa dificuldade em abstrair certas noções, em raciocinar em termos das técnicas que ele nos ensina. Ele compreendeu

o problema, e disse dos senões de nossa formação, demasiadamente ‘literária’. Em outras palavras, somos capazes de seguir a receita, mas, até que ponto somos capazes de inovar, ou de mudar critérios, em face de situações diferentes? (NADALIN, 21 abr. 1976).

Os relatos de Nadalin e Cardoso nos fazem refletir sobre a condição de “iniciados”. Eles não esperavam defrontar-se com grandes adversidades por acreditarem ter domínio técnico elementar da linguagem demográfica e das operações estatísticas, afinal foram instruídos a trilhar este caminho desde a graduação. É possível, acreditamos, relacionar esta percepção com as dificuldades de efetivação de um diálogo interdisciplinar na UFPR. Como visto, no currículo do mestrado havia uma disciplina que ensinava estatística e processamento de dados, mas os professores vindos da Estatística, segundo Nadalin (2014: 11), não conjugavam o conhecimento do seu campo com a especificidade das questões históricas. Quanto à demografia, eles foram “iniciados”, sobretudo, por historiadores, na França foram recebidos por demógrafos, matemáticos, geógrafos etc. Acompanhando suas trajetórias de pesquisas, temos uma amostra da complexa contrariedade identitária que ocorria quando o assunto era adentrar no idealizado diálogo interdisciplinar.

Para atar um nó ainda maior e que, em alguma medida, pende favoravelmente às queixas dos doutorandos, nesta metade da década de 1970 crescia no campo historiográfico francês as críticas à dureza estatística dos demógrafos.¹³³ A dificuldade com

¹³³ Segundo Antunes dos Santos (2 mar. 1976), falava-se que era “muito mais demografia e muito menos história; e outra ainda: que alguns Demógrafos entendem que essa Ciência por si só pode explicar as mudanças (e dentre

o aprendizado das técnicas de pesquisa da demografia histórica não era própria destes dois estudantes brasileiros, ela também foi manifestada por pesquisadores gerados na estrutura francesa (FAUVE-CHAMOUX, 2014), a questão determinante assentava-se no tempo de dedicação para o seu exercício, raciocínio e adequação à problemática historiográfica localizada em um espaço histórico e cultural específico.

Outra narrativa à Westphalen que desperta atenção refere-se ao receio na utilização do computador. Nadalin também seguiu o seminário de Bertin¹³⁴ e também não avançou com a *semiologia gráfica* na tese. Ele nutria, contudo, interesse e esperança de que Bertin o guiasse no uso da máquina para preparação de seus quadros básicos (NADALIN, 21 abr. 1976).

Desde a experiência francesa de 1970, Westphalen passou a incentivar e divulgar o emprego de computação eletrônica no desenvolvimento dos projetos de pesquisa do DEHIS, que tinham apoio do Centro de Computação Eletrônica da UFPR, criado em 1969 (WESTPHALEN; BALHANA, 1973; BALHANA; WESTPHALEN: 1974: 223-233). Então, fiando-nos nesta narrativa causou-nos estranhamento que um recém-mestre e docente efetivo do departamento tenha dito que o computador traduzia “um mistério, um tabu mesmo” (NADALIN, 26 fev. 1976). A imagem de “modernidade” que Westphalen promovia para a pós-graduação pode ser relativizada com a

esses que criticam essa posição dos demógrafos pode-se incluir o Prof. Bertin)” (cf. ROSENTHAL, 2010: 101).

¹³⁴ Nadalin cursou os mesmos seminários que Cardoso e embora não tenha se detido tanto na sua descrição pode-se dizer que as impressões foram muito semelhantes à de seu colega, assim não enfatizaremos sua experiência com o seminário de Dupâquier e Bardet.

confissão íntima de Nadalin e também coloca senões quanto à fusão de seus empreendimentos pessoais com a identidade do departamento e, por extensão, do programa de pós-graduação. O avanço na informática foi uma meta que Westphalen perseguiu em suas pesquisas, mas que, a despeito dos incentivos e mesmo da imposição de uma disciplina no mestrado, teve seguimento lento e não generalizado.

Sem trabalhar com o auxílio de um programa de computador, o ritmo com os dados seguiu moroso, o que lhe sucumbiu o tempo de participação em encontros acadêmicos,¹³⁵ diluiu a expectativa de cursar outros cursos no segundo ano (optou por refazer o seminário com Henry) e “ampliar os horizontes” (NADALIN, 30 nov. 1976) e mesmo de aproveitar a vida cultural da cidade, vivê-la mais do que espiá-la pela janela de seu apartamento (NADALIN, 22 jun. 1977).

Quanto à relação de orientação com Henry, ela foi marcada pelo distanciamento, o que poderia ser nominado de liberdade, autonomia, mas em outra situação. Os encontros foram poucos e rápidos, a direção “muito mais formal que real” (NADALIN, 2014: 22). Na banca, como na de Cardoso, Henry foi mais um leitor avaliador do que um leitor orientador.

O apoio psicológico, calcado na vivência, no conhecimento de sua personalidade, era feito por Westphalen, que acompanhava seu desenvolvimento profissional desde a graduação. Ela guiava-o para uma reavaliação dos esforços que empreendera (NADALIN, 17 jun. 1976), ele sentia-se confortável para expor

¹³⁵ Além do evento da *Société de Demographie Historique*, Nadalin assistiu parcialmente algumas exposés da Reunião da *Société des Americanistes*, que em termos de Demografia Histórica “foi fraquíssimo” (NADALIN, 13 set. 1976).

suas queixas (NADALIN, 21 abr. 1976), ideias e pedir auxílios (NADALIN, 13 set. 1976).

A função “orientação”, invenção da moderna estrutura universitária e inserida nas “atividades de poder”, ultrapassa o âmbito da relação fundada na competência científica, ela requer a difícil combinação entre a racionalidade técnica, o diálogo franco e a palavra solidária, ela envolve variáveis comportamentais dadas pelo ambiente cultural, educacional e pelas experiências vividas como orientando, docente e pesquisador, pois, o ato de orientar (pelo menos nas Ciências Humanas) recebe pouca, ou nenhuma, atenção durante o processo de formação profissional, o que torna a orientação, em última instância, uma prática subjetiva.¹³⁶ A ponderação no processo de orientação interessa não somente aos dois lados umbilicalmente conectados, professor e aluno, mas à estrutura para a qual devem apresentar resultados. No caso de Nadalin e Cardoso, os desencontros e distanciamentos traduziram-se na produção de um trabalho que beira, para eles, o insatisfatório, visto que intelectualmente poderiam mais. Conquistou-se o título, mas o gosto saiu amargo.

A troca de cartas entre Nadalin e Westphalen também era animada por projetos partilhados. Tema recorrente foi o andamento do “Projeto MEC/DEF-PREMEN”, em que ambos iniciaram como coordenadores. Trata-se de um “Projeto de Ensino em Estudos Sociais para o 1ª Grau”. Estruturalmente envolveu o DEHIS, o Departamento de Bem-Estar Social da

¹³⁶ Sobre as influências que norteiam a forma de orientar a partir de entrevista com professores orientadores, indicamos: Quixadá, Viana e Veiga (2007) e Quixadá e Viana (2008). Para uma visão pragmática e bem-humorada dos desafios da orientação: Castro (2006: 109-134).

Prefeitura Municipal de Curitiba e o MEC. E ainda contou com financiamento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN), conforme acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos.

O Projeto foi uma tentativa de resposta à reforma implantada a partir da Lei. 5.692/71 que instituiu a Doutrina de Núcleo Comum determinando a integração de conteúdos específicos de História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica na disciplina “Estudos Sociais” para as oito séries iniciais. Inserindo-se entre as controvérsias sobre a forma de conduzir esse ensino, o Projeto almejava servir como modelo nacional ao oferecer uma alternativa à “visão compartimentada” quanto às matérias do Núcleo Comum (WESTPHALEN et al., 1976: 14).

As cartas de Nadalin supõem os avanços, o caminhar, o peso do trabalho por fazer. Com planejamento para 5 anos, sendo o último para avaliação global da experiência, o projeto gradativamente abrangeria todas as séries. A execução iniciou-se em 1975, quando foi aplicado em 4 turmas da 5ª série de duas escolas públicas situadas na zona periférica de Curitiba. Ao DEHIS cabia o recrutamento de professores para assessoria de pesquisa e escrita do material didático. Nadalin participou ativamente da construção dos conteúdos para a primeira experiência, que finalizada teve o primeiro relatório (Relatório nº 1) publicado em 1976 com o título alvissareiro *Estudos Sociais, a partir da longa duração*. Este título é sugestivo e quase explicativo. Westphalen e sua equipe, adotando como aporte o artigo *História e Ciências Sociais. A Longa Duração* (1958) de Braudel, elaboraram um plano de ação onde a História e a noção de longa duração estavam

no centro. A História, regente da orquestra, oferecia o conceito de multiplicidade do tempo social, noção capaz de integrar as Ciências Sociais, que “têm como objeto material o *Homem em Sociedade*” (WESTPHALEN et al., 1976: 28).

Assim, e exemplificadamente, a matriz geradora para o ensino da 5ª série tinha como conteúdo introdutório: “Os homens e as cousas que vêm da noite do tempo. O homem definido a partir de suas necessidades fundamentais como ser vivo e como ser humano, sendo na vida de todos os dias, nas permanências de longa duração.” O conteúdo específico centrava-se em torno do “homem brasileiro” e o aluno deveria conhecer as “estruturas etnoculturais, estruturas geográficas e estruturas da mesa, consideradas pelo prisma das necessidades básicas do homem no tempo”, pois “o arranjo diferenciado dessas necessidades é que trama a organização diferenciada das estruturas no tempo e no espaço” (WESTPHALEN et al., 1976: 61). O “arranjo diferenciado” reportar-se-ia as respostas culturais próprias de cada grupo humano as suas necessidades fundamentais, de tal modo o diálogo interdisciplinar com a Antropologia era fundamentado na leitura de Bronislaw Malinowski.¹³⁷

Consciente da dinâmica estrutural do espaço que atua, o aluno teria melhores condições para atender as “exigências da moderna sociedade brasileira em desenvolvimento” (WESTPHALEN et al. 1976: 275), ou seja, estaria apto a dar a resposta cultural adequada ao seu tempo. Os conteúdos idealizados como material para os alunos exploravam a dialética entre presente e passado para desenvolver o tema e evidenciar as

¹³⁷ A referência é: Malinowski (1962). Para uma análise das contribuições teórico-metodológicas de Malinowski, indicamos: Laplantine (2006).

permanências a partir do cotidiano, da vida material - o que era didaticamente interessante por permitir ao aluno potencializar visualmente a situação em questão -, e adotavam como fechamento da narrativa situações alusivas ao comportamento patriótico, participativo, o que sugere, em alguma medida, a instrumentalização ideológica do conteúdo e, nas entrelinhas, a justificativa para o seu financiamento.

Em síntese, essa era a aposta do Projeto e Nadalin estava incumbido de apresentá-la ao próprio Braudel (NADALIN, 17 jun. 1976).

No decorrer do primeiro ano do seu doutoramento, ocorria o segundo ano de aplicação do Projeto, do qual Nadalin demonstrou ceticismo. A preocupação, repetida nas cartas, estava na tradução das perspectivas braudelianas em saber escolar, na dúvida sobre a capacidade intelectual das professoras do ensino escolar quanto à compreensão da história a partir da noção de longa duração, pois com o término do convênio com o DEHIS, elas deveriam dar continuidade ao projeto (NADALIN, 21 abr. 1976).

O Relatório nº 2 aponta dificuldades para a continuidade devido à população escolar “instável e flutuante”, mas reafirma a viabilidade, e, como é próprio de projetos desta natureza, apresenta readequações para a abrangência gradual das demais séries (WESTPHALEN et al., 1977a). Segundo as conversas nas cartas, a experiência deveria findar em 1976 (NADALIN, 30 nov. 1976), mas resolveu-se prosseguir mais um ano usufruindo da reserva de dinheiro do convênio.¹³⁸ Nadalin manifestou, novamente,

¹³⁸ O currículo que resultou da experiência e foi legado à rede municipal ficou assim distribuído: “1ª. 2ª. 3ª. – As necessidades básicas do Homem. A vida de todos os dias; 4ª. – Necessidades básicas do homem brasileiro; 5ª. – As sociedades;

preocupação, o motivo seria a sobrecarga dos professores. Há um progressivo afastamento e falta de disposição dos professores do DEHIS na participação do Projeto e eles atingiram tom agudo com as polêmicas em torno do desenvolvimento da Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que conferia aos profissionais formados o direito exclusivo de atuação no 1º grau de ensino (NASCIMENTO, 2012; SANTOS, B., 2011).

A narrativa de Nadalin (25 fev. 1977) carrega inquietação diante da incerteza dos rumos da reforma do ensino de 1º grau:

Quanto aos projetos de reforma de Currículo, li na Veja que os licenciados em História não teriam mais condições de lecionar Estudos Sociais no 1º Ciclo, a não ser que tivessem também diploma desta ‘disciplina’. Mesmo que o espírito desta resolução seja positivo, sem dúvida a realidade atual, traduzida nos atuais currículos da licenciatura de E.S., comprimidos numa carga horária diminuta, é diferente. O amadurecimento permitido pela Licenciatura plena suplanta, a meu ver, a pretensa especialização de quem tem E.S., e como as coisas se apresentam. Em todo caso, não quero fornecer argumentos para alimentar o movimento dos Professores e Estudantes da USP.

No Relatório nº 3, relativo à experiência final de 1977, alguns pontos das dúvidas acima foram implicitamente respondidos. Devido à “flexibilidade e a abertura do Projeto” (WESTPHALEN et al., 1977b: 114), todos os professores das disciplinas das Ciências Sociais estariam habilitados a integrá-lo a partir de seus domínios, a condição prévia era aceitar a “filosofia do Projeto”,

6ª. – O trabalho e as técnicas; 7ª. – Os espaços, as economias e as trocas; 8ª. – As ciências” (WESTPHALEN et al., 1977b: 76).

que se fundamentava “em posições teóricas e metodológicas da História e que esta oferece às demais Ciências do Homem” (WESTPHALEN et al., 1977b: 113). Sutilmente, o balanço do Projeto buscou mostrar que cada profissional teria o seu “lugar” disciplinar resguardado e a que a História era a encabeçadora dos Estudos Sociais. Avançaremos com este tema, espinhoso e polêmico, no próximo capítulo no contexto dos debates do Simpósio Nacional da ANPUH, de 1977.

Pois bem, nas cartas que seguiram não houve menção à entrega do projeto e ao desejado comentário de Braudel. A correspondência incompleta impôs-nos o silêncio sepulcral da narrativa de suas impressões.

Data de 22 de junho de 1977 a última carta encontrada no acervo de Westphalen. Ela transporta otimismo quanto ao andamento da tese e é tomada pelo sentimento da partida. A volta é vista como positiva, mas o remetente mostrava-se apreensivo quanto às prerrogativas políticas de seu país: “Estou um pouco preocupado, além de outras coisas, com a censura nos livros estrangeiros, pois, apesar de nada ter a esconder, a verdade é que não confio na capacidade de um censor” (NADALIN, 22 jun. 1977).

O historiador da partida não era o mesmo do retorno, junto com os livros trazia na bagagem a experiência do cotidiano historiográfico francês. Mudanças também aconteciam com seu país e seu local de trabalho, o DEHIS. As últimas cartas de Nadalin e Cardoso expressavam o descontentamento em relação aos conflitos travados entre os professores do departamento. No centro do grupo opositor à Westphalen e Balhana estava Antunes dos Santos e Ruy Wachowicz. O retorno dos ex-alunos

de Paris parece ter provocado rupturas na lógica de reprodução e conservação do grupo (BOURDIEU, 2011: 115).

As cartas dos três correspondentes de Cecília Westphalen nos sugerem algumas situações historiográficas e fornecem indícios do modo de funcionamento de um microcosmo cultural acadêmico. Com estes registros fragmentados acompanhamos o cotidiano singular de historiadores em formação. Ganhos existiram e obstáculos também, estes se centraram principalmente nas queixas quanto à dureza da quantificação, da operação técnica de tratamento dos dados. As narrativas do andamento das teses, principalmente as de Nadalin e Cardoso, evidenciam a dificuldade em equilibrar análise quantitativa e qualitativa num tempo acadêmico diminuto, sentido como opressor, além de colocarem em cena a complexa relação de orientação acadêmica e os efeitos diretos dessa sobre o processo de criação.

A dedicação à metodologia da pesquisa era o imã que conectava os três remetentes à destinatária. Para a “Professora Cecília”, era o trabalho com a metodologia a marca de distinção do historiador de ofício. Desse modo, perpassar essas três experiências acadêmicas de pesquisa, por meio da correspondência, permitiu-nos compreender algumas das expectativas de Westphalen em relação à produção do conhecimento histórico, bem como a configuração identitária que reclamava o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. A intervenção direta de Westphalen no direcionamento dos diálogos historiográficos de seus ex-alunos traz a nós seu trabalho social de criação de um grupo que legitimaria e difundiria um modo de fazer pesquisa histórica.

As teses foram desdobramentos e aprofundamentos das temáticas desenvolvidas nas dissertações, com incursões novas pela *semiologia gráfica* e a *reconstituição de famílias*. O tráfego de Curitiba à Paris e vice-versa demonstra que havia afinidades e interesse recíproco, embora os dois campos historiográficos, a partir dos tempos distintos de suas estruturas universitárias, revelassem fronteiras de difícil transposição e uma atitude colonizadora por parte dos franceses.

Estes produtos historiográficos (dissertações e teses) estavam alinhados às orientações dos docentes do programa de pós-graduação paranaense e traziam enfoques regionais na orientação sinalizada por Brasil Pinheiro Machado, não obstante tenha sido tímido o avanço à época contemporânea e mesmo o comprometimento em refletir sobre uma demanda de sentido para aquele presente. Estavam também em pleno diálogo com o colóquio internacional “L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930” e temáticas lá sugeridas. No que tange à história quantitativa, no entanto, não há uma reflexão teórica e mesmo um posicionamento distintivo *à la* Marczewski ou Chaunu. Em Antunes dos Santos encontramos a expectativa em elaborar um modelo, uma expressão, para o estudo retrospectivo de uma economia de mercado de escravo de uma região periférica brasileira, mas que não avançou na teorização. O que corrobora com a análise regressiva de Kátia Mattoso (1992: 9), de que no Brasil se praticou uma história de tipo seriada, pois o tratamento quantitativo não tinha “base nem desabrocha[va] na construção de modelos”.

O quantitativo na abordagem econômica e demográfica foi considerado um componente motriz da explicação histórica,

mas, por um excessivo controle cientificista, conflitou com a real exposição de suas potencialidades colocando em suspensão o ideal da metodologia comum das ciências sociais a partir de um diálogo interdisciplinar. Este ideal pode ser visualizado na persistência da composição do “manuel Brésilien” de Henry e na tradução da obra de Bertin com os princípios da *semiologia gráfica* - que devido ao extenso período de negociação foi finalizada em um contexto historiográfico já pouco favorável a sua recepção.¹³⁹ O engajamento nestes empreendimentos de circulação do conhecimento levados a cabo, sobretudo, por Westphalen e Balhana podem ser alocados ao esforço de construção identitária do Programa de Pós-Graduação em História, pois ao passo que ofereciam metodologia e ferramentas para o público brasileiro, identificavam estes autores às disciplinas e projetos desenvolvidos na instituição.¹⁴⁰

O processo de construção da identidade deste Programa foi nossa questão de fundo no capítulo por considerarmos que, no recorte que medeia esta análise, entre 1970 e 1977, a grande obra de Westphalen foi a idealização e progressão do Curso de Mestrado em História do Brasil. Suas forças intelectuais foram deslocadas para a ação administrativa e projetos educacionais mais que para a produção historiográfica, propriamente dita. Não que o adiamento progressivo da finalização da pesquisa sobre as relações comerciais no porto de Paranaguá tenha sido deliberadamente planejado, mas foi uma amarga consequência

¹³⁹ A obra *A neografia e o tratamento gráfico da informação* foi publicada somente em 1986.

¹⁴⁰ O processo de seleção de uma tradução é uma das operações sociais relacionadas à circulação internacional das ideias. Como objeto de uma seleção é cabível ponderar a razão do “interesse” em determinadas publicações (BOURDIEU, 2002: VII).

da acumulação das “atividades de poder”, pela sobrecarga do trabalho docente, e do investimento em “capital científico institucional”.¹⁴¹ Devido à imagem de progresso do Programa de Pós-Graduação em História, Westphalen construiu um nome como *expert* desta estrutura, ela passou a atuar como perito em comissões de avaliação do CNPq e era chamada a dar pareceres e formular relatórios a Capes.

Assim, vemos Westphalen como uma das produtoras da estrutura dos cursos de pós-graduação, mas também como seu produto, do que decorre a dificuldade em conciliar a produção e divulgação do conhecimento e as “atividades de poder”, que passaram a compor o *métier* do historiador pós-reforma universitária.

Entre encontros e desencontros, tramas e lugares

“Uma situação social muda ao mesmo tempo o modo de trabalhar e o tipo de discurso” (CERTEAU, 2002: 74). Esta frase, lida como assertiva, de Michel de Certeau caminha neste capítulo. Ela nos instigou a olhar para a trama do rompimento de Cecília Westphalen com a ANPUH, em 1977, e a consequente fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), em 1981,

¹⁴¹ O “capital científico institucional” é relacionado ao “poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas”. A sua acumulação, no entanto, demanda tempo, ou seja, engajamentos administrativos, participações em comissões, reuniões, cerimônias, bancas de teses e concursos, colóquios, etc. (BOURDIEU, 2004: 35-36).

atenta as implicações da situação social (a política do regime militar) no esboço de outra concepção do papel do historiador na sociedade. Na cena do referido rompimento, se reabilitará, apesar dos fracos contornos, a associação entre objetividade e imparcialidade no modo de trabalho do historiador. De um lado, a imparcialidade se nutre de uma postura de negação do julgamento, de recuo em tomar partido. De outro, sem negar o ideal de objetividade do ofício, coloca-se em questão o papel social do historiador com o seu presente. De fato, como pondera Antoine Prost, trata-se de uma escolha de escritura. Como não há história que não porte julgamentos, já que ela almeja a verdade, a diferença repousa na forma: do explícito ao implícito ou o seu contrário (PROST, 2010). No entanto, no nível da fala, na proclamação de ideais, o arrefecimento de posições divergentes provocou uma dura ruptura.

ANPUH e SBPH serão estudados como lugares de sociabilidade e produção do conhecimento e também como lugares que comportam disputas e dissonâncias, apesar de toda aparência de fraternidade comunal. A ANPUH estará em nosso horizonte até o episódio de rompimento protagonizado por Westphalen, quando nos centraremos no funcionamento da SBPH, este novo lugar, e nas ênfases temáticas que se relacionam com a extensão do território do historiador, de 1981 a 2005.

A sociabilidade feminina é marca distintiva observável na SBPH, que foi encabeçada por mulheres que possuíam em comum a crença no princípio de que a construção do conhecimento é um trabalho conjunto. Entre elas localizamos uma colaboradora estrangeira, a historiadora francesa Adeline Daumard, do círculo Labrousse/Braudel. Analisaremos a inserção desta historiadora

no Brasil e o encontro de Westphalen com os seus pressupostos para a prática da história social quantitativa e comparativa.

Encaminhando-nos para o desfecho, nos voltaremos para duas publicações referenciais no percurso intelectual de Westphalen, *Porto de Paranaguá, um sedutor* (1998) e *Carlos-Quinto. Seu Império Universal. 1500-1558* (2000). Obras que se relacionam diretamente com a construção de sua identidade como historiadora afiliada às práticas *annalíticas* da história econômica e quantitativa. Buscaremos colocar em questão a relação entre a constituição de uma posição no campo intelectual, a inserção social entre os pares e a dependência substancial que a acolhida de uma obra tem da definição do que é apreciável em determinada conjuntura historiográfica.

ANPUH: lugar de encontros e confrontos

Em 25 de maio de 1965, Cecília Westphalen fez uma pausa nas atividades cotidianas para refletir, a convite da carta de José Roberto do Amaral Lapa, sobre o “falecimento” da Associação dos Professores Universitários de História (APUH). Lapa, então professor na Faculdade de Filosofia de Marília, onde a associação deu seus primeiros suspiros no encontro de 1961, relatava na carta a inércia do Presidente Eremildo Luiz Vianna¹⁴² e a não realização do III Simpósio previsto para 1963 em Fortaleza e

¹⁴² Eremildo Vianna tornou-se figura nebulosa na implantação de uma política de vigilância ditatorial no Curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB) (cf. FERREIRA, M., 2014).

assim, com o peso de ter sido ele o autor da moção fundadora, pedia para que Westphalen se posicionasse ao seu lado na tentativa de impedir o iminente esfacelamento de tão jovem associação (LAPA, 11 mai. 1965; WESTPHALEN, 25 mai. 1965).

Esta troca de cartas é indício de que os encontros de 1961 (Marília) e 1962 (Curitiba) não foram suficientes para sedimentar uma consciência associativa e um tipo de união espontânea. O terceiro simpósio realizou-se em Franca, São Paulo, em 1965, em uma rápida articulação que transformou em poucos meses uma semana de estudos em Simpósio da APUH. Programada de supetão foi quase estadual, pois a maioria dos pesquisadores que apresentaram comunicações eram de São Paulo (SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1966).

Apesar dos contratempos, renascia em Franca a associação de historiadores. Cecília Westphalen, eleita 1ª Tesoureira, junto com Eurípedes Simões de Paula, Presidente, e Alice Canabrava, ora como 1ª Secretária ora como Secretária-Geral, formaram o dito “tripé operacional” da Diretoria (SIMÕES DE PAULA, M., 1973: 8). Empossou-se também um Conselho Consultivo, que, assim como a Diretoria, devia ser eleito a cada dois anos. Ficou estabelecido a partir desse simpósio que o evento se realizaria bienalmente, permaneceria itinerante e teria um tema chave e um ou dois subsidiários.

Esta pequena alusão aos enalços dos primeiros anos de existência da associação mostra quão imaturo era o meio historiográfico universitário e como o processo de integração profissional foi lento e trabalhoso. Isto diz muito do lugar da pesquisa naquele momento, um lugar a ser instituído entre os docentes universitários.

Interessa-nos compreender a participação de Cecília Westphalen na construção da APUH como lugar de sociabilidade e circulação do conhecimento. A associação é feita de pessoas e seus textos, então, acompanharemos como Westphalen se fez presente com sua produção, quais temas escolheu para dialogar com os pares e o que eles sinalizam sobre o estado do meio historiográfico brasileiro. Abordaremos as modificações estruturais da associação tendo em vista que Westphalen, como integrante permanente da Diretoria, foi agente delas. As fontes de observação serão os Anais publicados de 1961 a 1977. Nesta data, analisaremos a relação entre o episódio do seu rompimento com a associação e a repaginação da ANPUH.

Os Anais, além de trazerem os textos apresentados na íntegra, na introdução davam um panorama geral do andamento do evento, publicavam o regulamento e as resoluções da Assembléia Geral, contavam com os discursos de abertura, vez ou outra com as conferências e debates das mesas-redondas e as intervenções, as comunicações, assim como as moções e propostas. A heterogeneidade de pontos de vista que se apresenta nos Anais é vitrine do distanciamento que caracterizava as Faculdades de Filosofia da década de 1960. Contudo, pelo conjunto de suas publicações vê-se um pesado trabalho de personalização da associação, sua circulação funcionava como uma propaganda-convite que visava atrair novos membros a fim de estenderem-se geograficamente os núcleos regionais. Trabalho pacioso e dispendioso (sem financiamento), fundamental para a criação da imagem da APUH como “a” associação representativa dos profissionais da História.

Com a experiência dos encontros, a associação foi transformando-se, novas diretrizes foram estabelecidas, houve a inserção de mesas-redondas e oferta de cursos (sua função era a “reciclagem”), implantaram-se novas sessões de estudos, foram autorizados os encontros regionais, aceitaram-se pesquisas em andamento e a filiação de professores secundários e alunos de graduação. Adaptações que não aconteceram sem debates, divergências e rompimentos.

A APUH tornou-se o lugar de divulgação de temas de pesquisa, fontes, metodologias, técnicas de análise e debates teóricos. Nesse espaço, Westphalen divulgava os avanços que empreendia com os projetos desenvolvidos na UFPR. Ela apresentou e publicou sobre: imigração e formação populacional; flutuações econômicas no Porto de Paranaguá; formação histórica de Paranaguá; economia do Paraná Tradicional; levantamento de arquivos; técnicas didáticas. Também ministrou cursos e presidiu mesas-redondas.

Os assuntos guias dos encontros de 1967 e 1969 relacionavam-se diretamente com seus interesses profissionais: formação populacional, relações comerciais, levantamento de fontes. São temas chave no seu processo formativo como uma pesquisadora annalítica e indicam a aceitabilidade do domínio da história econômica e social entre os pares. Localizados em um ponto alto de sua produtividade intelectual, a produção sociabilizada na APUH teve circulação para além da historiografia nacional, como veremos.

Em Porto Alegre, com o tema “Colonização e Migração”, Westphalen, Altiva Balhana e Pinheiro Machado apresentaram um texto programático com considerações de ordem conceitual

e metodológica relativas ao estudo do fenômeno da imigração e colonização no Brasil. Criticaram a excessiva centralização das pesquisas brasileiras no problema da “assimilação” do imigrante e ofereceram temas que poderiam ser explorados a partir de um rol de fontes (paroquiais, notariais, portuárias; documentos policiais, de instituições privadas, associações comerciais, juntas de comércio e de organizações sindicais), de metodologias (como observação direta extensiva e intensiva, observação participante, métodos de interrogatório, etc.) e problematizados com a inserção do conceito antropológico de cultura no que tange à assimilação, pois “a assimilação é, na verdade, um processo bilateral que se verifica, ao mesmo tempo, no grupo imigrado e na sociedade de adoção” (BALHANA; MACHADO, B.; WESTPHALEN, 1967: 228).

Este texto, com o acréscimo de tópico concernente ao papel econômico da imigração na implantação do regime de trabalho livre, na formação de quadros empresariais e técnicos (BALHANA; MACHADO, B.; WESTPHALEN, 1980), figurou no colóquio internacional de Wuppertal, Alemanha, em 1974, promovido pela *Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales*.¹⁴³

¹⁴³ A *Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales*, organismo interdisciplinar filiado ao CISH, foi criada em 1953 (parece que findou em 2002) pelo Institut Français d'Histoire Sociale (IFHS), que surgiu em dezembro de 1948 por iniciativa de Georges Bourgin e Edouard Dolléans. Perseguindo a história dos movimentos sociais no mundo, os colóquios tiveram como objeto os operários, camponeses, artesões, pequenos empresários, a juventude, entre outros, analisados em distintas visadas interpretativas. Uma de suas preocupações referia-se às novas experiências em relação ao acesso e divulgação de fontes pouco conhecidas. No arquivo pessoal de Cecília Westphalen há um considerável número de cartas trocadas com a Secretária-Geral Denise Fouvel-Rouif e alguns presidentes. A partir de 1990, Cecília Westphalen é um dos vice-presidentes.

Junto com análises sintéticas sobre imigração italiana, alemã, polonesa, ucraniana e japonesa,¹⁴⁴ o referido trabalho integrou a contribuição do Brasil à pesquisa coletiva sobre “Les Migrations internationales de la fin du XVIII siècle à nos jours”, cujo relatório geral foi apresentado no XIV Congresso Internacional do *Comité International des Sciences Historiques* (CISH)¹⁴⁵ ocorrido em São Francisco, Estados Unidos, no ano seguinte. A enquête coletiva contém 30 relatórios que abrangem 28 países, investigação transoceânica, multidisciplinar, quantitativa e qualitativa, que analisa em grande leque temporal e espacial a condição migratória do homem, uma condição de sobrevivência (SCHEPENS, 1983; DREYFUS, 1982). Relatório pertinente para revisitação diante da crise imigratória deste início de século XXI, diríamos.

O texto não foi a primeira contribuição do grupo da UFPR a este tipo de cooperação internacional, fenômeno pouco

¹⁴⁴ De autoria de Altiva Balhana, Sergio Odilon Nadalin, Ruy Wachowicz, Oksana Boruszenko e João Correa de Andrade, respectivamente.

¹⁴⁵ O *Comité International des Sciences Historiques* (CISH) foi fundado em Genebra em 1926 e pretendia ser um local de reflexão quanto aos efeitos do nacionalismo sobre a disciplina histórica. Motivada pela compreensão da trágica guerra de 1914, com a eclosão do segundo confronto mundial suas atividades foram interrompidas e somente retornaram em 1948, quando se tornou afiliado à UNESCO. Segundo Jürgen Kocka, na condição de presidente em 2002, com a conjuntura global os congressos quinquenais atentariam para o desafio da mundialização da disciplina histórica. A aposta recaiu sob o domínio das histórias cruzadas com abordagens comparativas, transnacionais, transculturais, que deveriam encadear questionamentos quanto às operações de pesquisa e a narrativa histórica. Direcionamento que se mantém até o presente, ao que parece. O Brasil, com a ANPUH, é membro do comitê desde 1997. Westphalen informava-se sobre esta filiação desde 1986. Hoje o país tem uma brasileira no cargo de vice-presidente e assim esperamos que os balanços dos encontros e os encaminhamentos do comitê popularizem-se entre nós (KOCKA, 2002). A página da internet é: <<http://www.cish.org/index.php/fr/>>.

conhecido na época, pois com atividades ainda recentes e limitada abrangência de países, visto que os ímpetus dos diálogos investigativos internacionais se corporificaram a partir do fim do segundo conflito mundial. A primeira colaboração foi na enquête “Les mouvements paysans dans le monde contemporain”, quando os três publicaram um texto síntese do livro *História do Paraná*, de 1969. Nesta obra, analisaram a estrutura tripartite da ocupação do território. Trata-se de três ondas de povoamento, com influências culturais distintas, que se estabeleceram em diferentes pontos geográficos e formaram economias correspondentes a sua organização social.¹⁴⁶ Com interesses diversos, esta estrutura colocou problemas à uniformidade das decisões da administração pública e a própria definição identitária. Neste ponto reside uma sofisticação interpretativa quanto à identidade paranaense que o distingue do regionalismo paranista, cuja narrativa buscava fundar uma unidade cultural negligenciando a heterogeneidade constitutiva da região.

Mas o artigo *Movements agraires au Paraná Moderne*¹⁴⁷ teve como foco os deslocamentos do início do século XX com os movimentos de emigração interna e colonização das regiões Norte, Sudoeste e Oeste do Paraná (WESTPHALEN; MACHADO,

¹⁴⁶ Paraná Tradicional foi a nomenclatura que recebeu o núcleo formado a partir do século XVII, que abrangia Paranaguá, Curitiba e região dos Campos Gerais e a economia latifundiária de criação de gado, extração da erva-mate e do pinho. A segunda zona de povoamento, o Paraná Moderno, se desenvolveu na virada do século XIX para XX, recebeu paulistas e mineiros e cresceu em torno da agricultura do café. Nas primeiras décadas do século XX, catarinenses e, sobretudo, rio-grandenses-do-sul, rumaram para o Oeste e Sudoeste e em regime de pequena propriedade, em sua maioria, plantavam cereais, criavam suínos ou praticavam agricultura de subsistência (BALHANA; MACHADO, B.; WESTPHALEN, 1969).

¹⁴⁷ Foi preparado para o encontro de 1970 em Moscou.

B.; BALHANA, 1976). Portanto, era uma versão avizinhada do Boletim nº 7, que, devido a proximidade dos eventos e o presente da escrita dos autores (entre 1920-1960), serviu-se de depoimentos, entrevistas e discursos jornalísticos para dar voz aos envolvidos nos violentos conflitos agrários (WESTPHALEN; MACHADO, B.; BALHANA, 1968). Diferentemente do livro, financiado pelo Estado do Paraná, a narrativa dos artigos trazem um cenário dramático e não atenuam críticas as ações ambíguas do governo estadual, que ora demorava a intervir em zonas radicais de confronto, ora colocava-se ao lado das companhias colonizadoras de terras (cuja maioria era de capital estrangeiro) e dos interesses das oligarquias locais, em detrimento das reivindicações do colono, pequeno produtor, que como posseiro lutava pela regularização de suas terras.

Embora possa ser questionável o processo de repartição de terras que pacificou os conflitos armados como “uma verdadeira reforma agrária” e mesmo o papel das companhias colonizadoras como agentes colonizadores, este trabalho trilha por um caminho pouco tentado pelos historiadores do período, a história de um passado muito recente, e coloca em evidência a questão agrária contemporânea do Paraná, abrindo, assim, campo investigativo (PEGORARO, 2007; WACHOWICZ, 1987; ABRAMOVAY, 1981; TOMAZI, 1997)

Escolhido para ser divulgado no período em que esteve em Paris, o tema da ocupação da terra no Paraná foi o assunto de uma das exposições de Westphalen no Seminário de Frédéric Mauro. A outra teve como referência *Navios e Mercadorias no Pôrto de Paranaguá, nos meados do século XIX*, cuja primeira aparição

ocorreu no encontro de 1969 da APUH em que a temática foi “Portos, Rotas e Comércio”.

O texto, já tratado por nós, que foi resenhado por Mauro e publicado nos *Annales*, tem um espaço central no trajeto de desenvolvimento de suas faculdades interpretativas no que tange ao aprimoramento conceitual e metodológico da história econômica e das técnicas estatísticas. Foi o estágio da confecção da pesquisa que motivou o seu retorno à Paris em 1970.

Em suma, o percurso destes textos acentua a importância dos Seminários da APUH como locais de comunicação científica. As proposições centrais também facilitavam a participação de Westphalen e do grupo da UFPR, na medida em que, pelo menos até 1977, havia predomínio de temas comumente classificados como pertencentes ao campo da história econômica e social.¹⁴⁸

O Simpósio de 1969 deu um salto no número de comunicadores e de inscritos, fenômeno que só aumentaria dali em diante, e colocou em evidência o segundo tema subsidiário do encontro “Fontes Primárias”. Conforme um balanço avaliativo da primeira década da associação houve predomínio no interesse pela documentação histórica (CANABRAVA, 1973: 89). Cecília Westphalen e Altiva Balhana (1971) tiveram protagonismo neste campo ao divulgarem os resultados obtidos com o Projeto de Levantamento e Arrolamento de Arquivos. Aos pesquisadores da equipe paranaense foi reservada até mesmo uma sessão

¹⁴⁸ Curitiba, 1962 - A propriedade e o uso da terra; Franca, 1965 - Artesanato, manufatura e indústria; Porto Alegre, 1967 - Colonização e Migração; Campinas, 1969 - Portos, Rotas e Comércio; Goiânia, 1971 - Trabalho livre e trabalho escravo; Belo-Horizonte, 1973 - A cidade e a história; Aracaju, 1975 - A propriedade rural; Florianópolis, 1977 - O homem e a técnica.

de estudos que contou com 17 comunicações versando sobre o conteúdo e o estado de conservação de diferentes arquivos localizados em diversas cidades do Paraná.

No texto de apresentação do Projeto, elas esmiuçaram as etapas realizadas e ofereceram uma ficha modelo. A argumentação articulou-se em torno de dois eixos. O primeiro caminha pela compreensão de que as fontes são a matéria-prima do historiador, operá-las distingue o *métier*. Os vestígios do passado estavam sendo destruídos por indiferença, o segundo desígnio do texto era colocar em questão a figura dos “destruidores inconscientes”. A inconsciência da destruição era proporcional ao valor conferido à história enquanto meio pelo qual reconheceríamos-nos enquanto pertencentes a uma mesma comunidade.

A história econômica quantitativa, serial, praticada por Westphalen era empirista. Com longos cortes temporais, as formulações de séries exigiam abundante captura de dados para serem representativas do fenômeno investigado. Os documentos de arquivos eram imprescindíveis, por isso ir ao arquivo foi a primeira orientação de Braudel, lá em 1959. Mas ir ao arquivo em busca de fontes da história local requeria coragem do pesquisador brasileiro, visto que, segundo relato de suas experiências, “pouco ou nada” havia sido “feito pelos arquivos brasileiros” (BALHANA; WESTPHALEN, 1971: 243).

Tanto o diagnóstico do “estado dos arquivos” como o relatório da operação de salvamento que estava sendo desenvolvida no Paraná, foram calorosamente recebidos pelos pares, motivaram moções elogiosas e despertaram a ação. A boa receptividade vinha ao encontro de demandas manifestadas desde o Simpósio de 1962. A criação de arquivos e museus

regionais, bem como a abertura de campo profissional nesses espaços foram reivindicações constantes dos associados. Como a história local e regional do Brasil estava sendo uma das mais praticadas entre os comunicadores (CANABRAVA, 1973: 89), projeta-se que ao irem ao arquivo com o desejo de palpar os documentos originais eles também se defrontaram com toda espécie de problemas. Havia uma atmosfera de identificação com as experiências negativas. Faltava o arquivista, mas também o historiador. Se arquivos e museus eram habitats naturais do pesquisador da história, por que eles deveriam limitar-se ao magistério? Foi este tipo de apreensão quanto ao alcance de suas competências no mundo do trabalho, que motivou o aparecimento, na década de 1970, do debate sobre a regulamentação da profissão de historiador.¹⁴⁹

“Ir aos Arquivos”, estabelecer as fontes, estes são enunciados fundadores da operação historiográfica. O historiador transforma em documentos “certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2002: 81), ele perverte a função pela qual detinham significado, ele reatualiza os lugares de depósito destes objetos em razão das metodologias e técnicas que o seu tempo é capaz de disponibilizar. Assim, a recuperação de documentos, sua organização e catalogação são contribuições motoras do conhecimento porque os documentos constituem a matéria-prima do historiador. Mas trata-se de uma etapa da escrita da história, é preciso ultrapassá-la. A crítica crescente

¹⁴⁹ Por uma moção de Célia Freire d’Aquino Fonseca, Arno Wehling e outros (1973: 845), tomamos conhecimento de que Alice Canabrava, Olga Pantaleão e Maria Clara Constantino elaboravam um projeto de regulamentação da “profissão de Historiador, Professor de História, e Historiógrafo”. Na moção, eles pediam que a ANPUH acompanhasse a redação do projeto.

ao grande número de comunicações sobre levantamento de arquivos aponta a dificuldade da ultrapassagem.

Foi no VI Simpósio, em 1971, que a associação adotou o “nacional” em seu título, com o marco de sua expansão e a imagem de legitimidade em nível nacional também advieram condenações à sua organização, a principal decorria da “ausência de critério classificatório para apresentação dos trabalhos” (FONSECA et al., 1973: 844).¹⁵⁰ Publicar os levantamentos e arrolamentos de arquivos, mas não os relacionar para apresentação oral, era uma das propostas para ordenar o volume das sessões. Não se negligenciava a importância da divulgação dos documentos de arquivos, mas questionava-se o dispêndio de tempo para falas que muitas vezes eram morosas e vazias de problemas historiográficos, ou seja, que não faziam a ultrapassagem.

Em resposta à denúncia de “precariedade científica” dos encontros (SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1974: 74-75)¹⁵¹ é que se criaram as mesas-redondas (1977) e os “cursos extensivos” (1975). Cecília Westphalen foi convidada para ministrar curso de História Contemporânea (CANABRAVA, 20 ago. 1974). Ao invés de privilegiar um assunto relacionado aos projetos de pesquisa desenvolvidos na UFPR, o enfoque do curso foi *A Crise na Civilização Ocidental*. Com uma bibliografia que conjugou Althusser, Aron, Braudel, Camus, Foucault, Marcuse, Jaspers, Lévi-Strauss, entre outros, ela propunha ao público a reflexão sobre a “situação conflitual do

¹⁵⁰ Esta moção, assinada por Célia Freire d’Aquino Fonseca, Arno Wehling e outros, foi rejeitada.

¹⁵¹ Afirmada na Proposta número 8 assinada por Norma de Góes Monteiro, Déa Fenelon, Francisco Iglésias, Francisco Falcon e outros.

mundo contemporâneo”. Infelizmente não encontramos o texto base do curso e não sabemos quais foram as “opções alternativas” que ela levou a este curso, cuja realização denota seu esforço em compreender a partir da filosofia, da história, da sociologia, o seu conturbado presente.

Devido à competência de Westphalen enquanto *expert* da estrutura da pós-graduação brasileira, sua presença foi estimada “imprescindível” na mesa-redonda *Os Cursos de Pós-Graduação em História* (CANABRAVA, 6 jun. 1977). Além da participação nesta mesa coordenada por Canabrava,¹⁵² Westphalen teve sob sua responsabilidade a mesa-redonda *A História no Currículo dos Cursos de Graduação das Faculdades de Filosofia*.¹⁵³ Temas, sem dúvida, conexos e para os quais havia demanda extraordinária motivada pela implementação da disciplina de Estudos Sociais para o 1º grau de ensino e a criação da Licenciatura Curta em Estudos Sociais.

Estas mesas-redondas ocorreram em 1977. Da fundação, em 1961, até o IX Simpósio, em Florianópolis, Westphalen exercia cargos na Diretoria e gozava de reconhecimento administrativo e intelectual. Após esse ano, ela não mais circulou nos simpósios...

Certa vez em uma entrevista, a historiadora contou ter sido “marginalizada em 1977” em razão de um depoimento concedido à revista *Veja*. Para ela, a “SBPC havia virado um circo” em função dos debates poucos profícuos promovidos pela instituição (PROJETO Memória Viva Paraná, 1988). Este

¹⁵² Debatedores: Aydil de Carvalho Preiss, Cecília Westphalen, Helga Piccolo, Fernando Novais e Iraci del Nero da Costa.

¹⁵³ Debatedores: Helga Piccolo, Consuelo Garcia, Louis B. Alcorta e Maria Beatriz Nizza da Silva.

juízo não condenava o boicote financeiro do governo federal à Reunião Anual da sociedade em 1977 -¹⁵⁴ que havia se tornado espaço aberto às críticas ao governo. E, por essa declaração e posicionamento, a ANPUH teria lhe afastado da Diretoria.

Entendendo o campo científico, não essencialmente, mas também, como “lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (BOURDIEU, 1983: 122), ocupar posto de liderança em lugares de forte visibilidade dentro do campo contribui sobremaneira para projetar o pesquisador e sua obra. Porém, a manutenção de uma posição exige além do mérito intelectual, a diplomacia nas relações pessoais, nesse meio nem tudo pode ser dito (BOURDIEU, 2011).

Ao ser preterida para o cargo, Westphalen teve a voz enfraquecida. Assim, a explicação, embora simplista, é plausível. Mas, a imersão nos *Anais* de 1977 e a leitura de sua correspondência pessoal tornam sua narrativa mais complexa.

A Assembleia Geral Ordinária do IX Simpósio Nacional foi uma das mais “crispantes” (SIMÕES DE PAULA, M., 1979). Entre os fatos que levaram a tal definição, nos deteremos em dois: participação de professores secundários e estudantes como comunicadores nas sessões de estudos e repúdio aos Estudos Sociais.

A sigla APUH ou ANPUH impunha delimitações de ordem hierárquica, foi assim que ela surgiu, uma instituição para agregar exclusivamente professores universitários de História. No decurso dos anos ela começou a permitir e incentivar a

¹⁵⁴ Segundo Westphalen, sua última reunião anual, em 1976, teria se caracterizado pela “crítica ideológica, emocional, acientífica” (PROTESTOS CONTINUAM, 22 jun. 1977).

participação de estudantes e professores secundários, mas na condição de ordeiros observadores. Em 1977, o número de estudantes já era superior ao dos docentes universitários. O momento era de ressurgimento dos estudantes como força política frente ao governo militar. Na esteira do reavivamento do ativismo político, os professores começavam a se articular em Associações Docentes, a USP foi a primeira (MOTTA, R., 2014: 330-333). Quanto aos professores secundários, havia o acirramento do “problema” dos Estudos Sociais.

Professores de oposição eram localizados entre a USP e a UNICAMP e desde 1973 alguns nomes passaram a crescer como voz opinativa na ANPUH, mas até 1977 não havia contestações à situação política nacional. Tomava identidade uma célula de pesquisadores que tinha interesse em manifestar-se contrário à política militar. Ora, parecia inteligente dar voz aos estudantes e professores secundários e assim congregar forças. Neste cenário, Fernando Novais (USP) propôs alterar o estatuto da instituição para que estudantes e professores secundários assumissem um papel ativo nas sessões, salvo o direito de voto na Assembléia Geral. Westphalen se posicionou contrariamente e alegou desobediência ao estatuto vigente, pois para uma alteração deste porte deveria ser organizada uma assembléia especial convocada com antecedência. Formaram-se, então, duas chapas, “proposta Novais” e “proposta Cecília” (WESTPHALEN, 29 ago. 1977). Foram 73 votos a favor da alteração no estatuto, 14 contra e 5 abstenções.

A votação colocou em questionamento os objetivos e o alcance da associação para fora do muro universitário. Para Westphalen, apressadamente a ANPUH se descaracterizava,

pois estudantes na condição de aprendizes pouco conseguiriam levar às sessões e a cultura da pesquisa não era regra entre os professores secundários.

De todo modo, sobressai-se a atitude de democratização da ANPUH com a proposta de alteração de seus estatutos justamente no período em que o país vivia “o apogeu da crença na ‘sociedade civil’” (NAPOLITANO, 2014: 262). Esse episódio, somado às moções de repúdio à proibição de “importação de livros e periódicos estrangeiros, impedimento de edição de autores nacionais e recolhimento de edições censuradas pelos Órgãos Oficiais” (MOÇÃO Nº 5, 1979: 117), denotam o engajamento de grande parte dos associados com o seu presente. Engajamento localizável na história da associação somente em 1977, pois antes predominou o silêncio.

Na esteira do ambiente contestatório, alguns congressistas trouxeram ao evento o tema Estudos Sociais e para discuti-lo foi promovida uma mesa-redonda.¹⁵⁵ Foi a primeira vez que o tema entrou na programação oficial, embora já tivesse sido pontualmente levantado em moções e propostas desde 1969 em reação ao projeto de reformulação educacional do Estado de São Paulo que incluía a disciplina nos currículos de 1º grau. O repúdio à Lei nº 5.692/71 e suas emendas teve um número expressivo de adeptos e houve consenso de que as opiniões ali expressas deveriam ressoar nas páginas da imprensa (MOÇÃO Nº 7, 1979: 121). Westphalen, que via na disciplina Estudos Sociais a possibilidade de integrar

¹⁵⁵ *A História e o Problema dos Estudos Sociais*, sob a coordenação de Eurípedes Simões de Paula. Debatedores: Duglas Teixeira Monteiro, José Bueno Conti, Francisco Falcon e Ulysses Guariba Neto.

as Ciências Sociais que tinham como objeto comum o homem em sociedade, novamente saiu derrotada.

As exposições das mesas-redondas foram “extraviadas” e não aparecem nos *Anais*, para nós a explicação pode interligar-se a uma posição de ponderação à ofensiva contra o governo. No arquivo pessoal de Westphalen encontramos os textos da mesa-redonda que ela coordenou. Em sua fala, a renovação do currículo da graduação deveria partir da renovação dos conteúdos, estes seriam “envelopes” que deveriam ser preenchidos a partir da realidade social e das inquietações científicas do presente. Reproduzimos a sua sistematização:

Novos envelopes, assim como Ritmos do Tempo Histórico (a multiplicidade do tempo histórico, estruturas, conjunturas, fatos), Mundo Agrário (estruturas demográficas, técnicas sociais, econômicas, políticas, mentais. Mundo agrário), Urbanização (Formação do mundo urbano. Quadros estruturais da vida urbana. Urbanização brasileira), Industrialização (Formação do processo industrial, A grande revolução industrial, industrialização brasileira) Mundo Contemporâneo (grandes civilizações, estruturas demográficas, técnicas, sociais, econômicas, políticas, mentais. Rupturas estruturais e conjunturais do Mundo Contemporâneo, O Brasil hoje), ou, ainda, novos envelopes como Informática Histórica, História Biológica, História Rural, História Demográfica, História do Clima, História das Mentalidades, etc..., etc... (WESTPHALEN, [1977]: 11).

Esta ideia de dar encaminhamento ao conteúdo a partir de temas que seriam diretamente relacionados à realidade brasileira conjugava-se aos objetivos do Projeto *Estudos Sociais*,

a partir da longa duração, encabeçado por ela e Nadalin. Há uma racionalidade intrínseca na operacionalidade do currículo e do projeto que se liga ao anseio de Westphalen de tornar o profissional da história incontestavelmente “útil”, cujo saber fosse reconhecido socialmente e assim requisitado.

Pretensão complexa diante da política nacional que em 1976 pela Portaria nº 790/76 tentou impedir que professores licenciados em Geografia e História dessem aulas de Estudos Sociais no 1º grau. Esta portaria desencadeou um manifesto crítico elaborado pela Comissão “Luta contra os Estudos Sociais”, formada por docentes da USP (entre eles Antônio Cândido, Marilena Chauí e Eduardo D’Oliveira França). O documento intitulado *Licenciatura Curta, “Estudos Sociais” e Ensino de Filosofia – Informe Crítico*, publicado em abril de 1977 (NASCIMENTO, 2012: 194-195), foi o grande combustível para a generalização do repúdio aos Estudos Sociais na ANPUH.

A intenção de proibição colocava em xeque o próprio Projeto *Estudos Sociais, a partir da longa duração*, que foi pensado, em nossa interpretação, para preservar a competência profissional do historiador ao colocar a história e a noção de longa duração no centro da orquestração dos conteúdos em Estudos Sociais.

O manifesto dos professores da USP questionava menos a integração das disciplinas - cuja matriz remonta a década de 1930 e as propostas pedagógicas de Delgado de Carvalho -,¹⁵⁶ para enfatizar a superficialidade de conhecimento do

¹⁵⁶ Propondo-se a abordar a historicidade dos Estudos Sociais no pensamento pedagógico brasileiro, Thiago Nascimento (2015) retorna as primeiras décadas do século XX para analisar a influência da filosofia do educador norte-americano John Dewey para o ensino de Estudos Sociais e a obra de Delgado de Carvalho,

professor polivalente, formado na Licenciatura Curta,¹⁵⁷ e colher argumentos para rechaçar a intenção de destituir os licenciados plenos em Geografia e História de seus espaços profissionais. A luta contra os Estudos Sociais teria ganho organicidade quando “a legislação educacional passou a atingir fortemente o mercado de trabalho” (NASCIMENTO, 2012: 197).

No final de sua exposição sobre a renovação do currículo, Westphalen afirmou que era hora de “meditação” e “diálogo”. Aceno de que ela não tomaria posição diante de rompantes de contestação, o que é explicável em função de seus cargos de poder, e sua posição permaneceu ambígua quanto às Licenciaturas Curtas e a portaria de 1976. Até o momento não nos foi possível encontrar nenhuma evidência sobre sua postura.

Cecília Westphalen foi uma mulher que ocupou diferentes e diversos cargos de comando, seja dentro da universidade, seja no governo estadual ou federal. No tempo do Simpósio, ela era Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR e Conselheira do Conselho Federal da Cultura, por nomeação do General Ernest Geisel. Parece indiscutível que a historiadora tenha alcançado esses postos por suas cordiais relações com o poder político, mas no que se refere aos debates sobre a disciplina na ANPUH ela alegava que seus colegas desconheciam os meandros da legislação e suas críticas eram de ordem ideológica e não científica. Para Westphalen (9 ago. 1977), o debate na mesa-

defensor da inclusão destes estudos nos currículos escolares brasileiros entre os anos de 1950 e 1960.

¹⁵⁷ Um contraponto ao julgamento generalizado da insuficiência da formação do professor polivalente encontra-se em: Nascimento (2012). Sobre a experiência no Paraná: Viana (2015).

redonda sobre Estudos Sociais “foi quase apenas monologo da esquerda em favor das lutas democráticas”.

Com certo desdém, Westphalen relacionava a esquerda ao marxismo e o marxismo a uma ingênua ideia de revolução. Ela, que se dizia não partidária nem da direita nem da esquerda, defendia a ordem, a sobriedade e o respeito a hierarquia. Essa percepção, que preza pelo equilíbrio e não pela ruptura, estava em consonância com a história que aprendera com Braudel. Segundo François Dosse (2003), um de seus mais contundentes críticos, a sua concepção estrutural ao constranger o homem minorava seu papel como força coletiva. Em alguma medida, a visão de mundo de Westphalen estava pautada na filiação intelectual que fizera.

O Simpósio Nacional de 1977 é um marco no percurso intelectual de Westphalen porque é um marco final de sua circulação na ANPUH, até então seu principal espaço nacional de produção e divulgação do conhecimento histórico.

Passados poucos dias depois do certame, Westphalen recebeu duas cartas de Alice Canabrava, que foi reeleita Secretária-Geral. Uma agradecia o brilhantismo de sua contribuição na mesa-redonda sobre a situação da Pós-Graduação em História no Brasil, a outra tentava justificar o ocorrido na Assembléia Geral como mal menor diante do “risco de alguma desordem”. E como quem pedia compreensão da correspondente, externou a expectativa de que “com dois anos pela frente” pudesse-se “esperar maior compreensão e serenidade dos novos” (CANABRAVA, 27 jul. 1977). Estes “novos” eram novos em postos decisórios. Fernando Novais (USP), Francisco Falcon (UFF) e Déa Fenelon (UNICAMP), foram alguns dos nomes combativos que se tornaram membros do Conselho Consultivo.

Quando 1977 findava, faleceu de forma trágica Eurípedes Simões de Paula, o grande articulador e conciliador de grupos. Foi um novo período de incerteza da associação, mas dessa vez Westphalen se manteve distante.¹⁵⁸ Apesar de responder negativamente aos convites (PREIS, 24 mai. 1979; 5 jun. 1979), seu nome foi relacionado para o encontro de 1979 em Niterói. Nele se retomaria a reforma do estatuto.

A saída de cena de Westphalen, a ascensão de novos nomes e a repaginação da associação se relacionam com esse conjunto de situações do ano de 1977. Estes novos nomes acenavam para reconfiguração da identidade da associação a partir de outra concepção do papel do historiador na sociedade, o que significava admitir no seio da comunidade acadêmica posicionamentos políticos, embora o Simpósio de 1977 tenha apontado que o calor do contexto não parecia aceitar o diálogo dos contrários. Esboçavam-se gestos de abertura para a abordagem do político na História, em 1978 o tema da ANPUH São Paulo foi “Movimentos Sociais” e o do Simpósio Nacional, no ano seguinte, foi “O Estado e a Sociedade”. O encontro comemorativo de 20 anos, em 1981, seguiria este caminho.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Apelos por parte de Canabrava (4 dez. 1979) não faltaram: “A ANPUH lhe deve grandes realizações – o 2º. Simpósio, a publicação dos respectivos Anais, o registro da ANPUH na SBPC, sua valiosa presença em numerosos Simpósios e, coroando tudo isso, o seu interesse pela nossa entidade, ao longo de tantos anos. Espero que continue nos dando sua preciosa colaboração”.

¹⁵⁹ Apenas alguns exemplos a partir da organização do evento: Tema central: História, Historiografia, Historiador. Mesa-redonda: O historiador e a Realidade Atual – Fernando Novais (Coord.); Conferências: Movimento e Partidos Operários, 1922/45 – Edgar Carone; A Formação dos Professores de História e seu papel político e social – Déa Fenelon.

Poder-se-ia conjecturar que a ANPUH se abria para as demandas sociais a partir de um movimento de recuo da situação de confinamento intelectual e assim significava para si uma postura política de engajamento no presente. Insistimos nesta questão para enfatizar duas possíveis formas da relação “História e engajamento”. A da ANPUH, que ao tomar partido lança o questionamento sobre o papel do historiador como ator social, e a que representaria Cecília Westphalen. A compreensão de Westphalen sobre o comprometimento do historiador com o seu presente coloca-o como *expert* a serviço do que seria um ideal coletivo, o desenvolvimento econômico e social. A tarefa do historiador seria oferecer um saber cientificamente gestado para contribuir, orientar, responder “as demandas dos poderes segundo normas fixadas por eles mesmos (por exemplo sob a forma de relatórios)” (OFFENSTADT, 2011: 120, tradução nossa).¹⁶⁰

Duas posturas distintas que, pelo temperamento de Westphalen e sua posição situacionista no governo militar, tornavam-se inconciliáveis.

Um novo lugar: a SBPH

Cecília Westphalen não foi a única voz dissonante no Simpósio de 1977, mesmo que silenciosamente os

¹⁶⁰ Com o foco “História e engajamento”, Nicolas Offenstadt (2011: 118-123) exercita brevemente sobre três formas de engajamento. A primeira seria o perfil do *expert* que esboçamos com Westphalen, a segunda a do historiador que “toma partido” como identificamos à ANPUH, e a terceira seria fazer da prática da ciência histórica um engajamento.

descontentamentos existiram e se tornaram explícitos na figura de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva (1938-).¹⁶¹ Foi dela a proposição de trabalho conjunto para criar outra associação para contrabalançar a ANPUH:

[...] pensei na criação de uma Associação Brasileira de Historiadores. Vocês lembram do que se passou em Florianópolis. Se não me desliguei da ANPUH foi apenas por consideração para com o Prof. Eurípedes [...] acho que chegou a hora de criarmos uma nova Associação que de modo nenhum implique a relação com alunos e com professores secundários, a menos que estes sejam historiadores, isto é, tenham pesquisa histórica original publicada em tese, artigo ou livro. Vocês reparem: a ANPUH marginaliza uma série de historiadores que não são professores universitários. Basta lembrar aqui em São Paulo os historiógrafos do Instituto de Estudos Brasileiros ou do Museu Paulista; e no Rio então muitos exemplos há. Por outro lado marginaliza jovens pesquisadores com teses de Mestrado ou de Doutorado que ainda não estão inseridos numa Universidade (NIZZA DA SILVA, 8 mar. 1978).

O ímpeto de Nizza da Silva se intensificou após a garantia de seu lugar institucional, precisamente, após a sua nomeação como professora titular de Teoria e Metodologia da História da USP, em 1980, de cujo concurso Westphalen foi da comissão julgadora.¹⁶² A ANPUH é um dos observatórios da construção do

¹⁶¹ Para conhecer um pouco da produção de Maria Beatriz Nizza da Silva, cujo centro é o período colonial brasileiro com abordagem da história cultural e social, indicamos a breve entrevista: Heynemann (2008).

¹⁶² Nizza da Silva percorreu um caminho interdisciplinar em sua formação intelectual, ela licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de

laço acadêmico entre estas historiadoras, nos simpósios elas se encontravam constantemente. Nizza da Silva também circulou pela Pós-Graduação, a partir de 1974 e em diferentes anos, ela ministrou disciplinas no Mestrado em História do Brasil da UFPR. Poderíamos falar de uma empatia pela similaridade de seus perfis: mulheres operosas, ágeis, líderes austeras, com boa rede de sociabilidade nacional e internacional.

A carta convite que Nizza da Silva enviou à Cecília Westphalen, extensiva à Altiva Balhana, sugeria uma estratégia de agrupamento: convocar para nova associação os ditos marginalizados pela ANPUH, desde que fossem ativos na produção científica. Entre eles, os pesquisadores que integravam os Institutos Históricos e Geográficos, que eram associados à prática amadora da História.¹⁶³ Reserva, até bem pouco, partilhada por Westphalen. A flexibilização na postura relaciona-se a criação de seu perfil combativo, apostar-se-ia em

Letras da Universidade de Lisboa (1961), na USP defendeu tese de doutorado em Filosofia (1967) estudando a metodologia da história do pensamento do filósofo português Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1848); direcionando-se à disciplina História e à história da cultura brasileira no Rio de Janeiro de 1808 a 1821, ela defendeu sua tese de livre-docência em Teoria da História na USP (1973), quando mobilizou referenciais da linguística, da antropologia, da sociologia da cultura, da filosofia e da história. O livro *Teoria da História*, antologia organizada por ela e publicada em 1976, que traz textos que discutem problemas teóricos acerca da prática historiográfica em tempos em que esta questão era de segunda ordem, marca muito das suas escolhas na composição de sua produção intelectual.

¹⁶³ Em 1981, Alice Canabrava (1981), Presidente da ANPUH, publicou um texto com um duplo objetivo, lançar a *Revista Brasileira de História*, que seria vinculada à associação, e fazer um balanço da trajetória da ANPUH. Nele, apesar de reconhecer a contribuição dos autodidatas, dos diletantes, integrantes dos institutos históricos e geográficos, ela claramente os relacionava a um tipo de casta superior, as elites. Segundo Canabrava (1981: 4), a ANPUH vinha mudar esse quadro e assim inibia o amadorismo: “O amador sentir-se-ia canhestro em seus quadros”.

novas alianças para “retomar” o espaço que julgava ter lhe sido cerceado a partir de 1977.¹⁶⁴

Aos interessados em filiareem-se como sócios efetivos a nova sociedade colocava-se como acolhedora de diferentes correntes teórico-metodológicas, mas estabelecia uma fronteira distintiva ao rejeitar “manifestações de caráter político ou religioso” (WESTPHALEN, 1ª CIRCULAR SBPH, 11 nov. 1980; ATA da Reunião de Fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 11 de agosto de 1981). Além de ser uma alusão clara ao ocorrido na ANPUH, parecia indicar que a instituição não toleraria que seus integrantes trouxessem para seus encontros suas inquietações com o sistema político vigente.

Para Westphalen, engajamentos violentamente motivados pela política corromperiam o ideal de objetividade científica da disciplina. Dessa feita, temos de forma um tanto abrupta um jogo de oposição entre partidarismo – aqui identificado por uma tomada de posição movida por convicções políticas do presente e respaldadas por uma ideologia marxista – e objetividade – identificada como conhecimento liberto de juízo de valor.¹⁶⁵

Com a imagem de que a politização do discurso acadêmico que a ANPUH promovia prejudicava os resultados científicos da pesquisa, veiculou-se que esta havia se tornado um grande

¹⁶⁴ “Justamente porque eles nos isolaram (eu tenho vários exemplos em relação à minha pessoa depois que ousei me manifestar de público contrariamente ao que estava ocorrendo na SBPC e na própria ANPUH) é necessária alguma cautela na constituição jurídica da Sociedade, para que não haja infiltração majoritária dos mesmos que quase levaram a SBPC à destruição (esta, parece, estar começando agora a refletir sobre os danos do passado recente) e a ANPUH que hoje não é mais a Associação que ajudei a fundar e consolidar” (WESTPHALEN, [ago] 1980).

¹⁶⁵ Para refletir sobre partidarismo e objetividade referimo-nos à perspectiva weberiana discutida em: Mata (2013) e Rüsen (2001).

sindicato de pouco diálogo acadêmico.¹⁶⁶ Em contrapartida, era possível acusar a SBPH de ser uma sociedade “conservadora/reacionária”, e, mesmo, negacionista de sua responsabilidade ética. Estas figuras de oposição, caricaturais e pouco explicativas, é certo, foram, no entanto, funcionais à época, como se observa na troca de correspondência de Westphalen com os sócios. Na formação destes dois grupos há um ideal de condução da disciplina histórica, uma disputa disciplinar, pouco verbalizada, entre a formação de um perfil de historiador engajado no debate público e um tipo “unicamente” devoto ao “desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil” (WESTPHALEN, 1ª CIRCULAR SBPH, 11 nov. 1980), em uma acepção de que intervir não seria competência de quem faz ciência.

Cabe referir que a criação de outra sociedade científica de pesquisadores da história não soava unanimemente como postura de afronta e oposição disciplinar, mas sim como caminho natural de um campo em idade madura. A possibilidade de realizar

¹⁶⁶ Questionado sobre essa imagem, Estevão de Rezende Martins, sócio fundador da SBPH, testemunhou: “Essa imagem é a imagem clássica que foi dada na época, como forma de justificar a razoabilidade de criar a SBPH, e na realidade a ANPUH, no período do regime militar que se estendeu até 1985, e mesmo as associações científicas como a SBPC ou associações profissionais como a OAB, adquiriram um viés sindical sim. E adquiriram um viés político partidário também. Certas pessoas entenderam que isso era um desvirtuamento das finalidades, dentre as quais as principais inspiradoras e fundadoras da SBPH, Cecília, Altiva e Maria Beatriz. Eu entendia de uma forma um pouco mais...liberal, e dada as circunstâncias políticas do país, essa partidarização e essa sindicalização, que não poderiam ser permanentes, eram pelo menos compreensíveis. Mas haviam os que consideravam que o viés de esquerda ou revolucionário era absolutamente intolerável, e por conseguinte, numa espécie de ilusão sobre a neutralidade metódica da ciência de uma herança truncada de Max Weber, achavam que uma sociedade que reunisse só pesquisadores estaria imune a essa partidarização, a essa sindicalização” (MARTINS, E., 2016: 8).

eventos de dimensão reduzida, onde o encontro e o diálogo pudessem ser fisicamente melhor planejados, foram atributos qualitativos que atraíram muitos sócios, e, naturalmente, muitos circulavam pelas duas associações. Ou seja, há de se ter cautela com a generalização para todos os sócios dos combates pessoais (que são também epistemológicos) próprios às idealizadoras.

Para seguir com o empreendimento foi preciso mobilizar um grupo. Entre os sócios fundadores encontramos:

Arlinda Rocha Nogueira (IEB); Heloísa Belloto (IEB); José Eduardo Marques Mauro (IEB); Luci Maffei Hutter (IEB); Rosemarie Ericka Horch (IEB); Myriam Ellis (USP, IEB e Museu da Casa Brasileira); José Sebastião Witter (Arquivo do Estado de São Paulo); Odilon Nogueira de Matos (Academia Paulista de História, PUC Campinas); Célio Debes (Academia Paulista de História; IHGSP); Lycurgo dos Santos Filho (IHGSP); Maria Beatriz Nizza da Silva (USP); Aida Mansani Lavalley (UEPG); Olympio Westphalen (UEL); Altiva Balhana (UFPR); Cecília Westphalen (UFPR); Márcia Graf (UFPR); Odah Guimarães Costa (UFPR); Oksana Boruszenko (UFPR); Arno Wehling (IHGB, UFRJ e Universidade Gama Filho); Darcy Damasceno (Biblioteca Nacional); Francisco de Assis Barbosa (Fundação Casa Rui Barbosa); Consuelo Pondé de Sena (UFBA); José Calans Brandão da Silva (UFBA); Renato Berbet de Castro (Conselho Estadual de Cultura da Bahia); Norma Goes Monteiro (UFMG); Mitiko Okazaki Kehdy (UFMG); Earle Diniz Macarthy Moreira (UFRGS); Estevão de Rezende Martins (UnB); Maria Augusta Sant’Ana de Moraes (UFG); Walter Piazza (UFSC) (BOLETIM INFORMATIVO N.º 1, out. 1981).

Como haviam planejado, Cecília Westphalen e Nizza da Silva, a sociedade abrangeria diferentes instituições, os sócios

convidados atuavam em universidades, instituições culturais, centros de pesquisa, bibliotecas e arquivos de diversas regiões do país. Tática para facilitar na divulgação da instituição e na mobilidade das reuniões, pois os encontros eram itinerantes e aconteciam anualmente, e configuração de outro elemento distintivo: alcançar núcleos de pesquisa desvinculados da docência universitária. Este objetivo, enfatizado por Nizza da Silva, derivava tanto da convicção de que havia produção historiográfica competente sendo realizada fora da universidade que, pelo ego inflado da produção oriunda da Pós-Graduação, não chegava ao historiador em formação (NIZZA DA SILVA, 1984: 207-210); quanto do ceticismo em relação às instituições universitárias que, “mais políticas do que acadêmicas”, teriam se tornado, ao longo de 1980, “populistas e demagogas” (NIZZA DA SILVA, 1989: 7-8). Para Nizza da Silva, era preciso estar “fora” da Universidade para cumprir o papel de formar os jovens para a pesquisa, fomentar neles o apetite pela produção do conhecimento. Esta avaliação paradoxal concernente à universidade como local de excelência da produção científica diz respeito ao período de recessão econômica nacional e seus agravantes políticos. O ciclo grevista da década de 1980 expunha as dificuldades financeiras das universidades e a desvalorização salarial dos docentes. Este ciclo, que também reivindicava democratização interna, afetaria, claramente, as atividades pedagógicas e precarizaria a pesquisa. Ao lado da luta justa, caminhavam distorções e proliferação de discursos demagógicos e corporativistas (MOTTA, 2014: 345-350). Este cenário conturbado fortalecia a clausura na ciência que a SBPH defendia, ela permanecia como garantidora da objetividade científica.

O número planejado de sócios fundadores foi 30, dessa categoria sairiam os membros da Diretoria e da Comissão Consultiva. A montagem deste núcleo de confiança, o corpo da sociedade, foi construída com alguma paciência devido às recusas.¹⁶⁷ No que convém à Westphalen (15 mai. 1981, grifo da autora), certamente, as esquivas mais tocantes vieram de seus ex-alunos doutorados na EHESS: “O Jayme e o Sérgio não desejaram ser fundadores. Disseram-me que preferiam ser sócios comuns. Na verdade, eles temem a crítica do seu colega Carlos Roberto que, na UFPR, é o equivalente do seu Carlos Guilherme”.

As missivas, nosso buraco na fechadura, ao indicarem nomes pinçam agrupamentos por oposição. Na estrutura universitária, os departamentos são os espaços administrativos onde pulsa a vida cotidiana dos professores, atividades burocráticas e didáticas são debatidas, projetos coletivos são traçados, tarefas são compartilhadas e oposições se formam por motivos os mais diversos. Neste *lócus*, o poder é um elemento em jogo. No Departamento de História (DEHIS) da UFPR, a situação de oposição - que Westphalen narrava a Sergio Odilon Nadalin e Jayme Antônio Cardoso nas cartas de 1977 enviadas quando estavam em Paris -, liderada, principalmente, por Ruy Wachowicz e Carlos Roberto Antunes dos Santos, já estava consolidada e parece arriscado afirmar que ela teria se formatado por concepções distintas de compreensão do fazer historiográfico. Uma oposição entre os “novos” e os “velhos” não

¹⁶⁷ Uma contundente carta de recusa foi escrita por Iraci del Nero da Costa (FEA/USP), que via na criação da SBPH possibilidade de fomento à rivalidades desnecessárias. O argumento central de sua escusa foi os “profundos laços de gratidão e amizade” que o vinculavam “à professora Alice Piffer Canabrava, atual presidente da ANPUH” (COSTA, 30 set. 1980).

se sustentaria pela correlação de uma oposição entre “inovação” e “tradicionalismo”, pois os referenciais historiográficos eram os mesmos. Claro que o grupo de ex-alunos amadureceria na medida em que os vínculos intelectuais se diversificassem e os quadros de leitura se expandissem, mas isso não seria imediato, acompanharia as transformações da historiografia brasileira das décadas de 1980 e 1990.

De tal modo, o espaço de convivência no DEHIS foi fissurado¹⁶⁸ porque outras vozes reivindicavam o direito de aumentar o seu tom de fala e, igualmente, ser autor de pautas.¹⁶⁹ Os departamentos também podem ser vistos como lugar de projeção, visto que possibilitam acesso a outros cargos institucionais. Antunes dos Santos, por exemplo, conquistou o posto para o qual Westphalen parou na indicação, ele se tornou Reitor da UFPR (1998-2002).¹⁷⁰

¹⁶⁸ A narrativa de um dos atores, Nadalin, é elucidativa da profundidade da fissura: “Não me lembro de eu ter sido oposição ferrenha, mas eu fazia parte do grupo do Carlos. É uma fase que não ficou muito na lembrança, a não ser o fato que aquele ambiente que nós tínhamos antes da nossa saída para a França não existia mais, quer dizer, aquele grupo relativamente coeso que havia sob a liderança dela, com rédeas curtas, mas coeso. Nós fazíamos festas no Natal, fazíamos festas de amigo oculto, distribuíamos presentes entre nós, no domingo fazíamos aperitivos na casa de um que virava a tarde inteira tomando aperitivo, entende? Essa situação acabou (NADALIN, 2014: 27-28).

¹⁶⁹ No período de definição da ruptura, a partir de 1976, notamos nas atas de reunião do DEHIS uma ausência maior de Westphalen, pela sua atribuição de Diretora do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes (1976-1980), e a presença crescente de Antunes dos Santos. Nas atas de reunião do DEHIS e da Pós-Graduação as situações de divergências não são intempestivas e nem explosivas, mas elas registram-se na desistência de orientações; crítica a carga horária excessiva; esclarecimento quanto a favorecimentos em contratações de docentes; revisões de seleção de monitores, de programas de disciplina. Inúmeras situações cotidianas são acrescidas de “senões”, o que antes não era habitual.

¹⁷⁰ A trajetória política de Antunes dos Santos na UFPR intensificou-se na

Quanto à SBPH, sem assiduidade, os dissidentes do DEHIS ora circulavam nos encontros ora publicavam na *Revista da SBPH*. A obrigatoriedade do convívio institucional moderava os enfrentamentos e apesar do trabalho conjunto ter ficado comprometido se manteve o respeito e o interesse intelectual. Já na ANPUH, Wachowicz (que nunca participou de nada inerente à SBPH)¹⁷¹ e Antunes dos Santos continuaram atuantes e assumiram funções ou na Diretoria ou no Conselho Consultivo. Paralelamente, o grupo de divergentes fundou seu próprio *lôcus* de debate, a Associação Paranaense de História (1980), entidade de representação de professores com intenção de ter face combativa na cena pública (SILVA, B., 2013b).

A sistematização desta situação de ruptura interna do DEHIS é essencial para compreender a força pessoal que motivava Westphalen na concepção da SBPH. O afastamento de muitos de seus ex-alunos causou-lhe um profundo desgosto. A SBPH tornava-se, praticamente, um recomeço. Urgia reconstruir o lugar onde o “nós” do discurso se constituía. Afinal, a produção do conhecimento é movida pelo diálogo científico entre os pares, “os verdadeiros leitores”, sujeitos que sustentam a força dos discursos. O resultado da pesquisa científica precisa ser

década de 1980 a partir do seu engajamento na Associação dos Professores da universidade. O exercício de rememoração do seu percurso intelectual foi feito em: B. Silva (2013a).

¹⁷¹ Wachowicz parece ter tido maiores desencontros com Westphalen e Balhana. Uma ata da Pós-Graduação registra o seu abandono de orientandos em represália ao julgamento de “incompetência” como professor de pós-graduação, feito por Balhana. Este registro pode ser relacionado às lembranças da colega Oksana Boruszenko, que recordou que elas acusavam Wachowicz de “leviandade nas pesquisas”. Cenário pertinente para refletir sobre a vigilância metodológica estrita, a “polícia” do trabalho, de parte Westphalen (ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, 30 de setembro, 1977; BORUSZENKO, 2014).

“acreditado”, respaldado, pela comunidade especializada, já que a “instauração de um saber é indissociável de uma instituição social” (CERTEAU, 2002: 69).

Na impossibilidade de uma análise detida e relacional da produção historiográfica e de uma cartografia dos sujeitos, nos esforçaremos para dar um panorama do funcionamento deste novo lugar e mapear sinteticamente algumas ênfases temáticas que se relacionam com a diversificação dos objetos de estudos. Nosso material de observação será os *Anais* da sociedade no transcurso de 1981 a 2005.

E o começo da SBPH, a I Reunião Anual, ocorreu em São Paulo, no Museu da Casa Brasileira, em setembro de 1981. Como a primeira, todas as demais reuniões aconteceriam “fora” da universidade,¹⁷² acentuando seu caráter de zona neutra.

A SBPH não estabelecia previamente temas para nortear as sessões de comunicação, a intenção era diagnosticar as linhas de pesquisa em curso. A classificação se fazia posteriormente e, assim, até 1997, visualizamos as comunicações sendo divididas em grandes recortes: História Geral, História da América, História do Brasil, História Regional, Arquivos e Fontes, Metodologia e, às vezes, Historiografia. Nesta compartimentação usual e generalista, a história regional era o carro chefe, seguida pela

¹⁷² Locais: Fundação da Casa Rui Barbosa/Rio de Janeiro; Palácio do Itamaraty/Brasília; Palácio do Itamaraty/Rio de Janeiro; Auditório FAPESP/São Paulo; Fundação Joaquim Nabuco/Recife; Centro Cultural do Estado de Santa Catarina/Florianópolis; Espaço Cultural IBM/Curitiba; Instituto Goethe/São Paulo; Instituto Goethe/Porto Alegre; IHGSC/Florianópolis; Museu Carlos Costa Pinto/Bahia; IHGB/Rio de Janeiro; Associação Cultural do Banco Bamerindus/Curitiba; Auditório do Hotel Bourbon/São Paulo; Fundação Cultural de Curitiba/Curitiba; Auditório do Instituto de Engenharia do Paraná/Curitiba.

história do Brasil. Aliás, a produção é eminentemente voltada ao nacional. Nesse período, a exceção foi a criação de uma sessão temática dedicada à “escravidão”, em 1988, e a identificação de duas apresentações como pertencentes à abordagem da “História Cultural”, em 1995. De um período de nenhuma tentativa de classificação, de 1998 a 2003, passou-se a subdivisões que reconheciam as especificidades das pesquisas. Trata-se de: Poder e Cultura, Poder e Sociedade, Família, Gênero e Educação, Religião e Religiosidade, Personagens, Arte e Representações, Cultura e suas Manifestações.

Há um demorado reconhecimento de que os agrupamentos deveriam corresponder aos objetos e abordagens teórico-metodológicas. Pensemos desta forma dois domínios que apresentaram expressiva produção na década de 1970, a história econômica e a história demográfica. A história demográfica cruza-se com temas da história social, avista-se um interesse contínuo pela história da família, abrangendo imigração e escravidão. A perda de força da história econômica é evidente, ela se manifesta em estudos sobre o pequeno comércio, transporte, abastecimento, industrialização e técnica, administração pública, desenvolvimento regional.

Desfalecimentos, reconfigurações e entusiasmos são reveladores de mutações da disciplina. Assim, temas relacionados ao trabalho (escravo, livre, servil, operário, masculino e feminino), urbanização, relações internacionais, ensino/educação e instrução pública, são ascendentes nos *Anais*. Todavia, a maior diversificação é localizada no fim da década de 1980, quando se registram ênfases a partir da abordagem da história cultural e emergem temáticas mais variadas relacionadas

ao imaginário, poder, representações. É ao longo dos anos 1990 que a cultura indígena se torna observável, problematiza-se etnicidade, construção de gênero, identidade, poder religioso. A morte, a cultura popular, as festas, a medicina, a velhice, o corpo, o patrimônio, tornaram-se objetos de investigação.

Campo que se estabeleceu quase concomitante ao da história da mulher foi a história da cidade, abordada em suas múltiplas manifestações (como espaço de conflito social, de sociabilidade, de construção de identidades e ideias de civilidade e modernidade, etc.). A respeitabilidade da abordagem política foi restabelecida e, com um forte mergulho no material de imprensa, se proliferaram investigações sobre comportamento político, partidos, poder local, getulismo, ideias e conceitos de nacionalismo, democracia, cidadania. Nesta vertente, surgiam trabalhos sobre autoritarismo, Golpe Militar de 1964 e suas relações com a igreja católica, redemocratização.

Na virada do século, cinema, arte, iconografia, literatura, rádio, TV, jornalismo, acentuam seu status de objetos de interesse para o historiador. Estudos de teoria, historiografia e visadas biográficas conquistavam maior terreno, assim como a construção social da memória e a recorrência da atitude de abordar fenômenos como construção discursiva. Esta profusão de aparecimentos arrolados dá-nos amostras exemplificativas da extensão do território do historiador, cuja inventividade alude ao infinito.

Quanto à forma de organização da SBPH, notamos relativa estabilidade: duas ou três mesas-redondas, duas ou quatro conferências, e, não assiduamente, painéis temáticos, geralmente relacionados aos centros de documentação. Com este lugar

“Painéis”, tem-se a interação entre o arquivista, o bibliotecário e o historiador, reunião que colocava o desafio da compreensão das individualidades de suas atividades e que estabelecia, para além delas, o trabalho conjunto (NIZZA DA SILVA, 1990: 7-8).

As mesas-redondas assumiam papel central na sociedade, elas refletiam o esforço de Westphalen e Nizza da Silva em mapear áreas de interesse da produção nacional para indicar suas lacunas e deficiências, colocar em debate territórios de investigação com suas fontes, metodologias e técnicas¹⁷³ e trazer à sociedade as datas comemorativas.

Já as conferências apresentam uma particularidade interessante. Das 64 conferências, somente 21 foram proferidas por brasileiros (11 foram de Nizza da Silva). Embora a procedência tenha sido variada,¹⁷⁴ havia um diálogo historiográfico agudo

¹⁷³ Como: história da escravidão e abolição, da família, da mulher, da cultura, da cidade, do patrimônio, historiografia brasileira, história comparada da historiografia, relações internacionais, nova história política, história imediata, meio ambiente.

¹⁷⁴ Miriam Halpern Pereira (Universidade de Lisboa), Alain Bideau (Universidade Lumière Lyon 2), Charles-Oliver Carbonell (Comissão Internacional de História da Historiografia), Ronald Hubscher (Universidade de Amiens), Adeline Daumard (Universidade Paris I), Jörn Rüsen (Universidade de Bochum), Jürgen Kocka (Universidade de Bielefeld), Peter Burke (Universidade de Cambridge), David Higgs (Universidade de Toronto), Muriel Nazzari (Universidade de Indiana), Manuel Pinto dos Santos (Universidade Nova de Lisboa), Elizabeth Kuznesof (Universidade do Kansas), Arthur E. Imhof (Universidade Livre de Berlim), Jorge Couto (Universidade de Lisboa), Karl Acham (Universidade de Graz/Áustria), Avella Nello Angelo (Universidade de L'Aquila/Itália), Marianne Wiesebron (Universidade de Leiden/Holanda); Ângela Domingues (Instituto de Investigação Científica Tropical/Lisboa), Avelino de Freitas de Menezes (Universidade dos Açores, Ponta Delgada/Portugal), Jean-Pierre Blay (Universidade de Paris I), Mary Karasch (Universidade de Oakland), Modj-ta-ba Chuo (Universidade de Tóquio), Alida Metcalf (Universidade de Trinity/Texas), Olivier Zeller (Universidade de Lumière Lyon II), Bourbacar Barry (Universidade de Dakar), Bert Barickman (Universidade do Arizona).

com franceses, norte-americanos e portugueses, estes por interferência direta de Nizza da Silva, que a partir 1990 passou a lecionar em Lisboa.¹⁷⁵ Com esses números, vemos que a sociedade buscou promover um intercâmbio de experiências com pesquisadores de diferentes países. O emprego do termo intercâmbio é, em nosso entender, plenamente apropriado, os conferencistas eram convidados para os debates em mesas-redondas, onde o assento presume certo nível de paridade entre as integrantes, e muitos ainda apresentavam seus trabalhos em sessões de comunicação. Um bom número retornava para divulgar o progresso de suas pesquisas.

O internacionalismo aqui apresentado foi outra marca de distinção da SBPH e ele está intimamente relacionado à movimentação da rede de sociabilidade de Nizza da Silva e Westphalen e a abertura historiográfica que desejaram conferir à SBPH. Essa orientação também esteve presente na *Revista da SBPH*, lançada em 1983.¹⁷⁶ Nela é possível perceber uma progressiva abertura à historiografia alemã ocidental: “Agora que os alemães estão começando a revolucionar sua concepção de

¹⁷⁵ A presença de Nizza da Silva em Portugal significou abertura de diálogos para Westphalen e Balhana na historiografia portuguesa. Das produções mais significativas, e que envolveu mais estreitamente a SBPH, destacamos o *Dicionário da colonização portuguesa no Brasil*, publicado em Lisboa pela Editorial Verbo, em 1994. Os 453 verbetes foram escritos por 60 especialistas (portugueses, brasileiros, norte-americanos, holandeses, canadenses e franceses), dos quais 41 eram sócios da SBPH.

¹⁷⁶ De 1983 a 2002 foram publicados 23 números da *Revista da SBPH*. Conforme o acervo disponível no Arquivo Público do Paraná, a revista foi editada até 2002. Em todos os números a Comissão Editorial contou com colaboradores estrangeiros. A revista também foi o lugar onde circulou a produção dos sócios correspondentes (estrangeiros), seja pela publicação de artigos, seja por resenhas das obras que enviavam à SBPH.

história”, disse Cecília Westphalen em 1988, dois anos após as conferências de Jörn Rüsen e Jürgen Kocka (PROJETO Memória Viva Paraná, 1988). Em outros termos, seria naquele momento que a perspectiva alemã da história social, da teoria e metodologia, começava a circular entre os historiadores brasileiros. E isso se deveu, em grande parte, pelos debates promovidos por Estevão de Rezende Martins (UnB), Augustin Wernet (USP) e René Gertz (PUC-RS/UFRGS)¹⁷⁷ em mesas-redondas, pelas traduções, produção de artigos e resenhas, e, igualmente, pelo interesse formativo de Nizza da Silva por teoria e historiografia. Contudo, o periódico acompanhou o movimento dos *Anais* e teoria e historiografia tiveram tímida expressividade. De acordo com Westphalen (2002: 53), dos 182 artigos publicados em 20 números da revista (1983-2002), 20 diziam respeito “à teoria e/ou metodologia e à historiografia”. A similitude com os *Anais* permanece quanto ao balanço dos temas privilegiados:

[...] estudos de gênero, da criança, da família, sobretudo no Brasil colonial. Indígenas, contatos, intérpretes, escravos, alforrias, rebeliões, a família escrava. A administração colonial legal e real. Urbanização, vilas e cidades, modos de vida. O sagrado e o profano. Cultura literária e artística. Imigração, colonização, trabalho assalariado.

¹⁷⁷ Além dos três historiadores, destacaremos para conhecimento do leitor alguns profissionais assíduos nos encontros: Maria Lúcia Souza Rangel Ricci, Arno A. Kern, Eliana M. Rea Goldschmidt, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Guilherme Pereira das Neves, Helga Piccolo, Nanci Leonzo, Ariclé Vechia, Karl M. Lorenz, Nachman Falbel, Luís Henrique Dias Tavares, Mircea Buescu, Elvira Kubo, Ernesto Ruiz, Ricardo Mário Gonçalves, Walter Piazza, Arno Wehling, Maria José Wehling, José Sebastião Witter, Carlos Humberto Correa, Braz Brancato, Sandra Brancato, Earle Macarthy Moreira, Lucy Maffei Hutter, Lando Rogério Kroetz, Edson Armando Silva, Charles Monteiro, Etelvina Trindade, Maria Thetis Nunes, Consuelo Pondé de Sena, Maria Helena Ochi Flexor.

Industrialização, comércio, operários, empresários
(WESTPHALEN, 2002: 53).

A *Revista da SBPH* e os *Anais*, numa base temporal de um pouco mais de duas décadas, como lugar de agrupamento de indivíduos produtores de conhecimento, tornam-se observatórios pertinentes da história da disciplina. As ênfases historiográficas do período, as problemáticas abordadas e os caminhos teórico-metodológicos traçados, são indicativos da estruturação do campo historiográfico brasileiro, das suas referências e, tendo em vista a consolidação da Pós-Graduação, do estado de especialização do *métier*. Apesar desta potencialidade ao transformá-los em fontes históricas, nosso simples levantamento não ousou mapear tendências historiográficas, diálogos teórico-metodológicos, mas, dentro de suas limitações, é elucidativo do caminhar do campo. No contraponto com a *Revista Brasileira de História*, editada pela ANPUH desde 1981, é possível encontrar aproximações (MELLO, 2012). A mais significativa relaciona-se as gradações nas opções historiográficas na passagem da década de 1980 a 1990, quando se tornaram mais nítidos os deslocamentos de interesses da história social à história cultural. Outra se refere às imagens-sínteses não homogêneas, principalmente da década seguinte, devido à coexistência de áreas historiográficas.

Quanto à declaração de Westphalen sobre a “revolução alemã”, ela não foi significada em sua produção. O trabalho com o tempo conjuntural da economia, a organização dos fatos em série e o emprego das técnicas estatísticas permaneceram como fundamentos de sua escrita. A vigilância com a metodologia e o intercâmbio francês também não esvaneceram, como evidencia a

produção do livro *História Social do Brasil: teoria e metodologia*, de 1984, escrito com as sócias Adeline Daumard, Altiva Balhana e Márcia Graf, um dos raros livros especializados em metodologia específica da época (FICO; POLITO, 1992: 173). Escrita que retomaremos no próximo subtítulo.

Em contrapartida, também se pôde observar às experimentações realizadas e o desenvolvimento de sua visão cataclísmica sobre o ensino universitário e o direcionamento da pesquisa. O que estamos nomeando como experimentações são temáticas que não se originaram dos projetos propostos na UFPR na década de 1960. A presença ativa na SBPH e em outras sociedades científicas colocou-a em contato com uma considerável gama de problemas, abordagens, temas e fontes. Assim, surgiram textos de análises historiográficas, pesquisas sobre a atuação da juventude brasileira nos movimentos da Abolição e da proclamação da República,¹⁷⁸ acontecimento promotor de uma faixa etária sem expressividade até então; sobre ideias positivistas e movimentos sócio-políticos brasileiros do final do século XIX e início do XX; sobre a repercussão da Revolução Francesa no Paraná; sobre a imagem da França que a imprensa paranaense recortou na figura do general De Gaulle durante 1940-1944; sobre níveis de riqueza de grupos de elite, constituição e transmissão de patrimônio, e seus modos de vida (lazer e festas); e sobre modernidade e urbanização.

Textos que assinalam seu interesse por uma história sócio-cultural do cotidiano, pela caracterização de grupos sociais, pela circulação das ideias em episódios políticos

¹⁷⁸ O estudo dos movimentos sociais da juventude foi proposto pela *Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales*.

e pelo passado mais recente. Textos que corporificam a dinamicidade de uma historiadora que se manteve curiosa e arguta no diálogo com pesquisas que surgiam na corrente de diversificação do campo historiográfico.

A perspectiva temporal das pesquisas foi uma de suas inquietações, mas no sentido de alertar sobre seus perigos. Westphalen, assim como Nizza da Silva, vinha se manifestando sobre o “excessivo interesse pela história imediata” entre os alunos de pós-graduação. Não se trata de uma militância contra esse direcionamento (ela mesma trabalhou com recortes recentes), mas sim de detecção, segundo Westphalen (1991: 59-60), do abandono do trabalho árduo com os arquivos e da crítica histórica em benefício de conclusões precipitadas e de “sabor jornalístico”. Esta avaliação pessimista relaciona-se a dita inconsistência do ensino de História Geral (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) e a formação de alunos deficientes em cultura geral.¹⁷⁹

Partindo de relatórios para a CAPES e o CNPq e da experiência em suas instituições, associados reiteraram a concentração das pesquisas acadêmicas no período Republicano brasileiro. Diante deste diagnóstico, colocou-se em evidência a correlação direta entre a prática da pesquisa nos tempos que compreendem a História Geral e a queda da qualidade do ensino da Graduação e da Educação Básica, assim como o perigo em dissociar a História do Brasil de contextos históricos,

¹⁷⁹ Westphalen organizou na XI Reunião, em 1991, a mesa-redonda “Situação da pesquisa em História Geral” que contou com a participação de Pedro Paulo Funari (UNESP), Maria Sonsoles Guerras (UFRJ) e Sandra Brancato (PUC/RS).

geopolíticos, mais amplos (MOREIRA, 1987; WESTPHALEN, 1992: 15-16; FREITAS, 1994).

Havia uma proliferada desconfiança quanto à acentuada preocupação sociológica como motor das escolhas de temáticas de pesquisa, aliada a um engajamento desejoso de promover efeitos rápidos a partir da interpretação imediata dos fatos. “Fala-se de violência? Imediatamente o historiador lança no mercado um trabalho apressado para corresponder às exigências do público e encontrar quem o leia” (NIZZA DA SILVA, 1984: 207-210). Esta dura crítica de Nizza da Silva foi dita em 1983, não se dissipou nos anos subsequentes e encontrou Westphalen em 1990.

O posicionamento das duas historiadoras nos coloca em face das discussões sobre um novo domínio historiográfico: história imediata ou do tempo presente ou, ainda, história recente. Embora haja imprecisão semântica ao se referirem ao termo, entre elas havia consenso quanto à negação da expressão “história imediata”, que aparece em *La nouvelle histoire* em 1978, cunhada pelo jornalista Jean Lacouture. Trata-se de um termo que se mantém escorregadio, pois as reservas não se dissiparam, se aceita o exercício de legibilidade do imediato em resposta a demanda pública, mas seu estatuto é de uma reflexão condicionada a releitura pela dificuldade em justificar os caracteres científicos de seu saber, enfim, o produto da história imediata permanece como objeto (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999: 22-27).

Esta nova orientação historiográfica incita o debate sobre a postura do historiador em relação ao tempo cronológico, as fontes, aos sujeitos, a memória e a subjetividade na escrita da história. A interrogação de Nizza da Silva, também remete

a questão da demanda social por este tipo de composição historiográfica, o perigo seria submeter o conhecimento à necessidade destas demandas, comprometendo, assim, a própria autonomia do campo. A exacerbação desta conduta incorreria (e incorre) ainda no neologismo do historiador enquanto juiz e distribuidor de bons e maus conselhos (GARCIA, 2010: 288).

Tomemos Pierre Goubert como paralelo francês das resistências que o novo gênero suscitou. Em temporalidade muito próxima da primeira crítica de Nizza da Silva, em 1984, ele argumentou:

Quanto a esta grande parte do século XX que eu vivi, eu sinto-a, sobretudo, através das minhas lembranças, minhas reações vivas e minhas análises duras; jamais teria me ocorrido a ideia de escrever história sobre isso, mesmo brevemente, e eu confesso não compreender como outros ousaram, senão por vaidade, por interesse ou pelo gosto da facilidade (GOUBERT apud GARCIA, 2010: 285, tradução nossa).

Lá e cá, os posicionamentos contra repousavam sobre o controle das paixões, os impasses para cumprir as exigências do método histórico e a fragilização da identidade profissional (NOIRIEL, 1998: 21-29). Para Goubert, discípulo de Labrousse e Braudel, a dificuldade de acesso aos arquivos parecia uma deficiência insuperável e reenviava a tentativa de escrever a história recente ao jornalismo (GARCIA, 2010: 285).

Quanto às áreas menos palpáveis para os pesquisadores brasileiros, Antiga, Medieval e Moderna, apesar do alargamento do território do historiador a partir da variedade de objetos e

procedimentos, o campo acadêmico ainda teria na virada do século o desafio de equilibrar as ênfases nos recortes temporais das pesquisas, ou se encarava isso como problema ou se corria o risco da mera reprodução do conhecimento, para o que concorreria tanto a renovação do interesse investigativo quanto os investimentos econômicos, alguns incentivos vinham sendo feitos pela CAPES e CNPq (GUERRAS, 1992: 13-14).

A preponderância do recorte do objeto em períodos mais próximos dos historiadores e o domínio quase absoluto de temas nacionais em contraposição aos recortes temporais mais longos acentuam o desinteresse por abordagens estruturais e por grandes recuos no tempo para captar os alicerces dos fenômenos sociais, aquilo que se repetia, permanecia. “Passou-se a enfatizar os momentos de ruptura, de descontinuidades e as dessemelhanças entre situações diferentes”. O regresso ao passado distante seria feito se nele fosse possível “identificar algum elemento que ligasse o passado ao mundo atual” (MELLO, 2012: 101). O novo apreço pelo descontínuo, sua passagem de obstáculo para prática, que bebe em Michel Foucault (1976: 56-60) e suas considerações sobre desconstrução e descontinuidade, quer significar cognitivamente as transformações e demandas do tempo recente. Este movimento é observável na historiografia ocidental sob a rubrica de “história do tempo presente”, mas acreditamos poder relacioná-lo, também, a uma vontade de parcela dos historiadores brasileiros de entender mais rapidamente os acontecimentos que lhe tocavam diretamente, e o despertar dessa vontade relacionar-se-ia aos traumas do fim da ditadura militar brasileira. A História deixaria de ser a consciência garantidora da fugacidade das rupturas.

Este panorama ainda implanta indagações a serem melhor inquiridas. Referimo-nos a possibilidade de pesquisar até que ponto o reencontro do historiador com a abordagem política, a reabilitação do evento como escala analítica e a valorização da ação dos sujeitos, que encadeou a captura de suas intenções e percepções pelo testemunho direto ou indireto, pelos meios da imprensa, causaram resistência em historiadores formados com outros hábitos historiográficos. A desconfiança quanto à valorização do acontecimento, antes visto como “vaga-lumes”, da análise subjetiva sem o controle da confrontação pela diversificação das fontes e do diálogo temático, poderiam estar relacionados à própria diversificação do lugar da verdade histórica ou mesmo a flexibilização do estatuto de verdade. Em outra perspectiva, estas avaliações feitas por historiadores experientes no *métier*, atores e observadores do seu tempo, sugerem um olhar inquiridor sobre como práticas historiográficas podem surgir e se proliferar desacompanhadas de uma reflexão crítica a propósito das potencialidades de seu emprego e seus limites. Seria o caso dos ditos “modismos”? Como equilibrar demandas da sociedade e qualidade da pesquisa científica? Algumas questões.

Na entrada do III Milênio,¹⁸⁰ com tons apocalípticos, um quadro obscuro foi pintado por Cecília Westphalen no caminhar de sua velhice e o seu principal ambiente de manifestação foi a SBPH, lugar onde permaneceu como Presidente até 1999. Ela sucedeu Nizza da Silva em 1990, devido a sua partida para Portugal. Com o agravamento de seus problemas de saúde e o

¹⁸⁰ A tríade “História, historiador e III Milênio” foi tema de duas mesas-redondas promovidas na SBPH, em 1997 e 1999. Alguns textos foram publicados nos números 13 e 16 da *Revista da SBPH*.

estado crítico de Alzheimer de Balhana, o ritmo de suas atividades foi diminuindo e o bastão foi naturalmente passado para Márcia Graf, sua ex-aluna que se doutorou na USP sob orientação de Nizza da Silva. E, ao que tudo indica, após o seu falecimento a sociedade não se manteve por muito tempo, em torno de 2005 e 2008 ela findou.

O contexto político e historiográfico era deveras distinto do ano de sua idealização, a existência da sociedade não se justificaria mais pela resistência ao “patrulhamento ideológico de esquerda” (WESTPHALEN, 2002: 53). Suas marcas distintivas lhe confiaram identidade e o retrospecto de sua produção lhe confere algum sentimento de dever cumprido no que tange à contribuição científica. A julgar pelo volume físico da última publicação dos seus *Anais*, em 2005, não se diria que a SBPH faleceu porque já não tinha mais quorum, porém a sua manutenção demandava maior esforço pessoal para captação de subvenções públicas. A concorrência por verbas de fomento se tornou mais diversificada com a expansão do ensino universitário, os próprios programas de pós-graduação passaram a promover eventos e incentivar sociedades especializadas e grupos de estudos com eixos temáticos bem delimitados, principalmente os Grupos de Trabalho (GTs) da ANPUH. A sociedade termina assim como começou: aludindo à polêmica com a ANPUH, que, devido suas vinculações institucionais, passou a gozar de valor simbólico maior e com isso acumulou potencial para angariar recursos.¹⁸¹ É preciso reconhecer que não houve espírito de comunhão científica quando a ANPUH promoveu seu simpósio

¹⁸¹ Esta é visão retrospectiva da ex-presidente, Márcia Graf (2014: 22-23).

anual nos mesmos dias que a SBPH.¹⁸² Mas, polêmicas à parte, o fim parece relacionar-se com uma conjuntura de calmaria dentro do campo e de aglutinação de pesquisadores em torno da especificidade de seus temas. Se a especialização é sinal de refinamento dos saberes, paradoxalmente, o ônus da aceleração da vida acadêmica em função dos índices de produtividade parece ser, em alguma medida, o confinamento dos historiadores em suas especialidades.

O encontro historiográfico com Adeline Daumard

Como lugar de sociabilidade intelectual e circulação do conhecimento, a SBPH também foi lugar para estreitar encontros historiográficos. Projetos foram gestados e laços foram enrijecidos, referimo-nos a mais uma parceria feminina, a de Cecília Westphalen com a historiadora francesa Adeline Daumard. O cosmos da conversação acadêmica permanece sendo francês e a direção de fundo da pesquisa circunscreve-se na concepção da história econômica e social dos *Annales*. A semelhança cessaria aqui, pois as historiadoras trabalhavam com objetos e temporalidades distintas. Contudo, o encontro de itinerários e o desenvolvimento intelectual de ambas lhes abriram outras perspectivas de investigação e, nosso guia, são justamente as narrativas históricas impulsionadas por esse encontro. Como

¹⁸² Em 1995, Westphalen (11 abr. 1995) foi designada pelo CNPq para avaliar o pedido de orçamento do Simpósio Nacional da ANPUH. Recomendou a concessão do auxílio, indicou alguns reparos e pontuou seu estranhamento quanto à mudança da data de realização do evento.

preâmbulo do contexto deste encontro, situaremos o interesse de pesquisa de Daumard a partir de sua tese de doutoramento e depois nos encaminharemos para sua experiência no Brasil e a produção intelectual em história social então decorrente.

Adeline Daumard (1963) dedicou-se ao estudo de um objeto central para o século XIX francês, a burguesia. A tese, sustentada na Sorbonne em 1963, traçou um perfil da burguesia parisiense entre 1815 e 1848, cujas especificidades em relação aos níveis de riqueza, de posições sócio-profissionais, disposição geográfica na cidade, modos de vida e comportamento, a distinguiam enquanto grupo social, o qual em seu interior possuía subclassificações que se relacionavam tanto com o seu nível de riqueza quanto com o poder de participação na vida coletiva (DAUMARD, 1963).

Para construir, balizar, o perfil deste grupo social ela mergulhou nos arquivos notariais (contratos de casamento, inventários, sessão de bens, testamentos), listas de registros populacionais, de eleitores, fundos fiscais públicos e privados. A quantificação deste material foi a metodologia escolhida. Não seria diferente para a coautora da célebre frase: “Cientificamente falando, não é história social senão quantitativa. Sobre este ponto, o acordo é quase unânime” (FURET; DAUMARD, 1959: 676, tradução nossa), plenamente significativa para o momento historiográfico em que foi dita, em 1959. Quantificação é a chave para a construção da síntese pelo seu potencial de generalização e geração da representatividade.

Originalidade, pioneirismo, foram alguns dos atributos que a tese recebeu de seus críticos, principalmente em razão da seleção da documentação (FOHLEN, 1964; LASSERRE,

1964; MOLS, 1964; MARQUANT, 1966). Ponto igualmente comum foi o descontentamento com o último capítulo, quando a análise qualitativa ocupa o lugar do quantitativo na tentativa de penetração nos comportamentos, nos gêneros de vida. A crítica assinalou o limite do método para estudo de mentalidade coletiva, as reticências que a autora demonstrava quando deixava o material de arquivo para analisar casos particulares através de memórias, contas pessoais, textos literários. Se recusando a generalizar as exceções, ela também teria negligenciado as particularidades das ações: “Assim, o leitor é confrontado com marionetes anônimas cujas opiniões dificilmente podem ser interessantes” (FOHLEN, 1964: 424, tradução nossa).

Daumard buscou compor um retrato de um personagem coletivo e assim trabalhou deliberadamente com massas anônimas, que generalizadas apresentariam certos traços dominantes da sua atitude psicológica (como a filosofia indivíduo-cidadão, o individualismo, o senso de responsabilidade burguesa), e este caminho era próprio do universo ao qual pertencia: a história social labroussiana.

O itinerário de pesquisa da historiadora se construiu no rastro das orientações de Ernest Labrousse (1967 apud DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012: 214) no Congresso Internacional de Ciências Históricas de Roma, em 1955: “estudo das relações entre o econômico, o social e o mental”. Nesse congresso, sua comunicação também direcionava o objeto: a burguesia ocidental.

O estudo da burguesia tendo como ponto de partida o elemento “fortuna/riqueza”, em detrimento dos homens e suas empresas, ganhou impulso na consideração geral de Labrousse,

para quem a burguesia era formada por capitalistas, ou seja, aqueles cuja renda é o lucro de sua produção (APRILE; LYON-CAEN, 2007: 2-3).

A filiação labroussiana, as considerações elogiosas e o prêmio da Academia das Ciências Morais e Políticas, como sinais de coroamento de seu trabalho deveriam garantir-lhe a nomeação para uma instituição universitária de prestígio. Não foi o caso. A conquista da cadeira de História Econômica e Social na Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, em 1984, se deu após um tenso trajeto de rejeição.

O círculo das cartas trocadas com Braudel, Chaunu, François Crouzet, Jacques Godechot, Albert Soboul, Furet, mostra a engenharia das relações sociais na indicação a um posto universitário: pressão psicológica, negação de compromisso, escolha de sucessão por predileção pessoal, foram temas que povoaram o discurso, em alguns momentos, extremamente duro e agressivo das cartas.¹⁸³ Daumard pediu apoio em sucessivas ocasiões para indicação de cargos, transferência de universidade e ascensão de posição, como na EHESS, por exemplo, onde ela esperou durante toda a década de 1970 sua nomeação como Diretora de Estudos.¹⁸⁴

Conquistar um lugar em uma instituição julgada de reconhecida relevância científica significa ascensão na carreira,

¹⁸³ Documentação consultada na Coleção Fernand Braudel. Paris: Institut de France e no Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.

¹⁸⁴ “Desde então, o acaso me permitiu compreender, levada em consideração toda ambiguidade, que o que estava descartado, era bem menos a história social que minha pessoa. Eu dou a honra, Senhor Presidente, de informá-lo que eu retiro minha solicitação” (DAUMARD, 2 jun. 1980, tradução nossa).

possibilidade de criação de redes de estudos, formação de discípulos, direção de equipes de pesquisa. Na Universidade de Picardie, em Amiens, onde teria sido “jogada”, ela via seu horizonte profissional comprimido (DAUMARD, 26 mai. 1979).

Espaço institucional e subvenções à pesquisa relacionam-se ao estado do campo, às suas demandas internas, ocupar uma posição é também garantir a sobrevivência de uma pesquisa. Daumard parecia ter plena consciência do prejuízo científico que a falta de uma colocação universitária lhe acarretava. O progressivo desamor ao quantitativo e à abordagem globalizante da história social embaraçava ainda mais a sua situação.

Como muitos da sua geração, Daumard sofreu a ofensiva das propostas da micro-história italiana, que na historiografia francesa “funcionaram como um sintoma e serviram de instrumento crítico” (REVEL, 2010a: 530, tradução nossa). “Daumardismo” foi uma expressão pejorativa utilizada por Edoardo Grendi, ainda em 1975, para se referir à “estéril história das fortunas”, condenando a abordagem da autora e o predomínio da burguesia como objeto na historiografia francesa (APRILE; LYON-CAEN, 2007: 2). De forma virulenta, Maurizio Gribaudi acusou a historiadora de ir aos arquivos para ilustrar a definição de burguesia forjada pela administração francesa do século XIX. Gribaudi, assim, ao defender o emprego da linguagem dos atores, a valorização das suas estratégias, ignorou o esforço de Daumard em construir “um perfil” da classe burguesa que, combinando suas fontes quantitativas e qualitativas, tentou tanto aproximar-se do modo de vida quanto não fechar a experimentação em um quadro rígido (NOIRIEL, 2005: 199-200).

No trabalho de constituição identitária de um domínio, por vezes, o expurgo violento obscurece contribuições ao conhecimento realizadas a partir de outras lógicas de produção, que passam a ser condenadas ao limbo dos saberes. Os estudos de Daumard ganharam outro alento com a reabilitação do objeto, a burguesia, pela historiografia francesa no final dos anos 2000,¹⁸⁵ assim como pelo atual interesse vindo da economia em compreender a dinâmica da distribuição da renda e da riqueza (PIKETTY, 2014).¹⁸⁶

Quando Daumard veio ao Brasil foi a história social no rastro labroussiano que ela divulgou. Em 1975, ela viveu cerca de dois meses em Curitiba e passou alguns dias em Salvador. A indicação, o ponto de partida da sua inserção historiográfica no Brasil, teria se dado por intermédio de um padrinho suficientemente influente, Fernand Braudel (DAUMARD, 8 nov. 1981). Assim identificada, Daumard é mais um vínculo intelectual resultante dos deslocamentos de Westphalen à capital da historiografia francesa.

Síntese do programa que a historiadora parisiense desenvolveu no Mestrado em História do Brasil da UFPR e no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, é o livro *Cinco Aulas de História Social*, que contou com a revisão de Kátia Mattoso, uma de suas anfitriãs e que se tornaria sua orientanda (DAUMARD, 15 jul. 1975).

Onível didático de suas aulas se deu em função da forma como viu o campo historiográfico brasileiro, segundo sua percepção o

¹⁸⁵ Nossa referência é o diagnóstico realizado em 2007 pela revista francesa *Revue d'histoire du XIXe siècle* em seu número 34 com o título “La bourgeoisie: mythes, identités et pratiques” (APRILE; LYON-CAEN, 2007).

¹⁸⁶ Thomas Piketty observa e lamenta a “morte prematura da história serial”.

pouco conhecimento da história social como ela praticava era um fato generalizado (DAUMARD, 16 jun. 1975). Este julgamento pautava-se no predomínio do marxismo como fio condutor da análise social, ou seja, a sociedade *a priori* fundamentada na oposição de classes, na relação entre dominantes e dominados. Nizza da Silva (1984: 208) identificava esta tendência como decorrente da atração que a “sociologia histórica” de Florestan Fernandes teria despertado nos historiadores. Em 1976, para assinalar o impacto que as Ciências Sociais teriam causado nos estudos históricos, Amaral Lapa (1976: 77-78) reportou-se a Florestan Fernandes e a tradução da obra *O Capital* (1974), de Karl Marx. Em análise posterior, o autor enfatizou que foi devido a esta aproximação que os historiadores “passaram a aceitar o contemporâneo como objeto de estudo” (LAPA, 1985: 72). Para Nizza da Silva, a “atração sociológica” desembocou na “atração jornalística”, já para Lapa, o presente foi, então, exorcizado e o historiador passou a ter uma postura crítica respondendo aos apelos da sociedade brasileira.

Nesse ambiente de dissenso historiográfico, o olhar de Daumard conforma-se à leitura de Nizza da Silva. O objetivo fundamental de *Cinco Aulas de História Social* era oferecer ao pesquisador brasileiro um leque maior de possibilidades investigativas em história social apresentando como objeto “a definição do conteúdo e dos caracteres dos grupos sociais” (DAUMARD, 1978: 18). “Conhecer os homens vivendo em sociedade”, compreender formas de agrupamento e os fundamentos de suas hierarquias, precisar os “fenômenos habituais da vida coletiva”, eram princípios desta história social (DAUMARD, 1978: 10).

Estes princípios estimulariam questões que conduziriam a escolha da documentação, a adaptação das fontes em função da problemática, a aplicação do método de abordagem (quantitativo e serial, qualitativo), para posterior ponderação analítica dos resultados e, enfim, a escrita da síntese. Os dois primeiros capítulos esmiúçam todo este caminho, passo a passo, da escolha da documentação à síntese. Os três seguintes são as elucubrações empíricas: estudo de repartição de fortuna, de mobilidade social e dos fundamentos da sociedade burguesa na França. Trata-se de divulgar o trabalho da tese e estimular o deslocamento do objeto da história social marxista: dos conflitos de classes, revoluções, motins, movimentos sociais, para o estudo de estruturas materiais dos grupos sociais, o papel das elites dirigentes (que podem ser tanto elites empresariais quanto elites sindicais), as relações e comportamentos que fundamentam modos de ser, que instituem sistemas de valores.

Interessante e produtivo seria mapear o alcance destas lições. Dois fatos são indicativos e orientadores para futuras investigações. O primeiro é o diálogo com Kátia Mattoso, historiadora com competência científica reconhecida e referência para estudos da sociedade escravocrata no Brasil. Mattoso (1992) fez pesquisas sobre estratificação social, níveis de renda e fortuna e mobilidade social com foco na cidade de Salvador oitocentista e explorou fontes seriais extraídas de documentos notariais (REIS; SOUZA, 2013; ARAÚJO, 2009). A relação de orientação entre as duas, Mattoso fazia Doutorado de Estado na França, se estendeu até 1982, data em que Mattoso oficializou

a desistência de sua orientação.¹⁸⁷ Controverso é que meses antes, estrategicamente pensando em dar visibilidade acadêmica a tese de Mattoso no campo francês, Daumard (8 nov. 1981) havia convidado Fernand Braudel para compor o júri de defesa e enfatizado a ele a qualidade do trabalho de sua orientanda. Por fim, a tese, defendida em 1986 e publicada em 1992 com o título *Bahia, século XIX: uma província do Império*, foi concluída sob orientação de um dissabor de Daumard, François Crouzet. O dínamo do desencontro de orientação permanece obscuro e pode ser uma via pertinente para observar relações de orientação entre pessoas oriundas de diferentes condutas historiográficas.

Do Nordeste para o Sul, o segundo fato é a criação da linha de pesquisa em História Social no Mestrado da UFPR. Implantada em 1977, o projeto foi impulsionado a partir da experiência de ensino de Daumard, suas aulas foram uma das principais referências para estruturar a nova linha. Numericamente seu nome está entre as citações mais frequentes das teses e dissertações saídas do programa de pós-graduação (MARCHI, 1997: 49), mas, a partir do conjunto das produções, caberia refletir como estes pesquisadores apropriaram suas orientações para a situação social brasileira. Nesta perspectiva, analisar-se-ia o alcance e o nível de contribuição da obra *História Social do Brasil: teoria e metodologia*, produção dela e de três professoras do programa, Westphalen, Balhana e Márcia Graf.

Nossa sucinta escrita pretende colaborar para a elucidação deste segundo fato, mas concentrando-se na análise do encontro de Daumard e Westphalen. A historiadora francesa

¹⁸⁷ Trata-se de uma carta formal enviada ao Departamento Pedagógico da Université de Picardie (MATTOSO, 16 mar. 1982).

surpreendeu-se com a acolhida universitária brasileira: calorosa, afetiva e atenta ao seu fazer historiográfico (DAUMARD, 31 jul. 1975). Um ambiente certamente diferente da fria sociabilidade européia. Diante dos contratempos da progressão da sua carreira na França, o Brasil pareceu-lhe um terreno fértil para investimentos. E assim ela retornou em 1977 (a convite de Yedda Linhares ministrou curso no Rio de Janeiro, e de Anita Novinsky em São Paulo (DAUMARD, 8 ago. 1977; 22 ago. 1977)), em 1979, em 1981 e 1986, quando conferenciou na VI Reunião da SBPH. Daumard colaborou com a sociedade desde o seu início, era sócia correspondente e membro da Comissão Editorial da *Revista da SBPH*, a qual lhe serviu como *lôcus* referencial de sua produção intelectual no Brasil.

A relação com Westphalen foi construída com cordialidade e respeito, a intensidade da troca epistolar denota o desenvolvimento da afetividade entre elas. Às linhas sobre projetos colaborativos somavam-se as notícias do cotidiano político, universitário, os desabafos, as confidências e o lamento da progressão da instabilidade da saúde de ambas. A correspondência entre elas cessou apenas com a morte, em 2003.

O respeito acima mencionado também se relaciona com o compromisso da contrapartida, galhardia esperada no campo universitário. A historiadora brasileira foi convidada para proferir palestras, presidir mesas de estudo e apresentar suas pesquisas sobre o Paraná em eventos organizados pela historiadora francesa. O primeiro registro é o Colóquio Pluridisciplinar da Universidade de Picardie, Amiens, organizado por Daumard em 1982 com o tema “Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIXème siècle”.

O objeto do colóquio, lazer e ócio, faz parte do investimento intelectual de Daumard no seu criticado último capítulo da tese. Ela, então, se aproximava das práticas culturais para compreender o sistema de valores da sociedade burguesa e passava a apostar na metodologia comparativa, daí um dos principais estímulos ao contato com a historiografia brasileira, dois países pertencentes à civilização ocidental, mas com estados de desenvolvimento institucional, econômico e social diferentes (DAUMARD, 1983: 9).

A maioria dos participantes era de franceses com estudos monográficos de distintas regiões do próprio país, entre os estrangeiros estavam as fundadoras da SBPH: Nizza da Silva, Westphalen e Balhana, únicas brasileiras. Nizza da Silva fez exposição sobre as mulheres e os lazers no Segundo Império – grupo social que esmiuçou na SBPH promovendo mesas-redondas, fazendo comunicações e publicando artigos na *Revista da SBPH*. Westphalen e Balhana (1983) trataram do lazer no Paraná provincial, assunto que expandido originou o livro *Lazeres e festas de outrora*, publicado pela SBPH no ano seguinte.

As historiadoras não se interrogaram sobre o conteúdo dos termos “ócio e lazer”, sobre quais atributos qualificariam o ocioso e o cultor do lazer, no Paraná. Sobre o significado da utilização do tempo livre, que recebe conotações distintas de acordo com a estratificação social. Estas foram algumas das proposições de Daumard, para quem noções de lazer e ócio eram tributárias da organização social e poderiam, inclusive, serem vitrines de clivagens ou de comunhão social. Para elas, o foco no tema foi “as manifestações ligadas ao lazer festivo” (BALHANA; WESTPHALEN, 1983: 5). Com olhar atento à reconstrução

material dos cenários, a obra esforçou-se para recriar o ambiente social em que se desenrolavam as festas, indicativo do estado econômico da sociedade analisada.

A narrativa é dividida em dois tempos cronológicos pelo status político-administrativo. Meados de XVIII até 1853, quando o Paraná torna-se Província independente, e de 1853 a 1889, quando a República é proclamada. É possível nesta demarcação visualizar a estruturação econômica e social de uma região com poucos recursos, pobre. O encaminhamento da argumentação sugere um tipo de modernização da capital da Província, Curitiba. Algumas regiões ao redor são por vezes citadas, mas só à medida que foram observadas por cronistas e viajantes ou que despertaram algum interesse do noticiário. Portanto, o alcance da observação espacial é limitado.

No primeiro marco, são as *festas religiosas e reais* que preenchem o tempo livre da população, elas têm, sobretudo, o caráter de imposição, são pausas cotidianas em função do cumprimento de dever real ou religioso. No segundo proliferam-se *festas particulares*, bailes em clubes, associações, o espaço de sociabilidade adquire nova configuração. A impulsão vinha do capital de giro do comércio exportador do Porto de Paranaguá, da circulação de homens de negócios e oficiais do Império, do estabelecimento de imigrantes.

Os jornais, em número crescente, ocupavam-se em noticiar os belos trajes das moças, as festas com *buffets* completos, a música e a dança que se alongava pela madrugada. Surgiam alguns tímidos folhetins para o “belo sexo”, anunciava-se a chegada de obras literárias.

À medida, no entanto, que esta sociedade se moderniza à la costumes europeus, o povo, que já tinha pouca presença, diluía-se na narrativa. O que torna frágil a sustentação de que os novos espaços propiciaram “certo nível de integração” (BALHANA; WESTPHALEN, 1983: 47). No caso da interação festiva com os imigrantes o convívio é até demonstrável, mas o mesmo não ocorre com a população pobre. Fragilidade pela falta de base empírica, pelo problema, que elas mesmas ponderaram logo no início, da produção de fontes pelos estratos sociais menos favorecidos. A narrativa se deteve, então, nos estratos mais elevados. Sem esforço de distinção social, os criadores e comerciantes do gado, industriais e comerciantes da erva-mate, funcionários do Governo, oficiais militares, eclesiásticos, foram identificados como grupo de elite. O povo (trabalhadores livres e escravos) foi, assim, apreendido indiretamente, pelas páginas policiais ou comunicados oficiais sabemos que sua forma de sociabilidade (os fandangos e batuques) era repreendida.

Este ponto é particularmente importante porque foi a “integração” o aspecto ressaltado por Daumard ao se referir ao Brasil. Ela menciona a “mistura”, pelo sucesso das associações musicais e recreativas, entre os imigrantes europeus e os curitibanos (DAUMARD, 1983: 17). A impressão do todo “curitibanos” é que fica comprometida, a interpretação das autoras não se refere às camadas menos favorecidas desta sociedade. Daumard chega a opor imediatamente a Europa, onde as possibilidades de aproximação, de coesão social, pela prática do lazer seriam limitadas.

Leitora e admiradora de Gilberto Freyre, cuja aproximação foi intensificada quando se tornou Conselheira do Conselho

Federal da Cultura, Westphalen (2000a), particularmente, buscou não só demonstrar como a formação da sociedade paranaense seguiu o “modelo” proposto em *Casa-Grande & Senzala* (sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata), como sugerir uma espécie de convívio social adocicado. Nas páginas do livro, a discriminação étnica, por exemplo, é mencionada, registrada, mas não sentida.

Sem qualquer pretensão de ser exaustiva, a obra apresenta, como advertem as autoras, resultados parciais. Aceitada a proposta de participação no Colóquio, elas direcionaram o faro investigativo para as formas de sociabilidade das populações do passado. Tomar a relação “lazer e ócio” como objeto, era uma aposta que Daumard fazia na França,¹⁸⁸ e que estas historiadoras (incluindo Nizza da Silva), em correspondência, faziam no Brasil. Não que se tratasse de abordagem excepcionalmente inédita, Westphalen e Balhana identificam no Brasil dois antigos patronos “no campo da história social”. Gilberto Freyre e Pedro Calmon foram praticantes da “história íntima” da sociedade brasileira,¹⁸⁹ suas análises foram referenciais conjugados às prescrições de Daumard.

O trabalho que mais as ocupou e que demandou trocas efetivas foi a obra já mencionada *História Social do Brasil: teoria e metodologia*. O questionamento da aplicabilidade da metodologia da história social quantitativa francesa para as

¹⁸⁸ Em sua leitura dos anais do colóquio, Christophe Charle (1986) enfatizou tratar-se de um setor da história social que ainda permanecia largamente inexplorado. Outras leituras em: Gasnault (1985) e Rion (1987).

¹⁸⁹ As obras referenciais citadas foram: *Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*, de 1922, trabalho de mestrado de Freyre; *Espírito da Sociedade Colonial*, de 1935, de Calmon.

fontes brasileiras acompanhou Daumard (31 mar. 1975; 16 jun. 1975; 29 jun. 1975) desde o primeiro contato com os alunos da UFPR, por eles - que em oposição aos franceses, “esperavam diretrizes dos professores” -, ela foi cobrada. Estas demandas dos alunos aguçaram sua curiosidade pelos arquivos, que visitou desde a primeira estadia.

A indagação foi partilhada e transformou-se em parceria. O projeto, no entanto, permaneceu longo tempo no plano da idealização, a mão na preparação da massa foi posta a partir de meados de 1982 (DAUMARD, 28 jan. 1982). Neste momento, Westphalen já havia deixado a direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR e seguia diminuindo a intensidade da vida acadêmica administrativa. A ida de Márcia Graf (1974; 1981) à Paris para fazer Pós-Doutorado sob supervisão de Daumard foi outro elemento propulsor, tanto por servir de intérprete imediata das dúvidas quanto à documentação brasileira, amenizando o tempo da espera pela correspondência, quanto pela orientação direta que recebia da parte que lhe cabia na escrita, principalmente, a exploração de documentos relativos à sociedade escravista.

As autoras apostaram no caráter didático da obra, elas visavam oferecer um guia capaz de estimular iniciativas individuais e a imaginação criativa de seus leitores. Com a pouca circulação de obras com este fim em nível metodológico, elas ocupavam uma lacuna editorial para a década de 1980 (FICO; POLITO, 1992: 173; MARTINS, E.; LEITE, 1984/85). A publicação pela Editora da UFPR assegurava a facilidade na divulgação do trabalho e o enlaçava aos projetos departamentais gestados pelo “grupo de 1959”. É claro que a utilização do termo

grupo e a rememoração dos projetos de 1959 era uma forma particular de Westphalen e Balhana reafirmarem sua posição simbólica dentro do Programa de Pós-Graduação em História.

O livro foi dividido em três partes. A primeira, de autoria de Daumard, tinha a função de despertar o interesse pela prática da história social, assentar o fazer francês, o perfil da documentação, a perspectiva teórica e metodológica, e estabelecer aproximações para o caso brasileiro, que seriam aprofundadas na segunda e terceira parte, da lavra das brasileiras.

Na segunda parte da obra, “As bases da história social do Brasil”, escrita conjunta de Westphalen e Balhana, o fim foi fornecer um quadro geral de referências das fontes, apresentar instrumentos de trabalho, regras do direito e condições de aplicação. Além da indicação do lugar em que o iniciante poderia encontrar o material de arquivo há um esforço em oferecer-lhe o índice do seu conteúdo. Os comentários que acompanham estes índices reforçam alguns acentos orientadores de Daumard, como o primado aos fenômenos de conjunto, a importância da coleta de dados estatísticos para balizar os grupos em que o pesquisador irá trabalhar, a cautela com a credibilidade dos levantamentos oficiais, com a precisão das leis civis e a classificação sócio-profissional, com os casos excepcionais e os testemunhos qualitativos (crônicas, literatura, relatos de viajantes, imprensa, iconografia, depoimentos orais). Os “testemunhos” importam pelo registro da visão que os contemporâneos tiveram de seu tempo, como indicadores da psicologia coletiva eles ocupam espaço relevante na metodologia da história social pelo potencial em fornecer hipóteses, pontos de partida. Na confrontação entre medida e testemunho

encontramos certa sensibilidade que pondera os limites do que é quantificável e não atira às favas as subjetividades.

O inconveniente desta forma esmiuçada da apresentação é a repetição na terceira parte da obra, “A exploração das fontes”. Westphalen, Balhana e Graf dividem-se, primeiro, na exposição do trabalho metodológico com determinadas séries de documentos (oferecem formulários para processamento eletrônico dos dados coletados), e, segundo, no agrupamento de diferentes fontes para elaboração de uma síntese. Os exemplos relativos às possibilidades de exploração das fontes e as modalidades de seu emprego se apoiam sobre as especialidades das autoras, portanto, a escala é regional.

No estudo do escravo negro como componente da economia e da sociedade paranaense do século XIX, Graf conjuga diferentes tipos de fontes (matrículas, inventários, imprensa, cartas de alforria e outras) diferenciando no decorrer da narrativa a classificação quantitativa e qualitativa. A interpenetração é o seu objetivo, pois com ela a autora consegue ponderar comportamentos dos senhores em relação aos escravos e relacioná-los com a criação, primeiro, de uma ideologia emancipadora e, depois, abolicionista.

O mercado de escravos também foi referido no estudo de Westphalen sobre elites sociais. Pela aliança política, união matrimonial, atividades econômicas, ela identifica duas oligarquias dominantes: os Marcondes-Pacheco-Araújo, ligados ao Partido Liberal, e os Correia-Pereira-Guimarães, do Partido Conservador. Os primeiros estruturavam-se em torno da sociedade campeira fundada na criação e comércio de gado, os segundos ocupavam-se de atividades mercantis. Sobrenome

e bens asseguram-lhes títulos de distinção social e posição na administração dos negócios públicos. Westphalen fez um exercício interessante, embora superficial, de comparação de duas listas de habitantes (1827 e 1844) e o número relativo à posse de escravos, signo de superioridade social. De forma sumária, ela sugere que a distribuição da riqueza e a mobilidade social eram praticamente nulas.

Balhana ao tratar da relação mercado matrimonial e imigração, preocupou-se em demonstrar que as bases da hierarquia social brasileira sofreram mudanças muito lentas, estatisticamente apreciáveis somente a partir da metade do século XX, se não para os estratos sociais mais pobres pelo menos em relação à união interétnica de imigrantes que ascenderam economicamente. Segundo os dados levantados, a variável mestiçagem não seria considerável para as elites sociais, tanto pela tradição colonial de fechamento da elite fundiária quanto por mecanismos sociais de solidariedade grupal dos imigrantes. Se a rigidez da estrutura hierárquica, herança colonial, retardou a integração sociocultural dos imigrantes, que mudanças à flexibilidade no mercado matrimonial teria provocado no sistema de estratificação social brasileira no século XX? Indagação ricamente sugestiva para novos estudos.

Não obstante a intenção das três análises tenha sido exemplificativa, poder-se-ia questionar o valor de generalização em um país de vastidão espacial e acentuada particularidade constitutiva. Esta foi uma interrogação levantada pela própria Daumard, que sugeriu a análise comparativa com os trabalhos de Kátia Mattoso sobre Salvador e o Recôncavo. O desenvolvimento da história social na perspectiva quantitativa

e comparativa é dependente da proliferação do tipo de síntese que as três autoras propuseram. Devido aos contrastes espaciais, as sínteses regionais eram um caminho viável para se alcançar o conhecimento da “essência” da sociedade brasileira, sua estrutura global (DAUMARD, 1984: 11). Compreende-se assim a ênfase de Daumard de que estavam oferecendo ao público uma obra cujo conteúdo deveria ser completado com outras experiências concretas.

Apesar da organização da obra aludir uma marcada divisão de tarefas, o diálogo, em uma linguagem sutil e franca, foi o motor da construção do texto. A estranheza e a curiosidade própria do olhar estrangeiro, o olhar de Daumard, exigiram das historiadoras brasileiras maior precisão em suas narrativas. O envolvimento da francesa com as fontes brasileiras e o seu interesse em multiplicar as hipóteses apresentadas pelas brasileiras, acentuou nela a maturação da abordagem “comparativa”.¹⁹⁰ Elemento destacado por seu colega Frédéric Mauro (1985). A composição do livro demonstrava, segundo sua apreciação, as possíveis analogias com as fontes do passado francês e, daquele lado, o trabalho poderia ser lido como um convite à história comparativa entre os dois países.

Para Westphalen, a escrita também foi um desafio, não pela consciência crítica da necessária adaptação metodológica, mas por direcionar-se às fontes já conhecidas com outra perspectiva e produzir outras formas de estudo sobre o passado. A síntese apressada sobre “elites sociais” foi amadurecida no livro *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*, projeto subsidiado pela

¹⁹⁰ Considerações sobre os princípios de uma história social comparada entre nações foi o tema de sua conferência de 1986 na VI Reunião da SBPH (DAUMARD, 1987).

CNPq e publicado em 1995. Nele, Westphalen investiu no estudo de um dos sobrenomes do topo da hierarquia social paranaense. A autora acompanhou a constituição da fortuna de David dos Santos Pacheco, um influente tropeiro dos Campos Gerais que soube capitalizar-se com o declínio de sua atividade econômica, a partir de 1870. Com a metodologia das genealogias sociais, traçou a rede de relações familiares, políticas, econômicas deste tropeiro. Os mecanismos do comércio das tropas de muares (mulas de carga) foram apreendidos na dinâmica destas relações, e o que esta abordagem significa? Que vemos um indivíduo movente no sistema econômico, que há uma diminuição de escala para abordar o universo do cotidiano, como indicou, entusiasmado, Antunes dos Santos (1996). A tese de Daumard foi seu aporte referencial, mas com o amadurecimento em relação à leitura das fontes ditas qualitativas e a sensibilidade de não transformar pessoas em “marionetes”. Westphalen serviu-se da metodologia da história social quantitativa para realizar uma investigação mais próxima do cotidiano de um indivíduo.

Assim, as experimentações (projetos que não se originaram no DEHIS em 1959) realizadas na SBPH, como referimos no subtítulo anterior, são significadas no encontro historiográfico com Daumard. A composição destes trabalhos é tributária do enlace de interesses, de um encontro em que a dinâmica das trocas intercambiou saberes e impulsionou novos conhecimentos.

Seria possível ir além com os produtos deste encontro a partir do Projeto de Cooperação CAPES/COFECUB “História comparada de sociedades urbanas: políticas urbanas e dimensão cultural de cidades brasileiras e francesas (1840-1945)”, que envolveu, do lado francês: Guy Martinière (discípulo de

Mauro), Jean-Pierre Blay (ex-orientando de Daumard inserido no campo brasileiro por Westphalen),¹⁹¹ ambos do IHEAL, Paris III, Yves Lequin da Universidade de Lyon II e Daumard. E do lado brasileiro: Marta Rossetti Batista do IEB-USP, Westphalen, Balhana, Graf, entre outros.¹⁹² Porém, a exemplo do livro *História Social...*, este é um assunto a ser completado.

Ao acompanhar o encontro de Daumard e Westphalen quisemos, mesmo que brevemente, construir um espaço de compreensão da história social que elas praticaram. Westphalen atuou novamente como agente de interlocução de modos de fazer história, como fez com Jacques Bertin, Louis Henry e Frédéric Mauro, estes últimos em menor proporção, pois tiveram discípulos que ajudaram a construir seus nomes no campo historiográfico brasileiro.

Foi somente após 10 anos do primeiro convite de Westphalen que Daumard teve um livro publicado por uma editora comercial

¹⁹¹ Blay (2014) defendeu tese na Paris I sobre o desenvolvimento urbano e o mundo dos cavalos no XIX na cidade de Chantilly, de colonização inglesa. Com a mesma metodologia, história social quantitativa e comparativa, ele desenvolveu uma pesquisa de pós-doutorado sobre o mundo das corridas de cavalo, sua indústria, redes sociais e o lazer, tendo como objeto o Jockey Club do Rio de Janeiro, inspirado no hipódromo de Chantilly. Acolhido na SBPH, na década de 1990, ali se formou em historiografia brasileira, segundo seu testemunho. “Estou agora trabalhando com Santos-Dumont, eu vejo que todo o vestuário de Santos-Dumont é referencialmente uma vontade do piloto de avião de se mostrar piloto de avião, de se vestir conformemente, é a adequação ao esporte aéreo, que possui sua identidade visualmente. Quem me deu essa ideia foi toda essa historiografia brasileira que usou o inventário post-mortem para saber a situação de uma pessoa no fim da vida. Quais são os objetos que cercavam essa pessoa no fim da vida? O inventário post-mortem... É maravilhoso! [...] Então realmente eu me formei muito através de toda essa rede de professores da SBPH, o que construiu também a minha cultura histórica do Brasil” (BLAY, 2014: 4).

¹⁹² Os resultados das pesquisas brasileiras foram publicados em: Batista e Graf (1998; 1999).

brasileira. Perspectiva lançou *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*, em 1985, e Martins Fontes, em 1992, publicou *Os burgueses e a burguesia na França*. A circulação de sua produção intelectual era potencializada por este interesse editorial. O nome impresso já estava atado aos lucros simbólicos de pertencer ao corpo docente na Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, e, obviamente, não caberia tornar pública a dificuldade da inserção feminina naquele meio. No Brasil, Daumard também precisou trabalhar na construção pelo interesse de seu nome, e para isso contribuiu, como vimos, o ímpeto de Westphalen em oferecer aos historiadores brasileiros perspectivas de pesquisa histórica.

No rastro da tensão entre a construção de um nome, a inserção social entre os pares e a dependência substancial da definição do que é apreciável em determinada conjuntura historiográfica, nos voltaremos para duas publicações referenciais no percurso intelectual de Westphalen, *Porto de Paranaguá, um sedutor* e *Carlos-Quinto. Seu Império Universal. 1500-1558*.

Uma obra “fora do lugar”? Ou, a quem seduz o Porto de Paranaguá?

Em 1988, Cecília Westphalen deu uma longa entrevista ao Projeto Memória Viva Paraná e confessou que o já antigo projeto sobre as relações comerciais no porto de Paranaguá estava acabado. Orgulhosa, gabou-se do extenso número de páginas. Zelosa, admitiu faltar coragem para “soltá-lo”, pois sempre estava às voltas com alguma adição, algum reparo...

A arquitetura do estudo nasceu em 1959, após o encontro de Westphalen com a historiografia francesa em torno de Braudel, Mauro, Chaunu e Romano, fundamentalmente. Em 1970, Westphalen retornou à Paris em busca de orientação metodológica e apoio técnico com a intenção de finalizar a fase de cálculos e compor a obra. No entanto, a década foi de árduo trabalho com a pós-graduação, acúmulo de atividades administrativas e investimento na construção didática do Projeto *Estudos Sociais, a partir da longa duração*. O decênio seguinte seria de agitações intensas com a transição do regime militar, greves na universidade, mergulho de forças na consolidação do status de *locus* científico da SBPH e incursões em outros objetos de pesquisa. Estranhamente, o porto não teve lugar nos anais e revistas da sociedade.

Da entrevista à publicação ainda decorreriam 10 anos para que Westphalen “soltasse” *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Estas demarcações temporais nos estimulam a colocar em questão os custos para a repercussão de sua pesquisa no campo especializado da distância entre a idealização do projeto e o seu real acabamento e divulgação ao público. É este o fio que seguiremos após compreendermos a proposta do texto.

O livro, publicado com o suporte do Governo do Estado, chega a “ficar em pé”,¹⁹³ exhibe-se pomposo com suas 608 páginas em uma clara menção ao porte das grandes teses de seus mestres inspiradores. Inserindo-se entre os trabalhos que, orientados por Braudel, buscaram conhecer a vida atlântica e suas estruturas, a obra tenciona “explicar a natureza e a amplitude das flutuações

¹⁹³ Lembramos aqui o conselho de Westphalen (6 nov. 1958) a Balhana quando ela estava redigindo sua tese: “Não faça economia queira um livro que fique em pé”.

induzidas, pelo comércio exterior, na vida econômica do Paraná” (WESTPHALEN, 1998). A questão de fundo foi investigar como se comportou o pequeno porto frente as crises da economia ocidental do século XIX.

A obra está dividida em duas partes: “Personalialia” e “Vidas Cruzadas”. Títulos sugestivos da vivacidade do porto estudado, ou simplesmente, de uma abordagem que procuraria dar mais humanidade aos dados econômicos. Seria o eco das conversas com Romano lá em 1970? A resposta positiva parece-nos muito plausível. Naquela ocasião, o historiador instigou Westphalen (7 abr. 1970) a ousar, a fazer “algo mais” do que “apenas a história de navios”.

Nesta perspectiva, “Personalialia” identifica os personagens que direta ou indiretamente participaram do movimento do porto: comerciantes, construtores de embarcações, proprietários, industriais, agentes fiscais, cônsules, governantes. Em uma abordagem caracteristicamente braudeliana, a autora constrói geograficamente o cenário de constituição do território paranaense, para em seguida traçar as etapas de formação da vida material e econômica do porto. Em uma extensa circunscrição cronológica, do século XVII ao início do XX, ela mostra como a vida da Vila de Nossa Senhora do Rosário (Paranaguá) se estruturou em torno do porto. Porto que teve uma progressão econômica lenta devido a sua má infraestrutura, a submissão política administrativa à Capitania de São Paulo e pelos poucos atrativos comerciais. Expansão e melhorias dependeram fortemente das iniciativas individuais e somente se concretizaram a partir de meados do século XIX, quando a erva-mate se tornou produto de exportação.

O trabalho com os registros dos contemporâneos deu sonoridade às reclamações sobre as condições de navegação, impostos e obstáculos fiscais, assim como as denúncias de fraudes e tráfico ilegal de escravos. Contudo, os subtítulos desta parte têm uma função, sobretudo, descritiva, elencam as mercadorias e os preços, tipos de embarcação, destinos, restrições comerciais, condições de transportes, preparo e acondicionamento da erva-mate.

Convém ressaltar, todavia, que graças ao grande panorama que fornece consegue-se identificar “os homens que atuavam na conjuntura”, ou seja, os comerciantes que controlavam o comércio, aqueles que reivindicavam melhorias, que estavam envolvidos com os regimes alfandegários, e, até mesmo, com o contrabando e o tráfico de escravos. Interesses políticos e alianças comerciais também prolongavam decisões de infraestrutura, como a construção de estradas (Morretes ou Estrada da Graciosa) de acesso aos portos concorrentes, Paranaguá e Antonina, e investimento na ferrovia (ligando Paranaguá e Curitiba). Embora a autora não alongue a inter-relação do político e o econômico, ela apresenta um interessante mapeamento dos atores do jogo político e o peso do seu poder em definições econômicas.

A síntese reflexiva ficaria a cargo da segunda parte, “Vidas Cruzadas”. Como se constitui a vida do porto de Paranaguá na estrutura econômica brasileira e quando e em que condições esta vida cruzou com a economia atlântica? Os componentes deste cruzamento foram medidos pelas flutuações induzidas, pelas subidas e descidas cíclicas, que sinalizam fases alternadas de crescimento e depressão.

Para dar densidade temporal a sua explanação, Westphalen traçou a evolução econômica e social de Paranaguá em três séculos de história. Com “Paranaguá nos séculos XVII e XVIII”, reconstruiu o fraco movimento comercial e de embarcações, o cotidiano de miséria e o péssimo estado sanitário da população litorânea. Paranaguá atraiu pelo ouro e pela captura de indígenas, mas logo passou a ter função secundária, exportava apenas farinha para o abastecimento interno em uma tímida navegação de cabotagem. A criação de gado nos Campos Gerais, assentada no latifúndio escravocrata, era a base da atividade econômica da Comarca. Este quadro transformar-se-ia apenas no desenrolar do século XIX.

Em “Paranaguá no século XIX e início do XX”, o grande personagem, o ambíguo agente da mudança, é a erva-mate. É este produto o responsável pela entrada de Paranaguá na rota do comércio exterior. Comércio que teve comunicação principalmente com o Rio da Prata e o Chile, visto que a erva-mate não tinha consumo na Europa e Estados Unidos. Com a análise serial, a autora conseguiu mostrar quão estava interligada a economia paranaense ao sucesso e infortúnio deste comércio exterior monocultor. A narração dos infortúnios é extensa, subidas e descidas cíclicas são decorrentes de diversas perturbações políticas no Prata (Guerras de Independência, Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai). A instabilidade do mundo ocidental do início do século XIX atinge estas economias e reflete no movimento comercial do porto de Paranaguá, pelo que se constata que embora tenha sido fraca, houve relativa integração da economia paranaense à economia atlântica. A política imperial, as altas taxações fiscais e a demora

de posicionamentos em face de medidas protecionistas da Argentina (principal mercado), e das reclamações de falsificação da erva-mate, eram variáveis complicadoras desta conjuntura.

A ambiguidade referida acima em relação à erva-mate relaciona-se a dificuldade, segundo Westphalen, de desenvolvimento de uma mentalidade comercial. Com a elevação à condição de Comarca, os relatórios de Presidentes de Província e dos Cônsules do Brasil, no Rio da Prata e no Chile, enfatizavam a necessidade de um tratado de comércio e navegação, de diversificação dos ramos da economia, de investimento em propaganda positiva da erva-mate, de mecanização da indústria. A própria agricultura de subsistência era comprometida em função do excessivo emprego de mão-de-obra na erva-mate, o que forçava o aumento das importações e causava desequilíbrio na balança comercial. A erva-mate ainda era acusada “pela indolência da população rústica do Paraná, província que não desenvolvera, pelo lucro fácil propiciado pela erva, os elementos de prosperidade, riqueza e moralidade” (WESTPHALEN, 1998: 262). O produto ouro hesitava entre a salvação e a desgraça do povo.

Na República, seriam as duas guerras mundiais que fomentariam a exportação da madeira de pinho, ao preço, no entanto, da devastação de florestas. Mas a erva-mate perderia seu predomínio econômico somente com a exportação do café do Norte do Estado via Paranaguá, o que decorreu da melhora na interligação rodoviária das regiões. O café inauguraria uma nova conjuntura econômica e também certa crença de interação cultural entre as regiões.

Nos dois últimos subtítulos, a autora esmiúça o trabalho com os números apresentando a análise quantitativa do movimento portuário. Seu intento era oferecer “um exemplo metodológico da utilização de computadores no estudo da história, de maneira simples e eficaz” (WESTPHALEN, 1998: 297). Assim, dialoga passo a passo com o leitor incitando-lhe, com a *semiologia gráfica* de Jacques Bertin, a fazer manipulações das imagens. Com a teoria dos ciclos econômicos, ela pensava mostrar como explorou os níveis de integração da economia paranaense na economia atlântica e os ritmos das pulsões de “vidas maiores” sobre o pequeno porto de Paranaguá. Para tanto, ela teve a necessidade de retomar sinteticamente as principais proposições dos capítulos anteriores. Neste caso, somos tentados a questionar: se estes dois subtítulos configuram toda a escrita dos outros capítulos por que apresentá-los separadamente provocando repetições?

A primeira possibilidade explicativa seria a própria qualidade narrativa ao optar por evitar constantes interferências no corpo do texto. A segunda aponta a intenção deliberada em demonstrar que um estudo de história quantitativa não se evade da construção interpretativa. Os dados lhe sugeriram comportamentos em cifras, a teoria dos ciclos instrumentalizou seu olhar, mas o passado ganhou significado com o esforço interpretativo. O trabalho constante com os testemunhos dos contemporâneos, também sinalizou a superação da dicotomia “quantitativo e qualitativo”.

É com esta postura que Westphalen (1998: 359) fechou a obra afirmando a “alta produtividade” para estudos de História do emprego de técnicas seriais quantitativas e aplicação de

recursos da *semiologia gráfica*, pois, concluiu imperativa, não haveria “dúvida sobre a pertinência de estudos objetivos em História do Brasil” (WESTPHALEN, 1998: 359). Ela estava, assim, se posicionando nesta conjuntura da década de 1990, momento de diversificação do campo historiográfico brasileiro, da prática da história do tempo presente, e do questionamento acerca do estatuto de verdade do discurso histórico.

As 52 páginas de listagem das fontes consultadas indicam o lugar do arquivo em sua forma de compreender a pesquisa e a escrita histórica. Para ela, questões significativamente históricas, ou seja, que têm compromisso com a verdade histórica, deveriam ser respondidas com fontes arquivísticas, estes vestígios de uma realidade social complexa. As 146 páginas de anexo de índices de colunas e de curvas, tabelas, fichário de viagens, exibem como estas fontes podem ser ordenadas a partir das hipóteses dirigidas a elas e da metodologia e técnicas empregadas.

Antes de sua primeira experiência historiográfica em Paris, em 1959, Westphalen (24 mai. 1970) não tinha familiaridade com o universo da matemática e da estatística, foram competências que ela precisou adquirir, como disse: “Eu que não aprendi a somar na escola, tenho que fazê-lo depois de velha”. A cena desta frase é a de seus cálculos, quadros e tabelas feitos em maços de papel milimetrado completamente espalhados pelo seu quarto de hotel em Paris, em 1970. Foi a partir desta segunda experiência que ela se abriu também para a facilitação que poderia advir da informática e interessou-se pelo tratamento gráfico da informação a partir da *semiologia gráfica* promovida por Bertin. O tempo decorrido de 1970 a 1998, apesar das interrupções, representa um período de maturação

dessas competências. O conjunto da obra quer ser uma prova de que estas competências metodológicas e técnicas permanecem sendo propulsoras de saberes.

O embate que encontramos na obra também responde ao desinteresse pela história econômica como área de pesquisa. A baixa produção era notada desde os anos 1980 e foi alvo de debate em mesa-redonda da SBPH, em 1985. Sob a presidência de Myriam Ellis (USP) e coordenação de Westphalen, promoveu-se a discussão sobre “A situação da história econômica no Brasil nas últimas três décadas” chamando especialistas para exporem suas leituras sobre o estado das pesquisas. Entre as constatações convergentes destacou-se o tratamento de temas econômicos pelo ângulo do social, colocando a especificidade econômica em segundo plano. Para Mircea Buescu (PUC-RJ), Manuel Nunes Dias (USP) e Westphalen, a questão agravava-se pela absorção que o materialismo histórico teria feito da história econômica. “Muita ideologia” na visão de Nunes Dias e deficiência curricular na avaliação de Benedito H. do Nascimento (IEB-USP). A formação em história econômica também foi levantada por Buescu e Westphalen. Os economistas vinham exercendo monopólio da disciplina e fechando-se numa linguagem técnica de laboratório. Em seus cursos, a história econômica nem sequer era ministrada por um historiador. A interdisciplinaridade um dia enfatizada era algo longínquo. Apenas José Eduardo Marques Mauro (USP) distanciou-se de uma visão pessimista da área, ele preferiu mostrar como ela remodelava-se e reduzia a escala de análise na abordagem da história empresarial, o estudo “da apropriação do capital, das políticas de pessoal, das inovações tecnológicas, das estratégias

operacionais e outros” (WESTPHALEN, 1986: 71-72). Mas, ao que parece, os demais debatedores estavam mais preocupados com a perda do passado glorioso do que com a problematização do potencial de inventividade da história econômica.

Um ano antes da publicação de *Porto de Paranaguá, um sedutor*, em 1997, João Fragoso e Manolo Florentino (1997) fizeram um diagnóstico do estado da questão em história econômica. Colocando o problema da “derrocada” da história econômica como tendência mundial - ou seja, localizando-a em um contexto de crítica ao paradigma estruturalista, de dúvidas acerca de processos macro-históricos e abertura ao pluralismo e ao subjetivismo -, e sem “culpabilizar” a historiografia marxista, pode-se dizer que o texto dialoga com a mesa-redonda da SBPH. Para os autores, embora fosse possível compreender que a história econômica colhia o ônus de sua soberba científica e do próprio distanciamento do homem, o abandono da reflexão econômica e da visão de globalidade do processo histórico, era preocupante.¹⁹⁴ O investimento em outros campos do saber historiográfico não deveria ignorar o conhecimento já produzido e nem fossilizar modos de pesquisa. De toda forma, a história econômica ganharia se buscasse sincronizar-se com a dita “vertebralização do saber”, ou seja, aproximar-se da antropologia, da micro-história, da história vinda de baixo, questionar a racionalidade do agir

¹⁹⁴ A perda da visão global, da totalidade, é um dos atributos, segundo os autores, da agonia da disciplina. Em resposta, José Flávio Motta (2009) compartilha da lástima, mas compreende-a como um mal que foi necessário, pois a partir da década de 1970 devido a “multiplicação de trabalhos monográficos assentados em sólido embasamento documental”, o modelo interpretativo do paradigma pradiano (Caio Prado Júnior) pôde ser colocado em questão e outras realidades econômicas tornaram-se balizáveis. Nesta perspectiva, a história econômica não agonizava, mas tornava-se robusta (MOTTA, F., 2009).

econômico em seus códigos culturais, as estratégias econômicas locais, individuais, etc.¹⁹⁵

Este balanço nos permite localizar a publicação da obra de Westphalen em um ambiente reticente aos encantos “sedutores” do estudo econômico do porto de Paranaguá. Compreendendo-o como um tipo de trabalho clássico da história econômica quantitativa, independente do esforço em aproximar-se dos homens e da contribuição ao entendimento da história marítima paranaense e brasileira, sua obra teve um horizonte de leitores reduzidos. É provável que o livro tivesse obtido a almejada repercussão entre os pares se publicado na década de 1960/70. No limiar, seria considerado como um peixe dentro da água, uma “obra no lugar”.

A única resenha que conseguimos encontrar abre sua apreciação apontando nesta direção. Ela foi escrita por Antunes dos Santos (1999), profundo conhecedor da trajetória dessa escrita:

Na linha dos grandes trabalhos de F. Braudel, P. Chaunu e F. Mauro sobre a história marítima, a historiografia ocidental, que no final dos anos 60 apontou para o quantitativismo, renovou-se, mas, por outro lado, ficou evidenciada no Brasil, a carência de um trabalho de porte sobre o tema. Demorou, mas aconteceu!

A “demora” figura como um elemento para ponderarmos o potencial de apreciabilidade da obra na conjuntura historiográfica em que foi publicada, pois a repercussão de um escrito é substancialmente dependente desta apreciabilidade.

¹⁹⁵ José Jobson de Arruda (2008) amplia este leque com a possibilidade de pensar acontecimentos econômicos com o imaginário presente na literatura.

Não colocando em questão a relevância argumentativa do texto para o conhecimento do passado econômico (o que um especialista em história econômica estaria mais apto a realizar), acrescentaremos dois outros elementos: o lugar de onde fala e o potencial de alcance da fala. O lugar de onde fala refere-se ao enquadramento da obra como história regional e de um regional distante do eixo editorial dominante, Rio-São Paulo. O potencial da fala diz respeito ao alcance do escrito também depender da inserção social entre os pares. Em 1998, Westphalen encontrava-se aposentada da UFPR e sua figura estava internamente enfraquecida pelos novos grupos que se formaram no DEHIS, estava, igualmente, fora de um dos maiores espaços de circulação acadêmica, a ANPUH, e tinha como principal reduto a SBPH, de alcance um tanto limitado, e o IHGB, malvisto por grande parcela dos historiadores universitários. Parece inegável que sua postura de pretensa neutralidade política e objetividade científica na celeuma com a ANPUH marcou negativamente sua identidade historiográfica.

Contudo, apesar desta plausibilidade, ainda podemos olhar para o mesmo cenário de outro ângulo. Diríamos então que mesmo tendo uma visão consciente do ar historiográfico desfavorável, ela lançou no meio acadêmico um grosso volume e posicionou-se convictamente em defesa da história econômica quantitativa como uma forma legítima e relevante de inquirir o passado. Apesar da obra não ter sido impressa com o selo de uma reconhecida editora universitária ou comercial, a chancela do governo estadual teve a contrapartida da facilitação da circulação da obra. Ter o nome “eleito” por um órgão público também é uma demonstração

de poder simbólico,¹⁹⁶ embora este reconhecimento possa ser hostilizado pelo campo especializado.

É evidente que todo pesquisador espera que sua produção intelectual seja lida e seu esforço reconhecido, “a satisfação intrínseca e o interesse não são as únicas motivações” (REIF, F. apud BOURDIEU, 1983). Mas, o sentido da avaliação pelos pares pode ser gradativo, a intensidade da expectativa decorre da posição que se pretende conquistar ou que já se ocupa. Em 1998, Westphalen era uma pesquisadora aposentada e emérita da universidade,¹⁹⁷ ela não precisava mais deste tipo de lucro simbólico para construir uma carreira, o que não significa que ela não o esperasse e mesmo contasse com ele para a posteridade. Lembremos que no primeiro capítulo propomos ler o texto sobre história da historiografia paranaense como “discurso de justificação”, porque acreditamos que a narrativa é um claro exemplo da importância que Westphalen conferia a construção de sua lembrança, nela ela indicou as linhas que comporiam seu obituário.

No texto sobre o percurso da história no Paraná também há a tentativa de desvinculação, descolagem, de suas primeiras incursões ao passado, entre elas sua tese de cátedra, a “ambição européia”. Em 2000, Westphalen foi rápida na percepção de que permanecia sendo uma das poucas especialistas brasileiras (se não a única) que publicou um estudo histórico sobre Carlos V e aproveitando-se da circunstância comemorativa do quinto centenário de nascimento do monarca relançou *Carlos-Quinto*.

¹⁹⁶ Esta “eleição” pública também se ancora no recebimento do Título de Cidadã Honorária de Curitiba, em 1997.

¹⁹⁷ Em 1994, ela recebeu o Diploma de Professor Emérito da UFPR.

Seu Império Universal. 1500-1558 (2000b). A compreensão desta reconciliação com a renegada tese passa igualmente pela sua postura de relativa sobriedade em relação a sua posição no campo intelectual.

O texto recebeu revisões textuais que em nada mudaram o gênero da obra: uma biografia em que o centro da trama é o personagem e as ações políticas são chaves de compreensão do processo histórico. Neste caso, ironicamente, as reticências se retraem, pois, a progressiva reconsideração da experiência individual, da intencionalidade e subjetividade da ação - inclusive, a maior atenção a leveza da construção textual -, possibilita arrazoar que a narrativa de Carlos V é uma “obra no lugar”.

Westphalen buscou explorar a interioridade de Carlos V e inseri-lo em uma ampla rede de relações de poder, mas parece ter se privado do cultivo da dúvida, são escassas as hesitações diante das ações conscienciosas do Imperador, cujo trajeto de vida é interpretado sob o signo da necessidade. Esta é uma das razões pelas quais diríamos que as reticências se retraem e não se diluem. O pronunciado “retorno” da biografia pretende estimular a interrogação sobre a contrariedade da vida em sociedade, colocar o sujeito em tensão com o seu cosmos político e cultural. A dimensão individual surge como grande aposta para questionar as ordenações sociais, as generalizações, as lógicas de pertencimento e, mesmo, os excessos de coerência (LORIGA, 2011; REVEL, 2010b).

Enfim, ao cruzarmos as duas obras de Westphalen e sua conjuntura de publicação, vemos como as ênfases historiográficas próprias de cada período não impedem uma publicação, mas tem a força de constrangê-la.

Construção e desconstrução, encontros e desencontros, alianças e rompimentos, estes antônimos não são capazes de encerrar os sentidos da vida de Cecília Westphalen, mas nos estimularam a refletir sobre a complexidade de ser uma historiadora no Brasil em período de delineamento da profissionalização do ofício, instituição de lugares de sociabilidade universitária, de organização da estrutura da pós-graduação e o consequente peso das múltiplas atribuições, diversificação dos objetos de estudos e posturas divergentes sobre o papel social do historiador. Caminho de diversos reveses e significados, confessadamente fragmentado, que articula a singularidade de uma vida às tensões do campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX.

Conclusão

Uma vida dedicada a ser historiadora em uma sociedade que permanece se questionando sobre o alcance dessa profissão. Cecília Westphalen construiu sua identidade de historiadora filiando-se a um tipo de prática específica, a história econômica e social quantitativa *à la Annales*. Formando redes de estudos em diferentes lugares de produção do discurso histórico, UFPR, Universidade de Colônia (Alemanha), EPHE/EHESS, ANPUH e SBPH, divulgou e militou por essa concepção de história. Compreendendo-a como mais científica e livre de ideologias políticas, esse tipo de escrita seria capaz de consolidar o status acadêmico da pesquisa histórica no Brasil.

O retrato que Westphalen ofereceu de si no texto sobre história da História no Paraná (1983/84) norteou o tom não somente do primeiro capítulo, mas de todo o trabalho. O jogo entre construção e desconstrução presente nestas páginas tem como epicentro a leitura deste texto como “discurso de justificação”. Não se trata de propor que todos os textos que constroem balanços de história da historiografia possam ser lidos desta forma, mas de mostrar como esta via pode ser pertinente para problematizar a personalização “não-dita” deste tipo de escrita.

O lugar de assento da modelagem de sua imagem é um lugar regional. O regional é fundante nesta identidade, é onde Westphalen se localiza e de onde defende uma forma de fazer história. A síntese do percurso da História no Brasil, assim como a da História do Brasil, somente seria alcançada a partir do treinamento de pesquisadores profissionais conscientes das ferramentas operatórias do ofício e da proliferação de estudos monográficos (lógicas consonantes). Daí a abordagem regional ter se constituído como orientação para a implantação da Pós-Graduação em História do Brasil na UFPR.

As décadas de 1950 e 1970 acenam-se como uma etapa central da problemática do amadurecimento da História enquanto disciplina universitária, suscitando, inclusive, exames críticos da profissão em eventos acadêmicos. Elas constituem, igualmente, um período de observação do pleno encontro da historiografia brasileira com a história econômica e social praticada pelos historiadores em torno do círculo Labrousse/Braudel. Esse encontro tem raízes pouco mais antigas, é certo, mas a organização interna da disciplina, o estabelecimento de lugares

de sociabilidade, a maior circulação de revistas acadêmicas e a expansão do ensino, tornou possível a intensificação da linguagem *annalítica*. Nossa medida desta presença foi a estruturação, na UFPR, da grade curricular do curso de graduação em História, nos anos 1960 (com foco na disciplina Introdução à História), e da Pós-Graduação em História do Brasil ao longo da década de 1970 – quando deixamos de acompanhá-la.

Foi preciso buscar a identidade produtora de *Pequena História do Paraná* (1953) e *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal* (1955), para compreender a negação destas publicações em função de *un tournant historiographique* à história econômica e quantitativa francesa. A ressignificação da sua identidade historiográfica se amalgamava ao projeto sobre as relações comerciais no porto de Paranaguá, no Paraná, ou seja, à outra maneira de escrever história e à exploração de outros materiais, diríamos, à outra forma, portanto, de ser historiadora. A guinada aos números, séries, ciclos econômicos e *softwares* foi ganhando contornos nas experiências de deslocamentos historiográficos e na formação de uma rede de sociabilidade internacional e nacional - com a aproximação dos professores da USP (orientação de Braudel) e com a criação da APUH/ANPUH.

“Deslocamento” e “formação” foram palavras constantemente enfatizadas nesta escrita para tentar tornar complexa esta atribuição de identidade, mostrando-a como uma construção submetida a um processo cognitivo de aprendizagem, por conseguinte, lento e repleto de erros e acertos. Este processo foi investigado no segundo capítulo no que diz respeito à Westphalen e no terceiro para os seus ex-alunos, primeiros mestres em História do Brasil da UFPR,

doutorandos em Paris. Foi então que o trabalho com a correspondência ganhou intensidade, estas narrativas de si, tomadas como objetos do mundo acadêmico, tornaram-se nosso microscópio para observação dos constrangimentos das escolhas, das alegrias e expectativas pessoais e frustrações institucionais, que, justapostos, integram a formação intelectual. A particularidade das experiências estrangeiras de Westphalen e Carlos Roberto Antunes dos Santos, Jayme Antônio Cardoso e Sergio Odilon Nadalin, coloca em cena visões singulares dos micro-fundamentos da estrutura acadêmica, seja da UFPR, da Universidade de Colônia, da EPHE/EHESS; contrabalanceia a unidade pela via do consenso historiográfico; e sugere como as mudanças de orientação historiográfica no campo francês da década de 1970 foram processos mais sutis do que os discursos de renovação intencionam fazer crer.

O corpo que se expõe a leitura, os produtos historiográficos (livros e artigos sobre história econômica e as teses dos ex-alunos), se dá a ver esvaziado da historicidade de seus embates, já que se amputa as avaliações recebidas. Sua composição é impregnada de ranhuras inconfessadas. Mas, a despeito das inúmeras quedas, o roxo da pele (hematoma signo do processo) se enfraquece e a argumentação que se tenta apresentar ao leitor/avaliador é uma epiderme aveludada. O trabalho com a história quantitativa e a fontes seriais era árduo e meticuloso, requeria diferentes competências e despendia muito tempo, o que, por vezes, conflitava com o tempo das exigências acadêmicas. O tempo com a metodologia e a técnica poderia ser amenizado com o uso da informática, porém, ironicamente, quando a informática, enfim, se popularizava, iniciava entre os historiadores o desamor

pelo quantitativo. Não para Westphalen, que vislumbrava no domínio do método e da aparelhagem técnica o selo da credibilidade científica do trabalho do historiador perante as demais disciplinas.

O livro *Porto de Paranaguá, um sedutor* é a materialização, o ponto de chegada, do seu processo de aprendizagem. Um estudo amadurecido de história econômica quantitativa, com utilização da *semiologia gráfica* ensinada por Jacques Bertin, e fundamentada na teoria dos ciclos econômicos. Publicada apenas em 1998, sua aceitabilidade foi constrangida pela conjuntura historiográfica, pois as ênfases do campo eram outras. Quando Westphalen forjou a tradição da produção científica da história no Paraná, ela a fez coincidir justamente com a emergência da história econômica e social quantitativa praticada no interior do DEHIS, que foi um agente na arquitetura deste domínio de investigação. O texto de 1983/84 tentava, então, defender a fecundidade desta projeção, pois atenta ao estado da pesquisa no campo a historiadora compreendia muito bem o progressivo desinteresse pela história econômica, pelas fontes seriais e pela abordagem quantitativa.

O prolongado adiamento da publicação relaciona-se com os caminhos que ela optou por seguir na década 1970. Imiscuiu-se em cargos no governo estadual e federal, assumiu posições administrativas de comando na UFPR e, principalmente, se doou fortemente a construção do Curso de Mestrado em História do Brasil. Acompanhar os meandros das condições de formatação e progressão deste curso significou salientar o sombreamento da conveniência do alinhamento político; e o trabalho social de criação de um grupo, que deveria legitimar e difundir um modo

de fazer pesquisa econômica e demográfica. Envio de alunos e professores à Paris, vinda de profissionais de lá (notadamente Frédéric Mauro, Louis Henry, Jacques Bertin e Adeline Daumard), publicações a partir de suas aulas, foram ações inter-relacionadas ao processo de construção da identidade deste curso.

Com a organização do sistema de pós-graduação a partir dos preceitos da Reforma Universitária foram tracejados os contornos da profissão pós-titulação: ministrar aulas na graduação e pós-graduação, dirigir e avaliar projetos de pesquisa, gerir grupos de orientandos, julgar as competências de seus pares e de seus alunos, publicar e publicizar suas investigações, participar de inúmeras comissões e tomar assento na burocracia institucional. Com o “poder de nomeação” e as atribuições administrativas incorporaram-se múltiplos papéis ao ofício do historiador, que exigiriam maior comunicação e solidariedade entre os pares. As alianças de cooperação que se formaram no DEHIS expressam que a solidariedade na divisão das incumbências de ensino e gestão tornou-se uma engrenagem importante na viabilização do desenvolvimento dos projetos coletivos do departamento, dos quais as primeiras dissertações e teses foram resultado.

Um dos papéis que se tornou central na formação da estrutura universitária é o que remete à função “orientação”. Ao observá-la nas trocas de cartas de Westphalen com os seus ex-alunos doutorando em Paris, temos uma conduta que tenta equilibrar o direcionamento intelectual com o apoio psicológico. Já a experiência particular de Cardoso e Nadalin evidencia que a timidez do diálogo, a postura impositiva e mesmo a ausência da palavra solidária, ofuscam a relação de orientação e podem,

pelos desencontros e distanciamentos, comprometer o próprio fim esperado.

Mantendo-nos na bifurcação entre a produção do conhecimento e a dimensão pragmática do exercício do ofício, com Westphalen localizamos um momento em que o papel social do historiador foi colocado em debate. Referimo-nos especificamente à trama do rompimento de Cecília Westphalen com a ANPUH, em 1977, até então seu principal espaço nacional de sociabilização do conhecimento histórico, e a consequente fundação da SBPH, em 1981. Este episódio colocou-nos diante de algumas posições.

As tensões entre a política educacional do governo militar e o campo historiográfico culminaram no bosquejo de outra postura do historiador em relação às lutas contemporâneas. Abriu-se uma fenda para a interrogação sobre o seu papel como ator em seu tempo. Os discursos de legitimação de criação da SBPH, modelados por Maria Beatriz Nizza da Silva e Westphalen, reivindicavam para si uma identidade pautada no vínculo entre objetividade científica e neutralidade de posição em relação ao mundo social fora dos contornos do campo especializado. Isto porque a alocação destas mesmas tensões em um espaço de sociabilidade acadêmica foi interpretada como comprometedora à produção do conhecimento. Duas posturas fundadas nas discordâncias de significações do seu momento histórico e da relação entre este momento e o modo de ser historiador. Como percebeu Tolstói, interpretado por Sabina Loriga (2011: 220), “os acontecimentos não têm sempre a mesma significação” e “os indivíduos vivem a História segundo modalidades muito diferentes e quase incomparáveis”.

A circunstância histórica que culminou nesta incompatibilidade lança-nos situações reflexivas. De um lado, a evidência da dificuldade de manutenção do diálogo acadêmico entre sujeitos de convicções políticas distintas. De outro, a ilusão quanto à existência de um lugar em que a ciência pudesse não ser incomodada pelas convulsões políticas. No limite, o perigo de descolar a profissão de um senso de responsabilidade social. Ou, como diria Sérgio da Mata (2013: 133) em relação à neutralidade axiológica em Weber e a instrumentalização do conhecimento pela via do interesse (ponto este denunciado por Nizza da Silva e Westphalen quando criticaram a história imediata): “Entre um extremo e outro decide, em última instância, não o contexto histórico (isso significaria cair numa concepção radicalmente heteronômica de homem), mas a consciência individual do historiador e um senso profundo de responsabilidade”.

Seria preciso avançar com a pesquisa histórica, perseguir a trajetória associativa da ANPUH, e problematizar se este episódio enraizou uma cultura mais aberta ao debate sobre a inter-relação entre a produção do conhecimento e a postura do historiador como ator político e social de seu tempo, sem, contudo, negligenciar as discussões tocantes às implicações entre a exacerbação desta postura e a autonomia disciplinar do campo historiográfico.

A ANPUH consagrou-se como a mais importante instituição de representação dos historiadores, já a SBPH encerrou suas atividades entre 2005 e 2008. Foram diversas as razões que concorreram para o fim da SBPH, mas durante o seu período de vivência ela foi uma opção interessante de comunicação do conhecimento, um ambiente de dimensão reduzida que foi capaz

de reunir profissionais nacionais e estrangeiros desejosos de divulgar suas pesquisas e dispostos a empreender debates sobre o “estado da arte” do campo, sobre o estado da formação de historiadores. A sociedade é um possível barômetro para medir as inflexões teórico-metodológicas e as ênfases temáticas das últimas décadas do século XX, ela foi o lugar a partir do qual Westphalen estreitou encontros historiográficos, desafiou-se com experimentações ao lado de Daumard e analisou o movimento da historiografia brasileira. Com desconfiança, observou tudo que se proclamou como “novo” e em nenhum instante sucumbiu a verve da polêmica. Um pensamento em ação, ela exteriorizou as angústias que sentiu. Pertinente e impertinente, a historiadora suscitou questões e ainda nos faz pensar.

Na trilha dos lugares em que Westphalen construiu relações sociais, dois espaços não foram por nós alcançados. O pertencimento ao Conselho Federal da Cultura (CFC) e ao IHGB pode ser relacionado à constância da historiadora no ciclo do poder político.

O CFC foi um órgão criado em 1966 com o objetivo “elaborar políticas associadas ao projeto desenvolvimentista do governo militar, valorizando na cultura aqueles elementos considerados representativos da nação” (MAIA, 2014: 90). O interesse em relação ao pertencimento de Westphalen neste conselho está articulado à proximidade que estabeleceu com intelectuais integrados ao Estado, como Gilberto Freyre, Raquel de Queiroz, Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Calmon, Arthur Reis, entre outros. O convite na gestão de Ney Braga (amigo de infância na Lapa e político paranaense) no Ministério da Educação e Cultura deu a Westphalen

impulsão na escalada de posições que vinha construindo desde a década de 1960. Apesar da importância deste lugar, ela foi convidada a tornar-se conselheira apenas em 1976, quando o órgão já possuía relativo enfraquecimento quanto à orientação das políticas culturais e passava a prevalecer a face de uma agremiação de intelectuais cuja ritualística (sessões laudatórias de homenagens) e os discursos históricos e cívicos se aproximavam ao do IHGB. Nota-se o intercâmbio de pessoas e textos entre os dois espaços, o que instiga a refletir sobre a própria configuração do IHGB no período, local que acolherá Westphalen e outros pesquisadores acadêmicos em meados de 1980. A reaproximação com o IHGB foi, devemos recordar, um dos suportes de manutenção da SBPH, por isso mesmo caberia investigar como estes historiadores universitários atuaram no mais antigo espaço de produção historiográfica do país.

Estes são outros lugares sociais que configuraram o percurso intelectual desta historiadora, eles mobilizam outros autores e arquivos, desejamos que a partir de nosso empreendimento historiográfico o leitor possa encontrar muitos outros.

Referências

Produção de Cecília Westphalen

WESTPHALEN, C. M. [*Historiografia paranaense*]. 1983. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 17.

- _____. 1. *Historiografia paranaense*. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 20.
- _____. 1ª CIRCULAR SBPH. Curitiba, 11 nov. 1980. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. A Introdução ao Estudo da História e as Técnicas Auxiliares do Historiador. In: 1º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1., 1968, Nova Friburgo. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970: 71-92.
- _____. *A Palavra do Sul. Cem anos de Gilberto Freyre*. CD: Curitiba, 2000a.
- _____. A Revista da SBPH. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 22: 51-54, 2002.
- _____. Alfaias e jóias do antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. *Boletim da Universidade do Paraná*, Departamento de História, Curitiba, n. 1, jun. 1962.
- _____. Apresentação. Mesa-redonda: A situação da História econômica no Brasil nas últimas três décadas. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), V, 1985, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1986: 71-72.
- _____. Apresentação. Mesa-redonda: Historiografias regionais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1985: 51-52.

- _____. *Carlos-Quinto, 1500/1558: seu Império universal*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1955.
- _____. *Carlos-Quinto. Seu Império Universal. 1500-1558*. Curitiba: Center Design, 2000b.
- _____. Carta à Mba de Ferrante. *Boletim do Arquivo Estadual do Paraná*, Curitiba, n. 17: 33-42, 1985.
- _____. Comentário. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. I SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1, 1971, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 1972: 36-43.
- _____. *Curriculum Vitae*. Curitiba, 1999. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná.
- _____. Da educação rural. *Logos*, Curitiba, ano 5, n. 12, 1950.
- _____. Discurso de Instalação do II Simpósio. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, II, 1962, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Ed. UFPR, 1962: 22-24.
- _____. Duas vilas paranaenses no final do século XVIII – Paranaguá e Antonina. *Boletim da Universidade do Paraná*, Curitiba, n. 5, dez. 1964.
- _____. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos*. Curitiba: SBPH, 1988.
- _____. Fernand Braudel: teoria e ideologia. *Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 26: 28-39, 1985.

- _____. Fernand Braudel: teoria e ideologia. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), 2, 1982, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1983: 161-174.
- _____. Frédéric Mauro e a história quantitativa do Brasil. In: MARTINIÈRE, G. *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa; Paris. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, v. 34: 55-61.
- _____. Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, uma experiência no financiamento da Educação. *Critéria*, Curitiba, n. 4: XXI-LI, jul.-dez. 1966.
- _____. História e Contemporaneidade. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), X, 1990, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBPH, 1991: 59-60.
- _____. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*, Curitiba, n. 3: 29-34, jun. 1977.
- _____. Historiografia paranaense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Brasília/Rio de Janeiro, n. 343, 105-126, abr.-jun. 1984.
- _____. Martius, o Instituto Histórico e a história regional do Brasil. *Jahrbuch für Geschite von Saat, Wirtschaftund Gesellschaft Lateinamerikas*, Köln, n. 25, 695-703, 1987.
- _____. Momentos da historiografia paranaense. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1985: 59-61.
- _____. Necessidade da formação de professores rurais. *Boletim da Secretária da Educação do Estado do Paraná*, Curitiba, ano 2, n. 9: 469-492, set.-dez, 1952.

- _____. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.
- _____. O Pôrto de Paranaguá no ano de 1826. Estudo de micro-conjuntura. *Boletim da Universidade do Paraná*, Curitiba, n. 2, dez. 1962.
- _____. Oitenta anos de Fernand Braudel. *Boletim do Conselho Federal da Cultura*, Rio de Janeiro, ano 12, n. 46, 133-135, jan.-mar. 1982.
- _____. Os cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, 6-19, jan.-dez. 1997.
- _____. Parecer ao CNPq. Curitiba, 11 abr. 1995. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 9.
- _____. *Pequena História do Paraná*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.
- _____. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- _____. Renovação curricular, a partir da renovação dos conteúdos. Mesa-redonda A História no Currículo dos Cursos de Graduação das Faculdades de Filosofia. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, [1977], caixa sem identificação.
- _____. *Ruy Christovam Wachowicz: desencontros... e encontros*. Curitiba, 12 set. 2000. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 8.
- _____. Situação da Pesquisa em História Moderna e Contemporânea. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE

PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), XI, 1991, São Paulo.
Anais... Porto Alegre: SBPH, 1992: 15-16.

_____. Situação da Pós-Graduação em História. *Revista de História*, São Paulo, n. 110, 407-420, 1977.

_____. Navios e Mercadorias no Pôrto de Paranaguá, nos meados do século XIX. SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, V, 1969, Campinas. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1971: 449-521. 1v.

Produção conjunta

BALHANA, A. P. ; WESTPHALEN, C. M. Implantação do regime de tempo integral e de dedicação exclusiva. Curitiba, 27 set. 1969. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 11.

_____; WESTPHALEN, C. M. *Lazeres e festas de outrora*. Curitiba: SBPH, 1983.

_____; WESTPHALEN, C. M. Levantamento e Arrolamento de Arquivos. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 10, 1970.

_____. WESTPHALEN, C. M. L'histoire économique et sociale du Brésil: recherches en cours à l'Université fédérale du Paraná. *Revue d'histoire économique et sociale*, Paris, v. 52, n. 2: 223-233, 1974.

_____; WESTPHALEN, C. M. Projeto de Levantamento de Arquivos. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES

- UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, V, 1969, Campinas. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1971: 243-259. 2v.
- _____; WESTPHALEN, C. M. Uma ficha de apôio para o seminário de análises bibliográficas. In: SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, VII, 1973, Belo Horizonte. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1974: 931-936. 2v.
- BALHANA, A. P. ; MACHADO, B. P. ; WESTPHALEN, C. M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: SIMPÓSIO DE PROFESSÔRES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – APUH, IV, 1967, Porto Alegre. *Anais...*São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1967: 191-229.
- _____. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- _____. L’imigration au Brésil de la fin du XVIIIe. siècle à nos jours. In: COMMISSION INTERNATIONALE D’HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES. Les migrations internationales de la fin du XVIIIe. siècle à nos jours. Paris: Centre National de La Recherche Scientifique, 1980: 109-127.
- DAUMARD, A.; BALHANA, A. P. ; WESTPHALEN, C. M.; GRAF, M. E. de C. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Ed. UFPR, 1984.
- WESTPHALEN, C. M. et al. *Estudos Sociais a partir da Longa Duração*. Curitiba: Ed. UFPR, 1976.

_____. et al. *Estudos Sociais a partir da Longa Duração*. Relatório nº 2. Curitiba: Ed. UFPR, 1977a.

_____. et al. *Estudos Sociais a partir da Longa Duração*. Relatório nº 3. Curitiba: Ed. UFPR, 1977b.

WESTPHALEN, C. M.; BALHANA, A. P. O emprego de computadores na História. *Revista de História*, São Paulo, n. 94, 641-644, 1973.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P. ; BALHANA, A. P. Movements agraires au Paraná Moderne. In: COMMISSION INTERNATIONALE D'HISTOIRE DES MOUVEMENTS SOCIAUX ET DES STRUCTURES SOCIALES. Les mouvements paysans dans le monde contemporain. Genève: Droz, 1976, 127-155. 3v.

_____; MACHADO, B. P. ; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade do Paraná*, Curitiba, n. 7, set., 1968.

_____; MEQUELUSSE, J. Estado da Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 88, 353-368, 1971.

Correspondência recebida

ANTUNES DOS SANTOS, C. R. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 21 mar. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 6.

_____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 23 mai. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 6.

- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 23 nov. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 5.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 7 jan. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 2 mar. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 16 jun. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- BERTIN, J. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 6 mar. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 6.
- BRAUDEL, F. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 28 mar. 1955. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 13 mar. 1958. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 26 jan. 1959. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- CANABRAVA, A. P. Carta a Cecília Westphalen. São Paulo, 20 ago. 1974. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. São Paulo, 6 jun. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. São Paulo, 27 jul. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

- _____. Carta a Cecília Westphalen. São Paulo, 4 dez. 1979. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- CARDOSO, J. A. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 6 nov. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 5.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 12 dez. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 5.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 8 fev. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 23 mar. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 25 set. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 20 nov. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 17 jan. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 5 jun. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 21 dez. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- DAUMARD, A. Carta a Cecília Westphalen. Amiens, 28 jan. 1982. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 31 jul. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.

- IGLÉSIAS, F. Carta a Cecília Westphalen. Belo Horizonte, 1 set. 1995. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 9.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Belo Horizonte, 28 out. 1986. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 10.
- LAPA, J. R. do A. Carta a Cecília Westphalen. Marília, 11 mai. 1965. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- NADALIN, S. O. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 7 jan. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 13 set. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 26 fev. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 21 abr. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 17 jun. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 13 set. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 30 nov. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 25 fev. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.

- _____. Carta a Cecília Westphalen. Paris, 22 jun. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- NIZZA DA SILVA, M. B. Carta a Cecília Westphalen. São Paulo, 8 mar. 1978. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- PREIS, A. de C. Carta a Cecília Westphalen. Niterói, 24 mai. 1979. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- _____. Carta a Cecília Westphalen. Niterói, 5 jun. 1979. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.

Correspondência enviada

- WESTPHALEN, C. M. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Curitiba, 18 mai. 1954. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 20 set. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Madri, 3 out. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Madri, 15 out. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 24 out. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 3 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 6 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 10 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 13 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 18 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 29 nov. 1958. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 18 jan. 1959. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 28 jan. 1959. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Colônia, 16 fev. 1959. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 4 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 7 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 11 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 20 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 21 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 27 abr. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 14 maio 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 24 mai. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 1 jun. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 12 jun. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 14 jun. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 18 jun. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Altiva Pilatti Balhana. Paris, 24 jun. 1970. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Fernand Braudel. Colônia, 11 nov. 1958. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- _____. Carta a Fernand Braudel. Paris, 8 abr. 1959. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- _____. Carta a Fernand Braudel. Curitiba, 1 out. 1962. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- _____. Carta a Fernand Braudel. Curitiba, 3 dez. 1963. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.
- _____. Carta a Fernand Braudel. Curitiba, 5 mai. 1964. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

- _____. Carta a Jacques Bertin. Curitiba, 14 abr. 1972. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 7.
- _____. Carta a Jacques Bertin. Curitiba, 21 mar. 1975. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 5.
- _____. Carta a Jacques Bertin. Curitiba, 25 fev. 1976. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Jayme Antônio Cardoso. Curitiba, 29 ago. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a José Roberto do Amaral Lapa. Curitiba, 25 mai. 1965. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Maria Beatriz Nizza da Silva. Curitiba, [ago] 1980. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Maria Beatriz Nizza da Silva. Curitiba, 15 mai. 1981. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- _____. Carta a Sergio Odilon Nadalin. Curitiba, 9 ago. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

Correspondência outros

- BRAUDEL, F. Carta a Jean Marczewski. Paris, 31 mar. 1965. Fondation Maison des Sciences de l’Homme, caixa 4A 1-1.

- COSTA, I. d. N. da. Carta a Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, 30 set. 1980. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 3.
- DAUMARD, A. Carta a Fernand Braudel. Paris, 26 mai. 1979. Coleção Fernand Braudel. Paris: Institut de France.
- _____. Carta a Fernand Braudel. Paris, 8 nov. 1981. Coleção Fernand Braudel. Paris: Institut de France.
- _____. Carta a François Furet. Paris, 2 jun. 1980. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- _____. Carta a Maman e Jacques. Curitiba, 31 mar. 1975. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- _____. Carta a Maman e Jacques. Curitiba, 16 jun. 1975. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- _____. Carta a Maman e Jacques. Curitiba, 29 jun. 1975. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- _____. Carta a Maman e Jacques. Salvador, 15 jul. 1975. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- _____. Carta a Maman e Jacques. Niterói, 8 ago. 1977. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- _____. Carta a Maman e Jacques. Niterói, 22 ago. 1977. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.

- GUEIROS, D. Carta ao Ministro Arnaldo Prieto. Brasília, 21 jun. 1977. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.
- MATTOSO, K. Carta ao Chef du Service des Affaires Pedagogiques. Paris, 16 mar. 1982. Fonds Daumard – Fondation Jean Moulin (1902-2003). Paris: Archives Nationales, 648 AP.
- MAURO, F. Carta a Fernand Braudel. Paris, 17 abr. 1970. Coleção Fernand Braudel. Institut de France.

Sobre Cecília Westphalen

Notícias na imprensa e depoimentos

- CATEDRÁTICA do Paraná representará o Brasil nas Comemorações do Centenário de Carlos V. *Diário do Paraná*, Curitiba, out. 1957. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 28.
- PROJETO Memória Viva Paraná. Entrevista com a Professora Cecília Westphalen. Supervisão: Umuarama Comunicação e Arte; Sergio S.S Reis; Luiz Aurelio; Alzammora Gonçalves. Curitiba, 1988. 1 DVD.
- PROTESTOS CONTINUAM. *Correio de notícias*, Curitiba, 22 jun. 1977. Caderno Ciência.
- SCHNEIDER, O. “Pequena História do Paraná”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, nov. 1953.
- WILLE, J. *Memória paranaense*: entrevista com Cecília Westphalen. Curitiba: Nossa Cultura, 2010, v. 6.

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ANTUNES DOS SANTOS, C. R. *L'Économie et la Société Esclavagistes au Paraná (Brésil) de 1854 à 1887*. Tese (Doutorado em História). Université de Paris X, Nanterre, 1976.

_____. *Preços de Escravos na Província do Paraná: 1861-1887*. (Estudos sobre as escrituras de compra e venda de escravos). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

ATA da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 25 de abril, 1973. Acervo Programa de Pós-Graduação em História. UFPR.

_____. Curitiba, 6 de agosto, 1973. Acervo Programa de Pós-Graduação em História. UFPR.

_____. Curitiba, 11 de outubro, 1973. Acervo Programa de Pós-Graduação em História. UFPR.

_____. Curitiba, 7 de novembro, 1975. Acervo Programa de Pós-Graduação em História. UFPR.

_____. Curitiba, 30 de setembro, 1977. Acervo Programa de Pós-Graduação em História. UFPR.

ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 18 de outubro, 1965. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 5 de setembro, 1966. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 21 de novembro, 1966. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 9 de dezembro, 1968. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 27 de setembro, 1969. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 14 de novembro, 1969. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 6 de novembro, 1971. Acervo Departamento de História. UFPR.

_____. Curitiba, 28 de março, 1972. Acervo Departamento de História. UFPR.

CADERNETA DE FREQUÊNCIA E MATÉRIA LECIONADA.
Ano letivo de 1961. Curitiba: Acervo Arquivo Permanente da UFPR.

CARDOSO, J. A. *A população votante de Curitiba -1853-1881*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

_____. *Essai d'utilisation des listes electorales dans l'étude de la population du Paraná (Brésil) vers 1870*. Tese (Doutorado em História) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1977.

MACHADO, B. P. *Aula Inaugural*. Cursos de Pós-Graduação em História. Curitiba: Ed. UFPR, 1972: 7-9.

MESTRADO EM HISTÓRIA. Cursos de Pós-Graduação. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, [197-], caixa 15.

NADALIN, S. O. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da comunidade evangélica luterana de Curitiba – 1870-1969*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

_____. Arquivo da Comuna Evangélica de Curitiba. Boletim da Universidade Federal do Paraná. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, UFPR, n. 9: 19-43, 1969.

_____. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangelique Luthérienne à Curitiba (Brésil) entre 1866 et 1969*. Tese (Doutorado em História) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1978.

WESTPHALEN, C. M. et al. Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, 285-315, jan. /jun. 2009.

Associação de Professores Universitários de História (APUH)/Associação Nacional de História (ANPUH)

CANABRAVA, A. P. Discurso da Professora Alice Piffer Canabrava, 1ª Secretária da ANPUH. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, VI, 1971, Goiânia. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1973: 85-91.

FONSECA, C. F. d'A. et al. Proposta 14. Moção 3. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA –

- ANPUH, VI, 1971, Goiânia. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1973: 844-845.
- LAPA, J. R. do A. Moção 1. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM 1961, I, 1961, Marília. *Anais...* Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1962: 287-288.
- MOÇÃO Nº 5. SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1979, 117-118, v. 1.
- MOÇÃO Nº 7. In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1979: 121, v 1.
- SIMÕES DE PAULA, M. R da C. R. Introdução. SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, VI, 1971, Goiânia. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1973: 7-25.
- SIMÕES DE PAULA, M. R da C. R. IX Simpósio de História, mudanças estruturais (Florianópolis, 1977). In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1979: 13-32.
- SIMPÓSIO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, II, 1962, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Ed. UFPR, 1962.
- _____, III, 1965, Franca. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1966.

_____, VII, 1973, Belo Horizonte. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1974: 74-75.

Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)

ATA da Reunião de Fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, realizada em 11 de agosto de 1981. “Coleção Cecília Westphalen”. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

BOLETIM INFORMATIVO Nº. 1. São Paulo: SBPH, out. 1981. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná.

FREITAS, L. C. B. F. de. Produção historiográfica do curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), XIII, 1993, Florianópolis. *Anais...* Curitiba: SBPH, 1994: 23-27.

GUERRAS, M. S. A situação da pesquisa de História Geral no Brasil: História Medieval. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), XI, 1991, São Paulo. *Anais...* Porto Alegre: SBPH, 199: 13-14.

MOREIRA, E. M. Linhas de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), VI, 1986, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1987: 49-50.

NIZZA DA SILVA, M. B. Abertura da IX Reunião. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IX, 1989, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1990: 7-8.

- _____. Abertura da VIII Reunião. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), VIII, 1988, São Paulo. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1989: 7-8.
- _____. Apresentação. Mesa-redonda: História comparada da historiografia. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1985: 33.
- _____. Rumos da pesquisa histórica no Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), III, 1983, Brasília. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1984: 207-210.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IX, 1989, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1990: 153-156.

Entrevistas

- FAUVE-CHAMOUX, A. *Antoinette Fauve-Chamoux*: depoimento [nov. 2014]. Entrevistadora: Daiane Machado. Paris-França, 2014.
- BLAY, J.-P. *Jean Pierre-Blay*: depoimento [nov. 2014]. Entrevistadora: Daiane Machado. Paris-França, 2014.
- BORUSZENKO, O. O. *Oksana Olga Boruszenko*: depoimento [set. 2014]. Entrevistadora: Daiane Machado. Curitiba, 2014.
- GRAF, M. E. de C. *Márcia Elisa de Campos Graf*: depoimento [out. 2014]. Entrevistadora: Daiane Machado. Curitiba, 2014.

MARTINS, E. C. de R. *Estevão Chaves de Rezende Martins: depoimento* [abr. 2016]. Entrevistadora: Daiane Machado. Skype, 2016.

NADALIN, S. O. *Sergio Odilon Nadalin: depoimento* [abr. 2014]. Entrevistadora: Daiane Machado. Curitiba, 2014.

Outros

BRAUDEL, F. *Certificat*. Paris, 19 mar. 1965. Fondation Maison des Sciences de l’Homme, caixa 4A 1-1.

KONETZKE, R. *Certificado*. Köln, Historisches Seminar der Universität Köln, 26 fev. 1959. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa 21.

BRASIL. Projeto de Lei 2.647/83, de 1983. Dispõe sobre o exercício da profissão e determina outras providências. Coleção Cecília Westphalen. Arquivo Público do Paraná, caixa sem identificação.

ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1, 1968, Nova Friburgo. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970.

Obras de apoio

ALMEIDA, R. WESTPHALEN, Cecília Maria. Pequena História do Paraná. In: BIBLIOGRAFIA DE HISTÓRIA DO BRASIL, de 1953/1954. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954: 115.

- ABRAMOVAY, R. *Transformações na Vida Camponesa: o Sudoeste Paranaense*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ADOLFO, R. M. A. *A emergência do escravo-agente na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- ALVES, F. G. *Folheando páginas, descobrindo histórias: a Revista de História e a difusão da historiografia dos Annales no Brasil (1950-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ANHEZINI, K. Arautos da História da historiografia: as disputas por um conceito de historiografia nas cartas de Amaral Lapa enviadas a Nilo Odália. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 11, n. 1: 4-21, jan.-jun. 2015.
- _____. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, B. F. et al. (Org.). *Teoria e Historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco, 2015: 239-251.
- _____. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- ANTUNES DOS SANTOS, C. R. WESTPHALEN, Cecília Maria. O Barão dos Campos Gerais e o Comércio das Tropas. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 11: 133-134, 1996.
- _____. WESTPHALEN, Cecília Maria. Porto de Paranaguá, um sedutor. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 16: 119-120, 1999.

- APRILE, S.; LYON-CAEN, J. Introduction. *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n. 34: 1-9, 2007.
- ARAÚJO, N. de A. Questões de teoria e metodologia num itinerário entre duas historiadoras: Kátia Mattoso e Adeline Daumard. *Recôncavos - Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Cachoeira, v. 3, n. 1: 90-101, 2009.
- ARRUDA, J. J. de A. História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 4, n. 3 (número especial): 6-26, 2008.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21: 9-34, 1998.
- _____; LAÉ, J.-F. *Archives personnelles*. Histoire, anthropologie et sociologie. Paris: Armand Colin, 2011.
- AYMARD, M. História econômica. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011: 237-246, v. 1.
- BALHANA, A. P. *Curriculum Vitae*. Curitiba, 1999. Coleção Cecília Westphalen. Biblioteca. Arquivo Público do Paraná.
- _____. Frédéric Mauro e os cursos de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. In: MARTINIÈRE, G. *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa; Paris: Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, v. 34: 47-54.
- _____. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 3, n. 5: 11-19, 1983.
- _____. *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Curitiba: J. Haupt, 1958.

- BATISTA, M. R; GRAF, M. E. de C. (Org.). *Cidades Brasileiras II: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: IEB, 1999.
- _____; _____. (Org.). *Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: IEB, 1998.
- BELTRAMI, R. C. de C. *Da Poesia na Ciência – Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas ideias*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- BENATTE, A. P. A escrita da história em Antônio Vieira dos Santos (1850/51). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH- PR, XIII, 2012, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2012: 799-810. 2 v.
- BERTIN, J. *A neogéografia e o tratamento gráfico da informação*. Curitiba: Ed. UFPR, 1986.
- BLANKE, H. W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009: 27-64.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BONIN, S. Gráfica. In: BURGUIÈRE, A. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993: 355-361.
- BORGUETTI, M.-N. Histoire quantitative, histoire sérielle. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 412-419.

- BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das idéias. *Enfoques – Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1: IV-XV, 2002.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Campo científico. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983: 122-155.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2011.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- _____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____; CHARTIER, R. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BRASIL. Projeto de Lei 4.966/2012, de 12 de novembro de 2012. Regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>>. Acesso em: 3 mai. 2015.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. *Histoire de la civilization moderne*. Résumé des cours de 1957-1958. Annuaire, Paris, ano 58, 1958.
- _____. Les emprunts de Charles-Quint sur la place d'Anvers. In: CHARLES-QUINT ET SON TEMPS, 1, 1958, Paris. *Anais...* Paris: CNRS, 1959: 191-201.

- BRODER, A. La trayectoria de Frédéric Mauro. *História econômica & história de empresas*, São Paulo, v. 5, n. 1: 165-169, 2002.
- CAMPOS, N. de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.
- CANABRAVA, A. P. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 1: 1-11, 1981.
- _____. Respostas da Prof^ª. Dra. Alice Piffer Canabrava. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. I SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1., 1971, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1972: 47-48.
- _____. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. I SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1., 1971, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo; Instituto de Estudos Brasileiros, 1972: 4-9.
- CARBONELL, C.-O. Questions à la “Nouvelle Histoire”. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), IV, 1984, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1985: 297-299.
- CARNEIRO, D. *A História da História do Paraná*. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica, 1952.
- CARVALHO, S. M. B. de. *A formação do professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950-1970: propostas curriculares e memórias docentes*.

- Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- CASTRO, C. M. Memórias de um orientador de tese: um autor relê sua obra depois de um quarto de século. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. Florianópolis; São Paulo: Ed. UFSC; Cortez, 2006: 109-134.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- CHARLE, C. Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIXe siècle, Colloque pluridisciplinaire, Amiens, 19-20 novembre 1982. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, ano 3, n. 41: 739-740, 1986.
- CHAUNU, P. A economia: ultrapassagem e prospectiva. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011: 211-235. v. 1.
- _____. Pour une histoire sérielle du Brésil au XVIII siècle. Réflexions préalables. In: L'HISTOIRE QUANTITATIVE DU BRÉSIL DE 1800 A 1930. COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 543, 1971, Paris. *Anais...* Paris: CNRS, 1973: 95-107.
- _____. DOSSE, F. *L'instant éclate. Entretiens*. Paris: Aubier, 1994.
- CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CIAMPI, H. *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: EDUC, 2000.

- CLARK, S. Os historiadores dos Annales. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011: 180-205. v. 1.
- CORDOVA, M. J. W. *Tinguís e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil*: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- COUTURIER, M. Vers une nouvelle méthodologie mécanographique. La préparation des données. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 21, n. 4: 769-778, jul.-ago. 1966.
- DAIX, P. *Fernand Braudel*: uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DAUMARD, A. *La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848*. Paris: S.E.V. P.E.N, 1963.
- _____. Présentation. In: OISIVETÉ ET LOISIRS DANS LES SOCIÉTÉS OCCIDENTALES AU XIXÈME SIÈCLE. COLLOQUE PLURIDISCIPLINAIRE DU CENTRE DE RECHERCHE D'HISTOIRE SOCIALE DE L'UNIVERSITÉ DE PICARDIE, 1982, Amiens. *Anais...* Abbeville: Imprimerie F. Paillart, 1983: 9-19.
- _____. *Cinco Aulas de História Social*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.
- _____. De l'Histoire social comparative et quantitative à l'Histoire Comparée. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), VI, 1986, Recife. *Anais...* São Paulo: SBPH, 1987: 201-208.

- DAUPHIN, C. Pour une histoire de la correspondance familiale. *Romantisme*, v. 25, n. 90: 89-99, 1995.
- DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCÍA, P. (Dir.). *Paul Ricoeur y las ciencias humanas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2008.
- _____. Histoire: Le syndrome épistémologique [Gérard Noiriel, Sur la “crise” de l’histoire]. *Espaces Temps*, n. 64-65: 63-68, 1997.
- _____. Histoire sociale. In: _____; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 420-435.
- _____. DOSSE F.; GARCIA, P. A história social ‘a francesa’ em seu apogeu: Labrousse/Braudel. In: _____. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012: 197-259.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DOSSE, F. *A história em migalhas*. Dos Annales à Nova História. Campinas: Unicamp, 1994.
- _____. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. USP, 2009.
- _____. O traje novo do presidente Braudel. In: LOPES, M. A. (Org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003: 34-55.
- DREYFUS, M. Commission internationale d’histoire des mouvements sociaux et des structures sociales. Paris. Les migrations internationales de la fin du XVIIIe. siècle à nos jours. *Bulletin des bibliothèques de France*, Paris, n. 1, 1982.

- DUDEQUE, I. J. T. *Espiraís de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- EMERY, M. Entrevista com Jacques Bertin. *Communication et langages*, n. 28, 33-43, 1975.
- ERBERELI JÚNIOR, O. *A escrita da história entre dois mundos: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- ESPOSEL, J. P. P. Nota prévia. In: ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA, 1, 1968, Nova Friburgo. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1970: 3.
- FAGUNDES, B. F. L. História, historiador e identidade profissional. Sobre a história do Curso de História da Universidade Federal do Paraná. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54: 295-315, jul.-dez. 2014.
- FALCON, F. C. Depoimento. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1: 118-133, 1999/2000.
- _____. A historiografia fluminense a partir dos anos 1950/1960: algumas direções e pesquisas. In: GLEZER, R. (Org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011c: 13-68.
- _____. A identidade do historiador. In: _____. *Estudos de teoria e história contemporânea: teoria da história*. São Paulo: Hucitec, 2011b: 58-82.
- _____. Memória e História. A fundação da ANPUH. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, jul. 2011a: 1-18.

- FARGE, A. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Ed. USP, 2009.
- FEBVRE, L. *Combates pela História I*. Lisboa: Presença, [19--].
- _____. Introduction. In: CHOMEL, V.; EBERSOLT, J. *Cinq siècles de Circulation internationale vue Jougne*. Un péage jurassien du XVIII au XVIII siècle. Ports, Routes et Trafics II. Paris: CNRS; SEVPEN, 1951: 9-17.
- _____; BERTHET, M.; DELUMEAU, J. et al. La recherche historique à l'École Pratique des Hautes Études. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, ano 8, n. 1: 111-121, 1953.
- FERREIRA, M. de M. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- _____. Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4: 32-37, 2014.
- FICO, C.; POLITO, R. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992, v. 1.
- FOHLEN, C. Adeline Daumard. La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848. *The Economic History Review, New Series*, v. 17, n. 2: 423-425, 1964.
- FOUCAULT, M. História e descontinuidade. In: NIZZA DA SILVA, M. B. (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976: 56-60.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. História Econômica. In: CARDOSOS, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997: 53-75.

- FREIXO, A. de L. Um ‘arquiteto’ da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62: 143-172, 2011.
- FUETER, E. *Historia de la Historiografía Moderna*. Buenos Aires: Nova, 1953. 3 v.
- FURET, F. A História quantitativa e a construção do fato histórico. In: NIZZA DA SILVA, M. B. (Org.). *Teoria da História*. São Paulo: Cultrix, 1976: 73-91.
- _____. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [1986].
- _____; DAUMARD, A. Méthodes de l’Histoire sociale: les Archives Notariales et la Mécanographie. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, ano 14, n. 4: 676-693, 1959.
- FURTADO, C. Analyse économique et histoire quantitative. In: L’HISTOIRE QUANTITATIVE DU BRÉSIL DE 1800 A 1930. COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 543, 1971, Paris. *Anais...* Paris: CNRS, 1973: 23-28.
- GARCIA, P. Histoire du Temps Présent. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 282-294.
- GARNER, G. Sur la “crise de l’histoire”. *Vingtième Siècle, Revue d’histoire*, Paris, n. 59: 161-164, jul.-set. 1998.
- GASNAULT, F. Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIXe siècle. *Bibliothèque de l’École des Chartes*, Paris, tome 143, livraison 1: 230-231, 1985.
- GIRAUDO, L. *Historia de AHILA*. Perfil de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (1969-2008).

- Colección Estudios de Historia Latinoamericana. Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2008.
- GLÉNISSEON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977.
- GLEZER, R. Olhando o passado e desenhando o futuro. In: _____ (Org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos de Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011: 9-11.
- GOMES, Â. M. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- _____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004: 7-24.
- _____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 121-127, 1998.
- GONTIJO, R. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, L. M. B. P. das. et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011: 277-290.
- _____. *O velho vaqueano*: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- GRAF, M. E. de C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.
- _____. *População escrava da Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação*. 1873-1886. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

- GUIMARÃES, M. L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11. n. 1: 31-47, jan.-jun. 2005.
- _____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- GUIMARÃES, L. M. P. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P. das. et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011: 19-35.
- HARTOG, F. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- HENRY, L. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Tradução Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Ed. UFPR, 1977.
- _____; BALHANA, A. P. La population du Paraná depuis le XVIIIe siècle. *Population*, Paris, n. 30: 157-186, 1975.
- _____; FLEURY, M. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: INED, 1965.
- HUERTA, M. Frédéric Mauro, directeur de thèses. In: MARTINIÈRE, G. *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa; Paris. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995: 39-43.
- IGLÉSIAS, F. A Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 88: 373-415, 1971.

- _____. Comentário. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. I SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1, 1971, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1972: 21-34.
- _____. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: : Nova Fronteira; Ed. UFMG/IPEA, 2000.
- INFORMATIONS BIBLIOGRAPHIQUES. *Revue française de science politique*, ano 8, n. 4: 982, 1958.
- KAHLE, G. Richard Konetzke (1897-1980). *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, n. 18, 1981.
- HEYNEMANN, C. Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1: 5-9, jan.-jun. 2008.
- KOCKA, J. *Les trois étapes du développement du CISH et les tâches qui attendent l'organisation*. Berlim, 2002. Disponível em: <<http://www.er.uqam.ca/nobel/cish/index.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- KONETZKE, R. *El Imperio Español-Orígenes y fundamentos*. Madrid: Nueva Epoca, 1946.
- LADURIE, E. Le R. O historiador e o computador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011: 206-210. 1 v.
- _____.; LIECHTENHAN, F.-D. *Une vie avec l'histoire*. Mémoires. Paris: Taillandier, 2014.
- LANNES, S. Entrevista com Emmanuel Le Roy Ladurie. Les Nouveaux historiens. *L'Espresso*, Paris, 27 ago.-2 set. 1973.

- LAPA, J. R. do A. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *História e historiografia: Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- LARA, S. H. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. LPH: *Revista de História*, Mariana, v. 3, n. 1: 215-244, 1992.
- LASSERRE, A. Adeline Daumard, La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848. *Schweizerische Zeitschrift für Geschichte*, Zürich, n. 14: 154-155, 1964.
- LE GOFF, J. A história nova. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011: 128-176, v. 1.
- _____; NORA, P. Apresentação a Faire de l’histoire. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011: 122-127, v. 1.
- LEITE, R. L. (Org.). *Reflexões UFPR 100 anos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.
- LINHARES, M. Y. Metodologia da História Quantitativa: balanço e perspectivas. In: BOTELHO, T. R. et al. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001: 13-24.
- LINHARES, T. *Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

- LOBO, E. M. L. Maria Bárbara Levy, seu papel na historiografia econômica no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. II, n. 2: 63-82, 1999.
- LOPES, M. A. (Org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LORIGA, S. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LOVE, J. L. L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930. Paris, 1973. *The Hispanic American Historical Review*, v. 55, n. 3: 535-537, ago. 1975.
- MACHADO, B. P. Comentário. In: WESTPHALEN, C. M.; MEQUELUSSE, J. Estado da Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 88: 363, 1971.
- _____. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. In. *Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*. Curitiba, jul. 1951.
- MACHADO, D. V. A comemoração de uma memória: o cinquentenário do Cerco da Lapa/PR (1894-1944). *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 8, n. 2: 111-127, jul.-dez. 2012.
- _____. David Carneiro e seus diálogos: os “historiadores tradicionais”. In: OLINTO, B. A.; SOCHODOLAK, H.; ARIAS NETO, J. M. (Org.). *A escrita da história: fragmentos de historiografia contemporânea*. Ponta Grossa: ANPUH-PR, 2013: 251- 269.
- _____. Dois tempos de um percurso de experiências historiográficas: 1958-59 e 1970. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 11, n. 1: 137-159, jan.-jun 2015.

- _____. Institucionalização acadêmica da História: entre o autodidatismo e a profissionalização. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12: 242-247, ago. 2013.
- _____. *O percurso intelectual de uma personalidade curitibana*: David Carneiro. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- _____. Un tournant historiographique: inflexões historiográficas em Cecília Westphalen, 1953-1962. In: BENATTE, A. P. ; CORDOVA, M. J. W. (Org.). *Paraná: capítulos de história da historiografia*. Maringá: EDUEM, [2016]. No prelo.
- _____. ARAUJO, R. G. de. Por que negar a evidente necessidade da memória? Os projetos de escrita de David Carneiro e Valêncio Xavier. In: TRINDADE, A. D.; COSTA, H.; ROIZ, D. da S. (Org.). *À margem do(s) cânone(s): pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013: 69-95.
- MACHADO, V. F. “*Diatribes viperinas e digressões quixotescas*”: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MAIA, T. de A. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67: 89-109, 2014.
- MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012: 195-221.

- MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MARCHETTE, T. D. *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- MARCHI, E. Relendo nossos mestres. *Ciências Humanas*, Curitiba, n. 4: 37-53, 1995.
- _____. Um perfil da historiografia do Paraná: O Departamento de História da UFPR e sua produção historiográfica. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRIA (SBPH), XVI, 1996, Curitiba. *Anais...* Curitiba: SBPH, 1997: 47-50.
- _____. et al. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26: 133-141, set. 1992-ago. 1993.
- MARCÍLIO, M. L. A demografia história brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, v. 14, n. 1/2: 125-143, 1997.
- MARGAIRAZ, M. Histoire économique. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 295-306.

- MARQUANT, R. Adeline Daumard. La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848. *Bibliothèque de L'école des Chartes*, v. 124, n. 1: 327-330, 1966.
- MARQUES, G. S. *Um consenso historiográfico? Os estudos populacionais no Mestrado em História entre 1972-1982*. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- MARTINS, E. de R. Emmanuel Le Roy Ladurie. In: LOPES, M. A.; MUNHOZ, S. J. (Org.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010: 53-69.
- _____. Historiografia alemã do século XX: encontros e desencontros. In: MALERBA, J.; ROJAS, C. A. (Org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007: 45-67.
- _____; LEITE, R. L. Adeline DAUMARD, Altiva Pilatti, BALHANA, Cecília Maria, WESPTPHALEN e Márcia Elisa de Campos, GRAF. História Social do Brasil: Teoria e Metodologia. *Revista da SBPH*, São Paulo, n. 2: 124-126, 1984/85.
- MARTINS, W. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- MASTROGREGORI, M. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009: 65-93.
- MATA, S. da. *A Fascinação weberiana: as origens da obra de Max Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

- MATTOSO, K. M. de Q. Entrevista. Ser historiadora no Brasil. LPH: *Revista de História (UFOP)*, Mariana, v. 3, n. 1: 5-12, 1992.
- MAURO, F. Adeline DAUMARD, Altíva PILATTI BALHANA, Cecília Maria WESPTPHALEN et Marcia Elisa de Campos GRAF. História Social do Brasil. Teoria e Metodologia. *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*, Paris, ano 84, n. 26: 45-46, 1985.
- _____. Cecília Maria Westphalen, navios e mercadorias no porto de Paranaguá nos meados do século XIX. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 25, n. 3: 808-809, mai.-jun. 1970.
- _____. Introduction au Colloque. In: L'HISTOIRE QUANTITATIVE DU BRÉSIL DE 1800 A 1930. COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 543, 1971, Paris. *Anais...* Paris: Éditions du CNRS, 1973: 15-21.
- _____. *Le Portugal et L'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670)*. Étude économique. Ports, Routes et Trafics X. Paris: CNRS; SEVPEN, 1960.
- MELLO, R. M. de. *Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História: 1981-2000*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- MELO, C. F. de C. B. de. *Senhores da História e do Esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

- MEMÓRIA de David. Direção: Berenice Mendes. Produção de Fernando Morini. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1988. 1 DVD.
- MOLS, R. Daumard (Adeline). La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 42, fasc. 3: 1053-1058, 1964.
- MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985.
- MOTTA, J. F. Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP*, São Paulo, n. 1: 117-138, jan.-jun. 2009.
- MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NADALIN, S. O. *A demografia numa perspectiva histórica*. São Paulo: ABEP, 1994.
- NAPOLITANO, M. 1964. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, T. R. *Licenciatura curta em Estudos Sociais no Brasil: sua trajetória na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo/RJ (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- _____. O ensino de História e Estudos Sociais em John Dewey e Delgado de Carvalho. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2: 212-236, set. 2015.

- NEUNDORF, A. *Intelectualidade, Fronteira e Identidade: o Paraná no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- NIZZA DA SILVA, M. B. A pesquisa histórica no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 1: 45-50, jan. 1983.
- NOIRIEL, G. Fernand Braudel, comment on récrit l'histoire. In: _____. *Penser avec, penser contre*. Itinéraire d'un historien. Paris: Belin, 2014a: 37-72.
- _____. Métier/communauté. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 518-528.
- _____. Naissance du métier d'historien. *Genèses*, Paris, n. 1: 58-85, set. 1990.
- _____. Préface. In: LANGLOIS, C.-V. ; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Lyon: ENS Éditions, 2014b.
- _____. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998.
- _____. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2005.
- NOVAIS, F. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 8: 108-115, jan.-abr. 1990.
- OFFENSTADT, N. Colloques. In: _____. DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 86-91.
- _____. *L'historiographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

- OGANAUSKAS, F. R. M. Memória e identidade regional paranaense: o contraponto historiográfico de um Paraná sui generis. In: TRINDADE, A. D.; COSTA, H.; ROIZ, D. da S. (Org.). *À margem do(s) cânone (s): pensamento social e interpretações do Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013: 147-172.
- PEGORARO, E. *Dizeres em confronto: a revolta dos posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense; Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Niterói, 2007.
- PÉROTIN, Y. L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Paris, v. 61, n. 222: 176-178, 1974.
- PICARD, E. Enseignement supérieur et recherche. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 140-152.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PORTELLA, J. R. B.; SZESZ, C. M.; LEITE, R. L. Contextos e traumas de maio de 1968 na UFPR. In: LEITE, R. L. (Org.). *Reflexões UFPR 100 anos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013: 103-115.
- PROST, A. Charles Seignobos revisité. Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, Paris, n. 43: 100-118, jul.-set. 1994.
- _____. *Douze leçon sur l'histoire*. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
- _____. Jugement. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et*

- débats II. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 772-778.
2 v.
- QUIXADÁ VIANA, C. M. Q. A relação orientador-orientando na pós-graduação stricto sensu. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 14, n. 26: 93-109, jan.-jun. 2008.
- _____. VEIGA, I. P. A. Orientação acadêmica: uma relação de solidão ou de solidariedade? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. *Anais... ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social*, 2007: 1-17.
- RABELO, D. et al. Currículo do curso de Graduação em História. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH, IX, 1977, Florianópolis. *Anais... São Paulo: ANPUH*, 1979: 1023-1029.
- REIS, J. J.; SOUZA, E. S. Katia Mytilineou de Queirós Mattoso (Volos, 1931 – Paris, 2011). *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 48: 365-381, 2013.
- REVEL, J. A biografia como problema historiográfico. In: _____. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010b: 235-248.
- _____. Microstorie. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard, 2010a: 529-534.
- RIBEIRO, M. A. R. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no Brasil. *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, v. II, n. 2: 7-40, 1999.

- RICHARD, J. Un ‘Charles-Quint’ Brésilien. *Annales de Bourgogne*, Dijon: 223-224, 1958.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- RION, P. Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIXe siècle, présenté par Daumard (Adeline). *Revue Belge de Philologie et d’Histoire*, Bruxelles, t. 65, fasc. 4: 913-915, 1987.
- ROBERT, R. Cecília María Westphalen, Carlos-Quinto 1500-1558, seu Império universal. *Bulletin Hispanique*, v. 60, n. 4: 564-565, out.-dez. 1958.
- RODRIGUES, H. E; NICOLAZZI, F. Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 10: 351-371, dez. 2012.
- RODRIGUES, J. H. Comentário. In: WESTPHALEN, C. M.; MEQUELUSSE, J. Estado da Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, n. 88: 358, 1971.
- _____. Os Estudos Brasileiros e os “brazilianists”. *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 54, n. 107: 189-219, jul.-set. 1976.
- RODRIGUES, M. C. de M. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 11: 122-139, abr. 2013.
- _____. O papel da universidade no “campo da história”: o curso de Geografia e História da UPA/URGS na década de 1940. *MÉTIS: história e cultura*, v. 2, n. 2: 75-102, jul.-dez. 2002.
- ROIZ, D. da S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário*

- de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba: Appris, 2012.
- ROMANO, R. Encore des illusions. In: BUSINO, G. (Dir.). *Ruggiero Romano aux pays de l'histoire et des sciences humaines*. Genève: Librairie Droz, Revue européenne des sciences sociales, t. 21, n. 64: 13-28, 1983.
- _____. Entrevista a Diana Quattrocchi de Woisson. *Todo es historia*, n. 251: 1-5, mai. 1988.
- ROSENTAL, P.-A. Démographie historique et histoire des populations. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. ; OFFENSTADT, N. (Org.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 98-103.
- _____. La nouveauté d'un genre ancien: Louis Henry et la fondation de la démographie historique. *Population*, Paris, ano 58, n. 1: 103-136, 2003.
- ROSEVICS, L. *O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RÜSEN, J. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- SALTURI, L. A. *Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista-cientista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

- SANDRONI, P. (Org.). *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Beste Seller, 1994.
- SANTOS, A. S. *A universidade, a história e o historiador: o itinerário intelectual de Francisco Iglésias*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- SANTOS, B. B. M. dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- SCHEPENS, L. Les Migrations internationales de la fin du XVIIIe. siècle à nos jours. *Revue belge de philologie et d’histoire*, Bélgica, t. 61, fasc. 4: 1005-1006, 1983.
- SILVA, B. Entrevista com Carlos Roberto Antunes dos Santos. *Cadernos de Clio*, Curitiba, n. 4: 17-36, 2013a.
- _____. *Revista História Questões & Debates: historiografia e problemática regional (1980-1989)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2013b.
- SILVA, D. B. da; ALVES, H. L; ASSUNÇÃO, M. F. M. Entrevista com o Prof. Dr. Valdei Lopes Araujo (UFOP). *Revista de Teoria da História*, Goiás, ano 6, n. 11: 309-323, mai. 2014.
- SILVA, H. R. da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44: 425-438, 2002b.
- SILVA, H. R. da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003: 15-25.

- _____. *Fragments da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002a.
- SILVA, N. L. da; FERREIRA, M. de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17: 283-306, jul.-dez. 2011.
- SIQUEIRA, M. D. Fazendo História – PGHIS: 25 anos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27: 20-45, jan.-dez. 1997.
- SIRINELLI, J.-F. As elites culturais. In: RIOUX, J.- P.; _____ (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998: 259-279.
- _____. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l’histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, Paris, n. 9: 97-108, jan.-mar. 1986.
- _____. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 2003: 231-269.
- SOUZA, F. L. de. *Nação e Herói: A Trajetória dos Intelectuais Paranistas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.
- TOMAZI, N. D. “Norte do Paraná”: histórias e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
- TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (Org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- TURIN, R. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 13: 78-95, 2013.

- UNIVERSITÄT ZU KÖLN. Theodor Schieder. Rektor 1962-1964 [19--]. Disponível em: <http://rektorenportraits.uni-koeln.de/rektoren/theodor_schieder>. Acesso em: 3 ago. 2013.
- VENÂNCIO, G. M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28: 23-47, 2001.
- VIANA, I. A intervenção de intelectuais na reforma educacional do governo militar: discursos e práticas nas escolas municipais de Curitiba. *Antítese*, Londrina, v. 8, n. 15: 243-268, jan.-jun. 2015.
- VIDAL, L. L'itinéraire d'un historien de l'Amérique Latine. Entretien avec Frédéric Mauro. *Cahiers des Amériques latines*, Paris, n. 28-29: 101-108, 1998.
- VINCENT-BUFFAULT, A. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- WACHOWICZ, R. C. *Abranches: paróquia da imigração polonesa. Um estudo de História demográfica*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.
- _____. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.

